CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 144ª SESSÃO À 149ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 38
26 AGO. A 31 AGO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
(2005-2006)

PRESIDENTE	**Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)**
1º VICE-PRESIDENTE	**Senador TIÃO VIANA (PT-AC)**
2º VICE-PRESIDENTE	**Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)**
1º SECRETÁRIO	**Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)**
2º SECRETÁRIO	**Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)**
3º SECRETÁRIO	**Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)**
4º SECRETÁRIO	**Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)**

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	**SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)**
2º Senador	**PAPALÉO PAES (PSDB-AP)**
3º Senador	**ALVARO DIAS (PSDB-PR)**
4º Senador	**AELTON FREITAS (PL-MG)**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL	Rodolpho Tourinho
PFL	Antonio Carlos Magalhães
PFL	César Borges

RIO DE JANEIRO

PT	Roberto Saturnino
PL	Marcelo Crivella
PMDB	Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB	Ribamar Fiquene
PFL	Edison Lobão
PMDB	Mauro Fecury

PARÁ

PMDB	Luiz Otávio
PT	Ana Júlia Carepa
PSDB	Flexa Ribeiro

PERNAMBUCO

PFL	José Jorge
PFL	Marco Maciel
PSDB	Sérgio Guerra

SÃO PAULO

PT	Eduardo Suplicy
PT	Aloizio Mercadante
PFL	Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL	Aelton Freitas
PSDB	Eduardo Azeredo
PMDB	Wellington Salgado Oliveira

GOIÁS

PMDB	Maguito Vilela
PFL	Demóstenes Torres
PSDB	Lúcia Vânia

MATO GROSSO

S/ Partido	Luiz Soarez
PFL	Gilberto Goellner
PT	Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB	Pedro Simon
PT	Paulo Paim
PTB	Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB	Reginaldo Duarte
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes
PSDB	Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB	Ney Suassuna
PFL	Efraim Morais
PMDB	José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PMDB	João Batista Motta
PMDB	Gerson Camata
PL	Magno Malta

PIAUÍ

PMDB	Alberto Silva
PFL	Heráclito Fortes
PMDB	Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

PTB	Fernando Bezerra
PMDB	Garibaldi Alves Filho
PFL	José Agripino

SANTA CATARINA

PFL	Jorge Bornhausen
PT	Ideli Salvatti
PSDB	Leonel Pavan

ALAGOAS

P-SOL	Heloísa Helena
PMDB	Renan Calheiros
PSDB	Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL	Maria do Carmo Alves
PSDB	Almeida Lima
PSB	Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB	Gilberto Mestrinho
PSDB	Arthur Virgílio
PDT	Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB	Alvaro Dias
PT	Flávio Arns
PDT	Osmar Dias

ACRE

PT	Tião Viana
P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PT	Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PDT	Juvêncio da Fonseca
PT	Delcídio Amaral
PMDB	Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PP	Valmir Amaral
PT	Cristovam Buarque
PFL	Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PSB	Nezinho Alencar
PMDB	Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB	José Sarney
PSB	João Capiberibe
PMDB	Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB	Amir Lando
PT	Fátima Cleide
PMDB	Valdir Raupp

RORAIMA

PTB	Mozarildo Cavalcanti
PDT	Augusto Botelho
PMDB	Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

Pág.

ARTIGO DE IMPRENSA

Transcrição do artigo intitulado "A todo vapor", de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de agosto de 2005. Senador Leonel Pavan. 59

Transcrição da matéria intitulada "Governo investe cada vez menos", publicada no **Jornal do Brasil,** edição de 15 de agosto de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho. 60

Transcrição do artigo da jornalista Miriam Leitão intitulado "Protesto a favor", que destaca a falta de representatividade da UNE, publicado na sua coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo**, edição de 16 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro. 62

Transcrição do artigo intitulado "Do Romanée-Conti ao vinagre", de autoria do jornalista Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 15 de agosto de 2005. Senador Reginaldo Duarte..... 63

Transcrição da matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo,** com o título "PPP demora para sair do papel". Senador Heráclito Fortes. 108

Transcrição do artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 24 de agosto de 2005, sob o título "Silêncio fúnebre". Senador Flexa Ribeiro..... 120

Transcrição do artigo "Conspiração", de autoria da articulista Eliane Catanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo,** edição de 23 de agosto de 2005. Senador Leonel Pavan..... 122

Transcrição do artigo intitulado "Plagiando Vicente Celestino", publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 19 de agosto de 2005. Senador Reginaldo Duarte. 122

Transcrição do artigo intitulado "Adivinhe quem vem para o jantar?", de autoria da articulista Eliane Catanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 12 de agosto de 2005. Senador Alvaro Dias. ... 124

Pág.

Transcrição do artigo "Lula's Trial by Fire", de autoria de Mac Margolis, publicado na revista **Newsweek**, edição de 8 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio..... 125

Transcrição do texto intitulado "Crise não inspira Chico Buarque", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, dia 24 de agosto de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho..... 381

Transcrição das matérias intituladas "Lavanderia mensalão", "O ninho da corrupção", "Blindagem trincada" e "A volta do Lula lá", publicadas na revista **Época***,* edição de 29 de agosto de 2005. Senador Leonel Pavan..... 391

Transcrição das matérias intituladas "Duelo mortal", "Testemunha explosiva", "A lavanderia do PT" e "Presente bilionário", publicadas na revista **IstoÉ***,* edição de 31 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro..... 400

AVIAÇÃO CIVIL

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Sérgio Cabral. ... 327

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Roberto Saturnino..... 329

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Paulo Octávio. ... 330

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio..... 331

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que

Pág.

cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Heráclito Fortes. 332

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador José Agripino..... 335

CALAMIDADE PÚBLICA

Demonstra preocupação com as tempestades que assolam o Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. 140

Solicita à Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul e à União, medidas urgentes para minimizar o sofrimento da população gaúcha atingida pelas tempestades. Senador Paulo Paim. 140

COMUNICAÇÃO

Presta esclarecimentos acerca da ausência de S.Exa. nos trabalhos da Casa, em razão de tratamento de saúde. Senador Almeida Lima..... 184

CONGRESSO NACIONAL

Apela ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para que não permita uma "operação abafa", que tem como intenção evitar a cassação dos Deputados denunciados por corrupção nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Senador Antonio Carlos Magalhães. 165

Ressalta a importância de não se permitir uma "operação abafa", salientando que todo Parlamentar que comete atos contrários aos direitos e deveres dos Parlamentares deve ser punido com a perda do mandato. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy..... 165

Apóia a iniciativa do Presidente Renan Calheiros de racionalização dos trabalhos das CPMIS. Senador José Agripino. 183

Registra seu desalento em relação ao pronunciamento do Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, em nome do Congresso Nacional, no tocante ao caso do Mensalão. Senador José Agripino. 183

Ressalta a satisfação de S.Exa. diante dos trabalhos realizados pelo PMDB, destacando a sua luta pessoal e a de seu Partido contra a corrupção no país. Senador Almeida Lima..... 184

Lamenta a perda, por parte do PSDB, do Senador Almeida Lima, Parlamentar atuante e grande homem público. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Leonel Pavan. 185

Pág.

Ressalta o brilhantismo e a competência do Senador Almeida Lima, destacando a importância de seus projetos para o desenvolvimento do Brasil. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Demóstenes Torres. 185

Solicita ao Congresso Nacional a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição, destacando sua seriedade e importância. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Eduardo Suplicy..... 185

Registra o trabalho persistente e combativo do Senador Almeida Lima frente ao PSDB, lamentando sua saída do Partido. Aparte ao Senador Almeida. Senador Eduardo Azeredo. 186

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. Senador Ramez Tebet. 187

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. Senador Sérgio Guerra..... 187

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. Senador Alvaro Dias..... 188

Insiste na contratação de auditorias independentes, com o propósito de fornecer laudo técnico a ser utilizado pela CPI. Senador Alvaro Dias. 188

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS, destacando as decisões do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Senador Fernando Bezerra.. 189

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. Senador Ney Suassuna.. 190

Apóia, em nome do PDT, a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalizar os trabalhos das CPMIS. Senador Osmar Dias..... 190

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS, destacando sua preocupação em relação às investigações das CPIS. Senador Sibá Machado. 190

Destaca a importância do exercício do direito de defesa, que é permanente, solicitando dos Presidentes das Comissões a remessa constante de relatório, acerca do andamento dos trabalhos de investigação, ao Presidente do Senado. Senador Romeu Tuma..... 191

Manifesta, em nome do PSB, apoio à iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador

Pág.

Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. Senador João Capiberibe. 191

(CPI)

Ressalta a necessidade de investigação da corrupção no País. Senador Alvaro Dias. 6

Parabeniza o Senado Federal pela instalação da CPI dos Bingos, garantindo que a mesma não acabará em pizza. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Efraim Morais..... 105

Destaca o papel do PMDB no desenvolvimento das investigações das CPIS. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Ney Suassuna. 105

Salienta a preocupação de S.Exa. com o resultado das investigações das CPIS, na possibilidade de que tudo resulte em uma grande "operação abafa". Senadora Heloísa Helena..... 106

Destaca o empenho do Senado Federal em votar projetos importantes para a sociedade, o que não foi prejudicado pelo trabalho com as investigações das CPIS. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Efraim Morais. 107

Ressalta a pressão do Governo para que não se convoque supostos envolvidos em corrupção a depor nas CPIS, como forma de emperrar os trabalhos das Comissões. Senador Heráclito Fortes. 108

Critica o posicionamento do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, no tocante à punição dos implicados nas CPMIS. Senador Demóstenes Torres..... 169

Alerta para a tentativa da base do Governo de abafar a responsabilidade de parlamentares governistas envolvidos nas denúncias do chamado "mensalão", fato que resultaria na impunidade da agremiação petista. Senador José Jorge. 298

Destaca a necessidade de punição dos envolvidos na corrupção que assola o país. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Mão Santa..... 299

Aponta para a necessidade das CPIS apurarem a origem dos recursos do mensalão. Senador Pedro Simon. 312

CRISE POLÍTICA

Reitera crítica do Senador Alvaro Dias em relação à atual conjuntura política no País e às CPIS. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti. 7

Solicita que figurem nos Anais do Senado Federal, matérias publicadas nas revistas: **Veja** e **Exame**, a respeito da crise política no País. Senador Reginaldo Duarte. 383

Pág.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Destaca a importância de uma divisão territorial, para o desenvolvimento econômico e social do país. Senador Ribamar Fiquene. 4

Apóia a proposta do Senador Ribamar Fiquene quanto à divisão do Estado. Aparte ao Senador Ribamar Fiquene. Senador Mozarildo Cavalcanti.. 5

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Destaque para a Subcomissão Permanente da Amazônia para discutir projetos em prol do desenvolvimento da região Amazônica. Senador Mozarildo Cavalcanti. 9

Ressalta a importância da deliberação tomada pelo I Congresso Internacional de Direito Amazônico quando de sua transformação em Fórum Permanente de Direito Amazônico. Senador Mozarildo Cavalcanti. 414

DESIGUALDADE SOCIAL

Analisa o relatório da ONU acerca das desigualdades no mundo, salientando que a globalização ainda não foi capaz de distribuir riqueza e conhecimento aos diversos povos da Terra. Senador Garibaldi Alves Filho. 116

Reafirma análise do Senador Garibaldi Alves Filho, asseverando que a globalização contribuiu tanto para o aumento da pobreza quanto para a desigualdade no mundo. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Marco Maciel. 116

DIREITOS HUMANOS

Celebra o 26º Aniversário da Lei da Anistia, promulgada no dia 28 de agosto de 1979. Senador Eduardo Suplicy. 67

EDUCAÇÃO

Defende recursos para a educação pré-escolar. Senador Paulo Paim..... 96

Reitera posição do Senador Paulo Paim ao defender mais recursos para a educação pré-escolar. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Heloísa Helena. 97

Questiona quanto à possibilidade de adiamento da votação do projeto do Fundef no Senado Federal. Senador Aloizio Mercadante..... 371

Salienta a necessidade de aprovação do Fundeb, bem como a importância de adiamento do Fun-

Pág.

def, visto que a aprovação de um desses projetos representa a garantia da estabilidade do sistema. Senador José Jorge..... 371

Reafirma colocação do Senador José Jorge em relação à necessidade de se aprovar o projeto de adiamento do Fundef. Senador Tasso Jereissati. 371

Ressalta a necessidade da aprovação do projeto do Fundef, tendo em vista a importância desse projeto para a educação do País. Senador Rodolpho Tourinho..... 372

Apóia pronunciamento do Senador José Jorge em relação à aprovação do Fundef. Senador Arthur Virgílio..... 372

Demonstra insatisfação quanto à idéia de adiamento da votação do Fundef. Senador Ramez Tebet..... 372

Expressa opinião favorável à votação da PEC nº 29, que amplia a vigência do Fundef. Senadora Lúcia Vânia..... 373

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Senadora Heloísa Helena..... 374

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Senador Alberto Silva. 375

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Senador Heráclito Fortes. 375

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Senador Arthur Virgílio..... 375

Convoca os Senadores presentes a votarem a proposta de ampliação do Fundef, tendo em vista sua grande importância para o Ensino Fundamental no País. Senador José Jorge..... 376

Parabeniza a iniciativa dos Senadores José Jorge e Francisco Escórcio em relação à Emenda Constitucional de ampliação do Fundef, bem como a necessidade de sua aprovação no Senado Federal. Senador Garibaldi Alves Filho. 377

Convoca os Senadores presentes para votarem a proposta de ampliação do Fundef. Senador José Agripino..... 377

Parabeniza a iniciativa dos Senadores Francisco Escórcio e José Jorge, em relação à Emenda Constitucional de ampliação do Fundef, destacando, a necessidade de aprovação da proposta de ampliação do Fundef. Senador Aloizio Mercadante. .. 377

ENERGIA ELÉTRICA

Protesta contra o aumento das tarifas de energia elétrica no Nordeste. Senador Ney Suassuna. 102

Aponta o aumento de tarifas públicas no Mato Grosso do Sul, com destaque para a excessiva burocratização no país. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Ramez Tebet. 103

ESCLARECIMENTO

Solicita um desmentido público por parte da Radiobrás, quando de sua declaração em relação à ausência do Senador Garibaldi Alves Filho, que estava presente no Plenário. Senador Antônio Carlos Magalhães..... 209

Presta esclarecimentos ao Presidente da Casa em relação à suposta ausência de S.Exa. no Plenário. Senador Garibaldi Alves Filho. 209

Presta esclarecimentos acerca do pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko, no dia 30 de agosto de 2005, a respeito da manipulação de fatos pela revista **Veja**. Senador Eduardo Siqueira Campos. 291

Presta esclarecimentos quanto ao pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos, quando de sua defesa em favor da Revista **Veja**. Senadora Serys Slhessarenko. 296

Esclarece questões referentes ao pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko. Senador Eduardo Siqueira Campos..... 297

GOVERNO ESTADUAL

Denuncia má gestão no Governador do Tocantins, que por meio do "Governo Itinerante" tem deixado inúmeros municípios sem atendimento médico. Senador Eduardo Siqueira Campos..... 168

Questiona a prática de nepotismo no Estado do Tocantins. Senador Eduardo Siqueira Campos. 168

Pág.

Registra a importância que foi a criação do Estado do Tocantins, destacando a vocação de S.Exa. para o desenvolvimento econômico e social da antiga região do Goiás. Senador Nezinho Alencar..... 300

Denuncia abusos cometidos por autoridades do Município de Anapu, onde foi assassinada a missionária irmã Dorothy Stang. Senadora Ana Júlia Carepa..... 316

GOVERNO FEDERAL

Apresenta, à Ministra da Casa Civil, requerimento, solicitando prestações de contas referentes às despesas efetuadas por meio dos Cartões Corporativos da Presidência da República. Senador Alvaro Dias. 98

Lamenta postura do Presidente Lula diante das provas de corrupção em seu Governo. Senador Alvaro Dias. 98

Discorre a respeito das denúncias de corrupção no Governo Federal e os gastos suspeitos efetuados nos cartões corporativos da Presidência da República. Senador José Agripino..... 100

Considerações a respeito da crise política e denúncias de corrupção no Governo Federal. Senador Ramez Tebet..... 103

Justifica o requerimento que apresentou, solicitando a realização pelo TCU, de auditoria na Controladoria-Geral da União. Senador César Borges.... 161

Ressalta a legitimidade do requerimento impetrado pelo Senador César Borges, da Oposição, salientando as iniciativas do Ministro Waldir Pires que resultaram em prisões de prefeitos que desviaram recursos no Estado de Alagoas. Aparte ao Senador César Borges. Senador Eduardo Suplicy..... 163

Reclama da demora do Governo Federal em liberar verbas orçamentárias vinculadas às emendas que apresentou em favor do Ministério das Cidades. Senador Marcelo Crivella. 166

Protesta quanto ao tratamento dado pelo Governo do Presidente Lula ao Estado de Santa Catarina. Senador Jorge Bornhausen. 172

Destaca o pronunciamento do Senador César Borges concernente ao pedido de auditoria pelo TCU, na Controladoria-Geral da União. Senador Eduardo Suplicy..... 173

Registra os trabalhos realizados pelo Ministério do Esporte a partir de informações colhidas junto ao Ministro Agnelo Queiroz. Senador Eduardo Suplicy. 173

Repudia a traição do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que decidiu extinguir as Delegacias Regionais do Trabalho dos municípios de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan..... 189

Questiona se o Governo estaria fazendo um esforço para retirar veto de votação. Senador Paulo Octávio..... 221

Apela para o Líder do Governo que encaminhe com urgência Parecer para apreciação. Senador Eduardo Suplicy..... 222

Procede à leitura de nota da família do ex-Presidente Juscelino Kubistchek, manifestando preocupação com supostos equívocos cometidos pelo Presidente Lula ao mencionar o ex-Presidente. Senador Paulo Octávio..... 307

Destaca a falta de credibilidade nas instituições públicas por parte da população brasileira. Senador Almeida Lima. 308

Demonstra estranheza em relação à convocação por parte do líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, da Oposição para garantir a governabilidade do País, viabilizando a aprovação de projetos do Executivo. Senador José Agripino.. 314

Comenta repercussão, na **Folha de S. Paulo** e em diversos jornais do País, da entrevista concedida pelo Ministro do TSE, Carlos Veloso, ao programa "Roda Viva", a respeito da prática de "caixa dois" em campanha política. Senador César Borges. 321

GOVERNO MUNICIPAL

Registra a presença do Prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald, no Plenário do Senado, destacando sua proposta de educação integral naquela região. Senador Osmar Dias..... 305

Demonstra interesse em conhecer o projeto, do Prefeito Paulo Mac Donald, que pretende adotar a educação integral em Foz do Iguaçu. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Sibá Machado..... 306

HOMENAGEM

Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas. Senador Mozarildo Cavalcanti..... 32

Homenageia os 26 anos da Lei da Anistia, destacando a trajetória política do país. Senador João Capiberibe..... 71

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia, destacando nomes de importantes personalidades brasileiras, vítimas de tortura. Senador Heráclito Fortes. 72

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia no Brasil. Senador Paulo Paim. 73

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia no Brasil, destacando grandes líderes que lutaram pela democratização do país. Senador Ramez Tebet. .. 74

Pág.

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia no Brasil. Senador Sibá Machado..... 75

Destaca o lançamento, na Câmara dos Deputados, do livro de autoria do Doutor Paulo Affonso Martins de Oliveira, intitulado "O Congresso em meio século". Senador Marco Maciel..... 118

Homenagem à Igreja Assembléia de Deus no Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti. 144

Homenagem à Igreja Assembléia de Deus. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho..... 145

Registra os 90 anos da Igreja Assembléia de Deus em Roraima, dirigida pelo Pastor Izamar Ramalho, que realiza importante trabalho social no Estado. Senador Romero Jucá..... 160

Registra as comemorações da Semana Nacional dos Excepcionais, pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). Senador Jorge Bornhausen. 172

Homenagem ao Dia dos Bancários, que ocorre sempre em 28 de agosto de cada ano. Senador Valmir Amaral. 213

Homenageia a Polícia Rodoviária Federal, destacando seu trabalho e importância na vida nacional. Senador Romero Jucá..... 214

Saúda o Governador da Bahia, Paulo Souto, que juntamente com o seu vice, se encontra no Plenário do Senado Federal. Senador Antonio Carlos Magalhães. 301

Registra a presença do Prefeito de Xaxim, Lírio Dagort, de Vereadores de Pinhalzinho e de Marema, bem como a do Prefeito de Pinhalzinho e de Vereadores de Xaxim, juntamente com a presença do Deputado Federal Gervásio Silva. Senador Leonel Pavan..... 311

Elogia o trabalho da empresa Agropalma que desenvolve projeto de biodiesel. Senador Flexa Ribeiro... 311

Encaminha requerimento que requer Voto de Congratulações à cidade de Assis – SP, pelo aniversário de 100 anos de sua fundação, ocorrido em 1º de julho de 2005. Senador Romeu Tuma. 380

Registra a passagem da Semana do Excepcional, ocorrida no período compreendido entre os dias 21 e 28 de agosto de 2005, destacando o trabalho da APAE no Brasil. Senador Alvaro Dias.... 380

HOMENAGEM PÓSTUMA

Encaminha requerimento que requer Voto de Pesar pelo falecimento da ex-Senadora Laélia de Alcântara. Senador Sibá Machado. 306

Pág.

IMPRENSA

Critica a Revista *Veja* devido às matérias que vem publicando durante a crise política do país, questionando se a Revista possui moral suficiente para debater os temas: ética e moral. Senadora Serys Slhessarenko..... 153

INDÚSTRIA NACIONAL

Sugere ao Governo Federal que adote medidas de salvaguardas em prol da indústria têxtil nacional, que estaria obtendo prejuízos com a entrada de tecidos chineses no mercado interno. Senador Antônio Carlos Valadares. 152

MATERNIDADE

Parabeniza os Senadores Aloizio Mercadante e Maria do Carmo pelo requerimento de urgência para a Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senador Eduardo Siqueira Campos..... 197

Parabeniza os Senadores Aloizio Mercadante e Maria do Carmo Alves pela Emenda Constituição, destacando seu contentamento em ser pai adotivo. Senador Magno Malta. 198

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senador Aloizio Mercadante. 198

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senador José Jorge. 198

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senadora Patrícia Saboya Gomes. 199

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senadora Heloísa Helena. 199

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senador Sérgio Cabral. 200

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senadora Lúcia Vânia. 200

Pág.

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senador João Capiberibe. 200

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. Senador José Agripino. 200

MENSAGEM

Mensagem Nº 213, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que restitui autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.165, de 18 de agosto de 2005..... 76

PARECER

Parecer Nº 1.538, de 2005, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Delcídio Amaral. 34

Parecer Nº 1.539, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Delcídio Amaral. 38

Parecer Nº 1.540, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Tasso Jereissati. 42

Parecer Nº 1.541, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. Senador Heráclito Fortes..... 47

Parecer Nº 1.542, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (1.094/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997. Senador Eduardo Suplicy..... 86

Parecer Nº 1.543, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808, de 2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, consolidando as Emendas de nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovadas pelo Plenário. Senador Edison Lobão.. 139

Parecer Nº 1.544, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores, que comunica a indicação do nome do Senhor Luciano Ozório Rosa, que obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes. Senadora Serys Slhessarenko..... 223

Parecer Nº 1.545, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores, que comunica a indicação do nome do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes. Senadora Serys Slhessarenko..... 224

Parecer Nº 1.546, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores, que comunica que o Senhor Isnard Penha Brasil Júnior, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, obteve na Comissão de Relações Exteriores 16 votos favoráveis e nenhum voto contra. Senadora Serys Slhessarenko..... 225

Parecer Nº 1.547, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existente no mundo (CPAQ). Senador Mozarildo Cavalcanti..... 230

Pág.

Parecer Nº 1.548, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existente no mundo (CPAQ). Senador Arthur Virgílio..... 230

Parecer Nº 1.549, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de Origem), que altera o artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto). Senador José Jorge. 239

Parecer Nº 1.550, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de Origem), que altera o artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto). Senador Valdir Raupp..... 241

Parecer Nº 1.551, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências. Senador Eduardo Azeredo. 244

Parecer Nº 1.552, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências. Senador Flávio Arns. 247

Parecer Nº 1.553, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 143, de 2001 (nº 4.123/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 190/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC nº 009.580/99-9). Senador Osmar Dias. 251

Parecer Nº 1.554, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 1, de 2003, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório de Auditoria realizada nos órgão diretamente envolvidos com a administração do Fundo de Participação PIS/PASEP (Conselho Diretor do Fundo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – Caixa e Banco de Brasília - BRB) (TC –013.384/2002-0). Senador Flexa Ribeiro. 253

Parecer Nº 1.555, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 483 de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que dispõe sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências. Senador Augusto Botelho. 261

Parecer Nº 1.556, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai no Município de Quaraí no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Leonel Pavan. 265

Parecer Nº 1.557, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, de iniciativa do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade da Serra, situado entre o km 249 e o km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo. Senador Sibá Machado. 268

Parecer Nº 1.558, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia". Senador Augusto Botelho..... 272

PARTIDO POLÍTICO

Comenta artigo do jornalista Luiz Weis, intitulado "Transição no PT é mais do mesmo", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 de agosto de 2005. Senador Alvaro Dias. 58

Pág.

Comenta a gravidade da crise, gerada pelo Partido dos Trabalhadores, na política brasileira. Senador Arthur Virgílio..... 409

POLÍTICA AGRÁRIA

Registra o sucesso da feira Expointer 2005, realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, apresentando as últimas novidades dos setores agropecuário e agroindustrial. Senador Sérgio Zambiasi. 164

POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Relata a aprovação da Lei de Biossegurança, que apela ao Governo Federal para que agilize a sua regulamentação. Senador Aelton Freitas..... 110

POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Demonstra preocupação em relação ao PLS n° 62, de 2005, em tramitação no Senado Federal, que trata da gestão das florestas públicas. Senador Mozarildo Cavalcanti. 95

POLÍTICA ECONÔMICA

Alerta para a crise de expectativas pessimistas que reinam no país, confrontando essas expectativas com os números do crescimento econômico brasileiro. Senador Aloizio Mercadante. 310

POLÍTICA ENERGÉTICA

Destaca a proposta do plantio de palmáceas, como reposição florestal em áreas 100% desmatadas na Amazônia. Senador Flexa Ribeiro..... 311

POLÍTICA FISCAL

Encaminhamento de Proposta de Emenda Constitucional que obriga a transferência para os municípios de 10% do produto de arrecadação provenientes das contribuições sobre Movimentação Financeira (CPMF), de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e de Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Senador Osmar Dias..... 156

POLÍTICA FUNDIÁRIA

Apela para a regularização fundiária, com transferência de terras devolutas ao Estado, como forma de legalização de terras e solução da questão indígena no Estado de Roraima. Senador Romero Jucá. 160

POLÍTICA HABITACIONAL

Considerações a respeito do modelo brasileiro de política habitacional. Senador Valmir Amaral.... 119

POLÍTICA NACIONAL

Apela para a superação da crise política e pela busca de soluções para os problemas da Nação, como a precariedade dos sistemas de educação e de saúde, bem como da malha rodoviária federal. Senadora Íris de Araújo. 157

Reafirma que a necessidade de apuração das denúncias e punição dos culpados pela corrupção é tão importante quanto melhorar a infra-estrutura urbana, a educação e a saúde no País. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Ramez Tebet.... 158

POLÍTICA PARTIDÁRIA

Reflete a respeito da decisão do Senhor Tarso Genro de desistir da candidatura à presidência do Partido dos Trabalhadores, propondo que o Deputado José Dirceu faça o mesmo. Senador Eduardo Suplicy. 114

Relata desistência do Presidente Interino do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro, quanto à eleição para a presidência do PT. Senador José Jorge..... 115

Encaminha à votação o Requerimento Nº 947, de 2005, que solicita nos termos do artigo 366; inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, que acrescenta a alínea **J** ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, de ocupante de cargo público que a ele renuncie. Senador Aloizio Mercadante. 366

POLÍTICA SALARIAL

Apela para a derrubada do veto presidencial ao reajuste dos 15% aos servidores do Legislativo e do Tribunal de Contas da União - TCU. Senador Paulo Octávio..... 2

Presta considerações acerca do veto presidencial em relação à matéria que trata da reposição salarial concedida aos servidores do Poder Legislativo, que salienta a urgência em derrubar o veto presidencial. Senador Efraim Morais. 111

Pág.

Convoca os funcionários públicos a pressionarem os Parlamentares a pedir a derruba do veto presidencial quanto ao reajuste salarial de 15%. Senador Efraim Morais. 111

Reafirma a necessidade dos funcionários públicos pressionarem os Parlamentares a aprovarem medida de reajuste salarial, e conseqüentemente derrubarem veto presidencial. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senadora Heloísa Helena..... 113

POLÍTICA SOCIAL

Estabelece relação entre o superávit da economia e a diminuição de recursos para os programas sociais e para os investimentos públicos. Senador Teotônio Vilela Filho..... 1

Protesta contra a paralisação de obras federais e interrupção de programas sociais, no Estado de Alagoas, por parte do Governo Federal. Senador Teotônio Vilela Filho..... 1

Destaca o envelhecimento da população do país, ressaltando pesquisa realizada pela especialista em estatística Maria Lourdes Teixeira Jardim a respeito do envelhecimento da população do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. 140

Reafirma comentário do Senador Paulo Paim a respeito do envelhecimento da população brasileira, ressaltando o aumento da expectativa de vida do cidadão. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti. 141

Destaca ações do Ministério dos Esportes ao incentivar o programa de inclusão social, beneficiando crianças e também detentos. Senador Eduardo Suplicy..... 173

Destaca abertura, no dia 29 de agosto de 2005, em São Paulo, do capítulo brasileiro do Clube de Roma, organização não governamental fundada em 1968. Senador Marco Maciel..... 288

Apóia proposta de conversão de um percentual da dívida externa brasileira para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim..... 408

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Critica pronunciamento do Presidente Lula, no qual o Presidente se compara com ex-Presidentes da República. Senador Alvaro Dias. 6

Elogios ao discurso do Presidente Lula, proferido em 25 de agosto de 2005. Senador Paulo Paim..... 29

Destaca equívocos cometidos pelo Presidente Lula, ao comparar-se com os ex-Presidentes Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Senador Alvaro Dias..... 31

Encaminha pedido de audiência com o Presidente da República. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Paulo Paim. 69

Reage, em nome dos amigos do Presidente Juscelino Kubitschek, contra o uso indevido do nome do ex-Presidente, pelo Presidente Lula, em discurso proferido recentemente. Senador Antonio Carlos Magalhães..... 301

Destaca os erros históricos cometidos pelo Presidente Lula ao se comparar com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tasso Jereissati..... 302

Considera a comparação estabelecida pelo Presidente Lula entre sua pessoa e o Presidente Juscelino Kubitschek, uma agressão à história de ex-Presidente. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Almeida Lima. 302

Comenta discurso do Presidente Lula ao se referir à figura do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ressaltando seus equívocos em relação ao processo histórico brasileiro. Senador Arthur Virgílio. 303

Ressalta a falta de veracidade nos recentes discursos do Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Jefferson Péres..... 315

Destaca o discurso do Presidente Lula em que discorre a respeito da figura de Juscelino Kubitschek, ressaltando os feitos e a postura democrática do ex-Presidente do Brasil. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Suplicy. 315

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Considerações acerca dos empréstimos consignados em folha para aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim. 29

PROGRAMA SOCIAL

Rebate críticas que afirmam ter os programas de transferência de renda do Governo Federal, principalmente o Fome Zero e o Bolsa-Família, caráter meramente assistencialista. Senadora Ana Júlia Carepa. 316

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Projeto de Decreto Legislativo Nº 345, de 2005 (Nº 1.094, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na

Pág.

29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997..... 196

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL

Projeto de Lei Nº 39, de 2005, do Congresso Nacional, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$6.500.000,00, para fins que especifica..... 87

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado Nº 300, de 2005, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 5 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa selic). Senador Paulo Paim..... 76

Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2005, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a fraude em concurso público ou em qualquer exame de interesse público. Senador Romeu Tuma..... 192

Projeto de Lei do Senado Nº 302, de 2005, que altera o artigo 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências. Senador César Borges..... 192

Projeto de Lei do Senado Nº 303, de 2005, que altera o artigo 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, e o artigo 1º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. Senador César Borges..... 277

Projeto de Lei do Senado Nº 304, de 2005, que altera o § 2º do artigo 36 da Lei de Execução Penal, para determinar a remuneração do trabalho do preso pelas empresas conveniadas. Senadora Serys Slhessarenko..... 278

Projeto de Lei do Senado Nº 305, de 2005, que altera o artigo 5º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, fixando alíquota mínima para o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) nas hipóteses que menciona. Senadora Serys Slhessarenko..... 279

Projeto de Lei do Senado Nº 306, de 2005, que determina o uso da linguagem inclusiva para cargos na Administração Pública brasileira. Senadora Serys Slhessarenko..... 282

Pág.

Projeto de Lei do Senado Nº 307, de 2005, que altera a redação do artigo 115 do Código Penal. Senador Pedro Simon..... 285

Projeto de Lei do Senado Nº 308, de 2005, que altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem "software aberto". Senadora Serys Slhessarenko..... 286

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2005, que altera o inciso I de art. 109, e inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho. Senador Paulo Paim..... 78

REFORMA POLÍTICA

Destaca propostas de redução do tempo de campanha e conseqüente diminuição dos gastos de campanha, em tramitação no Congresso Nacional. Senador Leomar Quintanilha..... 93

REQUERIMENTO

Requerimento Nº 940, de 2005, que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. Senador Alvaro Dias..... 54

Requerimento Nº 941, de 2005, que requer nos termos dos artigos 159 e 160; do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de agosto de 2005, seja dedicado à comemoração dos 26 anos da Lei da Anistia – Lei nº 6.683/79, que serão completados no dia 28/08/2005. Senador Eduardo Suplicy..... 66

Requerimento Nº 942, de 2005, que requer nos termos do artigo 50; § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, **a**, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada à Ministra de Estado da Casa Civil solicitação de informações. Senador Alvaro Dias.. 92

Requerimento Nº 943, de 2005, que requer nos termos do número 12, alínea **c**, inciso II do art. 255, combinado com o disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se manifeste sobre o Projeto de Lei do Senado de nº

Pág.

86, de 2004, além de das comissões constantes do despacho inicial. Senadora Ana Júlia Carepa. 93

Requerimento Nº 944, de 2005, que requer registro em Ata de voto de pesar pelo falecimento do pastor evangélico Zózomo Malta, ocorrido no dia 23 de agosto de 2005. Senador João Batista Motta..... 138

Requerimento Nº 945, de 2005, que requer nos termos do artigo 258 e do artigo 260; inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 487/2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 108/2005, por versarem sobre a mesma matéria, com precedência do último sobre o primeiro; dada sua maior amplitude. Senadora Ana Júlia Carepa. 138

Requerimento Nº 946, de 2005, que requer nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações referentes às atividades da Receita Federal do Brasil. Senador Romeu Tuma..... 138

Requerimento Nº 947, de 2005, que requer nos termos do artigo 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em regime de urgência do Projeto de lei do Senado nº 266, de 2005 – complementar, que acrescenta a alínea **J** ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, de ocupante de cargo público que a ele renuncie. Senador Arthur Virgílio..... 191

Requerimento Nº 948, de 2005, que requer nos termos do artigo 336, II, combinado com o artigo 338, IV, do RISF, urgência para o PRS nº 74, de 2005, advindo da MSF nº 102, de 2005, que "propõe ao Senado Federal, que seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de crédito brasileiro junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US$331.686,015,65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004". Senadora Ana Júlia Carepa..... 194

Requerimento Nº 949, de 2005, que requer nos termos do artigo 336, II, combinado com o artigo 338, IV, do RISF, urgência para o PRS nº 75, de 2005, advindo da MSF nº 172, de 2005, que "propõe ao Senado Federal, que seja autorizada a contratação operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investiment Bank – NIB (Banco Nórdico de Investimento), no valor total equivalente a até US$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do "Programa Multissetorial NIB II". Senador Valdir Raupp..... 195

Requerimento Nº 950, de 2005, que requer nos termos do artigo 311; inciso I, do Regimento Interno, preferência para o Item 4, PEC nº 87 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia. Senadora Fátima Cleide.... 202

Requerimento Nº 951, de 2005, que requer nos termos do artigo 312; inciso II, do Regimento Interno, destaque, para votação em separado, da expressão: "ou estadual" constante do artigo 89 na relação dada pelo artigo 1º PEC nº 87, de 2003. Senador Aloizio Mercadante..... 204

Requerimento Nº 952, de 2005, que requer nos termos do artigo 311; inciso I, do Regimento Interno, preferência para o Item 6 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia. Senador José Jorge. 212

Requerimento Nº 953, de 2005, que requer nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2002, com o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2005, por regularem a mesma matéria. Senador Romero Jucá. 213

Requerimento Nº 954, de 2005, que requer nos termos do artigo 258, de Regimento interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 394, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2005, por regularem a mesma matéria. Senador Romero Jucá..... 213

Requerimento Nº 955, de 2005, que requer nos termos do artigo 218, VII, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da ex-Senadora Laélia Alcântara, primeira mulher negra a assumir uma vaga no Senador Federal e reconhecida no Estado do Acre por seus relevantes serviços prestados à saúde pública. Senador Sibá Machado. 307

Requerimento Nº 956, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao escritor e professor Werner Zotz, pelo lançamento de seu livro "Aventura no Rio Amazonas". Senador Arthur Virgílio. 322

Requerimento Nº 957, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao cavaleiro Rodrigo Pessoa pela conquista da medalha de Ouro das Olimpíadas de 2004, na Grécia, a ele entregue em 30 de agosto de 2005, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio... 323

Requerimento Nº 958, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao jornalista Mário Moreira Alves

Pág.

pelo lançamento de seu livro "Teotônio, Guerreiro da Paz". Senador Arthur Virgílio. 323

Requerimento Nº 959, de 2005, que requer, nos termos do artigo 258 e 259, do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2004, a mim distribuído para relatar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o de nº 76, de 2004, que dispõem sobre a mesma matéria. Senador Marcelo Crivella..... 323

Requerimento Nº 960, de 2005, que requer, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, IV, do RISF, urgência para o PRS nº 76, de 2005, advindo da MSF nº 184 de 2005, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 12.120.000,00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio a Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE." Senador Fernando Bezerra. 324

Requerimento Nº 961, de 2005, que requer, nos termos do artigo 311; inciso I, do Regimento Interno, preferência para que os itens 5 a 10 sejam apreciados antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia. Senador Aloizio Mercadante. 366

Requerimento Nº 962, de 2005, que requer, nos termos do artigo 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência de votação para a Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que "inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)". Senadora Ideli Salvatti. 370

Requerimento Nº 963, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apresentado Voto de Congratulações à cidade de Assis – SP, pelo aniversário de 100 anos de sua fundação, ocorrido em 1º de julho de 2005. Senador Romeu Tuma. 380

Requerimento Nº 964, de 2005, que requer nos termos do artigo 258, do Regimento Interno, que tenha a tramitação conjunta dos seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 269/2005 – Complementar com o Projeto de Lei do Senado nº 266/2005 – Complementar. Senador Jefferson Péres. 380

Requerimento Nº 965, de 2005, que requer, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno, que tenha a tramitação conjunta dos seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 274/2005 – Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 266/2005 – Complementar. Senador Tião Viana. 380

SAÚDE

Aponta para a situação de descalabro em relação à política de saúde, que afeta inúmeros municípios do Estado do Maranhão. Senador Edison Lobão. 171

SEGURANÇA PÚBLICA

Protesta contra a intenção do Governo Federal de transferir o criminoso Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira Mar, para uma cela da Polícia Federal em Florianópolis, conforme noticiou o jornal Diário Catarinense. Senador Jorge Bornhausen... 172

SENADO FEDERAL

Protesta contra a declaração equivocada do Senador Heráclito Fortes, publicada no *Jornal do Senado*, segundo a qual existiria um acordo para a fixação da sede da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, no Rio de Janeiro. Senador Paulo Octávio..... 8

Discorre a respeito da aprovação do requerimento de informações, pelo Senado Federal, concernente aos gastos com cartões de crédito corporativo pelo Governo Federal, em especial pela Presidência da República. Senador José Jorge.... 115

Profere discurso de despedida de seus pares, em razão do término da licença do titular, o Senador João Ribeiro. Senador Nezinho Alencar. 300

Demonstra desacordo em relação ao Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que propõe a alteração da votação em curso no Plenário do Senado. Senador José Jorge..... 371

SERVIDOR PÚBLICO

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Mozarildo Cavalcanti. 202

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e

Pág.

militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Valdir Raupp. 203

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senadora Fátima Cleide. 203

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Romero Jucá. 204

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Ney Suassuna. 204

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Geraldo Mesquita Júnior..... 205

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Amir Lando. 205

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador José Jorge. 206

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Eduardo Azeredo..... 206

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. Senador Aloizio Mercadante. 208

VIOLÊNCIA

Destaca os altos índices de violência no país e a marginalização da sociedade. Senador Marcelo Crivella. 166

Aponta para a crise social vivida pelo país, ressaltando a violência crescente no Estado do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Ramez Tebet. 167

Ata da 144ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Ribamar Fiquene

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

De imediato, concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

S. Exa disporá de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a aprovação do texto da nova LDO pôs fim a uma discussão extensa e desgastante sobre os patamares do superávit primário para o próximo ano. O debate não deixa de ser revelador do momento que hoje vive a economia brasileira, que se divide em manter um superávit já absurdamente alto, de 4,25% do PIB, ou de elevá-lo ainda mais para o próximo ano.

O patamar do superávit tem conseqüências diretas na economia e na vida do País. Mais superávit significa menos recursos para programas sociais e para investimentos públicos. Mais superávit, pela lógica econômica, deveria significar, no médio e longo prazo, menos dívida. Mas, no Brasil do PT, a lógica não prevalece.

Fazemos superávits cada vez maiores, mas também praticamos juros cada vez mais absurdos. Com a queda da inflação, que se verifica há semanas seguidas, temos, hoje, juros reais de 14% – um inalcançável recorde mundial. Mas o Banco Central teima em mantê-los onde estão: nas nuvens.

A cada reunião do Copom, uma desculpa qualquer, e os juros não caem, consumindo qualquer superávit que se venha a produzir. Segundo cálculos do Ministério do Planejamento, os Ministérios precisariam, hoje, para atender a seus custeios e investimentos, de cerca de R$5 bilhões. Muito dinheiro? Que nada! Isso é muito menos do que representa o pagamento de apenas meio ponto percentual de juros. Mas há quase dois anos os juros só fazem subir. Há três meses, a despeito do controle inflacionário e da sua tendência declinante, os juros permanecem intocados.

Que sentido tem, então, pergunto eu, Sr. Presidente, a discussão sobre o tamanho do superávit primário, se, paralelamente, não se discute também a calibragem dos juros?

Pior ainda: o debate sobre o patamar do superávit primário é absolutamente inócuo, irrelevante, porque, com superávit ou sem superávit, o Governo não consegue sequer executar o Orçamento previsto e liberado. Foi-se o tempo em que o Orçamento Geral da União era contingenciado por conveniências de ajuste fiscal ou política monetária. Hoje, o contingenciamento acontece sobretudo por absoluta incapacidade gerencial: o Governo não consegue gastar o que tem, o que está liberado. Faltam projetos, faltam gerentes, faltam linhas de governo, Sr. Presidente. A que ponto chegamos: tradicionalmente, no Brasil, os Governos sempre reclamam da real falta de recursos. Até nisso o PT é original: neste Governo, falta quem saiba gastar. O dinheiro existe, mas não conseguem aplicá-lo.

O FMI deu até uma ajuda considerável ao atual Governo, quando admitiu contabilizar como investimento, e não como despesas, as aplicações em infra-estrutura. Os jornais chegaram a estimar que a mudança de critérios representaria mais de R$3 bilhões de investimentos. Adiantou pouco. Para citar um só exemplo, a duplicação da BR-101, entre Natal e Maceió, foi anunciada desde fins de 2003. Deveria ter começado ainda no ano passado, mas que nada. O Governo não conseguiu, ainda, abrir a licitação para as obras.

Nos últimos 30 meses, ou seja, em todo o Governo Lula, não se iniciou uma só hidrelétrica, um só projeto de geração de energia. O Governo mexeu nas agências reguladoras, alterou modelos e perdeu-se em discussões tão intermináveis e estéreis sobre a regulação do setor que há uma só certeza à vista: apagão, a médio ou longo prazo.

São Pedro até que se tem mostrado generoso com o Governo brasileiro. A chuva tem enchido nossos rios e reservatórios, mas nem a complacência dos céus consegue vencer a incompetência do Governo. Nenhuma obra, nenhuma hidrelétrica: no fim do túnel, nenhuma luz, só a certeza de um apagão e os escândalos nas estatais do setor – Furnas, Eletronorte e tantos outros –, sobre os quais na próxima semana voltarei a esta tribuna para falar.

Assim tem sido de Norte a Sul. Em Alagoas, Sr. Presidente, a Senadora Heloísa Helena é testemunha, só há uma obra federal em execução: a ampliação do aeroporto, ainda assim porque os recursos são da Infraero, que é uma instituição superavitária, que não depende de verbas do Orçamento nem está contingenciada pela letargia da paralisia federal. Tudo o mais está parado.

Todas as obras federais em Alagoas, à exceção do aeroporto, estão paralisadas. Pararam as adutoras do Sertão, do Alto Sertão, do Agreste, está paralisado todo um sistema, que foi iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso, de esgotamento sanitário dos Municípios que margeiam os rios Paraíba e Mundaú. Essa obra é muito importante, porque promove a revitalização das lagoas Mundaú e Manguaba. Paralisaram-se as obras de revitalização do rio São Francisco, que se iniciaram a partir também do esgotamento sanitário de Pão de Açúcar, Penedo, Porto Real do Colégio e Arapiraca. Também estão paralisadas as obras de saneamento básico no nosso Estado de Alagoas. Está paralisada a obra do Canal do Sertão, Senadora Heloísa Helena, que viria a atender 700 mil alagoanos da região mais sofrida do Estado. Vinte e sete Municípios receberiam água tratada para o consumo humano, para o gado, projetos de piscicultura, melhoria da condição de alimentação, obras de fruticultura, enfim, para um pólo de geração de emprego e renda.

Nesta semana, o Governo liberará, pela primeira vez em três anos, R$4 milhões de uma emenda ainda do ano de 2003.

Sr. Presidente, em Alagoas, praticamente tudo parou.

Os jornais de Maceió noticiaram, ontem, que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da cidade de Arapiraca, o segundo maior do Brasil, envolvendo mais de seis mil crianças que trabalhavam com o fumo e outras culturas muito danosas à saúde humana, também foi paralisado. As crianças voltaram para o trabalho penoso porque há dois meses o Peti de Arapiraca não recebe recursos.

Sr. Presidente, enquanto o Governo se mostra absolutamente incompetente para tocar o que já foi iniciado, o que estava em andamento, ele se apresenta como perigosamente temerário e até irresponsável ao embarcar em aventuras administrativas como a famosa transposição do Rio São Francisco, que não passa de um projeto eleitoreiro, com prazo de validade até a eleição de outubro, um anunciado elefante branco caatinga adentro, inconcluso, inservível e danoso à Região Nordeste. O Governo apregoa que quer ajudar o Nordeste, mas, na verdade, prejudica-o com o engodo de que esse canal irá resolver o problema da seca e da fome. Essa obra presta-se a uma intenção eleitoreira, e estou sendo generoso ao dizer isso, porque há denúncias muito graves de que esse projeto tem compromisso com empreiteiras. E por aí vai.

Sr. Presidente, os recursos para todas essas obras que estão paralisadas e sobre as quais falei são orçamentários e independem de qualquer patamar para o superávit primário, até porque o País não tem apresentado problemas para atingir suas metas fiscais. Ao contrário, há recordes sucessivos e crescentes na arrecadação. A voracidade fiscal, agora, só é comparável ao apetite insaciável dos receptores de mensalões. Nunca se pagou tanto imposto como no Brasil de hoje, do PT.

Não importa que exista dinheiro, se não existe governo que consiga e saiba aplicá-lo em favor dos brasileiros.

Como se vê, Sr. Presidente, além de inócua, a discussão sobre superávits e déficits da administração fiscal leva a um *nonsense*: sabe-se que o Governo não consegue nem executar o Orçamento previsto, mas sabe-se também que seus gastos são crescentes. Como isso é possível? No Brasil do PT, todo absurdo é sempre possível, inclusive criticar o Governo quando nem existe mais governo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela Liderança do PFL, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra a V. Exª, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Ribamar Fiquene.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna no intuito de tentar sensibilizar todos os Senadores da necessidade da derrubada do veto presidencial aos 15% de reajuste para os servidores desta Casa, da Câmara e do Tribunal de Contas da União. O Congresso Nacional aprovou reajustes para a totalidade dos servidores do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, e os servidores do Poder Legisla-

tivo e do Tribunal de Contas da União foram os únicos que não tiveram reajuste no mesmo período.

Esta Casa, Sr. Presidente, anunciou o fato à Nação, fez pesada economia para obter meios suficientes e conseguir pagar o reajuste. Nada mais justo do que conceder os 15% àqueles que nos ajudam em todo o processo legislativo.

Estive presente com o Senado Renan Calheiros quando S. Exª, antes da reunião de Líderes ocorrida na última terça-feira, abriu as portas do seu gabinete para o sindicato dos servidores do Legislativo. Na oportunidade, a Presidência do Congresso Nacional foi muito franca e correta com os representantes da categoria: colocou-se à disposição para fazer o que pudesse ser feito para remover a injustiça, mas alertou, com muita sensatez, para o fato de que não seria capaz de conseguir tal proeza agindo sozinho.

Concordo em gênero, número e grau com o Senador Renan Calheiros e partilho da sua certeza de que essa é uma obrigação que não deve ser imputada apenas à Presidência do Congresso Nacional. Somos todos nós, cada Deputado, cada Senador, igualmente responsáveis por superar esse contexto kafkiano, em que estamos condenando a uma prolongada angústia pessoas inocentes, trabalhadoras e honestas, que nada mais fizeram do que nos prestarem relevantes e meritórios serviços.

A marcação da data para que sejam apreciados esses vetos, na próxima quarta-feira, representa grande conquista obtida na reunião de Líderes realizada no último dia 23, certamente um passo decisivo e sem retorno no rumo da superação desse impasse cruel e asfixiante. A decisão adotada pelo Congresso Nacional naquela ocasião representou um feito histórico, uma demonstração objetiva de que a nossa democracia pode ser jovem, mas não é frágil, nem é cambaleante.

Temos diante de nós, nobres Pares, os destinos de mais de 30 mil famílias. Trinta mil famílias que não compreendem e não podem compreender por que razões continuam sendo esquecidas. Trinta mil famílias que vêem, a cada dia, reajustes de preços, dívidas crescentes e dificuldades cada vez mais assustadoras para chegar ao fim do mês e dar conta de seus compromissos.

Um aspecto particularmente perverso nisso tudo é que os servidores chegaram a ter esse aumento creditado em suas contas bancárias. Contando com esses recursos, assumiram prestações, deram andamento a sonhos antigos, replanejaram suas vidas. Como num passe de mágica, viram subitamente arruinado o mundo que haviam construído.

Peço a V. Exª, Senador Paulo Paim que certamente estará ao nosso lado, votando contra essa injustiça , aos Líderes partidários e aos meus colegas, de Governo ou de Oposição, que não recuem mais dessa posição tão corajosamente assumida. De minha parte, sempre fui e continuarei sendo um intransigente defensor desta causa absolutamente justa.

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – A Presidência da Casa, as Lideranças de todos os partidos e, naturalmente, os envolvidos, todos podem contar com a minha fervorosa dedicação ao esforço de promover a devolução daquilo a que fazem direito, de forma legítima, correta e irrefutável, os servidores do TCU e do Poder Legislativo. Tenho fé, tenho certeza, tenho convicção de que contam também com o respaldo e a simpatia de parlamentares de todas as tendências e partidos.

Com efeito, Sr. Presidente, os servidores desta Casa e seus colegas dos demais órgãos do Poder Legislativo podem até continuar sofrendo os efeitos dessa situação tão cruel e profundamente injusta, mas, a partir da última terça-feira, obtiveram a certeza de que terão no Senado Federal uma Casa que lhes servirá de permanente caixa de ressonância, em defesa do resgate de um direito tão despropositadamente subtraído.

Quero encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dirigindo-me diretamente aos servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fazendo soar a campainha.) – V. Exª tem mais dois minutos, Senador.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – ...com duas palavrinhas singelas, mas que, espero, conseguirão traduzir, de todo o coração, meu sentimento de ânimo, de conforto e de carinho: contem comigo, como certamente poderão contar com a grande maioria dos Senadores desta Casa.

Lembro que, no Senado Federal, há exatamente um mês, conseguimos, numa tramitação rápida, aprovar o reajuste de 17% aos servidores da área de segurança de Brasília. Conseguimos, numa votação rápida, fazer justiça aos servidores da área de segurança de Brasília.

Certamente, nesta quarta-feira, vamos fazer também justiça, Senador Paulo Paim, a todos os servidores que estão ao nosso lado, trabalhando conosco e que merecem ter esse reajuste que lhes foi concedido e depois tirado. Temos que confirmar esse valor, porque não podemos mais aceitar que 30 mil famílias passem por esse desconforto.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ribamar Fiquene, por 10 minutos, com mais cinco de tolerância.

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil carece de um projeto estratégico de impacto. Um projeto nascido da potencialidade do território nacional e do promissor horizonte para o desenvolvimento econômico e social do País.

A redivisão territorial possui extraordinária capacidade de indução do crescimento, seja pelos investimentos que desencadeia, seja pelo entusiasmo que suscita nos habitantes.

A discussão sobre o tamanho ótimo de um Estado tem permeado, no mundo inteiro, a reorganização do território. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação e de progresso, o meio específico de criação de órgãos locais de poder. As fronteiras econômicas estabelecidas no tempo e no espaço, pela fundação de cidades no Império Romano, tornaram-se também as fronteiras do mundo que mais tarde ostentaria a herança da cultura clássica.

O Brasil, com seus 8.511.965km2, ocupa o quinto lugar entre os maiores domínios territoriais do mundo. À sua frente estão a Rússia, o Canadá, a República Popular da China e os Estados Unidos da América do Norte. Em termos de população absoluta, é o sexto. Está abaixo da República Popular da China, da Índia, dos Estados Unidos da América, da Indonésia e da Rússia. Tem 26 Estados e um Distrito Federal. Possui 7.408 quilômetros de linha litorânea, sem considerar as reentrâncias. Os limites continentais percorrem 15.749 quilômetros, caracterizados, em grande parte, particularmente no Centro-Oeste e Norte, de enorme vazio demográfico.

É fora de dúvida que, conforme assertiva popular, quanto mais longe do poder, menores as benesses proporcionadas. Prova-o a história deste imenso País em que nascemos e vivemos. O interior da Amazônia, os Estados mais afastados, como Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, foram as últimas regiões a ter encaminhado seu desenvolvimento, porque foram as últimas a receber programas e recursos, para desencadear o seu progresso social e econômico de forma autodeterminada.

Os Estados Unidos da América são uma federação de 50 Estados, dos quais 48 formam um território contínuo, e dois, o Alaska e o Havaí, estão separados geograficamente: o primeiro se encontra no noroeste da América do Norte, e o segundo constitui um arquipélago no oceano Pacífico. A área média dos Estados norte-americanos é de 187 mil quilômetros quadrados. Ao longo do tempo, os diferentes governos americanos agiram com a preocupação de estabelecer uma divisão territorial equilibrada, característica, aliás, da sociedade americana, que considera a eqüidade, em todos os aspectos da vida dos cidadãos, uma espécie de bem da coletividade, que todos querem preservar e pelo qual lutam.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, deixo de exemplificar com outros países, para realçar a importância de uma divisão territorial formada por porções espaciais menores, por serem muitos. Alemanha, Itália e França têm situações exemplares.

O Brasil, no que se refere à divisão do território, apresenta configurações específicas: imensas áreas de fronteira, quase todas despovoadas e pouco ou nada vigiadas, em grande parte cobertas por florestas.

A atual divisão administrativa do Brasil ainda se ressente da cultura implantada pelas primeiras divisões administrativas, as capitanias hereditárias, aquelas enormes extensões de terras, cujos capitães-mores não tinham idéias, nem recursos materiais para administrar e desenvolver.

É preciso romper esses liames culturais. Não advogo uma redivisão marcada pelo açodamento, nem fundada em discordâncias de grupos políticos ou econômicos ou na hegemonia de uma parte sobre a outra. Defendo uma distribuição mais eqüitativa do território nacional, baseada no real interesse da Nação, a partir de um projeto de desenvolvimento global equilibrado, associando preservação ambiental, desenvolvimento econômico e bem-estar social.

A história posterior à criação do Mato Grosso do Sul demonstra que a constituição do novo Estado transformou a realidade econômica e social de ambos, a do Mato Grosso e a do Mato Grosso do Sul. Os dados disponíveis confirmam que houve revigoramento da densidade demográfica da região, expansão da área agrícola plantada, aumento da produção de grãos, instalação e desenvolvimento de uma sólida e promissora estrutura agroindustrial.

Dados positivos de crescimento também podem ser verificados, analisando-se as mudanças ocorridas nos Estados de Goiás e do Tocantins, após a constituição desse. O Tocantins, nascido como um dos mais pobres Estados da Federação, em 1991, pouco depois, portanto, de sua instituição, já passava do 19º para o 17º lugar, em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional 17 projetos de decreto legislativo com propostas de criação de novos Estados ou Territórios, entre eles o de número 947, de 2001, do eminente

Deputado Sebastião Madeira, "que dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Maranhão do Sul, de que se ocupou também, recentemente, meu nobre e ilustre amigo Senador Antônio Leite.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejo todas essas iniciativas como cargas de esperança. Com a perseverança, a oportunidade de vencer chega. O Brasil não pode conter-se na clausura asfixiante dos seus problemas, deve projetar-se para a grandeza que tira os povos da mediocridade. A grandeza das ações prepara o resultado afirmativo, consumando etapas e confirmando a validade da luta. O Brasil precisa ter porções menores, para ser a enorme porção que é na sua dimensão continental.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Ribamar Fiquene, V. Exª me concede um aparte?

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA) – Pois não.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero manifestar meu apoio à tese que V. Exª está abraçando, que é a da redivisão do seu Estado, o Maranhão, para criação de mais um Estado da Federação. Sou de um Estado que resultou justamente da criação de um território federal, desmembrado do Amazonas e depois transformado em Estado. V. Exª deu o exemplo de Tocantins e do Mato Grosso do Sul. Existe uma proposta, de minha autoria, de instalação de uma comissão mista, de Senadores e Deputados, para sistematizar essas proposições. Quatro propostas foram aprovadas aqui no Senado, três de minha autoria. Uma redivide o Pará e cria o Estado do Tapajós, no oeste do Pará; a outra institui o Estado do Araguaia no norte do Mato Grosso – essa já sofreu, na Câmara, uma alteração, para se criar o Estado do Mato Grosso do Norte e o Território do Araguaia, na mesma área; e a outra cria três territórios federais no oeste do Amazonas, alterando a minha proposta inicial, que era a de criação do Estado do Solimões. Veja bem, Senador, só esses três Estados, Amazonas, Pará e Mato Grosso, correspondem a mais de 50% do território nacional. Se incluirmos o seu Maranhão, o percentual passará para, mais ou menos, 60% do território brasileiro. Então, é mais do que hora de nós, Senadores e Deputados, debruçarmo-nos sobre essa questão, que, aliás, está num dispositivo constitucional que criou uma comissão específica para estudar a redivisão territorial. Fez-se o estudo, indicou-se a necessidade de criação de novos Estados e territórios, mas isso não foi executado pelo Poder Executivo. Cumprimento V. Exª. Estou à disposição, para que componhamos essa comissão e para que possamos dar andamento, realmente, a um novo modelo geográfico em nosso País, que implicará, com certeza, um novo modelo de desenvolvimento.

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA) – Muito obrigado, meu eminente Senador Mozarildo. É exatamente por essa questão, dentro do espaço maior do comportamento patriótico, que devemos lutar, defender e, quem sabe, haurir maior importância ao sentimento do nosso desenvolvimento.

O Brasil cresceu exatamente pela sua redivisão territorial. Hoje se vêem impasses em cima de impasses, numa questão que é patriótica e que vem, realmente, beneficiar o povo.

Se V. Exª perguntar ao povo, em qualquer Estado da Federação, meu caro Senador Mozarildo, se quer permanecer aglutinado onde está, ele devolverá como resposta, como se fosse um lenitivo, um alívio específico da sua grande esperança, a idéia da redivisão. E o País só cresceu por isso.

Fiz questão de demonstrar exemplos capitais, por meio do meu pronunciamento, para que se veja, com importância absoluta, que é melhor lutar para vencer, do que lutar para não chegar a lugar algum. E da maneira como estamos, vamos, sem dúvida, vencer, porque o povo deseja a redivisão.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade desta sessão, para dizer do meu desagrado quanto à decisão da maior cúpula da Justiça do País, o Supremo Tribunal Federal, pela redução das vagas nas câmaras municipais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou municipalista, fui Promotor de Justiça e Juiz de Direito, cheguei a ser Prefeito da minha querida cidade de Imperatriz, a segunda maior do Estado do Maranhão. Carrego comigo o sentimento municipalista. Quando fui Governador do Estado do Maranhão, tive a oportunidade de sancionar leis que mandei para a Assembléia criando novos 81 Municípios no Maranhão. O Maranhão, com isso, melhorou, como melhorarão muitos outros Estados se assim procederem os administradores ou os Governadores, com suas Assembléias.

Deve haver uma decisão do Congresso nesse sentido. Aí vou buscar a minha toga, que, graças a Deus, ainda não está pendurada, vou buscar o meu sentimento jurídico, para dizer que não é possível que o Poder Judiciário esteja legislando no País. O Poder Legislativo, sim! Existe aquela norma global, definida constitucionalmente: os Três Poderes, unidos harmonicamente, porém, independentes. E isso não se verifica por meio dos tratados e das causas que ocorrem de instante em instante.

Aqui está a minha tristeza, a minha observação e o meu enlevo, no sentido de que possa haver esse senão, reagrupado no seu verdadeiro contexto, para que se possa admitir, com a grandeza da repercussão nacional, que as leis saiam do Poder Legislativo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª dispõe de mais um minuto, para concluir.

O SR. RIBAMAR FIQUENE (PMDB – MA) – É preciso que haja, de imediato, a corrigenda do que houve e que se faça no Congresso a lei complementar que venha exatamente definir o que a Carta Magna dita e corrigir esse grande erro político no Estado Federativo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Alvaro Dias, por dez minutos, com mais cinco minutos de tolerância. Em seguida, eu a concederei ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Presidente da República ontem, em seu pronunciamento, proporcionou cenas de exorcismo explícito, ao estabelecer comparações com ex-Presidentes da República, como Getúlio Vargas, Jânio Quadro, João Goulart e Juscelino Kubitscheck.

Sem dúvida, os equívocos históricos devem ser colocados num segundo plano. Não devemos fazer muita questão e exigir do Presidente preciosismo em relação à história. Portanto, não considero o equívoco do Presidente ao considerar que o Presidente João Goulart tivesse renunciado. Todos sabemos que o Presidente João Goulart não renunciou, mas foi deposto. O Presidente cometeu um equívoco histórico ao insinuar que o Presidente João Goulart tivesse renunciado ao seu mandato.

Neste momento de investigação, em que se pretende colocar o mal da corrupção à luz para que possa ser denunciado, combatido e condenado, o que é mais grave é que o Presidente da República teima e insiste em que se trata meramente de interesse eleitoral da Oposição, como se não estivéssemos diante do maior escândalo de corrupção da história do nosso País.

Aliás, propositadamente, o Presidente não se referiu ao ex-Presidente Collor. Ele não afirmou que não faria o que Collor fez. Ignorou o fato histórico que foi o **impeachment** do Presidente Collor. Mas, sem dúvida, se tivéssemos de comparar, a comparação mais adequada deste momento seria exatamente com o momento vivido pelo ex-Presidente Collor.

É claro que estamos investigando um escândalo de corrupção muito mais expressivo do que aquele. Por isso, a investigação em relação ao escândalo Collor foi mais rápida e apresentou resultados em tempo menor, já que envolvia um número inferior de pessoas, se comparado ao envolvido nesse grande escândalo de corrupção que provoca a indignação de todo o País.

O Presidente de República, mais uma vez, faz referência ao interesse eleitoral da Oposição ao investigar corrupção e também aos riscos que supostamente poderia a economia sofrer. É evidente que o Presidente de República sabe que o que contamina o mercado e compromete o desenvolvimento econômico é a corrupção.

Investigar a corrupção é um dever. Investigar a corrupção e combatê-la, denunciá-la não contamina o mercado e não compromete o desenvolvimento econômico. Ao contrário. Pode passar a idéia de que estamos preparando o País para um grande salto de qualidade. Pode passar a idéia de que a investigação, a apuração dos fatos, a denúncia e eventualmente a condenação dos envolvidos oferece segurança aos investidores.

É evidente que os grandes investidores escolhem países com índice menor de corrupção para os seus investimentos. E é por essa razão que nós perdemos – é bom repetir sempre – bilhões de dólares, anualmente, porque grandes conglomerados econômicos do mundo deixam de investir no nosso País, assustados com o índice de corrupção aqui vigente. No ano passado, os especialistas informaram, recentemente, que R$328 bilhões deixaram de ser investidos no nosso País em função dessa trajetória histórica de corrupção no Brasil.

É bom repetir sempre: a corrupção não é exclusividade do atual Governo. Ela vem de antes, mas, certamente, ganhou proporções de forma inusitada no atual Governo. Não só os valores subtraídos dos cofres públicos são expressivos, e não tenho dúvida alguma de que a manutenção deste esquema, desta rede organizada de corrupção se deu com recursos públicos, não só o valor subtraído dos cofres públicos é extremamente significativo, mas também o número de pessoas que se envolveram.

Daí as dificuldades incríveis para as investigações. Aliás, dificuldades que se avolumam em função das injunções de natureza política. Primeiramente, o Governo tentando impedir a instalação da CPI. Depois, o Governo impedindo que se instalasse uma única CPI, abrangente, que investigasse

investigar toda a corrupção denunciada no Governo. Agora, as CPIs confrontam-se, com superposição de ações e um paralelismo explícito que, obviamente, não contribuem para o êxito das investigações. Do mesmo modo, também não contribui essa tentativa de tentar desmerecer o esforço daqueles que atuam para investigar, com absoluta consciência da sua responsabilidade pública. Prestam um desserviço à instituição e aos objetivos da investigação os Parlamentares que, em vez de contribuírem investigando, trabalhando, procuram a imprensa para desmerecer o esforço daqueles que, verdadeiramente, estão atuando com o objetivo de identificar a origem dos recursos utilizados nessa rede de corrupção instalada no Brasil.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A crítica é válida, Senadores Mozarildo Cavalcanti e Paulo Paim? É evidente que temos de acolher críticas construtivas, que nos podem até orientar para que os trabalhos das CPIs ganhem maior eficiência. No entanto, a crítica não pode extrapolar o limite da coerência, do bom senso; ela não pode atingir a esfera da descrença, ou seja, a crítica não pode ter por objetivo desacreditar a instituição da comissão parlamentar de inquérito.

Às vezes, percebemos que há o propósito deliberado de desacreditar a CPI, para que realmente, sem credibilidade, ela não alcance os seus objetivos finais.

Com satisfação, concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, quero aplaudir o pronunciamento e a análise que V. Exª faz da conjuntura atual, principalmente com relação à questão das CPIs. Realmente, não dá para compará-las, como vi ontem numa emissora de televisão, com a CPI do Collor e a CPI do Orçamento. Considerando a dimensão dos problemas da época, eles são fichinhas diante do problema que investigamos agora. Então, creio que tem de haver, realmente, a busca do entendimento entre os Presidentes e os Relatores das três Comissões, porque no fundo essas três Comissões estão apurando um grande esquemão de corrupção que se instalou no final do governo passado, mas que, principalmente neste Governo, se agigantou de maneira espetacular. É verdade que o Sr. Waldomiro Diniz, por exemplo, já transitava no Rio de Janeiro antes do Governo Lula. Mas isso não isenta o Presidente, não lhe permite adotar essa postura perante a Nação, de que está alheio a tudo isso. E, se está realmente alheio – quero dar-lhe aqui o benefício da dúvida –, não pode continuar na Presidência. Um Presidente que não sabia de tudo isso, tendo informações diárias da Abin e dos Ministérios, recebendo informações de todas as ordens, não estava preparado para exercer o poder. E quero dizer aqui que o trabalho das CPIs – sou Vice-Presidente da CPI dos Bingos – está, pelo menos em grande parte, sendo prejudicado pela ação de órgãos do Poder Executivo, que retardam o envio de documentos e criam todo tipo de dificuldade, como, por exemplo, enviar um funcionário para ficar à disposição das CPIs. Sei de um caso específico na CPI dos Bingos. É importante que tenhamos a isenção para analisar essa questão sem prejulgamentos. Entendo, por exemplo, que não adianta já dizer que o Presidente Lula é responsável, mas Sua Excelência está sendo irresponsável com essas condutas que está tendo; deveria, como fez há poucos dias, chamar os dirigentes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e tentar uma sintonia, pelo menos para conduzir, digamos assim, esse paciente que está na sala de emergência do pronto-socorro para ter alta. Ao contrário, com essas ações, está conduzindo-o para a UTI. E temos de reagir. Espero que não se use aqui o mecanismo da liberação de emendas para coagir Parlamentares. É preciso que o povo saiba que quem tem o poder de liberar emendas é o Governo Federal; são os Ministérios. Tenho recebido notícias – estou juntando documentos para fazer essa denúncia aqui – de que as emendas de alguns Parlamentares, fiéis escudeiros do Presidente, estão sendo priorizadas. Entendo que o Parlamentar faz uma emenda pelo seu Estado. Ele não a faz por causa do Presidente ou para agradá-lo. De toda forma, concluo o meu aparte, dizendo que, no meu Estado, esse Governo tem sido padrasto – com todo o respeito, porque existem padrastos muitos bons –, um péssimo padrasto. O governador anterior, que foi cassado, filiou-se ao PT para obter a solução dos problemas de Roraima, basicamente o problema das terras que estão sob domínio impróprio da União. O Governador atual, que é do PTB, vem tentando negociar de toda forma, e há uma insensibilidade dos Ministros da Justiça, do Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Ministra do Meio Ambiente, que dominam o pensamento do Presidente, infelizmente. Quero concluir, cumprimentando V. Exª. E vamos, portanto, combater esse bom combate de passar a limpo este País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

A síntese de tudo o que estamos debatendo: há limitações. As CPIs não estão instrumentalizadas tecnicamente para alcançar resultados imediatos, com a

qualificação técnica da investigação. A própria Polícia Federal, antes de realizar uma operação, com as prisões que são noticiadas, desenvolve um prolongado trabalho de investigação – muitas vezes um ano ou dois – para chegar até a operação final. Então, não se pode exigir que uma CPI, em dois meses, solucione, apontando todos os responsáveis, a origem dos recursos de um gigantesco esquema de corrupção. Seria exigir demais. Humanamente, isso é impossível.

É claro que há deliberadamente um esforço de obstrução dos trabalhos da CPI, como aponta o Senador Mozarildo Cavalcanti. O Governo tem dificultado, sim. As instituições financeiras procuram dificultar, mas o que já fez a CPI, revelando fatos, colocando o mal da corrupção à luz, para que a sociedade pudesse, com transparência, inteirando-se com o Congresso Nacional, acompanhar a evolução das investigações, convocando a autoridade a sua responsabilidade maior, sem dúvida, foi um grande serviço prestado. As CPIs já prestaram esse serviço. O Ministério Público já tem material, elementos, indícios e provas documentais para aprofundar investigações e partir para a responsabilização civil e criminal dos eventuais envolvidos nesse esquema de corrupção.

De outra parte, a Câmara dos Deputados já tem também, em função do trabalho da CPMI dos Correios, provas documentais atestando o envolvimento de parlamentares naquilo que se denominou chamar de mensalão. Há, portanto, razões para a instauração do processo de cassação de mandatos parlamentares, e esse relatório parcial, que está em fase de conclusão e que deve ser encaminhado à Câmara dos Deputados, é a confirmação da existência do chamado mensalão e é, sobretudo, a oferta à outra Casa dos elementos necessários para os procedimentos indispensáveis exigidos pela sociedade brasileira na direção de uma assepsia geral no Congresso Nacional, no Poder Legislativo.

Então, que se instaure o processo para a cassação dos mandatos parlamentares, oferecendo a todos a oportunidade de defesa; o amplo direito de defesa será conferido nas instâncias de julgamento na Câmara dos Deputados, certamente.

Sr. Presidente, o Presidente Lula...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais um minuto para concluir, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois, não.

O Presidente Lula não fez referência a Collor de Mello, mas, nesse esforço comparativo, caberia ao Presidente lembrar, sim, do Presidente Collor. No entanto, esse esquema de corrupção é maior e mais complexo; esse esquema envolve mais recursos públicos do que aquele e, além de envolver recursos públicos mais significativos, envolve um número maior de pessoas. Isso porque se trata de uma associação promíscua do Poder Executivo com parte do Poder Legislativo, alguns partidos políticos e setores da iniciativa privada. Portanto, um gigantesco esquema de corrupção já desmontado, agora investigado e cujos mistérios ainda não são totalmente conhecidos da opinião pública brasileira. Essa é...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concluo, Sr. Presidente.

Essa é a razão do nosso esforço. Há uma complexidade sem dúvida incomum nisso. Daí as dificuldades de, num curto espaço de tempo, as CPIs poderem oferecer respostas conclusivas a todas as indagações da sociedade. Mas certamente não ficaremos devendo isso à sociedade. Não podemos ficar devendo. Temos que cumprir o nosso dever, oferecendo, sim, conclusões sobre a origem dos recursos e também indicando os principais responsáveis pela idealização e pela operacionalização desse esquema de corrupção.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Octavio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o **Jornal do Senado** de hoje, à pagina 7, publica matéria, segundo a qual o projeto que cria a Anac vai à votação no plenário. É verdade. Ontem, votamos requerimento de urgência para o projeto e, seguramente, o projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil vai à votação na próxima quarta-feira, como é do interesse de todos os Líderes partidários e demais membros desta Casa agilizar a criação de tão importante agência para a aviação civil brasileira.

Há, porém, um trecho da matéria que diz: "Por força de acordo entre o governo e as lideranças partidárias, a nova agência deve ficar no Rio de Janeiro". Acho que existe um equívoco do declarante, o Senador Heráclito Fortes, até porque não existe nenhum acordo nesse sentido. No acordo feito, a sede da agência é Brasília. Os escritórios regionais terão localização determinada pela própria agência, seguramente no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre. Isso é o normal.

Mas quero aqui contestar a declaração do Senador Heráclito Fortes, contestar o que está escrito no **Jornal do Senado**. Ressalto que me preocupa muito tal declaração porque pode induzir os outros Senadores a entender que existe um acordo. Não foi feito nenhum acordo, estabelecendo que a sede da Anac será no Rio de Janeiro. Além disso, das oito agências criadas, sete têm sede em Brasília. E a única com sede no Rio de Janeiro, equivocadamente, não funciona a contento.

Então, temos que ver que Brasília é a sede dos poderes, foi construída para exercer o papel de capital de todos os brasileiros. Não faz sentido, depois de quarenta e cinco anos de inaugurada a capital, o Executivo montar sede de uma agência no Rio de Janeiro.

Deixo aqui meu protesto quanto à declaração do Senador Heráclito Fortes, publicada no **Jornal do Senado,** que, na minha visão, é um equívoco muito sério, uma vez que pode induzir a votação dos Senadores na próxima quarta-feira.

Não existe nenhum acordo nesse sentido, volto a afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feito o devido esclarecimento pelo Senador Paulo Octávio, passamos de imediato a palavra, por dez minutos com a tolerância de mais cinco, ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, tenho vindo prioritariamente à tribuna para abordar um tema que, eu insisto em dizer, não regional mas nacional, que deve estar incluído preferencialmente na agenda nacional: a Amazônia. Tanto é que o Senado houve por bem criar uma Subcomissão Permanente da Amazônia, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Portanto, é uma região que interessa à defesa nacional, que interessa às nossas relações exteriores com todos os países da América do Sul, exceto dois.

Então, temos realmente que cuidar da nossa Amazônia, que corresponde a 60% do território brasileiro. De uma maneira toda especial, eu diria que num plano geral estratégico para o País, a Amazônia devia constar como número um.

Aliás, o Presidente Lula, na sua campanha, apresentou um plano para a Amazônia que eu poderia resumir em poucas palavras: Lula disse que bastava, chegava de se dizer o que não se pode fazer na Amazônia; tinha que se começar a dizer o que se pode fazer na Amazônia, para desenvolver aquela região, para dar melhores condições de vida aos seus 25 milhões de habitantes e, por via de conseqüência, resolver inúmeros problemas do próprio País.

Só as riquezas minerais e da biodiversidade da Amazônia seriam suficientes para o País pagar a dívida interna e externa. Isso já foi dito há mais de um século. A dívida vem aumentando, mas as nossas riquezas são superiores a elas. Não entendo, Sr. Presidente, como alguém tem na sua casa um cofre abarrotado de jóias ou de dinheiro e fica devendo ao banco e pagando juros. É um exemplo de alguém, de uma família com uma enorme dívida bancária, mas possui bens patrimoniais parados, não utilizados para pagar a dívida. No caso do Brasil, esses bens deveriam ser usados para pagar as dívidas e promover justiça social.

Sr. Presidente, semana passada, tive o prazer, a honra de ser eleito presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia. Sou um homem da Amazônia, nascido em Roraima, passei a infância e adolescência lá, formei-me médico em Belém e voltei para trabalhar como médico durante quase duas décadas. Depois, percebi que só o trabalho social como médico não ia mudar a realidade do meu então Território Federal de Roraima. Assim, tinha que me engajar numa luta maior e optei pela política. Fui duas vezes Deputado Federal e hoje sou Senador.

Nesse período, batalhei para transformação do território federal em estado. Conseguimos isso na Constituinte. Deixamos, portanto, de ser cidadãos de terceira categoria, porque é assim que é um cidadão do território federal, pois não elege governador, escolhe apenas metade da menor bancada de deputados federais, não elege senadores. Então, na verdade, um cidadão que mora num território federal, naquele modelo que existia, é um cidadão de terceira categoria. Então, nós lutamos para criar o estado. Depois de conseguir esse intento, lutei para criar uma Universidade Federal e uma Escola Técnica Federal. Conseguimos. Hoje, a Universidade Federal de Roraima está consolidada, com quase 30 cursos superiores, inclusive de Medicina, aliás, muito bem avaliada pelo MEC.

Aproveito esta oportunidade para lembrar um trecho de uma música de Chico Buarque, que diz "Apesar de você, amanhã há de ser outro dia", ou seja, apesar do Governo Federal, Roraima tem avançado surpreendentemente, mais do que a média dos Estados brasileiros.

Trouxe aqui um artigo publicado no Jornal **Folha de Boa Vista**, do meu Estado, que diz: "Roraima cresceu acima da média brasileira no que tange às exportações". E pedi um estudo da Consultoria Le-

gislativa sobre isso, porque, até a mim que sou de lá surpreendeu esse dado estatístico.

E nós, Sr. Presidente, temos inúmeros entraves para estimular nossas exportações. Fazemos fronteira com a Venezuela e com a ex-Guiana Inglesa. Pois bem, a Venezuela praticamente só produz petróleo. Todo o resto, podemos exportar para a Venezuela, desde a madeira, a carne de gado, os suínos, as aves, os grãos. Mas, apesar disso, Roraima não pode avançar por um paradoxo: o Governo Federal é o proprietário das terras do Estado, porque ele ainda acha que somos um território federal.

Essa questão, já levei ao Supremo, que tem que decidi-la porque é uma questão federativa. Estamos sob uma intervenção branca do Governo Federal. O meu Estado é o menor do Brasil, o menor da Amazônia em termos de população e de recursos financeiros, mas, em termos de recursos naturais, somos riquíssimos. Temos minerais estratégicos como urânio, titânio, plutônio, nióbio, fora os minerais comuns como ouro e diamante. Mas sabe o que fizeram para impedir a exploração desses minerais? Foram criando reservas ecológicas, reservas indígenas...

Apenas 8% da nossa população é indígena. Desses 8% – eu não tenho medo de errar –, 80% são índios aculturados e que vivem nas cidades. A população indígena aldeada – que vive nas aldeias – não corresponde sequer a 20% da população indígena do meu Estado. No entanto, sabem qual é a área de reserva indígena de Roraima? Corresponde a 57% da área do Estado! E para quê? Para preservar as riquezas minerais para os ricos do mundo – para os Estados Unidos e para os países da Europa que formam o G-7. No futuro, eles vão arranjar uma maneira para, com ou sem o consentimento da ONU, como fizeram no Iraque, explorarem essa riqueza que eles, hoje, de maneira muito inteligente, proíbem que nós exploremos.

Temos que fazer esse debate de maneira clara, sem medo desses títulos de "politicamente incorreto", "contra o meio ambiente". Nós chegamos a tal extremo nessa questão de meio ambiente, Senador Paulo Paim, que, nas notas do nosso real – de R$1,00 até R$100,00 –, só há animais. Talvez o cidadão comum nunca tenha se apercebido de que as notas de R$1,00, R$2,00, R$5,00, R$10,00, R$50,00 e R$100,00 só têm animais. Isso quer dizer que somos um País de animais irracionais. Não há um vulto histórico, um monumento nas cédulas de real. E por que isso não acontece com o dólar? Por que isso não acontece com o euro? Por que isso só acontece com o real? É uma maneira de colonialismo subliminar. Estão, portanto, incutindo na cabeça de crianças e adolescentes, a geração do futuro, a idéia de que o animal irracional é mais importante que o ser humano; que a mata tem que ser intocada, a floresta não pode ser explorada, como se uma árvore não fosse um ser vivo, que nasce, cresce, produz e morre também.

Temos que nos levantar e debater com brasilidade os nossos problemas. Não podemos aceitar a ingerência de países estrangeiros sobre a nossa Amazônia. Todos eles, Margareth Thatcher, Mikhail Gorbachev, François Miterrand, Al Gore, quer dizer, Inglaterra, Rússia, França, Estados Unidos e, mais recentemente, o Sr. Pascal Lamy, que hoje está na Organização Mundial do Comércio, já disseram, com todas as letras, que a Amazônia brasileira não é patrimônio do Brasil, mas, sim, patrimônio da humanidade.

Ora, Sr. Presidente, se a Amazônia tem que ser patrimônio da humanidade, por que as reservas de petróleo do mundo não são patrimônio da humanidade, mas pertencem a um cartel, que impõe o preço para nós pagarmos? Com isso, nossas ações sociais são prejudicadas, pois deixamos de levar assistência social a uma pessoa pobre e deixamos de gerar emprego para as pessoas que precisam.

Há um projeto, do qual sou Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as florestas nacionais. Estou muito preocupado, porque foi pedido urgência constitucional para esse projeto. Ora, o Brasil está há 505 anos com a Amazônia, sem a existência desse projeto, e não foram mexidos 12% da área, mesmo se fazendo cidades, vilas, área de produção. Quem quiser constatar isso que pegue um avião, sobrevoe a Amazônia e veja a imensidão de floresta que há. No entanto, não podemos explorá-la.

E esse projeto é muito perigoso, porque o Governo Federal quer federalizar as florestas da Amazônia e arrendá-las, por até sessenta anos, para empresas. Quais são as empresas que vão arrendá-la? São as multinacionais. O projeto proíbe que estrangeiro possa concorrer diretamente, mas brasileiros vão se vender, vão fazer empresas de fachada para alugar as nossas florestas por sessenta anos.

Sem passionalismo, estou estudando esse projeto e fui surpreendido com a aprovação de um requerimento de urgência constitucional, que vou tentar derrubar. Se esperamos 505 anos para discutir seriamente a Amazônia, não será em 45 dias que daremos um resultado, porque a Ministra Marina Silva quer fazer média com os gringos do G-7. Temos de trabalhar de maneira séria.

Outro assunto que quero trazer, dentro desse enfoque da Subcomissão Permanente da Amazônia, é a criação de um ministério para a Amazônia. Ora,

se a Amazônia corresponde a 60% do território brasileiro, se ela faz fronteira seca – quer dizer, é possível passar para lá e para cá sem problemas – com países problemáticos como a Colômbia, que é dominada pelo narcotráfico, com o Suriname, com a Bolívia, com o Peru, então a Amazônia tem de ser tratada diferentemente. Ela não pode ser tratada de maneira fragmentada por inúmeros ministérios, como é o Ministério da Integração Nacional, que, com todo o respeito que tenho pelo Ministro Ciro Gomes, não integrou nada em termos de Amazônia ao Brasil. Igualmente, com todo o respeito que tenho pelo Ministro da Saúde que saiu – aliás, não tenho muito respeito, porque não aprovei a sua gestão –, o que foi feito de saúde na Amazônia foi quase zero. Assim também foi com o Ministério dos Transportes e outros.

Então, tem que haver um ministério que cuide especificamente da Amazônia, e que todas as ações sejam subordinadas a ele. Pode parecer absurdo, porque amanhã vão querer criar o Ministério do Nordeste, o Ministério do Sul, o Ministério do Sudeste, mas as Regiões Sul e Sudeste já estão desenvolvidas. O que falta é desenvolver exatamente a Amazônia.

E temos o grande desafio no século XXI para o Brasil, do ponto de vista estratégico, que é discutir soluções para a Amazônia e não criar mais problemas para a região. Temos de olhar a Amazônia não como um problema para o Brasil, mas como a solução para muitos problemas do Brasil.

Olhem o que está acontecendo na reserva Roosevelt, em Rondônia. Vejam o nome, reserva Roosevelt, em homenagem ao Presidente do Estados Unidos, que esteve lá há muito tempo. Criou-se uma reserva indígena em cima de uma super-reserva de diamantes. Diamante da maior qualidade no mundo, que vem sendo explorado descaradamente as autoridades federais sabem do que está ocorrendo. O tema só veio à baila, só veio ao conhecimento nacional, porque houve o assassinato de 29 garimpeiros – 29 cadáveres foram encontrados, mas há notícia de que foi muito mais. E o que acontecia? Uma exploração "legal" do diamante feita por sociedade entre os índios e os garimpeiros. Os índios davam autorização por escrito, para que os garimpeiros entrassem com as suas máquinas, extraíssem o diamante, dividissem parte dele com os índios e vendessem-no. E vendiam para quem? Para os contrabandistas porque não era permitido legalmente explorar o diamante , por um preço baixo. E esse mineral saía do Brasil para ser vendido por preço altíssimo no mercado internacional, sem que o País arrecadasse um tostão de imposto. E ainda se proibiu que milhares de brasileiros desempregados encontrassem sua sobrevivência financeira trabalhando no garimpo.

E agora prenderam um índio cinta-larga e um garimpeiro com uma quantidade enorme de diamantes na cueca. Quer dizer, virou moda. Dias atrás, foi o dólar na cueca; agora, os índios rapidamente aprenderam e estão levando diamantes na cueca. Mas esse caso da cueca é o mínimo. O que sai dali de diamantes contrabandeados diariamente, Sr. Presidente, é um absurdo! E o Governo Federal faz de conta que não está vendo.

A Funai tem vários funcionários envolvidos nessa questão – envolvidos no sentido de que estão se aproveitando dessa situação. O Ibama, que é tão zeloso quando o pequeno agricultor queima uma rocinha para plantar na Amazônia, não viu que se abriu lá, para exploração de diamantes, uma área maior do que o estádio do Maracanã. Abriu-se uma clareira enorme na floresta. Estive lá como Presidente da Comissão Externa do Senado, acompanhado do Senador Valdir Raupp, do Senador Paulo Elifas, de Rondônia, do Senador Augusto Botelho e do Senador Delcídio Amaral. Vimos **in loco** e fizemos um relatório ao Governo Federal. Mas o Governo Federal, do Presidente ao mais simples técnico dos Ministérios, acham que são colegas de Deus, ou até professores de Deus, porque avaliam que só eles sabem de tudo. Acham que nós que moramos lá, que lidamos com aquele negócio não sabemos, somos suspeitos.

E quando há casos de corrupção, jogam a pecha no parlamentar. De onde vem o dinheiro da corrupção que corrompeu os parlamentares no passado e no presente? De onde veio? Foi daqui? Não, foi lá dos Ministérios, foi dos órgãos federais, portanto, foi do Poder Executivo.

O Presidente Lula tem que acordar e, nesse resto de mandato que ainda tem, realmente administrar.

Um dia desses, o Presidente disse, referindo-se aos brasileiros, que eles tinham que levantar o traseiro e ir atrás de menores juros. O Presidente deve fazer o contrário: deve sentar o traseiro na mesa de trabalho, pensar o Brasil e deixar de ficar fazendo "inauguraçãozinha", que deve ser feita por Prefeito.

Sr. Presidente, eu gostaria de requerer que fossem consideradas como lidas as duas matérias a que fiz referência aqui.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

ESTUDO Nº 319, DE 2005

Referente à STC nº 200505152, do Senador MOZARILDO CAVALCANTI, para elaboração de estudo sobre o tema "Um Ministério para a Amazônia".

O Senador Mozarildo Cavalcanti, mediante a solicitação em referência, requer a elaboração de estudo acerca do tema "Um Ministério para a Amazônia".

Segundo material veiculado no sítio do jornal Correio Braziliense, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, manifestou-se a favor da criação de um ministério para a Amazônia por ocasião de audiência pública realizada no dia 07 de abril do presente ano na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal. O embaixador afirmou que a Amazônia passa por uma situação complexa e que o Governo tem dificuldade para ajudar a região. O novo ministério teria sede em Manaus, capital do Estado do Amazonas, como forma de tornar mais fáceis o funcionamento e o acesso ao órgão.

Na referida audiência pública, debateu-se o tema "A Internacionalização da Amazônia: Risco Real ou Temor Infundado", com o intuito de identificar a existência de riscos à soberania brasileira sobre a Amazônia. Também participante da audiência, o secretário de Política e Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, almirante-de-esquadra Miguel Ângelo Davena, destacou a dificuldade de envio de mais

militares e de construção de novas bases na região da fronteira amazônica devido ao baixo orçamento disponível.

O temor sobre a internacionalização da Amazônia é alimentado por declarações de dirigentes internacionais, como a atribuída ao ex-comissário da União Européia e atual diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, que teria advogado não se dever pensar em propriedade da região, mas em gestão coletiva.

A idéia defendida por Lamy é de que as florestas tropicais deveriam ser consideradas bens públicos mundiais, sujeitas, nesta condição, às regras de gestão coletiva. Segundo ele, a água, as rotas marítimas e a segurança dos mercados financeiros seriam outros exemplos de bens públicos mundiais.

O receio de que a Amazônia seja internacionalizada não é recente. Em 1948, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) apresentou a proposta de criar o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Em reação à proposta, considerada como expressão de interesses imperialistas na região, o governo brasileiro criou, em 1952, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), com a finalidade de realizar o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região.

Além da noção de bens públicos mundiais, também é divulgada, internacionalmente, a idéia do estabelecimento de áreas ambientais consideradas patrimônio da humanidade, justificadas pela preocupação com o equilíbrio ecológico do planeta. Uma vez sancionadas como "patrimônio comum da humanidade", estas áreas perderiam sua condição de soberania plena por parte do Estado a que pertencem e ficariam sob o status de

"soberania limitada" ou "meia soberania", sujeitas às exigências impostas em nome dos "interesses comuns da humanidade".

Visões semelhantes infundem o temor de perda do controle do Brasil sobre a região amazônica, pois, para colocar tais teses em prática seria necessário, antes, anular a soberania nacional sobre a Amazônia, o que, em última instância, poderia ser concretizado com uma invasão militar dos países ricos.

A idéia de gestão coletiva, ao ignorar as soberanias nacionais dos Estados amazônicos, traz consigo a concepção de que é justo que determinados territórios não estejam condicionados à governança por Estados individuais. Adicionalmente, assinala a pertinência de uma concertação internacional para o bom uso e controle das florestas tropicais.

Por um lado, a questão da internacionalização da Amazônia está ligada, atualmente, à percepção da má ou da insuficiente gestão brasileira da região, o que abriria espaço para uma gestão coletiva internacional. Por outro lado, está relacionada à perda de controle concreto do território para atores sem identidade de Estado (a guerrilha, o narcotráfico e as organizações não governamentais).

Assim, a questão da soberania brasileira sobre a Amazônia vincula-se tanto à agenda ambiental e de proteção às minorias indígenas, a exemplo da demarcação de reservas, como à segurança nacional, configurada em uma série de desafios, tais como os garimpos e as explorações irregulares, o contrabando de riquezas naturais florestais e minerais, a destruição ambiental, o cultivo e o tráfico de drogas (narcotráfico), a atuação de organizações não governamentais científicas e religiosas, o estabelecimento

de forças militares de fora da região próximo a nossas fronteiras e a possível infiltração de forças guerrilheiras e de refugiados que se produziria com a militarização de conflitos em países vizinhos.

A ocupação do espaço amazônico, ao mesmo tempo em que contribuiu para a expansão demográfica e das fronteiras agrícola, pecuária, mineral e industrial, deu origem, também, a tensões sociais, conflitos de terras, disputas de posse e invasões de áreas indígenas.

O grande desafio que se impõe é encontrar um ponto de equilíbrio entre preservação ambiental, desenvolvimento econômico e controle político, tanto mais difícil diante da insuficiente presença do Estado na região, especialmente em relação a efetivos das forças armadas nas faixas de fronteira e à atuação de instituições governamentais de controle e regularização do uso da terra.

Neste contexto de ameaças de internacionalização da Amazônia, infundadas ou não, emerge a defesa da criação de uma pasta ministerial com a incumbência de tratar dos problemas da região.

A idéia de um órgão exclusivo para a região amazônica avançou, no Senado Federal, com a apresentação, pelo Senador Valdir Raupp, do Projeto de Lei do Senado nº 264, que autoriza o Poder Executivo a criar o Ministério da Amazônia.

O projeto, publicado no Diário do Senado Federal em 3 de agosto do presente ano, foi distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(CDR), à qual cabe a decisão terminativa. A matéria encontra-se em fase de recebimento de emendas perante a CCJ até o dia 10 de agosto.

O PLS 264/2004 prevê, como atribuições do Ministério da Amazônia, temas relacionados a:

– formulação e condução da política nacional integrada de desenvolvimento da Amazônia Legal e elaboração dos planos e programas regionais de desenvolvimento;

– articulação e coordenação das ações da política nacional integrada para a Amazônia Legal, visando à melhoria da qualidade de vida da população regional e à preservação da segurança e da integridade do território nacional;

– articulação com os ministérios, órgãos e entidades da Administração Federal, de ações de âmbito internacional e de âmbito interno, relacionadas com a política nacional integrada para a Amazônia Legal;

– estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;

– estabelecimento de normas para cumprimento do programa de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e da programação orçamentária do Fundo de Investimentos da Amazônia;

– implementação de acordos internacionais nas áreas de sua competência.

O projeto também prevê, como integrantes da estrutura básica do Ministério, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conselho Deliberativo para Desenvolvimento da Amazônia e até três secretarias. O projeto, entre outras providências, transfere para o Ministério da Amazônia as atribuições pertinentes e, a seus titulares, as competências e as incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas, referentes aos assuntos de sua área de atribuição. O projeto ainda autoriza a movimentação de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2005 referentes às atribuições transferidas para o Ministério.

Em sua justificação, o Senador Valdir Raupp defende a criação de um ministério dedicado única e exclusivamente à região, que representa 60% do território nacional. O autor argumenta que a preservação e o desenvolvimento da Amazônia podem ser realizados ao mesmo tempo, desde que haja programas de governo voltados para a região.

Em face do exposto, colocamo-nos à disposição do Senador Mozarildo Cavalcanti para informações ou esclarecimentos que se façam necessários.

Consultoria Legislativa, 9 de agosto de 2005.

Cláudia Cristina Pacheco Moreira
Consultora Legislativa

Tarciso Dal Maso Jardim
Consultor Legislativo

Correio Braziliense
AS REVELAÇÕES DE JOÃO PAULO II

POLÍTICA

sexta-feira
envie para um amigo
imprimir página

ADMINISTRAÇÃO

Um ministério para a Amazônia

Embaixador defende criação de uma pasta própria para tratar dos problemas da região. A sede do novo órgão, em vez de ficar na Esplanada, seria instalada na cidade de Manaus

Matheus Machado
Da equipe do Correio

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, defendeu ontem a criação de um ministério para tratar especificamente dos problemas relacionados à Amazônia. Além disso, Guimarães afirmou que o governo deveria investir mais para desenvolver a região. As declarações do embaixador foram feitas durante um debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), do Senado Federal.

Segundo Samuel Pinheiro, a Amazônia passa por uma situação complexa e o governo tem dificuldade para ajudar a região. Uma saída, segundo ele, poderia ser a criação de mais um ministério no governo Luiz Inácio Lula da Silva: o da Amazônia. Em vez de ocupar a Esplanada dos Ministérios, o novo órgão teria sua sede em Manaus, capital do estado. "Isso poderia deixar as coisas mais fáceis. Até com relação ao acesso, o ministério já estaria lá", disse.

Controvérsia

O embaixador Pinheiro Guimarães já é conhecido pelas opiniões polêmicas que defende. Em 2000, foi demitido do cargo de diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas em Relações Internacionais depois de defender a saída do Brasil das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). No governo Lula, ganhou poder e espaço no Itamaraty, promovendo uma política externa de esquerda, que agradou aos setores radicais do PT e do governo.

Colaborou Sandro Lima

Cobiça do exterior

A cobiça de países estrangeiros foi o principal debate da audiência pública A Internacionalização da Amazônia: Risco Real, ou Temor Infundado. Além do secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, participaram também da reunião o secretário de Política e Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, almirante-de-esquadra Miguel Ângelo Davena, o

Primeiro Caderno
Capa
Índice
Cidades
Política
Economia
Brasil
Opinião
TD Papa
Mundo
Esportes
Especial
Caderno C
Cultura
Suplementos
Direito & Justiça
Gabarito
Informática
Turismo
Veículos
Fim de Semana
Pensar
Super!
Revista D
Trabalho
TV
Colunas
360 graus
Almoço de domingo
Ari Cunha
Visto, Lido e Ouvido
Bate-pronto
Boca Livre
Brasil S/A
Brasília-DF
Charge
Crônica da Cidade
Desabafo
Favas contadas
Grita Geral
Memória do Correio
Sons da Noite
Sr. redator
Tantas palavras

Últimas
08h52 - STF decide sobre investigação de Meirelles
20h02 - PMDB avalia que fogo-amigo contra Jucá é parte da disput em SP
17h42 - Maluf perde espaço no PP e deve disputar vaga na Câm

cientista político Clóvis Mazargão, da Universidade Cândido Mendes e o professor Armando Mendes, consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Amazônia.

O embaixador chegou a destacar as declarações feitas em fevereiro deste ano pelo ex-comissário da União Européia, Pascal Lamy, atual candidato a diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo Guimarães, ao ser perguntado numa palestra sobre a possibilidade de internacionalização da Amazônia, Lamy teria dito que não se deve pensar em propriedade da região, mas em gestão coletiva. Assim que tomou conhecimento da declaração, o governo brasileiro fez uma nota de repúdio às declarações do ex-comissário.

Ataque

O almirante Miguel Davena foi ao debate representando o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, que não compareceu porque assumiu a Presidência com a viagem de Lula ao Vaticano. Mas, o que seria apenas uma explanação sobre a região, tornou-se um ataque contra o governo por causa da verba considerada pelo militar como "minguada".

"Estamos tentando mandar mais homens para a região, fazer mais bases na região da fronteira, mas com o orçamento que recebemos fica complicado. É baixíssimo", disparou Davena. Segundo o almirante, nos últimos 40 anos a presença de militares brasileiros na Amazônia passou de mil para 25 mil soldados. Além disso, a Marinha passou a utilizar 16 navios — antes eram apenas sete. (MM)

Editor: Oswaldo Buarim Jr. // oswaldo.buarim@correioweb.com.br
Subeditores: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
Coordenadora: Érica Andrade
• e-mail: politica@correioweb.com.br
Tels. 214-1104, 214-1186

ESTUDO Nº 339, DE 2005

Referente à STC nº 200505520, do Senador MOZARILDO CAVALCANTI, para elaboração de nota técnica sobre o tema "Roraima cresceu acima da média brasileira".

O Senador Mozarildo Cavalcanti, mediante a solicitação em referência, requer a elaboração de nota técnica acerca do tema "Roraima cresceu acima da média brasileira".

O tema é relativo a artigo do jornal Folha de Boa Vista, datado de 21 de janeiro de 2005, que cita relatório da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o qual aponta Roraima entre os estados cujas vendas para o exterior apresentaram melhor desempenho no ano de 2004.

Segundo o relatório, todas as regiões brasileiras tiveram crescimento positivo em suas vendas para o exterior. Com exceção do Amazonas, todos os estados da região Norte apresentaram variação acima da média nacional de 32%.

O Estado de Roraima obteve crescimento de 36,35% em comparação com os números de 2003. O volume de exportações chegou a US$ 4,9 milhões e o saldo comercial, a US$ 3,3 milhões. O principal produto de exportação do estado foi a madeira, seguida do couro bovino.

O Crescimento das Exportações Brasileiras

A maxidesvalorização do real frente ao dólar, ocorrida em janeiro de 1999, tornou os produtos brasileiros mais competitivos no exterior. A partir de 2001, o País conseguiu reverter os saldos negativos na balança comercial, que vinham ocorrendo, seguidamente, desde 1995 (Ver Tabela 1).

Embora todas as regiões brasileiras venham experimentando volumes crescentes de vendas ao exterior, somente dez estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso) concentram, aproximadamente, 90% do valor total das exportações (Ver Tabelas 2 e 3).

Com o intuito de fortalecer as exportações dos estados com vendas abaixo de US$ 100 milhões anuais, o MDIC lançou, em 30 de abril de 2004, o Programa de Desenvolvimento e Diversificação das Exportações dos Estados – Estado Exportador, que está inserido na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

O Programa Estado Exportador consiste em um conjunto de atividades desenvolvidas em parceria com os governos estaduais, entidades públicas e privadas, inclusive *trading companies*, com vistas a reduzir as desigualdades regionais e permitir o crescimento sustentado, com geração de emprego e renda via exportações. Os pontos principais do Programa são: a ampliação e o fortalecimento da rede de apoio às exportações; o mapeamento e o diagnóstico do setor produtivo; a capacitação empresarial; e o apoio à viabilização de negócios.

O Programa capacita pequenos e microempresários em assuntos relacionados a comércio internacional, por meio do Projeto Redeagentes, em que agentes de comércio exterior, vinculados a diversos organismos estaduais, tais como federações de indústrias, associações comerciais, bancos regionais, oferecem apoio aos exportadores locais.

Na primeira etapa do Programa, foram desenvolvidas ações em sete estados (Acre, Amapá, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) e mais o Distrito Federal, com o objetivo de aumentar as exportações das empresas de pequeno porte, ampliar a pauta de produtos, diversificar mercados importadores e inserir novas empresas no processo exportador.

Em todos estes estados houve o cumprimento da meta estipulada de crescimento de 20% das vendas ao mercado externo. Dois estados, Tocantins e Rondônia, ultrapassaram o valor de US$ 100 milhões, com exportações de US$ 116,5 milhões e US$ 133,4 milhões, respectivamente. O Estado de Rondônia já estava bastante próximo da meta de US$ 100 milhões, com exportações de US$ 97,7 milhões, em 2003, enquanto o Estado de Tocantins, cujas exportações foram de US$ 45,6 milhões, no mesmo ano, apresentou crescimento substancial de 155,5 %, na comparação entre 2004 e o ano anterior.

Tocantins aumentou o número de produtos vendidos (de 11 para 16), de países de destino (de 20 para 27) e de empresas que exportam (de 13 para 18). Rondônia, por sua vez, ampliou o número de países de destino, de 63, em 2003, para 73, em 2004, e também o número de empresas exportadoras, de 178 para 203.

A segunda fase do Programa Estado Exportador, com data de lançamento em 17 de agosto do presente ano, visa incrementar as exportações

em dois estados, Paraíba e Alagoas, cujas vendas para o mercado externo foram superiores a US$ 100 milhões e inferiores a US$ 500 milhões em 2004.

Crescimento das Exportações de Roraima

Nos últimos cinco anos, com a exceção de 2003, o Estado de Roraima vem apresentando valores crescentes de exportações, bem como de saldos da balança comercial (Ver Tabela 4).

Em 2004, o estado exportou, segundo dados mais recentes disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, US$ 5,273 milhões, o que representou variação de 37,6% em relação a 2003, quando foram exportados US$ 3,831 milhões. Nos sete primeiros meses de 2005, as exportações cresceram, em relação ao mesmo período do ano anterior, 23,5%.

Os países que mais importaram produtos de Roraima foram a Venezuela, com participação de 54,8%, Itália, Holanda, Bélgica, Estados Unidos e Japão. Em 2004, o setor madeireiro, com vendas de madeiras serradas, compensadas e folheadas, foi o responsável por mais de 65% do total exportado. A exportação de couros e peles de bovinos representou 22,1% e a de soja, 10,1%. Outros produtos, como cadernos, sementes e ardósia, responderam pelo restante das exportações.

O crescimento das exportações de Roraima deve-se, em grande parte, aos produtos do setor madeireiro. Entretanto, segundo o secretário estadual de Desenvolvimento, Aniceto Wanderley, em entrevista concedida ao jornal Folha de Boa Vista, em outubro de 2004, haverá dificuldade em manter o ritmo de

crescimento das exportações de madeira em razão da rigorosa proteção ambiental.

As maiores perspectivas de atingir a meta de US$ 100 milhões, estabelecida pelo Programa Estado Exportador, segundo o secretário de Desenvolvimento, estão depositadas no incremento das exportações de soja. O aumento da área plantada propiciaria a instalação de agroindústrias com produção direcionada ao mercado externo. No entanto, além de aumentar a área plantada, será necessário, também, consolidar a infra-estrutura de produção, com a melhoria das condições de tráfego das estradas, ampliar a estrutura do Distrito Industrial de Boa Vista e realizar investimentos no complexo de armazenagem de grãos. Espera-se que, com o crescimento das exportações de soja, a meta do Programa seja atingida ao final do ano de 2008.

Consultoria Legislativa, 19 de agosto de 2005.

Cláudia Cristina Pacheco Moreira
Consultora Legislativa

TABELA 1

Balança Comercial - Brasil

US$ 1.000 FOB

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	Valor (A)	Variação %	Valor (B)	Variação %	
1994	43.545.149	-	33.078.690	-	10.466.459
1995	46.506.282	6,80	49.971.896	51,07	-3.465.614
1996	47.746.728	2,67	53.345.767	6,75	-5.599.039
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501
1998	51.139.862	-3,48	57.763.476	-3,32	-6.623.614
1999	48.011.444	-6,12	49.294.639	-14,66	-1.283.195
2000	55.085.595	14,73	55.838.590	13,28	-752.995
2001	58.222.642	5,69	55.572.176	-0,48	2.650.466
2002	60.361.786	3,67	47.240.488	-14,99	13.121.298
2003	73.084.140	21,08	48.304.598	2,25	24.779.542
2004	96.475.238	32,01	62.811.497	30,03	33.663.741

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/MDIC

TABELA 2

Ranking dos Estados Exportadores

US$ 1.000/FOB

	2004			2003		
Estado	Valor Exportado	Participação	Posição	Valor Exportado	Participação	Posição
SP	31.038.818	32,76	1	23.074.739	32,13	1
MG	9.997.164	10,55	2	7.434.162	10,35	3
RS	9.878.602	10,43	3	8.013.263	11,16	2
PR	9.396.534	9,92	4	7.153.235	9,96	4
RJ	7.025.189	7,42	5	4.844.113	6,75	5
SC	4.853.506	5,12	6	3.695.786	5,15	6
BA	4.062.916	4,29	7	3.258.772	4,54	8
ES	4.054.552	4,28	8	3.534.564	4,92	7
PA	3.804.690	4,02	9	2.677.521	3,73	9
MT	3.102.504	3,27	10	2.186.158	3,04	10
GO	1.411.773	1,49	11	1.102.202	1,53	13
MA	1.231.085	1,30	12	739.798	1,03	12
AM	1.157.573	1,22	13	1.299.922	1,81	11
CE	859.369	0,91	14	760.927	1,06	14
MS	643.861	0,68	15	498.108	0,69	15
RN	573.603	0,61	16	310.446	0,43	18
PE	516.810	0,55	17	410.707	0,57	16
AL	457.658	0,48	18	360.912	0,50	17
PB	213.965	0,23	19	168.437	0,23	19
RO	133.361	0,14	20	97.741	0,14	20
TO	116.466	0,12	21	45.581	0,06	22
PI	73.333	0,08	22	58.682	0,08	21
SE	47.673	0,05	23	38.813	0,05	23
AP	46.874	0,05	24	19.563	0,03	24
DF	28.973	0,03	25	14.840	0,02	25
AC	7.663	0,01	26	5.337	0,01	26
RR	5.273	0,01	27	3.831	0,01	27
BRASIL	94.739.788	100,00		71.808.160	100,00	

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/MDIC

Obs.: Em vermelho, valores abaixo de US$ 100 milhões

Valor FOB (Free on Board) - preço de venda da mercadoria, excluído o frete

TABELA 3

Exportações

US$ 1.000/FOB

	2004		2003		2004/2003
Estado/Região	Valor Exportado	Participação	Valor Exportado	Participação	Variação
AC	7.663	0,01	5.337	0,01	43,58
AM	1.157.573	1,22	1.299.922	1,81	-10,95
AP	46.874	0,05	19.563	0,03	139,61
PA	3.804.690	4,02	2.677.521	3,73	42,10
RO	133.361	0,14	97.741	0,14	36,44
RR	5.273	0,01	3.831	0,01	37,64
TO	116.466	0,12	45.581	0,06	155,51
NORTE	5.271.900	5,56	4.149.496	5,78	27,05
AL	457.658	0,48	360.912	0,50	26,81
BA	4.062.916	4,29	3.258.772	4,54	24,68
CE	859.369	0,91	760.927	1,06	12,94
MA	1.231.085	1,30	739.798	1,03	66,41
PB	213.965	0,23	168.437	0,23	27,03
PE	516.810	0,55	410.707	0,57	25,83
PI	73.333	0,08	58.682	0,08	24,97
RN	573.603	0,61	310.446	0,43	84,77
SE	47.673	0,05	38.813	0,05	22,83
NORDESTE	8.036.412	8,48	6.107.494	8,51	31,58
DF	28.973	0,03	14.840	0,02	95,24
GO	1.411.773	1,49	1.102.202	1,53	28,09
MS	643.861	0,68	498.108	0,69	29,26
MT	3.102.504	3,27	2.186.158	3,04	41,92
CENTRO-OESTE	5.187.111	5,48	3.801.308	5,29	36,46
ES	4.054.552	4,28	3.534.564	4,92	14,71
MG	9.997.164	10,55	7.434.162	10,35	34,48
RJ	7.025.189	7,42	4.844.113	6,75	45,03
SP	31.038.818	32,76	23.074.739	32,13	34,51
SUDESTE	52.115.723	55,01	38.887.578	54,15	34,02
PR	9.396.534	9,92	7.153.235	9,96	31,36
RS	9.878.602	10,43	8.013.263	11,16	23,28
SC	4.853.506	5,12	3.695.786	5,15	31,33
SUL	24.128.642	25,47	18.862.284	26,27	27,92
BRASIL	94.739.788	100,00	71.808.160	100,00	31,93

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior/MDIC

Obs.: Valor FOB (Free on Board) - preço de venda da mercadoria, excluído o frete

TABELA 4

Balança Comercial - Roraima

US$ 1.000 FOB

Ano/Mês	Exportação		Importação		Saldo
	Valor (A)	Variação %	Valor (B)	Variação %	(A) - (B)
1994	5.634	-	4.117	-	1.517
1995	4.357	-22,67	7.544	83,24	-3.187
1996	7.116	63,32	6.620	-12,25	496
1997	2.583	-63,70	5.954	-10,06	-3.371
1998	2.482	-3,91	10.234	71,88	-7.752
1999	1.713	-30,98	1.514	-85,21	199
2000	2.586	50,96	4.858	220,87	-2.272
2001	4.378	69,30	3.439	-29,21	939
2002	6.022	37,55	2.790	-18,87	3.232
2003	3.831	-36,38	2.092	-25,02	1.739
2004	5.273	37,64	1.868	-10,71	3.405
Janeiro	302	-	93	-	209
Fevereiro	401	32,78	125	34,41	276
Março	390	-2,74	125	0,00	265
Abril	325	-16,67	174	39,20	151
Maio	716	120,31	228	31,03	488
Junho	531	-25,84	145	-36,40	386
Julho	433	-18,46	49	-66,21	384
Agosto	456	5,31	50	2,04	406
Setembro	512	12,28	106	112,00	406
Outubro	519	1,37	260	145,28	259
Novembro	376	-27,55	243	-6,54	133
Dezembro	312	-17,02	271	11,52	41
2005	3.825	23,47	379	-59,64	3.446
Janeiro	488	-	42	-	446
Fevereiro	264	-45,90	39	-7,14	225
Março	838	217,42	25	-35,90	813
Abril	697	-16,83	102	308,00	595
Maio	584	-16,21	46	-54,90	538
Junho	592	1,37	53	15,22	539
Julho	362	-38,85	72	35,85	290

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/MDIC

Obs.: Variação % : Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal;
Mensal = Sobre o mês anterior

Segundo relatório da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, em 2004, todas as regiões brasileiras tiveram crescimento positivo em suas vendas para o exterior. E dentre os Estados que apresentaram maior desempenho está Roraima.

A Secretaria mostra que bom desempenho aconteceu de norte a sul do país. Mas 13 Estados brasileiros cresceram acima da média nacional, que foi de 32%: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará, Rondônia, Tocantins, Amapá, Acre, Roraima, Mato Grosso e o Distrito Federal.

O Norte do país obteve um crescimento, no ano passado, de 27% e exportações de US$ 5,272 bilhões. Com exceção do Amazonas, que teve um decréscimo das exportações devido à queda de 51% na exportação de celulares, todos os estados desta região apresentaram variações acima da média brasileira, de 32%.

No caso de Roraima, o volume de exportações chegou em 2004 a US$ 4,9 milhões, tendo um saldo comercial de US$ 3,3 milhões se comparado ao volume de importações, que foi de US$ 1,5 milhão. Comparado aos números de 2003 o crescimento foi de 36,35%, ou seja, bem acima da média nacional.

O produto mais exportado no Estado continua sendo a madeira, comprada em grande escala pela Venezuela, além dos Estados Unidos, China, Japão e Espanha, que também já fazem parte do hall de compradores do produto. O couro bovino é o segundo item mais exportado, representando mais de 28% das exportações de Roraima. E os maiores compradores deste produto são os italianos.

Conforme as informações repassadas pelo CIN (Centro Internacional de Negócios) da Fier (Federação das Indústrias de Roraima) a expectativa para 2005 é que o desempenho do ano passado seja superado pelas novas vendas. Em 2004 o volume de exportações foi de mais de US$ 70 bilhões. Assim, em todo o país a meta é encerrar o ano com exportações superiores a US$ 100 bilhões.

OUTROS - A região a Centro-Oeste obteve crescimento relativo em 2004 de 36,5%, com exportações totais de US$ 5.188 bilhões, foi O Mato Grosso foi o principal exportador da região e o decimo maior do Brasil, com US$ 3,103 bilhões.

A região Sudeste teve variação, se comparado a igual período de 2003, de 34% O grande destaque da região foi São Paulo, que no período vendeu para o exterior US$ 31,039 bilhões, com crescimento de 34,5%. por conta das exportações de aviões, carne bovina e farelo de soja

No Nordeste, no ano passado as exportações da região chegaram a US$ 8.03 bilhões, com variação de 31% se comparado ao ano anterior. A Bahia foi o principal exportador da região, com exportações de US$ 4 063 bilhões e crescimento de 24%

Em seguida no ranking da Secex está a região S[illegible] com US$ 34,[illegible] bilhões em vendas para o exterior e crescimento se comparado a 2003, de 27 9%. O Rio Grande do Sul mesmo caindo uma posição, continua com variação positiva nas exportações (10%) e vendas para o exterior totalizando US$ 9,879 bilhões. Fumo, calçados e pedaços e miudezas de frango são alguns dos produtos que contribuíram para este bom desempenho

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou falar hoje sobre o chamado empréstimo consignado em folha para aposentados e pensionistas. Mas não poderia deixar de fazer um breve registro sobre o pronunciamento feito ontem pelo Presidente Lula.

Entendo que o Presidente foi bem. Se o Presidente não fala ao País é questionado. O Presidente, ontem, abriu o coração, falou a verdade dos fatos, incentivou as investigações, teve o apoio do empresariado nacional, defendeu – como dever fazer mesmo – o Ministro Palocci, fez uma comparação histórica com outros Presidentes, demonstrando tranqüilidade de que vai aguardar todos os fatos e que espera prevaleça a verdade.

Quanto se vai ou não ser candidato à reeleição, essa é uma decisão que Sua Excelência tem que tomar no momento adequado, conforme explicitou. Portanto, cumprimento o Presidente Lula pela fala muito tranqüila e muito firme no dia ontem, tranqüilizando o País.

O que me traz hoje à tribuna, Sr. Presidente, é minha preocupação com o chamado empréstimo consignado. A falta de dinheiro nas famílias é um fato real. São as contas a pagar, despesas da casa, alimento, enfim, as dificuldades são enormes. A tudo isso, normalmente, os aposentados têm que apensar como gastos, que não são pequenos, o remédio, o médico, hospital, fisioterapia, alimentação especial, enfim, cuidados redobrados, quando a idade avança para todos nós. Imaginem, então, aquele aposentado e pensionista que ainda tem que pagar aluguel?

Esse povo, Sr. Presidente, que trabalhou uma vida inteira, é claro, não consegue ter sossego e precisa ficar calculando e esperando quase um milagre para sobreviver.

O reajuste do salário mínimo foi ínfimo e, assim mesmo, não foi estendido aos aposentados e pensionistas que recebem acima do mínimo; esses receberam somente um terço do percentual concedido ao salário mínimo.

É lamentável que o Brasil seja considerado o pior País da América Latina em distribuição de renda, conforme relatório sobre a situação mundial 2005 das Nações Unidas divulgado hoje. O fosso que separa ricos e pobres, infelizmente, aumenta, embora todos digam que o País está mais rico.

No entanto, para mim, Sr. Presidente, que cuido da área social – embora muitos achem que eu deveria vir à tribuna só para falar em CPI... Há uma centena de Parlamentares que falam em CPI. Eu tenho dito que a CPI deve cumprir o seu papel, assim como o Ministério Público e a Polícia Federal. Eu vou continuar tratando dos assuntos que sempre pautaram a minha vida ao longo desses 20 anos no Congresso, ligados à área social –, creio que ainda há falhas em nosso Governo. A política econômica está indo bem, mas não houve a devida repercussão no social e, conseqüentemente, está aí instalado o impasse que acaba contribuindo para a crise.

Hoje pela manhã, fiquei impressionado ao ver que alguns analistas colocam a culpa da situação de miséria de grande parte do nosso povo na Previdência. Ora, colocar a culpa na Previdência? A Previdência, para mim, ainda é o melhor instrumento de combate à pobreza neste País.

Por que não fazem a mesma análise com relação aos fundos de pensão? Eles detêm quase um quarto do PIB e cuidam da aposentadoria de 6 milhões de pessoas de classe média e alta. E com eles está tudo bem. E a Previdência, que cuida da aposentadoria dos pobres, daqueles que ganham menos de sete salários ou até menos de um salário mínimo, que são 24 milhões de pessoas, é culpada do fosso entre ricos e pobres ter aumentado.

Sinceramente, repito: se os recursos da Previdência, que não ficam no bojo da seguridade social, não fossem destinados para outros fins, ela seria – e é para mim – superavitária.

Fui constituinte de 1986 a 1988 e, às vezes, parece-me que nos consideram bobos. Por que só falam da contribuição da Previdência feita pelo empregado e empregador e não das outras rubricas que dão muito mais do que a contribuição sobre a folha, que é a tributação sobre lucros, sobre o faturamento e a CPMF? Disso ninguém fala. Esse dinheiro é deslocado para outros fins, quando deveria ficar na seguridade e na Previdência. Isso tem de ser dito, porque não dá para aceitar que a Previdência seja a culpada. Daqui a pouco, os aposentados, que já não têm seus salários reajustados, serão os culpados. "Vamos tirar mais deles!" – isso é inadmissível.

Volto a falar do crédito consignado em folha. Sem sombra de dúvida, essa foi uma inovação do sistema financeiro. É lógico, Sr. Presidente, que, diante das dificuldades, os idosos recorrem a empréstimos. Como digo sempre aqui, recebo em meu gabinete mais **e-mails** do que possam imaginar. E tenho recebido

ultimamente várias denúncias de idosos, que pedem: "Senador, não me mande retorno, porque senão vou ter problema na família." O idoso é pressionado a tirar empréstimo por netos, por filhos, por amigos, por vizinho. Depois, ele fica pagando e o dinheiro desaparece e a situação dele só se complica. Então reafirmo que é preciso ter muito cuidado.

Por autorizar expressamente esse tipo de desconto, o crédito consignado reduziu drasticamente o risco de inadimplência, porque o desconto é em folha; quando vai receber o seu benefício, já vem deduzido a prestação dos bancos. Com isso, a taxa de juros cobrada caiu. Mas deve cair muito mais porque o banco não arrisca nada. Com a redução dos juros, com o aumento da garantia, o volume de crédito consignado cresceu de forma exponencial entre setembro de 2004 a julho de 2005.

Considerando os dados relativos aos aposentados, o volume de empréstimos passou de R$612 milhões para R$7,8 bilhões. Veja quanto os banqueiros estão ganhando!

Diante desses números, dá para imaginar o tamanho da dificuldade que os idosos e pensionistas vêm enfrentando. Os juros cobrados foram também menores em junho de 2005, pois, enquanto pessoas físicas pagavam taxa que, em média, atingiam 65% ao ano, agora, os juros, em que o banco não arrisca nada, chegam a 30% a 40%. Isso não tem lógica, quando a taxa Selic está, hoje, em torno de 19,75%. E, se o banco está cobrando de 30% a 40%, ele esta ganhando. É claro que existem as taxas naturais de implantação do sistema, mas o banco não pode cobrar algo em torno de 30% a 40%.

É notório, entretanto, que o sistema financeiro do nosso País está longe de apresentar uma estrutura efetiva, que demonstre o seu compromisso com o social. Os bancos, repito, continuam ganhando muito, muito mesmo. Lamento que, neste momento, isso se dê em detrimento da causa dos aposentados e pensionistas.

Portanto, na minha avaliação, sem a intervenção direta das instituições para regulamentar essa questão, não há por que esperar que a taxa de juros diminua. É preciso que haja uma posição firme. No meu entendimento, caberia ao Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão formulador, e ao Banco Central do Brasil, órgão executor da política monetária, impor limites às taxas de juros cobradas.

Estou me referindo, nesse caso, a todos, mas, principalmente, aos aposentados e aos pensionistas.

Sr. Presidente, na ausência desse instrumento, cabe, então, ao Parlamento disciplinar o mercado de crédito, coibindo os abusos praticados.

Temos de mudar esse quadro, senão, mais uma vez, a situação vai se configurar em um Senador que, desta tribuna, faz denúncia pela denúncia. Esse quadro acaba se traduzindo em uma exploração dos idosos e dos aposentados. Por quê? Por ter autorizado o desconto em folha, o risco do banqueiro é zero; se é zero o risco, ele não deve ter lucro de quase 50%.

Não se justifica, portanto, que os bancos cobrem dos aposentados taxas muito superiores àquelas cobradas do Governo, que, em última análise, é quem garante tanto o pagamento dos juros da dívida pública quanto o pagamento dos aposentados. O risco de inadimplência, em um e outro caso, é o mesmo, de forma que a taxa cobrada não poderia ser a que é cobrada hoje.

Sr. Presidente, nós, aqui, no Parlamento, podemos ajudar os aposentados.

Para cobrir custos administrativos e algum risco de crédito remanescente, certamente de pequena monta, proponho, por meio do projeto de lei que apresentei ontem à Casa, que o juro cobrado não ultrapasse 5%, o que é hoje a taxa Selic. Com isso, Sr. Presidente, reduziríamos e muito o que pagam os aposentados e os pensionistas em matéria de juro – no meu entendimento, de forma indevida.

Como mecanismo de reforço da aplicação da lei, tivemos o cuidado, no texto do projeto apresentado por nós, de deixar claro que o limite inclui todos os acréscimos cobrados a título de despesas administrativas e taxas de abertura de crédito.

Para se ter uma idéia de como isso faz diferença, ao se incluir a taxa de abertura de crédito, por exemplo, a taxa de juro efetivamente paga chega a aumentar em até dez pontos percentuais. Hoje, não dá para se concordar com isso! Portanto, queremos, por meio desse projeto, reduzir pela metade – estou propondo só pela metade – o lucro que os banqueiros estão tendo em cima dos aposentados e dos pensionistas.

Também julgamos importante excluir, do teto fixado para a taxa de juros, os acréscimos de natureza tributária e os gastos para a recuperação de crédito, o que certamente inibe vício e, no meu entendimento, torna-se inconstitucional.

Por fim, o projeto prevê que as normas entrem em vigor em 45 dias após a publicação da lei que estou levando a debate. É tempo suficiente para que os agentes financeiros e o Governo se adaptem à nova legislação.

Sei que não seria necessário descrever a realidade da grande maioria dos aposentados e pensionistas do nosso País. A realidade fala por si, e os dados, hoje, mostram que o nosso País, infelizmente, está em último lugar quando se trata da América Latina.

Sr. Presidente, quero também dizer que sei que qualquer esforço no sentido de minimizar as dificuldades que os idosos enfrentam, usando para tanto o senso de justiça social, é dever de todos nós, Senadores e Deputados. Espero que estejamos todos juntos nessa caminhada.

De fato, é um escândalo o lucro dos banqueiros. Creio que não há um Senador ou Deputado que não concorde com o fato de que, hoje, a melhor forma de se dar bem na vida é estar bem com o sistema financeiro. Não há um empresário neste País que gere emprego, quer seja no agronegócio, quer seja na produção, na indústria, na área urbana, e que obtenha lucros próximos ou semelhantes aos que obtêm os banqueiros.

Estamos observando agora, em relação aos aposentados, que existe propaganda vinte e quatro horas por dia com o objetivo de incentivar as pessoas a irem ao banco, o que significa pagar juros e endividar-se, pressionadas muitas vezes por "amigos". Só que o idoso é que vai pagar a conta. Ora, se fosse bom fazer empréstimos em banco, não haveria necessidade de tanta campanha, de forma tão ostensiva.

Uso este momento até para conversar com o povo brasileiro: não se engane! Toda vez em que se vai ao banco fazer um empréstimo, quem está ganhando é o banqueiro. O cidadão está marchando.

Por isso, Sr. Presidente, a minha fala no dia de hoje é um alerta. Estou muito preocupado com a situação dos idosos, que estão sendo aclamados, chamados dia e noite para ir ao banco fazer empréstimos e pagar juros, para mim, abusivos.

Com esse projeto, quero limitar, quero diminuir pela metade o lucro que os banqueiros estão tendo, especificamente no chamado empréstimo consignado, em cima dos aposentados e dos pensionistas. Os banqueiros já terão um bom lucro se perderem 50%.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias pela Liderança do PSDB por cinco minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para que não prevaleçam equívocos históricos, uma péssima lição, sobretudo aos estudiosos, vamos nos reportar, mais uma vez, ao discurso do Presidente Lula no dia de ontem.

Na tentativa de se comparar com personagens da história política brasileira, o Presidente Lula cometeu um equívoco que, claro, é fruto da sua falta de intimidade com o tema.

Esse trecho do discurso mais do que desconhecimento histórico é uma tentativa de se apresentar como uma vítima de pretensos e até fantasiosos complôs, golpismos e forças ocultas, de que, acredita Lula, teriam sido alvos os ex-Presidentes que mencionou em sua fala de ontem.

Ao se referir a João Goulart, Lula disse que ele "foi obrigado a renunciar". Equívoco do Presidente – e já o apontamos aqui. Jango foi deposto pelo golpe militar em 1964. Jamais renunciou ao cargo. O seu cargo foi declarado vago no dia 1º de abril de 1964, antes mesmo que ele seguisse para o exílio.

Antes, Lula havia se referido a Getúlio Vargas, cujo suicídio completou 51 anos na quarta-feira. Deixou de lembrar que a crise que levou Vargas a se matar não foi invenção dos seus adversários, mas fabricada pelo próprio governo e seus acólitos. Na verdade se rememorou a morte de Getúlio.

Em relação a Juscelino Kubitschek, a quem Lula disse ter sido chamado de ladrão por toda a imprensa, é bom destacar: o único jornal diário que o chamou de ladrão foi o semanário **Maquis**, criado pelo então Deputado Amaral Netto e, eventualmente, a **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda. Não toda a imprensa brasileira, como referiu o Presidente Lula.

Quando se referiu a Jânio Quadros, Lula usou a expressão "inimigo oculto" e "forças ocultas" para justificar a renúncia. Na verdade, no texto-renúncia, Jânio escreveu.: "Sinto-me (...) esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim (...)"

Faltou-se referir ao Presidente Collor, que foi impedido pelo Congresso Nacional. Naturalmente, o Presidente Lula demonstra que a palavra *impeachment* o incomoda e muito.

O problema, alguém deveria dizer ao Presidente, não é semântico nem histórico. O problema é contemporâneo, é de agora.

A situação é mesmo inusitada. Lula não é fustigado apenas pelas oposições, como pretende impor como verdade. Ele é fustigado, sim, pelas oposições, a quem cabe investigar e fiscalizar o Governo, denunciando os seus erros, mas o é também pelo seu próprio Partido. Veja-se, por exemplo, que nem mesmo no plenário do Senado Federal o Presidente é defendido pelos petistas de forma rotineira. O Senador Paulo Paim, hoje, foi uma exceção à regra: é um petista solitário, no plenário do Senado, na manhã de sexta-feira, ensaiando uma defesa até constrangida do Presidente da República e do seu Governo.

Na verdade, a regra é fugir do debate quando se trata de discutir, sobretudo, a instalação desse esquema de corrupção implantado no País.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, houve um depoimento importante na CPMI dos Bingos. O Sr. Rogério Buratti confirmou as denúncias feitas ao Ministério Público em São Paulo. São denúncias gravíssimas, que dizem respeito não apenas ao pagamento de propinas às Prefeituras, mas também às doações da área de jogos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, para a campanha do Presidente da República. O Sr. Buratti foi enfático: as doações das casas de bingo de São Paulo, da ordem de R$1 milhão, foram destinadas diretamente à campanha do Presidente Lula.

Relativamente às conexões de Buratti com o Ministro Palocci, há evidências indesmentíveis. Os indícios são comprometedores e, a meu ver, é hora de se convocar o Ministro Palocci para um depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. É hora de o Ministro eliminar dúvidas e acabar com suspeitas, porque o responsável pela gestão econômica não pode permanecer no Governo sob suspeitas. Não há como se admitir que aquele que segura a chave do cofre da Nação nas mãos permaneça no exercício da função sob gravíssimas suspeitas como as que pesam contra ele, assacadas por um amigo de tantos anos.

Ficou evidente também, Sr. Presidente, faço questão de registrar, que houve, sim, um entendimento, por interposta pessoa, entre o Ministro Palocci e o Sr. Buratti nos últimos dias. Há informações seguras de que o Sr. Juscelino, chefe de gabinete do Ministro Palocci, esteve em Ribeirão Preto, no último sábado, com advogados, mantendo entendimentos que precederam a entrevista coletiva do Ministro Palocci no domingo. Nesta terça-feira há também informações seguras de que o Sr. Juscelino Dourado esteve em São Paulo, reunindo-se e entendendo-se com o Sr. Rogério Buratti a respeito do seu depoimento, que seria na quarta mas foi transferido, exatamente em função desse entendimento, para quinta-feira.

Houve, portanto, preservação parcial da imagem do Ministro no depoimento de ontem, razão direta, certamente, do suposto entendimento havido nos últimos dias.

No entanto, se Buratti não avançou, também não recuou. Manteve-se irredutível, reafirmando as denúncias feitas ao Ministério Público de São Paulo, as quais são suficientes, sim, para a convocação do Ministro Palocci, a fim de que possa trazer esclarecimentos.

É bom destacar: quem exige investigação cabal, definitiva, esclarecimento eficiente não quer, de forma alguma, comprometer a economia, ao contrário. Repito que investigar e denunciar corrupção não compromete a economia. O que a compromete, verdadeiramente, é a corrupção. E o Ministro Palocci já se dispôs a comparecer para prestar esclarecimentos definitivos.

Certamente, a presença dele será esclarecedora, sim, eliminará dúvidas e o preservará, se realmente imune a todas essas denúncias, para continuar no exercício da função.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Solicito a palavra a V. Exª como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, por cinco minutos, como Líder do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero justificar a minha volta à tribuna na manhã de hoje.

Como Líder do PTB, não pude fazer, no dia 24, homenagem ao nosso querido Getúlio Vargas, e, já que ontem o Presidente Lula citou o seu nome, é oportuno que, como Líder do PTB, eu faça esse registro hoje.

Sr. Presidente, a construção da memória de um país é resultado dos exemplos edificantes das mulheres e dos homens que nos precederam. No templo da memória, os despudorados, os facínoras, os pigmeus morais e os corruptos são olvidados, e a consciência nacional cristaliza, no longo curso, os exemplos das grandes figuras que, com o seu trabalho, constroem o nosso futuro comum.

Getúlio Dornelles Vargas foi uma dessas figuras iluminadas, que fizeram toda a diferença, em nosso passado recente. Por essa razão, o 24 de agosto de 1954, data do seu dramático suicídio, vem sendo lembrado ano a ano, em um Brasil a cada dia mais carente de estadistas.

Estadista, Vargas soube ser ao longo de sua admirável trajetória política. Tendo liderado a Revolução de 30, ele assumiu a Presidência da República para cumprir, no seu longo período de governo, o papel de modernizador esclarecido de um País até então arcaico, provinciano, agrário-exportador e paralisado por suas contradições mais profundas.

A Proclamação da República, ocorrida nos fins do século XIX, mais exatamente em 15 de novembro de 1889, mostrou-se insuficiente para democratizar o Brasil e fazer coincidir os interesses dos governantes com as expectativas dos governados. Como no dia da proclamação, o povo continuou a assistir, por muitos anos, às disputas intra-elites pelo poder, até que a Revolução vitoriosa, a partir de 1930, iniciou o processo de reconfiguração de um Brasil trágico, que, para a nossa mais imensa alegria, há muito deixou de existir.

Em momentos de crise como o presente, a evocação do legado de Vargas é uma tarefa fundamental para nos inspirar e nos fortalecer o espírito, na medida em que o caudilho gaúcho, a despeito do seu

perfil autoritário, foi um admirável modernizador, responsável direto pela criação da Justiça do Trabalho e pela instituição do salário mínimo. Ao mesmo tempo, direitos esparsos em nossa legislação foram reunidos na Consolidação das Leis do Trabalho, que garantiu à espoliada mão-de-obra brasileira a carteira profissional, as férias remuneradas e a limitação, em 48 horas, de sua jornada semanal de trabalho.

Ao longo do Governo Vargas, a produção brasileira foi também modernizada com o surgimento de empresas estatais muito competitivas, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Hidrelétrica do Vale do São Francisco, a Petrobras, os Bancos do Nordeste e da Amazônia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – atual BNDES, os Institutos do Café, do Cacau, do Açúcar e do Pinho, entre tantas outras iniciativas de valor para o progresso material do povo brasileiro.

Getúlio tinha idéia fixa pelo progresso social, e essa marca de seu Governo também percolou a própria estrutura do Estado, visto que o gaúcho de São Borja foi responsável pela criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e da Previdência Social e pela modernização administrativa da máquina pública, mediante a contratação de servidores por concursos públicos.

Durante a Segunda Guerra, as negociações entabuladas por Vargas com os Estados Unidos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RO) – Sr. Presidente, solicito a tolerância de V. Exª, dada a importância do registro que, modestamente, tento fazer.

Durante a Segunda Guerra, as negociações entabuladas por Vargas com os Estados Unidos, para a adesão do Brasil às forças aliadas, renderam inestimáveis ganhos para a Nação brasileira. O Presidente, no alto de sua lucidez política, soube manter uma posição ambígua, aparentemente contraditória e paradoxal de modo a encarecer o ingresso do Brasil na guerra.

Naquele momento da nossa história, mantínhamos um elevado nível de comércio com a Alemanha, e o próprio perfil do Presidente sugeria uma natural proximidade com as forças do Eixo.

Getúlio soube conservar, com imensa sabedoria, as ambíguas reticências em sua tomada de posição, o que foi denominado, pelo saudoso historiador Gerson Moura, de "política da eqüidistância pragmática". Por ela, Vargas obscureceu suas preferências entre o Eixo e os aliados, para maximizar os ganhos do ingresso brasileiro na guerra.

Os Estados Unidos necessitavam de uma base na região Nordeste, para que suas Forças Armadas pudessem atuar no teatro de guerra africano. Porém, Vargas, com toda a sua maestria e inteligência, negociou com calma e parcimônia até obter o reequipamento do nosso Exército pelos Estados Unidos e a participação direta do Brasil no conflito, o que faz do nosso País o único da América do Sul a figurar entre os vencedores.

Coroando a sua irretocável "política da eqüidistância pragmática", Getúlio obteve financiamento para a construção Companhia Siderúrgica Nacional, o melhor resultado das negociações que mantivemos com os Estados Unidos, que são, atualmente, importadores do competitivo aço brasileiro.

O governo norte-americano, de modo absolutamente inédito e contrariando a própria lógica dos seus interesses, financiou uma empresa pública estrangeira.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RO) – Esse resultado das negociações representa uma fulgurante vitória de Vargas, pois a CSN está na base da nossa industrialização.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não seria exagerado afirmar que a figura de Getúlio Vargas é a mais rica, exuberante e admirável, entre todos os políticos brasileiros no século XX. O seu suicídio, no momento em que ofereceu a sua própria vida em holocausto ao povo brasileiro, representa uma chaga ainda aberta na memória do País.

Neste momento desconfortável em que o povo se ressente do abandono de suas esperanças, neste momento triste, em que tanto o medo quanto a esperança parecem ter sido derrotados pela ganância hipócrita, cínica e desbragada, é importante relembrarmos Vargas, que foi, acima de tudo, um homem honesto, que passou a vida fazendo política sem se locupletar com a **res publica**.

Termino a minha fala com a leitura de um trecho da dramática carta-testamento de Vargas, que merece ser evocada em nosso luto pelos atuais acontecimentos envolvendo o Governo e em nossa luta pela honestidade e lisura no âmbito da política.

Escreveu Vargas:

> Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado; quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos; quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. O meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de

meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RO) – Continuo a leitura, Sr. Presidente:

Ao ódio respondo com o perdão aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna, mas esse povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma, e o meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida, agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente, dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

Srªs e Srs. Senadores, Getúlio não passará. Nesse 24 de agosto, é importante orarmos, permanentemente, em silêncio obsequioso pela alma desse admirável brasileiro, que se imortalizou pela generosidade, pelo patriotismo e pela grandeza do seu legado político.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, como Líder do PTB, Partido que Getúlio fundou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 1.538, 1.539, 1.540 E 1.541 DE 2005

Sobre o Projeto de Lei da Câmara no 62, de 2004 (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências:

PARECER Nº 1.538, DE 2005, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

(Em audiência, nos termos do Requerimento nº 448, de 2005)

Relator: Senador **Delcidio Amaral**

I - Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n9 62, de 2004, cria a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autarquia especial, vinculada ao Ministério da Defesa, com sede no Distrito Federal e competência de regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

A proposição origina-se da Mensagem nº 1.795, de 2000, do Senhor Presidente da República, que tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 3.846, de 2000. O PLC nº 62, de 2004, corresponde ao substitutivo aprovado naquela Casa.

Segundo o projeto, a ANAC terá independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, devendo observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil (CONAC).

Sua diretoria será composta por quatro Diretores e um Diretor-Presidente, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para mandatos de cinco anos. Os Diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou ide oena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

O projeto prevê um quadro funcional de 922 Reguladores, 307 Analistas de Suporte à Regulação, 526 Técnicos de Regulação e 50 Procuradores Federais, além de 394 cargos comissionados e 389 gratificações de exercício em cargo de confiança, de preenchimento exclusivo por militares oficiais e graduados, sendo que o preenchimento de uma gratificação exclusiva de militar bloqueia o preenchimento de um cargo comissionado equivalente e vice-versa.

A edição de atos normativos pela ANAC será precedida de audiência pública e seus documentos permanecerão abertos à consulta pública, exceto quando sua divulgação puder violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém.

As principais receitas da ANAC serão as taxas cobradas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia, cujos valores estão sendo atualizados, e os recursos do Fundo Aeroviário, que serão acrescidos de 50% da arrecadação das tarifas de embarque, a título de ônus pela exploração dos aeródromos civis públicos.

Serão transferidos à ANAC as dotações orçamentárias, o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do Comando da Aeronáutica correspondentes às atividades a ela atribu [das, ficando o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil (DAC). Os militares em exercício no DAC passam a ter exercício na ANAC, devendo retornar à Força Aérea no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% do total inicial a cada ano.

O projeto prorroga, ainda, as concessões de serviços aéreos até a data de 31 de dezembro de 2010, assegurando às empresas aéreas a exploração de quaisquer linhas, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares.

Além disso, estabelece o regime de liberdade tarifária, segundo o qual as concessionárias e permissionárias determinarão suas próprias tarifas, cabendo à ANAC, nas hipóteses de aumento abusivo ou de práticas prejudiciais à competição, estabelecer tarifas máximas ou mínimas.

O propósito do projeto, segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 6.613/MD/MP, é "fazer com que o Estado, ao invés de prestar serviços, resguarde e garanta a prestação dos mesmos, nos moldes das agências federais reguladoras criadas recentemente, delegando ao setor privado a execução de determinados sprviços públicos e a exploração de atividades em regime de concorrência".

Cumpre destacar que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados teve seu objeto limitado à criação da Agência, enquanto o projeto original do Executivo tratava igualmente de matérias regulatórias. Por esse motivo, a própria ementa foi alterada, com a supressão da expressão "ordenação da aviação civil". Nos termos do parecer da Comissão Especial constituída para apreciar o projeto, tal decisão justifica-se porque "a manutenção de um texto tão abrangente e extenso como o originalmente proposto redundaria em divergências incapazes de serem solucionadas no curto prazo." Acrescenta, ainda, o parecer que "aspectos relacionados àordenação da aviação civil e à exploração dos serviços aéreos e de infra-estrutura aeroportuária, que tanta discussão suscitaram, terão sua análise retomada na oportunidade em que a Casa iniciar o exame do projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica".

No Senado, a proposição foi distribuída às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, num primeiro momento, e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, como conseqüência da aprovação do Requerimento nº 448, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Foram apresentadas trinta e duas emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura:

- Emenda nº 1, do Senador Efraim Morais: prorroga os contratos de concessão em vigor até 31 de dezembro de 2025;
- Emenda nº 2, do Senador Efraim Morais: autoriza a União a celebrar acordos com as empresas aéreas em processos judiciais relativos a defasagens tarifárias impostas pelo Plano Cruzado;
- Emenda nº 3, do Senador Paulo Octávio: autoriza, até 31 de dezembro de 2015, mediante prévia aprovação da ANAC e independentemente de exame por qualquer outro órgão público, atos de concentração ou de cooperação entre as empresas aéreas;
- Emenda nº 4, do Senador Paulo Octávio: institui concessão de uso de áreas de aeroportos utilizadas por empresas aéreas;
- Emenda nº 5, do Senador Magno Malta: harmoniza a presente proposição com a Lei nº 9.986, de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas Agências Reguladoras, e com a Lei nº 10.871, de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organizações de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras;
- Emenda nº 6, do Senador Magno Malta: aperfeiçoa a redação do art. 44;
- Emenda nº 7, do Senador Magno Malta: compatibiliza o texto do art. 39 com a Lei nº 10.871, de 2004;
- Emenda nº 8, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 42;
- Emenda nº 9, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, II;
- Emenda nº 10, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, § 2º;
- Emenda nº 11, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, XIII;
- Emenda nº 12, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, XIV;
- Emenda nº 13, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, XXIV;
- Emenda nº 14, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, XXV;
- Emenda nº 15, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, caput
- Emenda nº 16, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação dos arts. 9º, 10, 11, 20 e 23;
- Emenda nº 17, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 10 com a Lei nº 9.986, de 2000, e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº 18, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, III e IV, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;

- Emenda nº 19, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, VI, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;
- Emenda nº 20, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, VIII, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;
- Emenda nº 21, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, IX, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;
- Emenda nº 22, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 13, § 1º, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;
- Emenda nº 23, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 14, § 1º com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;
- Emenda nº 24, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 16 com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;
- Emenda nº 25, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 18 com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências reguladoras;
- Emenda nº 26, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 27;
- Emenda nº 27, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 28;
- Emenda nº 28, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 33, parágrafo único;
- Emenda nº 29, do Senador Gerson Camata: aperfeiçoa a redação do art. 36, § 2º;
- Emenda nº 30, do Senador Gerson Camata: acrescenta parágrafo ao art. 37;
- Emenda nº 31, do Senador Gerson Camata: acrescenta artigo às Disposições Finais e Transitórias.
- Emenda nº 32, do Senador Roberto Saturnino: altera o parágrafo único do art. 1º, para fixar a sede da Anac na cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas regionais.

II – Análise

País de dimensões continentais, o Brasil tem na aviação um indispensável fator de integração nacional e de desenvolvimento econômico. O Brasil é detentor de uma aviação respeitada internacionalmente, tanto pela dimensão de sua frota quanto pelos índices de segurança alcançados.

Os níveis de excelência da aviação nacional podem ser atribuídos, em grande medida, à dedicação e ao patriotismo da Força Aérea Brasileira, que foi responsável pela estruturação do setor desde os seus primórdios. Alguns segmentos, como a gestão de aeroportos e a indústria aeronáutica, passaram à esfera civil e continuaram a desempenhar suas atividades com grande competência. É chegada a hora de fazer o mesmo com a regulação e a fiscalização da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, que serão transferidas para a Agência Nacional de Aviação Civil.

A criação da Anac contribuirá para o fortalecimento da aviação nacional, mediante a adoção das mais modernas técnicas de regulação da atividade econômica. A exemplo do que tem ocorrido em outros setores, a criação de uma agência reguladora é condição indispensável para a construção de um marco regulatório capaz de atrair investimentos e de proteger os interesses dos consumidores. Além disso, permitirá à Força Aérea concentrar-se na sua missão precípua, que é a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, conforme determina o art. 142 da Constituição.

O Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, oriundo de proposição do Executivo, é produto de um longo processo de discussão, durante o qual foram realizadas treze audiências públicas e ouvidos trinta e um depoentes, representativos de todos os setores interessados.

Fundamental para obter o consenso necessário à aprovação do projeto foi a decisão de restringir seu escopo à criação da agência, deixando-se para um outro momento a alteração do marco regulatório do setor, que é o Código Brasileiro de Aeronáutica, instituído pela Lei nº 7.565, de 1986, orientação que consideramos adequada e que pretendemos manter.

O projeto poderia ser aperfeiçoado com vistas à harmonização de seu conteúdo com duas leis supervenientes à sua elaboração: a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que "dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras" e a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que "dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras".

Também poderia ser aprofundada a orientação adotada pela Câmara dos Deputados, no sentido de restringir o escopo da proposição exclusivamente à criação da Anac, suprimindo-se os dispositivos de natureza regulatória ainda constantes do projeto.

A despeito dessas considerações, entendemos, entretanto, que a urgência de que se reveste a criação da Anac recomenda a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, sem alterações, a fim de que ele possa seguir diretamente para a sanção presidencial. As impropriedades mais graves poderão ser corrigidas por veto presidencial. Outros aperfeiçoamentos poderão ser feitos posteriormente, por meio de nova proposição legislativa.

III – Voto

Ante o exposto, o parecer é pela rejeição das emendas de nº 1 a 32 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004.

1) Emendas consideradas inexistentes, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2004.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/08/2005 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR TASSO JEREISSATI	
RELATOR: SENADOR DELCÍDIO AMARAL	
BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL) – TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL) – SUPLENTES
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)	1- DEMÓSTENES TORRES (PFL)
CÉSAR BORGES (PFL)	2- JOÃO RIBEIRO (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	3- ROSEANA SARNEY (PFL) – LICENCIADA
LEONEL PAVAN (PSDB)	4- EDUARDO AZEREDO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	5- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
ANTONIO VILELA FILHO (PSDB)	6- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PMDB – TITULARES	PMDB – SUPLENTES
GILBERTO MESTRINHO	1- NEY SUASSUNA
SÉRGIO CABRAL	2- VALDIR RAUPP
GARIBALDI ALVES FILHO	3- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	4- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	5- LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	1- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	2- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	3- SIBÁ MACHADO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4- SÉRGIO ZAMBIASI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES - (SEM PARTIDO)	5- AELTON FREITAS (PL)
PDT – TITULARES	PDT – SUPLENTES
JEFFERSON PERES	1- AUGUSTO BOTELHO

PARECER Nº1.539, DE 2005

(Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Relator: Senador **Delcídio Amaral**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2004, cria a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autarquia especial, vinculada ao Ministério da Defesa, com sede no Distrito Federal e competência de regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

A proposição origina-se da Mensagem nº 1.795, de 2000, do Senhor Presidente da República, que tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 3.846, de 2000. O PLC nº 62, de 2004, corresponde ao substitutivo aprovado naquela Casa.

Segundo o projeto, a ANAC terá independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, devendo observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil (CONAC).

Sua diretoria será composta por quatro Diretores e um Diretor-Presidente, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para mandatos de cinco anos. Os Diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

O projeto prevê um quadro funcional de 922 Reguladores, 307 Analistas de Suporte à Regulação, 526 Técnicos de Regulação e 50 Procuradores Federais, além de 394 cargos comissionados e 389 gratificações de exercício em cargo de confiança, de preenchimento exclusivo por militares oficiais e graduados, sendo que o preenchimento de uma gratificação exclusiva de militar bloqueia o preenchimento de um cargo comissionado equivalente e vice-versa.

A edição de atos normativos pela ANAC será precedida de audiência pública e seus documentos permanecerão abertos à consulta pública, exceto quando sua divulgação puder violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém.

As principais receitas da ANAC serão as taxas cobradas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia, cujos valores estão sendo atualizados, e os recursos do Fundo Aeroviário, que serão acrescidos de 50% da arrecadação das tarifas de embarque, a título de ônus pela exploração dos aeródromos civis públicos.

Serão transferidos à ANAC as dotações orçamentárias, o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do Comando da Aeronáutica correspondentes às atividades a ela atribuídas, ficando o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil (DAC). Os militares em exercício no DAC passam a ter exercício na ANAC, devendo retomar à Força Aérea no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% do total inicial a cada ano.

O projeto prorroga, ainda, as concessões de serviços aéreos até a data de 31 de dezembro de 2010, assegurando às empresas aéreas a exploração de quaisquer linhas, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares.

Além disso, estabelece o regime de liberdade tarifária, segundo o qual as concessionárias e permissionárias determinarão suas próprias tarifas, cabendo à ANAC, nas hipóteses de aumento abusivo ou de práticas prejudiciais à competição, estabelecer tarifas máximas ou mínimas.

O propósito do projeto, segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 6.613/MD/MP, é "fazer com que o Estado, ao invés de prestar serviços, resguarde e garanta a prestação dos mesmos, nos moldes das agências federais reguladoras criadas recentemente, delegando ao setor privado a execução de determinados serviços públicos e a exploração de atividades em regime de concorrência".

Cumpre destacar que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados teve seu objeto limitado à criação da Agência, enquanto o projeto original do Executivo tratava igualmente de matérias regulatórias. Por esse motivo, a própria ementa foi alterada, com a supressão da expressão "ordenação da aviação civil". Nos termos do parecer da Comissão Especial constituída para apreciar o projeto, tal decisão justifica-se porque "a manutenção de um texto tão abrangente e extenso como o originalmente proposto redundaria em divergências incapazes de serem solucionadas no curto prazo." Acrescenta, ainda, o parecer que "aspectos relacionados à ordenação da aviação civil e à exploração dos serviços aéreos e de infra-estrutura aeroportuária, que tanta discussão suscitaram, terão sua análise retomada na oportunidade em que a Casa iniciar o exame do projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica".

No Senado, a proposição foi distribuída às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, num primeiro momento, e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, como conseqüência da aprovação do Requerimento nº 448, de 2005, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Foram apresentadas trinta e duas emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura:

- Emenda nº 1, do Senador Efraim Morais: prorroga os contratos de concessão em vigor até 31 de dezembro de 2025;
- Emenda nº 2, do Senador Efraim Morais: autoriza a União a celebrar acordos com as empresas aéreas em processos judiciais relativos a defasagens tarifárias impostas pelo Plano Cruzado*;*
- Emenda nº 3, do Senador Paulo Octávio: autoriza, até 31 de dezembro de 2015, mediante prévia aprovação da ANAC e independentemente de exame por qualquer outro órgão público, atos de concentração ou de cooperação entre as empresas aéreas;
- Emenda nº 4, do Senador Paulo Octávio: institui concessão de uso de áreas de aeroportos utilizadas por empresas aéreas;
- Emenda nº 5, do Senador Magno Malta: harmoniza a presente proposição com a Lei nº 9.986, de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas Agências Reguladoras, e com a Lei nº 10.871, de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organizações de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras;
- Emenda nº 6, do Senador Magno Malta: aperfeiçoa a redação do art. 44;
- Emenda nº 7, do Senador Magno Malta: compatibiliza o texto do atr. 39 com a Lei nº 10.871, de 2004;
- Emenda nº 8, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 4º;
- Emenda nº 9, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, II;
- Emenda nº. 10, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, § 2º;
- Emenda nº. 11, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, § 2º;
- Emenda nº. 12, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, XIV;
- Emenda nº. 13, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, XXIV;
- Emenda nº. 14, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, XXV;
- Emenda nº. 15, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 8º, **caput**;
- Emenda nº. 16, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação dos arts. 9º, 10,11,20 e 23;
- Emenda nº. 17, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 10 com a Lei nº. 9.986, de 2000, e com o Projeto de Lei nº. 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº. 18, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, III e IV, com a Lei nº. 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das agências Reguladoras;
- Emenda nº. 19, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, VI, com a Lei nº. 9.086, de 2000 e com o Projeto de Lei nº. 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº. 20, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, VIII, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº 21, do Senador Neu Suassuna: compatibiliza o texto do art. 11, IX, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº 22, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto doa rt. 13, § 1º, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº 23, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 14, § 1º, com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº 24, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art. 16 com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;

- Emenda nº 25, do Senador Ney Suassuna: compatibiliza o texto do art.18 com a Lei nº 9.986, de 2000 e com o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre o modelo de organização e funcionamento das Agências Reguladoras;
- Emenda nº 26, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 27;
- Emenda nº 27, do Senador Ney Suassuna: aperfeiçoa a redação do art. 28;
- Emenda nº 28, do Senador Ney Suassuna; aperfeiçoa a redação do art. 33, parágrafo único;
- Emenda nº 29, do Senador Gerson Camata: aperfeiçoa a redação do art. 36, § 2º
- Emenda nº 30, do Senador Gerson Camata: acrescenta parágrafo ao art. 37;
- Emenda nº 31, do Senador Gerson Camata: acrescenta artigo às Disposições Finais e Transitórias.
- Emenda nº 32, do Senador Roberto Saturnino: altera o parágrafo único do art. 1º, para fixar a sede da ANAC na cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas regionais.

II – Análise

País, de dimensões continentais, o Brasil tem na aviação um indispensável fator de integração nacional e de desenvolvimento econômico. O Brasil é detentor de uma aviação respeitada internacionalmente, tanto pela dimensão de sua frota quanto pelos índices de segurança alcançados.

Os níveis de excelência da aviação nacional podem ser atribuídos, em grande medida, à dedicação e ao patriotismo da Força Aérea Brasileira, que foi responsável pela estruturação do setor desde os seus primórdios. Alguns segmentos, como a gestão de aeroportos e a indústria aeronáutica, passaram à esfera civil e continuaram a desempenhar suas atividades com grandes competência. É chegada a hora de fazer o mesmo com à regulação e a fiscalização da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, que serão transferidas para a Agência Nacional de Aviação Civil.

A criação da ANAC contribuirá para o fortalecimento da aviação nacional, mediante a adoção das mais modernas técnicas de regulação da atividade econômica. A exemplo do que tem ocorrido em outros setores, a criação de uma agência reguladora é condição indispensável para a construção de um marco regulatório capaz de atrair investimentos e de proteger os interesses dos consumidores. Além disso, permitirá à Força Aérea concentrar-se na sua missão precípua, que é a defesa da Pátria e a garantia dos Poderes constitucionais, da lei e da ordem, conforme determina o art. 141 da Constituição.

O Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, oriundo de proposição do Executivo, é produto de um longo processo de discussão, durante o qual foram realizadas treze audiências públicas e ouvidos trinta e um depoentes, respresentativos de todos os setores interessados.

Fundamental para obter o consenso necessário à aprovação do projeto foi a decisão de restringir seu escopo à criação da Agência, deixando-se para um outro momento alteração do marco regulatório do setor, que é o Código Brasileiro de Aeronáutica, instituído pela Lei nº 7.656, de 1986, orientação que consideramos adequada e que pretendemos manter.

O projeto poderia ser aperfeiçoado com vistas à harmonização de seu conteúdo com duas leis supervenientes à sua elaboração: a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que "dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras" e a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que "dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras".

Também poderia ser aprofundada a orientação adotada pela Câmara dos Deputados, no sentido de restringir o escopo da proposição exclusivamente à criação da ANAC, suprimindo-se os dispositivos da natureza regulatória ainda constante do projeto.

A despeito dessas considerações, entendemos, entretanto, que a urgência de que se reveste a criação da ANAC recomenda a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, sem alterações, a fim de que ele possa seguir diretamente para a sanção presidencial. Outros aperfeiçoamentos poderão ser feitos posteriormente, por meio de nova proposição legislativa.

III – Voto

Ante o exposto, o parecer é pela rejeição das emendas de nº 1 a 32 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004.

(1)Emendas consideradas inexistentes, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: DELCÍDIO AMARAL	
BLOCO DA MINORIA	
HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
DEMÓSTENES TORRES	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MARIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7-EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
DELCÍDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
MAGNO MALTA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BEZERRA
SÉRGIO ZAMBIASI	4-FÁTIMA CLEIDE
SERYS SLHESSARENKO	5-MOZARILDO CAVALCANTI
[illegible]Á MACHADO	6-FLÁVIO ARNS
AELTON FREITAS	7-NEZINHO ALENCAR
PMDB	
GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
ANTÔNIO LEITE	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5- VAGO
MÃO SANTA	6- VAGO
PDT	
JUVÊNCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO

PARECER Nº 1.540, DE 2005 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2004, cria a Agência de Aviação Civil (ANAC), autarquia especial, vinculada ao da Ministério Defesa, com sede no Distrito Federal e competência para regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e a aeroportuária.

A proposição origina-se da Mensagem nº 1.795, de 2000, do Senhor Presidente da República, que tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 3.846, de 2000. O PLC nº 62, de 2004, corresponde ao substitutivo aprovado naquela Casa.

Segundo o projeto, a ANAC terá independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, devendo observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil (CONAC).

Sua diretoria será composta por quatro Diretores e um Diretor-Presidente, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para mandatos de cinco anos. Os Diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

O projeto prevê um quadro funcional de 922 Reguladores, 307 Analistas de Suporte à Regulação, 526 Técnicos de Regulação e 50 Procuradores Federais, além de 394 cargos comissionados e 389 gratificações de exercício em cargo de confiança, de preenchimento exclusivo por militares, oficiais e graduados, sendo que o preenchimento de uma gratificação exclusiva de militar bloqueia o preenchimento de um cargo comissionado civil equivalente e vice-versa.

A edição de atos normativos pela ANAC será precedida de audiência pública e seus documentos permanecerão abertos à consulta pública, exceto quando sua divulgação puder violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém.

As principais receitas da ANAC serão as taxas cobradas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia, cujos valores estão sendo atualizados, e os recursos do Fundo Aeroviário, que serão acrescidos de 50% da arrecadação das tarifas de embarque, a título de ônus pela exploração dos aeródromos civis públicos.

Serão transferidos à ANAC as dotações orçamentárias, o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do Comando da Aeronáutica correspondentes às atividades a ela atribuídas, ficando o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil (DAC). Os militares em exercício no DAC passam a ter exercício na ANAC, devendo retornar à Força Aérea no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% a cada ano.

O projeto prorroga, ainda, as concessões de serviços aéreos até 31 de dezembro de 2010, assegurando às empresas aéreas a exploração de quaisquer linhas, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares.

Além disso, estabelece o regime de liberdade tarifária, segundo o qual as concessionárias e permissionárias determinarão suas próprias tarifas, cabendo à ANAC, nas hipóteses de aumento abusivo ou de práticas prejudiciais à competição, estabelecer tarifas máximas ou mínimas.

O propósito do projeto, segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 6.613/MD/MP, é "fazer com que o Estado, ao invés de prestar serviços, resguarde e garanta a prestação dos mesmos, nos moldes das agências federais reguladoras criadas recentemente, delegando ao setor privado a execução de determinados serviços públicos e a exploração de atividades em regime de concorrência".

Cumpre destacar que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados teve seu objeto limitado à criação da Agência, enquanto o projeto original do Executivo tratava igualmente de matérias regulatórias. Por esse motivo, a própria ementa foi alterada, suprimindo-se da expressão "ordenação da aviação civil". Nos termos do parecer da Comissão Especial constituída para apreciar o projeto, tal decisão justifica-se porque "a manutenção de um texto tão abrangente e extenso como o originalmente proposto redundaria em divergências incapazes de serem solucionadas no curto prazo." Acrescenta, ainda, o parecer que "aspectos relacionados à ordenação da aviação civil e à exploração dos serviços aéreos e de infra-estrutura aeroportuária, que tanta discussão suscitaram, terão sua análise retomada na oportunidade em que a Casa iniciar o exame do projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica".

No Senado, a proposição foi inicialmente distribuída às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Posteriormente, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento do Senador Tasso Jereissati, foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Foram apresentadas trinta e duas emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de autoria dos Senadores Efraim Morais, Paulo Octávio,

Magno Malta, Ney Suassuna, Gerson Camata e Roberto Saturnino.

As Comissões de Serviços de Infra-estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovaram, em reunião conjunta, relatório do Senador Delcídio Amaral, pela rejeição de todas as emendas e aprovação do projeto.

No âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foram apresentadas 7 emendas. As duas primeiras de autoria do Senador Sérgio Cabral, propõem que a sede da agência seria na cidade do Rio de Janeiro e que haveria um escritório central naquela cidade.

As emendas 3 a 7, de autoria do Senador José Maranhão, propunham a revogação do art. 30 e seu parágrafo único, que dispõe ser onerosa a exploração dos seródromos nacionais; o § 1º do art. 46, que determina o retorno à aeronáutica dos militares a serviço da ANAC no prazo de 60 meses; o art. 48 e todos os seus parágrafos, que prorroga a concessão dos serviços aéreos até 2010; o art. 49 e seus parágrafos, que estabelece a liberdade tarifária e aspectos regulatórios da ANAC.

II – Análise

O objetivo essencial da presente proposição é a criação da Agência Nacional de Aviação Civil, que assumirá as funções atualmente exercidas pelo Departamento de Aviação Civil, órgão do Comando da Aeronáutica.

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o exame da constitucionalidade e da juridicidade da proposição. A rejeição das emendas apresentadas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura as torna inexistentes, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno, não cabendo a esta Comissão apreciá-las.

Nos termos do art. 21, XII, **c**, da Constituição Federal, "compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária".

A criação da ANAC está prevista na Lei Complementar nº 97, de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas". Esta acrescentou às competências constitucionais das Forças Armadas outras atribuições subsidiárias, de natureza civil.

As competências para "orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil" e para "estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária" foram reservadas à Aeronáutica (art. 18, I e IV).

Previu-se, entretanto, sua transferência para a futura "Agência Nacional de Aviação Civil", a ser criada por lei, que foi definida como "órgão regulador e fiscalizador da Aviação Civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária" (art. 21).

A autoria do Poder Executivo evidencia o atendimento da reserva de iniciativa presidencial para a criação e extinção de órgãos da administração pública (art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal).

A substituição de órgãos da administração direta por agências autônomas, para a regulação e fiscalização de setores específicos da atividade econômica, faz parte do processo de modernização e reforma do Estado brasileiro. À administração direta e ao Congresso Nacional compete formular as políticas públicas, tarefa eminentemente política. Já sua execução reveste-se de caráter técnico, devendo ser conduzida por entidade de Estado, imune a ingerências políticas e econômicas.

O exercício de funções civis por órgãos militares somente pode ser admitido excepcionalmente. A despeito do excelente trabalho realizado pelo Departamento de Aviação Civil ao longo de sua existência, não se justifica que a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária permaneçam sob gestão das Forças Armadas. Deve-se destacar, de todo modo, que a presente proposição não retira do Comando da Aeronáutica a gestão do Sistema de Controle do Espaço Aéreo e do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

A criação da ANAC viabilizará a constituição de um corpo estável de servidores qualificados, cuja carreira será desenvolvida exclusivamente em seu âmbito. Tal fato, aliado à adoção de procedimentos transparentes de tomada de decisão, próprios das agências reguladoras, fortalecerá sobremaneira a aviação brasileira, impulsionando não apenas o transporte aéreo, mas também o sistema aeroportuário e a indústria aeronáutica.

Somos contrário às emendas de nºs 1 e 2, do Senador Sérgio Cabral e 3 a 7, do Senador José Maranhão, haja vista que qualquer alteração de mérito, necessariamente faria o projeto retornar à Câmara dos Deputados, retardando ainda mais a sua tramitação, podendo causar irremediáveis prejuízos ao setor como um todo. Existe o compromisso do líder do Governo, Senador Aloísio Mercadante de estudar a possibilidade de atendê-las mediante novas proposições legislativas ou mesmo de dirimir administrativamente os problemas levantados.

III – Voto

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004 e pela rejeição das emendas nºs 1 a 7. (1)

(1) Emendas consideradas inexistentes, nos termos do art. 124 I, do Regimento Interno.

Sala da Comissão, 18 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 62 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	SENADOR TASSO JEREISSATI
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI (RELATOR)
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-ROMERO JUCÁ
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 11/08/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.
(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

VOTO EM SEPARADO

Perante a Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara, nº 62, de 2004.

Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2004, cria a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autarquia especial, vinculada ao Ministério da Defesa, com sede no Distrito Federal e competência para regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

A proposição origina-se da Mensagem nº 1.795, de 2000, do Senhor Presidente da República, que tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 3.846, de 2000. O PLC nº 62, de 2004, corresponde ao substitutivo aprovado naquela Casa.

Segundo o projeto, a Anac terá independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, devendo observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil (CONAC].

Sua diretoria será composta por quatro diretores e um diretor-presidente, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para mandatos de cinco anos. Os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

O projeto prevê um quadro funcional de 922 reguladores, 307 analistas de suporte à regulação, 526 técnicos de regulação e 50 procuradores federais, além de 394 cargos comissionados e 389 gratificações de exercício em cargo de confiança, de preenchimento exclusivo por militares, oficiais e graduados, sendo que o preenchimento de uma gratificação exclusiva de militar bloqueia o preenchimento de um cargo comissionado civil equivalente e vice-versa.

A edição de atos normativos pela Anac será precedida de audiência pública e seus documentos permanecerão abertos a consulta pública, exceto quando sua divulgação puder violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém.

As principais receitas da Anac serão as taxas cobradas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia, cujos valores estão sendo atualizados, e os recursos do Fundo Aeroviário, que serão acrescidos de 50% da arrecadação das tarifas de embarque, a título de ônus pela exploração dos aeródromos civis públicos.

Serão transferidos à Anac as dotações orçamentárias, o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do Comando da Aeronáutica correspondentes às atividades a ela atribuídas, ficando o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil (DAC). Os militares em exercício no DAC passam a ter exercício na Anac, devendo retornar à Força Aérea no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% a cada ano.

O projeto prorroga, ainda, as concessões de serviços aéreos até 31 de dezembro de 2010, assegurando às empresas aéreas a exploração de quaisquer linhas, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares.

Além disso, estabelece o regime de liberdade tarifária, segundo o qual as concessionárias e permissionárias determinarão suas próprias tarifas, cabendo à Anac, nas hipóteses de aumento abusivo ou de práticas prejudiciais à competição, estabelecer tarifas máximas ou mínimas.

O propósito do projeto, segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 6.613/MD/MP, é "fazer com que o Estado, ao invés de prestar serviços, resguarde e garanta a prestação dos mesmos, nos moldes das agências federais reguladoras criadas recentemente, delegando ao setor privado a execução de determinados serviços públicos e a exploração de atividades em regime de concorrência".

Cumpre destacar que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados teve seu objeto limitado à criação da agência, enquanto o projeto original do Executivo tratava igualmente de matérias regulatórias. Por esse motivo, a própria ementa foi alterada, suprimindo-se da expressão "ordenação da aviação civil". Nos termos do parecer da Comissão Especial constituída para apreciar o projeto, tal decisão justifica-se porque "a manutenção de um texto tão abrangente e extenso como o originalmente proposto redundaria em divergências incapazes de serem solucionadas no curto prazo". Acrescenta, ainda, o parecer que "aspectos relacionados à ordenação da aviação civil e à exploração dos serviços aéreos e de infra-estrutura aeroportuária, que tanta discussão suscitaram, terão sua análise retomada na oportunidade em que a Casa iniciar o exame do projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica".

No Senado, a proposição foi inicialmente distribuída às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Posteriormente, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento do Senador Tasso Jereissati, foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Foram apresentadas trinta e duas emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de autoria dos Senadores Efraim Morais, Paulo Octávio, Magno Malta, Ney Suassuna, Gerson Camata e Roberto Saturnino.

As Comissões de Serviços de Infra-estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovaram, em reunião conjunta, relatório do Senador Delcídio Amaral, pela rejeição de todas as emendas e aprovação do projeto.

No âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi apresentada uma única emenda, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que propõe que a sede da agência seria na cidade do Rio de Janeiro.

II – Análise

O Parecer proferido na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, da lavra do eminente Senador Tasso Jereissati, releva que compete à União a exploração, direta ou não, da navegação aérea, espacial e a infra-estrutura aeroportuária, consoante se depreende do artigo 21, inciso XII, alínea **c**, da Constituição Federal.

Ressalta que a criação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, é prevista na Lei Complementar nº 97, de 1999, que dispõe sobre a organização o preparo e, finalmente, o emprego das Forças Armadas, com a transferência para aquela agência das atribuições cometidas ao Comando da Aeronáutica pelo seu artigo 18, incisos I e IV.

O Parecer registra o atendimento da reserva de iniciativa presidencial (art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal), e pondera que a substituição de órgão da administração direta por agências autônomas faz parte do processo de modernização e reforma do Estado brasileiro, competindo à administração Direta e ao Congresso Nacional a formulação das políticas públicas, enquanto que a sua execução, que se reveste de caráter técnico, deve ser conduzida por entidade do Estado, "imune a ingerências políticas e econômicas".

Defende o Relator, que as funções civis por órgãos militares somente pode ser admitida excepcionalmente, ressaltando, contudo, a excelência do trabalho realizado pelo Departamento de Aviação Civil ao longo de sua existência, mas o que não justificaria permanecer sob a gestão do Comando da Aeronáutica a aviação civil e a infra-estrutura aeroportuária, destacando que permanecerão de responsabilidade do referido comando militar a gestão do Sistema de Controle Aéreo e do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes.

Arremata aduzindo que a criação da Anac viabilizará a criação de um corpo estável de servidores qualificados, cuja carreira se desenvolverá exclusivamente em seu âmbito, fato que, aliado à adoção de procedimentos transparentes de tomada de decisão, fortalecerá a aviação brasileira, estimulando a o transporte aéreo, o sistema aeroportuário e a indústria aeronáutica.

O Parecer concluiu pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, e pela rejeição de Emenda de autoria do ilustre Senador Sergio Cabral, postulando a manutenção da sede da Anac no Rio de Janeiro, em que pese a razoabilidade de seus argumentos, pois o seu acolhimento importaria no retorno da proposição à Câmara dos Deputados, comprometendo a criação da agência, cujo urgência reclama a imediata aprovação do projeto e, por fim, que eventuais imperfeições poderão ser sanadas por veto presidencial.

É o que consta do parecer.

Em que pese ter partido de pena brilhante, não é possível comungar das convicções do ilustre parecerista, haja vista que o projeto contém vício incontornável de inconstitucionalidade, a reclamar a sua rejeição.

Como efeito, da leitura do artigo 142 da Constituição Federal, se constata que o emprego das Forças Armadas, aí incluído aquele que decorre do cometimento de atribuições subsidiárias particulares, a teor da Lei Complementar nº 97, de 1999, reclama disposição por lei complementar, vejamos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"Art. 142. .....

§ 1º Lei complementar disporá sobre as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas."

No caso do Comando da Aeronáutica esse cometimento de atribuição particular se dá através do artigo 18 da Lei Complementar nº 97/99, nos seguintes termos:

"Art. 18. Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

I – orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;

II – prover a segurança da navegação aérea;

III – contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;

IV – estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

....."

Merece registro que o comando da Constituição para que tal disposição fosse reservada à "lei constitucional", alcunha dada pelos juristas às leis comple-

mentares, deve-se à relevância da matéria, que implica o desenvolvimento de ações de proteção e segurança do trânsito do espaço aéreo nacional.

Dito isso, impõe-se reconhecer a inconstitucionalidade de se tratar de tema de tamanha envergadura por lei ordinária.

Aos que advogam a tese de que o comando do artigo 21 da Lei Complementar nº 97/99, com a previsão de que "Lei criará" a Anac, supriria o vício apontado, impõe-se dirigir-lhes algumas indagações. Pode o legislador infraconstitucional, ainda que por lei complementar, alterar previsão da Carta Magna? Ou, ainda, questão mais pragmática, como se dará a revogação daquelas atribuições dos incisos I e IV do artigo 18, que se pretende transferir para a Anac?

Convém alertar que, em se tratando de dispositivos legais de estatura distinta, não há, sequer, de ser cogitada a possibilidade de competência concorrente, o que, aliás, criaria um verdadeiro imbróglio.

Mesmo que se dê ouvidos aos que professam que se operaria, com a posterior sanção presidencial, a revogação tática daquelas disposições contidas no referido artigo 18, impõe-se reconhecer que essa irregular complacência do Poder Legislativo, a par de encorajar a usurpação de suas competências privativas, ocorrência ordinária causada pela volumosa edição de medidas provisórias, também constituirá outro vício constitucional, confira-se:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Do Processo Legislativo

Art. 59. .....

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação e consolidação das leis.

A lei em questão é a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "Dispõe sobre a elaboração, a redação e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.", que reza:

"Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta lei complementar.

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.

.....

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas."

Como se pode constatar, nem a Constituição e muito menos a Lei Complementar concedem ao legislador a faculdade de se eximir do cumprimento da ordem constitucional ou, muito menos, de forma deliberada, delegar ao Chefe do Poder Executivo competência do Poder Legislativo que, consoante se extrai do artigo 44 da Constituição, DEVE ser exercida pelo Congresso Nacional.

A se concretizar façanha de tamanho absurdo, a substituição de lei complementar por lei ordinária e a revogação daquela por esta última restará criada uma aberração digna de ser encenada no relicário das teratologias jurídicas, que, pode-se afirmar sem erro, suscitará a intervenção reparadora do Poder Judiciário, pelos vícios atentatórios à Constituição.

À guisa de ilustração,confira-se:

"Lei ordinária que dispõe a respeito de matéria reservada à lei complementar usurpa competência fixada na Constituição Federal, incidindo no vício de inconstitucionalidade." (STJ; Recurso Especial 92.508/DF)

Dessa forma, considerada a obrigação de preservar a boa imagem e o respeito à competência exclusiva do Congresso Nacional, e diante da absoluta impossibilidade de se reparar os apontados vícios de constitucionalidade, que tem suas raízes fincadas na iniciativa presidencial, é que voto pela rejeição do Projeto da Lei da Câmara nº 62, de 2005.

Sala das Comissões, de agosto de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

PARECER Nº 1.541, DE 2005

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2004, cria a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autarquia especial, vinculada ao Ministério da Defesa, com sede no Distrito Federal e atribuições para regular e fiscalizar a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

A proposição origina-se da Mensagem nº 1.795, de 2000, do Senhor Presidente da República, que tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 3.846, de 2000. O PLC nº 62, de 2004, corresponde ao substitutivo aprovado naquela Casa.

Segundo o projeto, a Anac terá independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, devendo observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil (CONAC).

Sua diretoria será composta por quatro diretores e um diretor-presidente, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para mandato de cinco anos. Os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

O projeto prevê um quadro funcional de 922 reguladores, 307 analistas de Suporte à regulação, 526 técnicos de regulação e 50 procuradores federais, além de 394 cargos comissionados e 389 gratificações de exercício em cargo de confiança, de preenchimento exclusivo por militares, oficiais e graduados, sendo que o preenchimento de uma gratificação exclusiva de militar bloqueia o preenchimento de um cargo comissionado civil equivalente e vice-versa.

A edição de atos normativos pela Anac será precedida de audiência pública e seus documentos permanecerão abertos a consulta pública, exceto quando sua divulgação puder violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém.

As principais receitas da Anac serão as taxas, cobradas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia, e os recursos do Fundo Aeroviário, que serão acrescidos de 50% da arrecadação das tarifas de embarque, a título de ônus pela exploração dos aeródromos civis públicos.

Serão transferidos à Anac as dotações orçamentárias, o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do Comando da Aeronáutica correspondentes às atividades a ela atribuídas, ficando o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil (DAC). Os militares em exercício no DAC passam a ter exercício na Anac, devendo retomar à Força Aérea no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% a cada ano.

O projeto prorroga, ainda, as concessões de serviços aéreos até 31 de dezembro de 2010, assegurando às empresas aéreas a exploração de quaisquer linhas, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares.

Além disso, estabelece o regime de liberdade tarifária, segundo o qual as concessionárias e permissionárias determinarão suas próprias tarifas, cabendo à Anac, nas hipóteses de aumento abusivo ou de práticas prejudiciais à competição, estabelecer tarifas máximas ou mínimas.

O propósito do projeto, segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 6.613/MD/MP, é "fazer com que o Estado, ao invés de prestar serviços, resguarde e garanta a prestação dos mesmos, nos moldes das agências federais reguladoras criadas recentemente, delegando ao setor privado a execução de determinados serviços públicos e a exploração de atividades em regime de concorrência".

Cumpre destacar que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados teve seu objeto limitado à criação da agência, enquanto o projeto original do Executivo tratava igualmente de matérias regulatórias. Por esse motivo, a própria ementa foi alterada, suprimindo-se a expressão "ordenação da aviação civil". Nos termos do parecer da Comissão Especial constituída para apreciar o projeto, tal decisão justifica-se porque "a manutenção de um texto tão abrangente e extenso como o originalmente proposto redundaria em divergências incapazes de serem solucionadas no curto prazo." Acrescenta, ainda, o parecer que "aspectos relacionados à ordenação da aviação civil e à exploração dos serviços aéreos e de infra-estrutura aeroportuária, que tanta discussão suscitaram, terão sua análise retomada na oportunidade em que a Casa iniciar o exame do projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica".

No Senado, a proposição foi inicialmente distribuída às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Posteriormente, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento do Senador Tasso Jereissati, foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Foram apresentadas trinta e duas emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de autoria dos Senadores Efraim Morais, Paulo Octávio, Magno Malta, Ney Suassuna, Gerson Camata e Roberto Saturnino.

As Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovaram, em reunião conjunta, relatório do Senador Delcídio Amaral, pela rejeição de todas as emendas e aprovação do projeto.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foram apresentadas sete emendas, sendo duas do Senador Sérgio Cabral e cinco do Senador José Maranhão. A Comissão aprovou relatório do Senador Tasso Jereissati, pela aprovação do projeto e rejeição das emendas. O Senador Marcelo Crivella apresentou voto em separado pela rejeição do projeto.

II – Análise

A criação da Agência Nacional de Aviação Civil é uma aspiração unânime da sociedade brasileira, que decorre da necessidade de fortalecer a regulação desse que é um dos mais dinâmicos setores da economia nacional.

A contribuição da Força Aérea Nacional para o crescimento da aviação brasileira, por meio do Departamento de Aviação Civil, tem sido extraordinária. A pujança da nossa aviação, que se encontra entre as mais desenvolvidas do mundo, deve-se, em grande medida, ao profissionalismo e à dedicação de nossos militares.

É chegado o momento, entretanto, de transferir a regulação da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária a um órgão civil. A Aeronáutica deve concentrar seus esforços na defesa do espaço aéreo nacional e deixar de ocupar-se com questões eminentemente técnicas e econômicas, como a alocação de linhas aéreas e eslotes, a fixação de tarifas aéreas e aeroportuárias e a fiscalização de aeroclubes, dentre outras atribuições que serão desempenhadas pela ANAC.

A criação da ANAC viabilizará a constituição de carreiras específicas para a regulação da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, função atualmente atendida pelas carreiras militares.

Nem todas as atribuições de natureza civil atualmente desempenhadas pela Aeronáutica serão transferidas para a ANAC. Permanecem com aquela Força o controle do espaço aéreo e a prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos. A ANAC deverá ser consultada, no entanto, quando da edição de medidas que tenham repercussão econômica ou operacional na prestação dos serviços aéreos. A fim de facilitar sua integração com o Comando da Aeronáutica, a ANAC permanecerá vinculada ao Ministério da Defesa.

O projeto prevê uma transição adequada da atual estrutura para a Agência. Estão sendo criadas gratificações de preenchimento exclusivo por militares, oficiais e graduados. Paralelamente a essa estrutura, haverá cargos comissionados civis, que somente poderão ser preenchidos à medida que ficarem vagas as gratificações militares. Dessa forma, os quadros militares poderão ser gradualmente substituídos por civis, sem solução de continuidade. Além disso, o Comando da Aeronáutica prestará os serviços de que a ANAC necessitar, com ônus limitado, durante os 180 dias subseqüentes a sua instalação, devendo ser celebrados convênios para a prestação de serviços após esse prazo.

III – Voto

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2005 – **Cristovam Buarque,** Presidente **– Heráclito Fortes,** Relator **– Mozarildo Cavalcanti – Sérgio Zambiasi – Roberto Saturnino – José Jorge – Marco Maciel – Edison Lobão – Fernando Bezerra – José Agripino – Alvaro Dias – Pedro Simon – Flexa Ribeiro – Valdir Raupp – Jefferson Péres – Eduardo Azeredo.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 21. Compete à União:

.....

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

.....

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

.....

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

.....

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

§ 2º Não caberá **habeas-corpus** em relação a punições disciplinares militares.

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

I – as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

II – o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei; (Incluído Dela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

III – O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não transferido para a reserva, nos termos da lei; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

IV – ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

V – o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VI – o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VII – o oficial condenado na Justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

VIII – aplica-se aos militares o disposto no art. 72, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

X – a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto
Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.

Art. 2º (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º Na numeração das leis serão observados, ainda, os seguintes critérios:

I – as emendas à Constituição Federal terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição;

II – as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração seqüencial em continuidade às séries iniciadas em 1946.

.....

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001).

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001).

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999

Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

.....

Art. 18. Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

I – orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;

.....

IV – estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

.....

Art. 21. Lei criará a Agência Nacional de Aviação Civil, vinculada ao Ministério da Defesa, órgão regulador e fiscalizador da Aviação Civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, estabelecendo, entre outras matérias institucionais, quais, dentre as atividades e procedimentos referidos nos incisos I e IV do art. 18, serão de sua responsabilidade.

.....

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

Mensagem de veto

Código Brasileiro de Aeronáutica. (Substitui o Código Brasileiro do Ar)

.....

LEI Nº 9.988, DE 19 DE JULHO DE 2000

Mensagem de Veto nº 972

Dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os Estados, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.871, DE 20 DE MAIO DE 2004

Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências.

.....

DOCUMENTO ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO Nº 448, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea **c**, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências", seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além das Comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 2005. – Senador **Tasso Jereissati.**

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005 – CI

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de reunião conjunta da Comissão de Serviços de infra-estrutura e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para o estudo do PLC nº 62, de 2004 que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Justificação

O processo de criação da ANAC em substituição ao Departamento de Aviação – Civil – DAC, tem provocado o natural esvaziamento deste último, com conseqüências tais como desde a desmotivação dos profissionais do órgão em vias de extinção, até a possibilidade de rebaixamento dos aeroportos, serviços e produtos da indústria aeronáutica nacional, no ranqueamento das agências internacionais de regulação do setor. O estudo em conjunto da matéria pelas duas comissões dará celeridade à tramitação da matéria, amenizando os riscos da demora na criação do novo órgão.

Sala da Comissão, em 2 de agosto de 2005. – Senador **Tasso Jereissati.**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2004, cria a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), autarquia especial, vinculada ao Ministério da Defesa, com sede no Distrito Federal e competência para regular e fiscalizar a aviação, civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

A proposição origina-se da Mensagem nº 1.795, de 2000, do Senhor Presidente da República, que tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 3.846, de 2000. O PLC nº 62, de 2004, corresponde ao substitutivo aprovado naquela Casa.

Segundo o projeto, a Anac terá independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes, devendo observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil (CONAC).

Sua diretoria será composta por quatro Diretores e um Diretor-Presidente, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, para mandatos de cinco anos. Os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

O projeto prevê um quadro funcional de 922 reguladores, 307 analistas de suporte à regulação, 526 técnicos de regulação e 50 procuradores federais, além de 394 cargos comissionados e 389 gratificações de exercício em cargo de confiança, de preenchimento exclusivo por militares, oficiais e graduados, sendo que o preenchimento de uma gratificação exclusiva de militar bloqueia o preenchimento de um cargo comissionado civil equivalente e vice-versa.

A edição de atos normativos pela Anac será precedida de audiência pública e seus documentos permanecerão abertos à consulta pública, exceto quando sua divulgação puder violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém.

As principais receitas da Anac serão as taxas cobradas pela prestação de serviços e pelo exercício do poder de polícia, cujos valores estão sendo atualizados, e os recursos do Fundo Aeroviário, que serão acrescidos de 50% da arrecadação das tarifas de embarque, a título de ônus pela exploração dos aeródromos civis públicos.

Serão transferidos à Anac as dotações orçamentárias, o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do Comando da Aeronáutica correspondentes às atividades a ela atribuídas, ficando o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil (DAC). Os militares em exercício no DAC passam a ter exercício na Anac, devendo retornar à Força Aérea no prazo máximo de 60 meses, à razão mínima de 20% a cada ano.

O projeto prorroga, ainda, as concessões de serviços aéreos até 31 de dezembro de 2010, assegurando às empresas aéreas a exploração de quaisquer linhas, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as normas regulamentares.

Além disso, estabelece o regime de liberdade tarifária, segundo o qual as concessionárias e permissionárias determinarão suas próprias tarifas, cabendo à Anac, nas hipóteses de aumento abusivo ou de práticas prejudiciais à competição, estabelecer tarifas máximas ou mínimas.

O propósito do projeto, segundo a Exposição de Motivos Interministerial nº 6.613/MID/MP, é "fazer com que o Estado, ao invés de prestar serviços, resguarde e garanta a prestação dos mesmos, nos moldes das agências federais reguladoras criadas recentemente, delegando ao setor privado a execução de determinados serviços públicos e a exploração de atividades em regime de concorrência".

Cumpre destacar que o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados teve seu objeto limitado à criação da agência, enquanto o projeto original do Executivo tratava igualmente de matérias regulatórias. Por esse motivo, a própria ementa foi alterada, suprimindo-se da expressão "ordenação da aviação civil". Nos termos do parecer da Comissão Especial constituída para apreciar o projeto, tal decisão justifica-se porque "a manutenção de um texto tão abrangente e

extenso como o originalmente proposto redundaria em divergências incapazes de serem solucionadas no curto prazo". Acrescenta, ainda, o parecer que "aspectos relacionados à ordenação da aviação civil e à exploração dos serviços aéreos e de infra-estrutura aeroportuária, que tanta discussão suscitaram, terão sua análise retomada na oportunidade em que a Casa iniciar o exame do projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica".

No Senado, a proposição foi inicialmente distribuída às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Posteriormente, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento do Senador Tasso Jereissati, foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Foram apresentadas trinta e duas emendas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de autoria dos Senadores Efraim Morais, Paulo Octávio, Magno Malta, Ney Suassuna, Gerson Camata e Roberto Saturnino.

As Comissões de Serviços de Infra-estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovaram, em reunião conjunta, relatório do Senador Delcídio Amaral, pela rejeição de todas as emendas e aprovação do projeto.

No âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi apresentada uma única emenda, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que propõe que a sede da agência seria na cidade do Rio de Janeiro.

II – Análise

O objetivo essencial da presente proposição é a criação da Agência Nacional de Aviação Civil, que assumirá as funções atualmente exercidas pelo Departamento de Aviação Civil, órgão do Comando da Aeronáutica.

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o exame da constitucionalidade e da juridicidade da proposição. A rejeição das emendas apresentadas perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura as torna inexistentes, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno, não cabendo a esta Comissão apreciá-las.

Nos termos do art. 21, XII, **c**, da Constituição Federal, "compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária".

A criação da Anac está prevista na Lei Complementar nº 97, de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas". Esta acrescentou às competências constitucionais das Forças Armadas outras atribuições subsidiárias, de natureza civil.

As competências para "orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil" e para "estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária" foram reservadas à Aeronáutica (art. 18, I e IV).

Previu-se, entretanto, sua transferência para a futura "Agência Nacional de Aviação Civil", a ser criada por lei, que foi definida como "órgão regulador e fiscalizador da Aviação Civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária" (art. 21).

A autoria do Poder Executivo evidencia o atendimento da reserva de iniciativa presidencial para a criação e extinção de órgãos da administração pública (art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal).

A substituição de órgãos da administração direta por agências autônomas, para a regulação e fiscalização de setores específicos da atividade econômica, faz parte do processo de modernização e reforma do Estado brasileiro. A administração direta e ao Congresso Nacional compete formular as políticas públicas, tarefa eminentemente política. Já sua execução reveste-se de caráter técnico, devendo ser conduzida por entidade de Estado, imune a ingerências políticas e econômicas.

O exercício de funções civis por órgãos militares somente pode ser admitido excepcionalmente. A despeito do excelente trabalho realizado pelo Departamento de Aviação Civil ao longo de sua existência, não se justifica que a aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária permaneçam sob gestão das Forças Armadas. Deve-se destacar, de todo modo, que a presente proposição não refira do Comando da Aeronáutica a gestão do Sistema de Controle do Espaço Aéreo e do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

A criação da Anac viabilizará a constituição de um corpo estável de servidores qualificados, cuja carreira será desenvolvida exclusivamente em seu âmbito. Tal fato, aliado à adoção de procedimentos transparentes de tomada de decisão, próprios das agências reguladoras, fortalecerá sobremaneira a aviação brasileira, impulsionando não apenas o transporte aéreo, mas também o sistema aeroportuário e a indústria aeronáutica.

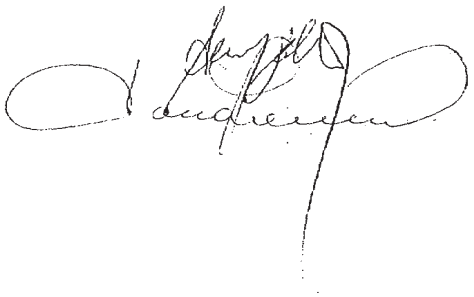
Somos contrário à Emenda nº 1-CCJ, do Senador Sérgio Cabral, a despeito da razoabilidade de seus argumentos. Ocorre que a urgência na criação da Anac recomenda a sua imediata aprovação. Por se tratar de questão de mérito, esta alteração necessariamente faria o projeto retornar à Câmara dos

Deputados, retardando ainda mais a sua tramitação. Ademais, nada impede que se instalem unidades administrativas regionais, na forma do parágrafo único do art. 1º do projeto. Como bem disse o Senador Delcídio Amaral, em relatório apresentado nas Comissões de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, eventuais imperfeições poderiam ser corrigidas por meio de veto presidencial ou novas proposições legislativas, ao que aquiesceram, por unanimidade os Senhores Senadores membros daquelas comissões.

III – Voto

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004 e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ.

Sala da Comissão, 18 de agosto de 2005.



O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 1.538; 1.539, 1.540 e 1.541, de 2005,das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Serviços de Infra-Estrutura, de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional , sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004 (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.

A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da proxima quarta-feira, dia 31, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Muito bem, Senador Mozarildo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 940, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia o seguinte pedido de informações:

1. Quais foram os gastos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com passagens e diárias, nacionais e internacionais, de cada um de seus principais dirigentes – presidente, vice-presidente, diretores e chefe de gabinete – nos anos de 2003, 2004 e 2005?

2. Como tais gastos comparam-se aos gastos similares da gestão anterior do CNPq?

3. Qual percentagem do total das viagens nacionais de cada um dos dirigentes do CNPq foi dirigida à sua cidade de origem e envolveu sua estada nesta cidade durante um final de semana?

4. O Ministério da Ciência e Tecnologia e ou o CNPq segue política ou norma interna que regule a concessão de passagens e diárias para seus funcionários? Qual é esta política ou norma?

Justificação

Recebi, em 21 de julho de 2005, correspondência de servidor do CNPq levantando suspeitas de que estaria havendo abuso na concessão de passagens e diárias para os dirigentes atuais do CNPq. Segundo a denúncia, essa prática estaria desviando volume significativo de recursos do orçamento dessa instituição para finalidades não diretamente vinculadas aos seus objetivos.

O Senado Federal necessita ter ciência das informações relativas a tais gastos para exercer sua competência fiscalizadora e, desta forma, poder contribuir para a maior eficácia dos gastos públicos em geral e, em particular, assegurar a adequação e lisura dos gastos do CNPq, instituição que há mais de cinqüenta anos presta elevados serviços ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2005. – Senador **Alvaro Dias.**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 11/2005, de 17 de agosto de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 49, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 12/2005, de 17 de agosto de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 688, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 13/2005, de 17 de agosto de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 690, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 50/2005, de 15 de agosto de 2005, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.441, de 2004, do Senador Alvaro Dias;

- Nº 195/2005, de 15 de agosto de 2005, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 491, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 197/2005, de 17 de agosto de 2005, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 555, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior;

- Nº 199/2005, de 17 de agosto de 2005, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 667, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 202/2005, de 18 de agosto de 2005, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 240, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 203/2005, de 18 de agosto de 2005, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 239, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 308/2005, de 17 de agosto de 2005, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 132, de 2005, do Senador Francisco Pereira;

- Nº 851/2005, de 17 de agosto de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 134, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 852/2005, de 17 de agosto de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 270, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 853/2005, de 17 de agosto de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 199, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

- Nº 855/2005, de 17 de agosto de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 685, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 1.777/2005, de 19 de agosto de 2005, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 204, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, esclarecendo que, posteriormente serão enviadas informações complementares;

- Nº 1.778/2005, de 19 de agosto de 2005, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 218, de 2005, do Senador Romeu Tuma;

- Nº 1.780/2005, de 19 de agosto de 2005, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 203, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e

- Nº 1.784/2005, de 19 de agosto de 2005, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 45, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 201/2005, de 18 de agosto de 2005, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando resposta ao Requerimento nº 677, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 336/2005, de 16 de agosto de 2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 222, de 2005, do Senador Valdir Raupp;

- Nº 345/2005, de 19 de agosto de 2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 670, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 660/2005, de 15 de agosto de 2005, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 80, de 2005, do Senador Demóstenes Torres;

- Nº 1.333/2005, de 18 de agosto de 2005, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 671, de 2005, do Senador José Jorge; e

- Nº 20.918/2005, de 19 de agosto de 2005, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando resposta ao Requerimento nº 681, de 2005, do Senador José Jorge, e esclarecendo que tão logo estejam disponíveis as informações necessárias ao complemento da resposta requerida serão elas encaminhadas ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S.Exªs serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o jornalista Luiz Weis, em artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 10 de agosto do corrente, abordou a questão da "refundação" do Partido dos Trabalhadores e as reais intenções dos setores dominantes no Partido.

O artigo, intitulado "Transição no PT é mais do mesmo", mostra que o ex-Ministro José Dirceu continua "ditando os rumos" no Partido. E, por conta disso, o autor afirma que "o que permanece igual – a julgar pela transição para o retrocesso – é um projeto de poder que se distingue na cena brasileira por um traço sem o qual não fica em pé: o controle hegemônico sobre o aparato partidário, e do partido sobre a máquina e as decisões do Estado".

E diz mais: "Se disso se trata, a anunciada refundação manterá o partido de costas para os valores políticos universais que a esquerda deve ser a primeira a seguir".

Concluindo, Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Transição no PT é mais do mesmo

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

Está bem que o primeiro mandamento de todo organismo é assegurar a própria integridade – e a tradição dos organismos chamados partidos, quando não se destinam a ser meros instrumentos de poder, prestígio e riqueza de seus soberanos, é batalhar por oxigênio até o limite de suas forças. Está bem ainda que, para tanto, o ataque seja uma forma consagrada de defesa. Acusar os acusadores e declarar-se alvo de um pérfido complô dos inimigos é um meio testado e aprovado de restaurar o moral da tropa aturdida e de lhe devolver o senso da identidade comum. E o que o comando do PT parece buscar. Mas isso não altera o essencial: trata-se de uma enganação.

Reduzida a ameaça aos termos elementares que datam de tempos imemoriais – "eles contra nós" –, os nossos vícios passam a importar menos do que o imperativo de enfrentarmos unidos as forças que tramam a nossa aniquilação. Nessa hora plena de indulgências, os pecados são tratados retrospectivamente como pecadilhos; quem os praticou não pecou, apenas se equivocou – e não em benefício próprio. Certa vez, quando lhe propuseram pôr na Internet as contas do partido de que era tesoureiro, o professor Delúbio reagiu com espanto. "Transparência assim já é burrice", retrucou. Mea-culpa demais também, não falta hoje no PT quem acredite.

Por exemplo, o novo secretário-geral (e ex-ministro) Ricardo Berzoini. Ele foi citado no *Globo* de segunda-feira como tendo dito, à maneira do recolhido ex-presidente José Genoino, o equivalente a "uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa". Na cartilha de Berzoini, quem ajudou a formar e traçar a rota do trem-pagador de Marcos Valério tem de ser expulso; quem nele embarcou e não for capaz de explicar para quê, idem. Mas quem provar que usou os "recursos não contabilizados" legitimamente, isto é, para pagar por baixo dos panos dívidas de campanhas políticas e nada mais, deve levar um pito ou, no máximo, pegar uma suspensão do partido.

Isso significa que, não aparecendo novos nomes e denúncias, dará para contar nos dedos das mãos, ou de uma, o número daqueles sobre os quais recairá a implacável justiça da legenda que "não pode tolerar corrupção", nas discutíveis palavras do secretário Berzoini. Naturalmente, Delúbio será o primeiro, em que pese o negócio que fechou com o pessoal do ex-ministro José Dirceu no Diretório Nacional para ele pedir desse tomar a iniciativa de se afastar por tempo indeterminado da agremiação, em vez de ser afastado. Outro expulsável seria um certo Josias Gomes da Silva, da bancada baiana, que privatizou os 100 mil votos que lhe coube ram.

Já os que fizeram bom uso do caixa 2, como os deputados João Magno, João Paulo Cunha, José Mentor, Paulo Rocha e Professor Luizinho, já-já voltarão a ser companheiros respeitáveis no partido intolerante com a corrupção. E frases nos baluartes na luta contra as "estratégias oportunistas da direita que quer abreviar o mandato popular, legal e legítimo do presidente Lula", como se lê na resolução tirada sábado pela direção do partido, considerada "pífia" e "tímida" pela esquerda petista. "Onde já se viu?", resignaram, incrédulos, observadores insuspeitos de oportunismo de direita. "Quer dizer que no PT deixou de ser crime mentir ao Fisco e à Justiça Eleitoral?"

Até parece que o presidente Lula nunca disse, naquela sua momentosa entrevista em Paris, que "o PT fez, do ponto de vista eleitoral, o que é feito no Brasil sistematicamente". Além disso, a apartação entre os (poucos) muito culpados e coerente com o veto de Dirceu que arquivou domingo a iniciativa do presidente petista, Tarso Genro, de negar legenda nas próximas eleições aos deputados do partido que tiverem a cara-dura de renunciar aos mandatos para escapar de evenmais cassações por quebra de decoro parlamentar que os despojariam dos direitos políticos durante uma boa temporada.

Tudo isso deixa poucas dúvidas sobre as intenções dos setores dominantes do PT, agrupados no Campo Majoritário, que representam 60% da agremiação, de promover qualquer coisa efetivamente parecida com uma faxina ética nos procedimentos que destruíram a imagem da sigla perante todos quantos discordam de que os fins justificam os meios. Coloque-se num prato da balança o que o ex-ministro Tarso afirmou a esse respeito, incluindo o seu esperançoso projeto de transição do partido para a sua refundação, e se coloque no outro o que a maioria dos seus dirigentes fez e desfez no encontro do último fim de semana e o

QUEM FEZ BOM USO DO CAIXA 2 JÁ, JÁ VOLTARÁ A SER COMPANHEIRO RESPEITÁVEL

Ficou claro que a suprema cúpula do PT não tem a menor disposição de fazer uma "autocrítica constrangedora" e está longe de ser uma página virada pelo menos entre os seus, ele continuará a ditar o ramo, com menos soberbia, talvez, mas com os mesmos fins. E estes são os que o escritor Giuseppe Tomasi di Lampedusa imortalizou no *Gattopardo*, de 1958: "As coisas precisam mudar para que permaneçam iguais." O que permanece igual – a julgar pela transição para o retrocesso – é um projeto de poder que se distingue na cena brasileira por um traço sem o qual não fica em pé: o controle hegemônico do núcleo dirigente sobre o aparato partidário e do partido sobre a máquina e as decisões de Estado.

Se disso se trata, a anunciada refundação manterá o partido de costas para os valores políticos universais que a esquerda deve ser a primeira a seguir. E, se assim for, se confirmará, lamentavelmente, a previsão do fundador e ex-dirigente petista César Benjamin, em artigo na *Folha de S.Paulo*. A rede de cumplicidades que a liderança partidária reuniu em torno de si, escreveu, "contamina tão profundamente o PT que uma reforma séria do partido tornou-se inviável".

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado "A todo vapor", de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 23 de agosto do corrente.

O autor, em seu artigo, pediu licença ao poeta Murilo Mendes e a Jean Paul Sartre para contrariá-los, pois, para ele o inferno não existe, mas funciona muito bem. Isso porque são os outros que o fazem funcionar. Segundo ele, "sabemos os nomes e conhecemos as caras daqueles que alimentam as caldeiras, produzindo o vapor que nos queima e sufoca".

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARLOS HEITOR CONY

A todo vapor

RIO DE JANEIRO - *Citar o poeta Murilo Mendes pode até parecer provocação. Num tempo em que os 15 minutos de fama estão sendo vividos por Delúbios, Valérios, Jeffersons, Dirceus et caterva, lembrar o poeta de Juiz de Fora é estar tão por fora como o juiz que deu nome àquela cidade.*

E vou lembrar o poeta para discordar dele, veementemente, tal como fez o ministro Palocci a propósito de uma denúncia contra ele. Dizia Murilo Mendes que "o inferno existe, mas não funciona". Penso exatamente o contrário: o inferno não existe, mas funciona e funciona muitíssimo bem.

Nem preciso lembrar a sovadíssima conclusão a que Jean Paul Sartre chegou: "O inferno são os outros". Nem assim o inferno existe, pois os outros somos todos nós e, mesmo quando não dispomos de malignidade específica, somos chatos de alguma forma —e não há inferno mais devastador do que aturar chatos.

Apesar de não existir, o inferno é uma das instituições que mais e melhor funcionam, em tempo integral. Como certos vôos internacionais, na base do "non stop".

Se querem um exemplo —num tempo como o nosso, em que as provas são escassas e os crimes abundantes—, basta ligar a TV, ler as revistas e os jornais. É o inferno (que não existe) funcionando a todo vapor —a tradição garante que no inexistente inferno há caldeiras enormes e bastantes para produzir muito vapor.

Mas vamos e venhamos: mesmo que existisse, o inferno não poderia ser responsabilizado pelos escândalos agora descobertos nem pela metástase da corrupção que comprometeu todo o governo. Em sã consciência, nem mesmo o Roberto Jefferson, que acusou todo mundo, inclusive a si próprio, teve peito para acusar o demônio.

Contrariei o poeta Murilo Mendes e vou contrariar J.P. Sartre: o inferno não existe, mas funciona muito bem. Tampouco são os outros que o fazem funcionar. Sabemos os nomes e conhecemos as caras daqueles que alimentam as caldeiras, produzindo o vapor que nos queima e sufoca.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registra a matéria intitulada "Governo investe cada vez menos", publicada no **Jornal do Brasil** do último dia 15 de agosto do corrente.

A matéria mostra que "a execução orçamentária da União até o início deste mês revela a inércia do governo Luiz Inácio Lula da Silva diante da mais profunda crise dos tempos recentes do país".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo investe cada vez menos

Em meio à crise, Lula libera apenas 4% do orçamento nos seis primeiros meses do ano. Ministérios estão quase paralisados

SÉRGIO PARDELLAS

BRASÍLIA – A execução orçamentária da União até o início deste mês revela a inércia do governo Luiz Inácio Lula da Silva diante da mais profunda crise dos tempos recentes do país. Levantamento feito pelo **Jornal do Brasil** junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), mostra que o ano projetado em janeiro pelo presidente Lula para ficar marcado como o "das realizações e dos investimentos", pelo menos, até agora, parece sucumbir às turbulências que tomaram conta da área política.

Saúde recebeu até agora 3,2% do investimento previsto

Dos R$ 22 bilhões em investimentos previstos no orçamento 2005, apenas R$ 886,8 milhões haviam sido gastos pelo governo até o final de julho – o equivalente a 4% do total. Os investimentos deixariam a desejar mesmo se fossem incluídos os chamados restos a pagar do exercício anterior desembolsados esse ano. Somariam apenas R$ 3,4 bilhões (15,4%).

O valor é menor até do que o aplicado pelo governo durante o mesmo período de 2004. A esta altura, no ano passado, o governo já havia gasto R$ 1 bilhão. Incluindo as despesas com os restos a pagar, o montante também era maior em 2004: R$ 3,6 bilhões. O levantamento foi feito a pedido do JB pelo gabinete do deputado federal tucano Eduardo Paes (PSDB-RJ).

– Você tem uma combinação explosiva que contribui para a paralisação da máquina administrativa, qual seja, o autismo do presidente da República, a falta de coordenação na área política e um não governo – afirmou Eduardo Paes.

O Ministério da Previdência Social, por exemplo, aplicou apenas R$ 392,9 mil dos R$ 136,4 milhões autorizados para investimentos. Foi o ministério que menos gastou. Nem 0,5%! Entre as pastas que menos investiram até o fim de julho também aparecem o Ministério da Educação – gastou R$ 42,7 milhões (5,6%) dos R$ 749,5 milhões em caixa –, o Ministério da Ciência e Tecnologia – aplicou R$ 36,1 milhões (5,5%) dos R$ 655 milhões disponíveis –, dos Transportes – gastou R$ 214 milhões dos R$ 3,6 bilhões autorizados pela área econômica para investimentos na pasta (5,5%). O Ministério da Integração Nacional aplicou R$ 42,3 milhões (4,4%) dos R$ 956,3 milhões previstos no orçamento. Já o Ministério do Meio Ambiente investiu R$ 1,5 milhão (3,7%) dos R$ 40,1 milhões e o Ministério da Saúde aplicou apenas R$ 80,6 milhões dos R$ 2,6 bilhões disponíveis para investimentos, o correspondente a 3,2%.

Governo Lula garante investir mais até o fim do ano

A assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento garante, no entanto, que para este ano estão previstos apenas R$ 13,066 bilhões em investimentos públicos devido aos cortes no orçamento anunciados pela equipe econômica, e não R$ 22 bilhões. A assessoria do ministro Paulo Bernardo confirma que nos seis primeiros meses do ano foram gastos apenas R$ 886,8 milhões e diz que, tradicionalmente, os projetos são estudados no primeiro semestre, para serem executados nos últimos seis meses do ano.

Mas as perspectivas de arrocho continuam. Na sexta-feira, quando esteve no Rio, o presidente do PT, Tarso Genro, afirmou que a equipe econômica se prepara para apresentar proposta de elevação do superávit primário em 2006 de 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) para 5% do PIB.

– A área econômica está apresentando agora um orçamento para o ano que vem propondo um superávit de 5%. Se eles propõem 4,25% e estão fazendo mais de 5%; se eles propusessem 5% vão fazer mais de 6% – criticou o ex-ministro da Educação que hoje está a frente do partido.

A alta conta do Planalto

Em contraste com a a execução orçamentária, o gabinete da Presidência da República gastou mais do que os sete ministérios citados como os que menos investiram: aplicou R$ 4,4 milhões dos R$ 59,2 milhões disponíveis para investimento ao longo de 2005, o correspondente a 7,4%.

Alguns dos programas considerados emblemáticos pelo governo no início do atual mandato, pela sua importância e alcance social, chegam a apresentar uma execução abaixo dos 20% no que diz respeito a investimentos. São exemplos o "Habitação de Interesse Social", que gastou R$ 7,4 milhões dos R $209 milhões previstos na dotação inicial, o equivalente a 3,5%; o "Brasil Escolarizado", que investiu apenas R$ 4 milhões dos R$ 90 milhões em caixa; o "Primeiro Emprego", que aplicou R$ 419 mil (12,5%) dos R$ 4,5 milhões disponíveis; o "Rumo ao Pan 2007", que investiu R 8 milhões dos R$ 49,6 milhões (16,1%);

Os campeões em investimento até agora são o Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e da Defesa. Mesmo assim, os gastos dessas pastas não atingem nem 40%. O Desenvolvimento Agrário gastou R$ 348,4 milhões de R$ 1 bilhão (34%); o Trabalho investiu R$ 6 milhões de R$ 22,1 milhões autorizados (27,1% do total), e a Defesa, R$ 190,2 milhões dos R$ 968,3 milhões previstos.

Rio não vê a cor do dinheiro

BRASÍLIA – Dos investimentos previstos para o Rio de Janeiro, apenas 2,7% haviam sido gastos até o final de julho pelo governo federal: R$ 19,8 milhões dos R$ 741 milhões previstos na dotação orçamentário inicial. O estado é governado pelo casal Garotinho, ferrenhos opositores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Alguns programas não receberam um centavo sequer em 2005. São exemplos o programa "Saneamento Básico para Controle de Agravos"; "Construção de viaduto e duplicação de trechos rodoviários na BR-101"; "Construção de Barragens"; "Apoio a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos" e "Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental". Para essas obras estão disponíveis R$ 104 milhões. A rubrica "Implantação de serviços de saneamento básico em municípios", cujos recursos seriam destinados sobretudo para a Baixada Fluminense, só recebeu R$ 16 mil reais.

Em contrapartida, o programa "Implantação de unidade de enriquecimento de Urânio", gastou R$ 4,8 milhões dos R$ 9,9 milhões autorizados.

Um dos programas que mais recebeu recursos federais foi o "Atenção a Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal": R$ 10,9 milhões. O valor se explica pela briga política com o prefeito do Rio, Cesar Maia, que resultou na intervenção do setor de saúde do município.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de ocupar a tribuna neste momento para registrar o artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado na sua coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo**, edição de 16 de agosto do corrente.

O artigo, intitulado "Protesto a favor", destaca a falta de representatividade da UNE para fazer protestos a favor do Presidente Lula. A autora menciona que "a CUT sempre foi o braço direito do PT, por isso não é estranho que esteja hoje nas ruas a favor do governo. O MST também. O problema é a UNE, que tem óbvia falha de representatividade".

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PANORAMA ECONÔMICO

MÍRIAM LEITÃO

Protesto a favor

• A União Nacional dos Estudantes tenta hoje uma missão de chance duvidosa: uma indignação a favor. A UNE não faz eleições diretas, nem reflete o pensamento dos estudantes. Tem estado desde 70 sob o controle do PCdoB, eternizado por um processo de escolha com nenhuma transparência. A passeata da UNE, da CUT e do MST não tem nada a ver com os movimentos que sacudiram outros momentos da história do país.

A CUT sempre foi um braço do PT, por isso não é estranho que esteja hoje nas ruas a favor do governo. O MST também. O problema é a UNE.

Ela tem óbvia falha de representatividade. Nos anos 70, não podia ter líderes escolhidos de forma democrática, porque estava na clandestinidade. Mas, de lá para cá, o PCdoB sempre esteve no comando, às vezes junto com o PT em chapas feitas no conchavo.

Para piorar, a UNE vive hoje de verbas públicas.

— É claro que o acesso a um governo mais democrático potencializa uma série de repasses. Mas isso não atrapalhou nas críticas, mantivemos as críticas na área econômica — disse o tesoureiro da UNE, Rovilson Portela.

Na verdade, o governo anterior era tão democrático quanto o atual. Ambos foram eleitos em processos limpos e livres. Só que agora há uma contradição: eles apóiam este governo "mais democrático", do qual recebem mais dinheiro, mas terão que ir para as ruas contra desvios que ocorreram no governo que defendem. Tentarão condenar o mensalão e apoiar o governo no qual o mensalão ocorreu.

A UNE teve três eleições diretas na sua vida recente. A última, em 87, foi impugnada. A União dos Estudantes concluiu, assim, segundo conta Márcio Cabral, membro da executiva, que eleição direta produz "uma dificuldade de representatividade".

A diretoria da UNE é escolhida em voto indireto por delegados enviados pelas unidades de ensino de terceiro grau em todo o país. Há pouca transparência e muita técnica de manutenção de poder na escolha desses delegados. Isso é o que faz com que os quatro milhões de universitários do país, 70% de escolas privadas, sejam representados, há mais de 30 anos, por militantes do mesmo partido.

Só seria natural se a maioria dos estudantes brasileiros fosse militante ou simpatizante do PCdoB. A entidade recebeu este ano R$ 1,1 milhão de recursos públicos para supostamente representar os estudantes.

mais tarifas e corte de despesas melhorou os índices de eficiência. Hoje, o BB gasta 49,6% das receitas operacionais com despesas administrativas, contra 59% um ano antes.

O ganho com crédito subiu 8,1% no período, passando de R$ 8,560 bilhões em 2004 para R$ 9,252 bilhões. Maranhão disse que o crescimento ocorreu no mercado interno, pois a valorização cambial diminuiu o valor das operações no exterior contabilizadas em reais. O estoque no país cresceu 20,7%: de R$ 72,043 bilhões, em junho de 2004, para R$ 86,967 bilhões.

Maranhão lembrou ainda que a carteira de crédito com desconto em folha (consignado) cresceu 146%, contra uma média de 116% no mercado. O estoque dessa modalidade saltou de R$ 1,040 bilhão em junho de 2004 para R$ 2,558 bilhões.

— Nesse ritmo, o banco pode encerrar o ano com um estoque de R$ 4 bilhões — disse o presidente do BB.

No semestre, os fundos de investimento administrados pelo BB cresceram de R$ 116,9 bilhões para R$ 144,8 bilhões. ■

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "Do Romanée-Conti ao vinagre", de autoria do jornalista Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 15 de agosto do corrente.

Como menciona o artigo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou bem claro em seu último pronunciamento à Nação que não possui forças nem de argumentos para reagir à crise. Está totalmente desmoralizado por seus próprios atos e omissões, não tem mais autoridade para governar.

Finaliza dizendo que o "Lula se perdeu no Planalto e na história. Será lembrado como o operário que foi eleito presidente, esbaldou-se no tentador mundo de Romanée-Conti e acabou no vinagre".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Do Romanée-Conti ao vinagre

SÃO PAULO - *Luiz Inácio Lula da Silva agoniza em praça pública. Deixou claro em seu pronunciamento à nação que não dispõe de forças nem de argumentos para reagir à crise. Desmoralizado por seus próprios atos e omissões, não tem mais autoridade para governar. É um morto-vivo.*

Lula faria um bem ao país se renunciasse. Não obstante José Alencar, pouparia-nos de um longo processo por crime de responsabilidade. Motivos para tanto não faltam. Se restar algo de racional neste Brasil, é apenas uma questão de tempo.

Já está demonstrado que Lula bancou ou deixou que bancassem sua campanha presidencial com dinheiro clandestino, quiçá sujo.

Já está claro também que ele montou ou deixou que montassem um esquema de compra de parlamentares e partidos, tanto faz se para conseguir votos no Congresso Nacional ou apoio nas eleições.

Já está evidente ainda que a produtora de seu filho foi beneficiada por um aporte de R$ 5 milhões de uma empresa de telefonia em um negócio raro não apenas no Brasil mas no mercado mundial do setor.

O resto é enrolação presidencial. Lula se diz traído e indignado, sentimentos que curiosamente surgiram somente agora, tanto tempo depois de o governador Marconi Perillo e de o próprio Roberto Jefferson terem contado ao presidente sobre o esquema do "mensalão" no Parlamento.

Pior, apesar de traído e indignado, Lula ainda tem o despudor de dizer que não está ao seu alcance "identificar" os responsáveis por toda essa situação. Como assim? É preciso mais o que para convencê-lo da culpabilidade da companheirada? Ou será que ele, como afirmou Luiz Gushiken, também acredita que Delúbio e afins são vítimas da "ingenuidade"?

Lula perdeu-se no Planalto e na história. Será lembrado como o operário que foi eleito presidente, esbaldou-se no tentador mundo de Romanée-Conti e acabou no vinagre.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 57 minutos.)

ATA DA 4ª SESSÃO, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 1995
(Publicado no DCN, Seção II, 23 de fevereiro de 1995)

RETIFICAÇÕES

Nas páginas 2232, na lista da votação nominal do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1994 (nº 58/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão à Rádio Bernardense FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Padre Bernardo, Estado de Goiás.

Onde se lê:

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa
Antônio Magalhães
Antônio Valladares
Arlindo Porto
Beni Veras
Carlos Bezerra
Carlos Patrocínio
Coutinho Jorge
Elcio Alvares
Emília Fernandes
Fernando Bezerra
Flaviano Melo
Francelino Pereira
Freitas Neto
Gerson Camata
Gilberto Miranda
Gilvam Borges
Guilherme Palmeira
Hugo Napoleão
Iris Rezende
Iader Barbalho
João França
João Rocha
Joel de Hollanda
Jonas Pinheiro
Josaphat Marinho
José Fogaça
Leomar Quintanilha
Levy Dias
Lucídio Portela
Lúcio Alcântara
Lúdio Coelho
Mauro Miranda
Nabor Júnior
Ney Suassuna
Pedro Piva
Pedro Simon
Ramez Tebet
Romero Jucá
Romeu Tuma
Sebastião Rocha
Sérgio Machado
Teotônio Vilela
Valmir Campelo
Vilson Kleinubing
Waldeck Ornelas

VOTA "NÃO" SENADOR

Lauro Campos

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES

Eduardo Suplicy
Espiridião Amin
Geraldo Melo
Jefferson Peres
José Bianco
José Outra
Osmar Dias
Roberto Requião

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram Sim 47 Srs. Senadores e Não 1 Sr. Senador.

Houve 9 abstenções.

Total de votos: 57

Leia-se:

SIM	47
ABSTENCAO	9
NAO	1
TOTAL	57

NOMES:

ADEMIR ANDRADE	S
ALEXANDRE COSTA	S
ANTONIO MAGALHAES	S
ANTONIO VALLADARES	S
ARLINDO PORTO	S
BENI VERAS	S
CARLOS BEZERRA	S
CARLOS PATROCINIO	S
CASILDO MALDANER	A
COUTINHO JORGE	S
EDUARDO SUPLICY	A
ELCIO ALVARES	S
EMILIA FERNANDES	S
ESPERIDIAO AMIN	A
FERNANDO BEZERRA	S
FLAVIANO MELO	S
FRANCELINO PEREIRA	S
FREITAS NETO	S
GERALDO MELO	A
GERSON CAMATA	S
GILBERTO MIRANDA	S
GILVAM BORGES	S
GUILHERME PALMEIRA	S
HUGO NAPOLEAO	S
IRIS REZENDE	S
JADER BARBALHO	S
JEFFERSON PERES	A
JOAO FRANCA	S
JOAO ROCHA	S
JOEL DE HOLLANDA	S
JONAS PINHEIRO	S
JOSAPHAT MARINHO	S
JOSE BIANCO	A
JOSE DUTRA	A
JOSE FOGACA	S
LAURO CAMPOS	N
LEOMAR QUINTANILHA	S
LEVY DIAS	S
LUCIDIO PORTELA	S
LUDIO COELHO	S
MAURO MIRANDA	S
NABOR JUNIOR	S
NEY SUASSUNA	S
OSMAR DIAS	A
PEDRO PIVA	S
PEDRO SIMON	S
RAMEZ TEBET	S
ROBERTO REQUIAO	A
ROMERO JUCA	S
ROMEU TUMA	S
SEBASTIAO ROCHA	S
SERGIO MACHADO	S
TEOTONIO VILELA	S
VALMIR CAMPELO	S
VILSON KLEINUBING	S
WALDECK ORNELAS	S

Ata da 145ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Aelton Freitas, Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti e João Batista Motta

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

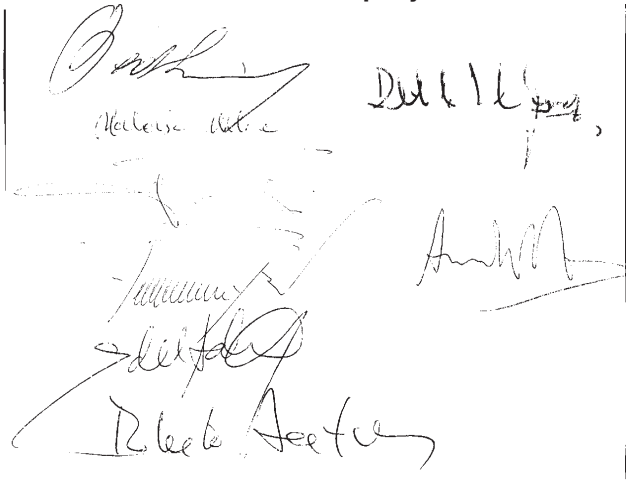
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 941, DE 2005

Requeiro, nos termos dos artigos 159 e 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de agosto de 2005 seja dedicado à comemoração dos 26 anos da Lei da Anistia – Lei n° 6.683/79, que serão completados no dia 28-8-2005.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2005. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy.**



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos, e aos Senadores que assim o desejarem, para a comemoração dos 26 anos da Lei nº 6.683, de 1979 – Lei da Anistia, completados na data de ontem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª poderia autorizar a abertura da porta?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Já está liberada a entrada das pessoas na galeria.

De acordo com o Regimento Interno, só podemos abrir as galerias após o início das sessões. Nossas galerias só comportam 80 pessoas. Será impossível termos presente os 400 convidados ao mesmo tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a porta não está aberta. Peça para abrir a porta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Poderemos aguardar um pouco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por que não abrem a porta, Presidente?

Eu não falarei enquanto não abrirem a porta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Aguardaremos. V. Exª fará uso da palavra quando os convidados estiverem presentes.

Solicito aos responsáveis pela abertura da porta que providenciem a sua liberação para que as pessoas possam adentrar as galerias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos destinando a Hora do Expediente da sessão ordinária de hoje à comemoração dos 26 anos da Lei de Anistia, Lei nº 6.683, de 1979, cujo aniversário foi no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, permita-me interrompê-lo. Foi liberada a entrada dos convidados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há espaço, a tribuna de honra pode ser usada. São pessoas que vieram do Brasil inteiro para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – São 400 pessoas que só aceitam entrar juntas, mas há espaço para apenas 80 pessoas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou pedir a gentileza, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, de solicitar que entrem até a capacidade adequada e que os demais possam descer, apenas por um breve tempo.

Essas pessoas vieram de longe, são anistiados que, por muitos anos, lutaram para que pudesse haver o direito à anistia.

Os senhores que estão entrando, por favor, digam a seus companheiros para fazerem o mesmo, para que comecemos a sessão. A Presidência vai autorizar que os demais entrem onde houver lugar, como a tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Desde que estejam trajados de acordo com o Regimento Interno, poderão ocupar a tribuna de honra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

Os que estiveram trajados com terno e gravata podem entrar aqui ou na tribuna de honra. Seria importante que os senhores fossem lá em cima e dissessem para logo entrarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador, V. Exª poderá aguardar o momento exato que achar adequado, pela presença dos convidados que, com muita honra, estão visitando esta Casa.

Também pedimos a compreensão dos convidados, visto que o número de assentos que temos não é suficiente para as 400 pessoas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores que vêm das mais diversas regiões do Brasil ao Senado Federal para a celebração do 26º Aniversário da Lei da Anistia, promulgada no dia 28 de agosto de 1979, neste momento em que o País enfrenta uma crise.

Se hoje o objeto político consiste em investigar e desbaratar supostos esquemas espúrios de apropriação do bem público, ontem a questão residia em resgatar condições mínimas de respeito à convivência republicana, à participação democrática, ao respeito aos direitos humanos. Contudo, em ambas as situações, trata-se de aplicar antídotos institucionais inescapáveis à boa saúde de um corpo político.

Não por acaso, a anistia que permitiu aos presos políticos que deixassem a prisão e a centenas de exilados, muitos dos quais aqui presentes, o retorno ao Brasil coincidia, à época, com o aceno institucional rumo a experiências políticas mais livres e democráticas, dentro de um contexto de insuportável intransigência militar. A terrível Lei de Segurança Nacional, que via um inimigo em cada esquina, vigorava implacavelmente contra a liberdade do povo, reprimindo qualquer gesto de discordância, crítica ou protesto, sem contar a proibição de eleições para os cargos executivos. Aos olhos de hoje, com o vigor da democracia plena, parece um verdadeiro absurdo a opressão que o povo brasileiro viveu no período da ditadura, que durou 21 anos, de 1964 a 1985.

Em verdade, só voltamos a ter eleições livres e diretas em 1989.

Sr. Presidente, foi em 1979, quando a ditadura militar previa o desabamento institucional que se avizinhava no horizonte, que surgiram novas lideranças no espectro político brasileiro, no meio das quais o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva se destacava de maneira incontestável. Ao lado de Lula, inúmeros outros companheiros que resistiam ao regime militar merecem ser igualmente lembrados, pois contribuíram de maneira excepcional para a retomada da vida democrática do País.

Em 1979, depois de amargar quinze anos de longo jejum participativo, onde também ocorreram prisões arbitrárias, tortura e mesmo a morte e desaparecimento de quem se insurgiu contra o sistema autoritário, a sociedade brasileira pressionou os militares por um relaxamento imediato do regime, revogando os dispositivos autoritários contra os exilados e os presos políticos. Falava-se em "distensão". Diante de uma economia nacional estagnada e colhida em cheio pela crise internacional do petróleo, após um "milagre econômico" que era apenas fumaça, as autoridades do regime de exceção, cederam às pressões sociais, em troca de maior fôlego na tolerância econômica. Mesmo assim, em seguida tivemos o inicio da inflação no Brasil, de tão triste memória.

Mas, em vez de a anistia ser um processo amplo, geral e irrestrito, como aconteceu com outros países que saíam de regimes autoritários para a democracia, decidiu-se no Brasil pelo modo lento e gradual de abertura política. Naquele instante, a aclamação pela anistia virou mote obrigatório para o restabelecimento do Estado de direito, pelo resgate da liberdade política, pela restituição do espaço democrático. Mais do que na hora, o retorno dos exilados e a abertura das prisões significava a disposição dos militares em enfrentar uma transição menos turbulenta de volta ao regime dmeocráico – que ainda levou mais seis anos para acontecer.

Sem dúvida, os movimentos sindicalistas que sacudiram o Pis em 1978 despertaram a Nação para o esgotamento da Ditadura. A incapacidade administrativa dos militares no gerenciamento da crise econômica desencadeou um processo de conscientização social das classes trabalhadoras por melhores condições de vida. Além da reorganização das associações sindicais de inúmeras categorias – coisa também proibida pela ditadura, mas feita por gente com coragem de romper as regras injustas –, novos modelos de socialização proporcionaram experiências coletivas inéditas, reunindo cidadãos de classes distintas em torno de ideais comuns.

Na verdade, o arrocho financeiro a que estava submetida nossa frágil agenda de investimentos inviabilizou, àquela altura, não somente a permanência de um discurso autoritário, mas sobretudo a continuidade de uma prática de poder repressiva e criminosa. Ao então Presidente da República, General João Figueiredo, não restou outra alternativa senão acenar à população insatisfeita com um gesto de distensão política, autorizando o reingresso dos exilados ao País e abrindo as portas das cadeias, a partir da Lei nº 6.683, de 1979.

E, hoje, em nome de todos os que padeceram nas mãos da ditadura, muitos dos quais se encontram aqui presentes e vindos dos mais diversos Estados da União, é bom recordar a imagem do inesquecível Miguel Arraes, falecido recentemente, quando do seu desembarque em terras brasileiras, depois de 13 anos de exílio na Argélia. Embora fatigado, envelhecido por tanto tempo de saudade, seu rosto era de uma alegria imensa, cheio de esperança e de inesgotável energia para recomeçar a luta pela democracia.

A imagem de Arraes traduzia, sim, o espírito geral na convicção de que o futuro nos reservava dias melhores, mais justos e mais livres. Tantos outros puderam também chegar, como Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Fernando Gabeira e muitos inclusive dos que aqui estão presentes. Em parte, a história das duas últimas décadas tem demonstrado que tal visão profética veio por fim a ser concretizada. No entanto, não podemos deixar de registrar que, segundo os Grupos Tortura Nunca Mais e outras entidades defensoras de direitos humanos, a anistia brasileira se caracterizou, no contexto latino-americano, como aquela mais atrasada, a mais retrógrada.

Isso se verifica facilmente à luz da incompreensível permanência de arquivos ainda indevassáveis da ditadura militar. Na visão de tantos democratas, é quase impossível acreditar que, após 26 anos, o fechamento dos arquivos sequer autoriza uma análise criteriosa dos crimes cometidos em nome da convencionada "segurança do regime".

Nessa linha, o caro amigo, renomado professor e advogado, Fábio Konder Comparato, argumenta que, sob o aspecto estritamente constitucional, "nunca houve nenhuma conexidade interpretativa que permitisse estender, por exemplo, a anistia aos torturadores e assassinos". E isso, de fato, tem-se consumado por aqui, contrariando as normas previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário desde 1992. (Palmas.)

Por outro lado, Sr. Presidente, que cumpre admitir que o Governo do Presidente Lula deu seguimento aos processos de indenização. Entre militantes e militares, somam-se nada menos que 40 mil brasileiros em busca do reconhecimento à reabilitação política e à indenização. À luz de uma análise lenta e meticulosa, as autoridades prometem atender a todos os casos até o ano que vem, 2006.

Nada mais apropriado para a ocasião em que comemoramos os 26 anos da Lei da Anistia que saudar todos aqueles cuja trajetória política, de uma maneira ou outra, contribuiu e ainda contribui para uma justa e breve consumação do processo de anistia e indenização no Brasil. De resto, que a experiência da Anistia de 1979 sirva de inspiração ética à vida pública brasileira contemporânea, naquilo que excedeu em solidariedade, união e verdade na história política brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Membros deste extraordinário movimento que foi a Anistia, ainda há poucos dias, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recordou os procedimentos do Presidente Juscelino Kubitschek, afirmando que seguirá o seu exemplo de ter muita paciência, paciência e paciência.

Meu caro Gilson Menezes, ex-Prefeito de Diadema, que, aqui ao lado do Senador João Capiberibe, constitui uma das pessoas que estavam, em 1979, junto ao Presidente Lula, a Djalma Bom, a Manoel Anísio e a tantos outros que compartilharam dessa batalha que hoje aqui recordamos, o Presidente Lula disse que vai seguir o exemplo de Juscelino de ter muita paciência...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Peço um aparte no momento mais adequado da sua fala.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Paulo Paim. Permita-me só fazer esta observação sobre a reflexão recente do Presidente Lula. Vamos recordar algumas qualidades de Juscelino Kubitschek, entre elas a de ser extremamente democrático e generoso.

E por que vou falar de JK no momento em que relembramos a Lei de Anistia? Ele tinha enorme disposição de dialogar com o povo, com a imprensa, com

todos os segmentos da população e com os Congressistas. Com freqüência – os senhores e as senhoras se lembram dos anos de Juscelino Kubitschek; muitos aqui eram jovens nos anos 50, mas têm presente o que era o seu jeito de ser –, ele dava entrevistas coletivas à imprensa, respondendo a todo tipo de pergunta e a tudo, com bom humor.

Seu espírito democrático pode ser caracterizado por um episódio marcante, Presidente Papaléo Paes, recordado, há poucos dias, pelo jornalista Fernando Mitre, da Rede Bandeirantes de Televisão. Certo dia, o Presidente Juscelino Kubitschek atravessou enorme manifestação de estudantes da UNE, que o estavam vaiando; ao chegar ao final, pegou o microfone e disse: "Feliz é o país em que os estudantes podem vaiar o Presidente da República". E, com esse gesto, com essas palavras, todos os estudantes o aplaudiram. (Palmas.)

Juscelino Kubitschek é sempre lembrado por ter enfrentado duas tentativas dos militares para derrubá-lo. Oficiais rebeldes da Aeronáutica levaram aviões para Jacareacanga, em 1956, e para Aragarças, em 1959, e, antes de deixar a Presidência, Juscelino Kubitschek resolveu anistiá-los, mostrando o seu espírito conciliatório. (Palmas.)

O Presidente Lula, em seu último pronunciamento, assegurou:

> A verdade prevalecerá e o povo brasileiro vai saber o que está acontecendo no Brasil, o que está por trás do que está acontecendo no Brasil, quem são os ocultos ou não, porque os públicos nós já sabemos, e vai saber, concretamente, quem praticou ou não corrupção neste País.

Há hoje um vivo debate na sociedade, já que por toda parte se comenta em que medida houve conhecimento e responsabilidade do Presidente sobre os episódios que vieram à tona nos últimos 100 dias.

O Presidente Lula também afirmou:

> Estaremos muito mais vigilantes do que estivemos em qualquer outro momento. E cada um dos meus companheiros sabe que pode ser o meu melhor amigo, dentro ou fora do PT, dentro ou fora do governo, mas, se cometer alguma coisa de equívoco de conduta, com a mesma grandeza com que eu o convidei para vir ao governo, eu o convido para deixar o governo e, depois, ele responderá onde tiver que responder.

A esta altura dos acontecimentos, depois de ter tido oportunidade de conversar com pessoas envolvidas, de alguma forma, nos eventos que são objeto de apurações, muitos avaliam que será muito positivo que o próprio Presidente Lula dê sua contribuição e transmita à Nação toda a verdade que conheceu e que sabe. Saberá Sua Excelência a forma de proceder, e o espírito democrático de Juscelino poderá certamente inspirá-lo.

Aproveito a presença dos senhores e senhoras, que participaram desse movimento de anistia e de todas as batalhas, por exemplo, nos anos 70, pela anistia, e, nos anos 80, pela democracia – e todos aqui certamente participaram das manifestações pelas Diretas Já, em 1983 e 1984 –, para lembrar que, quando finalmente conseguimos eleger um Presidente da República, em 1989, o primeiro Presidente acabou realizando atos como aqueles que foram objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou PC Farias. Como conseqüência, ele teve de renunciar e depois teve seus direitos políticos cassados por oito anos, o que, em grande parte, decorre da grande campanha por ética na política. E tantos aqui estiveram presentes, possivelmente alguns de rosto pintado, nas ruas, na campanha por ética na política.

Agora estamos vivendo essa situação, mas felizmente é preciso ressaltar: não estamos com...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Exª tem cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, vou falar mais uma frase e conceder um aparte ao Senador Paulo Paim. Mas é importante ressaltar: não estamos aqui com a ameaça de golpe militar. Felizmente, as instituições – as do Poder Executivo, como a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, e também o Ministério Público e o Congresso Nacional, com suas Comissões Parlamentares de Inquérito, seja a dos Bingo, seja dos Correios ou a do Mensalão – estão funcionando plenamente, com vigor. O Senador Heráclito Fortes tem, a toda hora, sido testemunha da necessidade de apurarmos os fatos até o fim. Repito: felizmente, a instituições democráticas brasileiras previstas na Constituinte de 1988 estão funcionando, e vamos conseguir resolver os problemas brasileiros da forma mais democrática possível.

Senador Paulo Paim, tem a palavra V. Exª, com muita honra. (Palmas.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, primeiro cumprimento V. Exª, que é o autor desta sessão de homenagem aos 26 anos da Lei de Anistia. Registro, com alegria, que, aqui no plenário – sob a Presidência do Senador Papaléo Paes –, os Senadores Heráclito Fortes e João Capiberibe também prestam sua homenagem. Para mim, Senador,

é muito bom ver aqui homens e mulheres, muitos de cabelos brancos, que viajaram de todo o Brasil para virem a esta sessão tão importante, em um momento tão difícil do nosso País. A presença de vocês aqui, tenho certeza absoluta, é na linha do combate à corrupção, mas também na defesa do processo democrático, porque esse é intocável. (Palmas.) Tenho a certeza de que os senhores, aqui, demonstram essa posição. Senador Eduardo Suplicy, eu disse que faria um aparte muito rápido e que V. Exª fala pelo nosso Partido, fala como autor do requerimento da sessão de homenagem. Mas recebi aqui de um desses companheiros o seguinte recado, que, como ele não pode falar, vou ler em nome dele. Assumo toda a responsabilidade. Sou parceiro de V. Exª a encaminhar o pedido. Diz ele: "Senador Paulo Paim, em 1999, conseguimos uma audiência com o Presidente FHC, em sessão semelhante a esta. Hoje, estamos procurando, por todos os meios, sermos recebidos pelo Presidente Lula. Pedimos que V. Exª interceda". Peço a V. Exª, peço ao Presidente Papaléo Paes, peço aos Senadores João Capiberibe e Heráclito Fortes que, juntos, façamos uma homenagem ao nosso povo, à nossa gente, a esses lutadores e a essas lutadoras, a esses guerreiros. Se estamos hoje no Senado da República – estou no meu primeiro mandato aqui, mas tenho quatro mandatos como Deputado Federal, e muitos de vocês também me conhecem – e se esta Casa está aberta, esse mérito não é nosso, esse mérito é de vocês. (Palmas.) Por isso, palmas a vocês, que simbolizam a luta de todo o povo brasileiro! É com alegria enorme que estou aqui e faço este aparte. Presidente Lula, se estiver nos assistindo neste momento, via TV Senado, aceite o apelo, não dos Senadores, mas desses lutadores, homens e mulheres que são os baluartes do processo democrático neste País. Vou dizer uma frase, para encerrar, que não é minha, a frase foi construída pelo povo: Ditadura, ditadura, ditadura, nunca mais! Viva a liberdade! Viva a democracia! Vivam os anistiados do nosso País! Um abraço a todos! (Palmas.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São minhas também as palavras de V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, quero comunicar aos senhores convidados que o Regimento da Casa não permite manifestações. Fomos tolerantes, são manifestações justas, mas, peço que, de agora em diante, passemos a cumprir, rigorosamente, o Regimento da Casa. Peço a compreensão de todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer a presença do Deputado Jacques Dornelles, que foi meu colega, de 1983 a 1987, no Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim, será muito importante que o Presidente Lula possa atender, de pronto, a solicitação. Inclusive, vejo aqui pelo menos quatro de seus colegas de diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, que Sua Excelência presidia: Manoel Anísio, Gilson Menezes, Gilberto Cunha e Juracy Magalhães.

De pronto, ao terminar a minha fala, atendendo os pedidos das senhoras e dos senhores, ligarei ao Gilberto Carvalho, secretário pessoal do Presidente Lula, encaminhando a solicitação que agora acaba de fazer o Senador Paulo Paim em nome de todos, para que o Presidente, na medida do possível, possa dispensar alguns minutos às senhoras e aos senhores.

Fiz uma sugestão ao Presidente Lula, na linha do que eu estava aqui lhes transmitindo: quem sabe possa Sua Excelência, no momento que considerar adequado, mas, em breve, fazer uma visita ao Congresso Nacional, dialogando previamente com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado e do Congresso, e com o Deputado Severino Cavalcanti, para espontaneamente dialogar com Deputados e Senadores, inclusive podendo ouvir os líderes dos partidos, as suas questões e observações, e depois ainda manifestar-se! Dessa forma, estará contribuindo para aquilo que Sua Excelência mesmo diz querer: a apuração completa da verdade.

Que outro movimento mais bonito há do que a apuração completa da verdade, para sabermos a história verdadeira do Brasil, de tudo aquilo que se passou nos anos 60 e 70, o sofrimento das famílias daqueles que estiveram perseguidos, presos e às vezes até torturados?

É importante que o povo brasileiro e suas famílias possam saber inteiramente isso, porque o desvendar da verdade será o grande instrumento transformador para que o Brasil venha a se tornar, efetivamente, uma Nação plenamente democrática, justa e civilizada.

Portanto, parabéns a todos os que participaram do movimento pela Anistia! Sejam bem-vindos! Espero que consigam êxito no diálogo com o Presidente Lula, que, sei, é muito respeitado e querido por todos aqui presentes.

Agradeço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A Presidência lembra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que a presente sessão destina-se à comemoração dos 26 anos da Lei da Anistia nº 6.683, de 1979, completados ontem, dia 28 de agosto.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe.

S. Exª terá até dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados para esta sessão solene, meu caro Senador Eduardo Suplicy, quero juntar-me às homenagens prestadas a esses 26 anos de história do nosso País.

Pessoalmente, fiquei reflexivo enquanto o Senador Eduardo Suplicy se dirigia aos presentes, homens e mulheres que viram essas duas ou três décadas passarem.

Abraçamos os que voltaram depois de um longo exílio e presenciamos um novo êxodo do povo brasileiro. Reconquistamos o direito ao retorno, à volta ao nosso País, à convivência com partidos políticos, à construção desses partidos, à reconstrução das organizações da sociedade civil, como os sindicatos e as organizações estudantis. Acompanhamos de perto muitos de nós se tornarem agentes públicos, eleitos pelo voto democrático do cidadão, mas também presenciamos uma nova partida de exilados brasileiros, que são os exilados econômicos do nosso País.

Conquistamos o direito à democracia, mas não conquistamos o direito à inclusão econômica que garantisse a nossa permanência no nosso País. São milhões de brasileiros que hoje vagam pelo mundo afora em busca de uma oportunidade econômica, uma oportunidade de sobrevivência.

Em um País com a dimensão do Brasil, com as riquezas e a população do Brasil, não se poderia permitir esse novo êxodo, esse novo exílio, que é o econômico.

Há 26 anos, eu e a minha companheira, a atual Deputada Janete Capiberibe, estávamos, no dia de hoje, comemorando a Lei de Anistia. Vivíamos em Maputo, Moçambique, três anos após a independência do povo moçambicano do jugo colonial português, onde dávamos uma contribuição para a construção de um novo país independente. E estávamos orgulhosos de poder ajudar na reconstrução daquele país depois de séculos de dominação colonial, mas estávamos ansiosos pela volta.

E a Anistia, conquistada pela luta dos que ficaram no País, dos que aqui permaneceram e se mobilizaram, obtinha a primeira vitória e queria permitir o nosso retorno ao Brasil. A nossa primeira atitude, no final de 1979, foi a vinda da minha companheira e de meus três filhos. No entanto, a Anistia não nos dava a garantia total de liberdade plena, e a minha companheira foi presa, com meus três filhos, no Rio de Janeiro. Levamos dez dias para conseguir sua liberdade, depois de presa no Rio e transferida para Brasília. Ainda persistia a intolerância da ditadura, mesmo com a Anistia, que beneficiava os dois lados: aqueles que haviam sido perseguidos e encarcerados e também os torturadores. Ainda assim, a volta ainda era arriscada.

Mesmo assim, voltamos ao nosso País, porque ansiávamos pelo retorno e pela retomada da nossa luta aqui. Retornamos ao Brasil para trabalhar, em Pernambuco, com uma figura hoje saudosa entre nós e que nos faz muita falta: Miguel Arraes. (Palmas.)

Lá, retomamos todos os nossos anseios e, juntos, iniciamos e apoiamos a campanha pela primeira greve dos canavieiros depois da ditadura militar. Arraes, apoiando a greve; e nós, tratando de mobilizar e contribuir para que as lutas fossem retomadas.

Hoje, lamentamos a ausência de Arraes, Presidente do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, mas também lamentamos a ausência daqueles que tombaram no caminho, que são tantos, e que não estão hoje aqui para comemorar esta data importante para a história do País, para tantos de nós que estamos aqui e, particularmente, muito importante para mim, para minha companheira e para os meus filhos. A partir da Anistia, tivemos a oportunidade de retornar à nossa Pátria, o grande desejo que nos acalentou ao longo de dez anos de exílio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe, permita-me um aparte para uma breve questão de ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, ainda há trinta pessoas que estão junto à porta, querendo muito ouvir pelo menos o final das palavras do Senador João Capiberibe. Agradeço se, ao menos, puderem ficar de pé. São pessoas que vieram de longe. Não vão estragar as dependências do Senado. Manter-se-ão em ordem e não serão ameaça à segurança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Não é questão de segurança relacionada a tumulto. No entanto, fui comunicado que o peso que suporta a galeria é limitado. Mas, se as pessoas estiverem trajadas adequadamente, de acordo com o Regimento, poderão ficar de pé ali atrás. Não há problema.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É preciso orientar para que desçam. Eu os receberei aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Peço a compreensão dos senhores e das senhoras. Temos vontade de fazer, mas temos de obedecer ao Regimento da Casa.

Senador Eduardo Suplicy, se estiverem de acordo com o Regimento, as pessoas podem se fazer presentes. (Palmas.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

São tantas as pessoas que lutaram. O movimento pela Anistia foi fundamental para o nosso retorno. Se fosse citar nomes, certamente, seria traído pela memória. No entanto, vou citar um nome que – creio – resume aquela luta importante, para a qual foi composto um hino: a música "O Bêbado e a Equilibrista", de Aldir Blanc e João Bosco, que fazia referência a Betinho, irmão de Henfil, que vagava pelo mundo. E também houve uma figura importantíssima do movimento pela Anistia, cujo nome penso poder citar numa referência a todos os que lutaram para que pudéssemos voltar ao nosso País. Refiro-me a Therezinha Zerbini. (Palmas.)

Caro Presidente, ela era esposa de um general e ousou encabeçar essa luta por ser uma mulher, e ainda eram muito tênues os espaços de liberdade no nosso País. Daí, foi uma avalanche. Organizaram-se os comitês pela Anistia em todo o País e, pela pressão e urgência da sociedade, finalmente veio a lei.

Finalizo, Sr. Presidente – meu tempo está-se esgotando –, dizendo que se faz necessária uma luta por uma nova anistia, porque é doloroso ver brasileiros tombarem na tentativa de ingressar nos Estados Unidos; ver milhares de brasileiros presos, exilados econômicos que não encontram alternativa no seu País, neste imenso e generoso País, tentarem a sorte – e a sorte às vezes lhes trai – e terminarem presos e deportados. Este País não merece essa situação. Precisamos lutar por essa nova anistia, pela inclusão econômica de todos os brasileiros, para que possamos, daqui a alguns anos, comemorar a volta de todos, como estamos comemorando esses 26 anos de uma lei que permitiu nossa reunião neste momento, homens e mulheres já de cabeças brancas, para comemorar o direito de viver politicamente na sua comunidade de origem, no país em que todos nós nascemos.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Obrigado, Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, pela Liderança do PFL. (Palmas.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento e parabenizo os anistiados do Brasil por terem sobrevivido até este dia de hoje, quando se comemoram os 26 anos da Anistia. Antes, sobreviveram à tortura, à incerteza, à dor e sobreviveram à caminhada das comemorações dessa data até hoje.

Abraço os torturados que tiveram o corpo dilacerado, abraço aqueles cujos familiares perderam a vida e abraço os que foram torturados das mais diversas formas possíveis: os músicos que tiveram a música proibida, os poetas que tiveram de guardar suas linhas, enfim, todos aqueles que tiveram a inteligência e o valor cultural cerceados por uma violenta forma de tortura, que é a proibição de exibir o pensamento.

Sou de uma geração, Senador Eduardo Suplicy, que não teve sequer direito de escolher partido, porque os partidos do meu tempo foram escolhidos por ato institucional.

Felizes aqueles que, com determinação, conseguiram sobreviver todo esse tempo sem perder a esperança, vendo os jornais substituírem os artigos pelos poemas de Camões ou pelas receitas de bolo, vendo Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil saírem da Pátria para dar curso à sua inesgotável inspiração.

Somos também, Senador Eduardo Suplicy, da geração dos que aqui ficaram e começaram a acompanhar os primeiros raios de luz que mostraram um horizonte, dando-nos a possibilidade de retomar o caminho da liberdade.

O Brasil todo deu uma grande lição de amadurecimento ao mundo. Brasileiros de todos os matizes se uniram numa marcha que percorreu o Brasil e mostraram que era chegada a hora de promover uma abertura e o reencontro do País com a democracia. Felizmente, esse trajeto se deu sem sangue, no diálogo e na compreensão, apesar da renúncia de muitos. Muitos que renunciaram, principalmente à dor pelos entes queridos que perderam, estão aqui depois de vinte e seis anos, mostraram ao mundo que se podia, neste Brasil gigantesco, voltar a conviver com a democracia.

O Senador Suplicy e o Senador Capiberibe aqui contaram às dificuldades que enfrentaram, dificuldades que conhecemos: a dificuldade do retorno, a readaptação. Quantos tiveram problemas, inclusive os que estavam fora, para readaptar seus filhos, readaptar suas famílias, filhos que saíram daqui ainda bebês, crianças, e que voltaram com 14, com 15 anos.

O extraordinário, Senador Suplicy, Senador Paim, é esta tarde podermos estar aqui com este plenário repleto de pessoas idosas, calejadas, sofridas, mas que não perderam a esperança. Daí por que acho que todos nós temos que fazer um esforço, Senador Suplicy, inclusive em relação ao Orçamento que começa a ser votado agora. (Palmas) Precisamos criar mecanismos para acabar com as pendências dos anistiados, para que eles possam receber aquilo que perderam na es-

trada da vida e ainda possam usufruir do que lhes resta – muitos já têm idade avançada. A burocracia que alguns têm enfrentado para desembaraçar os seus processos não se justifica: ou é anistia ou não é anistia, não pode ser anistia para uns e não para outros. (Palmas) Não defendo as anistias milionárias. Defendo as anistias que foram julgadas necessárias, daqueles que perderam o melhor dos seus dias, o melhor da sua juventude recebendo punições sem terem culpa.

V. Exª se destaca nesta sessão por ter vivido o processo de reabertura, por ter percorrido os caminhos sindicais. Agora, tem que se juntar a eles como homem de absoluta confiança do Governo e tem de se juntar a nós da oposição, porque essa é uma causa que não tem ideologia, ela tem dor. Um dos poucos reparos que ainda se pode fazer é dar aos anistiados condições de dar aos filhos o conforto que não tiveram.

Quero, portanto, homenagear todos os que estão aqui nesta tarde na certeza de que, com toda a dor e com todas as perdas – não é o meu caso, mas sou solidário a essa causa –, valeu a pena. O pacto feito por todos os brasileiros pela "ditadura nunca mais" prevalecerá enquanto tivermos força. Ditadura e impunidade, impunidade dos que torturam e impunidade dos que roubam: não podemos mais conviver com isso no País. (Palmas) Não é possível que, num caso ou no outro, inocentes paguem pelos culpados. Portanto, se há duas coisas com as quais nós, brasileiros, pelos exemplos que tivemos no passado, não podemos mais conviver de maneira alguma é com impunidade nos dois casos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

S. Exª terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Papaléo Paes, eu me senti contemplado no aparte que fiz ao Senador Suplicy, mas o Sr. Avelino Iost, cassado também, me procurou e disse: "Paim, já que a gente não pode falar, você poderia ler este documento? Vai ser rápido, não vai levar cinco minutos".

Atendendo ao pedido dos anistiados, vou ler este pequeno documento. Não serão necessários mais do que cinco minutos.

> **Amarga Espera** – Atingidos em 1964, esperamos lutando.
>
> 1978 – Começa a formação do Comitê Brasileiro da Anistia – CBA. RJ. Gen. Bevilacqua... A esposa do Gen. Zerbini, Terezinha Zerbini, inicia o Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo. Nos Estados, Terezinha recebe apoio. No Rio Grande do Sul, Mila Cauduro e outras senhoras apóiam o movimento com participação decidida de Dona Iná Assis Brasil – aqui presente – (Palmas.), esposa do Gen. Assis Brasil. Hoje ela está aqui conosco para dizer: É imperioso cumprir a Lei nº 10.559 antes que os atingidos estejam todos nos cemitérios. (Palmas) (Na Aeronáutica 54% dos atingidos já faleceram.) A luta:

Aqui, ela lista alguns pontos:

> 1978 – O Presidente Jimmy Carter visita o Brasil e recebe documento sobre violação de direitos humanos – tortura e assassinatos (Zuzu Angel?);
>
> Em Salvador, foi decidida a realização do I Congresso pela Anistia.
>
> Greve dos metalúrgicos do ABC;
>
> Revogação do AI-5
>
> Eleição do General Figueiredo;
>
> Juiz Márcio José de Moraes dá ganho de causa à família Herzog – SP;
>
> 10-12-78, Dia dos Direitos Humanos – Ato Público da Comissão Brasileira de Anistia, em São Paulo;
>
> 1979 – No Morumbi – faixa pela Anistia Ampla e Geral. Greve dos metalúrgicos do ABC. (...) Greve de fome em São Paulo. [Peço uma salva de palmas] ao Senador Teotônio Vilela, que inicia a visita a presos políticos [em todo o País] (Palmas). Em São Bernardo do Campo, manifestação pela anistia. Encontro Nacional de Estudantes em Salvador, Bahia, dá apoio à anistia ampla e geral. Congresso Internacional de Anistia no Brasil, realizado em Roma, de 28 a 30 de junho. A Delegação Oficial dos Movimentos de Anistia foi composta pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, da Comissão Executiva do CBA-SP, e de Helena Grecco, do núcleo mineiro.
>
> (...) Já estamos em 2005. A luta é permanente. Temos a Lei nº 10.559/2002, que sofreu e sofre repetidos obstáculos – parece perseguição – na aplicação. Estamos à espera. **Amarga espera. Até quando?**
>
> E repito: Até quando? Até quando?

Vivas a todos vocês! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP.) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

S. Exª terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, todos nós nos revezamos na Presidência do Senado da República, presidindo sessões; todavia, V. Exª vai inscrever nos anais da sua biografia, de um grande Senador da República que é, que teve a felicidade de presidir a sessão comemorativa dos 26 anos de anistia neste País.

Por que faço essa referência a V. Exª? Porque, em 2002, presidi o Congresso Nacional e recebi o apelo angustiado das famílias que aqui se encontram, das famílias que tombaram, dos homens que lutaram pela redemocratização do País, para que pudessem ter uma recompensa, que não é a desejada, porque há coisas que passam pelo mundo e não voltam, que passam pela terra e não voltam, mas que permanecem em nossa memória e tocam fundo o nosso coração.

Quero dizer a V. Exª, que hoje preside esta sessão, que há Senadores aqui presentes que lutaram mais do que eu, como Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Heráclito Fortes, mas sinto uma grande emoção – sinto mesmo –, porque, por coincidência, com certeza, pois a luta foi de muitos, não foi minha, o destino me colocou na cadeira onde está V. Exª, colocou-me na condição de Presidente do Senado e do Congresso Nacional, e a lei aqui citada por todos, a Lei nº 10.559(*), de 13 de novembro de 2002, Sr. Presidente Papaléo Paes, Srªs e Srs anistiados e familiares dos mesmos, tem uma assinatura. É a assinatura de quem já tem dez anos no Senado da República, representando um Estado do Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul, tão pequenininho.

A minha maior relíquia é ter assinado essa medida provisória, depois transformada em lei. Se tivesse que escolher uma das leis que assinei, eu a escolheria, porque ela representa justiça e solidariedade a tantos quantos tombaram, a tantos quantos foram exilados, a tantos quantos perderam a vida, a tantos quantos foram torturados moral e materialmente. (Palmas.)

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quis o destino que eu chegasse nesta hora, neste momento a este Senado tão repleto, ocupando as pessoas os lugares dos Senadores – lugares que são deles –, com as galerias repletas. O meu avião chegou no horário, e eu tive a sorte de vir abraçá-los e dizer-lhes que os senhores e os seus familiares são responsáveis, sim.

Falam-se nos grandes líderes, como Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e tantos outros que batalharam pela redemocratização do País, pela volta ao Estado de direito, pela liberdade, pela solidariedade e pela fraternidade – esses três itens fazem parte da cultura e da alma do povo brasileiro. Contudo, os verdadeiros líderes, aqueles anônimos, que lutaram, batalharam e também foram voz, alguns deles, apenas alguns tiveram uma recompensa – e não sei se recompensa financeira paga alguma coisa –, enquanto outros, como disse o Senador Paulo Paim – e ouvi também o Senador Heráclito Fortes e uma parte do discurso do Senador Eduardo Suplicy –, um grande número de homens e de mulheres que lutaram, ainda não tiveram essa justa recompensa! (Palmas.)

É preciso que continuemos a luta! Leis, este País tem muitas. É preciso que sejam cumpridas!

Tenho de ressaltar um fato aqui, Sr. Presidente, porque eu não precisava vir aqui. Só estou falando que assinei a lei, porque recebi do Sr. José Wilson da Silva, capitão R1, do Rio Grande do Sul – do seu Estado, Senador Paulo Paim –, cartão dizendo que ele tem a maior consideração para com este sul-mato-grossense, por ter sido eu o impulsionador e o promulgador dessa lei hoje festejada, mas que ainda precisa ser cumprida. Diz ele: "houve exploração distorcida, que repudiamos, mas sabemos que contamos com V. Exª sempre". Essa palavra "sempre" está me marcando, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Vamos falar com o Presidente da República, vamos ao Ministério da Justiça dizer que os processos não podem ficar na poeira dos arquivos e das prateleiras! Não processos dessa envergadura e dessa grandeza! (Palmas.) E os requerimentos que lá estão têm de andar, tem de haver justiça, já tarda, mas tem de haver justiça, que pegue-nos a tempo de melhorar a vida de cada um de nós, vida que muitos perderam, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

De minha parte, a alegria por estar ocupando a Presidência do Senado quando essa lei foi assinada. Não vejo aqui conterrâneos meus, de Mato Grosso do Sul, mas, em 2002, quando percorri o meu Estado, como Presidente do Congresso Nacional, reuni-me com anistiados e consegui fazer com que o processo de alguns deles andasse.

Há tempos que não recebo nenhuma reivindicação, mas faço, agora, de público, um apelo às autoridades federais, principalmente ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos, para que nos ouçam. Vamos cumprir essa lei imediatamente!

Sr. Presidente, ganhei o dia, ganhei a semana. Apus a minha assinatura em muitas leis, evidentemente, cumprindo obrigação, mas, neste caso, tem uma contribuição humilde, de um Senador que não sofreu os embates da ditadura, como muitos aqui sofreram. Não tenho a cicatriz dos anistiados. Nunca estive no exílio. Mas tive a cicatriz do meu coração de ter visto a Pátria mergulhada tantos anos sem poder expressar aquilo que está na alma do povo brasileiro, a expres-

são da liberdade, da solidariedade, da fraternidade e da justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. representantes de uma página virada na história do Brasil, ouvi atentamente o aparte do Senador Paulo Paim, o que me motivou vir à tribuna.

Creio que sou um dos mais novos aqui no Senado e passei distante do período mais difícil da história do Brasil, mas tenho duas histórias que gostaria de contar aqui para os senhores.

Em 1969, eu tinha 11 anos de idade e trabalhava numa loja no centro da cidade de Teresina. Era uma sexta-feira, trabalhamos até mais tarde e, por volta das 20 horas, quando saía da loja para ir para casa, na esquina da praça Rio Branco, um veículo Veraneio da Polícia Federal, em alta velocidade, entrou na rua pela contramão e as quatro portas se abriram de uma vez. Naquele momento, um rapaz vinha na minha direção, como se viesse me encontrar e passaríamos um pelo outro, com as mãos nos bolsos, olhando uma loja, as vitrines das Casas Pernambucanas, e, de repente, quatro policiais pularam em cima dele, fecharam-no de uma vez e jogaram-no dentro daquele carro, fecharam a porta e saíram.

Levei muitos anos para entender o que era aquilo. Eu não sabia o que era aquilo. Fiquei admirado. Eu pensava que tinham pego um ladrão. Seria um ladrão? Puxa, parabéns à Polícia. Fiquei feliz. Fui para a casa e contei para a mamãe: "Hoje, eu vi prenderem um ladrão na minha frente."

Recentemente, conversando com o Professor Pedro Sobrinho, da Universidade do Rio Grande do Norte, que trabalhou na Universidade do Acre, ele contou uma história que achei interessante. Ele contava, por meio de parábola, que um cachorro russo, gordo e robusto, foi passear na Europa. Chegou a Paris, e passeando pelas ruas, viu um cachorro francês virando uma lata de lixo. Olhou para aquilo e se espantou. Aproximou-se do cachorro e perguntou: "Você virando uma lata de lixo?!" E a resposta foi: "Pois é o que me sobra para comer e poder viver." E o cachorro russo, então, disse: "Ah, então, em Moscou é muito bom. Lá tenho casa, boa comida, muitas coisas e por isso estou muito forte." E o cachorro francês perguntou: "Então, o que você veio fazer em Paris?" E a resposta: "Eu vim latir." (Palmas.)

Essa história é de Pedro Sobrinho, não quero chamar ninguém de cachorro, pelo amor de Deus!

A vinda dos senhores aqui hoje provocam em mim perguntas do tipo: "Como é que vamos poder devolver o espaço político que os senhores perderam naquela época? Como se pode devolver a saúde daqueles que foram mutilados? Como vamos devolver a alegria dos que perderam ou mesmo a esperança daqueles que estão entediados até hoje?" Por recompensa financeira?! Essa é uma pergunta ferina, porque quando se iniciou o debate sobre o assunto, senti em muitos lugares que as pessoas diziam que havia chegado a hora de alguns faturarem um dinheiro novo. E fico me perguntando: "Quanto vale, matematicamente, essa recompensa? Vale mil reais? Um milhão de reais? Quanto vale?"

Essa questão do espaço político vem desde o Estado Novo. Os livros que li contam que Luiz Carlos Prestes, depois da Anistia de 1946, resiste ao PCB da época e se candidata por dois Partidos, tendo sido eleito por um como Senador e por outro como Deputado Federal. Um ano e meio depois, estava cassado novamente. E como fazer no caso dele, que não está nem mais aqui?!

Aqueles que perderam com a entrada de Eurico Gaspar Dutra no Governo, e depois a partir de 1964, tantos que não estão mais aqui para contar essas histórias. Lembro-me bem de Maria Lúcia Petit, a primeira guerrilheira morta no Araguaia, que, baleada, caiu e tentou fazer um último gesto de heroísmo, simulou que queria contar algo, mas a voz não saia. O Capitão encostou o ouvido para ouvir e ela deu um tiro na testa dele.

Como ficam essas histórias para serem contadas? Aí o debate do financeiro compensador não pode vir. Posso também fazer uma outra pergunta: queremos revanchismo? Não. Mas isso pode ser, então, o último sinal que o Estado brasileiro vai dar como encerramento dessa história. (Palmas.)

Não queremos aqui levantar nada do passado. Não nos interessa desencavar essas coisas que já não servem mais para nós. Basta que todos tenhamos a consciência de propagar uma história que não deve mais ser vivida. Agora, ela precisa ser contada, porque não vamos também virar de costas para a história do nosso Brasil.

Vide o caso Pinochet, um cidadão daquela idade, o que vão fazer com ele? Eu também acho que chega um momento na história da vida das pessoas que, por tudo que já fizeram, por tudo que já passaram, não cabe mais qualquer tipo de condenação. Acho que a condenação à história por si só a fará.

Falo a vocês como alguém que não viveu isso, que apenas muito recentemente acompanhou. Conheci uma pessoa que ficou com pavor de recintos fechados – ia citar o nome dele, mas acabei me esquecendo –; outra que teve problemas de coluna e está praticamente de cadeira de rodas, por tanto que apanhou em cima das costas e nos rins; outra que viu seu filho ser torturado na sua frente; outra que teve que assistir a esposa ser torturada; e tantas outras histórias que ouvi das pessoas que viveram, o que me motivou vir até aqui.

Registro, portanto, que a lei aprovada por esta Casa e assinada pelo Senador Ramez Tebet, no meu entendimento, vem sendo aplicada ainda timidamente, representa apenas um gesto simbólico do Estado brasileiro de uma espécie de pedido de perdão ou de desculpas para aqueles que tiveram também o direito de sonhar e pensar diferente dos que estavam no poder.

Parabéns a todos vocês. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, estando cumprida a finalidade do Requerimento nº 941, do corrente ano, o processo vai ao Arquivo.

Está encerrada a parte da sessão destinada à comemoração dos 26 de anos da Lei de Anistia. (Palmas.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estão solicitando que todos se dirijam ao auditório Nereu Ramos. O aviso está dado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas informar ao Senador Paulo Paim que seria importante que uma comissão formada por todos os que participaram do movimento pela Anistia comparecesse à sala de imprensa para ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Srªs e Srs. Senadores, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 213, de 2005 (nº 539/2005, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.165, de 18 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – A Mensagem nº 213, do corrente ano, juntada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2005

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 5 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º.

"Art.6º.....

§ 7º A taxa de juros cobrada sobre os empréstimos, financiamentos e operações de

arrendamento mercantil de que tratam o caput deste artigo, incluindo todos os acréscimos que incidam sobre o valor financiado, inclusive taxas de abertura de crédito, não poderá exceder em 5 (cinco) pontos percentuais ao ano o valor da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) ou da taxa que vier a substituí-la.

§ 8º Excluem-se dos acréscimos incidentes sobre o valor financiado, para efeitos do § 7º, os acréscimos tributários, os juros de mora e os custos associados à recuperação de crédito. (NR)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

Justificação

O crédito consignado em folha foi uma das grandes inovações do mercado de crédito brasileiro nos últimos anos. Por autorizar expressamente esse tipo de desconto, o crédito consignado reduziu drasticamente o risco de inadimplência, o que permitiu a queda das taxas de juros cobradas. Com a redução dos juros e o aumento da garantia, o volume de crédito consignado cresceu exponencialmente entre setembro de 2004 e julho de 2005. Considerando dados relativos aos aposentados, o volume de empréstimos passou de R$612 milhões para R$7,8 bilhões. Os juros cobrados são também menores em junho de 2005, pois, enquanto pessoas físicas pagavam taxas que, em média, atingiam 65% ao ano (a.a.), os aposentados que tomavam empréstimos com consignação em folha poderiam pagar taxas próximas à metade daquele valor.

Reconhecemos, portanto, o enorme avanço no mercado de crédito obtido com a aprovação da Lei nº 10.820, de 2003, que autorizou o crédito com desconto em folha. É necessário, entretanto, aprimorar esse instrumento, ainda que os devedores, nessa modalidade de empréstimo, paguem taxas bem inferiores às demais praticadas pelo mercado. Os juros cobrados ainda são injustificadamente elevados, já que ficam na ordem de 30% a.a., nos bancos que cobram as menores taxas. Em princípio, o mercado se ajustaria, oferecendo taxas mais justas e compatíveis com o risco envolvido. É notório, entretanto, que o sistema financeiro brasileiro está longe de apresentar uma estrutura concorrencial. Portanto, sem intervenção direta das instituições regulatórias, não há porque esperar que a taxa de juros, que nada mais é do que o preço cobrado pelos empréstimos e financiamentos bancários, atinja patamares justos. Caberia, então, ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central do Brasil (BACEN), órgãos formulador e executor da política monetária, impor limites às taxas de juros cobradas. Na ausência de ação desses órgãos, cabe ao Parlamento disciplinar o mercado de crédito, coibindo os abusos praticados.

Trata-se, obviamente, de uma exploração dos aposentados. Isso porque, por ter autorizado o desconto em folha, o risco de crédito dessas operações é praticamente nulo. Não se justifica, portanto, que os bancos cobrem dos aposentados, taxas muito superiores àquelas cobradas do Governo, que, em última análise, é quem garante tanto o pagamento dos juros da dívida pública, quanto o pagamento das aposentadorias. O risco de inadimplência, em um e outro caso é o mesmo, de forma que a taxa cobrada também deveria ser.

Para cobrir custos administrativos e algum risco de crédito remanescente, certamente de pequena monta, proponho, por meio deste projeto, que a taxa de juros cobrada seja limitada a cinco pontos percentuais acima da taxa básica da economia, a chamada taxa Selic, que indexa a maior parte da dívida pública interna. Como mecanismo de reforço da aplicação da lei, tivemos o cuidado de, no texto proposto, deixar claro que o limite inclui todos os acréscimos cobrados a título de despesas administrativas e taxas de abertura de crédito. Para se ter uma idéia de como isso faz diferença, ao incluir a taxa de abertura de crédito, por exemplo, a taxa de juros efetivamente paga chega a aumentar em até dez pontos percentuais. Também julgamos importante excluir, do teto fixado para a taxa de juros, os acréscimos de natureza tributária e os gastos para recuperação de crédito, o que certamente inibe vício de inconstitucionalidade.

Por fim, o projeto prevê que as normas entrarão em vigor 45 dias após a data da publicação, tempo suficiente para que os agentes financeiros se adaptem à nova legislação.

Tendo em vista o exposto, conto com o apoio de meus nobres e ilustres colegas para a aprovação da matéria proposta.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2005. – Senador Paulo Paim.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º desta lei, bem como autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada Pela Lei nº 10.953, de 2004).

§ 1º Para os fins do **caput**, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:

I – as formalidades para habilitação das instituições e sociedades referidas no art. 1º;

II – os benefícios elegíveis, em função de sua natureza e forma de pagamento;

III – as rotinas a serem observadas para a prestação aos titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias das informações necessárias à consecução do disposto nesta lei;

IV – os prazos para o início dos descontos autorizados e para o repasse das prestações às instituições consignatárias;

V – o valor dos encargos a serem cobrados para ressarcimento dos custos operacionais a ele acarredados pelas operações; e

VI – as demais normas que se fizerem necessárias.

§ 2º Em qualquer circunstância, a responsabilidade do INSS em relação às operações referidas no **caput** deste artigo restringe-se à: (Redação dada Pela Lei nº 10.953, de 2004).

I – retenção dos valores autorizados pelo beneficiário e repasse à instituição consignatária nas operações de desconto, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado; e

II – manutenção dos pagamentos do titular do benefício na mesma instituição financeira enquanto houver saldo devedor nas operações em que for autorizada a retenção, não cabendo à autarquia responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo segurado.

§ 3º É vedado ao titular de benefício que realizar qualquer das operações referidas nesta lei solicitar a alteração da instituição financeira pagadora, enquanto houver saldo devedor em amortização. (Redação dada pela Lei nº 10.953, de 2004).

§ 4º É facultada a transferência da consignação do empréstimo, financiamento ou arrendamento firmado pelo empregado na vigência do seu contrato de trabalho quando de sua aposentadoria, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no **caput** deste artigo não poderão ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor dos benefícios. (Incluído pela Lei nº 10.953, de 2004).

§ 6º A instituição financeira que proceder à retenção de valor superior ao limite estabelecido no § 5º deste artigo perderá todas as garantias que lhe são conferidas por esta lei. (Incluído pela Lei nº 10.953, de 2004).

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que colaborem com a Mesa, porque estamos reiniciando os trabalhos da Casa.

O projeto de lei do Senado que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2005

Altera o inciso I do art. 109, e inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 109, I da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109. .....

.....

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes exceto as de falência, as que visem o recebimento de prestações previdenciárias decorrentes de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

..... (NR)"

Art. 2º O art. 114, VI e § 2º, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 114. .....

.....

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidentes de trabalho, nos casos de dolo ou culpa do empregador, na forma do art. 7º, XXVIII. (NR)"

§ 2º Os dissídios coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União (NR).

I – A recusa à negociação coletiva ou à arbitragem será sempre presumida, dispensando-se qualquer comprovação, devendo a Justiça do Trabalho processar imediatamente o pedido de dissídio coletivo de natureza coletiva, ou de natureza jurídica.

II – Frustrada a primeira tentativa de conciliação, a Justiça do Trabalho poderá, por decisão monocrática ou colegiada, decidir sobre o pedido de medida liminar ou antecipação de tutela formulado pelas partes.

III – Não será admitida a suspensão liminar ou cautelar de sentença normativa.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não obstante a dicção cristalina do art. 114, VI, da Constituição da República em vigor ("Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho"), além da Súmula do STF nº 736 ("Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores"), que parecem não deixar dúvidas quanto à competência da Justiça do Trabalho no caso das ações de indenização por dano moral geral, sem excetuar a hipótese de ações de indenização por acidentes de trabalho, ainda assim os tribunais superiores dissentem sobre o assunto.

Disso são exemplos, de um lado, o STF e o STJ, que têm pendido recentemente, após algumas vacilações, pela competência residual da Justiça Comum Estadual em todas as causas originadas de acidentes de trabalho, com fulcro numa interpretação aferradamente gramatical, nada sistemática e muito menos teleológica do art. 109, I, da CF, infelizmente deixado intacto pela Reforma do Judiciário, cujo texto é o seguinte:

"Art. 109 Aos juizes federais competem processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

....."

De outro lado, o TST tem entendido como da competência da Justiça Especializada do Trabalho as causas que, embora oriundas de acidentes de trabalho, não sejam tipicamente acidentárias, isto é, não tenha no pólo passivo a autarquia previdenciária e, portanto, nada tenham a ver, do ponto de vista exegético de sua competência, com o mencionado art. 109 da Carta Magna, que, como é evidente, trata tão-somente de questões onde seja interessada a União e suas entidades descentralizadas.

Assim o que parece simples converteu-se numa acirrada batalha hermenêutica acerca de um conflito de jurisdição mercê de uma interpretação literal e limitada sobre o sentido e alcance da expressão "as <causas> de acidente de trabalho", se abrangente de todas as causas que atinem a dano físico ao trabalhador em

virtude de relação laboral ou se apenas daquelas em que a União tenha interesse, hipótese que entendemos ser a óbvia **ratio legis** do preceito constitucional.

Apenas, a título de exemplificação e ilustração reproduzimos ementas de decisões num e noutro sentido:

> 1) COMPETÊNCIA: Justiça comum: ação de indenização fundada em acidente de trabalho, ainda quando movida contra o empregador. 1. É da jurisprudência do STF que, em geral, compete à Justiça do Trabalho conhecer de ação indenizatória por danos decorrentes da relação de emprego, não importando deva à controvérsia ser dirimida à luz do direito comum e não do Direito do Trabalho. 2. Da regra geral são de excluir-se, porém, por força do art. 109, I da Constituição, as ações fundadas em acidente de trabalho, sejam as movidas contra a autarquia seguradora, sejam as propostas contra o empregador."
>
> STF, 1ª T., RE 403.832-MG, rel. Min. Sepúlveda Pertence. DJ 12-3-2004.
>
> 2) TRIBUNAL: TST DECISÃO: 6-8-2003
>
> PROC: RR NUM: 764530 ANO: 2001 REGIÃO: 03
>
> RECURSO DE REVISTA
>
> TURMA: 4
>
> ÓRGÃO JULGADOR – QUARTA TURMA
>
> RELATOR
>
> MINISTRO IVES GANDRA MARTINS FILHO
>
> **EMENTA**
>
> ACIDENTE DE TRABALHO – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO FÍSICO – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
>
> Sendo distintas a ação acidentária ajuizada contra o INSS (CF, art. 109, I, § 3º) e a ação indenizatória decorrente de acidente de trabalho (CF, art. 7º, XXVIII), e considerando que o empregado somente poderia, em tese, sofrer acidente de trabalho no exercício da sua profissão, ou seja, estando vinculado contratualmente a um empregador, não há como se afastar a competência material desta Especializada para julgar ação de indenização por dano físico, nomeadamente porque é pacífica a competência material para julgar ação de reparação por dano moral. São danos ontologicamente idênticos, porquanto derivam da mesma matriz – relação de trabalho.
>
> Daí a inafastabilidade da competência desta Especializada.
>
> Precedentes do TST.
>
> Revista não conhecida,

Assim, para pôr cobro a uma estéril polêmica entre nossos Tribunais Superiores, cuja única vítima e prejudicado maior será sempre o trabalhador acidentado, pela demora no deslinde dos feitos de seu interesse motivados por tais conflitos de competência, é que tentamos dar aos dispositivos constitucionais em disputa a redação mais clara possível e mais afeita à intenção do Constituinte Derivado da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que, sem dúvida, foi o de ampliar ao espectro de atribuições da Justiça do Trabalho em benefício do trabalhador brasileiro.

Também outro ponto da presente Proposta de Emenda Constitucional merece especial atenção de todos os membros do Congresso Nacional. Falamos da competência da Justiça do Trabalho em conciliar e julgar os dissídios coletivos de trabalho.

Na verdade, a alteração do art. 114 da Constituição Federal implementada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, foi aprovada sem uma profunda discussão sobre o seu mérito.

O disposto no § 2º do art. 114 da Constituição Federal não condiz com o princípio da inafastabilidade da jurisdição, inscrito no art. 5º, inciso XXXV, e já é alvo de ação direta de inconstitucionalidade – ADI nº 3392-1, de autoria da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais – CNPL, tendo como relator o eminente Ministro Cezar Peluso.

Portanto, não se trata de uma iniciativa legislativa isolada ou individual, mas de proposta que pretende alterar a eficácia de dispositivo constitucional de duvidosa compatibilidade com os direitos e garantias fundamentais proclamadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

A regra anteriormente prevista, no ordenamento constitucional, parece-nos mais compatível com a rejeição da Reforma Sindical proposta pelo próprio Poder Executivo que segue na linha da alteração inserida no artigo 114 § 2º da CF pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Inverteram-se as prioridades e, antes mesmo da discussão sobre os novos critérios de legitimidade e representatividade das entidades sindicais, resolveu-se suprimir o acesso à Justiça do Trabalho por parte dos sindicatos obreiros, especialmente aqueles que não possuem a mesma capacidade de mobilização de entidades sindicais como as do ABC Paulista. Restabelecer esta competência nos parece mais justo e equilibrada.

Por esta razão, solicito aos nobres Pares que aprovem a presente Proposta de Emenda Constitucional, para que possamos restabelecer o melhor sistema de solução de controvérsias trabalhistas no Brasil.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2005. – Senador **Paulo Paim.**

PEC que modifica o inciso I do art. 109 e inciso VI, § 2º do artigo 114 da Constituição Federal para disciplinar a competência da Justiça do Trabalho para conciliar acidente de trabalho e conciliar e julgar dissídio coletivo.

ASSINATURA	SENADOR

PEC que modifica o inciso I do art. 109 e inciso VI, § 2º do artigo 114 da Constituição Federal para disciplinar a competência da Justiça do Trabalho para conciliar acidente de trabalho e conciliar e julgar dissídio coletivo.

ASSINATURA	SENADOR

PEC que modifica o inciso I do art. 109 e inciso VI, § 2º do artigo 114 da Constituição Federal para disciplinar a competência da Justiça do Trabalho para conciliar acidente de trabalho e conciliar e julgar dissídio coletivo.

ASSINATURA	SENADOR
	LUIZ OTÁVIO
Ana Júlia Carepa	ANA JÚLIA CAREPA
Reis de Araújo.	
	CRISTOVAM.
	FERNANDO BEZERRA

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

.....

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

II – as ações que envolvam exercício do direito de greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 46, de 2004)

IV – os mandados de segurança, **habeas corpus** e **habeas data**, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, **o**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VII – as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII – a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, **a** , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45,de 2004)

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2004)

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125. 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 1038, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 6º da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SÚMULA 736

COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES.

Data de Aprovação: Sessão Plenária de 26-11-2003
Fonte de Publicação: **DJ** de 9-12-2003, p. 2; DJ de 10-12-2003, p. 3; DJ de 11-12-2003, p. 3.
Referência Legislativa: Constituição Federal de 1988, art. 114.

Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, art. 643.
Precedentes: CJ 6959
Publicações: **DJ** de 22-2-1991
RTJ 134/96
RE 206220
Publicações: **DJ** de 17-9-1999
RTJ 171/330
Pet. 2260
Publicações: **DJ** de 10-3-2002
RTJ 181/553
RE 213015
Publicação: DJ de 24-5-2002
Indexação

COMPETÊNCIA, JUSTIÇA DO TRABALHO, JULGAMENTO, AÇÃO, CAUSA DE PEDIR, INOBSERVÂNCIA, NORMA TRABALHISTA, SEGURANÇA, HIGIENE, SAÚDE, TRABALHADOR.
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 3.392
ORIGEM: DF RELATOR: MIN. CEZAR PELUSO
REDATOR PARA ACÓRDÃO: -
REQTE.(S): CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS – CNPL
ADV (A/S). AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA E OUTRO (A/S)

REQDO.(A/S): CONGRESSO NACIONAL

ANDAMENTOS

DATA	ANDAMENTO	OBSERVAÇÃO
23/05/2005	CONCLUSOS AO RELATOR	
23/05/2005	RECEBIMENTO DOS AUTOS	DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA COM PARECER PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO
01/03/2005	VISTA AO PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA	
01/03/2005	JUNTADA	PG Nº 17370/05 DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE-CNTS, REQUERENDO SEU INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE AMICUS CURIAE BEM COMO A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
28/02/2005	RECEBIMENTO DOS AUTOS	DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, COM DEFESA (PG Nº 18535/05)
24/02/2005	PETIÇÃO	PG Nº 17370/05 DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE-CNTS, REQUERENDO SEU INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE AMICUS CURIAE BEM COMO A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.
10/02/2005	VISTA AO ADVOGADO-GERAL DA UNIAO	
10/02/2005	JUNTADA	DO PG Nº 10795/05 DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, PRESTANDO INFORMAÇÕES.
10/02/2005	INFORMACOES RECEBIDAS, OFICIO NRO.:	126/P PG Nº 10795/05, DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL.
02/02/2005	PUBLICACAO, DJ:	DESPACHO DE 21/01/05 DO MIN. PRESIDENTE
01/02/2005	DISTRIBUIDO POR PREVENCAO	ADI 3367 - MIN. CEZAR PELUSO
25/01/2005	PEDIDO DE INFORMACOES	126/P AO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL. NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
24/01/2005	REMESSA DOS AUTOS	À SEÇÃO CARTORÁRIA.
21/01/2005	DESPACHO ORDINATORIO	DO MINISTRO PRESIDENTE "À SECRETARIA PARA DAR CUMPRIMENTO AO RITO DO ART. 12 DA LEI 9868/99."
20/01/2005	CONCLUSOS AO PRESIDENTE	(ART. 13, VIII DO RISTF)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.542, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (1.094/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**
Relator **ad hoc** Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005, que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Encaminhado por meio da Mensagem nº 1.792, de 27 de novembro de 2000, o presente Projeto foi aprovado, previamente, na Câmara dos Deputados, onde tramitou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela Comissão de Agricultura e Política Rural e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da exposição de motivos que acompanha o Projeto, formulada pelo Ministério de Relações Exteriores, cumpre destacar o seguinte:

A Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais tem por objetivo a prevenção da introdução e disseminação nos países-membros de organismos nocivos aos vegetais e produtos vegetais, por intermédio da cooperação internacional e mediante a adoção de medidas legislativas, técnicas e administrativas. As Organizações Regionais de Proteção dos Vegetais (ORPV) que atuam sob a égide da mencionada Convenção são reconhecidas no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS/WTO) como referência para a adoção de disciplinas ligadas à sanidade vegetal em todo o mundo, ao lado do Escritório Internacional de Epizotias (OIE, na sigla em francês), em matéria de saúde animal, e da Comissão do Codex Alimentarius, no que se refere à inocuidade dos alimentos. A Convenção data originalmente de 1951, tendo, por força dos avanços científicos e do desenvolvimento da cooperação internacional, sido revista e atualizada pela FAO, em trabalho concluído em novembro de 1997.

II – Análise

Trata-se de Acordo-Quadro formulado no plano multilateral, sob a égide da Conferência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, FAO, um dos mais tradicionais e importantes organismos internacionais das Nações Unidas, com sede em Roma. Portador de ambicioso objetivo, pretende o tratado em apreço estabelecer normas harmonizadoras no que concerne aspectos relevantes de segurança alimentar, mormente no setor fitossanitário, evitando doenças que afetam a agricultura e o bem-estar dos povos.

Significativamente oportuna em momento de integração de economias e de grande fluxo internacional de **commodities**, manifestos vetores de transmissão de doenças entre países e continentes, a norma internacional proposta atende à necessidade premente da comunidade internacional, que, ao receber alguns benefícios da globalização, também se vê exposta aos imensos riscos trazidos pelo comércio desenfreado e caudatário do lucro fácil e imediato.

Versada em 23 artigos, a Convenção expõe em seu preâmbulo a importância da cooperação internacional para controlar e prevenir as pragas de plantas e produtos vegetais, bem como sua disseminação extrafronteiras, enfatizando a urgência de medidas coordenadoras tomadas para tais fins, adotadas sempre em espectro multilateral.

Destaca-se, ainda, a harmonização terminológica enfatizada pelo texto convencional, em seu art. 2º, o que permite um concerto no que tange a maior diálogo entre os países, voltados aos objetivos colimados pela proposta. Também, não com menos importância, há que se destacar o art. 5º, que busca conduta comum dos países signatários para a certificação fitossanitária, sem a qual será difícil prevenir internacionalmente a transmissão de doenças vegetais. Para tal fim, prevê-se, inclusive, em anexo, modelos de certificação fitossanitária a bem da maior segurança coletiva, que permitirá, em última instância, o aumento do comércio internacional, com a limitação de barreiras não tarifárias de natureza técnica, mas, em verdade, apenas medidas protecionistas e imitadoras do livre comércio. Cumpre destacar que o Brasil tem interesses muito manifestos no maior fluxo internacional de **commodities**, tendo sido vítima reiterada de políticas protecionistas dissimuladas como medidas fitossanitárias unilaterais.

III – Voto

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005.

Sala da Comissão, 25 de agosto de 2005. – **Cristovam Buarque,** Presidente **– Eduardo Suplicy – Rober-**

to Saturnino – Marco Maciel – Pedro Simon, Relator ***Ad Hoc* – Jefferson Péres – José Agripino – Romeu Tuma – Eduardo Azeredo – Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2005-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$6.500.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I — CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FIE	VALOR
	0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							4.500.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	0909 09J0	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO AO CAIS DE CAPUABA (ES)							4.500.000
26 846	0909 09J0 0032	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO AO CAIS DE CAPUABA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	E	5	2	90	0	111	4.500.000
		TOTAL - FISCAL							4.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							4.500.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I — CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FIE	VALOR
	0235	CORREDOR NORDESTE							2.000.000
		PROJETOS							
26 784	0235 5597	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO							2.000.000
26 784	0235 5597 0027	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO - NO ESTADO DE ALAGOAS	E	4	2	90	0	111	2.000.000
		TOTAL - FISCAL							2.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							2.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II — CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS**							**4.500.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	0909 09IN	**PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE NAVEGACAO, BACIA DE EVOLUCAO E BERCOS DOS TERMINAIS PUBLICOS NO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES)**							**4.500.000**
26 846	0909 09IN 0042	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE NAVEGACAO, BACIA DE EVOLUCAO E BERCOS DOS TERMINAIS PUBLICOS NO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	5	2	90	0	111	4.500.000
		TOTAL - FISCAL							4.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							4.500.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II — CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS**							**2.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	0909 0E09	**PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO**							**2.000.000**
26 846	0909 0E09 0003	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO - NACIONAL	F	4	2	90	0	111	2.000.000
		TOTAL - FISCAL							2.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							2.000.000

MENSAGEM Nº 543

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$6.500.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 24 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 128/9005 – MP

Brasília, 8 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a V. Exª para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério dos Transportes – MT, crédito especial no valor de R$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

2. A solicitação visa à inclusão de programações na Lei Orçamentária Anual para adequar o orçamento vigente daquele Órgão às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

R$ 1,00

Órgão/Unidade Orçamentária/Ação	Suplementação	Cancelamento
Ministério dos Transportes		
Ministério dos Transportes (Administração direta)	4.500.000	4.500.000
Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Adequação de Acesso Rodoviário ao Cais de Capuaba	4.500.000	
Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Dragagem de Aprofundamento do Canal de Navegação, Bacia de Evolução e Berços dos Terminais Públicos no Porto de Barra do Riacho (ES)		4.500.000
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	2.000.000	2.000.000
Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió	2.000.000	
Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió		2.000.000
Total	6.500.000	6.500.000

3. O atendimento do pleito possibilitará, no âmbito da Administração direta, a execução das obras de ampliação da capacidade da via de acesso rodoviário ao cais de Capuaba, no Estado do Espírito Santo, com vistas à melhoria das condições de fluidez e segurança do tráfego dessa localidade.

4. Em relação ao Dnit, a solicitação decorre da incorporação, pelo Congresso Nacional, quando da fase do Autógrafo, do termo "Participação da União no Capital" na descrição da programação originalmente proposta no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2005 – PLOA-2005, o que não coaduna com a forma de execução, pois trata-se de investimento direto da União. Nesse sentido, o atendimento à solicitação possibilitará a construção de caís de múltiplo uso, visando ao aprimoramento das condições operacionais do porto de Maceió.

5. A solicitação será atendida com recursos oriundos de anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao próprio órgão e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada, e que o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas da espécie, objeto dos créditos abertos e reabertos, aos limites estabelecidos no referido decreto.

7. Ressalto, ainda, que segundo o Ministério dos Transportes, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos nas suas execuções, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

8. Informo que o presente crédito não contempla programação condicionada à aprovação de alteração do Plano Plurianual 2004/2007, uma vez que a inclusão para o presente exercício poderá ocorrer, segundo art. 5º, § 13, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, por intermédio da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, importante salientar que a continuidade da execução das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13, a partir do exercício de 2006 deverão estar condicionadas à aprovação de alteração do Plano Plurianual 2004/2007, conforme evidencia o art. 5º, § 14, da referida lei.

9. Nessas condições, submeto à consideração de V. Exª o anexo projeto de lei que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

Aviso nº 883 – C. Civil

Brasília, 24 de agosto de 2005

Assunto: Projeto de lei

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de RS6.500.000,00, para os fins que especifica".

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

.....

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

.....

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso 1 do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea **a**, desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....

DECRETO Nº 5.379, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005. e dá outras providências.

.....

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

.....

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

.....

Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de

Lei de revisão anual ou especifico, ressalvado o disposto nos § 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada Pela Lei nº 11.044. de 2004

§ lº Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia

31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

§ 2º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no caput, ressalvado o disposto nos §º 11,12 e 13 deste Artigo (Redação dada Pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.

§ 3º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterá, no mínimo:

I– diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;

II – demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual;

III – identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exeqüibilidade fiscal ao longo do

período de vigência do Plano Plurianual.

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos. desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

§ 6º Considera-se alteração de programa:

I adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo; (Redação dada pela Lei n2 11.044. de 2004)

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº Lei 11.044 de 2004)

III – alteração do titulo, do produto e da unidade de medida; (Redação dada pela Lei nº 11.044. de 2004)

IV – alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Redação dada Pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias. nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005 o projeto de lei previsto no **caput** poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos. Desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º desta Lei.

§ 10. O projeto de lei previsto no caput incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.

§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 6º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 12. As inclusões de ações orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, quando decorrentes de fusões e desmembramentos de atividades do mesmo programa, hipótese em que deverá ser apresentado, a partir de 2006, o alinhamento da série histórica dessas alterações e os respectivos atributos, bem como as justificativas.(Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 13. Excepcionalmente, para os exercícios de 2004 e 2005, tanto a inclusão de que trata o inciso II quanto a alteração de que trata o inciso IV, ambos do § 62 deste artigo, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais. (Incluído pela Lei nº 11.044. de 2004)

§ 14. A continuidade da execução, a partir do exercício de 2006, das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13, quando se tratar de ações plurianuais, fica condicionada a alteração deste Plano. (Incluído pela Lei n9 11.044. de 2004)

§ 15. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ás alterações dos indicadores e índices dos programas deste Plano. (Incluído nela Lei nº 11.044, de 2004)

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas Pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de

2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 3-9 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 11-9 Prazo final para apresentação de emendas;
Até 16-9 Publicação e distribuição de avulsos das emendas:
Até 26-9 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional;

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 415/05

Brasília, 23 de agosto de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 3.987, de 2000 (nº 112/03, no Senado Federal), o qual "Dispõe sobre o ensino da língua espanhola".

Comunico, outrossim, que o citado projeto foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Republica, tendo se convertido na Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêcio Oliveira,** Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2003 e vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Ofício CCS nº 76/2005

Brasília, 23 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

O Conselho de Comunicação Social, cumprindo suas atribuições estabelecidas pelo art. 224 da Constituição Federal e, de modo específico, pelo art. 2º, alínea **b**, da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, desde sua primeira composição empreende esforços para contribuir nos debates relacionados à publicidade de bebidas alcoólicas, tendo sido designado, como relator da matéria, o Conselheiro Gilberto Leifert.

Considerando os trabalhos realizados e as comunicações já efetuadas por este Conselho, foi formalizado o presente Estudo do Conselho de Comunicação Social, nº 2 de 2005, que levamos ao conhecimento de V. Exª para ciência da posição atual sobre a matéria no âmbito deste Órgão Auxiliar do Congresso Nacional.

Aproveitamos a ocasião para apresentarmos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente, – **Arnaldo Niskier,** Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 942, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, **a**, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada à Ministra de Estado da Casa Civil a seguinte solicitação de informações:

– todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro de cartões de crédito corporativo desde janeiro de 2003; e

– as notas fiscais que suportam os referidos saques.

Justificação

Em informações obtidas a partir de auditoria realizada pelo TCU nos cartões de crédito corporativos da Presidência da República, verificou-se uma grande quantidade de recursos sacados em dinheiro na boca do caixa. Tal situação anômala tornou-se ainda mais suspeita quando se verifica que as notas fiscais que justificam os referidos saques dizem respeito a empresas desconhecidas e, até mesmo, sob investigação do Ministério Público como empresas que participam de um verdadeiro esquema de fornecimento de notas fiscais frias.

Uma dessas empresas aparece como fornecedora de cartuchos para impressoras, sendo que no cadastro de contribuintes da Receita Federal aparece como empresa de alimentos, além do mais a citada empresa dista mais de 40 quilômetros do Palácio. É

extremamente suspeito que a Presidência da República, podendo adquirir mercadorias de fornecedores credenciados e por cartão de crédito, opte por fazer aquisições em condições dúbias. Assim, faz-se necessário que esta Casa investigue os referidos gastos a fim de zelar pelo interesse público. Mesmo porque a Presidência da República não pode estar submetida a gastos suspeitos.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2001

Requeiro. nos termos do número 12, alínea **c**, inciso II do art. 255, combinado com o disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se manifesta sobre o Projeto de Lei do Senado de nº 86, de 2004, além das comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – O expediente que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Leomar Quintanilha. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, logo após, ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Edison Lobão.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, li a entrevista de um cientista político mexicano, Alejandro Poiré, que, questionado a respeito da crise política por que atravessa o País, dizia que isso não era prerrogativa ou privilégio apenas do povo brasileiro. Segundo ele, o tipo de crise que estamos atravessando e a reforma político-partidária que se está a exigir são decorrentes das democracias em formação, das democracias novas. É claro que isso não serve de consolo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para a situação que atravessamos no nosso País. E o apelo que se faz pela reforma política se dá em razão da grave crise político-partidária vivida pelo País.

Está claro para todos nós que uma das razões que têm provocado esse desvio de conduta, essa deformação no processo político-partidário está exatamente no elevado custo das campanhas.

Presidente Ramez Tebet, várias providências já foram sugeridas ao longo do tempo, e, inclusive, já tive oportunidade de defender desta tribuna a mesma data para eleições gerais no País, de Vereador a Presidente da República. Por que tem de haver um processo eleitoral a cada dois anos, envolvendo toda a população, parando o País? Porque o povo brasileiro gosta realmente de participar, de ter a sua vez, de fazer ouvir a sua voz, de participar do processo. E o povo se envolve, de forma apaixonada, nas políticas que se desenvolvem nos quadrantes do País.

Eu me recordo de quando defendia essa tese da coincidência das eleições desta tribuna. Fui contestado por pessoas com muito mais experiência, com muito mais propriedade, com muito mais competência e sabedoria política do que eu.

Lembro-me de um episódio, ocorrido num período de campanha, quando visitei um dos pequenos Municípios do Estado do Tocantins, um Município que deve ter cerca de três a quatro mil habitantes. Conversei com uma senhora sexagenária, razão por que detentora de muita experiência e de um conhecimento de vida largo e extenso. Porém, habitava um Município pobre e atrasado. Ela mostrava na face as marcas do sofrimento que o tempo lhe impunha. Vivia em uma cidade cuja região era semi-inóspita, atrasada, legada ao ostracismo e ao esquecimento, uma das mais pobres do Brasil. E são tantas as regiões pobres! Elas existem no meu Estado e na grande maioria dos Estados das Regiões Norte e Nordeste deste País.

Essa senhora me dizia: "Senador, o senhor acha que deveria haver eleições gerais somente de quatro em quatro anos? Argumentos contrários a isso existem, mas confesso ao senhor que eu gostaria que existissem eleições todos os anos". Ela, com a sua sabedoria natural, com a sua experiência e com a sua vivência, tinha também o seu ponto de vista. Entendia que as eleições deveriam ocorrer todos os anos e me explicava o porquê: "Esta minha cidade, Senador, é pequena e atrasada. Só temos visitas, e visitas interessantes, com propostas bonitas, com **shows** musicais, com panfletagem, com cartazes que alegram a cidade, com gente cheia de novas idéias, no tempo das eleições. Nesse período, o Prefeito também trabalha mais, os Vereadores também trabalham mais. Então, entendo

que, por essas razões, as eleições deveriam ser todos os anos. Teríamos uma cidade sempre mais ativa, sempre mais atuante, sempre mais alegre, recebendo gente de fora, com os benefícios que o visitante traz, porque é um turista; e os agentes públicos, principalmente Prefeitos e Vereadores, trabalhando mais para a coletividade e para o povo".

A contrapor-se à idéia dessa senhora, a quem o tempo ensinou o que defendia, há várias razões: primeiramente, a dificuldade que o povo teria de votar em eleições gerais, já que haveria um número enorme de candidatos. Discordo dessa tese, porque o povo sabe. O povo, quando quer, sabe. Até quem é analfabeto quando pega uma nota de R$10,00 não a rasga, sabe que vale R$10,00. Quando pega uma nota de R$50,00, então, sabe que o valor é muito maior, e sabe calcular troco e manipular direitinho o dinheiro quando se trata de seus interesses.

O povo, que a cada dia está mais interessado em ser partícipe do processo de escolha de seu representante, sabe votar e escolher. Às vezes, fica frustrado por escolher mal, pois ninguém traz na testa as características e as informações individuais. Muitas vezes, as pessoas votam enganadas, pensando que estão escolhendo uma pessoa direita, honrada, dedicada, trabalhadora, que defenderá seus interesses, mas se frustram com os desvios de conduta e comportamento.

Na verdade, o sistema democrático é, efetivamente, o mais adequado e justo, tanto que povos mais antigos que os brasileiros a ele também se estão dedicando, permitindo a participação efetiva do cidadão na escolha de cada um de seus candidatos.

Tramitam nesta Casa algumas propostas, Sr. Presidente, que pretendem reduzir o tempo de campanha. Acredito que se trata de uma providência interessante, que ajudará a diminuir os gastos de campanha. É lógico que isso dificultará um pouco a identificação das propostas dos candidatos, mas, efetivamente, o custo-benefício é razoável e haverá redução dos gastos de campanha.

Os "showmícios", Sr. Presidente, aqueles grandes empreendimentos artísticos, atraem as pessoas com o subterfúgio de verem, pessoalmente, artistas de renome nacional que, talvez, apenas por ocasião de campanhas eleitorais ou em outras raras ocasiões, elas, pessoas dos locais mais longínquos, atrasados e pobres do País, teriam essa oportunidade. A abstenção do uso desse artifício também vai contribuir para a redução do custo de campanha.

Uma outra proposta que tramita, Sr. Presidente, e que vale a pena ser considerada, embora haja resistência de alguns setores, é a verdadeira construção da imagem, a sua montagem nos programas de televisão, que usam craques do *marketing*, os melhores homens da área, que desenvolveram essa atividade comercialmente, para vender um produto, mas passaram a utilizá-la na política, para vender o candidato como se fosse um produto.

Há programas de televisão em que o candidato até aparece pouco. Quando seus recursos e possibilidades pessoais de defender as suas propostas e idéias são limitados, arma-se um programa bonito, cheio de imagens bonitas, cheio de ...

(Interrupção do som.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – ...sons para vender a imagem do candidato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Leomar Quintanilha, tão importante é o pronunciamento de V. Exª, que estamos prorrogando por cinco minutos o seu tempo, para que possa concluí-lo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Agradeço a deferência da Mesa, tão brilhantemente presidida por V. Exª, Senador Ramez Tebet.

Sei que a discussão que inicio não se vai esgotar nos próximos cinco minutos, mas em muitas sessões. Tenho certeza de que haverá de tomar conta da Casa, numa agenda positiva, quando nos afastarmos das dificuldades criadas pelas CPMIs, que espero cumpram a sua finalidade, aprofundem as suas investigações, encontrem quem realmente praticou os desvios e os punam, permitindo que o Brasil continue a discutir a sua agenda positiva. Afinal de contas, o desemprego é muito grande, o atendimento às demandas, às necessidades do povo, no que diz respeito a saúde e educação, são grandes. Precisamos continuar lutando e trabalhando no dia-a-dia para que o Brasil alcance um patamar de desenvolvimento onde possa realmente oferecer essas condições de prosperidade e de alegria para sua população.

Portanto, Sr. Presidente, entendo ser da maior importância a discussão que ora se trava com relação às propostas de alteração na legislação político-eleitoral. É claro que, pressionados pela crise – e dizem que a crise é a parteira das grandes decisões –, entendo que essa decisão, que haverá de consultar os interesses maiores do povo brasileiro, não poderá ser tomada de forma açodada. É preciso que tenhamos serenidade e a preocupação de fazer uma lei fundada, que atravesse crises, gerações, para que possa, efetivamente, atender aos reclamos desse processo político-partidário que faz parte da vida social brasileira.

Era o que eu gostaria de registrar nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – A Mesa parabeniza V. Exª e concede a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu hoje retorno a um tema que me está causando muita preocupação. Trata-se do Projeto de Lei nº 62, de 2005, no Senado, que está colocado na imprensa como projeto da gestão das florestas públicas. Parece muito simples, da maneira como está colocado. Parece que se trata, realmente, de um projeto que só visa à exploração racional das florestas da Amazônia, principalmente, mas do Brasil como um todo. Na verdade, esse projeto embute muitas coisas seriíssimas, principalmente para a Região Amazônica.

A própria Confederação Nacional da Agricultura já nos alertou de que esse projeto beneficia os grandes madeireiros, os grandes exploradores e não os pequenos madeireiros e exploradores, que estão na Amazônia há muito tempo.

Segundo, não protege adequadamente essas nossas áreas de floresta da cobiça internacional. Nós, há pouco tempo, ouvimos o Sr. Pascal Lamy, que hoje está na Organização Mundial do Comércio e que já foi da União Européia, dizer, com todas as letras, que o Brasil não tinha capacidade de gerir as suas riquezas, principalmente as florestas da Amazônia, e que, portanto, precisava de um consórcio de países – leia-se aí, com certeza, o G-7, o grupo de países mais ricos do mundo – para gerir as nossas florestas. Gerir significa explorar. Esse sofisma é colocado justamente para iludir a mente dos brasileiros que estão no litoral do País e que não conhecem a realidade amazônica e, principalmente, para agradar aos estrangeiros que estão de olho nessas nossas riquezas há muito tempo.

Esse projeto não trata apenas da gestão das florestas. Cria um outro órgão dentro dessa área, que é o Serviço Florestal Brasileiro. Quer dizer, está-se criando, além do Ibama, mais um órgão para cuidar da questão das florestas. Os próprios funcionários do Ibama são contrários à criação desse órgão. É mais um cabide de emprego, mais um órgão que se vai criar, mais encargos, para quê? Sob o pretexto de que serão pessoas especializadas para cuidar especificamente da gestão da floresta. E, além disso, cria também o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Trata-se, portanto, de um projeto complexo. Não estou dizendo que não seja necessário, mas é complexo e precisa ser analisado com cautela. Entrou este ano na Câmara, onde foi aprovado a toque de caixa, e já está aqui, em caráter de urgência constitucional.

Podemos dizer que o Brasil passou 505 anos olhando e tratando a Amazônia e agora, de repente, se quer aprovar a toque de caixa um projeto dessa importância, que já podia estar sendo discutido aqui desde que o Presidente Lula assumiu o Governo. E vem agora, no ano de 2005, coincidentemente, com essa pressa toda, de maneira que não possamos sequer discutir, por exemplo, com os Governadores dos Estados essa questão, que é federativa. Afinal de contas, as florestas são públicas e onde elas estão? Nos Estados. E os Governadores não serão ouvidos? Nem citei os prefeitos e os deputados estaduais. Mas nem os Governadores dos Estados serão ouvidos, para dizerem se concordam ou não ou para darem sugestões? Porque, nesse regime de urgência constitucional, ninguém será ouvido. Ou, então, farão de conta que vão ouvir Governadores?

Defendo a autonomia das unidades da Federação. Os Estados e os Municípios têm que ter autonomia. Não é possível que só exista um ente na Federação, que é a União, onde ninguém vive; o cidadão vive é no Município, no Estado.

Então, preocupa-me muito essa situação. Sou Relator desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitei da Consultoria Legislativa uma nota técnica e estou procurando me informar para dar realmente um parecer que não se limite somente ao aspecto constitucional. Quero discutir a importância para a soberania e para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Quero discutir os aspectos que garantam aos pequenos que estão lá o direito também de participarem efetivamente da gestão das florestas – repito, um nome sofisticado –, mas nessa correria ninguém sequer tem uma idéia precisa, porque se vendeu um pacote, publica-se na imprensa dizendo tratar-se apenas de um projeto que vai cuidar da gestão das florestas públicas. Que florestas públicas? O que são florestas públicas? São florestas públicas municipais, estaduais ou federais? Como é que estão regulamentadas? Como será a garantia de que as grandes corporações financeiras internacionais não vão usar empresas de fachadas no Brasil para se apropriarem das nossas florestas? Coisa que há muito tempo eles vêm dizendo que querem fazer. Citei aqui o Sr. Paschoal Lamy, mas podia citar vários, como Margaret Thatcher, da Inglaterra; Gorbatchev, da Rússia; Al Gore, dos Estados Unidos. Todos eles disseram, com todas as letras, que o Brasil precisa negociar a Amazônia para pagar a dívida externa. Todos ele têm dito que a Amazônia não é patrimônio do Brasil, mas patrimônio da Humanidade.

Então, não podemos fazer de conta que esse não é um assunto muito sério. É tão sério que não deveria merecer essa urgência constitucional, porque tantos outros projetos mais importantes para o próprio País estão mofando nas Comissões da Câmara ou não chegam ao Senado, ou, quando chegam, levam um tempo enorme.

Vejam o caso da reforma política. Há pouco, o Senador Leomar Quintanilha mencionou que há itens da reforma política que já foram aprovados pelo Senado e que estão na Câmara há mais de três anos. No entanto, nunca houve urgência nenhuma. O Governo nunca enviou um projeto também propondo alguma reforma política. Agora, vem com esse projeto, digamos, na correria, diante da crise que o Brasil está atravessando. Então, as pessoas não discutem, não examinam e aprovamos uma lei que, amanhã, Senador Ramez Tebet, entrará imediatamente em vigor e nós não teremos mais como corrigir.

Quando o Governo quer fazer as coisas na correria, faz. Utiliza ou medida provisória ou o recurso da urgência constitucional e passa realmente "o pé" em todos.

Registro que este é o segundo pronunciamento que faço sobre este assunto. Não estou de acordo com essa urgência constitucional, que, lamentavelmente, é um dispositivo quase autoritário e só quem pode retirá-la agora é o Presidente da República. Isso, portanto, não nos dá oportunidade para que debatamos com tranqüilidade esse tema.

Mas não posso, como homem da Amazônia – nascido lá, não apenas ouvi falar ou li a respeito da região –, não posso concordar com essa forma com que estão querendo tratar esse projeto. Portanto, quero alertar todos os Senadores e Senadoras para a gravidade e a seriedade desse projeto, que não é um simples projeto de proteção da floresta, como essas ONGs gostam de dizer. Está-se protegendo muito mais interesses externos, colocando em risco os interesses do Brasil. Talvez, ao aprovar esse projeto, estejamos entregando nas mãos dos ricos do mundo o que eles sempre quiseram: o domínio sobre a Amazônia. Porque, amanhã, sob o pretexto de fazerem a gestão sustentável das florestas nacionais, eles vão pesquisar nossa biodiversidade e, portanto, farão, de uma maneira mais tranqüila, a biopirataria que vêm fazendo ao longo do tempo.

Então, quero deixar este alerta de maneira muito consistente e dizer que, desapaixonadamente, coloco-me contra essa forma de pressa descabida para a análise de um projeto tão sério para a Nação, como é o caso desse.

Espero ainda, como Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, poder fazer alguma coisa para que não digam amanhã que alguém não viu, que passou de forma muito rápida e que a Amazônia foi entregue por nós mesmos, Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena, sem prejuízo das demais inscrições. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em um momento de crise como este, tenho assistido a inúmeros debates e noto que vários intelectuais, pensadores, articuladores falam que o principal caminho para que o País não enfrente no futuro crises como esta passa pela reforma eleitoral e política e, principalmente, por investimentos na educação.

Está comprovado que países que chegaram ao nível de primeiro mundo – poderíamos citar uma dúzia, começando, talvez, pelos países asiáticos – investiram muito no processo de educação. Por isso, falo hoje aqui da Emenda Constitucional nº 415, que trata do Fundeb.

É do conhecimento de todos nós, Parlamentares, a importância da criação de um fundo de financiamento que alcance toda a educação básica. O Fundeb aumenta os recursos aplicados pela União, Estados e Municípios na chamada educação básica, além de aumentar a qualificação dos profissionais da educação e a melhoria salarial desses importantíssimos e incansáveis trabalhadores.

O Fundeb atenderá o ensino fundamental e médio e a educação de jovens e adultos; porém, Sr. Presidente – esta é a minha crítica –, ele não prevê o atendimento à criança de zero a seis anos de idade, a meu ver, uma falha.

Com o objetivo de garantir o atendimento às crianças de zero a seis anos, foi aprovada, no Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos – e ressalto que não foi nada combinado, uma vez que a Senadora Heloísa Helena está casualmente no plenário. A referida matéria foi aprovada, se não me engano por unanimidade ou, no mínimo, por ampla maioria e encaminhada à Câmara dos Deputados, onde aguarda votação.

Entendemos que o Fundeb é importante, mas a emenda que aperfeiçoa o projeto, conforme está na PEC nº 40, de 2000, de V. Exª, Senadora Heloísa Helena, tem de ser aprovada conjuntamente, para que

efetivamente possamos dizer que estamos investindo em todas as instâncias do ensino, que para mim vai de zero ano de idade, como V. Exª menciona, até o nível universitário.

Sr. Presidente, encaminhei um projeto de lei que não tem a amplitude da emenda constitucional da Senadora Heloísa Helena, que garante a creche para crianças de zero a seis anos também na área privada, em todas as empresas.

Gostaria muito de receber o aparte de V. Exª, que é autora dessa emenda tão importante para as nossas crianças.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Paulo Paim, parabenizo V. Exª por trazer à Casa um tema tão importante como o da educação básica. Como bem disse V. Exª, a educação pode não transformar o mundo, mas transforma as pessoas, que, por sua vez, podem transformar o mundo. O tema é muito especial, muito precioso, essencial para a vida de milhões de meninos e meninas, de jovens, de mulheres e homens espalhados pelo Brasil. Talvez para alguns Senadores e Deputados – esse não é o caso de V. Exª nem o meu, nem o de vários outros Senadores – ou para algumas pessoas o tema da educação seja algo distante, até porque elas podem colocar seus filhos na creche, ver suas crianças acolhidas com dignidade. Muitas brasileiras podem escolher se deixam mais tempo sua filhinha ou seu filhinho em casa, com a babá ou alguém para acolhê-los, mas milhões de mulheres no Brasil, especialmente as mais pobres, não têm opção. Muitas estão a uma ou duas quadras da favela onde moram, cuidando das crianças de outras mulheres, enquanto as suas estão presas em casa, por um cadeado colocado do lado de fora da porta, para evitar que sejam tragadas pela marginalidade e pelo narcotráfico, que sofram estupro ou violência sexual ou que entrem no mundo adulto, sem terem vivido a condição de crianças. Isso é no mínimo escandaloso. Parabenizo V. Exª por falar sobre isso. O Senador Cristovam Buarque, assim como vários outros Srs. Senadores já abordaram o assunto. Parece que amanhã haverá um ato pela introdução do direito à creche no Fundeb, que é uma vergonha na forma como veio. O Fundef, que trata do ensino fundamental, é uma luta histórica de todos nós; foi uma conquista da sociedade e não uma concessão de qualquer Governo, do Congresso Nacional ou do Executivo. Mas muito do dinheiro que deveria ser repassado foi usurpado, roubado pelos superávits e pelas outras formas mais de política econômica ou de corrupção mesmo. O Fundeb, mais do que um sonho, é uma luta coletiva. A forma como o Fundeb foi estabelecido já gerou briga em todas as categorias da educação básica no País, porque o ensino fundamental não quer perder nada e tem esse direito. A creche foi deixada de fora; ficou o ensino de quatro a seis anos, a pré-escola. A educação profissionalizante, o ensino de jovens e adultos, o ensino médio, cada um fica brigando entre si, para disputar um percentual dessa migalha que cai do banquete farto dos banqueiros e das outras orgias de corrupção na política brasileira. Isso significará um bilhão; imagine V. Exª esse valor dividido para mais de cinco mil Municípios brasileiros: é uma vergonha. E vergonha maior é deixar de fora justamente a criança mais frágil e mais pobre, a que nem estrutura anatomofisiológica tem para defender-se, a que não tem possibilidade de entender e escolher o que é certo ou errado. Justamente a criança mais frágil, a mais fragilizada diante dessa sociedade que hierarquiza, de forma perversa, ricos e pobres, fica fora do acesso e do direito à educação infantil. O nome "creche" é formal; qualquer outro pode ser criado, mas o que se busca é um abrigo para acolher a menininha e o menininho pobres, de zero a seis anos, especialmente. Agradeço, de coração, a V. Exª a citação e espero que possamos levar adiante essa briga, que vai ser difícil. Sabe V. Exª que é uma dificuldade danada legislar sobre tudo aquilo que significa aumento de despesa – somos proibidos, porque isso é prerrogativa do Executivo. Ao introduzirmos a creche, já diminuiremos o percentual a ser destinado a outras áreas de educação básica, igualmente importantes, essenciais para uma sociedade que se queira civilizada. Estarmos no ano 2005, falando em creche, mudando a Constituição do Brasil, para garantir o direito à educação infantil é, no mínimo, um escândalo. Agradeço a lembrança que traz a esta Casa e parabenizo V. Exª por tentar proteger as nossas menininhas e os nossos menininhos. É muito apropriado usá-los nos discursos, mas, na hora de uma ação efetiva, eles são os primeiros a serem abandonados, como todos os pobres, que não conseguem fazer **lobby** nesta Casa, ou como os negros e os aposentados, que são pauta de todo o trabalho de V. Exª. Entre os que não podem percorrer o Congresso, entre os que não conseguem fazer **lobby** estão as crianças, que ficaram de fora. Parabenizo V. Exª por, mais uma vez, trazer a esta Casa a luta dos oprimidos, dos marginalizados, dos mais frágeis e, no caso específico do Fundeb, das menininhas e dos menininhos pobres do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, alguns dados aqui confirmam essa análise que estamos fazendo.

Segundo pesquisas, dos treze milhões de crianças brasileiras na faixa etária de zero a três anos, apenas 11,7% têm acesso às creches – ou seja, praticamente 90% não o têm – e somente 6% recebem

atendimento público. Então, se aprovada a emenda de V. Exª, sairíamos dos 6% para 100%, ou seja, alcançaríamos mais 94%.

Destaco que a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, entendendo, também, a importância do atendimento às crianças nos primeiros anos de vida, lançou um manifesto que defende a inclusão de creches que atendem crianças de zero a três anos no Fundeb. Isso vem ao encontro da análise de V. Exª contra o entendimento de que apenas a partir dos quatro anos de idade a criança deveria ser contemplada pelo Fundo.

Na verdade, o projeto que cria o Fundeb é, sem sombra de dúvidas, um passo primordial no âmbito do ensino médio urbano, do ensino médio rural, do ensino médio profissionalizante, da educação de jovens e adultos, da educação especial, como também da educação de indígenas e de quilombolas.

O Fundo será composto por percentuais oriundos de vários tributos estaduais, municipais e da União, que complementará os recursos nos Estados que não alcançarem o valor mínimo nacional aluno/ano.

Um país que investe em educação é um país que acredita no potencial do seu povo e na importância da dimensão política do próprio processo educativo. Não devemos apenas conceber a educação como um direito fundamental de todas as pessoas, mas sim como uma estratégia essencial para a superação do subdesenvolvimento de um povo ou dos povos.

Investir em educação é adquirir um passaporte para um futuro mais próspero e, conseqüentemente, mais igualitário.

Não restam dúvidas de que o incentivo do Governo Federal com investimentos em novos programas no campo da educação pretende ampliar o acesso à educação pública brasileira.

Sonhamos todos com o dia em que todo filho de trabalhador possa ingressar na escola básica e chegar aos bancos de uma universidade, usufruindo assim do tão falado por todos nós ensino público e gratuito.

Termino, Sr. Presidente, com a fala do nosso grande educador Paulo Freire, que dizia que "nenhuma mudança profunda na sociedade poderia acontecer sem se levar em conta a educação que, por sua vez, não deve esperar os desdobramentos econômicos e políticos para mudar". Para Freire, "educar é o duplo movimento da existência humana de ler e transformar o mundo". Grande Paulo Freire!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, O Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, na última sexta-feira, ao recebermos uma auditoria do Tribunal de Contas sobre a utilização dos cartões corporativos da Presidência da República, identificamos desvios e verificamos que determinadas notas apresentadas como justificativa de despesas eram suspeitas.

Nossa assessoria investigou e constatou que uma empresa registrada como empresa de alimentos havia fornecido material de informática à Presidência da República. Em função dessa descoberta, a nossa assessoria procurou manter contato com o suposto proprietário dessa empresa. Ele próprio, por meio de um telefonema gravado, confessou que apenas forneceu as notas a um amigo de nome Edmilson que teria um relacionamento com funcionários da Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, houve uma confissão. O proprietário da empresa – pelo menos o suposto proprietário, porque agora se verifica que a empresa tem outro proprietário – passou uma procuração a esse cidadão. Mas, esse cidadão, procurador da empresa, informa que apenas forneceu a nota e que não vendeu os produtos.

Ocorre, no entanto, que a Casa Civil divulga nota defendendo os procedimentos adotados pelos servidores da Presidência da República. Informa que os produtos foram fornecidos, que foram recebidos e utilizados. Não me parece ser esse um procedimento correto por parte da Casa Civil, do Governo Federal.

Os procuradores de Goiás estão investigando a empresa usada para justificar gastos com a utilização do cartão corporativo da Presidência da República. Estão investigando porque essa empresa tem sido fornecedora de notas frias a determinadas prefeituras do entorno de Brasília. Esses procuradores de Goiás estranharam o endereço dessa empresa de nome FR Comércio e Representação, que apresentou como endereço um apartamento em Taguatinga. Fizeram buscas nos cartórios do Distrito Federal e apuraram que a empresa foi aberta em nome de Antonio Ambrósio Evangelista em 25 de janeiro de 1998. O suposto empresário trabalha como chapista no Bar e Lanchonete Tupã, situado na plataforma inferior da rodoviária no Plano Piloto. Portanto, o suposto empresário não é empresário. Ele teria passado uma procuração. O registro do cartório do Núcleo Bandeirante mostra que, em 25 de fevereiro de 1998, Evangelista tornou

Francisco Ramalho seu procurador. É exatamente o Francisco Ramalho que informa ter fornecido as notas para justificar despesas dos cartões corporativos da Presidência da República.

Enfim, Sr. Presidente, queremos que se investigue. Por isso, estamos apresentando um requerimento solicitando todas as prestações de contas mensais relativas aos meses em que se efetuaram despesas por meio de saques em dinheiro dos cartões de crédito corporativo desde janeiro de 2003 e as notas fiscais que suportam os referidos saques. Estamos solicitando essa providência à Ministra de Estado da Casa Civil e esperamos recebê-la num curto espaço de tempo, para que possamos, enfim, concluir sobre os procedimentos adotados com os cartões corporativos da Presidência da República. O que não pode é ficarmos com essas dúvidas, com essas suspeitas.

Aliás, o **Correio Braziliense**, em matéria do competente jornalista Lúcio Vaz, sob o título "No rastro das notas", mostra, inclusive com fotografia, onde mora o Sr. Francisco: num barraco de fundo de quintal de 24m^2 no Guará II. Esse é o fornecedor das notas para calçar certamente despesas fictícias, porque o Governo não teria naturalmente de buscar notas frias para justificar gastos da Presidência da República ou da Casa Civil ou da Secom ou de qualquer órgão, enfim. Essa empresa, portanto, está sendo investigada pelo Ministério Público de Goiás.

A nota da Casa Civil não me parece ser um procedimento correto. Foi um procedimento apressado. Não houve preocupação alguma com a verdade. Não se procurou investigar. Apenas procurou-se desmentir uma denúncia de que notas frias estavam sendo utilizadas para calçar despesas supostamente realizadas pela Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, além dessa providência que estamos solicitando, esperamos também do Tribunal de Contas da União uma auditoria mais aprofundada que investigue essas notas, para que se esclareça a opinião pública do País.

Aproveito, Sr. Presidente, o tempo que me resta para lamentar essa tentativa do Presidente Lula de tapar o sol com a peneira. No seu último discurso, afirmou o Presidente da República que não existe uma prova que possa responsabilizar quem quer que seja por corrupção no País! Fico impressionado com essa postura do Presidente da República. A impressão que prevalece é a de que estamos em países diferentes, pois as CPIs já revelaram inúmeras provas. Já armazenamos provas materiais imprescindíveis para uma avaliação do esquema de corrupção que se instalou no Governo Federal. As provas foram apresentadas por meio da movimentação financeira, com a investigação dessa movimentação e a quebra de sigilos bancários. Também já há o envolvimento comprovado de Parlamentares, tanto que a Comissão deve encaminhar à Mesa da Câmara dos Deputados, nesta semana, a relação dos Parlamentares identificados como partícipes de um esquema que incluía o pagamento de propina, sobretudo saque de dinheiro na boca do caixa no Banco Rural, em Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

As provas estão consubstanciando um relatório parcial a ser divulgado nesta semana pelo Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, Deputado Osmar Serraglio.

Não bastassem essas provas atinentes à participação de Parlamentares no recebimento de propinas, a justificativa de alguns foi o pagamento de despesas de campanha eleitoral, o que, evidentemente, não constitui sentença de absolvição judicial para delitos e irregularidades praticados; isso não elimina a existência das provas cabais que podem ensejar a instauração de um processo com vistas à cassação de mandatos por quebra do decoro parlamentar.

E existem confissões: o Sr. Delúbio Soares confessou; o Sr. Marcos Valério confessou; o Sr. Duda Mendonça confessou; a Srª Simone confessou; o Sr. Roberto Jefferson confessou; o Sr. Valdemar da Costa Neto confessou. Existem, portanto, confissões, além de provas documentais já reunidas por esta CPMI.

Mas, para citar mais algumas provas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, logo no início dos trabalhos dessa CPMI, eu próprio apresentei documentos que comprovam a remessa de recursos para o exterior das agências do Sr. Marcos Valério, por uma operação de evasão de divisas e lavagem de dinheiro, já conhecida durante as investigações da CPI do Banestado. O Sr. Marcos Valério, a partir das suas agências, remeteu para o exterior recursos, por intermédio do Citibank, em Nova Iorque, da conta da Beacon Hill, e, a partir da Beacon Hill, para outras contas numeradas, também apresentadas por documentos que entregamos à CPMI. Esses documentos estão à disposição do Presidente da República, se assim o desejar. Trata-se de provas documentais.

Além desses, o Sr. Duda Mendonça encaminhou documentos bancários comprovando...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Presidente, apenas pedindo a condescendência de V. Exª para que eu possa enumerar essas provas.

Enfim, o Sr. Duda Mendonça apresentou à CPMI documentos que comprovam operações ilegais como evasão de divisas, crimes contra o sistema financei-

ro e contra a ordem tributária. Apresentou números de contas no exterior, bem como nomes de agências bancárias no exterior, isso por meio de documentos oficiais irrefutáveis. São provas materiais, portanto, de ilícitos praticados. Não pode o Presidente da República continuar afirmando que não existem provas.

Apresentamos também outro documento que mostra o envio de dinheiro para o exterior a partir também das agências de Marcos Valério – por intermédio da Garanhuns Export Trading, de Montevidéu, até a MTB Bank, em Nova Iorque, ou Beacon Hill, em Nova Iorque, e finalmente uma conta numerada na agência do Banrisul nas Ilhas Cayman.

Documentos Sr. Presidente, não há como afirmar que não há documentos! A própria Corregedoria Geral da União auditou contratos e encontrou mais de 500 irregularidades nos contratos auditados nos Correios. E a Corregedoria Geral da União foi instituída exatamente para assessorar o Presidente da República, e essas irregularidade estão em relatório apresentado à Presidência da República, mas o Presidente Lula continua afirmando que não há provas; o Presidente Lula, na verdade, quer tapar o sol com a peneira, procurando isentar-se de responsabilidade. Em determinados momentos, transfere responsabilidades, afirmando que foi traído. Admite, portanto, que há corrupção e que já há comprovação da corrupção existente. Mas, em outros momentos, adota outra postura e tenta isentar-se, afirmando que não há uma prova sequer – foi a afirmativa do Presidente no seu último discurso.

Concluo, Sr. Presidente. Em que pese as limitações e a ineficiência em determinados momentos, as CPIs já apresentaram provas e já desmontaram esquema de corrupção existente no Governo Federal. As CPIs podem apresentar relatórios parciais, como o desta semana – que espero realmente seja encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados –, para ensejar a cassação de mandatos. Então, não está aí uma fábrica de pizza e, sim, uma Comissão trabalhando com as suas limitações, sem a necessária instrumentalização técnica, mas revelando fatos, colocando o mal à luz para que possa ser combatido; uma CPMI que não vai atender às expectativas maiores da população de forma absoluta, mas que vai cumprir o dever de oferecer ao Ministério Público densa documentação, com provas materiais, e que vai poder indiciar pessoas para responsabilização civil e criminal.

Sr. Presidente, lamentavelmente o tempo já se esgotou há alguns minutos.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, dizendo que realmente havia um monumental esquema de corrupção. Já há provas suficientes para que pessoas sejam responsabilizadas. Já há provas suficientes para a cassação de mandatos parlamentares. Certamente, teremos de esperar um longo tempo para concluir esse processo na esfera judicial, a fim de que as pessoas possam ser convenientemente julgadas e certamente condenadas.

Isso é o que nós esperamos e o que o País deseja.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre orador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, pela Liderança do PL, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª já está inscrito após o Senador Ney Suassuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que confirme minha inscrição como orador.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Eu também estou inscrita como oradora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª assinou o livro?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PLF – PI) – Sr. Presidente, solicitei a inclusão do meu nome no início da sessão. Foi feito um aceno positivo de que eu estaria inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª pede a inclusão do nome para orador inscrito normalmente?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim, normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Exª precisa assinar o livro. Vamos incluir o nome de V. Exª.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há uma preocupação que percebo ser cada vez maior no seio da sociedade brasileira, que está inquieta, está perdendo a paciência, está olhando a classe política já com desconfiança. Isso determina

a minha convicção, Senador Ney Suassuna, de que o Congresso está vivendo um momento difícil, está num ponto de inflexão. Nós estamos na hora da verdade.

Senador Ramez Tebet, tenho a convicção absoluta de que V. Exª, eu, a Senadora Heloísa Helena e tantos outros Srs. Senadores, que nos sentimos absolutamente tranqüilos com as investigações em curso, podemos ser nivelados por baixo se não chegarmos, e chegarmos rapidamente, a conclusões que eliminem mandatos e coloquem pessoas na cadeia. A sociedade está inquieta, Senadora Heloísa Helena, e, se não chegarmos a conclusões definitivas, nós vamos pagar o preço. V. Exª, com toda a sua brabeza, e eu, com toda a autoridade com que procuro falar, vamos pagar o preço. A responsabilidade de encontrar culpados é de todos, mas é, fundamentalmente, daqueles que estão na oposição. Está aí a minha preocupação.

Quero fazer uma proposta, aliás, quero antecipar a proposta que o meu Partido, por sugestão minha, fará na reunião de líderes amanhã.

O que é que está ocorrendo hoje? É uma superprodução, é um "ben-hur" de denúncias. Mal começamos as investigações do caso Palocci-Buratti e já se anunciam para a próxima semana três megaproblemas a serem investigados.

Um deles vem sob a forma dos cartões corporativos. Senador Heráclito Fortes, V. Exª sabe que não vamos investigar os cartões corporativos porque queremos fazer mal a alguém. Vamos fazer isso porque surgiu a informação de que, do Governo passado para este Governo, os gastos, os saques em dinheiro usando cartão corporativo triplicaram: saíram de dois para seis milhões de reais. E aparecem agora notícias sobre as notas fiscais frias para justificarem saques em dinheiro. Tem de investigar ou não tem de investigar? Claro que tem! É um assunto a mais.

Da mesma forma, assunto a mais será a vinda do irmão do ex-Prefeito Celso Daniel, que quer vir. Os depoimentos mais substantivos são aqueles das pessoas que querem vir, que não vêm aqui com **habeas corpus**, que não vêm aqui mentir, vêm porque querem vir e, assim fazendo, vêm dizer o que a sociedade quer ouvir.

Toninho da Barcelona é outro. Dizem que o Sr. Toninho da Barcelona é o banco central dos doleiros. Dizem que o Sr. Toninho da Barcelona era o repositório de recursos ao qual recorriam os doleiros periféricos, e dizem que ao Sr. Toninho da Barcelona, que remetia dinheiro para o exterior, está associada uma passagem no mínimo curiosa, que estou ansioso para ver se é verdadeira: que é o braço europeu de uma pessoa conhecidíssima em São Paulo, conhecidíssima em São Paulo. E eu quero ver se é verdade. Se for verdade, a conexão com um partido político chamado Partido dos Trabalhadores ficará evidentíssima.

Estamos com Buratti-Palocci e já três coisas monstruosamente perigosas estão anunciadas: Toninho da Barcelona, o irmão do Celso Daniel e os cartões corporativos. Surge, então, como surgiu neste fim de semana, a história de que as três CPIs estão competindo, estão trombando umas com as outras, e a ação de uma está prejudicando a outra. Eu conversava agora com a Senadora Heloísa...

(Interrupção do som.)

O SR JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) –...o raciocínio é dela e é meu. É ótimo que elas estabeleçam uma sadia competição entre elas, porque, quanto mais eficientes forem, mais resultados, mais constatações irão aparecer, mas desde que não se perca o foco. E, para não se perder o foco, é preciso entender que estamos inundados de denúncias a investigar.

Vou fazer, daqui a pouco, na Liderança do PFL, uma reunião com os companheiros Deputados e Senadores que participam das três CPIs para discutir mensalão, bingos e CPI dos Correios.

A CPI dos Correios, Senador Ney Suassuna, na minha opinião, tem de investigar a origem do dinheiro, dinheiro público ou privado, que ensejou gastos com compras de charutos, aluguel de jatinhos, aluguel de carros blindados, bem como Land Rover, bem como financiamento de campanha, bem como compra de partido político, tudo misturado. Mas precisamos identificar agora é a origem do dinheiro, onde é que o dolo foi praticado, onde é que a Administração Pública foi lesada, onde é que o tráfico de influência produziu o dinheiro que chegou – aí sim, o objetivo da CPI do Mensalão – aos destinatários. Não se pode perder o foco. Uma vai objetivar identificar destinatários, que é a CPI do Mensalão; a outra, a origem do dinheiro; e a CPI dos Bingos, o dinheiro obtido para os mesmos fins através do tráfico de influência que se operou para a concessão de jogos de forma ilegal.

Tenho, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma preocupação muito grande com a eficiência e com a eficácia das investigações. Como são muitas as denúncias, como há muita coisa para investigar, é preciso focar corretamente, é preciso estimular a competição entre as comissões parlamentares de inquérito, tendo consciência de que uma existe para vigiar a outra.

Senador Heráclito, V. Exª se lembra da nossa luta para que a CPI dos Correios se instalasse. Primeiro, foi a tentativa de subtração de assinaturas: à meia-noite, neste plenário, a luta para que não se completassem as assinaturas; depois, a luta para que o requerimento a ela relativo não fosse lido – não nossa, a luta dos

governistas, que não queriam que esse requerimento fosse lido, mas o Senador Renan Calheiros o leu no Congresso –; depois, o recurso à CCJ; e, depois, a luta para eleger presidente e relator e fazer a CPI chapa branca. Tudo foi feito para evitar a CPI dos Correios. Nós tínhamos o direito legítimo de achar que o Governo não queria investigar coisa nenhuma.

Então, a CPI do Mensalão, dentro dos objetivos dela, teve também o de ampliar o rol das investigações, porque, pelo Governo, a CPI dos Correios investigaria só a questão "Correios": Maurício Marinho e pouco mais ou nada, nada mais. Para que o leque fosse ampliado e o objetivo mantido é que instituímos a CPI do Mensalão. A CPI dos Bingos tem seu objetivo próprio, mas, na verdade, tem um objetivo maior, que é o de fiscalizar as duas outras. O que as duas não quiserem, a dos Bingos pode fazer. Agora, para fazer, é preciso eficiência.

Sr. Presidente, vou concluir porque quero apresentar a proposta que vou fazer. Vou discutir com os meus companheiros a objetividade no foco das três: cada qual com o seu foco e cada qual com a sua busca de eficiência para mostrar resultados.

Agora, tenho uma preocupação. As assessorias, que estão no subterrâneo, no andar de baixo da Comissão Parlamentar de Inquérito, têm tido grande dificuldade para encontrar as provas no meio de toneladas de papéis, porque são poucos os assessores do Senado, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e da Polícia Federal. São abnegados, mas são poucos.

Tenho a clara consciência, Senadora Heloísa Helena, de que cassar mandato é um ato político. Agora, para colocar culpado na cadeia, é preciso abrir um processo penal, e processo penal trabalha com prova, e prova está em papel. Se não encontrarmos os papéis, a sociedade brasileira vai se frustrar. Sei que vamos conseguir o que temos de conseguir custe o que custar, ou seja, cassar dez, quinze, vinte, trinta, quarenta, cinqüenta, quantos forem os culpados, mas também é preciso colocar ladrão na cadeia e, para isso, é preciso identificar as provas, os papéis.

Vou propor algumas ações ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, que está com a melhor das intenções, a de convocar uma reunião de Líderes, de Relatores e de Presidentes das Comissões, para trabalhar no sentido do freio de arrumação.

Primeiro, interferir diretamente nos órgãos que estão demorando a remeter as informações solicitadas, por exemplo, os sigilos telefônicos. A Anatel e o Ministério das Comunicações têm de se manifestar, as informações solicitadas têm que chegar com urgência. Para isso, tem de haver a interferência direta do Presidente do Congresso, instituição cuja credibilidade está em jogo. Em muito boa hora o Presidente Renan Calheiros se coloca para auxiliar. Pois que S. Exª se mova – e vou fazer-lhe este pedido – para cobrar dos órgãos agilidade na remessa de informações.

Segundo, o Senado Federal tem verba para contratar uma consultoria de pessoal especializado para mergulhar nos papéis que estão no andar debaixo, que não foram ainda manuseados e têm de ser manuseados, porque parte das provas que vai condenar os desonestos está lá. Agora, com o pessoal de que os membros da CPMI dispõem, pode ser que demoremos dois meses, seis meses, dois anos, pode ser que a gente demore mais tempo do que possamos gastar, do que a sociedade agüenta esperar.

De modo que vou solicitar ao Presidente Renan Calheiros a contratação de uma consultoria especializada, composta de pessoas capazes de fazer a triagem dos papéis. Não quero que eles assumam a responsabilidade, porque esta é nossa, dos Parlamentares. Mas que façam a triagem com competência, numa equipe numerosa ou suficientemente numerosa, e ofereçam a identificação dos vestígios de prova. Membro do Ministério Público, membro do TCU, membro da Polícia Federal, Deputado A, Deputado B, olhem este papel, olhem esta prova, olhem isto aqui, este papel interessa. Se querem punir os culpados, aqui estão as provas.

Para tanto, vai a sugestão da contratação da consultoria. Vou dizer ao Presidente Renan Calheiros: Se quiser agilizar, adotar providências com conseqüência prática, tome essa providência. Mova-se no rumo de cobrar aquilo que foi solicitado, que venha com urgência. E contrate, por favor, uma consultoria para ajudar o Ministério Público, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e os Parlamentares na identificação de provas que coloquem ladrão na cadeia.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a economia anda bem. A inflação está paralisada, contida. Alguns índices esta semana mostraram até deflação em algumas áreas do País no que se refere à cesta básica.

Neste Pais ou neste mundo de hoje, Senadora Heloísa Helena, tudo é movido a energia elétrica. E, lamentavelmente, no nosso Nordeste, onde, por que

não dizer, esmagadoramente o maior contingente de salários pagos é o salário mínimo, dispara o preço da energia elétrica.

Na minha Paraíba, um aumento de 14,26% sobre a eletricidade cria um desequilíbrio para as empresas, para as indústrias e para as famílias. É uma grita geral. Não foi diferente no Estado vizinho, Pernambuco, onde a tarifa também disparou, causando um problema tão sério que a Justiça teve que intervir: o que era cerca de 18%, 19% foi fixado em 7%. E cria-se um desequilíbrio maior, porque precisa ser definido pela Justiça para não criar mais desemprego.

Não tenho as planilhas das empresas de eletricidade de Pernambuco nem da Paraíba. Mas quem vive de salário mínimo não tem, numa hora que está havendo deflação e em que tudo está contido, como agüentar um aumento de 14,26%, principalmente na indústria, porque as margens de lucro estão muito pequenas, e isso desequilibra a planilha.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, V. Exª não está falando só pelo seu Estado e pelo Nordeste porque isso está ocorrendo no Brasil inteiro. No meu Estado, em Mato Grosso do Sul, também temos observado o aumento das tarifas públicas. Quem sofre as conseqüências é a classe assalariada e também a classe média, que está empobrecendo. A cesta básica tem deflação, assim como aquilo que está industrializado. Mas o povo não vive só disso; o povo vive de outras coisas: tem direito a sair, tem direito ao lazer. Como estamos falando que a economia vai bem? Vai bem em que sentido? Qual é o crescimento registrado no País? O que temos visto é o superávit primário sendo todo utilizado para o pagamento dos altos juros, enquanto isso nada é aplicado em infra-estrutura, saneamento básico, habitação. A burocratização ainda é excessiva no País. Em suma, há uma paralisia administrativa em prejuízo da população brasileira. V. Exª faz muito bem, ainda mais como Líder do meu Partido, o PMDB, em abordar esses assuntos, porque interessam ao povo, interessam diretamente à sociedade, interessam àquele que tem quatro bicos de luz, uma tomada e uma geladeira. Tudo isso está tirando recursos que poderiam ser aplicados em outras áreas. Parabenizo V. Exª!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Ramez Tebet, quando digo que a economia vai bem, refiro-me a alguns aspectos: exportação, agroindústria, controle da inflação. No entanto, do ponto de vista de Governo, de povo, é óbvio que não digo o mesmo, tanto que esse é o objetivo do meu protesto.

Estou protestando e pedindo ao Governo que analise com calma esses índices, veja o que pode ser feito, porque a indústria é incipiente na minha região e esse aumento irá quebrar os últimos industriais que ainda existem.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago o registro da minha inconformidade com um aumento que está trazendo intranqüilidade para todo o Nordeste e que não se resolve pelas planilhas. É preciso entrar na Justiça para se conseguir uma solução para o caso, como aconteceu em Pernambuco e provavelmente acontecerá também na Paraíba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, eu permutei com o Senador Ramez Tebet, porque S. Exª vai precisar sair.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a autorização da nobre Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, por dez minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senadora Heloísa Helena, a quem sou muito agradecido, Senador Ney Suassuna, o País está dominado por uma crise política que se aprofunda. A cada dia surgem novos fatos, fatos estarrecedores, denúncias que escandalizam a Nação brasileira e, neste contexto, encaixa-se bem o discurso de V. Exª. Já se fala em "acordão", e o povo não está acreditando, está revoltado com esses escândalos, com essas denúncias que aí estão. E o povo, Senador Ney Suassuna, está acossado pela alta do custo de vida, com seu salário achatado.

O Senador José Agripino veio a esta tribuna e reconheceu a gravidade da crise política e moral que vivemos, e V. Exª vem à tribuna e aponta outra crise, que atinge o estômago do povo brasileiro. Essa é a verdade verdadeira. As tarifas públicas estão subindo e isso está provocando o achatamento dos salários.

Sei que procedem as investigações sobre essa crise, sobre essas denúncias, sobre os fatos. Reconheço até que estão avançando, embora a cada dia surjam novas denúncias, confissões, descobrem-se documentos, provas de corrupção escritas. Mas, vejo, Sr. Presidente, que o povo brasileiro tem razão. Sei que o povo brasileiro é paciente, mas ele não está agüentando mais. É preciso que o Congresso Nacional, o Ministério Público e a Justiça Federal entendam isso, porque, até agora, decorrido todo esse tempo de investigações, feitas pelo Ministério Público, pelas três CPIs do Congresso Nacional, ninguém foi mandado para a cadeia, nenhum parlamentar perdeu o mandato. Houve até prisão preventiva decretada em razão disso.

Isso deixa o povo descrente e isso é perigoso para a democracia. O povo não pode perder a esperança. O povo tem de acreditar nas suas instituições.

Eu, particularmente, Sr. Presidente, tenho esperança de que o Brasil vencerá essa crise moral e política. Tenho esperança de que o Brasil esteja sendo passado a limpo. Tenho essa convicção, até porque há um julgamento muito sério, que é o julgamento moral. A sociedade já está julgando moralmente aqueles que ela elegeu. Muitos dos que ela elegeu já estão sendo repudiados pela opinião pública. Tenho convicção de que haverá punições até de altos figurões da República. Eu tenho essa convicção. Mas a população está duvidando, porque, até agora, não está acontecendo absolutamente nada.

Sr. Presidente, sabemos que a democracia é o governo de leis. Ninguém compreende um julgamento em 24 horas. Não é isso. A situação está, como disse o Senador José Agripino, por parte do Ministério Público... e eu venho do Ministério Público e tenho orgulho do Ministério Público do Brasil, quero confessar, mas não é possível que não haja nenhum pedido de prisão preventiva para réus confessos, que compareceram aqui e depuseram perante o próprio Ministério Público. Não temos visto nada disso.

Quando se prendeu alguém neste País a pretexto de sonegação fiscal, de não pagamento de tributos, prendeu-se pela manhã e soltou-se à noite! Alguns ficaram cinco ou seis dias e foram soltos. E não há denúncias. Aonde vamos chegar com isso? É preciso que haja credibilidade. A população precisa sentir confiança nas suas instituições. Não se pode agir assim arbitrariamente, como nos exemplos que acabei de citar, nem podemos ser levados pela demora. Temos que cumprir os prazos da lei! Que cumpramos os prazos da lei!

Se as CPIs estão se sobrepondo umas às outras, como o noticiário está revelando, que cada uma coloque-se dentro de suas efetivas atribuições, para evitar essa superposição. Caso contrário, vamos chegar ao mês de dezembro, ao ano de 2007, e nada haverá acontecido. Será possível?! Não acredito nisso de maneira nenhuma. Só haveremos de superar a crise que estamos vivendo com as conclusões das nossas CPIs. Essas conclusões não precisam ficar lá para o final.

Muita coisa ela já devia ter concluído. Por quê? Dirão alguns: V. Exª está criticando as CPMIs? Não, estou apenas sugerindo que peguem os documentos e encaminhem, e digam ao País que encaminharam ao Ministério Público. Aliás, a encaminhar o que o Ministério Público já sabe! Porque quem depôs aqui depôs também perante o Ministério Público! Essa é uma verdade verdadeira. Em suma, precisamos agilizar.

Acaba de chegar um Senador que tem dado tudo de si para apurar fatos, que é o Senador Efraim Morais, que preside uma dessas CPMIs e preside com competência. Mas elas não podem se sobrepor umas às outras. E aí fico satisfeito e esperançoso com a reunião que será realizada amanhã com o Presidente do Congresso Nacional, que demonstra a nossa preocupação com a superação da crise. É preciso realmente que haja isso.

E penso que, às vezes, não tem nada demais uma pessoa prestar um depoimento em uma Comissão e depois prestar em outra. As pessoas falam: "Ah, mas ele falou perante o Ministério Público e agora vem falar na CPMI!" Mas muitos falaram no Ministério Público e aqui não repetiram; e outros não falaram lá e aqui confessaram seus delitos. Então, as coisas têm que ir caminhando.

Até quero fazer uma observação: não me preocupo que as pessoas, Senador Efraim – e me dirijo a V. Exª pela nossa amizade, pelo respeito que lhe tenho e pelo trabalho que V. Exª vem realizando –, venham munidas de **habeas corpus** para não falar. Por quê? Porque acho que o fato de não falar é quase uma confissão. Por que não quer falar?

Isso me lembra – permita-me V. Exª, porque quero descontrair meu pronunciamento – algo que não sei se já contei aqui, mas que já contei em vários lugares. É uma piada que ouvi no avião, retornando de Mato Grosso do Sul para Brasília. Fala daquele marido que chegou em casa com marca de batom na roupa. A mulher começou a "infernizá-lo" com perguntas e perguntas, massacrando-o.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

E o marido ficava quieto, quieto. E ela, então, pergunta: "Você vai ou não vai falar?" E ele responde: "Você não tem assistido as CPIs? Eu invoco o meu direito de ficar calado".

Então, Sr. Presidente, isso não tem importância, desde que terminemos logo, o mais rapidamente possível, e encaminhemos aos órgãos competentes aquilo que já está comprovado.

Não posso encerrar sem dizer que o Governo Federal está tomando uma atitude errada, ao dizer que não será ele que vai agir. É claro que o Governo Federal tem de agir, sim. Ele tem de agir politicamente. É claro que ele não pode interferir aqui, mas, politicamente, ele tem de agir. Ele tem de dizer ao seu Partido, por exemplo, que cumpra a sua missão partidária, já que está havendo processos dentro do seu Partido. Ele tem de dizer ao seu Partido, aqui do Congresso

Nacional, que toque o barco para frente imediatamente, mas, sobretudo, a par disso, que aja neste sentido: não ficar se defendendo. É isto o que quero dizer ao Governo Federal ao encerrar este pronunciamento: não fique só se defendendo das acusações imputadas aos seus membros; não se esqueça de administrar o País, de realizar obras de infra-estrutura em benefício da nosso população.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não está havendo obras neste País – eu já disse isso outro dia; não está havendo obras de saneamento básico. A burocracia não permite que se tire o dinheiro que está parado na Caixa Econômica para que sejam construídas casas populares para o povo. Vamos administrar este País.

Digo ao Governo Federal: não fique focado apenas na sua defesa; toque o barco para frente, pois o povo requer melhor qualidade de vida.

Ouço o Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ramez Tebet, agradeço a V. Exª a oportunidade de aparteá-lo e lhe agradeço também a referência ao nosso nome. Na condição de Presidente da CPI dos Bingos, estou tranqüilo e tenho que parabenizar o Senado Federal pela vitória que obteve, primeiro por intermédio do Supremo, para que pudéssemos instalar a CPI dos Bingos. Trata-se de uma CPI do Senado Federal. Em nenhum momento a CPI dos Bingos saiu do roteiro que foi traçado. Não estamos disputando, confesso a V. Exª. Ouvi alguns comentários de alguns companheiros do Congresso Nacional sobre a disputa de holofotes. De forma nenhuma! A CPI dos Bingos está caladinha, trabalhando; as Srªs e os Srs. Senadores estão fazendo um trabalho sério. Só para que V. Exª tenha uma idéia, de todos os requerimentos que foram apresentados e aprovados, nenhum foi a voto, a disputa de voto. O que houve foi entendimento entre o Governo e os representantes da Oposição. Quero louvar, por exemplo, o Senador Tião Viana, que tem sido uma espécie de intermediário, representando o Governo. Assim, temos andado. Quem é que se lembrava do Sr. Rogério Buratti neste País? Ninguém! E ele foi preso. Quem é que se lembrava do Sr. Waldomiro Diniz? Ninguém! Ele já estava esquecido, mas foi indiciado. Quem é que se lembrava do Sr. Carlos Cachoeira? Ninguém! E ele foi indiciado também. O que não ocorre dentro da nossa CPI é a disputa entre Parlamentares para se saber quem aparece mais. Pelo contrário, estamos no caminho correto. O nosso companheiro do PMDB, Senador Garibaldi Alves Filho, como Relator, está fazendo um trabalho seriíssimo com aquela paciência que Deus lhe deu. Estamos no caminho e seguindo exatamente em busca da verdade, que é isso o que queremos. Não queremos mais do que a verdade. E vamos buscá-la. Posso garantir uma coisa a V. Exª e à sociedade brasileira: na CPI dos Bingos, não vai haver *pizza* não; na CPI dos Bingos, vamos apurar o que tiver de ser apurado, doa a quem doer. Disso aí não tenham dúvida, porque essa não é uma decisão do Presidente, mas dos Parlamentares, das Senadoras e dos Senadores que compõem a CPI dos Bingos. Quero deixar bem claro que a CPI dos Bingos vai no caminho certo. Daqui a pouco vão até dizer que o Presidente é da Oposição e que está querendo ir longe demais! Não. Vou em busca da verdade com os companheiros do Governo e da Oposição. E pode ter certeza V. Exª de que este é o objetivo da CPI: levar a verdade à sociedade brasileira.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Efraim Morais, se as minhas modestas palavras, nesta tribuna, não tiverem servido para nada, já serviram para ouvir de V. Exª o que acabou de dizer – e o que a sociedade brasileira quer ouvir: "doa a quem doer". E isso não é retórica, porque é dito por V. Exª. Temos plena, absoluta confiança nisso. As minhas palavras não podem ser interpretadas como condenação às CPIs, porque fiz alusão às indagações que o povo está fazendo e ao que a imprensa está publicando.

Tenho os ouvidos colados aos da sociedade. Venho lá do meu Mato Grosso do Sul e tenho ouvido o que o povo está falando, ansioso para que o País saia dessa crise e saia com honra, saia com outra feição, de respeito ao dinheiro desse mesmo povo, que, desgraçadamente, nunca foi tão esbanjado, surrupiado como agora.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou encerrar, Sr. Presidente. O Senador Ney Suassuna quer fazer um aparte de um minuto só, e vou conceder-lhe.

Quero dizer que, na história republicana do Brasil, os cidadãos nunca viram isso, assim como nenhum Senador que está aqui. Creio que a maioria da classe política que está sendo injustiçada talvez não pudesse imaginar que fosse a tanto o que está acontecendo de maldade em nosso País.

Cumpre a nós assumirmos a responsabilidade de punir, de dar uma outra feição à nossa Pátria e de não deixar que a esperança morra no coração do povo brasileiro, especialmente no das nossas crianças e no da juventude, que, outro dia, ocuparam os espaços reservados aos Senadores da República.

Ouço o nobre Senador Ney Suassuna**.**

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Ramez Tebet, gostaria de parabenizar V. Exª não só pela veemência com que defende as suas idéias,

mas porque V. Exª está exatamente no caminho que o PMDB tem feito e quer que se faça: que todas as coisas erradas sejam clarificadas e que as pessoas que merecerem sejam punidas. Não vamos deixar de fazer nenhuma das duas. Vejam a CPI, na qual o PMDB está representado na figura do Relator: estamos fazendo tudo como devemos; e nas outras CPIs também. Não deixamos de votar uma matéria que tenha sido necessária. Muitas vezes, a Oposição, no açodamento, quer votar hoje e agora. Não pode ser assim. Há uma linha de investigação. Quando chega o momento, a hora certa, votamos. Não estamos em tempo de açodamento, estamos querendo que haja punições, que se apure tudo com muita transparência e com muita seriedade. V. Exª está expressando exatamente a opinião do nosso Partido, o PMDB, que quer transparência, seriedade e punição no desenvolvimento dos trabalhos das CPIs.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Por isso é que não vou encerrar sem dizer, mais uma vez, à Senadora Heloísa Helena: muito obrigado.

Quero também cumprimentar o Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, pela reunião que vai realizar amanhã com os Presidentes e Relatores das CPMIs e das CPIs – e não sei se também com os Líderes dos Partidos políticos. O importante é que possamos agilizar os trabalhos e que surja dessa reunião aquilo que a população está esperando: celeridade nos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena por dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, vários colegas já tiveram a oportunidade de externar a sua preocupação em relação aos procedimentos investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito. Estou entre aqueles que também estão muito preocupados, extremamente preocupados com a possibilidade de uma grande "operação abafa", onde duas instituições, desmoralizadas de fato perante a opinião pública, acabam acobertando uma à outra por falta de legitimidade moral para se investigarem mutuamente. É isso que está acontecendo no Brasil.

Sabemos todos nós que só não vê quem é inocente, ingênuo e incapaz de observar a realidade objetiva ou quem está apaixonado, pois a paixão nos cega a ponto de não vermos exatamente como as coisas são. Esses podem não estar querendo ver. Outros, que fazem de conta que não estão a ver, são aqueles que estão relacionados ou que são parte da camarilha de ladrões que roubam os cofres públicos, parasitam o aparelho de Estado, comportam-se tal e qual ratos de terno e gravata e andam pelos tapetes azuis do Senado, pelos tapetes verdes da Câmara e pelos tapetes do Palácio do Planalto com alegria, com desenvoltura e com a certeza da impunidade, de que nunca serão pegos.

Fora esses, quem realmente quer investigar sabe que as coisas estão muito graves. Nem vou falar sobre as CPMIs dos Bingos e do Mensalão ou sobre as Comissões de Ética instaladas na Câmara dos Deputados, mas quem analisa a CPMI dos Correios – falo de quem quer cumprir a sua obrigação constitucional –, com rigor ético implacável e com independência técnica, como a legislação vigente obriga, quem lá está para investigar e não faz parte da base de bajulação – a qual vende a alma e a honestidade para se lambuzar no banquete farto do Poder – sabe que a podridão está diretamente relacionada ao Palácio do Planalto e à metade do Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, a chance de tudo acabar em *pizza* é muito grande; por isso, a chance de tudo terminar numa vergonhosa "operação abafa" é muito grande. Qualquer pessoa de bom senso que analisa o procedimento investigatório sabe que existe o envolvimento direto do Presidente da República, da linha sucessória e da metade do Congresso Nacional. Então, o risco de uma grande, vergonhosa e abominável "operação abafa" existe de fato.

Está claramente demonstrado que duas instituições estão desmoralizadas e que o Presidente da República está diretamente envolvido. É evidente – qualquer pessoa de bom senso o sabe – que seria impossível montar-se um esquema de corrupção com tantas ramificações como esse, durante dois anos e meio, sem o conhecimento do Palácio do Planalto.

O Presidente da República nada faz para estabelecer procedimentos investigatórios para identificar os corruptos da sua base de bajulação. É óbvio que não vai fazer isso, porque as gangues partidárias que estão nas sete áreas do gestor operacional dos Correios são da base de bajulação do Governo. Não estou fazendo generalização quanto aos membros do PT, do PTB e do PMDB, mas essas três gangues partidárias atuavam no gestor operacional dos Correios e agiam em conluio com empresários apaniguados, fornecedores de propina e de financiamento de campanha do Palácio do Planalto, que, por sua vez, criaram esse gigantesco esquema de corrupção.

O Palácio do Planalto, comprometido com a corrupção, nada faz para investigar as gangues partidárias que roubam os cofres públicos, as quais são parte da sua base de bajulação. O Congresso Nacional tam-

bém nada faz para investigar o Palácio do Planalto e as gangues partidárias aqui representadas, porque se trata de uma instituição desmoralizada acobertando outra igualmente desmoralizada.

Quem perde de fato? Perde a já combalida democracia representativa.

Não vivemos em uma democracia. Hoje, pela manhã – não tive oportunidade de chegar a tempo – houve aqui uma saudação extremamente importante, em comemoração pelos 26 anos da Anistia. Aqui estavam pessoas lutando pela quebra do sigilo dos documentos relacionados aos anos que tanto envergonharam a todos os democratas do País. No entanto, não temos uma democracia. Democracia sem justiça social não é democracia. Não é democracia representativa aquela em que muitos que aqui estão compram os seus respectivos mandatos.

A desmoralização é maior diante não das denúncias de corrupção, mas dos indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública.

Senador Efraim Morais, quando aparece nos jornais essa história de guerra de vaidades, de um Parlamentar que quer aparecer mais do que o outro, de uma CPI que quer aparecer mais do que a outra, isso realmente não me incomoda, porque, sendo as CPIs apresentadas ao vivo, quando um Parlamentar quiser aparecer mais do que o outro em uma CPI, o povo brasileiro tem a oportunidade de desligar a televisão ou o seu radiozinho.

O ruim é o que acontece nos esgotos da política do Congresso Nacional, nos subterrâneos do Palácio do Planalto, aquilo que a população não sabe. Dos acordos nos esgotos do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto a sociedade brasileira não tem nem dimensão, porque o povo brasileiro não consegue entender o nível de suborno, de chantagem, de patifaria, de demagogia, de roubalheira do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto.

Então, se alguém quer aparecer mais do que o outro, se uma CPI quer chamar a atenção mais do que a outra, que o façam mais ainda! Quanto mais pessoas forem chamadas, melhor será a capacidade de investigação. Se a sociedade brasileira se cansar de tantos depoimentos, não há problema: é a vida. O mais importante é que haja, realmente, o aprofundamento das investigações.

O povo brasileiro está cansado não de um Parlamentar querendo falar mais do que o outro e de uma CPI querendo aparecer mais do que a outra, mas da roubalheira, da camarilha que está roubando e parasitando os cofres públicos e que comemora isso.

Veja só aonde chegamos, Senador Efraim Morais! Todo mundo diz: "Isso vai dar em *pizza*". A roubalheira é tanta, que esse risco é muito grande!

É muito importante quando V. Exª diz: "A minha CPI não vai dar em *pizza*." Naquela em que estou trabalhando, Senador Efraim Morais, isso pode até acontecer, porque o Governo tem maioria, mas vou estrebuchar com todas as minhas possibilidades para não dar em *pizza*. Mas isso até pode acontecer.

É fundamental que o povo brasileiro fiscalize e controle seus Parlamentares, inclusive nos Estados, para que tudo isso não dê em *pizza*. O risco de isso acontecer é muito grande, o risco de haver uma "operação abafa" é muito grande, porque a elite política e econômica está muito contente. Os banqueiros estão muito contentes. O capital financeiro nunca chafurdou com tanta alegria na pocilga do capital como agora. Se existe uma banda da direita que está na Oposição, existe uma outra banda da direita que está no Governo também.

Evidentemente, a chance de dar "operação abafa" é muito grande, e, por isso, é essencial que o povo brasileiro fiscalize e controle o Congresso Nacional.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Efraim Morais, para que eu possa concluir.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senadora Heloísa Helena, agradeço a V. Exª. Serei rápido. A tese de V. Exª é correta: não nos devemos preocupar por que estamos convocando pessoas que estão envolvidas com corrupção. Não sei por que o Governo está com essa preocupação toda. São três CPIs.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E o Governo trabalhou para pulverizar as CPIs.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Nas três CPIs, dois Presidentes e três Relatores são da base do Governo. Então, não têm o que reclamar. Entendo que os Presidentes das três CPIs estão fazendo seu trabalho. Agora, o Governo é interessante: na hora em que nos aproximamos, cria fatos. Na hora em que estamos bem próximos, sabemos o que acontece. Se formos buscar os convocados, a maioria deles parte da base do Governo e não da Oposição. A Oposição sabe aonde quer chegar. Sabemos aonde vamos chegar. Não precisamos convocar em excesso. Quero deixar claro que o Governo não deve se preocupar com o trabalho do Senado Federal. A pauta não está trancada, os projetos foram votados. O Senado trabalha normalmente. Todos os projetos são votados. Por que o Governo vem reclamar do Senado? Não, essa história não está bem contada. Entendo que o Governo deve se preocupar em fazer o que disse há pouco o Senador Ramez Tebet: investir no País, fazer obras de infra-estrutura, pensar no social, o que não tem feito até agora. Parabenizo

V. Exª e concordo plenamente: essa tese é verdadeira. Então, vamos avançar e continuar investigando. O Governo vai continuar se escondendo, e nós vamos em busca da verdade. Pode ter certeza V. Exª.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª, Senador. E digo uma coisa que eu dizia no Governo passado também, antes de o Presidente Lula entregar o tributo da honestidade pública ao Presidente Fernando Henrique Cardoso – batíamos tanto aqui no Presidente Fernando Henrique e eu continuaria a bater, e continuo a fazer do mesmo jeito, infelizmente o Presidente Lula entregou ao Presidente Fernando Henrique o tributo da moralidade pública do seu Governo, já que foi incapaz de abrir uma única auditoria, um único procedimento investigatório para apurar o que esbravejávamos aqui: as denúncias de corrupção no processo de privatização. Então, só tem medo de CPI quem é ladrão, rato de terno e gravata, a camarilha que rouba e se faz representar no Congresso Nacional ou no Palácio do Planalto. CPI pode entregar o tributo da inocência para quem é inocente, mas espero que possa também encaminhar, para que a Justiça leve ao presídio, aqueles que efetivamente são ladrões dos cofres públicos, como aqueles que estão sendo investigados na Comissão Parlamentar de Inquérito.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

S. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto que me traz aqui, quero dizer que concordo com o pronunciamento feito pela Senadora Heloísa Helena.

Neste fim de semana, visitei duas regiões completamente distintas no Brasil. Na sexta-feira, em missão desta Casa, estive em Florianópolis, participando, como Relator, da discussão sobre a convenção-quadro que define e discute a questão do plantio de tabaco no Brasil. E, no sábado, participei, em caráter pessoal, de um leilão de caprinos e ovinos na cidade de Gravatá, no interior de Pernambuco. E, nas duas cidades, havia um sentimento generalizado – e aqui, Senador Efraim Morais, abro um parêntese para parabenizar a sempre crescente audiência da nossa TV Senado – de que estamos aqui articulando, urdindo um "acordão" para livrar cabeças ou para deixar essa apuração por menos. Esse sentimento me assustou porque, Senadora Heloísa Helena, várias e várias pessoas me abordaram, mostrando uma frustração antecipada do que estaria por acontecer nesta Casa. Tive, em todas as ocasiões, a oportunidade de desfazer esse sentimento, dando ênfase de que é impraticável que isso ocorra, porque a sociedade brasileira não aceitaria fatos dessa natureza.

É verdade que o Governo tem pressionado de maneira insistente para que a CPI não convoque, Senadora Heloísa Helena, algumas pessoas, e tem conseguido, porque tem maioria, algumas manobras que não engrandecem a Comissão. Por exemplo, colocar o Sr. Gushiken para depor no dia 6 de setembro, véspera de um feriado. É uma tentativa de se evitar, primeiro, que o depoimento aconteça pela falta de número; segundo, que seja um depoimento em que esteja a Comissão repleta de seus participantes, para que possam de maneira tranqüila e segura pedir os esclarecimentos necessários para que se apurem esses fatos. Há também a pressão que o Governo vem fazendo para que não se cumpra a convocação na Comissão do Presidente do Citibank Brasil. É outro absurdo. Ele precisa ser ouvido, sim. Aliás, o PT perderia toda sua autoridade ao se configurar de maneira clara esse trabalho, porque, ao longo dos anos em que foi oposição, quem mais acusava esse banco americano era o PT, pelo fato de ser o maior credor brasileiro, de ser um banco que estrangulava a nossa economia, as nossas finanças, e que trabalhávamos para aquele conglomerado financeiro americano.

De forma que penso que nos agacharemos a partir do momento em que haja uma concordância de quem quer que seja na CPI para evitar essa convocação. Aliás, concordo com V. Exª: o nosso problema não é quantidade de convocados, o nosso problema é exatamente chegarmos aos fatos. Se temos de convocar pessoas com participação importante nesses episódios, por que não convocá-las? O que desgasta uma CPI não é a convocação de pessoas, mas a embromação, a perda de tempo, são as questões de ordem propositais exatamente para procrastinar o trabalho. Quem vive o dia-a-dia da CPI sabe muito bem distinguir quando uma questão de ordem tem o objetivo de esclarecer fatos ou colocar ordem nos trabalhos e quando ela tem o sentido de procrastinar.

Daí por que penso que temos que ter cuidado com relação a esse sentimento de frustração que vem tomando conta da sociedade brasileira e não concordar, por nenhuma hipótese e em nenhuma circunstância, que tal fato possa vir a acontecer.

Mas o que realmente me trouxe a esta tribuna foi a matéria de **O Estado de S. Paulo** de domingo, que diz: "PPP demora para sair do papel". Nós estamos quase no terceiro ano do Governo do Presidente Lula, que tinha como carro-chefe exatamente alavancar o progresso brasileiro com a participação da iniciativa

privada, e esse fato, Sr. Presidente, alardeado, prometido, cantado em prosa e verso, continua parado na burocracia. O fundo garantidor não foi definido ainda. Os investidores internacionais começam a perder a credibilidade na intenção real do Governo de dar prosseguimento a esse investimento.

Portanto, penso que é chegado o momento de Sua Excelência, o Presidente da República, usar sua autoridade para alertar contra a burocracia que cerca a sua equipe e fazer com que essas obras deslanchem. Há recursos das PPPs destinados para várias partes do Brasil, e já existe, mais ou menos, a formatação de financiamento de investimentos em vários desses projetos. É preciso apenas uma decisão de Governo, para que a largada seja dada.

Para dar apenas um exemplo, há o início da construção da ferrovia Transnordestina, que vai ligar o Piauí, partindo de Eliseu Martins, ao porto de Pecém, no Ceará, e ao porto de Suape, em Pernambuco, fazendo com que o escoamento da soja e dos grãos do Estado do Piauí seja fácil, barateando o custo e agilizando essas remessas.

Em meu Estado, teremos a oportunidade de beneficiar a produção de níquel, de Capitão Gervásio Oliveira; de mármore, da região de São Raimundo Nonato; e de outros produtos que compõem a nossa riqueza, de forma que é preciso que essas PPPs sejam iniciadas rapidamente.

Por fim, o jornal cita a questão da PPI, acordo internacional feito entre o Governo brasileiro e o FMI. No primeiro ano, o ano em que estamos, 2005, seriam destinados R$2,9 bilhões. Mas de algumas das estradas, das obras escolhidas sequer existe projeto. O Governo decidiu a toque de caixa, sem consultar os órgãos técnicos – a decisão partiu do Gabinete Civil – e destinou recursos que não podem sequer ser aplicados. Será lastimável, uma pena para o País a perda de dinheiro para recuperação de estradas, que é o segundo ponto estranho na destinação desse projeto. Noventa por cento são para recuperar estrada, a famosa operação tapa-buraco. De acordo com o projeto, verifica-se claramente que houve uma intervenção prestigiada do empreiteiro em detrimento da necessidade do Brasil. Se se for ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério dos Transportes, ao Ministério do Turismo, que são importantes vetores do processo de desenvolvimento do Brasil, verificar-se-á que eles não foram consultados.

O projeto da eclusa de Tucuruí, por cuja aprovação a Bancada do Pará lutou tão bravamente no Senado, também não está concluído.

Neste ano, só espero que a burocracia brasileira não se junte às empreiteiras e, para cumprir as metas, não deixe para definições de última hora um volume de obras que não cumprirá o interesse do desenvolvimento do Brasil. É muito estranho e esquisito: estamos entrando no mês de setembro, e as substituições ainda não foram feitas.

Srªs e Srs. Senadores, faço um alerta sobre a possibilidade de mandarem, por meio de mecanismos, sem aprovação do Congresso, essas modificações. Elas têm de passar pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e por votação no Congresso Nacional. A Lei Orçamentária, depois da Constituição brasileira, é a mais importante que temos. Não podemos permitir que modificações sejam feitas por intermédio de decreto, desrespeitando-se o que há de mais importante nas decisões das duas Casas do Congresso.

É muito esquisito que, a esta altura do ano, não tenha havido, ainda, por parte do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão nenhum projeto de remanejamento desses recursos.

Quero fazer um alerta para as Bancadas que tiveram, na primeira etapa desse projeto, recursos destinados a seus Estados: primeiro, para que não permitam a perda de recursos e o seu remanejamento para outros Estados; segundo, para que olhem atentamente se esses recursos, principalmente no que diz respeito a estradas, são realmente prioridade para o escoamento da produção, para o fomento do turismo, em cada um dos Estados da Federação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eram esses os dois assuntos que, nesta segunda-feira, gostaria de trazer à tribuna do Senado. Tenho certeza, Senadora Heloísa Helena, de que haveremos de nos esforçar – juntamente com alguns que fazem parte da Base do Governo, mas que não concordam com essas manobras que estão sendo feitas –, para que realizemos na CPI um trabalho isento, que não seja – como vem sendo ou como estamos tentando evitar que seja – de patrulhamento partidário, mas sim um trabalho para defender os interesses do Brasil. E defender os interesses do Brasil neste momento é, mais do que nunca, esclarecer realmente os envolvidos nas corrupções de que o País todo tomou conhecimento e com as quais está estarrecido. É preciso determinação de todos nós para apurar os fatos, punir os culpados e tirar dos inocentes essa mancha que carregam momentaneamente, no correr das investigações.

O trabalho da CPMI é esse, duro. Mas, para que a Nação compreenda sua dureza, é preciso ser justo; não se pode cometer injustiça, nem deixar impunes os culpados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, Líder do PL, por cinco minutos, para uma comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este ano, após uma série de debates e audiências públicas, com a participação da sociedade brasileira, de cientistas e de empresas privadas, num longo caminho percorrido, conseguimos aprovar a Lei de Biossegurança no Congresso Nacional.

No entanto, seis meses após a aprovação, essa importante lei, que trata da pesquisa das células-tronco embrionárias e do plantio e comercialização de transgênicos, ainda aguarda a regulamentação pelo Governo Federal, infelizmente.

Por isso, ocupo esta tribuna hoje para fazer um apelo ao Governo no sentido de agilizar a regulamentação da Lei de Biossegurança, que representa um grande avanço na área científica do nosso País.

Entendo que a relevância do tema, aliada aos grandiosos interesses existentes na área de biotecnologia, exige uma condução rápida e transparente do processo de regulamentação, sobretudo em questões importantes da lei que ainda não saíram do papel.

As pesquisas na área de biotecnologia estão estagnadas. Projetos que antes esbarravam em falta de verbas agora estão parados simplesmente pela não-regulamentação da lei. Nossos cientistas, infelizmente, encontram-se de braços cruzados, sem poder iniciar ou dar seguimento a nenhum tipo de estudo. Universidades, institutos de pesquisas e empresas privadas aguardam uma sinalização positiva do Governo, para continuar os seus trabalhos.

Com isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que o projeto já teve o tempo necessário para ser devidamente concluído. Inúmeras polêmicas foram geradas, debatidas e solucionadas aqui, no Congresso Nacional, de maneira democrática e transparente. Por isso, o texto da lei deveria seguir o curso normal da regulamentação, sem mais delongas.

A Lei de Biossegurança permitirá, pela primeira vez, em nosso País, a pesquisa com células de embriões humanos, mas, somente após a sua efetiva regulamentação, serão estabelecidas as regras para a seleção, registro e distribuição desses embriões para os institutos de pesquisas, clínicas e universidades.

O que temos definido, até agora, é que as pesquisas devem ser aprovadas pelos conselhos de ética de cada instituição e os embriões a serem usados serão produzidos por fertilização **in vitro** e congelados há pelo menos três anos.

Enquanto uma comissão interministerial chefiada pela Casa Civil não conclui os trabalhos para a regulamentação, o Ministério da Ciência e Tecnologia está prestes a anunciar os projetos de pesquisa científica com células-tronco que irão receber recursos do Governo Federal. A previsão é de que cerca de R$11 milhões sejam investidos em pesquisas na área de biotecnologia. Mas a falta de regulamentação da lei poderá atrasar o início dessas pesquisas.

A verdade é que, se por um lado, o Governo sinaliza com o incentivo às pesquisas, liberando recursos, por outro, erra ao retardar a regulamentação. Insisto neste ponto porque 106 projetos foram entregues à comissão da Casa Civil para serem apreciados, demonstrando que este assunto precisa e deve ser analisado com maior importância e agilidade.

A Casa Civil que é a responsável pelo processo prevê para setembro a conclusão dos trabalhos, e é nossa obrigação cobrar que isso seja efetivamente realizado. Sem a regulamentação da lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) está impedida de se reunir e definir sobre início, continuação ou conclusão de pesquisas. Como o órgão foi ampliado de acordo com a nova lei, só a partir da regulamentação é que serão definidos critérios de seleção de novos integrantes.

Quero concluir, Sr. Presidente, conclamando todos os parlamentares, especialmente aqueles que participaram ativamente de toda discussão e aprovação da Lei de Biossegurança, a se empenharem na aceleração de sua regulamentação. Não temos mais o poder de decisão, mas não podemos nos omitir diante da paralisação de centenas de projetos de biotecnologia. É preciso fazer com que o Governo Federal compreenda a necessidade e tome providências para eliminar rapidamente os entraves legais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado pela tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR AELTON FREITAS.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros que acompanham os trabalhos da casa pela Rádio e TV Senado, este ano, após uma série de debates e audiências públicas com a participação da sociedade, de cientistas e de empresas privadas,

num longo caminho percorrido, conseguimos aprovar a Lei de Biossegurança no Congresso Nacional.

No entanto, seis meses após a aprovação, esta importante lei, que trata da pesquisa de células tronco-embrionárias e do plantio e comercialização de transgênicos, ainda aguarda a regulamentação do Governo Federal. Por isso, ocupo esta tribuna para fazer um apelo ao Governo no sentido de agilizar a regulamentação da Lei de Biossegurança, pois a mesma representa um grande avanço na área científica do nosso País.

Entendo que a relevância do tema, aliada aos grandiosos interesses existentes na área de biotecnologia, exige uma condução rápida e transparente do processo de regulamentação, sobretudo em questões importantes da lei que ainda não saíram do papel.

As pesquisas na área de biotecnologia estão estagnadas. Projetos que antes esbarravam em falta de verbas, agora estão parados simplesmente pela não-regulamentação da lei. Nossos cientistas estão de braços cruzados, sem poder iniciar ou dar seguimentos aos estudos. Universidades, institutos de pesquisas e empresas privadas aguardam uma sinalização positiva do Governo para continuar os seus trabalhos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que o projeto já teve o tempo necessário para ser devidamente concluído. Inúmeras polêmicas foram geradas, debatidas e solucionadas no Congresso, de maneira democrática. Por isso, o texto da lei deveria seguir o curso normal da regulamentação, sem mais delongas.

A Lei de Biossegurança permitirá, pela primeira vez em nosso país, a pesquisa com células de embriões humanos. Mas só após a sua efetiva regulamentação é que serão estabelecidas as regras para a seleção, registro e distribuição desses embriões para os institutos de pesquisas, clínicas e universidades.

O que temos definido, até agora, é que as pesquisas devem ser aprovadas pelos conselhos de ética de cada instituição e os embriões a serem usados serão produzidos por fertilização **in vitro** e congelados há pelo menos três anos.

Enquanto uma comissão interministerial chefiada pela Casa Civil não conclui os trabalhos para a regulamentação, o Ministério da Ciência e Tecnologia está prestes a anunciar os projetos de pesquisas científicas com células-tronco que irão receber recursos do Governo Federal. A previsão é que cerca de R$11 milhões sejam investidos em pesquisas na área de biotecnologia. Mas a falta de regulamentação da lei poderá atrasar o início destas pesquisas.

A verdade é que, se por um lado, o governo sinaliza com o incentivo às pesquisas, liberando recursos, por outro, erra ao retardar a regulamentação. Insisto neste ponto porque 106 projetos foram entregues à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para serem apreciados, demonstrando que esse assunto precisa e deve ser analisado com maior importância e agilidade.

A Casa Civil, que é a responsável pelo processo, prevê para setembro a conclusão dos trabalhos e é nossa obrigação cobrar que isso seja efetivamente realizado. Sem a regulamentação da lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) está impedida de se reunir e definir sobre início, continuação ou conclusão de pesquisas. Como o órgão foi ampliado de acordo com a nova lei, só a partir da sua regulamentação é que serão definidos critérios de seleção de novos integrantes.

Quero concluir, Sr. Presidente, conclamando todos os parlamentares, especialmente aqueles que participaram ativamente de toda a discussão e aprovação da Lei de Biossegurança, a se empenharem na aceleração de sua regulamentação. Não temos mais o poder de decisão, mas não podemos nos omitir diante da paralisação de centenas de projetos de biotecnologia. É preciso fazer com que o Governo Federal compreenda a necessidade e tome providências para eliminar rapidamente os entraves legais.

Era o que eu tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, por dez minutos, como orador inscrito.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se o tempo de que disponho for suficiente, procurarei tratar de dois assuntos nesta tarde. O primeiro, que considero mais urgente, trata daquilo que está em curso no Congresso Nacional: a discussão sobre o veto do Executivo à reposição salarial de 15%, concedida aos servidores do Legislativo Federal. Contra esse veto, um tipo execrável da ingerência do Executivo nas decisões do Legislativo, é que pretendo discutir com os Srs. Senadores nesta tarde.

A discussão de ajustes salariais aos funcionários é um daqueles assuntos-tabu, injustamente criminalizados por noticiários preconcebidos, propagados pela mídia no Brasil e pouco refletidos pelo conjunto dos cidadãos.

É preciso desmistificar o assunto, fazendo ver à opinião pública que o tema é completamente normal e que, de quando em quando, será rediscutido no Parlamento por força das normas contidas na Constituição Federal.

O Planalto argumenta no veto presidencial ao ajuste que cumpre o art. 169, da nossa Constituição

Federal da República. Segundo o art. 169, a dotação orçamentária prévia faz-se necessária na concessão de qualquer vantagem ou aumento aos servidores públicos. O Presidente da República, cioso do seu papel de defensor da Constituição, supõe preservar o seu estrito cumprimento ao vetar o ajuste pretendido, porém, Sr. Presidente, o argumento que consta do veto é totalmente absurdo.

No Senado Federal, o Presidente Renan Calheiros e eu, como Primeiro-Secretário, manifestamo-nos favoravelmente ao reajuste, uma vez que a Casa previu, em seu orçamento, o benefício aos servidores.

O Presidente da República devia agir como "bastião da democracia" e propor ajustes lineares para todas as categorias. Mas age, seletivamente, favorecendo alguns, em detrimento de outros. Não satisfeito em sua sanha populista, o Presidente veta, pura e simplesmente, a reposição salarial prevista pelo Congresso, prejudicando o conjunto dos seus servidores para, como se diz popularmente, "sair bem na foto" na opinião pública, missão esta, ao que parece, impossível, em face dos vigentes padrões morais do Planalto.

O cinismo da medida só poderia mesmo causar repulsa a Legislativo, já que o Presidente, em uma mensagem construída com argumentos inaceitáveis, discrimina o servidor da Câmara e do Senado, enquanto nega vigência à Constituição.

Sr. Presidente, conforme sabemos, consta do malferido texto constitucional, no art. 37, inciso X, que a proposta de revisão geral anual da remuneração dos servidores é de competência do Presidente da República. Como o Planalto não assegurou ao conjunto dos servidores a revisão geral, desrespeitou a Carta, por omissão.

Srªs e Srs. Senadores, o clima de desconfiança na palavra empenhada que este Governo estabeleceu merece uma categórica resposta do Poder Legislativo. O Planalto teve o desplante de oferecer aos servidores um reajuste salarial de ridículo 0,1%! Vou repetir: 0,1%.

São esses os auto-intitulados paladinos da moralidade pública que ofertam à burocracia do Estado esse presente de grego.

Ao aprovar a módica revisão de um milésimo de aumento salarial, repito, o Presidente cumpriu formalmente a Constituição, para descumpri-la no plano material. Com a absurda atitude, bem demonstra o apreço que nutre pelo servidor legislativo e pelo Congresso Nacional.

Srªs e Srs. Senadores, meu caro Presidente, estou certo de que a necessidade de derrubarmos o veto presidencial é imperiosa, fundamental e incontornável, sob pena de vermos a Casa do Povo uma vez mais atropelada pelo populismo rasteiro do Planalto.

A arte da política baseia-se no valor da palavra empenhada, que merece ser cumprida. E, se o Poder Executivo comprometeu-se com a sanção do reajuste, o acordo deveria ser honrado.

A decisão da Presidência nega direito ao servidor do Legislativo, e o veto presidencial merece ser derrubado por esta Casa!

Portanto, Sr. Presidente, na condição de 1º Secretário desta Casa, na condição de Senador da República, na condição de membro do Congresso Nacional, devo dizer às Srªs e aos Srs. Senadores que o próprio Poder Executivo já não deixa este Congresso, ou seja, o Poder Legislativo, legislar, enchendo-nos de medidas provisórias. E, agora, trata-se de uma decisão tomada por unanimidade, uma posição tomada por aqueles Senadores e Senadoras que realmente reconhecem o valor e a necessidade do funcionário desta Casa, aprovada com base naquilo é constitucional. Há orçamento previsto para o pagamento do funcionalismo.

E aqui mesmo desta Presidência que V. Exª, Senador João Batista Motta, ocupa neste momento, estava eu presidindo a sessão quando fui contestado pelo Líder do Governo, que dizia ser um ato de irresponsabilidade da Mesa desta Casa e do Poder Legislativo. Nada de irresponsabilidade! Nada de atitude irresponsável da Mesa nem desta Casa! Irresponsabilidade, sim, de um Governo que não tem compromisso com o trabalhador brasileiro, nem com o funcionalismo público. E já demonstrou isso. E mostrei ao Líder do Governo e ao Brasil inteiro que este Senado Federal tem recurso, tem dinheiro disponível no seu orçamento para pagar os 15% do funcionário público, que recebeu o ajuste naquele momento e que recebeu o veto de Sua Excelência, o Presidente da República.

Portanto, farei um apelo, a começar pelos funcionários: funcionários da Câmara e do Senado, visitem os gabinetes dos Senadores e dos Deputados, a partir de hoje, para que, na quarta-feira, os nossos Deputados e Senadores dêem uma prova à Nação de que não estamos totalmente fora do reconhecimento do povo; que o que está acontecendo neste País e dentro do Congresso Nacional não significa que não podemos tomar uma decisão com a cabeça levantada, voltada para os interesses dos trabalhadores. Daí eu convocar todos os funcionários, de todos os gabinetes, de todos os setores da Câmara e do Senado, para que visitem os Parlamentares, pedindo para que votem com vocês, para que votem com os funcionários desta Casa, derrubando o veto do Presidente, que não cumpriu a palavra empenhada, que manteria os 15% de reajuste para os funcionários.

Ouço V. Exª, Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Efraim Morais, quero saudar o seu pronunciamento e compartilhar da mesma preocupação de V. Exª. Sabem todos que sou uma defensora dos trabalhadores do setor público, porque defendo o Estado brasileiro.

O SR EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu não concordo com V. Exª. V. Exª é uma defensora dos trabalhadores brasileiros.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente. É isso mesmo! É dos trabalhadores de um modo geral, do mesmo jeito que nós – e V. Exª também – brigamos aqui na reforma da Previdência. Lutávamos aqui para garantir direitos para os desempregados; para aqueles que estão completamente fora do mercado de trabalho; para os trabalhadores do setor privado, que também foram atingidos por aquele "faz-de-conta" de reforma da Previdência; para os trabalhadores do setor privado pobres, que foram obrigados a trabalhar mais dez anos para não ter uma perda de até 45% de sua aposentadoria; para os trabalhadores de setor público de um forma geral, dos Municípios, dos Estados; para os trabalhadores pobres, que, como sabe V. Exª, ganhando um salário mínimo, foram obrigados, com esse "faz-de-conta" da reforma da Previdência, a mais oito anos de serviço para não terem um corte de até 35% em suas aposentadorias; os trabalhadores do setor público federal do Executivo, que tiveram uma infâmia, um faz-de-conta de aumento de 0,1%. É bom colocarmos esse panorama, porque há mentirosos e vigaristas que não querem enfrentar o debate como deve ser enfrentado e utilizam os outros trabalhadores do setor público federal, os outros trabalhadores do setor público municipal e estadual, para dizer que não é possível viabilizar o aumento para os trabalhadores do setor público aqui do Congresso Nacional. Não quero compartilhar dessa farsa – isso é uma farsa! Muitos dos que usam esse discurso foram incapazes de defender os trabalhadores do setor público – pobres, miseráveis, das prefeituras do Brasil, dos governos estaduais, do Executivo – e, hoje, usam esses trabalhadores pobres para dizer: "Ora, por que vou dar um aumento maior para o Legislativo se não dei para os outros do Executivo?" Então, cara-de-pau, para não ganhar um vidro de óleo de peroba, dê para o Executivo também. Lute pelos trabalhadores do setor público do Executivo também. Agora, não podemos compartilhar com esse falso moralismo, esse moralismo farisaico mentiroso, de dizer que não há dinheiro para ser disponibilizado, o que é a maior farsa contábil, financeira, orçamentária! É uma farsa dizer que não há recurso para ser disponibilizado. Espero que os homens e mulheres deste Congresso Nacional tenham vergonha e dignidade, porque vai ficar muito feio: aprovaram e, depois do chicote do Presidente, ficam mansinhos e não derrubam o veto presidencial! Portanto, saúdo V. Exª e o parabenizo pelo pronunciamento, compartilhando deste conselho: que vão lá os funcionários, pois são eles que fazem esta Casa trabalhar; quem faz esta Casa trabalhar não somos só meia dúzia. Até no dia de hoje, não estão aqui. Veja que, hoje, há aqui meia dúzia de Parlamentares, mas todos os funcionários estão aqui. O funcionário público que não trabalha é o acobertado por político safado e, por isso, não trabalha. No entanto, a maioria dos trabalhadores, a gigantesca maioria, está trabalhando, enquanto poucos Parlamentares aqui estão. Então, saúdo o pronunciamento de V. Exª, parabenizando-o pela coragem e, do mesmo jeito, aconselho os funcionários e os trabalhadores do setor público a pressionar os Srs. Parlamentares, que fizeram discurso, aprovaram a medida e, agora, têm a obrigação de derrubar o veto do Sr. Presidente, a não ser que estejam recebendo mensalão para isso também. Portanto, parabéns a V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Exª, Senadora Heloísa Helena, sempre em defesa do trabalhador brasileiro, do funcionário público. O Governo não tem nem como justificar, Sr. Presidente, por que não dá aumento, pois é o maior superávit da história deste País. Dinheiro é o que não falta no Governo do PT – de todos os lados, de todo jeito, de toda a natureza e de toda a origem. Onde pensar, da forma que pensar; limpo, sem ser limpo; com indício, sem indício de malversação de recurso. Da forma que quiser, encontra-se. Tem de sobra para tudo, para todo o gosto. Só não tem para o funcionário público, para o trabalhador brasileiro.

Agora, renovo a convocação aos funcionários, para que visitem até a próxima quarta-feira os gabinetes dos Senadores e dos Deputados. Eles mesmos, funcionários desses Parlamentares, peçam a derrubada desse veto, em nome do Poder Legislativo e em nome da sua independência. Se já não estamos bem diante da opinião pública, Senador Garibaldi Alves Filho, imagine se, na quarta-feira, não derrubarmos esse veto ao projeto que nós mesmos aprovamos! Fomos nós, Senadores e Deputados. Nós aprovamos isso. E amanhã, não. É como diz a Senadora. O chicote do Planalto bateu e, então, aqui, vai-se baixar a cabeça.

Faço ainda um apelo aos companheiros do PT, Senadores e Deputados: peço que fechem os olhos e voltem um pouquinho ao passado. Lembrem-se daquelas greves, quando iam a praças públicas, quando vinham ao plenário e desfilavam com grandes discursos, dizendo que eram os grandes defensores dos trabalhadores brasileiros. Fechem os olhos, voltem

um pouco ao passado e sejam coerentes pelo menos nessa votação. Tenham, pelo menos, respeito àqueles que trabalham com V. Exªs, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, do PT e da base do Governo. Todos nós, da Oposição, vamos votar, sem exceção, para derrubar esse veto.

Apelo, portanto, aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados: vamos dar uma prova ao Brasil de que este Poder é independente, sob pena de continuarmos não merecendo a confiança do povo brasileiro. Estamos, mais ou menos, no mesmo nível do Presidente Lula. A queda é quase a mesma; estão descendo os dois, bem juntinhos, um ao lado do outro. Nem o Presidente diz qual o caminho que deve ser seguido para sair dessa crise, nem o Poder Legislativo respeita seus funcionários. Então, é queda livre, e não há quem segure.

Aos que ainda pensam em dizer amém ao Presidente da República, ao Sr. Ministro do Planejamento e ao Ministro da Fazenda, faço um apelo em nome dos funcionários públicos federais do Poder Legislativo: respeitem pelo menos os que trabalham com V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Batista Motta, Srªs e Srs. Senadores, Senador Garibaldi Alves Filho, quero aqui refletir sobre decisão que para nós, do Partido dos Trabalhadores, é de grande importância: a que tomou nesta tarde o Presidente interino Tarso Genro, ao desistir de ser candidato à Presidência do nosso Partido nas eleições do próximo 18 de setembro.

Que eu saiba, o Partido dos Trabalhadores é o único dos partidos brasileiros que promove a eleição direta de seu Presidente com a participação de todos os seus filiados. Hoje, no Brasil, há aproximadamente 800 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores, pessoas que, portanto, têm condições de votar em 18 de setembro. É importante que façam valer o seu direito e que cumpram o seu dever. Trata-se de voto voluntário, não há a obrigação em nossos estatutos de, efetivamente, comparecer, não é por lei, mas é uma responsabilidade e um direito de todos os filiados.

Queria recordar alguns fatos recentes que dizem respeito ao PT. O Campo Majoritário tinha como seu candidato o ex-Presidente José Genoíno, que, há pouco mais de um mês, resolveu deixar de ser o Presidente e também renunciou à candidatura para as eleições de 18 de setembro. Atendendo uma solicitação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Tarso Genro, que era Ministro da Educação, deixou de ser Ministro para assumir a Presidência do Partido dos Trabalhadores. Isso aconteceu em circunstâncias tão difíceis como as que envolveram a saída de Delúbio Soares como Diretor-Tesoureiro, de Silvio Pereira como Secretário-Geral e de Marcelo Sereno como Secretário de Comunicação. Para assumir esses postos, deixaram suas atribuições no Governo do Presidente Lula e vieram assumir, respectivamente, a Presidência, a Diretoria de Finanças, a Secretaria-Geral e a Secretaria de Comunicação as seguintes autoridades: Tarso Genro; José Pimentel, Deputado Federal; Ricardo Berzoini e o ex-Ministro da Saúde e Deputado Humberto Costa. Essa decisão envolve importância tão grande que foi tomada pelo próprio Presidente Lula, que fundou o Partido dos Trabalhadores e que é Presidente de honra da agremiação que constitui o principal suporte de apoio ao seu Governo.

Surgiram algumas diferenças de opinião entre o Presidente interino Tarso Genro e o Deputado José Dirceu, que, como parte de sua estratégia de defesa junto ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e, eventualmente, perante as Comissões Parlamentares de Inquérito – S. Exª já disse no Conselho de Ética que tem toda a disposição de comparecer às CPIs –, decidiu permanecer na chapa do Campo Majoritário.

Eu vinha recomendando a Tarso Genro que dialogasse com os demais candidatos à Presidência do Partido dos Trabalhadores, como Plínio de Arruda Sampaio, Walter Pomar, Raul Pont, Maria do Rosário e Marcos Socol, enfim, os que estão à frente das diversas chapas, representando as tendências e as organizações do Partido dos Trabalhadores. Ele vinha se empenhando para ter tal diálogo, mas ainda não havia chegado a um entendimento que pudesse conferir um passo significativo, quem sabe, para que o Partido superasse toda a problemática que estamos vivendo hoje.

Gostaria também de fazer uma reflexão sobre o Deputado José Dirceu. Gostaria até de falar pessoalmente com S. Exª – vou procurá-lo, já o fiz durante o dia –, para transmitir-lhe algo que vou tornar público nesta minha fala no Senado Federal.

Sei que o Deputado José Dirceu tem afirmado que algumas coisas precisariam ser resolvidas internamente no Partido dos Trabalhadores, mas há certos aspectos de nossas decisões que, agora, envolvem a transparência de nossos atos e, inclusive, o conhecimento da opinião pública.

Sr. Presidente, trago esta minha reflexão à tribuna do Senado Federal tendo em conta que, por exemplo, da tribuna da Câmara dos Deputados, o Deputado André Costa, do PT do Rio de Janeiro, anunciou hoje que está saindo do Partido dos Trabalhadores em função

de seu desencanto com algumas das medidas, estratégias e metas do Governo do Presidente Lula.

Na Fiesp, em São Paulo, o Senador Cristovam Buarque anunciou que muito provavelmente sairá do Partido dos Trabalhadores, por considerar que o Governo do Presidente Lula não atendeu a certas metas ou programas que S. Exª considera importantes, até mais importantes do que a própria questão ética que preocupa a tantos filiados e membros do Partido. Disse S. Exª que falta ao Governo do Presidente Lula realizar algumas metas programáticas que deveriam ser buscadas.

Sinto-me com a responsabilidade – até por ser membro fundador do Partido dos Trabalhadores – de permanecer no PT e de dizer a esses meus companheiros, como tenho dito ao Senador Cristovam Buarque, que considero responsabilidade nossa procurar corrigir os erros cometidos pela nossa organização. Somos uma organização constituída de seres humanos que podem a qualquer momento cometer erros – alguns graves –, e, quando eles são cometidos, temos a responsabilidade de corrigi-los, de superá-los.

Qual é a observação que gostaria de fazer ao Deputado José Dirceu? Nas circunstâncias presentes, tendo em conta, inclusive, a defesa e o empenho de S. Exª perante o Conselho de Ética, as comissões de sindicância, as CPIs e perante o próprio Partido, no sentido de esclarecer inteiramente todos os episódios que hoje são objeto da preocupação de nós, petistas, e da opinião pública, quem sabe possa S. Exª ter a atitude generosa e companheira de dizer que não participará da chapa do Campo Majoritário.

Falo isso como uma das pessoas que estava na chapa do Campo Majoritário, mas fui comunicado pela coordenação que não fazia mais parte em função de ter assinado o requerimento da CPMI. Depois, todo o Partido considerou importante apoiar essa Comissão e todos os treze Senadores, logo após as entrevistas do Deputado Roberto Jefferson, consideraram imprescindível apoiá-la para a apuração dos fatos.

Eu, que não estou na chapa do Campo Majoritário ou em qualquer outra, recomendo ao Deputado José Dirceu abrir mão.

Proponho àqueles que são candidatos à Presidência do PT que dialoguem, nesta semana, com o Presidente interino, Tarso Genro, para que, no próximo sábado, dia 3, na reunião do Diretório Nacional, em Brasília, cheguemos a uma solução que possa ser referendada pelos 800 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores que comparecerão às urnas. Portanto, Senador Garibaldi Alves Filho, fica aqui a minha sugestão.

Essa observação poderia ser feita aos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, se fosse hoje a reunião do Diretório Nacional. Trata-se de uma questão que vai além do Partido dos Trabalhadores, pois tornou-se de interesse nacional. Assisti, há pouco, à entrevista do ex-Ministro e Presidente Interino do PT, Tarso Genro, para toda a Nação.

Quero também registrar que o Presidente Lula solicitou hoje ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que faça um relatório sobre tudo aquilo que já foi apurado. Creio que é um passo importante, inclusive para que o Presidente se certifique mais de todos os fatos e, quem sabe, possa fazer um pronunciamento à Nação. Sugiro, inclusive, que seja realizado aqui mesmo, em diálogo com o Congresso Nacional. Sua Excelência poderá dar sua contribuição para a verdade que deseja ver apurada, esclarecida. Vindo à tona toda a verdade, daremos um enorme passo para resolver grande parte dos problemas que foram registrados.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por cinco minutos, como Líder da Minoria, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a novidade deste final de semana é uma questão que já venho debatendo no Senado há mais de um ano. Desde 2004, fiquei admirado – não só eu, mas muitos Senadores – com o aumento dos gastos nos cartões de crédito corporativos do Governo do Presidente Lula, principalmente os da Presidência da República.

Naquela época, fizemos um requerimento pedindo para que esses cartões fossem abertos para que pudéssemos examinar as despesas feitas, mas infelizmente naquele momento fomos derrotados. Nosso requerimento de pedido de informação foi derrotado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Líder Aloizio Mercadante levou um parecer dizendo que era inconstitucional sabermos como o Governo gastava esses recursos dos cartões de crédito. Admirei-me, Senador Marco Maciel, e propus que se trouxesse qualquer Constituição do mundo que proibisse o conhecimento dos gastos do dinheiro público. Na realidade, isso não tem nada de inconstitucional, mas, infelizmente, o Governo tinha uma ampla maioria no Senado Federal e conseguiu derrotar o requerimento. É uma coisa rara um requerimento de informações ser derrotado, mas, naquele tempo, eles estavam derrotando até requerimento de voto de pesar, pela maioria que tinham no Senado Federal.

Apesar de meu requerimento ter sido derrotado, juntamente com o Senador Arthur Virgílio, continuamos insistindo. Fizemos uma série de requerimentos, que foram agora aprovados e já estão no Ministério.

O que verificamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é que é muito importante que tomemos conhecimento desses gastos com os cartões de crédito.

A mídia, de uma maneira geral, como a revista **IstoÉ** e o jornal **O Valor**, tem mostrado uma série de absurdos praticados por meio desses cartões, antes mesmo de eles serem abertos. Por exemplo, o Ministro Gushiken ficou hospedado em um hotel por dois dias, pagando uma diária de mais de R$1.200,00, dos quais gastou R$231,00 no restaurante e R$347,00 no bar executivo. Era uma despesa que, na realidade, não devia ser paga pelo Governo.

Por outro lado, com um exame inicial das notas, verificou-se que uma empresa de alimentação fornecia papel e material de escritório para o Palácio do Planalto, exatamente porque eram pagos em dinheiro. Também se verificou que mais de 50% do que era gasto com o cartão eram retirados em dinheiro, quando, na verdade, o cartão foi implantado exatamente para impedir o uso do dinheiro, porque, antes de sua implantação, o que se dava era um adiantamento aos funcionários para que eles pagassem as despesas. Achou-se que isso não era bom, porque os funcionários tinham que andar com dinheiro no bolso, e o dinheiro não era deles. Então, resolveu-se implantar o cartão. E, assim, o cartão foi implantado. E, na prática, o que aconteceu? Estão usando o cartão para sacar dinheiro, que é gasto como se quer, evidentemente com notas como as que estamos examinando.

Portanto, Sr. Presidente, em boa hora, esta Casa aprovou os mencionados requerimentos e, na quarta-feira, o Tribunal de Contas da União vai, de certa maneira, abrir essas contas, para que a população brasileira possa saber como o dinheiro é gasto.

Também agora, Sr. Presidente, acabamos de saber que o Presidente do PT, o ex-Ministro Tarso Genro, renunciou à candidatura para disputar a Presidência do Partido. Isso é preocupante porque, na realidade, ele representava uma forma nova de ver o Partido. Era ele que estava liderando o movimento para que aqueles que erraram no PT fossem punidos. Então, sua renúncia significa dizer que a maioria do PT é constituída dos que não querem punir os que erraram. Ou seja, a pizza começou a ser assada no PT, pois, se o próprio Presidente do Partido que ia assumir com a missão específica de refundar o PT, como ele mesmo disse, e, para tanto, iria punir todos aqueles que colocaram o PT onde está, se ele não se sente em condições políticas de continuar com sua candidatura, é porque, na verdade, ninguém será punido e o PT não será renovado, o que, pelo menos a meu ver, é mais preocupante do que a questão do Governo Lula, que, bem ou mal, dentro de um ano e pouco, vai acabar. Enquanto o PT é um Partido importante, permanente e que tem que ser renovado. E, dessa forma, ele não apenas não será renovado, como vai, cada vez mais, afundar na corrupção que lá se instalou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES.) – Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, por dez minutos, como orador inscrito.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Marco Maciel, também por dez minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última quinta-feira, a ONU divulgou um relatório traçando um panorama sobre as desigualdades no mundo inteiro. É um relatório, Sr. Presidente, amplo que revela que a globalização ainda não foi capaz de distribuir riquezas e difundir conhecimentos de maneira uniforme em todo o Globo.

O estudo analisa a desigualdade de renda e de riqueza no mundo inteiro, além de avaliar outras áreas importantes que são indicativas da qualidade de vida de um povo, como saúde e educação.

O texto indica, infelizmente, que a desigualdade no mundo atual é maior do que a que existia há dez anos. Essa observação ocorreu embora tenha se verificado um crescimento econômico expressivo em algumas regiões do mundo. Mas não ocorreu, na verdade, um desenvolvimento que pudesse ser revertido para todos os países. Ainda segundo a ONU, a Organização das Nações Unidas, os benefícios do desenvolvimento mundial, em sua maior parte, foram revertidos para os países ricos, para os países industrializados. Sempre os mesmos.

O estudo constata o que o nosso grande mestre Celso Furtado já nos ensinava desde a década de 50, que o crescimento econômico sozinho não é capaz de promover o desenvolvimento econômico e social.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Marco Maciel, com o maior prazer.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Serei breve, desejo dizer que, como aconteceu com V. Exª, também tive oportunidade de ler nesse fim de semana o relatório da ONU, ainda que numa versão preliminar. E a constatação que eu tiro do referido documento é a mesma que V. Exª traz aqui

hoje à tarde. Ou seja, se o processo de globalização, de alguma forma, permitiu avanços no campo da fruição da liberdade e até de modo mais geral na difusão do processo democrático, de outra parte, fica evidente que a globalização tem contribuído, infelizmente, para ampliar não somente a pobreza como a desigualdade. São fenômenos distintos, ambos altamente graves. Isso ficou visível no documento da ONU e me pareceu, pelo que li, um documento muito bem elaborado. Foi essa visão que levou, certa feita, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a dizer que estávamos vivendo um processo provocador de novas assimetrias, isto é, que, se de um lado tinha a vantagem de permitir um melhor intercâmbio no campo das informações e até o crescimento econômico, de outra parte tinha grande desvantagem de provocar desigualdade, aumento da pobreza, agravando, conseqüentemente, as disparidades que já observamos em todo o mundo. Por isso, junto a minha voz à de V. Exª para dizer que esse documento da ONU merece uma ampla reflexão de todos nós, quer numa perspectiva especificamente brasileira, mas sobretudo numa perspectiva de como o País pode ou deve se inserir nesse processo de globalização.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Senador Marco Maciel, o seu aparte, que vem conferir ao meu discurso uma maior autoridade, um caráter de maior profundidade, porque sei que V. Exª é um estudioso dessas questões e sabe que a ONU hoje está muito debruçada sobre essa problemática. Não resta dúvida de que este relatório merece um exame da parte do Senado Federal, das autoridades brasileiras. Trata-se de um documento que deve realmente ficar não apenas para ser inserido nos Anais do Senado, mas é um documento que merece ser refletido que merece a nossa maior atenção. Agradeço a V.Exª, Senador Marco Maciel.

Sr. Presidente, países em desenvolvimento como a China e a Índia, apesar de se encontrarem em situação de crescimento econômico invejável, apresentam índices de desenvolvimento econômico e social que atestam que esse crescimento não está se constituindo em verdadeira ascensão na qualidade de vida de seus povos.

E como nos encontramos nesses nesse estudo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores? O Brasil ainda é o país campeão da desigualdade social. Os 10% mais ricos possuem uma renda 32 vezes superior aos 10% mais pobres. Constatamos também uma grande desigualdade entre etnias e diferenciação salarial entre pessoas do mesmo sexo que ocupam a mesma função.

No entanto, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é, ainda, como sempre, a indignação com o tratamento desigual que se dá às diversas regiões do Brasil. O Nordeste se constitui, ainda, na região que recebe o pior tratamento pelos órgãos governamentais federais. Devemos, de uma vez por todas, cobrar do Governo uma real política de desenvolvimento regional que contemple todas as regiões, com as suas peculiaridades e potencialidades.

O Senado, inclusive, deu um passo importante nessa direção, no momento em que criou a Comissão de Desenvolvimento Regional, Comissão esta que se depara com o seguinte fato: o Nordeste possui algo em torno de 27% da população brasileira. É mais de um quarto do total da nossa população, o que corresponde a quase 50 milhões de habitantes. Somos ainda, apesar das nossas enormes possibilidades, a região que possui o pior PIB **per capita** do Brasil. Enquanto concentramos 27% da nossa população, o nosso PIB corresponde a 13% do Produto Interno Bruto nacional.

Srªs e Srs. Senadores, em vez de o Governo se voltar para essa realidade para diminuir essas desigualdades, o que se constata? Constata-se que o BNDES, justamente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – agora ele é o BNDE; acrescentou-se um "S", mas esse "S", de Social, não chegou ao Nordeste – investiu em nossa região algo em torno de 9% no ano 2003. E pasmem os senhores: 7% no ano de 2004! A porcentagem que o referido Banco investiu no ano passado no Nordeste não corresponde nem a um quarto da nossa população; chega a ser quase a metade do nosso PIB.

Como então – pergunto – podemos contemplar um verdadeiro desenvolvimento para o País, se as regiões são tratadas desta forma: quanto mais pobres menos recursos?

Aprofundando ainda a análise, chegamos a outra constatação estarrecedora: o BNDES aumentou o seu volume de investimentos, de 2003 para 2004, de trinta e três milhões e quinhentos mil reais para 39 milhões e oitocentos mil reais (um acréscimo de seis milhões e trezentos mil).

Um número alto, Sr. Presidente,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – ...trinta e nove bilhões. Mesmo assim, o volume destinado ao Nordeste caiu de R$3.112.239.000,00 para R$2.737.280.000,00. Enquanto, em números absolutos, o investimento global do Banco subiu, no Nordeste, ele caiu em quase 400 mil (uma queda de mais de 12% no valor do investimento).

O argumento dado pelo Presidente do BNDES, o ex-Ministro do Planejamento Guido Mantega, ao

ser questionado pelo Senador Sérgio Guerra, é que o BNDES não aporta mais recursos para o Nordeste, porque não existem projetos suficientes.

O Presidente do BNDES vai me desculpar, mas o seu argumento, como representante governamental, lembra, de certa forma, o "lava-mão" de Pilatos: se a iniciativa privada e os governos municipais e estaduais não apresentam os seus projetos, o Governo Federal nada deve à opinião pública? Ora, um Governo que se comprometeu com a diminuição das desigualdades como o presente não pode se utilizar de subterfúgios ou de escapismos para a não-promoção do desenvolvimento regional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, vou terminar, colaborando com V. Exª, que se está mostrando tolerante.

Digo a todos que estão participando deste discurso, ouvindo-o ou assistindo a ele, que está mais do que no momento de a Bancada nordestina nesta Casa se unir, fazer valer a sua presença, fazer valer a sua força, fazer valer inclusive a sua sensibilidade, esquecendo-se das divergências partidárias e pensando grande, porque as nossas potencialidades são muitas e já foram cantadas em verso e prosa, mas o nosso povo ainda não usufrui de maneira devida das nossas riquezas.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Batista Motta; Srªs e Srs. Senadores, foi lançado, em cerimônia realizada no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, na quarta-feira da semana passada, o livro **O Congresso em meio século** (Editora Plenarium), contendo o depoimento prestado pelo Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira ao jornalista Tarcísio Holanda, um dos decanos da imprensa brasileira.

Sr. Presidente, trata-se de excelente contribuição à memória nacional, especialmente da vida parlamentar da última metade do século passado, pois sabemos que a memória tem sede na alma, como disse, certa feita, Santo Agostinho e, na medida em que preservamos a nossa memória, estamos enriquecendo a história brasileira.

O Dr. Paulo Affonso faleceu em meados deste ano e foi durante 42 anos funcionário da Câmara dos Deputados, dos quais 23 no exercício da privilegiada e estratégica função de Secretário-Geral da Mesa. Exerceu, posteriormente, as funções de Ministro do Tribunal de Contas da União e, após a sua aposentadoria, desempenhou atividades advocatícias em Brasília, em escritório integrado pelos também ex-Ministros Walter Costa Porto (TSE) e José Carlos da Fonseca (TST), este, por sinal, Deputado em várias legislaturas e conterrâneo de V. Exª, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – SE) – Nobre Senador Marco Maciel, estou interrompendo neste momento o seu pronunciamento para prorrogar a sessão por mais seis minutos, para que V. Exª possa concluir o seu discurso.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, Sr. Presidente, o gesto de V. Exª.

É de se notar que Paulo Affonso secretariou nada menos que 13 Presidentes da Câmara dos Deputados. De Bilac Pinto, em 1965, a Ulysses Guimarães, em 1989, a mim inclusive, uma vez que tive a honra de dirigir a Câmara dos Deputados no período de 1977-1979. Participou da tramitação de três Constituições e de suas respectivas emendas (1946, da Constituição de 1967 com a Emenda de 1969 e, finalmente, da Constituição de 1988) e foi personalidade ativa, conquanto muitas vezes não visível, de graves crises institucionais, como a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, até a reaquisição integral do Estado de Direito, por meio da Carta de 1988, produto de pacto político que tornou possível a eleição da chapa Tancredo Neves – José Sarney e prescreveu a convocação da Constituinte.

Durante muito tempo, confessa o autor, tergiversou em tornar públicos fatos e conversações de que tomara conhecimento em razão do ofício, mas rendeu-se, afinal, às instâncias de amigos, especialmente do arguto e competente Tarcísio Holanda, já referido, e dos igualmente jornalistas Rubem Azevedo Lima, escritor e historiador, e Clóvis Sena, poeta e cinéfilo.

O Dr. Paulo Affonso revela fatos e tece valiosos comentários a respeito de tudo quanto assistira e participara. Disse ele:

> Muitas vezes, indagava-me se teria o direito de revelar fatos de que tomei conhecimento e dos quais participei em razão de ofício, de um lado, e de outro, graças à honrosa confiança que em mim depositaram aqueles com os quais tive o privilégio de trabalhar. Não se trata, portanto, de livro de memórias, mas do testemunho de alguém que viveu intensamente período político de grande relevância para a compreensão da história política contemporânea.

A maioria dos políticos, Sr. Presidente, mormente aqueles que exerceram mandato de Deputado Federal ou Senador, tiveram a oportunidade de dele hau-

rir lições de vida pública, ouvir sua interpretação dos textos constitucionais e do Regimento da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Ademais, mercê de seus recursos nemônicos, oferecia sugestões de como superar crises e impasses, alguns de natureza institucional, com base nos exemplos do passado. O seu testemunho era valioso por ser uma pessoa de elevado conceito, reputação inatacável e excelente formação intelectual. Enfim, um cidadão republicano com notável "*instinto de nacionalidade*", a que se referia Machado de Assis, assíduo freqüentador das sessões do Senado no tempo do Segundo Reinado.

Faço este registro, Sr. Presidente, assinalando o fato de o Dr. Paulo Affonso não haver disputado eleições ou sequer se filiado a partido político. Isso, contudo, não nos deve deixar de salientar a sua intuição política e a consciência da importância das instituições representativas, a ponto de lapidarmente afirmar: "*Congresso e democracia não vivem um sem o outro".*

Concluo, Sr. Presidente, lembrando a devoção cívica que ele possuía pelo Congresso Nacional, no qual conviveu a maior parte do tempo de sua vida. Ele a expressa, entre outros trechos do livro, ao transcrever excerto de conferência do sempre lembrado João Mangabeira:

Não se deve maldizer o Poder Legislativo, tão exposto a censuras injustas e calúnias imerecidas. Ele é o mais popular dos poderes; é o único que representa o povo em todas as suas correntes de opinião, em todos os seus aspectos de vida. O Poder Legislativo deve ser amado pelo que faz e, sobretudo, pelo mal que evita ser feito.

Desejo, pois, Sr. Presidente, com este pronunciamento, igualmente homenagear todos aqueles que, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, exercitaram ou exercitam, de forma competente e proba, o relevante ofício de Secretário-Geral das Mesas, função imprescindível ao andamento das atividades legislativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Alvaro Dias e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a legitimação política pela intervenção do Estado no setor habitacional, não é mais objeto de contestação no Brasil. Em que pese a avassaladora onda de privatizações nos anos noventa, o modelo público de financiamento da casa própria dispõe, na sua essência, de um sentimento anuente de unanimidade nacional. Não é para menos, pois o déficit de moradias vem de longa data e atinge em cheio as camadas urbanas mais pobres, de longe a faixa populacional mais densa do país.

Fatalidade histórica quase inescapável às economias subdesenvolvidas – apesar das inúmeras iniciativas governamentais –, o sentido de "casa própria" para a ampla maioria de brasileiros adquire apenas a dimensão restrita e frustrante do onírico. No mundo real, contudo, onde as restrições orçamentárias pautam crescentemente a economia das famílias, é cada vez mais remota a realização do sonho habitacional.

Por tudo isso, uma incursão ligeira pelo modelo que rege as políticas habitacionais no Brasil não seria, em absoluto, obsoleta ou destituída de validade reflexiva e revisória. Pelo contrário, vale a pena aprofundarmos o conhecimento sobre a relação do Estado com o financiamento de moradias, na expectativa de que o modelo em curso seja revestido de periódicos exames de checagem e aperfeiçoamento.

Para tanto, não seria por demasiado restaurar o debate, recordando que o financiamento público de moradia no Brasil, por definição, lança mão de quatro principais estruturas de intermediação: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, por último, o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). No entanto, segundo os especialistas, a despeito das diversificadas fontes, a articulação sistêmica entre tais estruturas não tem, historicamente, funcionado a contento, suscitando desconfiança generalizada no setor.

Vamos por parte. Em 2003, estimava-se que o gasto social por ano no setor girava em torno de 150 bilhões de reais, dos quais apenas um quarto era apropriado pelos mais pobres. Tal fenômeno requer explicação. Por mais irônico que seja, a função social da habitação ainda provoca insegurança jurídica para os investidores, em virtude da eventual suspensão ou revogação de cláusulas contratuais pelo Judiciário. Além disso, outra alegada distorção no sistema brasileiro repousa sobre o fato de se abusar da concessão de benefícios à população de classe média, em flagrante detrimento dos realmente necessitados.

Em princípio, o mercado deveria ser o mecanismo prioritário por meio do qual a demanda habitacional brasileira deveria ser equacionada. Acontece, porém, que a cruel realidade social não autoriza o controle mercadológico de um bem tão indispensável ao cidadão. As imorais distorções na curva distributiva da renda nacional impõem ao Estado inevitáveis intervenções

no sistema de moradia, corrigindo injustiças e deficiências estruturais.

O alto custo unitário da habitação requer a existência de financiamentos de longo prazo para viabilizar a aquisição. Os saldos devedores, as prestações e a própria capacidade de pagamento dos mutuários são muito sensíveis às flutuações macroeconômicas, aí incluídas as variações nas taxas de inflação e de juros. Por esse perfil, justifica-se a implementação de um aparato institucional sólido, capaz de preservar o interesse dos mutuários, instituições financeiras e investidores.

Segundo os especialistas, é bastante aceita a idéia de que a aquisição de moradia induz a comportamentos socialmente valorizados. Nesse contexto, julga-se pertinente a correlação entre aquisição de imóvel e melhoramento da saúde, via medicina preventiva configurada na água tratada e no esgoto sanitário. Nessa linha, além do bem-estar propiciado ao proprietário, desencadeia um processo multiplicador de vantagens sociais.

Outro fator de não menos relevância é a vantagem potencial que a aquisição da moradia produz em termos de comportamento econômico nos agentes sociais, sobretudo em termos de formação de poupança familiar. Para os economistas, além do efeito benéfico da formação de poupança familiar, uma política habitacional popular funcionaria como um eficiente instrumento para a redução das desigualdades de renda e riqueza no Brasil.

Em resumo, não há como discordar da tese maior, segundo a qual a intervenção estatal no setor de habitação pode ser plenamente justificada como meio de superação de falhas no mercado. Mais que isso, pode operar como instrumento de distribuição de renda e riqueza na sociedade, minimizando uma realidade já saturada de injustiças e tragédias.

A bem da verdade, para se obter êxito no projeto, ao Estado, no entanto, compete uma intervenção pautada nas considerações explícitas e objetivas das medidas que implementarão efetivamente as políticas habitacionais. Vale frisar que, em caso de não atendimento dessas considerações, os riscos de ineficiências no mercado crescem, intensificando a ocorrência de desvios em relação às metas previamente fixadas para redução de desigualdades.

Como havia mencionado, no âmbito do Governo Federal, desenvolvem-se simultaneamente diversos programas e ações relacionados à provisão ou financiamento de habitação, todos previstos no Plano Plurianual. Todavia, embora a maioria significativa seja destinada ao atendimento da população mais desvalida, estão reservados, de maneira não muito compreensível, alguns empreendimentos às outras camadas do espectro social.

Para alguns pesquisadores, talvez esta seja a causa para que vultosos recursos do Erário sejam indevidamente direcionados às demandas das classes médias, em prejuízo dos mais carentes. A ausência de foco explícito na aplicação do FGTS e da poupança – fontes principais de financiamento habitacional – pode resultar em distorções inaceitáveis no sistema, transformando subsídios concedidos pelo Estado em moeda ilegitimamente apropriada por setores de alta renda da população.

Por isso mesmo, algumas recomendações por parte dos especialistas devem ser seriamente observadas pelas autoridades. A primeira delas diz respeito à eliminação da isenção de imposto de renda sobre os depósitos de poupança. Isso se justifica à medida que a utilização dessa preciosa receita deveria ser alocada para programas de subsídio à habitação popular.

Uma outra recomendação – segundo os estudiosos – repousa na hipótese de que, a continuarem os subsídios, o Estado deveria eliminar as brechas na legislação e na regulamentação. Em função dessas insuficiências legais, o sistema acaba por permitir a transferência de recursos subsidiados para setores de renda média e alta, desfocalizando o alvo popular do projeto político.

Nessa linha, para tentar contornar o problema do financiamento, advoga-se, por outro lado, o envolvimento de recursos orçamentários nos programas habitacionais. Providos de tais fontes, os custos de gerenciamento se reduziriam substancialmente, em comparação com os sistemas tradicionais de financiamento, para cujo efetivo funcionamento administrativo têm demonstrado inquietante incapacidade.

Enfim, Sr. Presidente, trata-se, aqui, de passar em revista as políticas nacionais destinadas à habitação popular, com o objetivo de suscitar uma discussão mais crítica sobre o atual sistema de financiamento. Mais que isso, visou-se à apreciação de um enfoque mais contemporâneo, que explora os efeitos sociais multiplicadores de uma política habitacional comprometida com as classes menos privilegiadas. Em suma, corrigindo presentes distorções, o modelo brasileiro vai, de fato, contribuir para um perfil distributivo de renda mais eqüitativo, garantindo a todos, por fim, a tão sonhada casa própria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado pelo

jornal **Folha de S.Paulo**, de 24 de agosto de 2005, com o título: "Silêncio fúnebre".

O artigo relata a pergunta feita ao Presidente interino do PT, Tarso Genro, durante a sabatina de que participou no dia 23 de agosto. Quem perguntou foi uma menina de 17 anos que só queria argumentos que a convencessem a votar no PT no ano que vem. A resposta, segundo o autor, foi de uma franqueza corajosa e surpreendente; o presidente "admitiu que não tinha um só argumento a oferecer, neste momento".

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Silêncio fúnebre

SÃO PAULO - *A primeira pergunta do auditório ao presidente interino do PT, Tarso Genro, durante a sabatina de que participou ontem, foi de uma menina de 17 anos que só queria argumentos que a convencessem a votar no PT no ano que vem.*

Genro, com uma franqueza corajosa e surpreendente, admitiu que não tinha um só argumento a oferecer. "Neste momento", ressalvou.

É o definitivo atestado de óbito de um partido. Se, há dois anos e meio, algum garoto/a pedisse argumentos a qualquer dirigente petista, ele se levantaria da cadeira, ofereceria a estrelinha vermelha ao jovem e levaria seu voto, mesmo que não acrescentasse um só argumento. O PT passou a vida vendendo sonhos. Entregou o mais nefando pesadelo em apenas dois anos e meio de governo.

É um caso de estudo para a ciência política universal. Já escrevi neste espaço uma e outra vez que o PT fez a mais radical e rápida guinada para a direita de que se tem notícia na história partidária do planeta.

Agora, suicida-se a uma velocidade igualmente incomparável.

Genro bem que tentou, na sabatina de ontem, citar outros partidos de esquerda que foram vítimas de processo semelhante de esclerose múltipla e relativamente rápida (o PS italiano, o partido socialista espanhol), mas não há termo de comparação entre os problemas em que se envolveram lideranças desses partidos e o apodrecimento do PT.

Apodrecimento a olho nu, constatado não só pela oposição e por uma parcela importante da opinião pública, mas pelo próprio presidente interino do partido.

A única defesa, assim mesmo relativa do PT, está dada pelo fato, igualmente apontado pelo seu presidente interino, de que nenhum partido de esquerda foi até agora capaz de pôr de pé alguma coisa que faça sentido e seja diferente das políticas que o governo Lula implementou e são de um conservadorismo tão infernal que deixa sem argumentos até um dos poucos teóricos que restam no PT.

@→ crossi@uol.com.br

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "Plagiando Vicente Celestino", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 19 de agosto do ano corrente.

Segundo o artigo, o último pronunciamento do Presidente Lula foi um plágio do compositor Vicente Celestino, compositor indiscutivelmente talentoso, praticante do gênero lacrimoso-brega na música popular brasileira, eternizado em peças antológicas como "O ébrio" e "Coração de mãe". Segundo o autor, esta última foi a peça escolhida por Lula para tocar o seu público durante o seu pronunciamento.

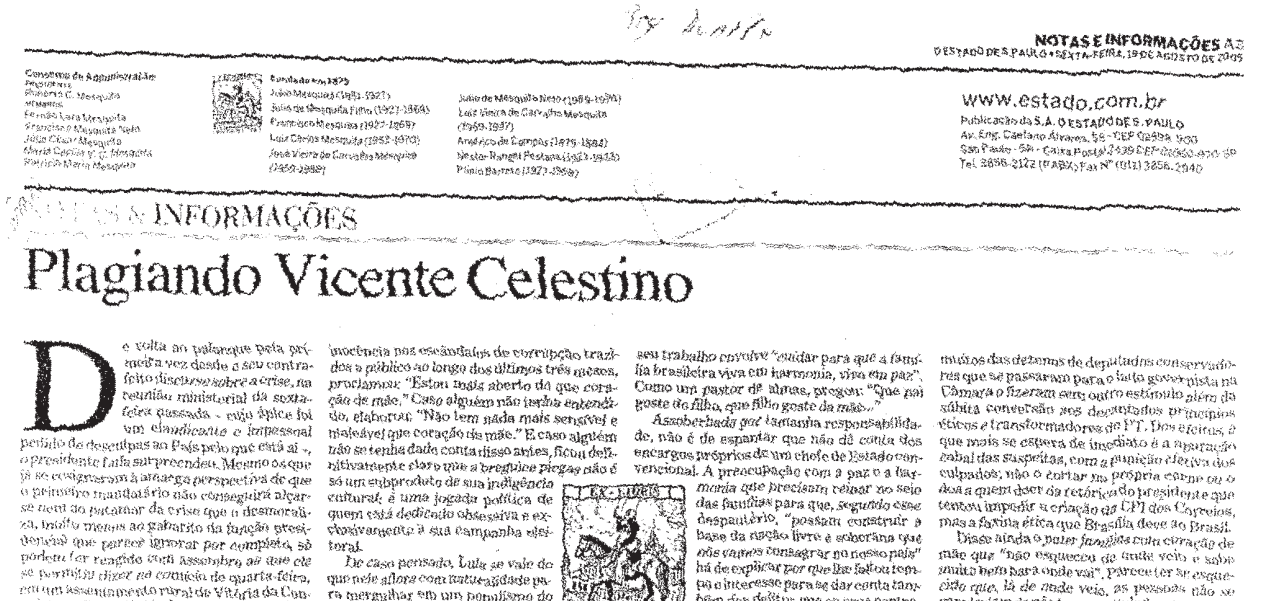
Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



NOTAS E INFORMAÇÕES A2
O ESTADO DE S. PAULO • SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2005

www.estado.com.br

INFORMAÇÕES

Plagiando Vicente Celestino

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado "Conspiração", de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 23 de agosto do corrente.

Para a autora, "os Waldomiros, Burattis, Silvinhos, Valérios e Delúbios são do PSDB e PFL e estão conspirando descaradamente para derrubar o governo. Só inimigo faz tanto estrago".

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Conspiração

BRASÍLIA - *Quem denunciou Antonio Palocci foi seu amigo e ex-assessor na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), Rogério Buratti, garantindo que o chefe tirava R$ 50 mil por mês dos ricos para dar aos pobres. Quer dizer: das empresas de lixo para o PT.*

Quem primeiro atingiu José Dirceu foi Waldomiro Diniz, que era seu braço-direito no Planalto e foi filmado levando propina de bicheiro.

Quem botou a boca no trombone contra o esquema Marcos Valério foi o deputado Roberto Jefferson, do PTB, aliado do governo Lula e freqüentador do Planalto.

Quem ganhou um Land Rover da GDK, empresa da área de petróleo que disputa licitações milionárias com o governo, foi o então secretário-geral do PT, Sílvio Pereira.

Quem recebeu um pacote inocente com R$ 327 mil e aproveitou para comprar um apartamento um mês depois foi Henrique Pizzolato. Em 2002, ele desfilava com cartão de visitas do comitê financeiro de Lula. Depois, vôltou para o Banco do Brasil.

Quem assinou os empréstimos de milhões para o PT com aval de Marcos Valério foi o à época presidente do partido, José Genoino.

Quem abriu o bico foram Marcos Valério, sobre os saques, e Duda Mendonça, sobre o envio de dólares para paraísos fiscais.

Quem fazia fila no Banco Rural de Brasília para pegar R$ 20 mil, R$ 50 mil, R$ 400 mil eram os líderes e alguns importantes deputados do PT e da base aliada (PL, PTB, PP).

E quem estava por trás de tudo era o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Que devia ter alguém por trás dele...

Para mim, os Waldomiros, Burattis, Silvinhos, Valérios e Delúbios são do PSDB e do PFL e estão conspirando descaradamente para derrubar o governo. Só inimigo faz tanto estrago.

Aliás, o tucanão Buratti depõe amanhã na CPI dos Bingos, e o governo está apreensivo. Buratti sabe das coisas e só contou um pedaço para os promotores paulistas. Pode ter deixado o filé suculento para a TV, ao vivo e em cores? Cores vermelhas.

@→ **elianec@uol.com.br**

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Adivinhe quem vem para jantar?", de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 12 de agosto do corrente.

Mesmo com as denúncias de Duda Mendonça, na CPMI dos Correios, dizendo que possuía conta em paraísos fiscais para receber dinheiro de Marcos Valério, o Presidente Lula ainda acha que a crise está longe dele. Segundo a articulista, "ele nem é PT nem é parlamentar. Aliás, nem mesmo é um político tradicional e está acima de tudo isso". E, para mostrar o seu total desligamento do problema, no mesmo dia da denúncia o Presidente jantou com Hugo Chávez.

Sr. Presidente requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Adivinhe quem vem para jantar?!

BRASÍLIA - *Os milhões do PT para as contas de Duda Mendonça em paraísos fiscais, passando pela central Marcos Valério em Minas, implodiram de vez o Congresso e isolaram ainda mais o Palácio do Planalto.*

Enquanto isso... Lula continua no outro mundo, convencido de que a economia está supimpa e a crise ética só atinge em cheio o PT e o Congresso. Ele nem é PT nem é parlamentar. Aliás, nem mesmo é um político tradicional e está acima de tudo isso.

Em outras palavras: Lula está certo de que as ruas que derrubaram Collor é que vão salvá-lo.

É nesse contexto que a casa caiu ontem, com os depoimentos de Duda, mas Lula despachou normalmente no Planalto, tirou a gravata e foi jantar na Granja do Torto com o presidente Hugo Chávez e com uma penca de ministros e altos funcionários.

Pela agenda oficial —só distribuída tarde da noite pelo Planalto, depois que a imprensa descobriu por acaso a vinda de Chávez—, o encontro foi "de trabalho", para discutir petróleo e infra-estrutura.

Nestes tempos de tantas mentiras, ninguém acreditou. Mais crível é que, depois da ruína do PT, da corrosão da imagem nos formadores de opinião, das cuecas, malas e pacotes, Lula queira aperfeiçoar com Chávez a tecnologia de se manter no poder à custa das classes "C", "D" e "E", lixando-se para o resto.

Nesse contexto, alguém precisa ir lá e explicar para o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) que vai ficar esquisito o governo Lula vetar justamente o salário mínimo de R$ 384 em favor de outro, de R$ 300.

O "povão", para quem Lula não cansa de falar, pode não ler jornal, ver revista e assistir aos depoimentos pelos canais fechados. Mas vê e entende tudo direitinho pela TV aberta. Principalmente quando a palavra-chave é "equilíbrio fiscal", de um lado, e "salário", de outro.

Lula pode não se sentir ladeira abaixo, mas está cada vez mais a caminho da Venezuela, de Chávez, do populismo e do salve-se como puder.

@→ elianec@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado *Lula's Trial by Fire*, de autoria de Mac Margolis, publicado na revista **Newsweek**, edição de 8 de agosto do corrente ano.

O autor, em seu artigo, relata a crise política instalada no país, avaliada como a mais grave em duas décadas. Comenta o alastramento dos escândalos e cita o ex-Ministro José Dirceu, a cúpula do PT, a renúncia de José Genoíno do cargo de presidente do PT, o vexame do "caso da cueca", assim como a franquia dos jogos de computador do filho de Lula. Menciona o discurso de posse do Presidente Lula, quando declarou ser os principais objetivos do seu governo a luta contra a corrupção e a defesa da ética na esfera pública. No entanto, tão logo assumido a presidência, ter criado uma dúzia de novos ministérios e secretarias e dobrado o salário de alguns cargos pontuais. Ao concluir o artigo, diz que Lula está aprendendo a lição da pior forma: quanto maior o governo, mais difícil controlá-lo e monitorá-lo.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Teste de Lula

Será que o atual presidente do Brasil irá dar as costas para a reforma?

Assediado: O discurso de Lula está se tornando cada vez mais populista.

A prova de fogo de Lula

Será que os intensos escândalos de corrupção irão ajudar o presidente a retroceder com relação às reformas duramente conquistadas?

Por MAC MARGOLIS

Os brasileiros geralmente têm um fraco por novelas, mas nem a melhor delas poderia competir com a confusão que tem entretido Brasília ultimamente. Mal se passaram três meses desde que um servidor de nível médio dos Correios foi filmado aceitando uma propina de R$ 1.300,00 de um possível fornecedor do governo, e isso já parece fichinha. Três comissões do congresso estão investigando se alguns dos mais altos funcionários governamentais do Brasil conspiraram para comprar legisladores federais, receber subornos para assinar contratos e colocar as mãos no dinheiro. Espionagem, caixa dois, roubos típicos de Hollywood e montes de dinheiro escondidos em carros-fortes, malas e até mesmo em cuecas – a pior crise política do país em duas décadas tem agitado o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o âmago, e os brasileiros não têm perdido um episódio.

Até agora, o presidente não foi incriminado, e seus índices de popularidade permanecem em torno de 60%. Contudo a agenda do governo, cheia de corajosas reformas econômicas e políticas, está paralisada. À medida que as manchetes trazem, a cada dia, revelações mais catastróficas – na semana passada, investigadores pediram a prisão de um financiador clandestino do Partido dos trabalhadores (PT), Marcos Valério – um Lula abalado se parece cada vez mais com os demagogos 'de mão no peito' que assombraram a política da América Latina durante décadas. Da mesma maneira do volátil presidente da Venezuela, Hugo Chaves, Lula tem respondido aos seus críticos se apoiando em multidões devotas de trabalhadores rurais, colocando capacetes em reuniões com sindicalistas e atacando verbalmente a imprensa sensacionalista e a "elite". "Ainda está pra nascer um brasileiro que possa me dar lições de ética," rosnou num recente discurso para os metalúrgicos de São Paulo. Alguns investidores começam a temer que, faltando apenas 15 meses para a reeleição, o ex-torneiro mecânico possa voltar atrás nas reformas que tem alavancado até então, revertendo para uma agenda populista com o objetivo de salvar a pele.

A pressão para que o faça vem aumentando dia a dia. Embora ainda faltem provas sólidas, cerca de três dúzias de altos funcionários públicos já foram arrastados para o meio do crescente escândalo; incluindo-se o Ministro-Chefe da casa Civil, José-Dirceu, e toda a liderança do PT. José Genuíno renunciou à presidência do partido após um assistente de seu irmão, deputado estadual, ter sido preso tentando embarcar num avião com 100.000,00 dólares escondidos em sua cueca. Até mesmo a família do presidente começou a ser investigada quando se descobriu que uma companhia telefônica, em parte estatal, tinha dado preferência a uma franquia de jogos de computadores, de propriedade do seu filho, Fábio, oferecendo um investimento generoso. Um Lula na defensiva reestruturou seu

gabinete e atribuiu a vários ministros a tarefa de controlar o PT, que está em farrapos. Valério insiste que só fez empréstimos para a campanha, e não subornos; mas a quantidade de políticos que embolsou envelopes de dinheiro provenientes de contas bancárias em seu nome já ultrapassa os 50.

O escândalo foi rastilho para uma revolta civil, de proporções raramente vistas na América Latina. Comerciantes, industriais e prestadores de serviço formaram uma "Frente Brasileira" para pressionar o governo a diminuir a carga fiscal excessiva, argumentando que essa seria a única maneira de acabar com o desperdício e o roubo numa burocracia arrogante. A imprensa do país, embora surpresa com a corrupção, tem seguido obstinadamente o rastro de dinheiro sujo, almoços de poderosos e legisladores movidos a dinheiro e malas. Estudantes universitários irreverentes fizeram do escândalo um carnaval, desfilando com máscaras do obscuro tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e do principal denunciante do escândalo, o rebelde congressista Roberto Jefferson. Até mesmo o Congresso, apesar de bastante manchado, começou a investigar agressivamente contas bancárias e gravações telefônicas.

Presidentes decadentes são uma velha síndrome na América Latina. Mas o desenrolar do governo de Lula tem sido bastante desagradável. Mais do que um herói da classe operária, cuja ascensão do proletariado ao comando da quarta maior democracia do mundo fez dele uma celebridade internacional, Lula se tornou um símbolo de governo justo e honesto. "Mudança, é a palavra chave", declarou ele em seu discurso de posse em janeiro de 2003. "Os principais objetivos de meu governo são a luta contra a corrupção e a defesa da ética pública". Não menos importante, ele tem conseguido dominar uma das artes políticas mais difíceis, se manter na corda bamba, mantendo-se popular mas sem se tornar um presidente populista.

Não teve muitas opções. Fala-se muito do carisma de Lula e sua maneira de governar "com o coração". Mas muito mais importante foi ele saber reconhecer as limitações de seu cargo. No curto espaço de duas décadas desde que o Brasil restaurou as eleições livres, importantes instituições democráticas se estabeleceram e se desenvolveram no país. O judiciário não está mais sujeito aos caprichos de Brasília. A imprensa nacional é uma das mais agressivas da América do Sul. O Congresso, apesar de infestado de oportunistas, passou de um mero salão vazio à uma engrenagem de reformas.

Mais importante, talvez, seja o fato de que a política econômica é controlada pelas leis do mercado livre, e não pelos caprichos de burocratas. O Banco Central, apesar de não ser formalmente autônomo, tem funcionado de forma independente. O mesmo tem acontecido com as agências reguladoras, que atuam diretamente sobre o mercado de prestação de serviços públicos. Apesar da retórica inflamada, Lula manteve o apoio a Antônio Palocci, seu realista Ministro da Fazenda, cujo orçamento rigoroso e contenção de gastos tem irritado os membros do PT, mas parece ter agradado bastante aos credores do Brasil. E talvez seja por isso que a maioria dos analistas quer evitar uma reviravolta abrupta em Brasília.

Surpreendentemente, a maioria dos investidores estrangeiros e locais não deram importância ao escândalo de suborno e o interpretaram como uma guerra política e não como uma crise de confiança nacional. Há duas semanas atrás, a Darby Overseas Investment, um dos maiores fundos de investimento dos Estados Unidos, anunciou que iria investir 100 milhões de dólares no Brasil, e o Tesouro brasileiro convenceu os investidores a trocar uma divida antiga por um total de 7,4 bilhões de dólares em títulos de longo prazo com taxas de juros menores. "Nem o mercado nem a sociedade brasileira aprovariam aventuras", disse o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega,da empresa de consultoria

Tendências. "O resultado seria um fuga instantânea de capital, enquanto eleitores inseguros certamente puniriam o governo nas próximas eleições".

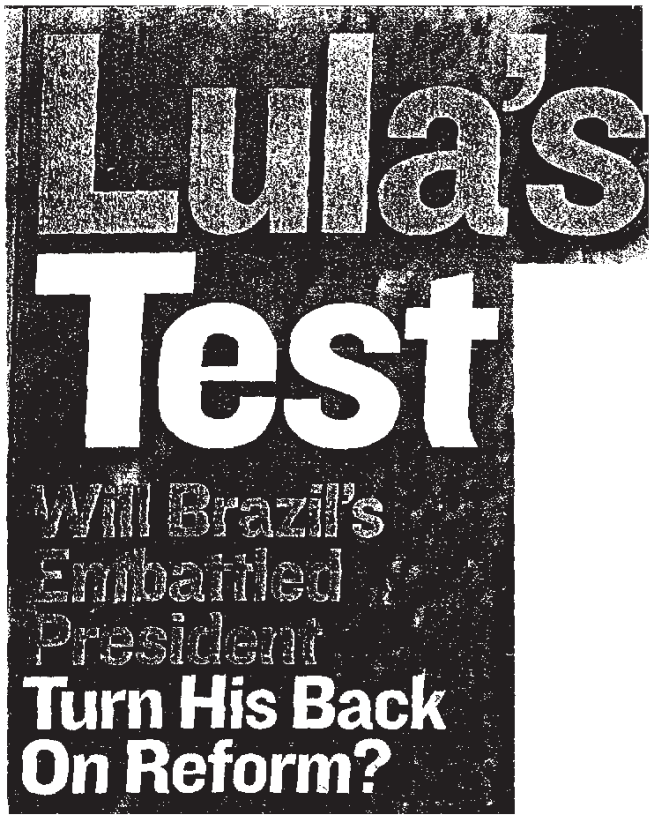
Não se sabe se o Brasil é capaz de combater a corrupção; um problema endêmico que pode abalar até mesmo as mais sólidas economias. A corrupção no governo desenvolveu-se durante a ditadura militar entre 1964 e 1985, quando um denunciante podia ser preso ou até pior. Mais tarde, em 1992, um Congresso mais corajoso expulsou Fernando Collor de Mello do cargo de presidente por este ter conseguido uma fortuna em subornos. Embora Collor não tivesse sido preso, o legislativo expulsou dúzias de colegas desonestos, criou leis rígidas para evitar a lavagem de dinheiro e agiu com mais rigor em relação ao altos gastos com financiamento de campanha. De acordo com uma lei de responsabilidade fiscal criada recentemente, funcionários do governo podem ser presos por realizarem gastos acima de seus orçamentos. A polícia federal lançou e modernizou imensas operações de busca e investigações secretas.

No entanto, a corrupção continua crescendo. Especialistas especulam sobre as razões, mas um consenso crescente aponta para uma aplicação da lei negligente ou casual. Com freqüência, os auditores fazem parte da burocracia que inspecionam. A unidade de investigação de lavagem de dinheiro do Ministério da Fazenda tem 11 analistas para investigar o maior sistema financeiro da América Latina. É claro que isso não explica como os legisladores e seus "homem da mala" conseguiam sacar repetidamente milhões de dólares em dinheiro dos bancos sem uma investigação da polícia, dos auditores da receita, ou da imprensa. "Nós temos todos os mecanismos para descobrir a corrupção e punir os culpados", declara o consultor político Amaury de Souza. " Mas de que servem estes mecanismos se não os colocamos em prática?"

Talvez a razão principal dos escândalos de corrupção crônica no Brasil seja o próprio governo. Após sua vitória nas eleições, Lula criou imediatamente uma dúzia de novos ministérios e secretarias e aumentou para mais do dobro os salários de cerca de 120 mil cargos de nomeação política. Pior ainda, muitos destes cargos foram entregues aos ministérios mais influentes e às empresas estatais prestadoras de serviços, onde o roubo grassa. Não admira que os brasileiros paguem ao governo quatro de cada dez reais que ganham- quase duas vezes a carga fiscal da maioria dos paises latino americanos. "Não é que o Brasil precise de mais pessoas honestas em cargos públicos", diz o economista Roberto Fendt. " O problema é que o governo é grande demais e poderoso demais, o que cria uma noção de impunidade."

Diminuir o tamanho da máquina governamental poderá ser a única forma de salvá-la. No final do mês passado, Lula praticamente reconheceu esse fato quando extinguiu uma série de ministérios e reduziu outros. Anunciou também que reservaria 7 mil cargos de nomeação política para funcionários públicos da área técnica e não para protegidos. "Quanto maior for o governo mais difícil é controlá-lo e monitorá-lo", diz Ives Gandra Martins, um advogado especialista em gastos públicos. "A corrupção grassa no escuro." Lula aprendeu a lição da forma mais dura.

LONDON: INSIDE THE INVESTIGATION
Newsweek


Lula's
Test
Will Brazil's
Embattled
President
Turn His Back
On Reform?

Lula's Trial by Fire

Will a mushrooming corruption scandal push the president to backtrack on hard-won reforms?

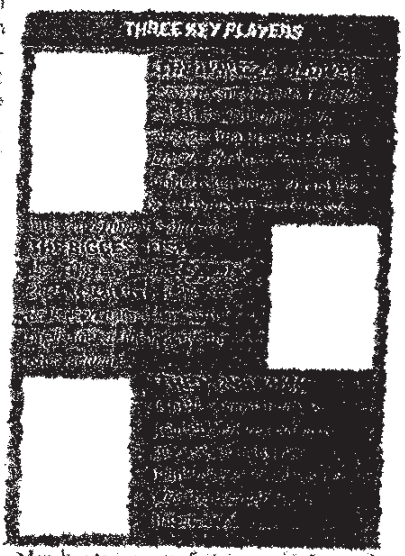
BY MAC MARGOLIS

BRAZILIANS HAVE A SOFT SPOT for soap operas. But not even the most piquant telenovela could compete with the imbroglio that has gripped Brasília lately. Barely three months have passed since a midlevel postal-service bureaucrat was filmed taking a fistful of reais worth $1,300 from a would-be government contractor. That bit of graft looks almost demure now: three separate congressional panels are investigating whether some of Brazil's highest officials conspired to buy off federal legislators, squeeze businesses for kickbacks and help themselves to the public till. Spying, slush funds, an opera-singing snitch and bricks of cash stuffed into armored cars, suitcases, even underpants—the country's worst political crisis in two decades has shaken the administration of President Luiz Inácio Lula da Silva to its core, and Brazilians haven't missed an episode.

So far the president himself has not been implicated, and his popularity ratings remain about 50 percent. But the government's bold agenda of economic and political reforms has been all but paralyzed. As each day's headlines bring ever more damaging revelations—last week investigators petitioned for the arrest of a clandestine Workers Party (PT) bankroller named Marcos Valério—a wounded Lula has been sounding eerily like the sort of chest-thumping demagogue that has haunted Latin American politics for decades. Like Venezuela's mercurial President Hugo Chávez, he has answered his critics by wading into adoring crowds of peasants, donning hard hats with union workers and lashing out at the rumor-mongering press and the "elite." "There is yet to be born a Brazilian qualified to give me lessons in ethics," he growled in a recent speech to São Paulo steelworkers. Some investors are beginning to worry that the former lathe worker, facing re-election in just 15 months, may backtrack on the reforms he has pushed through thus far, reverting to a populist agenda to save his skin.

Pressure to do so has been growing by the day. Though hard criminal evidence is still patchy, some three dozen public officials have been dragged under by the spreading scandal, including Lula's former chief of staff José Dirceu and the entire leadership of the ruling PT. José Genoino resigned the party's presidency after an aide to his brother, who is a regional lawmaker, was arrested trying to board a flight with $100,000 allegedly tucked into his underpants. Even the First Family came under scrutiny when word got out that a telephone company partly owned by the government had favored a tiny computer-game franchise owned by the president's son Fábio with a generous investment. A defensive Lula has overhauled his cabinet and reassigned several ministers to take over the PT, which is in tatters. Valério insists he made campaign loans, not bribes, but the number of politicians who pocketed envelopes of cash drawn from his accounts has already surpassed 50.

The scandal has ignited a civic revolt of proportions rarely seen in Latin America.



Merchants, manufacturers and service workers have formed a "Brazilian front" to pressure the government to slash the country's onerous tax burden, arguing that's the only sure way to stop waste and theft in the lordly bureaucracy. The national press, while surprised by the scam, has doggedly pursued the trail of funny money, power lunches and cash-and-carry lawmakers. Irreverent university students have turned the scandal into carnival, parading with masks of shadowy PT treasurer Delúbio Soares and the scandal's chief whistle-

blower, renegade congressman Roberto Jefferson. Even the Congress, though badly tarnished, has begun aggressively scouring bank accounts and telephone records.

Perishable presidents are an old Latin American syndrome. But the unraveling of Lula has been especially jarring. More than a workingman's hero, whose rise from the shop floor to the commanding heights of the world's fourth-largest democracy made him an international celebrity, Lula had become a symbol of fairness and honest government. "Change—that's the key word," he declared in his Inaugural speech in January 2003. "Fighting corruption and upholding ethics in the public sphere will be central and permanent objectives of my government." Just as important, he appeared to have mastered the rarest of political balancing acts, remaining hugely popular without turning into a free-spending populist.

He had little choice. Much is made of Lula's charisma and his quality of ruling "from the heart." Far more important is his recognition of the limits of his office. In the scant two decades since Brazil restored free and open elections, key democratic institutions have set root and matured. The judiciary is no longer beholden to the whims of Brasília. The national press is one of the most combative on the continent. Congress, though packed with opportunists, has evolved from a mere chamber of winds to become an engine of reform.

More crucially, perhaps, economic policy is regimented by the rules of the free market, not by the whims of bureaucrats. The Central Bank, though not formally autonomous, has operated independently. So have the economic regulatory agencies, which keep the playing field level in the market for utilities and public services. Despite the heated rhetoric, Lula has stood solidly behind Antonio Palocci, his hard-headed Finance minister, whose spartan budgets and tight money have irked the PT faithful but pleased Brazil's creditors to no end. That may be why most analysts rule out an abrupt about-face in Brasília.

Tellingly, most foreign and local investors have shrugged off the payola scandal as a political quarrel rather than a crisis of national confidence. Two weeks ago Darby Overseas Investment, a giant U.S. investment fund, announced it was pouring $100 million into Brazil, and the Brazilian Treasury persuaded investors to swap old debt for $7.4 billion in new long-term bonds with gentler interest rates. "Neither the markets nor Brazilian society would stand for adventures," says former Finance minister Maílson da Nóbrega, of the economic think tank Tendências. "The result would be instant capital flight, while insecure voters would be certain to punish the government the next time they went to the polls."

Less certain is whether Brazil can beat corruption—an endemic ailment that can undermine even the soundest economics. Official corruption thrived under the military dictatorships that ruled between 1964 and 1985, when a whistle-blower could face prison or worse. Then in 1992, an emboldened Congress threw Fernando Collor de Mello out of office for taking a fortune in kickbacks. Though Collor escaped prison, lawmakers expelled dozens of crooked colleagues, drafted tough laws to curb money laundering and cracked down on spongy campaign financing. Under a recent "fiscal-responsibility law," public officials can go to jail for busting (or raiding) their budgets. The federal police force has modernized and launched huge dragnet and sting operations, rarely tipping its hand.

Still, corruption thrives. Experts quibble over the reasons, but a gathering consensus points to lax or haphazard enforcement. Auditors too often are beholden to the same bureaucracies they inspect. The Finance Ministry's money-laundering detection unit has 11 analysts to monitor Latin America's biggest financial system. Of course, that doesn't explain how lawmakers and their bagmen repeatedly withdrew millions of dollars in cash from banks without a single query from the police, government tax inspectors or the press. "We have the mechanisms to detect corruption and punish the culprits," says political consultant Amaury de Souza. "But what good are they if we don't enforce them?"

→ Perhaps the deeper reason for Brazil's chronic corruption scandals is the government itself. After his victory, Lula promptly created a dozen new ministries and secretariats and more than doubled the salaries for some 120,000 politically appointed positions. Worse, scores of these were assigned to the biggest ministries and state-owned utilities, where thieving is rife. Little wonder that Brazilians pay the government four of every 10 reais they earn—nearly twice the tax burden of most Latin American countries. "It's not that Brazil needs more honest people in office," says economist Roberto Fendt. "The problem is that government is too big and too powerful, and that creates a sense of impunity."

"We have the mechanisms to detect corruption. But what good are they if we don't enforce them?"

Shrinking government may be the only way to save it. Lula tacitly acknowledged as much late last month, when he shut down and downsized a handful of ministries. He also announced that some 7,000 patronage jobs would be reserved for professional civil servants, not cronies. "The bigger the government, the harder it is to control and monitor," says Ives Gandra Martins, a lawyer specializing in government spending. "Corruption thrives in the dark." Lula has learned that lesson the hard way. ■

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO LIDO EM 23-8-2005 E PENDENTE DE VOTAÇÃO

Votação, em turno único, do Requerimento nº 915, de 2005, do Senador Alvaro Dias, *que requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos temos regimentais, que seja encaminhada ao Tribunal de Contas da União solicitação para que realize auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em relação à sua carteira de financiamentos ao exterior, especialmente no que diz respeito aos comprovantes de destino dos recursos aplicados e à relevância dos projetos em relação aos interesses nacionais.*

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000
(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Ar-*

madas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PMDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)

Ata da 146ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, da Sra, Serys Slhessarenko, e do Sr. Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/8/2005 07:32:22 até 30/8/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
-	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SERGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 79 Senadores

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 20:30:43

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº 91/05-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo Senador Heráclito Fortes, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito – "Bingos".

Cordialmente, – **José Agripino,** Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

Of. nº 850/05 – LPL

Brasília, 22 de agosto de 2005

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Medeiros (PL – SP), como titular, em substituição ao Deputado Welinton Fagundes (PL – MT); indica, ainda, o Deputado Welinton Fagundes (PL – MT), como suplente, em substituição ao Deputado Medeiros (PL – SP), para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, – Deputado **Sandro Mabel,** Líder do Partido Liberal.

Of. nº 869/05 – LPL

Brasília, 29 de agosto de 2005

Senhor Presidente:

Por motivo de doença, comunico o afastamento do Deputado Welinton Fagundes (PL – MT) da Suplência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, ingressando em seu lugar o Deputado Inaldo Leitão (PL – PB).

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, – Deputado **Miguel de Souza,** 1º Vice–Líder do Partido Liberal.

Of. nº 879/05 – LPL

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o PL indica, como titular, o Deputado Inaldo Leitão (PL – PB) em substituição ao Deputado Medeiros (IPL – SP), e como suplente o Deputado Medeiros (PL/SP) em substituição ao Deputado Inaldo Leitão (PL – PB) para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, – Deputado **Sandro Mabel,** Líder do Partido Liberal.

Of. nº 92/05-GLPFL

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Paulo Octávio pelo Senador César Borges, como suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005-CN, "Compra de Votos".

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.663/05

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Com a finalidade de atualizar a estrutura da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme preceitua o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, informo a Vossa Excelência que o Deputado Fernando Ferro (PT/PE) assumiu, desde 10 de agosto último, a Liderança da Maioria nessa Casa.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 944, DE 2005

De registro em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Pastor Zózomo Malta.

Senhor Presidente

Requeiro o registro em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastor Evangélico Zózomo Malta, ocorrido no dia 23 de agosto do corrente ano, em Teresina, Estado do Piauí, bem como de apresentação de votos de condolências à família, residentes no Conjunto Park Piauí, Quadra 88, Casa 1 – Bairro Park Piauí – Teresina-PI, CEP. 64000-00

O Pastor Zózomo Malta, era Assessor da Secretaria de Assistência Social do Estado do Piauí, tendo desempenhado papel importante para a implementação de projetos sociais e de assistência no Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005 – **João Batista Motta.**

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 945, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 258 e do art. 260, inciso II, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 487/2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 108/2005, por versarem sobre a mesma matéria, com precedência do último sobre o primeiro, dada sua maior amplitude.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa.**

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, **c**, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 946, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações abaixo explicitadas, referentes às atividades da Receita Federal do Brasil:

1) Os portadores de fibrose cística (mucoviscidose) estão contemplados na isenção de imposto de renda de que trata o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, em observância ao disposto no § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995?

2) No caso de resposta negativa à primeira indagação, informar qual o fundamento jurídico para a não-observância da isenção prevista no mencionado § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 1995, não revogada expressamente pela Lei nº 11.953, de 29 de dezembro de 2004.

Justificação

O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998, prevê a isenção de imposto de renda para portadores das doenças que menciona. Em 1995, foi editada a Lei nº 9.250, que estendeu a mencionada isenção aos portadores de fibrose cística (mucoviscidose).

Recentemente, foi editada a Lei nº 11.953, de 29 de dezembro de 2004, cujo único propósito foi o de incluir na relação de isenções os portadores de hepatopatia grave. Todavia, em virtude da vigência da Lei Complementar nº 95, de 1998, houve a necessidade de a Lei nº 11.953, de 2004, reproduziu todo o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1998, para nele inserir a expressão “hepatopatia grave”.

Não contém, entretanto, a referida Lei nº 11.953, revogação da Lei nº 9.250, de 1995. Se fosse para excluir os portadores de fibrose cística do rol de isenções, deveria constar expressão revogação da Lei nº 9.250, de 1995, consoante o disposto no art, 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Com o propósito de reforçar essa linha de interpretação, anexo ao requerimento cópia do Nota Técnica nº 210, de 2005, da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senador **Romeu Tuma.**

(À Mesa, para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

– Nº 1.779/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 527, de 2005, dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti.
– Nº 1.781/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 672, de 2005, do Senador José Jorge.
– Nº 1.782/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 228, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
– Nº 1.783/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 246, de 2005, do Senador Álvaro Dias, e esclarecendo que posteriormente serão enviadas informações complementares.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 29, DE 2005

Aviso nº 6.384-GP/TCU

Brasília, de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, informo que foi protocolizada junto a esta Corte de Contas Representação (TC-012.886/2005-2) oferecida pelo Senhor Deputado Federal João Alberto Fraga Silva que denuncia uma série de irregularidades, potencialmente danosas ao Erário, as quais estariam sendo perpetradas por Fundos de Pensão, a saber: Previ, Petros e Funcef, cujos patrocinadores são empresas públicas ou estatais, conforme já bastante divulgado pela mídia nacional.

Trata-se de acordo celebrado entre os aludidos Fundos de Pensão e o Citigroup, no qual tais fundos se comprometem a comprar a participação acionária do Citigroup junto á empresa Brasil Telecom ao preço de R$1,045 bilhão, corrigido pela variação do IGP-DI e acrescido de 5% ao ano, direito a ser exercido a partir de novembro de 2007.

Tal negociação, conhecida como "put" – compromisso segundo o qual os Fundos de Pensão já citados assumiriam o dever de comprar a participação do Citigroup no período acima mencionado – poderia gerar elevados prejuízos aos já aludidos fundos e, de conseguinte, ao Erário, porquanto, conforme informação extraída da Bovespa, o lote de mil ações da Brasil Telecom S/A fechou a R$24,87, ao passo que o preço ajustado entre as partes corresponde a R$90,00.

A par disso, informo que, por meio de Despacho por mim proferido, determinei a oitiva de membros da direção dos Fundos Previ, Petros e Funcef no sentido de prestarem os esclarecimentos necessários a este Tribunal e também de juntarem a documentação pertinente aos fatos ora narrados, a fim de serem detalhadamente analisados por esta Corte de Contas.

Cumpre informar, ainda, que o Representante requereu a suspensão cautelar da Assembléia Geral Extraordinária que se realizará amanhã, 27-7-2005, pela Brasil Telecom para nomeação da nova direção da Sociedade, o que não foi acatado por esta Presidência, visto tratar-se de tema alheio aos fatos potencialmente danosos ao Erário, como também não ter sido preenchido o requisito fundamental do **periculum in mora**, para a concessão da cautelar.

Assim, tendo em vista ser competência exclusiva do Legislativo Federal a sustação de contratos, conforme reza a Constituição Federal, além de ser o Congresso Nacional o titular do Controle Externo, levo os fatos em questão ao conhecimento de Vossa Excelência.

Respeitosamente, **Adylson Motta,** Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Expediente lido, autuado como Aviso nº 29, de 2005, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

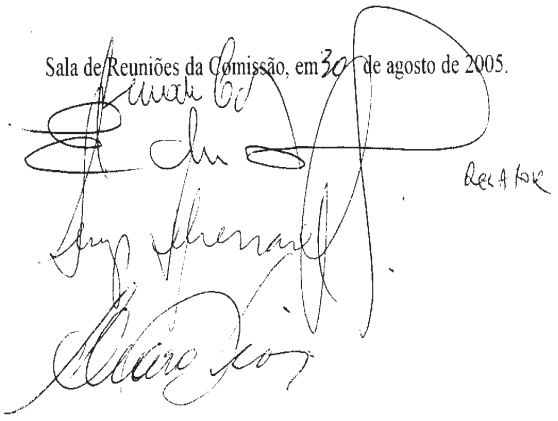
PARECER Nº 1.543, DE 2005

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808,

de 2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, consolidando as Emendas de nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovadas pelo Plenário.



ANEXO AO PARECER Nº 1.543, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 2004 (nº 808, de 2002, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, para obrigar a identificação do corretor de imóveis responsável pela venda na respectiva escritura pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências", passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 1º-A, As escrituras públicas de compra e venda de bens imóveis conterão a identificação do corretor, pessoa física ou jurídica, e o valor da corretagem.

§ 1º A identificação do corretor conterá:

I – o endereço completo;

II – o número de cadastro de pessoa física ou jurídica no Ministério da Fazenda;

III – o número de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis;

IV – o valor pago a título de honorários de corretagem.

§ 2º Ocorrendo compra e venda sem intermediação, na escritura pública, as partes declararão, sob as penas da lei, que aquela se realizou sem intermediários."

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há oradores inscritos.

Como primeiro orador da sessão de hoje, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável, quando possível.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exª será atendido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Senadoras e Senadores, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Rodolpho Tourinho, quero comentar na tribuna da Casa, no dia de hoje, as minhas preocupações com os fortes ventos e a tempestade que atingem o meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, no meu Estado, um tornado com ventos de 110 km/h e chuvas muito fortes com granizo provocaram o destelhamento de casas, a derrubada de postes de energia e, infelizmente, também muitas árvores, com dezenas de feridos.

Segundo dados da Defesa Civil do Estado, houve, por exemplo, a destruição de 70% do município de Muitos Capões.

As cidades de Bagé, Candiota e Santana do Livramento também foram atingidas por ventos fortes acompanhados de chuva com granizo.

Lamentavelmente, o resultado foi desastroso, com um prejuízo enorme para as residências, deixando, assim, muitas famílias desabrigadas e alguns feridos.

Solicitamos, Sr. Presidente, à Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul e também da União, em âmbito Federal, que adote as medidas urgentes e necessárias, para minimizar o sofrimento da população gaúcha tão atingida por esse tornado.

A expectativa também, Srª Presidente, não é das melhores, dizem que o pior virá de quarta para quinta-

feira. Naturalmente, sei que o Governo do Estado e o Governo Federal estão se movimentando de forma a orientar a população e de prestar o atendimento devido a todos aqueles que, de uma forma ou outra, forem atingidos por esse tornado.

Srª Presidente, depois desse apelo que faço aos nossos governantes, queria falar hoje sobre o envelhecimento populacional no nosso País, principalmente no Rio Grande do Sul.

A **Carta de Conjuntura** deste mês da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul traz pesquisa assinada pela especialista em estatística Maria Lourdes Teixeira Jardim sobre a mudança no perfil etário da população gaúcha. O trabalho da Professora Maria de Lourdes sinaliza para o caráter de irreversibilidade do processo de envelhecimento da população do Rio Grande.

Informações prestadas pela professora revelam que os idosos vão alcançar a marca dos dois milhões até 2020 e acrescenta que:

> ... o contingente de pessoas com sessenta anos ou mais cresceu no Rio Grande do Sul de 5,8% para 10,5% no período de 1970 a 2000. Essa população tem peso cada vez maior na sociedade gaúcha devendo representar 16,4% da população total do Estado nos próximos quinze anos.

Nacionalmente, as pesquisas mostram que, em 2050, o Brasil será o quarto país do mundo de mais intenso processo de envelhecimento da população. A população brasileira está envelhecendo a passos rápidos. A fração de cidadãos com mais de 60 anos de idade é o que mais cresce.

A questão que deve ser encarada por todos nós é que políticas públicas devem ser implantadas para que a nossa gente obtenha um envelhecimento saudável com qualidade de vida.

Mas antes, Srª Presidente, é fundamental termos consciência de que as condições socioeconômicas são fatores preponderantes. Para se ter uma idéia, a revista **Conjuntura Econômica**, também de julho de 2004, cita os principais problemas para a terceira idade: abandono, abuso ou violência. As formas de abuso podem ser física, psicológica, sexual e econômica. Existem registros de maus tratos por parte de familiares, de profissionais da saúde, motoristas, cobradores e usuários de transportes coletivos, atendentes de órgãos do aparato do Estado, atendentes do sistema bancário e, ainda, responsáveis por asilos – já havia destacado – inclusive dos familiares.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V.Exª é um estudioso dessa matéria, e eu não teria como eu negar o aparte. Recebo-o com satisfação.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero cumprimentá-lo pelo tema que aborda, porque realmente na maioria das vezes passa desapercebido esse fato importante para a população brasileira. V.Exª disse que a nossa população está envelhecendo, o que significa que estamos vivendo mais, apesar de tudo. Quer dizer, apesar de não haver investimentos em saneamento, apesar de não haver investimentos no pré-natal, na assistência neonatal, de não haver uma adequada cobertura vacinal, apesar de tudo isso, o Brasil tem aumentado a faixa etária de sua população. Assim, quero cumprimentá-lo por abordar esse tema e para alertar as autoridades para a importância dele. Nós acabamos de aprovar, ainda em primeiro turno, a questão do aumento da compulsória para os 75 anos. Por quê? Porque mais pessoas chegam a essa faixa etária com lucidez, com capacidade de trabalho. Cumprimento V. Exª mais uma vez e desejo que esse tema realmente seja mais analisado pelas autoridades do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo seu belo, pequeno mas preciso aparte. V. Exª mostra que tem que haver mais investimentos nessa área.

Sr. Presidente, o Estado tem que assumir as suas responsabilidades. A realidade revela filas na Previdência.

Quero dar um destaque a respeito desse assunto. Ou seja, recebi uma denúncia, ainda ontem, de um funcionário da Casa: a Previdência havia anunciado que, depois da greve, seus funcionários iriam trabalhar aos sábados. Pois bem, ele, um jovem, foi para a fila. Ele disse que por ele não havia problema. Mas, como anunciaram que iriam trabalhar aos sábados, teriam que ir trabalhar! Vejam que eu sempre defendo e vou continuar defendendo os trabalhadores e os servidores. Nem um posto estava funcionando, eu diria, aqui em Brasília, e na maioria dos Estados.

Falaram que trabalhariam os três sábados após o fim da greve, mas não o fizeram. Soube que pessoas idosas, de 70 ou 80 anos, ficaram esperando o posto abrir, mas isso simplesmente não ocorreu. Assim não dá.

Senadora Serys Slhessarenko, nós que defendemos tanto a Previdência temos de ser coerentes. Terminou o movimento. Se se comprometeram a trabalhar no sábado para pagar horas devidas e conseqüentemente não terem desconto na folha, têm de ir trabalhar ou não anunciassem que o fariam.

A responsabilidade não é apenas dos trabalhadores, mas também do gerente e do superintendente. Existem os gerentes regionais, então, que esses assumam sua responsabilidade. No Rio Grande do Sul, por exemplo, havia uma superintendência e, atualmente, quem precisar resolver alguma questão mais grave terá de voar até Santa Catarina, pois é o gerente regional desse Estado quem resolverá questões de outros Estados. Cito como exemplo a Região Sul, mas o mesmo deve ocorrer nas outras regiões. Não importa onde ficou o gerente regional. Se desejam ter apenas um gerente regional, devem criar um subgerente ou um gerente adjunto em cada Estado, para que respondam em momentos como esse.

Não há tempo para falar de tudo o que eu gostaria, mas quero insistir nestas questões: a inflação para o idoso é mais alta do que a dos outros setores da sociedade e há defasagem nas aposentadorias – continuam não recebendo o mesmo índice de aumento dado ao salário mínimo.

O Estatuto do Idoso não é de minha autoria, mas de nossa. Todos trabalhamos por sua aprovação, mas alguns artigos, infelizmente, não estão sendo cumpridos.

Srª Presidente, volto a ratificar a necessidade de políticas públicas efetivas. E aqui listo algumas questões que entendo importantes, que os especialistas na área apontaram como o caminho para melhorar muito a situação de nosso idoso:

É preciso incentivar pesquisas para monitorar as mudanças de composição da nossa população.

É preciso estabelecer diretrizes políticas para a formação de profissionais na área de crescimento demográfico e prepará-los para a implantação de programas de melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos.

É necessário que haja a implementação de mudanças educacionais que insiram o tema nas instituições de educação superior.

Os ensinos básico e médio devem também abordar a questão do envelhecimento. As crianças devem ser educadas nesse sentido, para respeitar, amar, serem solidárias com os mais idosos já nos bancos escolares.

Os idosos precisam cuidados especiais nas ruas, em casa, no seio da sociedade. É preciso otimizar as condições para que o idoso possa se locomover melhor, ou usar próteses para ouvir melhor, enfim, todos os casos que forem necessários.

Legislação não falta. Está aí o Estatuto do Idoso e tantas outras leis que aponto nesse sentido.

Peço o engajamento dos cidadãos brasileiros nesta luta para que o Estatuto do Idoso seja cumprido na íntegra, como exige hoje, corretamente, o Ministério Público, que tem sido parceiro nosso.

Segundo o Ministério Público, não é preciso nenhuma lei complementar, pois o Estatuto do Idoso é auto-aplicável, inclusive no transporte interestadual, municipal e semi-urbano, que se subentende intermunicipal.

O Estatuto estabelece que a prevenção e a manutenção da saúde do idoso será efetivada por meio de unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e de gerontologia social. Estabelece também que seja vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde, o que ainda continua acontecendo por cobrança indevida, muito maior que a do cidadão mais jovem.

Para concluir, que seja aprovado pela Casa o nosso Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que garantirá ao aposentado e ao pensionista voltar a receber o número de salários mínimos que recebia na época da aposentadoria.

Termino, Srª Presidente, dizendo que há uma poesia muito bonita do Mário Quintana sobre envelhecer. Não vou lê-la toda. Ela inicia desta forma:

> Antes, todos os caminhos iam,
>
> Hoje, todos os caminhos vêm...
> A Casa é acolhedora, os livros poucos
> E eu mesmo sirvo o chá para os fantasmas...
> Silêncio, solidão, serenidade.
> Quero morrer na selva de um país distante (...)
> Para terminar, até pela generosidade de V. Exª, vou dizer a última frase, que é famosa:
> (...) E todos esses que aí estão
> Atravancando meu caminho,
> Eles passarão...
> Eu passarinho!
> (Mário Quintana)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Carta de Conjuntura deste mês da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul traz pesquisa assinada pela especialista em estatística Maria de Lourdes Teixeira Jardim sobre a mudança no perfil etário da população gaúcha.

O trabalho da professora Maria de Lourdes sinaliza para o caráter de irreversibilidade do processo de envelhecimento da população do Rio Grande do Sul.

Informações prestadas pela professora revelam que os idosos vão alcançar a marca dos dois milhões até 2020, e acrescenta que "o contingente de pessoas com 60 anos ou mais cresceu de 5,8% para 10,5% no período 1970-2000.

Esta população tem peso cada vez maior na sociedade, devendo representar 16,4% da população total do Estado nos próximos quinze anos".

Nacionalmente as pesquisas mostram que em 2050 o Brasil será o quarto país do mundo de mais intenso processo de envelhecimento da população. A população brasileira está envelhecendo a passos rápidos. A fração de cidadãos com mais de 60 anos de idade é a que mais cresce.

A questão que deve ser encarada por todos nós é que: políticas públicas devem ser implantadas para que a nossa gente obtenha um envelhecimento saudável com qualidade de vida.

Mas antes, Sr. Presidente, é fundamental termos consciência que as condições socioeconômicas são fatores preponderantes. Para se ter uma idéia, a revista Conjuntura Econômica, de julho de 2004, cita os principais problemas para a terceira idade: abandono, abuso ou violência. As formas de abuso podem ser física, psicológica, sexual e econômica.

Existem registros de maus tratos por parte de familiares, de profissionais da saúde, motoristas, cobradores e usuários de transportes coletivos, atendentes de órgãos do governo, atendentes do sistema bancário, responsáveis por asilos e muitos outros.

Mas o Estado também deve fazer a sua parte. A realidade revela filas do INSS, inflação, defasagem nas aposentadorias, aposentadorias não vinculadas ao mínimo, além do Estatuto do Idoso ser constantemente infringido sem conseqüências aos infratores.

Sr. Presidente, volto a ratificar a necessidade de termos políticas públicas efetivas para o envelhecimento populacional. Passo a citar algumas medidas que acredito serem de suma importância: É preciso incentivar pesquisas para monitorar as mudanças de composição da nossa população.

É preciso estabelecer diretrizes políticas para a formação de profissionais na área de crescimento demográfico, e prepará-los para a implantação de programas de melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos.

É necessário que haja implementação de mudanças educacionais que insiram o tema nas instituições de educação superior.

O ensino básico e médio também devem abordar a questão do envelhecimento. As crianças devem ser educadas neste sentido por seus familiares e pelas escolas.

Os idosos precisam cuidados especiais nas ruas, em casa, no seio da sociedade. É preciso otimizar as condições para que o idoso possa se locomover melhor, ou usar próteses para ouvir melhor e assim por diante.

Legislação não falta. Todos os abusos, violência e abandono levaram à necessidade da criação do Estatuto do Idoso. O MEC também fez constar que deve haver ensino sobre geriatria nas Universidades, mas nem sempre a legislação é cumprida. Apenas 1/3 das escolas de medicina oferecem algum conteúdo geriátrico.

Como autor do Estatuto do Idoso, quero reiterar a necessidade urgente de se fazer cumprir a Legislação. Todos podem e devem cooperar: a CAPES, os Conselhos de Idosos, a população, enfim, todos que acreditam numa sociedade mais humana, mais solidária, sob pena de tornar letra morta as disposições contidas na lei.

Peço o engajamento dos cidadãos brasileiros nesta luta para que o Estatuto do Idoso seja cumprido. O estatuto estabelece:

> "que a prevenção e a manutenção da saúde do idoso será efetivada por meio de unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social".
>
> "que seja vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados e que a gratuidade de duas passagens nos transportes interestaduais seja cumprida.

A nossa bandeira inclui, também, a aprovação do projeto de lei nº 58/2003, que prevê a recuperação da defasagem nos proventos de aposentados e pensionistas.

Mas não quero só pedir engajamento. Quero confirmar o meu comprometimento com toda luta que se propõe a melhorar as condições de vida dos nossos idosos.

É louvável a preocupação do MEC em discutir a questão do envelhecimento populacional. Essa mobilização, sem dúvida, é de grande importância.

Sr. Presidente, termino este pronunciamento com um poema do inesquecível poeta Mário Quintana que um dia escreveu sobre o envelhecer:

Antes, todos os caminhos iam,
hoje, todos os caminhos vêm...
A casa é acolhedora, os livros poucos
E eu mesmo sirvo o chá para os fantasmas...
Silêncio, Solidão, Serenidade.
Quero morrer na selva de um país distante...
Quero morrer sozinho como um bicho!
Adeus, Cidade maldita.
Que lá se vai o Teu Poeta.
Adeus para sempre, Amigos...
Vou Sepultar-me no Céu!
E todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu Passarinho!

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de anunciar que está inscrito para uma comunicação inadiável, em primeiro lugar, o Senador Rodolpho Tourinho, em segundo lugar, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Após a fala do Senador Mozarildo Cavalcanti, eu gostaria de falar pela Liderança do PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Mesa aguarda.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero hoje prestar uma homenagem à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, do Estado de Roraima, que, há poucos dias, comemorou os seus 90 anos de existência no meu Estado.

Na verdade, a história da Igreja Assembléia de Deus de Roraima teve início no ano de 1915, no antigo Rio Branco – Município do Amazonas, hoje Estado de Roraima.

Chegava àquela Vila uma família crente da Assembléia de Deus, oriunda do Estado do Ceará, composta de onze pessoas, chefiada pelo Irmão Cordolino Teixeira Bastos.

O Irmão Bastos, como ficou conhecido, aceitou Jesus por meio do Evangelho anunciado pelos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, com os quais conviveu por algum tempo.

A família Bastos, em busca de trabalho, fixou residência na Ilha de Maracá, no rio Uraricuera, próximo à fazenda Altamira, de propriedade do Sr. Antonio Pinheiro Galvão.

O Irmão Bastos trabalhava de dia na roça e, à noite, realizava cultos em frente à barraca onde residia.

Alguns meses depois, o Irmão Bastos realizou o primeiro batismo nas águas do igarapé Sangrador.

Morreram de malária quatro de seus filhos. Depois a sua esposa, acometida de uma febre desconhecida, também morreu.

Mesmo diante de tantas dificuldades, com a morte dos entes queridos, o Irmão Bastos, por amor às pessoas sem Cristo, não desistiu da sua missão e do compromisso com a obra de evangelização. Convicto de sua chamada, continuou o seu Ministério Missionário, aquecido pela chamada ardente do Evangelho.

As muitas doenças naquela região deram motivo para que o Irmão Bastos fosse residir na fazenda Iracema. Depois, na fazenda Triângulo, na margem esquerda do rio Amajari, onde veio a falecer aos 77 anos, em 1925.

O Irmão Bastos não foi nem será esquecido na história da Assembléia de Deus do Estado de Roraima. Ainda existem parentes e amigos que transmitem parte desta história, participando e colaborando para o conhecimento dos primórdios desta Igreja.

Esses registros nos levam a valorizar os pioneiros da Igreja, em respeito aos sofrimentos, à dor e à morte dos heróis da fé.

Depois de sua organização formal, a Assembléia de Deus de Roraima recebeu o seu primeiro Presidente, em 1946, o Pr. Quirino Pereira Peres, que exerceu o ministério até o ano de 1950.

Hoje, a Assembléia de Deus de Roraima tem, na pessoa do Pr. Isamar Pessoa Ramalho, o seu décimo-primeiro Presidente, a certeza firmada de que o objetivo semeado na trilha dos pioneiros continua e ilumina os caminhos futuros.

As atividades de evangelização espraiaram-se por todo o Estado ao lado de uma fulgurante ação na área social e de educação.

A preservação da causa história assegura aos fiéis de hoje o espírito de união e a verdadeira comunhão cristã como garantia da história e a certeza do amanhã.

São 90 anos marcados por lutas e sofrimentos, dedicação, humildade e submissão ao chamado de Deus da pujante Igreja Assembléia de Deus do Estado de Roraima.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, estou lhe aparteando para também parabenizar a Igreja Assembléia de Deus e testemunhar aqui que ela, realmente, é o maior templo evangélico de meu Estado, que hoje já não comporta seus fiéis. Quando existe um culto mais elaborado, mais importante, tem que ser fechada a avenida que passa ao lado da Assembléia para caberem todas as pessoas que lá vão. Isso significa que as pessoas estão pregando o Evangelho, a mensagem de Jesus, de forma que estão angariando mais fiéis. Eu gostaria de parabenizar os pastores e todos os membros da Assembléia de Deus. Sei que é uma bênção de Deus mesmo o que estão conseguindo. Faço votos de que continuem realizando suas obras sociais, lutando contra as drogas e orientando os casais, como têm feito, e Deus os abençoará. Espero que cresçam cada vez mais, como todas as igrejas cristãs que pregam a palavra de Cristo. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço-lhe o aparte e quero aqui também mandar meu abraço a todos os irmãos evangélicos da Assembléia de Deus, a suas famílias, na pessoa do atual presidente, o pastor Isamar Ramalho, e também do nosso Deputado Federal Pastor Frankembergen, uma pessoa que, no exercício do mandato parlamentar, tem demonstrado que não se afastou dos princípios, porque faz, inclusive, da tribuna da Câmara dos Deputados, freqüentemente, como se fosse um púlpito, a pregação dos ensinamentos que faz questão de espargir por todo o Estado de Roraima.

Para finalizar, Srª Presidente, eu gostaria que fosse dado como lido o material anexo. São dez folhas contendo todo o histórico da Igreja Assembléia de Deus do Estado de Roraima, em homenagem aos seus 90 anos de existência.

Era o que eu tinha a dizer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAL

Nossa Igreja teve seu início marcado pela obra missionária. Em 1915, o irmão Cordolino Bastos e família vieram do Ceará. Em 1918, o missionário Samuel Nystron, chega até o extremo Norte do Brasil ao Município Amazonense, o Rio Branco, hoje Estado de Roraima. Eles fazem parte da História dos nossos heróis da fé, do princípio.

É preciso guardarmos em nossas lembranças os heróis aqui descritos, para valorizarmos a nossa Igreja, sabermos que Ela não foi edificada no mar de rosas, mas no vale de lágrimas, e você faz parte da alegria do amanhã. Nossas lembranças, saudades e gratidão aos Pastores incluídos nesta História: Querino Pereira Peres, Bejamim Matias Fernandes, Jovinino Rodrigues Lobato, Samuel Bezerra Cavalcante, Otoniel Alves de Alencar, Elizeu Feitosa de Alencar, José Guedes dos Santos, Manoel Antonio Batista, Fernando Granjeiro de Menezes, Geraldo Francisco dos Santos e Isamar Pessoa Ramalho. Todos obedeceram ao chamado do Senhor Jesus. Jamais serão esquecidos.

Todos marcados pelo vínculo da fé, que contribuíram e contribuem para o nosso presente vitorioso.

Assim começa a nossa História, marcadas por lutas e sofrimentos, dedicação, humildade e submissão ao chamado de Deus.

A nós, cabe a responsabilidade e o compromisso de mantermos viva em nossa lembrança, o preço que muitos pagaram. Alguns desgastando o seu físico, outros doando suas próprias vidas.

Hoje, temos na pessoa do Pastor, Isamar Pessoa Ramalho a certeza que o objetivo continua. Que a causa é a mesma. Que a vitória é certa. Que a recompensa é garantida. Resta-nos o espírito de união e verdadeira comunhão cristã, para contarmos a História do nosso amanhã.

As transformações, de acordo com a evolução nesta Área Territorial foram as seguintes:

1. Vila do Rio Branco – Município do Amazonas;
2. Território Federal do Rio Branco;
3. Território Federal de Roraima;
4. Estado de Roraima;

Nossa História: Início: 1915 = 90 anos! Registro: 1948 = 57 anos

A História da Assembléia de Deus no antigo Rio Branco – Município do Amazonas, hoje Estado de Roraima, tem o seu início, ano de 1915.

Chegava a esta Vila, uma família crente da Assembléia de Deus, oriunda do Estado de Ceará, composta de 11 (onze), pessoas, chefiada pelo Irmão Cordolino Teixeira Bastos.

O Irmão Bastos, (como ficou conhecido), aceitou à Jesus através do Evangelho anunciado pelos Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, com os quais conviveu por algum tempo.

A família Bastos em busca de trabalho, fixou residência na Ilha de Maracá, próximo do Rio Uraricue-

ra, Fazenda Altamira, de propriedade do Sr. Antonio Pinheiro Galvão.

O Irmão Bastos trabalhava de dia na roça, e a noite, realizava cultos em frente a barraca a onde residia.

Naquele local, muitos se converteram ao Senhor Jesus, entre eles, a Irmã Rita Maria de Jesus Galvão, esposa do Sr. Antonio Pinheiro Galvão e uma boa parte da família Galvão, também aceitaram Jesus como salvador. Então o Sr. Antonio Pinheiro Galvão cedeu a sala de sua casa, a onde os cultos eram realizados, na base da lamparina que era a iluminação da época, sem Som Amplificador ou lugar para os irmãos assentar, mas o Espírito Santo se fazia presente no meio de um povo humilde e sincero.

Alguns meses depois, o Irmão Bastos realizou o primeiro Batismo nas águas, no Igarapé "Sangrador". Deus abençoou o trabalho, confirmando com o batismo no Espírito Santo. Entre os Batizandos estava a Irmã Rita Maria de Jesus Galvão.

A obra continuava... Os desafios também...

OS DESAFIOS

O Irmão Bastos continuou com os trabalhos de dia na roça, de noite a pregação do Evangelho.

Morreu de Malária 4 (quatro), de seus filhos. Depois a sua esposa acometida de febre "braba", também morre.

Diante de tantas dificuldades, a morte dos entes queridos, o Irmão Basto por amor às pessoas sem Cristo, não desiste da sua missão e compromisso com a obra de evangelização. Convicto de sua chamada continua o seu Ministério Missionário, aquecido pela chamada ardente.

Um ano depois, o Irmão Bastos casa-se, com uma das filhas do Sr. Antonio Pinheiro Galvão, a Irmã Avelina Pinheiro Galvão.

A VISITA DO MISSIONÁRIO SAMUEL NYSTRON

No ano de 1918, a Igreja de Belém-Pará, enviou a Boa Vista-Rio Branco – Município do Amazonas, o Missionário Samuel Niystron, para atender o chamado de pessoas interessadas em conhecer o evangelho. Neste ano de 1918, realizou o primeiro Batismo em águas (em Boa Vista), quando desceram as águas pessoas da família Ramalho.

Em seu trabalho missionário, teve conhecimento do trabalho que o Irmão Bastos realizava no Alto Uraricuera. Resolveu visitar o Irmão Bastos, viajando durante uns 15 (quinze) dias. Ajudou na organização da Igreja, reconheceu o trabalho dando o apoio necessário.

ANO DE 1921

Em 1921, o Irmão Bastos realizou o último Batismo nas Águas no mesmo Igarapé "Sangrador", com a presença da família Galvão, quando batizou a irmão Rosa Pinheiro Galvão, com oito anos de idade, (mãe dos Pastores: Isac e Íris).

As muitas doenças naquela região, dão motivos para o Irmão Bastos vir residir na fazenda "Iracema". Depois, na fazenda "Triângulo a margem esquerda do Rio Amajarí. Faleceu aos 77 anos de idade, em 1925.

NA HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS

O Irmão Bastos não foi e nem será esquecido na História da Assembléia de Deus – Estado de Roraima. Ainda existem parentes e amigos que transmitem parte desta História, participando e colaborando para conhecimento desta Igreja. Ainda porque, através destes registros, nos leva a amar e valorizar a nossa Igreja em respeito aos sofrimentos, dor e morte de nossos heróis da fé, (desconhecidos sofrimentos), por muitos que hoje fazem parte do corpo de Membros desta época.

Que Deus desperte este povo para amar e respeitar esta Igreja, que é minha, é nossa e é vossa – Amém!

BOA VISTA – SEDE DO TRABALHO IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS ANO 1946

O trabalho missionário continuou crescendo. Os pioneiros enfrentaram muitas dificuldades e perseguições.

Em 1925, morre o irmão Cordolino Teixeira Bastos. Sua família passa a residir em Boa Vista, Capital do então Território Federal do Rio Branco.

Em 1946, começa a organização da Igreja Evangélica Assembléia de Deus com a chegada de vários irmãos que vieram residir neste Território, de acordo com a relação a seguir:

- Alberto Albuquerque
- Antonio Camilo dos Santos e família
- Antonio Ferreira da Silva e família
- Antonio Gomes Silva
- Antonio João dos Santos e família
- David Teixeira Ramalho e família
- Eduardo Bastos Cavalcante e família
- Firmino Camilo dos Santos e família
- Francisco Saraiva e família
- Hermínia Torres de Amorim
- Honório Amorim Teixeira e família

• João Camilo dos Santos
• José Ana
• José Maria Pereira
• Katarina Gomes da Silva
• Luis Leandro da Silva e família
• Maria de Jesus dos Santos
• Maria José Rocha dos Santos
• Maria Saraiva
• Miguel Raimundo
• Odete Guimarães
• Pedro José dos Santos
• Raimundo Bispo de Souza
• Raimundo Gomes da Silva Nonato
• Rosa Galvão Ramalho
• Vicente Pedro, entre outros...

A Igreja de Belém do Pará recebe informações da existência destes irmãos que residiam em Boa Vista, Território Federal de Roraima e envia o primeiro Pastor para assumir os trabalhos à frente da Igreja.

NOSSA HISTÓRIA PRESIDENCIAL

Nossa História referente aos Presidentes tem o seu início no ano de 1946.

O 1º Presidente Pr. Quirino Pereira Peres, chegou a Boa Vista no ano de 1946 até o ano de 1950.

Enviado pela Igreja de Belém-Pará, através do Pr. Alcibíades Pereira de Vasconcelos, continuou os trabalhos da Igreja evangélica Assembléia de Deus sob sua responsabilidade e orientação, em uma casa alugada entre a Rua Cecília Brasil e N. Sra. da Consolata. O aluguel era dividido e pago por 20 (vinte) irmãos que contribuíam com o valor de Um Mil Réis.

No dia 2-11-1948, faleceu o primeiro crente, a irmã Maria Ferreira, mãe do Eli Ferreira da Silva e Jesiel Ferreira da Silva.

O Pr. Quirino Pereira Peres, era casado com a irmã Maria Amaral Peres e pai de dois filhos.

No ano de 1948, a Igreja foi transferida para a Rua Cecília Brasil esquina com Benjamim Constant, para um terreno doado pelo irmão Francisco Saraiva, a onde existia uma casa pequena, coberta de palha de Anajá, paredes de Taipa e chão batido.

A iluminação era feita por dois Lampiões a Carbureto e água. Ali Jesus salvava e Batizava com o espírito Santo.

A Igreja assumiu sua Personalidade Jurídica, no dia 28 de agosto de 1943, já no Território Federal do Rio Branco no Governo do Capitão Cloves Nova da costa, e foi publicado o Estatuto da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Diário Oficial de nº 36, com as assinaturas dos irmãos:

• Quirino Pereira Peres
• Francisco Alves Saraiva
• Alberto Meio de Albuquerque
• Domingos Pereira e Araújo
• Maria Amaral Peres e Raimundo Bispo de Souza.

O Pr. Quirino Pereira Feres realizou Batismo em águas no Igarapé do Caxangá entre as Av: Benjamim Constant e N.Sra da Consolata.

Permaneceu em Boa Vista, até os primeiros dias de janeiro de 1950.

A GALERIA PRESIDENCIAL REGISTRA

1º Presidente:
Pr. Ouirino Pereira Peres: 1946 a 1950
2º Presidente:
Pr. Benjamim Matias Fernandes: 1950 a 1952
3º Presidente:
Pr. Joviniano Rodrigues Lobato: 1952 a 1964
4º Presidente:
Pr. Samuel Bezerra Cavalcante: 1954 a 1957
5º Presidente:
Pr. Otoniel Alves de Alencar: 1957 a 1962
6º Presidente:
Pr. Eliseu Feitosa de Alencar: 1962 a 1965
7º Presidente:
Pr. José Guedes dos Santos: 1965 a 1967
8º Presidente:
Pr. Manoel Antonio Batista: 1967 a 1983
9º Presidente:
Pr. Fernando Granjeiro de Menezes: 1983 a 1997
10º Presidente:
Pr. Geraldo Francisco dos Santos: 1997 a 1998
11º Presidente:
Pr. Isamar Pessoa Ramalho: 1999. Atual Presidente

2º Presidente
Pr. Benjamim Matias Fernandes

Período em que presidiu – 1950 – 1952.

Nascido em 30 de setembro de 1914, chegou à Boa Vista /T.F.RB, no final do mês de janeiro de 1950. Recebeu Omo patrimônio da igreja, uma casa coberta de palha de anajá, paredes de taipa e chão batido.

Casado com a irmã Maria de Oliveira Fernandes, pai de José de Oliveira Fernandes, Ruth Maria Fernandes e Miquéias Matias Fernandes.

Pastor Benjamim Matias Fernandes, incentivou a igreja para construir um Templo que comportasse o número de irmãos da igreja naquele tempo.

Deu inicio a construção do primeiro Templo de alvenaria, enfrentando muitas dificuldades para adquirir o material necessário para a obra. Os transportes dos tijolos eram realizados nas costas dos irmãos, da Olaria do Bairro do Calunga, até Av. Cecília Brasil, sempre a noite, nos dias que não havia cultos, nos horários das 19:0hs às 22:00hs.

O Pastor Benjamim Matias Fernandes, deixou o Templo na altura da cobertura.

Em 23 de março de 1951, recebeu a visita do Pastor Alcibíades Pereira de Vasconcelos. No inicio de 1952, fundou o trabalho da Assembléia de Deus, na Colônia Fernando Costa, hoje, Cidade de Mucajaí.

Foi substituído em 24 de junho de 1952, pelo Pastor Joviniano Rodrigues Lobato.

AMAMOS A NOSSA IGREJA EM RESPOSTAS AOS SOFRIMENTOS DOS NOSSOS IRMÃOS

3º Presidente

Pr. Joviniano Rodrigues Lobato

Período em que presidiu – 1952 – 1954.

Pr. Joviniano Rodrigues Lobato, casado com a irmã Joana de Oliveira Lobato, pai de: Dorcas de Oliveira Lobato Pacheco, Jeremias de Oliveira Lobato, Eunice Lobato Ferreira e Osmundo de Oliveira Lobato.

Nasceu em dezembro de 1901, em Rio Preto Charapucu, Ilha de Marajá.

No ano de 1912, aceitou Jesus como salvador.

Em 1928, foi separado como Presbítero na Igreja de Charapucu.

Em 1936, 15-6-1936, foi separado Omo Pastor, servindo na Igreja – Bela Vista do Jupati – Município de Afuá.

Em 1943, pastorea a Igreja na Cidade de Óbidos, no Baixo Amazonas.

Em 1946, foi transferido para o Território do Guaporé, hoje Estado de Rondônia.

Em 24-6-1952, ao assumir a Igreja em Boa Vista, deu continuidade ao trabalho da construção do Templo, inaugurado em 18 de abril de 1954.

Em 1953, recebeu a visita do missionário Nelys J. Nelson.

Consagrou ao Diaconato os Irmãos: José Mergulhão e Francisco nogueira Duarte.

Retornou para a cidade de Óbidos – Pará, por motivo de doença. Esta área Territorial era dominada pela Malária e Hepatite.

Trabalhou em Itaboraí – RJ, Manaus – AM, e em Castanhal– PA.

No dia 19-6-1977, o Pastor Joviniano Rodrigues Lobato, foi recebido nas Mansões Celestiais e desde então descansa no Senhor.

AMAMOS NOSSA IGREJA EM RETRIBUIÇÃO AOS NOSSOS PIONEIROS

4º Presidente

Pr. Samuel Bezerra Cavalcante

Período em que presidiu – 29-5-1954 à 2-6-1957

O Pr. Samuel Bezerra Cavalcante, assumiu a Igreja em 29-05-1954, substituindo o Pr. Joviniano Rodrigues Lobato.

Organizou a bancada Igreja com bancos cedidos pela Guarda Municipal Territorial.

O Regente do Coral da Igreja, era o irmão João Vieira Pessoa.

Deu assistência ao trabalho em Mucajai e Caracaraí viajando de bicicleta, que era o transporte daquela época pela inexistência de estradas e pontes nos rios.

Enviou o irmão Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) para auxiliar os trabalhos da Igreja do mucajaí, antiga Colônia Fernando Costa.

Construiu o Tanque Batismal.

Jesus continuava batizando com o Espírito Santo e salvando os pecadores.

Deixou a Presidência da igreja em 2-6-1957, sob a responsabilidade do irmão Rubens Arrais Sindeaux, até o dia 18-6-1957, quando assumiu os trabalhos o Pr. Otoniel Alves de Alencar.

Foi um líder querido e amado por todos e deixou muitos exemplos.

AMAMOS NOSSA IGREJA PORQUE ELA MERECE

5º Presidente

Pr. Otoniel Alves de Alencar

Período em que presidiu – 18-6-1957 à 19-2-1962

O Pr. Otoniel Alvas de Alencar, casado com a irmã Augusta Alencar, pai de 5 filhos:

Otoniel, Olson, Otton, Otini e Oriza.

Deu continuidade ao Conjunto Coral regido pelo irmão João Vieira Pessoa.

Realizou um culto oficial em Caracaraí, em 1958.

Deu posse ao irmão Antonio Ferreira (Juvenal) à frente do trabalho em Mucajaí em 1958.

Em 19 de fevereiro de 1962 deixou este Território Federal do Rio Branco, para trabalhar em Macapá.

NOSSA IGREJA DEVE SER AMADA PELOS FIEIS. ELA MERECE O NOSSO RESPEITO!

6º Presidente

Pr. Elizeu Feitosa de Alencar

Período em que presidiu – 19-2-1962 à 19-7-1965

Boa vista Território Federal de Boa Vista, foi o primeiro Campo Eclesiástico do Pr. Elizeu Feitosa de Alencar.

Pastor jovem e dinâmico que enfrentava, sol e chuva para visitar irmãos que residiam em Colônias distantes, quando não existia pontes sobre os rios, não existia estradas e nem transportes.

José Consagrou a diácono o irmão Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) a Presbítero o irmão Mergulhão a Evangelista o jovem irmão Jessé Leandro da Silva.

O Conjunto Coral era regido pelo irmão Javan Arrais Sindeaux.

Reformou a fachada do Templo Central, e construiu a Galeria como base para as instalações da Escola 'Lídia Nelson'.

Construiu a casa pastoral ao lado do Templo a onde está a EPOAD e Livraria Missionária.

Fundou a "Escola Lídia Nelson que atendia crentes e não crentes, e o primeiro Diretor foi o Professor Jesiel Ferreira da Silva, todas as realizações foram pela fé, pois a arrecadação da igreja era insuficiente para tanto. Vale registrar a dedicação de muitos irmãos, que não mediam os esforços. Trabalhavam noite e dia.

O Pr. Elizeu Feitosa de Alencar, possuía a visão missionária, alcançou a Região da Serra do Sol, ganhando muitos Indígenas nas proximidades do Rio Aylan, deixando duas Igrejas organizadas.

Enviou uma caravana de irmãos para fundar o trabalho na Vila do Cantar. Esta Caravana estava sob a responsabilidade do Irmão Juvenal que era acompanhado dos irmãos:

Javan Arrais Sindeaux;

Rubens Arrais Sindeaux;

José Feitosa de Alencar;

Elias Fernandes;

Eli Rodrigues;

Jessé Landro, entre outros...

O trabalho do Cantar ficou sendo assistido pelo irmão Luis Mondes. Esporadicamente, era visitado por caravanas de irmãos, José Mergulhão, Eudo Mergulhão e outros.

Expandiu esta missão até a Vila do Taiano.

Adquiriu uma casa em Caracaraí a onde está instalada o Templo Sede naquela Cidade.

Seu Ministério, foi próspero, abençoado e vitorioso.

O seu tempo de missão neste Estado foi até 19 de julho do ano de 1965.

POR ESTES OUTROS MOTIVOS, NÓS AMAMOS NOSSA IGREJA

7º Presidente

Pr. José Guedes dos Santos

Período em que presidiu – 19-7-1965 à 26-4-1967

O Pr. José Guedes dos Santos, paraense, nasceu 18 de setembro de 1910.

Filho de Ricardo Antonio dos Santos e Apolinária Guedes dos Santos. Casado com a irmã, Guiomar Brito dos Santos, os 12 filhos: Elizabeth dos Santos Mourão, Elizeth dos Santos Aranha, Edileuza dos Santos Ribeiro da Silva, Samuel Britto dos Santos, Eliacy Guiomar dos Santos Sindeaux, José Britto dos Santos, Ester Eunice Britto dos Santos, Josué Britto dos Santos, Edilza Beth dos Santos Pimentel, Eliete Britto dos Santos e Edineide dos Santos Ferreira.

Consagrou a Presbítero irmão Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) e a diácono o irmão Elias Arrais Sindeaux.

Reorganizou o Conjunto Musical e organizou o Grupo de Visitadoras.

Enviou na responsabilidade do Presbítero Antonio Juvenal, o irmão Manoel Dantas da Silva à Vila do Taiano, para assistir aquela obra em toda Região.

Implantou o trabalho na Vila do Bonfim, enviado para lá o irmão Eli Rodrigues da Silva.

Enviou para a Região do Aylan, Serra do Sol o irmão Andrelino Rocha dos Santos.

O Pastor José Guedes dos Santos, expandiu o Trabalho de Evangelismo de forma definitiva em Caracaraí, na casa que o Pr. Elizeu Feitosa de Alencar, havia adquirido, colocando à frente daquele trabalho, o irmão José Carlos.

Com amor, e responsabilidade e dedicação até 26 de abril de 1967,

POR TUDO ISTO, NÓS AMAMOS A NOSSA IGREJA. ELA MERECE O NOSSO AMOR!

8º Presidente

Pr. MAnoel Antonio Batista

Período em que presidiu – 26-4-1967 à 6-4-1983

Pastor Manoel Antonio Batista, nasceu no Rio Grande do Norte, 8 de setembro de 1915. Casado com a irmã Rosalina Almeida Batista. Pai de três filhas: Cleonice Almeida dos Santos, Eunice Batista da Silva e Ruth Almeida Batista.

Inaugurou as Congregações: Bairro da Aparecida; 13 de Setembro; Bairro dos Estados e Bairro da Liberdade.

Consagrou ao Ministério os seguintes irmãos:

a) Pastores: José Mergulhão; Elias Arrais Sindeaux; José Rodrigues Correia, Edilson Pereira da Silva; Eli Rodrigues da Silva e Osmar Rodrigues de Araújo.

b) Presbíteros: Javan Arrais Sindeaux; Laurentino Ramos de Moraes; Cícero Gil; Luis Moraes e Jorge Guimarães.

c) Diáconos: José Roberto da Silva (Zé Lucio); Joaquim Santos Silva; Manoel da Conceição Gaia;

Almiro Gomes; Isac Galvão Ramalho e Davi Gonçalves.

d) Evangelista Autorizado: Clodoaldo Alves da Costa.

Organizou o Conjunto "Rosa de Saron" com 15 componentes. Este Conjunto tinha como Regente a irmã: Nair Vieira Pessoa Ramalho (Nazinha), consagrado em uma Escola Dominical, 5 de agosto de 1974.

O Coral da Igreja foi regido durante o seu ministério, pelos irmãos: Elias Arraes Sindeaux; Ataíde Adão e Saturnino.

Em 1975, enviou o Presbítero Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) para atender o trabalho no Tepequem, Região de Garimpo.

Fundou o Trabalho de Evangelismo até a Vila do Alto Alegre.

Levou o Trabalho Missionário até a Maloca do Araçá.

Fundou um Trabalho em Serra da Moça. Em umas dessas viagens houve um acidente, e faleceu o Irmão Eudo Mergulhão e seu filho.

Fundou os Trabalhos de Evangelismo em Normandia; São Luiz do Anauá; São João da Baliza; Vila Iracema e outro...

Adquiriu o 1º Veículo para a Igreja, um Jippe, e depois, uma Pik-Up, e por último uma Belinda que servia para os transportes em visitas aos Campos.

Reformou o Templo: Construiu a Galeria; forrou toda a nave do Templo e colocou o piso todo de cerâmica, doações do Governador: Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto.

No dia 6-4-1983, foi substituído pelo Pastor Fernando Granjeiro de Menezes.

Jubilado, passou a residir em Manaus Amazonas, onde faleceu.

Todo o seu ministério teve duração de 16 anos dedicado a este trabalho de Evangelização à toda área Territorial.

POR ISSO E OUTRAS COISAS,
NÓS AMAMOS A NOSSA IGREJA

8º Presidente
Pr. Fernando Granjeiro de Menezes

Período em que presidiu – 6-4-1983 à 27-7-97

Pastor Fernando Granjeiro de Menezes, nasceu 5 de julho de 1942, em Manaus -AM. Filho de Durval Pungtory de Menezes e de Ana Granjeiro de Menezes, Criado em lar cristão.

Em 1965, participou efetivamente do Ministério Eclesiástico. Foi Presidente da Mocidade Evangélica amazonense, liderou várias Congregações. Presidiu a Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Maués/AM. Em 1974 foi oficializado como Ministro do evangelho.

Em 23 de abril de 1974, casou-se com Áurea Evangelista de Menezes, e desta união nasceram: Lúcio Evangelista de Menezes; Luciana Evangelista de Menezes e Fernando Granjeiro de Menezes Júnior.

No dia 6 de abril de 1983, assumiu a Presidência da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Boa Vista, com três Congregações, dois Ponto de Pregação e oito Obreiros no Interior.

As mudanças necessárias, só aconteceram após um período de oração.

ORGANIZAÇÕES

Atualizou a Escola Bíblica Dominical, quando foram administrados Cursos de Aperfeiçoamento aos Professores.

Organizou a Diretoria de Educação Cristã.

Reestruturou o Serviço Social através do CESAS-MAF (Centro de Serviço Social Maria Fernandes).

Fundou o Serviço de Biblioteca (Samuel Nystron).

Criou a Secretaria de Missão que mantém os nossos Missionários Estadual e Internacional.

Idealizou o Projeto Missionário, Brasil; África; Venezuela e Peru.

A Evangelização atingiu o Beiradão e a Região do Baixo "Rio Branco" com aquisição dos Barcos: Mensageiro da Paz-I e Mensageiro da Paz-II.

Em 1990, enviou como Missionária, Maria Rizelda de Oliveira para (BeiraMoçambique/África).

Em 1991, iniciou os Trabalhos Missionário na Venezuela, enviando os Missionários: Severino Honório da Silva e Família.

Em 1995, enviou para Lima Capital do Peru, o evangelista Osmar de Sousa Corrêa e Família e a Missionária, Marta Paulino de Lima.

Outros Missionários foram enviados para fortalecer os Trabalhos de Missões em outros Países: Nina Ocioli Wiebusk – África; Ivonete Ivo – África; Ubaldo Lobato de Nazaré e Família – Venezuela; Edivaldo Santos Enes e Família – Venezuela; Aparecido Tavares e Família -Venezuela; Domingos Ferreira Gomes (Quezinho) e Família – Punta de Mata Venezuela; Frakembergen Galvão da Costa e Família – Cumanã – Venezuela; José Santana Santos e Família – Venezuela; Arnaldo Matos de Lima e Família – Carúpano – Venezuela; Ruth Geovane Brito Sobrinho – Cumanã – Venezuela e José Ferreira de Souza e Família – Venezuela.

Investiu na área de Comunicações mantendo os Programas "Voz da Assembléia de Deus" pela Rádio Roraima, e o Programa "Boas Novas" pela Rádio Tropical.

Em 1990 implantou o Sistema Computadorizado que atende as necessidades de todos os Departamentos.

Adquiriu um Prédio na Rua Ajuricaba, 754 Centro, onde funcionam: Gabinete Pastoral; Tesouraria da Igreja; Secretaria Geral; Secretaria Convencional; Secretaria Missionária; Tesouraria Missionária e Tesouraria Convencional.

Adquiriu uma casa na rua Ajuricaba, nº 606 – Centro, que serviu como Casa Pastora.

Foi autor do Livro "Quebrando o Gesso", impresso em 1995.

Organizou o Conselho de Ministros Evangélicos "Comevan", visando a união entre as igrejas.

Conseguiu junto as Autoridades, incluir Professores Evangélicos para ministrar aulas de Religião no ensino Público.

Construiu a Casa dos Idosos, "Samuel Nystron".

Construiu o Centro Evangélico Pr. José Guedes dos Santos, na Congregação – Asa Branca-I.

Adquiriu uma Casa de Apoio Pastoral no Conjunto Pricumã.

Comprou uma Casa em Anaco – Venezuela, que serviu como Base Missionária.

Adquiriu por doação do Governador Ottomar de Souza Pinto, duas casas no Conjunto Totolândia.

Comprou uma casa no Conjunto Caçari.

Adquiriu uma Chácara para o Centro de Treinamento "Peniel".

Organizou a Banda de Música, com todos os Instrumentos necessários, adquiridos pela Igreja.

Organizou o Conjunto Coral "FilaDélfia".

Organizou o Coral "Missionário da Última Hora", que foi transformado no "Grande Coral" composto por irmãos de todas as Congregações.

Comprou uma F-1000 para atender os trabalhos da Igreja.

Adquiriu um automóvel – adquiriu uma Motocicleta para o Campo de Três Corações – CG-125, adquiriu uma Kombi (branca), para atender o Círculo de Oração e Centro Social.

Adquiriu uma Caminhonete – Cabine Dupla – cor verde, para atender a Missão.

Adquiriu uma F-4000, e dois automóveis Ford Fiesta – cor Branca.

A Igreja presenteou para ele, um veículo 0/Km (Gol Mil). Depois uma Parati 0/Km.

Organizou o departamento Infantil "Pastor Elias Arrais Sindeaux".

Inaugurou o Templo da Vila Surumú.

Oficializou as Congregações: Paraviana, Jardim Floresta; Mecejana II; Jóquei Clube II; Tancredo Neves I; Santa Tereza I e Alvorada.

Consagrou ao Ministério Pastoral os evangelistas: Raimundo Nonato Lopes; Ubaldo Lobato de Nazaré; Geraldo Francisco dos Santos; Boanevio José dos Santos; Jônatas Carneiro de Souza; José Ferreira de Souza; Clodoaldo Alves da Costa; Macário Nery dos Santos; José do Livramento Medrado de Jesus.

Consagrou a Evangelista: Isamar Pessoa Ramalho; Adão Pereira do Nascimento; Elizeu Soares Belido; Eliel Pessoa da Silva; Francisco das Chagas Soares; Osmar de Souza Corrêa; Raimundo Nascimento Alves; Vicente Celestino de Lima; Edivaldo Santos Enes; José Alves Pereira Filho; Cícero Gil; Almiro Gomes e José Ferreira dos Santos.

Organizou o Quadro de Diaconisas, prestando ao Plenário as primeiras irmãs: Ângela Pereira da Silva; Elvira Vieira Lima; Iraci Lemos de Lima; Leonisia Farias; Maria Silva Carvalho; Maria José da Silva Santiago; Marinalva de Jesus Mineiro e Vera Maria Monteiro de Souza.

Pastor Fernando Granjeiro deixou esta Igreja com a seguinte organização de trabalhos implantados – Congregações em Boa Vista: Aparecida; Bairro dos Estados-I; Liberdade; 13 de Setembro; Buritis-I; Asa Branca-I; Mecejana-I; São Franciso; Buritis-II; Pricumã-I; Caimbé; Asa Branca-II; Aeroporto; Tancredo Neves-I; Caranã; Nova Canaã; Santa Tereza-I; Pricumã-II; Tancredo Neves-II; Cauamé; Santa Tereza-II; Jardim Primavera; Calunga; Jardim Equatorial; São Sebastião; Cinturão Verde; Jóquei Clube-I; Pintolândia-I; Pintolândia-II; São Vicente; Pintolândia-III; Cabos e Soldados; Jardim Floresta; Jardim Caranã; Jóquei Clube-II; Santa Tereza-III; Alvorada; Bairro dos Estados-II; Paraviana; São Pedro; 31 de Março; Mecejana-II. Igrejas implantadas no Interior: Mucajaí; Caracaraí; Vila Moderna; São Silvestre; Entre Rios; Apiaú; Vila do Equador; Vila Pacaraima; Vila Surumú; Colônia São Francisco; Vila Brasil; Normandia; Uiramutã; Água Fria; Mutun; Cajú; Socó; Três Corações; Médio Rio Branco; Boqueirão; Maloca da Raposa; São Luiz do Anauá; Caroebe; Rorainópolis; Bonfim; Araçá (Maloca); Taiano; Taopará; Alto Alegre; Baixo Rio Branco; Cantá; Confiança; Balça; Vista Alegre; Vila Iracema; Vila Nova Colina; Santa Maria do Boiaçú; Trairão.

Seu tempo de ministeriado e dedicação somam 15 anos.

No dia 27 de julho de 1997, Deus o chamou para a eternidade.

Hoje, vivemos de lembranças e recordações referentes ao Pr. Fernando Granjeiro de Menezes.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª será atendido, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Será igualmente atendido o Senador Paulo Paim, que fez seu pronunciamento momentos atrás.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Alvaro Dias.

S. Exª dispõe de dez minutos, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no fim do ano passado, foram suspensas as cotas para entrada no Brasil de artigos têxteis de procedência chinesa. Os tecidos e confecções da China passaram a entrar mais livremente no nosso País, e aprofundou-se o clima de inquietação no setor têxtil brasileiro.

Nós queremos registrar aqui a nossa grande preocupação. Sentimos como justa e legítima a intensa mobilização de empresários e também de trabalhadores da área têxtil do Brasil que está acontecendo neste exato momento, com o nobre objetivo de defesa do setor contra o que eles chamam de "concorrência desleal" de parte dos manufaturados chineses. O presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, Sérgio Marques, vem argumentando que os produtos têxteis chineses são de boa qualidade e que o Estado chinês tem criado facilidades para seu parque têxtil. Além disso, diz ele que "a carga horária dos trabalhadores de lá é muito severa", ou seja, argumenta que muito do avanço naquela indústria foi feito à custa dos operários, e que não é possível competir dessa forma.

Não pretendemos entrar aqui nesse terreno, o que poderia nos conduzir para discussões diplomáticas desnecessárias com um parceiro comercial da importância da China e que tem o nosso respeito. O que pretendemos é chamar a atenção do Governo brasileiro para a urgente necessidade da adoção de medidas de salvaguardas em prol da nossa indústria têxtil. Este é um setor de máxima importância para o Brasil, e não apenas pelo seu valor histórico de parque industrial que deu o pontapé inicial na nossa industrialização, mas também porque, no final da cadeia, o moderno setor têxtil brasileiro é constituído de pequenas e médias indústrias intensivas em mão-de-obra, de capital genuinamente nacional e cuja importância para nós, como Nação, é estratégica.

No total, são mais de 30 mil empresas no Brasil, empregando 1,5 milhão de trabalhadores e representando mais de 17% do PIB industrial brasileiro. É muita coisa. E as exportações têxteis renderam, só no ano passado, mais de US$2 bilhões. Atualmente, o Brasil é o terceiro produtor mundial de malha têxtil, só superado pela Índia e pelos Estados Unidos.

O perigo, para o nosso País, é que o Governo vem se movendo com muita lentidão, em termos de criar salvaguardas perante a OMC para proteger o futuro promissor da nossa produção têxtil e dos nossos empregos, em um momento em que cada emprego industrial tem importância social e econômica crítica, num mundo em recessão.

O diretor da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) vem alertando o Governo, argumentando que, quanto mais o tempo passa, pior é a situação para a indústria nacional e que as salvaguardas, diante da competição hostil da China, são urgentíssimas. Os norte-americanos já tomaram medidas de proteção do seu parque industrial, e países como Tunísia, Marrocos, Jordânia e Turquia, que exportam têxteis para o mercado europeu, estão pressionando a OMC para regular o comércio do setor.

O Brasil tem estado calado, e, na nossa opinião, é preciso agir. A concorrência chinesa é forte. Eles contam com o capital estatal de longo prazo a custo baixo, contam com máquinas e equipamentos de alta qualidade, comprados com financiamento atrativo. Levando em conta todo esse contexto, é da máxima urgência que o Governo brasileiro se mobilize pelo estabelecimento de um acordo Brasil–China em prol da saúde do setor têxtil em nosso País.

Afinal de contas, Srª Presidente, ou melhor, Sr. Presidente – agora está na Presidência o Senador Romeu Tuma –, apesar de toda a vitalidade do nosso setor, apesar de o Brasil ser o sexto produtor mundial de artigos de confecção, o sétimo produtor mundial de fios e filamentos têxteis e o oitavo produtor mundial de tecidos planos, estamos diante de uma absoluta desproporção de forças: a China é o primeiro produtor mundial de fios e filamentos têxteis, o primeiro produtor mundial de artigos de confecções, o primeiro produtor mundial de tecidos planos e, como já disse, conta com o apoio financeiro aberto de seu governo, por meio do China Eximbank.

Por isso, nessa questão de têxteis, toda demora em agir é perigosa, toda lentidão põe em risco o emprego de milhares de trabalhadores têxteis no Brasil e, por fim, compromete todo o empenho do empresariado nacional em modernizar e preparar o setor para ser mundialmente competitivo. Contamos com a compreensão e a rápida ação do Ministério do Desenvolvimento para que o pior não termine acontecendo, especialmente depois do fim das cotas de importação dos têxteis chineses, que vigoravam até dezembro do ano passado.

Sr. Presidente, é necessário, urgente e imprescindível que o Governo se debruce sobre esse assunto relativo às salvaguardas dos produtos têxteis em nosso País. Afinal de contas, vivemos uma crise, é bem verdade. Uma crise política provocada por atos de corrupção, por atos de leviandade de alguns que não souberam entender a nova etapa que o Brasil está vivendo, uma etapa que o povo brasileiro exige de todos nós: a do desenvolvimento, do progresso, do emprego, da segurança pública, da educação e da saúde. E nada disso pode ser desvirtuado pelo desvio do dinheiro público, que poderia ser muito bem utilizado em proporção considerável para resolver os graves problemas sociais em nosso País.

O Brasil não pode parar, apesar das CPIs, notadamente quando um setor tão sensível, tão importante como o setor têxtil, que emprega tantos trabalhadores, está sendo prejudicado por falta de ação do Governo, que não se mobiliza, que não se movimenta no sentido de proporcionar segurança para o setor, o que significa segurar o trabalhador no emprego e gerar renda e arrecadação mediante os impostos pagos pelas indústrias do setor.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto a minha recomendação, a minha sugestão ao Governo para que dê caráter urgente urgentíssimo a essa questão que vem provocando preocupações no setor têxtil e, por via de conseqüência, entre os trabalhadores do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr, Antonio Carlos Valadares, a Sra, Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Valadares, peço apenas um minuto. Desculpe-me. Eu não poderia interferir, e o Carreiro vai ficar bravo.

Participei, ontem, de uma reunião dos líderes de todos os segmentos empresariais do Brasil, com um almoço-debate que eles sempre fazem. E eles estavam muito voltados para as CPIs: 99% da discussão era sobre o comportamento dos Parlamentares nas CPIs. Um dos participantes conversava comigo sobre o problema dos têxteis, que me chama muito a atenção, porque comecei minha vida na área têxtil. Ele dizia, Senadora Serys Slhessarenko, que na China há a "operação cama quente". Perguntei o que era a cama quente. Um trabalhador fica na cama enquanto o outro trabalha; quando termina o turno, ele volta para a cama e o outro vai. A cama nunca esfria. Então, a produção na China é assustadora. Não dá para concorrer com o preço dos chineses. Algumas indústrias brasileiras conseguem sucesso porque ainda estão com um nível de qualidade muito bom. Na hora em que a China atingir a primeira qualidade, vamos passar mais apertado ainda.

Então, penso que V. Exª está numa linha importantíssima para que possamos debater.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exª, peço a inclusão do comentário de V. Exª no meu discurso, porque, realmente, V. Exª trouxe informações preciosas para todo o Brasil, para todos aqueles que estão nos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Ribamar Fiquene, por dez minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na semana passada fiz uma fala com relação a algumas posturas da revista **Veja**.

Hoje, volto ao assunto porque, quando tratei do tema, o tempo foi bastante exíguo e só iniciei o meu discurso, que vou continuar hoje.

Estes tempos de crise têm propiciado a ampliação do interesse dos cidadãos brasileiros sobre as práticas e os costumes da política. Neste sentido, a atual crise nos presta uma contribuição, porque é um momento de aprendizado para o povo brasileiro, em geral, para a nação petista, em particular, e para tantos quantos lutam pela retidão na coisa pública.

Só que alguns, na afoiteza de se valer da crise para tentar desacreditar o Governo Lula, só conseguem demonstrar o quanto são oportunistas.

Refiro-me, diretamente, à revista **Veja**, publicação da Editora Abril, que, semana após semana, vem-se desacreditando aos olhos de tantos quantos têm o mínimo de compostura neste País.

Se existe uma crise que precisa ser esclarecida, ela precisa ser esclarecida com responsabilidade. São muitos os jornalistas e os veículos que atuam nessa linha. Está aí a nossa TV Senado que não me deixa mentir, realizando a cobertura das CPIs de forma exemplar. Mas a prática cotidiana da **Veja** só nos dá demonstração de leviandade, de um jornalismo comprometido com interesses sórdidos.

Já tive oportunidade de comentar o episódio **Veja**-Buratti-Palocci, em que as pretensas denúncias alinhavadas contra o Ministro da Fazenda desmancharam-se no ar mal a revista chegou nas bancas e tão logo o

Ministro Palocci recebeu a imprensa, para a histórica coletiva no domingo, dia 14 de agosto.

Hoje, apelando para a paciência dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, eu gostaria de comentar mais um malfeito da **Veja**. Para tanto, vou citar aqui uma história retratada, com riqueza de detalhes, no Observatório da Imprensa e mais diretamente no **blog** do jornalista Alceu Nader – um jornalista que já foi repórter da **Veja**, que já foi editor assistente da **Veja**, que já foi correspondente da **Veja** em Buenos Aires e que nos conta uma história chocante, que mostra como o oportunismo mais barato tomou conta da redação da revista **Veja**.

Os donos da Editora Abril, se tiverem o mínimo de espírito público, haverão de tomar sérias providências para que a **Veja** passe por uma mudança de rumo, porque histórias como essa que vou lhes contar só confirmam aquela frase que repeti aqui, na semana passada, de autoria do jornalista Luis Weiss, segundo a qual a **Veja** pratica hoje um jornalismo de esgoto.

Vamos à história, na qual a pessoa atingida é uma garota gaúcha, estudante do segundo ano de uma escola técnica de Porto Alegre, chamada Hannah Beineke.

A garota Hannah Beineke, no dia 4 de agosto, animou-se para participar da primeira passeata de sua vida, uma manifestação estudantil que tomou conta das ruas de Porto Alegre e que tinha como palavra de ordem "Com Lula, contra a corrupção". Entendam bem: com, com Lula, contra a corrupção.

Hannah com milhares de colegas saíram às ruas em defesa de Lula e em combate contra a corrupção. Mas, quando foi ler a edição do dia 16 de **Veja**, o que encontrou lá foi a sua foto, publicada naquela edição que tinha na capa o nome do Lula escrito com os tais dos dois eles de Fernando Collor, trazendo debaixo da foto de Hannah Beineke a seguinte legenda: "Os estudantes se rebelam contra a corrupção no Governo, promovem manifestações e pedem a saída do Presidente. Na semana passada, neocaras-pintadas de verde-e-amarelo começaram a se manifestar contra o Governo Lula."

Quer dizer, a garota Hannah foi à passeata e gritou: "Com Lula, contra a corrupção", mas a **Veja** escutou Hannah gritando contra o Governo Lula.

Claro que, politizada como é, a garota tratou logo de escrever uma carta para redação da revista dizendo que a **Veja** estava manipulando os fatos e cometendo uma violência inaceitável contra ela ao transformá-la em adversária de um Governo que só interessava a ela defender.

A revista publicou a carta e, num dos trechos da resposta que deu, disse que iria apurar se houve um erro da agência, tentando transferir a responsabilidade pela mancada ao repórter fotográfico Jefferson Bernardes, da Agência Preview, autor da foto comprada e publicada pela **Veja**.

Claro que a garota Hannah, que é uma garota politizada, não engoliu as explicações e está acusando a revista de má-fé, pois a mesma manifestação, antes de ser manipulada pela **Veja**, já havia sido noticiada pelas tevês gaúchas e pelos maiores jornais do Rio Grande do Sul – **Zero Hora** e **Correio do Povo** – e pela **Folha de S.Paulo**, que mostraram a realidade dos fatos: milhares de jovens como Hannah foram às ruas defender o Governo Lula e não tentar derrubá-lo.

O que se percebe, então, Sr. Presidente, é que a **Veja** trabalha despudoradamente no sentido de passar para os brasileiros uma imagem de Lula idêntica à de Collor. E não apenas isso: a **Veja** não vacila em tentar manipular o movimento social, distorcendo os fatos o ponto de usar a imagem de Hannah Beineke exatamente no sentido oposto ao da manifestação expressa pela jovem. Tudo isso ficou mais evidente quando, nessa sexta-feira, o mesmo *blog* de Alceu Neder publicou um esclarecimento assinado pelo fotógrafo Jefferson Bernardes, da agência Preview, responsável pela foto publicada na **Veja**. São palavras de Jefferson Bernardes:

> Fotos Caras-Pintadas.
>
> Caro Nader, sou autor da foto de Hannah Beineke publicada na **Veja**. Aproveito este espaço para esclarecer que não foi mancada minha, pois a foto levava a legenda correta, descrevendo o ato como aconteceu. Já citado aqui que outros veículos cobriram a manifestação, a **Folha de S.Paulo** também publicou uma de minhas imagens para ilustrar sua matéria naquele dia e não fez a mesma comparação.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que a **Veja** está fazendo, na cobertura desta crise, é um escândalo, é um acinte, é um crime. Está distorcendo os fatos, tentando forjar um clima de golpe contra o Presidente Lula, contra o Governo do PT.

Todos sabemos que houve dirigentes do PT que cometeram erros. Não estamos titubeando. Temos exigido – pessoalmente, já ocupei esta tribuna inúmeras vezes – realmente a punição rigorosa de todos aqueles que cometeram erros dentro do meu Partido, fora do Partido, em qualquer situação. Nesta crise, queremos uma punição rigorosa e, dentro do nosso Partido, mais rigorosa ainda. Já deixei aqui esses motivos justificados.

Independentemente disso, não podemos compactuar com um jornalismo da estirpe da **Veja**. Que essa revista faça um jornalismo semelhante ao de

outros órgãos de comunicação de grande, média ou pequena envergadura, como os jornais regionais, mas com decência. Que a imprensa seja investigativa, sim, que vá às últimas conseqüências, investigue, apure e contribua grandemente para o avanço do processo democrático neste País, mas que não deturpe os fatos, como vem fazendo a revista **Veja**.

Não temos titubeado em defender punição imediata e rigorosa para culpados como Delúbio Soares, Silvio Pereira e outros dirigentes do campo majoritário do meu Partido, que passa atualmente por um processo de reciclagem que culminará, no dia 18 de setembro, na eleição direta de uma nova direção partidária. Participo da chapa que pretende eleger a companheira Maria do Rosário, que faz parte do Movimento PT, Presidente Nacional do nosso Partido, embora não faça parte desse movimento. Sei que esta é uma conjuntura muito grave e muito dura para todos nós do PT, mas não podemos nos calar diante dessas manipulações da **Veja**.

A revista **Veja** está se sujando, se degradando. Temos de perguntar que moral tem essa revista para cobrar ética de quem quer que seja? Queremos cobrar ética e moralidade, sim, de todos os políticos, dos partidos políticos, mas também da imprensa. Parte dela, entre elas a revista **Veja**, mostra uma compostura realmente degradada não sabemos muito bem a serviço de quem – para mim, isso não está muito claro; com certeza, não é a serviço da sociedade brasileira ou da democracia de nosso País. Não tenho dúvida disso.

Temos que levantar a cabeça e questionar, sim. Não podemos continuar participando de um processo em que parece que todos nós estamos...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Nós, Parlamentares, especialmente, estamos aqui graças à determinação, cada um de nós, e à vontade do nosso povo, do nosso Estado. Estou aqui graças ao povo do meu Estado de Mato Grosso, um Estado grandioso, sobre o qual sempre que estou na tribuna não posso deixar de falar. Trata-se de um Estado grande, gigante, de um Estado economicamente viável, que precisa de uma força na área estrutural. Mas é um Estado que produz matéria-prima para exportação em grande quantidade – soja, carne, algodão. Trabalha atualmente, hoje, com retorno, com a construção de usinas de álcool, com a questão do biodiesel. Enfim, trata-se de um Estado extremamente promissor. Cada um de nós no Senado viemos representar o nosso Estado. Temos o compromisso com o bem maior do povo brasileiro, que é o avanço do processo democrático.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Temos que ter a coragem, temos que acabar com essa história de ter medo da imprensa. A imprensa séria, responsável não nos ameaça, e daquela que não é séria e nem responsável, eu não tenho medo. Temos que realmente nos posicionar. Aquilo que é certo, temos que apoiar e estar junto com a imprensa. Mas, aquilo que está errado, temos que ter a coragem de realmente olhar de frente e nos posicionarmos. Chega de ficarmos dizendo "sim, senhor" para determinados órgãos, às vezes muito por aquela história: "Estou com medo, porque, se bater em mim, realmente vai ficar difícil".

Não tenho medo, não. Nós todos temos que enfrentar. A imprensa corajosa e séria, estamos com ela. A imprensa irresponsável, estamos contra.

Muito obrigada.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, ao Senador Osmar Dias.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a inscrição, no momento adequado, para breves comunicações, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Para uma comunicação inadiável, Senadora?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, para uma comunicação inadiável no momento em que a Mesa achar adequado, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Exª está inscrita em terceiro lugar.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª minha inscrição para falar como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Exª já pode falar, se assim o desejar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diversas entidades estão nos corredores a nos perguntar se, efetivamente, amanhã, haverá sessão de discussão e votação dos vetos. Solicito que V. Exª possa esclarecer para que, perante a sua fala, na Presidência, não só os presentes, mas os que estão nos Estados saibam se

vai ocorrer amanhã a sessão conjunta para apreciação de mais de 400 vetos, conforme o nosso sempre tão prestativo Carreiro nos informou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Renan Calheiros disse-me, quinta-feira, que seria na quarta. De acordo com o Dr. Carreiro, consta na Ordem do Dia de hoje: "A Presidência comunica, ainda, que está convocada sessão do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 31/08/2005, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais".

Portanto, amanhã, às 11 horas, todos os Srs. Parlamentares estão convidados, porque a votação dos vetos é muito importante.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srªs e Srs. Senadores, falo hoje sobre uma proposta de emenda à Constituição que apresento ao Senado Federal, de extrema importância.

V. Exª, como eu, defende o municipalismo, defende os Municípios. Como todos aqueles que não se conformam com a péssima distribuição dos recursos arrecadados por meio de impostos, tributos ou contribuições, queremos uma alteração nessa concentração dos recursos nas mãos da União, porque já é possível constatar a deterioração dos serviços públicos em nosso País em função dessa concentração.

Vou repetir um número já conhecido de todos: em nosso País, 61% dos recursos totais ficam com a União; 25% dos recursos arrecadados ficam com os Estados; e apenas 14% – um pouquinho mais de 14% – são repassados aos Municípios.

Ao contrário dessa tendência de diminuição dos recursos para os Municípios, houve, com a Constituição de 1988 e depois dela, uma transferência sistemática de atribuições, de tarefas, enfim, de responsabilidades que antes não eram dos Municípios para os Municípios.

O transporte escolar, por exemplo, deveria ser providenciado pelo Município após recebimento de recursos da União. No entanto, os Estados recebem os recursos da União e deveriam repassá-los aos Municípios. Ocorre que, quase sempre, os Estados retêm esses recursos. E os governadores inclusive fazem a sua própria política, desrespeitando, muitas vezes, as prioridades municipais.

No meu Estado isso acontecia, vem acontecendo. E o transporte escolar tem que ser visto como instrumento de combate ao êxodo rural, por ser uma de suas principais causas. O transporte escolar é deficitário, uma vez que os Municípios, por não disporem de recursos, acabam improvisando com veículos velhos. A incapacidade financeira dos Municípios brasileiros é ocasionada justamente pela concentração de recursos nas mãos dos Estados.

Fiz um estudo, Senador Augusto Botelho, e cheguei à seguinte conclusão: em 1994, as contribuições – Cide, Cofins, da CPMF – somavam 44% dos recursos totais administrados pela Receita Federal. Em 2001, as contribuições já significavam 48%. Então, de 44% passaram a 48%. E o pior, hoje elas já estão ultrapassando 50% dos recursos administrados pela Receita Federal. Por que isso? Porque todas as reformas feitas aqui, a PEC 135, as outras de que não lembro o número, todas elas trataram de contribuições. Quando se fala em reforma tributária no Brasil, fala-se de correção de contribuições.

Os impostos destinados diretamente aos Municípios, como por exemplo, o Imposto Territorial Rural (ITR), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), dos quais o Município participa através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), não têm nenhuma correção. Então, estou apresentando, Senador Augusto Botelho, uma emenda constitucional – e já pedindo o apoio de V. Exª; sei que contarei com isso, por seu espírito municipalista –, no sentido de também transferir ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pelo menos 10% das arrecadações resultantes das contribuições CPMF, Cide e Cofins. Isso porque hoje nada, praticamente, vai para os Municípios, a não ser uma parcela pequena da Cide – depois da reforma que fizemos aqui –, em que 25% são destinados aos Estados e 25% desses 25%, aos Municípios. Então do total, 6,25% da Cide são transferidos exatamente para os Municípios.

Mas precisamos de mais: precisamos da Cofins e da CPMF, para que os Municípios sejam obrigados, sim, a investir os recursos da CPMF para o fim a que se destina: a saúde. Precisamos destinar os recursos da CPMF para a saúde. Mas que seja possível aos Municípios arrecadarem esses 10% da CPMF. Essa verba precisa ser repassada aos Municípios e diretamente administrada por eles. E não como ocorre hoje, através da União, o que torna todos os Parlamentares dependentes do próprio Governo Federal. Quando o Parlamentar faz uma emenda, tem que implorar aos Ministros do Governo a liberação de algo que é direito garantido a ele constitucionalmente.

Se nós conseguirmos aprovar essa emenda constitucional que eu estou apresentando, significa tornar disponível para os Municípios – Senador Romeu Tuma, Presidente desta sessão – 10% das contribuições. Com isso, vamos resolver um grave problema, uma distorção

enorme, porque as contribuições somaram 135 bilhões em 2004. Seriam R$13,5 bilhões a mais para os Municípios administrar, o que eles poderão fazer com muito mais competência do que faz hoje a União...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir.

Os Municípios farão com muito mais competência do que hoje o faz a União, porque estão mais próximos dos problemas das comunidades. Assim, o Prefeito terá melhores condições de administrar, de gerenciar, de repassar esses recursos para atender a saúde, a segurança, para atender as necessidades básicas da população. E a população brasileira será beneficiada diretamente com essa medida.

Por isso, estou apresentando, e peço o apoio a todo o Senado Federal, a proposta de emenda constitucional, que estabelece 10% das contribuições para os Municípios brasileiros, o que representaria hoje cerca de R$13,5 bilhões a mais de arrecadação.

Eu conto com o apoio de todos para a proposta de emenda constitucional que acabo de apresentar, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu é que agradeço a V. Exª. Eu gostaria de ser signatário também da medida.

Concedo a palavra a nobre Senadora Íris de Araújo, ilustre representante de Goiás, por cessão do Senador Valdir Raupp. Tem V. Exª a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu comentava, agora há pouco, com o Senador Augusto Botelho, que esta Casa reflete o pensamento do povo e que nós temos que obedecer a esse pensamento. Por isto, eu me apresento hoje com esta camiseta, na qual está estampada a seguinte frase: "O Brasil é maior." E, logicamente, faço um pronunciamento ao usar esta camiseta com base no que nela está escrito.

Sr. Presidente, está claro que as CPIs desempenham um papel determinante para elucidar as muitas denúncias que comprometem o Governo e o seu Partido. Mas o grave momento vivido pelo País não nos deve levar apenas à atitude de exigir a profunda apuração dos fatos denunciados, o seu conseqüente julgamento pelas instâncias competentes e a punição dos culpados.

Muito além dos episódios revelados, está um novo sentido de Nação a ser redescoberto, a ser moldado a partir de um debate igualmente importante que precisa ser travado de maneira paralela ao ciclo das investigações.

Depois de quase três meses, Senador Mozarildo Cavalcanti, é preciso constatar que nós não podemos continuar a viver praticamente em função de depoimentos que, reconheçamos, se transformaram em espetáculos de surpreendentes índices de audiência na televisão.

O Brasil não pode mais continuar vivendo em função desses fatos extraordinários que surgem no noticiário dia após dia, alimentando essa cadeia sem fim desses escândalos. Ao lado das ações que elucidam o esquema de corrupção, é preciso que prospere o debate a respeito do país do bem, do país a dar certo, das saídas e alternativas que nos devolvam a esperança, que reforcem os nossos sonhos, jamais permitindo que prospere na sociedade o descrédito em nossas próprias forças, em nossas potencialidades, Senador e Presidente Romeu Tuma,.

O perigo de dar exclusividade ao debate da crise é justamente este: semear um sentimento de descrença que só leva angústia à alma do povo brasileiro.

A atividade incorreta de alguns pode acabar por penalizar a própria ação pública no Brasil. Corremos o risco de nos envolver com essas denúncias que são muito freqüentes, levando-se em conta que todos nós, políticos, na sua grande maioria, temos bons propósitos, estamos trabalhando e nos empenhando para que este grande País tenha o merecido crescimento.

O perigo é justamente o eleitor estabelecer um conceito geral a partir de exemplos específicos, passando a menosprezar a ação política ou até mesmo chegando a limitar a sua própria participação nas definições dos caminhos do País.

As eleições estão chegando. Penso que é extremamente perigoso que esse tipo de pensamento se dissemine, um pensamento único em relação ao que está acontecendo nesta Nação. A punição, a investigação, o que se faz corretamente dentro desta Casa, é o caminho certo, mas temos que pensar no Brasil como um todo.

Fui procurada por um grupo de empresárias, mulheres, que me pediu que usasse esta camiseta – eu brinquei com o Senador dizendo que me enviaram um número menor do que o meu tamanho. Mas, de qualquer forma, a finalidade, a causa é justa e eu a assumi, usando este símbolo aqui.

Essa hipótese de descrédito amplo precisa ser urgentemente analisada. Cabe ao Congresso Nacional, desde já, repensar o seu calendário, bem como a prioridade que está destinando à análise dessas denúncias. O Brasil não pode girar apenas em torno da crise! Não pode torná-la ainda mais gigante; não pode

esquecer que os problemas e as dificuldades do nosso povo permanecem aí – nos seus locais de origem –, a exigir dos agentes públicos, nós, alternativas.

Meu medo é que se torne incontrolável essa guerra de cunho partidário que se manifesta, até com alguma selvageria, nos ambientes das CPIs. A linguagem vai se tornando mais áspera. E, à medida que são divulgadas as pesquisas sobre a avaliação do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a tensão no cenário cresce mais ainda.

O fato é que o confronto eleitoral se antecipou, Senador Romeu Tuma, de maneira drástica, o que é muito prejudicial ao País.

Há o risco evidente de as investigações nas CPIs deixarem de ser técnicas para se transformarem em instrumentos de paixões políticas. Afinal, somos mesmo assim: muito mais paixão e coração.

Mas a racionalidade precisa ser invocada para que não percamos o enfoque central, que é a apuração imparcial das denúncias, sem que esse trabalho comprometa a análise dos diversos outros projetos em tramitação no Congresso, cujo conteúdo representa significativos avanços para o Brasil.

De fato, alguns analistas já concluem que, em face da extensão da crise, o Governo do Presidente Lula esgota a sua capacidade de prosseguir no caminho das reformas. Daqui para diante, só restaria, portanto, o "empurrar com a barriga", à espera de algo inusitado que lhe possa salvar a imagem.

Esta conclusão pode até ter fundamento, mas nossa consciência de agentes públicos não nos deve deixar em paz diante da realidade além deste plenário, além deste Congresso. Ou seja, as altas taxas de juros que infernizam as empresas; a infra-estrutura do País mergulhada no caos – especialmente as rodovias –; o desemprego ainda abundante; a falta de perspectivas e de oportunidades para os nossos jovens; a violência urbana com todas as suas atrocidades; enfim, a família brasileira, que permanece à espera de dias melhores.

O Governo pode até estabelecer como tática de sobrevivência o popular "empurrar com a barriga". Mas nosso povo exige soluções rápidas e eficientes. Afinal, foi com esse propósito que escolheu seu Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – V. Exª pode prorrogar, Sr. Presidente? (Pausa.)

Obrigada.

Cabe ao Congresso Nacional, como esteio primeiro da democracia, mudar essa perspectiva, remodelar o curso do atual debate, priorizando também, por exemplo, a discussão sobre reformas imprescindíveis que recomponham a fé de nosso povo num futuro de maior qualidade.

É aquele instante em que devemos, sim, deixar de lado as nossas vaidades, invocando os mais caros ideais para, num esforço amplo, fazermos com que este País siga adiante em sua maratona de crescimento.

A saída para a crise está sempre na atividade cidadã, capaz de transformar este momento em verdadeiro aprendizado a funcionar como reforço de nosso amor pelo País.

Já se disse que nosso povo é melhor do que suas elites e é essa essência que deve inspirar as atitudes a serem tomadas daqui para diante.

O salto de qualidade que o País espera implica uma mudança de costumes. E de mentalidade.

Não se trata apenas de enxergar as próximas eleições. É preciso repensar o Brasil como um todo, independentemente dos objetivos partidários. Nossa meta precisa ser o interesse nacional.

Felizmente, os últimos acontecimentos parecem ter mostrado de maneira definitiva que a economia está mesmo assentada em fundamentos sólidos e que não será abalada pelos desdobramentos desta crise política. Mas a gradativa fragilização da liderança do Presidente Lula não pode servir de pretexto para que nos acomodemos diante da evidente paralisia imposta por essa perda de força política. Mesmo num cenário que revele um certo vazio de poder, os problemas nacionais precisam ser agilizados e administrados.

É necessário refletir. O Governo Lula tem ainda pela frente um ano e quatro meses. Trata-se de um período considerável, um espaço de tempo precioso. Não dá para imaginar um hiato de tamanhas proporções. As políticas nacionais e os programas específicos precisam ser tocados e aperfeiçoados. Não podemos permitir, Sr. Presidente, que a crise política tudo engula.

Está aí o produtor rural curvado por dívidas...

Cadê os projetos sociais destinados às famílias carentes? Ninguém mais deles dá notícias.

Quando a saúde e a educação voltarão a ser objeto de apreciações mais detidas?

Esperemos, enfim, que as CPIs...

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Iris de Araújo, V. Exª me concede um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Concedo um aparte, neste momento, com o maior prazer, ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Iris de Araújo, esta é a oportunidade primeira que tenho de saudá-la e o faço no instante de sua vibração cívica em favor do País. Realmente, vamos apurar, vamos punir os responsáveis, vamos acabar com a impunidade, mas, por favor, vamos administrar o País. Esse é

o apelo que V. Exª faz em favor de melhores estradas, em favor de saúde, em favor de educação. V. Exª cresce aos olhos dos seus conterrâneos. Aliás, deixe-me dizer que tenho um pouco de ciúmes de Goiás porque V. Exª é nascida na minha cidade, Três Lagoas. Mas V. Exª está empolgando Goiás e é motivo de orgulho dos seus conterrâneos e do Brasil. Muito obrigado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Senador Ramez Tebet.

Sr. Presidente, solicito que meu discurso seja publicado na íntegra.

Para encerrar, gostaria apenas de dizer que aqui estou usando o que me pediram: a camiseta em que se lê "O Brasil é maior". Eu também considero que o nosso Brasil é maior que qualquer crise, é maior que qualquer situação que possamos viver. E nós, não somente aqui no Senado, mas em todas as instâncias, nós que estamos dentro deste plenário e em todos os recantos deste País devemos ter a coragem, a competência de nos colocar de pé e, em voz bem alta, dizer: "Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil".

Muito obrigada a todos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. IRIS DE ARAÚJO.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está claro que as CPIs desempenham um papel determinante para elucidar as muitas denúncias que comprometem o governo e o seu Partido. Mas o grave momento vivido pelo País não nos deve apenas levar à atitude de exigir a profunda apuração dos fatos denunciados, seu conseqüente julgamento pelas instâncias competentes e a punição dos culpados.

Muito além dos episódios revelados, está um novo sentido de Nação a ser redescoberto e a ser moldado a partir de um debate igualmente importante que precisa ser travado de maneira paralela ao ciclo das investigações.

Depois de quase três meses, é preciso constatar que não podemos continuar a viver praticamente em função de depoimentos que – reconheçamos! – se transformaram em espetáculos de surpreendentes índices de audiência na TV.

O Brasil não pode mais continuar vivendo em função destes fatos extraordinários que surgem no noticiário dia após dia alimentando a esta cadeia sem fim de escândalos. Ao lado das ações que elucidam o esquema de corrupção, é preciso que prospere a discussão a respeito do País do Bem, do País a dar certo, das saídas e alternativas que nos devolvam a esperança, que reforcem nossos sonhos, jamais permitindo que prospere na sociedade o descrédito em nossas próprias forças, em nossa potencialidade.

O perigo de dar exclusividade ao debate da crise é justamente este: semear um sentimento de descrença que só leva angústia à alma do brasileiro.

A atividade incorreta de alguns pode acabar por penalizar a própria ação pública no Brasil. E aí mora outra enorme preocupação: o perigo é justamente o eleitor estabelecer um conceito geral a partir de exemplos específicos, passando a menosprezar a ação política ou até mesmo chegando a limitar a sua própria participação nas definições dos caminhos do País.

Esta hipótese do descrédito amplo precisa ser urgentemente analisada!

Cabe ao Congresso Nacional desde já repensar o seu calendário, bem como a prioridade que está destinando à análise destas denúncias.

O Brasil não pode girar apenas em torno da crise! Não pode torná-la ainda mais gigante. Não pode esquecer que os problemas e as dificuldades de nosso povo permanecem aí, a exigir dos agentes públicos alternativas.

Meu medo é que, por exemplo, se torne incontrolável esta guerra de cunho partidário que já se manifesta, até com alguma selvageria, nos ambientes das CPIs. A linguagem vai se tornando mais áspera. E na medida em que são divulgadas pesquisas sobre a avaliação do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a tensão no cenário cresce ainda mais.

O fato é que o confronto eleitoral se antecipou de maneira drástica – o que é muito prejudicial ao País!

Há o risco evidente de as investigações nas CPIs deixarem de ser técnicas para se transformarem em instrumentos de paixões políticas.

Afinal, somos mesmo assim: muito mais paixão e coração.

Mas a racionalidade precisa ser invocada para que não percamos o enfoque central, que é a apuração imparcial das denúncias, sem que este trabalho comprometa a análise dos diversos outros projetos em tramitação no Congresso, cujo conteúdo representa significativos avanços para o Brasil.

De fato, alguns analistas já concluem que, em face da extensão da crise, o governo do presidente Lula esgota a sua capacidade de prosseguir no caminho das reformas. Daqui para diante, só restaria, portanto, o "empurrar com a barriga", à espera de algo inusitado que lhe possa salvar a imagem.

Esta conclusão pode até ter fundamento, mas nossa consciência de agentes públicos não deve nos deixar em paz diante da realidade além deste plenário, além deste Congresso. Ou sejam, as altas taxas de juros que infernizam as empresas; a infra-estrutu-

ra do País mergulhada no caos – especialmente as rodovias; o desemprego ainda abundante; a falta de perspectivas e de oportunidades para nossos jovens; a violência urbana com todas as suas atrocidades; enfim, a família brasileira que permanece à espera de dias melhores.

O governo pode até estabelecer como tática de sobrevivência o popular "empurrar com a barriga". Mas nosso povo exige soluções rápidas e eficientes! Afinal, foi com este propósito que escolheu o seu presidente...

Cabe ao Congresso Nacional, como esteio primeiro da democracia, mudar esta perspectiva, remodelar o curso do atual debate, priorizando também, por exemplo, a discussão sobre as reformas imprescindíveis que recomponham a fé de nosso povo num futuro de maior qualidade.

É aquele instante em que devemos, sim, deixar de lado as nossas vaidades, invocando os mais caros ideais para, num esforço amplo, fazermos com que este País siga adiante em sua maratona de crescimento.

A saída para a crise está sempre na atividade cidadã, capaz de transformar este momento em verdadeiro aprendizado a funcionar como reforço de nosso amor pelo País!

Já se disse que nosso povo é melhor do que suas elites e é esta essência que deve inspirar as atitudes a serem tomadas daqui para diante.

O salto de qualidade que o País espera implica numa mudança de costumes. E de mentalidade.

Não se trata apenas de enxergar as próximas eleições. É preciso repensar o Brasil como um todo, independente dos objetivos partidários. Nossa meta precisa ser o interesse nacional!

Felizmente, os últimos acontecimentos parecem ter mostrado de maneira definitiva que a economia está mesmo assentada em fundamentos sólidos e que não será abalada pelos desdobramentos desta crise política. Mas, a gradativa fragilização da liderança do presidente Lula não pode servir de pretexto para que nos acomodemos diante da evidente paralisia imposta por esta perda de força política. Mesmo num cenário que revele um certo vazio de poder, os problemas nacionais precisam ser agilizados e administrados!

É necessário refletir... O governo Lula tem ainda pela frente 1 ano e quatro meses. Trata-se de um período considerável... Um espaço de tempo precioso... Não dá para imaginar um hiato de tamanhas proporções. As políticas nacionais e os programas específicos precisam ser tocados e aperfeiçoados. Não podemos permitir que a crise política a tudo engula!

Está aí o produtor rural curvado por dívidas...

Cadê os projetos sociais destinados às famílias carentes? Ninguém mais deles dá notícias...

Quando a saúde e da educação voltarão a ser objeto de apreciações mais detidas?

Esperemos, enfim, que as CPIs não se transformem naquelas novelas emocionantes em que seus autores tudo fazem para esticar os capítulos, num enredo que jamais chega ao fim. Neste caso, aliás, esperemos que o apagar das luzes seja breve e que tenha o final clássico do bem vencendo o mal!

Até porque, a vida real nos mostra que o nosso Brasil é capaz de encontrar saídas a partir do esforço de seus filhos. Independente de governos.

O País é mais forte do que seus dirigentes, é mais forte do que suas crises, está acima das atitudes inaceitáveis dos que traem a confiança do povo!

Portanto, não vamos empurrar com a barriga...Vamos, sim, vencer as dificuldades com o suor de nosso trabalho e a nossa vontade de fazer e de realizar!!!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Exª

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra V. Exª, pela Liderança do Governo. V. Exª fará uso da tribuna por cinco minutos, nos termos do parágrafo único do art. 66 do Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro e um apelo.

O registro é em nome da Liderança do Governo e também em meu nome e de todo o PMDB de Roraima. Desejo saudar a Igreja Assembléia de Deus, que comemora 90 anos e realizou, no último final de semana, uma festa comandada pelo Pastor Isamar Ramalho, com vários convidados, com vários pastores que se deslocaram até a Capital Boa Vista. Nessa ocasião, sem dúvida alguma, foi demonstrada a força, a competência, a integridade, o caráter e a importância da Assembléia de Deus para o Estado de Roraima. É a maior igreja evangélica do Estado. Está presente em cada Município, em cada localidade e realiza importante trabalho social, um trabalho de equilíbrio, um trabalho muito forte de construção da sociedade em nosso Estado.

Portanto, aqui ficam o meu reconhecimento, os meus parabéns e o meu compromisso de continuar atuando no sentido de fortalecer o trabalho das igrejas evangélicas, não só especificamente da Assembléia

de Deus, mas também das outras igrejas evangélicas, que são tão importantes em nosso Estado.

Outro apelo que quero também fazer é no sentido de que, nesta semana iniciada no Congresso Nacional, seja encaminhada definitivamente a legalização das terras do Estado de Roraima. Existe um grupo de trabalho do Governo Federal, com representantes do Estado, que está discutindo essa matéria há muito tempo. Entendo que é chegado o momento de o Presidente Lula baixar um decreto regulamentando de que forma vão se transferir as terras para o Estado. É preciso iniciar esse processo de transferência para que efetivamente, ao longo do tempo, todas as terras devolutas, todas as terras que precisam compor a base física do Estado sejam transferidas a Roraima. Essa solução é importante para o desenvolvimento e também para indicar o rumo da nossa produção.

A regularização fundiária, não só no que se refere à legalização das terras, mas também no que tange à solução da questão indígena, é um ponto crucial que, infelizmente, até hoje tem atrapalhado o desenvolvimento do nosso Estado. Estamos atrasados em relação a esse problema, que deveria ter sido resolvido há anos. Em 1991, quando se instalou o Estado, as terras deveriam ter sido regularizadas. Infelizmente, isso não foi feito. Mas é sempre hora de recuperar o tempo perdido e de resolver uma pendência que é fundamental, volto a dizer, para Roraima.

Portanto, fica o apelo para que o Presidente Lula baixe o decreto que regulamenta a transferência das terras, para que se inicie o processo de regularização. O Incra deve entregar os títulos aos trabalhadores, aos empresários, aos ocupantes de terras produtivas, para que a base fixa do Estado possa se engajar no processo produtivo da Amazônia. Nesta semana, vamos acompanhar, no Palácio do Planalto, exatamente o encaminhamento e a solução dessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência concede a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador César Borges, que fala por cessão do nobre Senador Marco Maciel e por permuta com o Senador Alberto Silva.

S. Exª disporá de até dez minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Exª fica inscrito como próximo orador, de acordo com o Regimento Interno.

V. Exª tem a palavra, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na quinta-feira passada, apresentamos um requerimento ao Senado, que foi aprovado na mesma data, solicitando que o Tribunal de Contas da União realizasse uma auditoria na Controladoria-Geral da União. Explico o porquê do nosso requerimento, cuja justificativa seguia junto com ele.

Consideramos a realização dessa auditoria de fundamental importância para encontrarmos a resposta para uma pergunta que não quer calar, Sr. Presidente: por que a Controladoria-Geral da União, criada exatamente para investigar e combater a corrupção dentro do Governo Federal, não tem cumprido com a sua função?

O Presidente Fernando Henrique criou a Controladoria-Geral da União para fazer investigação interna, a fim de impedir, inclusive, que houvesse atos de corrupção, a partir de um acompanhamento permanente da administração direta, da indireta, das estatais, do Governo Federal. A Controladoria estava pronta para receber denúncias, que poderiam ser feitas por qualquer Parlamentar, por qualquer cidadão brasileiro. Essa foi a função.

Ora, essa função foi modificada no atual Governo. Modificada para quê? Para melhorar essa função, que é importantíssima, que poderá inclusive prevenir ações danosas ao Erário federal? Não, ela foi ampliada para que a Controladoria-Geral da União, antes denominada Corregedoria porque era uma efetiva Corregedoria dentro do Governo Federal, para o controle interno dele , pudesse atuar também controlando as verbas que o Governo Federal destinava às prefeituras municipais.

Pois bem. E aí se deteve o trabalho único e exclusivo da agora Controladoria-Geral da União, cujo titular foi intitulado ministro. A Controladoria, antes Corregedoria, não precisa ter **status** de ministério, mas o Presidente Lula, quando alargou o número de ministérios para trinta e cinco, resolveu criar mais um, porque o Sr. Waldir Pires só aceitava essa situação. E ele foi para a tal Controladoria-Geral da União, mas não para auditar, não para fazer a correção interna do Governo Federal, como ocorria no início, quando a Corregedoria-Geral da União foi criada, no Governo passado. A

Controladoria-Geral da União passou a fazer isso nas prefeituras municipais. E realizava um sorteio, que raramente pegava o PT, porque, das 5.500 prefeituras, só havia 200 do PT – agora só há 400. Então, era algo para pegar prefeituras dos outros Partidos – PMDB, PSDB, PFL, PDT e assim por diante –, menos do PT.

Durante este Governo, não vimos uma só ação da Controladoria-Geral da União para apurar os diversos escândalos que são do conhecimento da Nação brasileira. Talvez, se a Controladoria tivesse feito seu papel, não estivesse o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores passando por tantos constrangimentos, diante de tantos escândalos não esclarecidos para todo o Brasil.

Vou citar alguns. Onde estava a Controladoria enquanto Waldomiro Diniz e Rogério Buratti disputavam a propina da GTech? Por que não estava acompanhando a renovação de contratos na Caixa Econômica Federal? Onde estava a Controladoria nas denúncias envolvendo o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que inclusive está sendo processado pelo Supremo Tribunal Federal, que abriu investigação? Nunca se ouviu um pio, uma palavra da Controladoria-Geral da União. Só se ouviu quando ela agiu contra as prefeituras municipais em todo o País. Onde estava a Controladoria quando ocorreram as fraudes do programa Bolsa-Família, de que toda a Nação tomou conhecimento? Onde estava a Controladoria quando houve o favorecimento de empreiteiras no Ministério dos Transportes, no DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), que foi escandalizado, inclusive, por ex-gestores daquele órgão. Também não se ouviu uma palavra sequer, nem uma abertura de sindicância por parte da Controladoria se fez.

Onde estava a Controladoria no caso tão conhecido das organizações não-governamentais, como a Ágora, que foi denunciada a todo o País?

Onde estava a Controladoria na "máfia dos vampiros", que aconteceu no Ministério da Saúde, com pessoas que eram da estrita confiança do ex-Ministro Humberto Costa, que precisou demiti-las, mas que foram trazidas por ele?

Onde estava a Controladoria na famosa "máfia dos Correios", como agora nós sabemos? Agora, a Controladoria diz que fez lá as suas investigações, uma auditoria, e chega a desvios de milhões, R$56 milhões. Ou a Controladoria não faz nada, ou, quando faz, sempre chega atrasada; anda lentamente e chega quando o escândalo já é do conhecimento nacional.

Onde estava a Controladoria no escândalo do "mensalão" e de todas essas ramificações, com a utilização do "valerioduto", inclusive com a utilização da Secretaria de Comunicação para direcionar contratos às empresas do Sr. Marcos Valério, contratos esses que eram, inclusive, superfaturados?

Quando aprovamos esse requerimento aqui, Sr. Presidente, o Sr. Waldomiro Diniz declarou à imprensa a sua indignação com a nossa solicitação, no cumprimento do nosso papel democrático de parlamentar. Mas ele não deu essas explicações sobre onde estava a Controladoria, que deveria estar cumprindo o seu dever. Ele não disse nada, preferiu atacar o Senador César Borges, preferiu tachar o meu ato de pequeno, que eu não conseguia ver o grande trabalho de combate à corrupção deste Governo.

Onde está este trabalho? O que se vê pelo País inteiro é a corrupção nos órgãos federais, que foram tomados de assalto pelo Partido dos Trabalhadores, que imagina que o Governo Federal, porque foi ganha a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pertence ao Partido dos Trabalhadores. Nunca se viu simbiose tão grande entre um partido e um governo.

Então, o Sr. Waldir Pires, em lugar de dizer o que a Controladoria-Geral da União fez ou está fazendo e o que deve fazer, preferiu atacar o Senador, é mais cômodo para ele. E atacou de forma inclusive desleal, porque mentiu de forma deslavada. Disse que eu propus ao Plenário do Senado uma legislação, a modificação constitucional, para permitir que políticos corruptos não fossem inelegíveis enquanto não fosse transitado em julgado. Isso é loucura! Só na cabeça do Sr. Waldir Pires. Nós propusemos, sim, a modificação da legislação eleitoral, que prevê que o político que tenha alguma acusação sobre vício eleitoral seja afastado na primeira instância de pleno. Aí, ele vai recorrer, e logo em seguida ele volta, porque um juiz que tenha qualquer divergência ou interpretação equivocada faz o afastamento daquele que foi eleito com a maioria dos votos. Basta que se arrumem duas ou três testemunhas e que se diga que houve um crime eleitoral, como a compra de votos, e ocorre o afastamento.

Então, o que nós pretendíamos, Sr. Presidente, era exatamente que houvesse, como há, o mesmo direito aplicável a qualquer cidadão brasileiro: que ele só fosse afastado após recorrer aos Tribunais Superiores. Então, isso hoje traz um desassossego às administrações públicas estaduais.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, a Controladoria não funciona, e o Sr. Waldir Pires está muito mal colocado. O que este País, na verdade, precisava é que acabasse essa Controladoria, que não resolve absolutamente nada, e que este Governo estivesse impregnado daquilo que ele prometeu a toda a Nação brasileira: caráter, moralidade, ética para assumir o Governo Federal, fato esse que, infelizmente, a Nação brasileira não tem assistido.

Portanto, Sr. Presidente, o Senado Federal aprovou, e aprovou muito bem – não vi aqui ninguém do Partido dos Trabalhadores, da Base do Governo, ser contra nosso requerimento para que seja aberta uma investigação pelo Tribunal de Contas da União e seja feita uma auditoria à Controladoria-Geral da União, para que ela possa dizer a que veio, porque ela está em pleno desvio de função. E é isto que queremos que toda a Nação conheça: que o Sr. Waldir Pires e a Controladoria-Geral da União não vêm cumprindo seu papel, porque, se estivessem, muito do que tem acontecido e trazido inquietação à Nação brasileira já teria sido dado conhecimento pelo que seria o resultado do trabalho dessa Controladoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite um breve aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa já havia prorrogado por três vezes, para não causar prejuízo. Está V. Exª inscrito, Senador Eduardo Suplicy, e, de fato, a Presidência prorrogou por três vezes.

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo, se V. Exª permitir. Primeiro, para informar que consideramos mais do que legítimo que o Senador César Borges, da Oposição, possa fazer um requerimento sobre as atividades da Controladoria-Geral da União como de qualquer Ministério. Então, não poderíamos aqui ser contrários a isso. Sabe V. Exª que eu tenho pelo Ministro Waldir Pires o maior respeito. Respeito as críticas que formula...

(Interrupção do som.)

O SR. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Houve inúmeras iniciativas de S. Exª que tiveram resultados importantes, mas V. Exª pede uma ação mais efetiva. E é interessante...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pode V. Exª citar alguma ação dele que redundou em algo efetivo?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – São do conhecimento público dezenas de operações que...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não resultou absolutamente em nada, sequer encaminhou ao Tribunal de Contas da União, o que seria sua obrigação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Por exemplo, foram efetuadas inclusive prisões no Estado de Alagoas relativamente a prefeitos que haviam desviado recursos para outras finalidades, e, em muitos Estados, foram realizadas detenções de operações que decorreram da coordenação de investigação tanto da Controladoria-Geral da União quanto da Polícia Federal. Infelizmente, como eu prometi ser muito...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Encerrando, Sr. Presidente. As ações que o Senador Eduardo Suplicy disse que são de autoria do Sr. Waldir Pires, são, na verdade, da Polícia Federal e que ele está tomando a si. Agora, o único setor que ele destinou a sua ação, Sr. Presidente, foi olhar para os municípios porque não tinha nenhum município do PT envolvido, porque só tem duzentas prefeituras – é uma questão estatística. E ele não fez nenhuma denúncia em relação a sua ação precípua, que é olhar internamente e fiscalizar o Governo Federal a que ele pertence. Então, ele estava coadunando com todos esses escândalos que estavam aí. Chego a desconfiar de que ele tinha conhecimento de muitos deles e não quis revelar para proteger o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem ordem, tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que V. Exª me inscreva para que eu possa falar pela Liderança do PL antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Exª está inscrito para falar pela Liderança do PL antes da Ordem do Dia.

Neste momento, falará o nobre Senador Sérgio Zambiasi, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB –TO) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – É que estou inscrito pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – De fato, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª está inscrito. Como V. Exª não tinha chegado ao Plenário para, efetivamente, pedir o horário – se era antes ou após a Ordem do Dia –, a Presidência já inscreve V. Exª e vai lhe conceder a palavra, de acordo com o disposto no Regimento Interno.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB-TO) – Senador José Jorge, tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela Minoria, o Senador Antonio Carlos vai falar antes da Ordem do Dia, e eu gostaria de me inscrever para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Inscrevo V. Exª para depois da Ordem do Dia. A Mesa já havia dado o esclarecimento a S. Exª, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que já está devidamente inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Exª tem a palavra por cinco minutos para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desde o último dia 27 deste mês de agosto, o setor agropecuário gaúcho vive um dos momentos mais importantes do ano. Apesar das quebras nas safras, devido à estiagem, a 28ª edição da Expointer iniciou em clima de superação. A expectativa dos organizadores e dos participantes é de que a feira se consagre como o início da recuperação da economia gaúcha.

A Expointer, que neste ano se realiza até o próximo dia 4 de setembro, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, apresenta as últimas novidades da moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial. É a maior mostra agropecuária do Sul e uma das mais importantes exposições do mundo.

Neste ano, a venda de animais durante o evento deve superar os três milhões de reais contabilizados na última edição da feira, graças à realização de cinco remates de cavalos e uma inédita feira de novilhas.

Aliás, quando se fala em superação, devemos lembrar que o número de animais inscritos na exposição bateu recorde neste ano: 5.956. Durante nove dias de feira, cerca de 2.400 expositores de animais, máquinas, implementos, insumos e produtos veterinários, veículos, equipamentos, serviços e artesanato mostram a qualidade da sua produção. E o público também contribui para o sucesso do evento: nos primeiros três dias, apesar da instabilidade do tempo, mais de 160 mil pessoas circularam pelo Parque de Exposições Assis Brasil.

Apesar da descapitalização e das *commodities* em baixa, o setor primário se organizou e levou novos negócios para a Expointer, na tentativa de driblar a crise. O resultado foi a expansão da feira em dimensão, em número de eventos e em participação. O Parque Assis Brasil recebeu investimentos de cinco milhões de reais, em uma parceria entre o Governo do Estado e a iniciativa privada.

Uma das novidades das instalações é a Central da Imprensa, doada pelo Grupo Gerdau, que abriga os jornalistas que fazem a cobertura da feira. Também foi construído o pavilhão da Agricultura Familiar, que abriga a 5ª Feira da Agricultura Familiar. O espaço, que foi restaurado, recebeu investimentos do Governo Federal e do Governo do Estado. Outra atração é o novo Boulevard, localizado na rua coberta pelo parque, com uma área de 250 metros. Portanto, vale a pena a visita nos dias que ainda restam de feira.

A Expointer 2005 também conta com a participação de representantes de 10 países. Expositores da Alemanha, Argentina, Áustria, Camarões, Chile, China, Equador, Peru, Reino Unido e Uruguai participam do evento.

Em relação à comercialização de máquinas, calcula-se uma queda de 30% em relação a 2004, quando foram negociados 218 milhões de reais. A redução é inferior à registrada nas demais feiras realizadas no País, que tem sido em média 50%. Mesmo assim, foram investidos quase 900 mil reais no setor de máquinas agrícolas do parque, ampliando a área de 11 para 12 hectares e inaugurando um estacionamento maior, com capacidade para 2.000 veículos. Mais uma vez, a superação falou mais alto do que o pessimismo.

Em artigo publicado no jornal **Zero Hora**, o Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, evoca os participantes da Expointer a seguir o exemplo de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que empresta o nome ao parque onde se realiza o evento.

Assim como Assis Brasil, que revolucionou a atividade rural com espírito altivo, resistente, operoso e inovador, a Expointer 2005 ficará na história como um evento que não se deixou abater pelas dificuldades climáticas e econômicas do setor primário.

É como diz uma das canções que simbolizam o espírito gaúcho: "Não está morto quem luta e quem peleia, pois lutar é a marca do campeiro".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Marcelo Crivella, antes da solicitação de V. Exª, o nobre Líder Antonio Carlos Magalhães havia enviado à Mesa sua inscrição. Se V. Exª concordar – tenho certeza de que V. Exª já concorda pela sua sinalização –, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela Liderança da Minoria e, logo em seguida, a V. Exª. Assim, V. Exª poderá continuar seu diálogo com o nobre Senador Edison Lobão que, certamente, é bastante proveitoso.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não sei o resultado da reunião do Presidente Renan Calheiros com os Presidentes e Relatores de Comissões. As Comissões são independentes, mas, na certa, o Presidente Renan Calheiros quis apenas advertir todos os membros de Comissão, por meio do Presidente, de que não pode haver "operação abafa", como está existindo por parte do Governo, para que Deputados mensalões, diaristas, anualistas ou semestralistas saiam a salvo dessa vergonha que ocorre no momento no País e que é, sem dúvida alguma, o assunto principal não só das áreas políticas como também de qualquer setor da vida pública nacional.

Eu quero dizer, neste instante, que é preciso vigilância sobre o Presidente Severino Cavalcanti, que não está dignificando a Câmara dos Deputados com as declarações que tem feito, inclusive insinuando que não vai punir ninguém.

A imprensa brasileira, que está tão atenta a esse assunto, deve logo tomar conhecimento de que o Presidente da Câmara não tem interesse em punir os seus colegas, e o pior é o que dizem: que não tem interesse em punir os seus colegas para que ele também não seja punido.

Conseqüentemente, é uma advertência que eu faço à grande maioria da Câmara dos Deputados, que é formada de gente decente, correta, e que não pode ser maculada por uma minoria presidida pelo Presidente da Câmara.

Depois, confesso a V. Exª, e confesso contristado, eu estou meio estarrecido, Senador Siqueira Campos, eu estou um pouco estarrecido com o que tenho lido nos jornais: que o Presidente Severino Cavalcanti vai representar também o Congresso Nacional na ONU. É demais! Se a sua eleição foi um absurdo, avaliem na tribuna da ONU como o Brasil vai crescer com a palavra do Severino! Diria até ao Presidente Renan Calheiros, que vai também na comitiva, que não fossem juntos, pelo menos para se distinguir o Senado da Câmara nesse aspecto. Ninguém pode negar que o Presidente Severino foi eleito e que tem que ficar naquele lugar, mas discretamente, não pode aparecer! Não pode! Fica muito mal para o Brasil o Presidente Severino aparecer na tribuna da ONU, representando o Parlamento Nacional!

Neste instante, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Presidente Renan Calheiros. Não sei se terá coragem de enfrentar o Presidente da Câmara, que tem os poderes naturais de um Presidente da Câmara, mas alguém tem que chegar para o Presidente da Câmara, o Sr. Ciro Nogueira, por exemplo, que dizem que é o maior amigo dele, e dizer: "Severino, adoeça. Não vá para a ONU! Vamos mandar outra pessoa, vamos mandar o Vice-Presidente, vamos mandar um membro da Mesa, mas poupe-se desse problema para si próprio e principalmente para o Brasil!"

De maneira que o Presidente Severino não faça "operação abafa"! Não pode fazer, e o Senado tem que reagir a isso! Se o Congresso Nacional é composto das duas Casas, cabe ao Presidente do Senado, que é o Presidente do Senado, reagir a essa situação. "Operação abafa" não vou fazer! Enquanto estivermos aqui, vamos reagir!

Eu sei que o Senador Eduardo Suplicy está me pedindo o aparte para dizer que não permitiremos operação abafa. Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou de pleno acordo com V. Exª, não podemos permitir uma operação abafa. Todo Parlamentar que porventura cometeu ações que nitidamente ofendem o que está na Constituição, sobretudo no que diz respeito aos direitos e deveres dos Parlamentares que não tenham sido cumpridos, deve receber a punição da perda do mandato; temos que obedecer. Gostaria de perguntar algo a V. Exª. Grande parte do PFL não votou no Deputado Severino Cavalcanti para a Presidência? Porque, na verdade, se ele está sendo designado para representar o Brasil na ONU, acredito que seja em decorrência da sua representação como Presidente da Câmara. Portanto, pondero que a responsabilidade cabe aos que votaram nele para ser Presidente da Câmara.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O PFL votou no José Carlos Aleluia, que foi derrotado.

Creio que V. Exª queria que eu dissesse isso para me intrigar com o Deputado José Carlos Aleluia.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas houve o segundo turno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Votamos no Deputado Aleluia, mas a minha parte da bancada votou no candidato do seu Partido, o Deputado Greenhalgh. Votou e o fez consciente de que estaria votando em um candidato melhor. E hoje está provado que sim.

Portanto, sei que V. Exª quer me felicitar por ter tomado essa atitude de votar em um companheiro de seu Partido. Porque entendo que a Câmara dos Deputados é mais importante do que os próprios partidos políticos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu sou testemunha do seu respeito e da sua consideração pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, feita essa advertência, só me cabe esperar que V.Exª transmita ao Presidente Renan Calheiros a minha preocupação quanto a essa viagem à ONU. Pelo menos, que S.Exª se salve.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, farei chegar às mãos do Senador Renan Calheiros as notas taquigráficas, de acordo com a solicitação formulada por V.Exª.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Marcelo Crivella, na condição de Líder, para uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, este Presidente que falará em lugar do Senador Alberto Silva.

V.Exª dispõe de até cinco minutos, Senador Marcelo Crivela.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto se não há um dispositivo, aprovado pela Mesa e pelo Plenário, segundo o qual devem ser alternadas as comunicações de líderes com os inscritos. Lembro apenas que, salvo engano, existe esta medida que normalmente tem sido considerada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Eduardo Suplicy, assiste a V.Exª inteira razão, e a esta Mesa também quando obedece ao critério. Vejamos. O Senador César Borges falou como orador regularmente inscrito. Logo após, falou um Líder, por cessão, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas, no momento em que um líder efetivo, como é o Senador Marcelo Crivella, pede a palavra, é regimental, de acordo com essa decisão. Portanto, este é o esclarecimento feito por parte desta Presidência em respeito não só a V.Exª, mas às normas ditadas pela Mesa.

V.Exª tem a palavra, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho a este plenário fazer uma comunicação que me preocupa muito.

Neste ano, coloquei todas as minhas emendas para o Ministério das Cidades. Por quê? No Rio de Janeiro existem os temporais de verão. Nós temos muita gente morando em área de risco. Não consegui até agora, Senador Eduardo Suplicy, liberar uma emenda sequer para meu Estado! Não só eu como também os Senadores que lideram no PL.

O Governo tem praticado superávit primário de 6% do PIB. Ontem, no Rio de Janeiro, tivemos um tiroteio, em Botafogo, e várias pessoas morreram. Não é possível vivermos mais com esse nível de recessão e de desemprego que tem trazido à sociedade brasileira taxas de marginalização e de violência que nunca vivemos.

A ditadura militar sustentou-se politicamente pelo sucesso econômico e o pleno emprego. A democracia do Palocci acha que se sustenta promovendo a recessão e o alto desemprego. Seu mais recente aliado é o Deputado Delfim Netto, que quer fazer déficit orçamentário zero não baixando juros, mas elevando o superávit primário, já no próximo ano, para 6% do PIB. Este mesmo Delfim, quando era o principal Ministro civil da ditadura, patrocinou a maior expansão monetária, 30% reais ao ano, e a maior expansão fiscal da nossa história, cujo efeito ficaria conhecido como milagre brasileiro, entre 1968 e 1973.

Encontramos com o Deputado Delfim, no café do Senado, na semana passada, e em tom de brincadeira e um tanto a sério nós avisamos que iríamos atacar sua proposta de déficit zero na abertura das audiências públicas sobre políticas de pleno emprego, na última quarta-feira. Ele respondeu: Vocês não aprenderam nada! Nós respondemos: O senhor é que se esqueceu de tudo o que praticou.

De fato, só o completo desprezo pela democracia pode explicar por que o grande desenvolvimentista do regime militar se tornou o pregoeiro da estagnação e da contração econômica do Governo Lula, em conluio com a equipe econômica do Ministro Palocci. Quem insiste na atual política econômica quer o aprofundamento da crise social e o caos político.

Como respeito a inteligência do Deputado Delfim, tenho plena certeza de que ele sabe disso. Então, como explicar sua insistência em uma política monetária ótima para os ricos, mas politicamente suicida? É muito simples. Delfim acredita que o Presidente Lula, com sua popularidade, segurará as massas, impedirá que a insatisfação social se transforme em convulsão. A isso chama de fazer uma política econômica responsável. Manter as regras do jogo em que só o capital financeiro ganha equivale a respeitar contratos; querer baixar as taxas de juros, como quer o Vice-Presidente, é populismo.

Essa atitude de Delfim aponta para uma característica universal dos processos políticos desde o desmoronamento da União Soviética. Os liberais econômicos, travestidos de neoliberais, abandonaram

qualquer restrição na defesa dos privilégios dos ricos e dos poderosos. Voltaram a uma ideologia anterior aos anos 30, resgatando o darwinismo social com outros nomes.

Ouvi pessoalmente do Ministro Delfim que ele é contra a idéia do pleno emprego. Se alguém falasse assim nos anos 60 ou 70, seria escorraçado da política. Agora é possível...

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco PL – RJ) – Com o maior prazer. É uma honra ser aparteado por V.Exª.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Quero aparteá-lo porque eu o vejo sempre na tribuna, mas – permita-me dizer, é uma opinião minha – hoje V. Exª está diferente pela indignação, que é de todos nós. Está demais isso! Todo esse superávit primário para pagar juros externos, com o desemprego existente, com a saúde inteiramente enfraquecida, com a classe média empobrecendo e com os pobres indo para a miséria. V. Exª tem razão em afirmar isso, ainda mais que representa o Rio de Janeiro, que é hoje uma das mais violentas Unidades da Federação, se não a mais violenta. Como é que vamos ficar pagando juro e cada vez devendo mais, e o povo passando necessidade? Senador, quero abraçá-lo por me permitir comungar de suas idéias, aproveitando a oportunidade para deixar claro o meu pensamento sobre esse assunto, aliás, já manifestado reiteradas vezes aí da tribuna, embora não com tamanha propriedade como V. Exª está fazendo.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Sr. Presidente, peço a V. Exª que me conceda apenas mais dois minutos para concluir.

Delfim Neto diz que não é a favor do pleno emprego. Se fizesse isso na década de 60 e 70, seria escorraçado da vida pública. Atualmente, pode-se fazer isso porque vivemos uma política que desgraçadamente não reconhece o direito dos pobres.

Os neoliberais se aproveitaram de conceitos econômicos abstratos para justificar um tipo de sociedade que se fosse levada às últimas conseqüências seria simplesmente intolerável.

Em primeiro lugar, essa sociedade determina que algo como 10 a 20% da sua população ativa fique desempregada permanentemente e, portanto, sem acesso a renda, exceto o salário-desemprego. No nosso caso, como o salário-desemprego é pago por um tempo curto e somente é acessível a uns poucos, o desemprego é uma condenação à inanição.

O Deputado Delfim Netto, principal mentor do Ministro Palocci, considera isso perfeitamente natural. Ele é contra até mesmo a proposição do pleno emprego. Mas a sociedade ideal para pessoas como ele não é apenas uma sociedade que ignora a solidariedade, despreza a cooperação e desconhece a compaixão. É uma sociedade na qual cada trabalhador deve ver no seu próximo um competidor, alguém que, de repente, se torna fonte de exploração maior do que ele, tomando o seu emprego, o que faz dele um inimigo em potencial. Nessa sociedade, todos lutam contra todos em favor de uns poucos. É a mais odiosa forma de exploração do homem pelo homem, em uma escala que o próprio Marx não previu, já que ela liquida a solidariedade entre os explorados e os torna inimigos uns dos outros.

Algum dia, no futuro, o povo vai compreender e vai reagir. Isso é um acinte, é um tapa na cara do povo brasileiro. Espero que o povo reaja apenas dentro da democracia, aproveitando para aposentar o nosso Deputado Delfim, que sempre foi um homem independente e que agora parece estar independente até do bom-senso.

Quero reiterar, Sr. Presidente, no momento em que concluo, que o Estado do Rio de Janeiro tem, nas chuvas de verão, um problema seriíssimo. Há milhares de pessoas vivendo em áreas de risco. É por isso que os Parlamentares do Rio – incluo-me – colocamos a maioria de nossas emendas no Ministério das Cidades.

Recentemente, veio aqui o Ministro, em uma reunião com o Líder do PMDB, e disse que havia, pela primeira vez no ano, conseguido R$40 milhões para liberar. Ora, se fosse privilegiada, como é prática de Governos anteriores, apenas a Base do Governo, somando-se 250 Deputados na Câmara dos Deputados mais 40 Senadores aqui, teríamos uma liberação de R$5 mil para cada Parlamentar levar para seu Estado, para realizar construções, casas novas, ajudar em metrô, transporte, enfim, tudo que está sob a rubrica de transportes no Orçamento da União. Isso é inaceitável.

Ou o nosso Governo retoma o crescimento, as obras, ou não sabemos onde vamos parar com tanta violência e marginalização na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Alberto Silva, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Líderes, meus caros Senadores, Srªs Senadoras, meus caros telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado em FM e também em ondas curtas, que atinge meu Tocantins, pessoas presentes nas galerias desta Casa, meu nobre Senador Nezinho Alencar, eu gostaria de pedir a atenção do Plenário, porque talvez todos esses acontecimentos do plano nacional estejam deixando escapar alguns fatos que estão ocorrendo nos Estados, que são absolutamente espantosos, inacreditáveis, mas que acontecem.

Quero aqui, na presença do jovem Prefeito Júnior Bandeira, da cidade do Lajeado, acompanhado do Prefeito Ailton Araújo, de Santa Rosa, e do Secretário Municipal da Juventude de Lajeado, Edilson Mascarenhas, trazer aquilo que não é apenas uma denúncia, porque para mim já se tornou uma rotina dizer desta tribuna que o Governador do meu Estado inventou um tal Governo Itinerante, no qual ele faz a seguinte prática: nós perdemos mais de 100 médicos no interior do Estado, dos 139 Municípios. Portanto, ele deixa a população sem médicos, sem atendimento, sem remédio, enquanto todos esperam que, durante tantos meses, ele escolha uma cidade-pólo para fazer o que denomina "Governo mais perto de você". Então, para dar atendimento àquela população, ele leva alguns médicos para a tal cidade-pólo, onde se formam filas imensas. Isso é substituir a prática regular do atendimento à saúde pública pela prática eleitoreira, desumana, que vai contra todos os princípios da administração pública.

Além disso, Senador Paulo Paim, o Governador emprega a sua tia, irmã de sua mãe, como Secretária da Ação Social; o seu pai como Secretário de Obras; o seu tio, irmão da mãe, como Chefe da Casa Civil; outro primo como secretário particular; a esposa como Secretária do Desenvolvimento de Políticas Públicas. Algo sem precedentes.

Para completar, Senador Paulo Paim, pego o Diário Oficial do Estado do Tocantins e vejo uma contratação, por dispensa de licitação, de uma empresa do interior de São Paulo especializada em lixo, que vai fornecer ao Estado do Tocantins alimentos: prestação de serviços na área de nutrição dietética e também limpeza, conservação, higienização e desinfecção.

Sr. Presidente, existe um dito popular segundo o qual caminhão que transporta água tratada não limpa fossa. Já houve um tempo no Brasil em que isso foi motivo de piada, em que se via um caminhão escrito: "Transporte de água tratada e limpa-fossa", e o consumidor ficava olhando sem saber que material estava sendo transportado. Pois o Governador do Estado, num período como este, toma essa decisão "familiar" – a propósito, a Secretária de Ação Social, que é tia do Governador, irmã de seu pai, foi flagrada distribuindo alimentos vencidos para os alunos dos programas sociais e disse que não havia nada de mais naquilo.

E agora, Sr. Presidente, terei que encaminhar o caso ao Ministério Público Federal, porque esses recursos são da saúde. Tomamos conhecimento, através do **Diário Oficial**, de que se trata de uma empresa do interior de São Paulo especializada em lixo. Não quero dizer mais nada, Sr. Presidente, porque a opinião pública nacional está tomando conhecimento de fatos muito graves. Não quero aqui culpar a empresa e nem mesmo citar seu nome. Quero apenas estranhar a dispensa de licitação em um contrato de R$9 milhões, pelo qual se entregam serviços de nutrição dietética, limpeza e conservação para uma empresa que tem tradição em coleta de lixo, dois objetos absolutamente incompatíveis. Esta é uma norma em praticamente todos os Estados: quem cuida do lixo não cuida da alimentação.

Estou requerendo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, informações a respeito dessa empresa, para saber se ela tem alguma tradição, ou seja, se já forneceu alimento para um Estado qualquer ou para um Município, porque, no interior de São Paulo, ela está listada, juntamente com outras empresas que se tornaram nacionalmente conhecidas agora, como empresa da área de coleta de lixo.

Em um primeiro momento, não posso fazer uma condenação. Empresas que prestam serviço de coleta de lixo no interior de São Paulo, deve haver muitas que certamente prestam um serviço honrado e com qualificação técnica. Entretanto, no meu entendimento, cabe ao Governador do Estado um esclarecimento: por que dispensar a licitação para um serviço que será permanente no Estado com um contrato de seis meses?

O Hospital Geral de Palmas esperou dois anos e meio para ser inaugurado, aguardando a visita do Presidente da República – para juntar e criar um fato –, sendo que a obra já estava pronta, estava apenas sem funcionar. Isso já foi lamentado por toda a população. Além disso, o fato de perdermos médicos no Estado inteiro, mais de cem, leva os habitantes dos Municípios, principalmente os pequenos e médios de Tocantins, a um verdadeiro descalabro. O hospital que foi referência em Araguaína, bem como os postos de saúde estão sem remédios, sem médicos, sem material. Essas são denúncias que recebemos diariamente.

E vem agora essa notícia de que o Governador dispensa a licitação e, coincidentemente, meus nobres Pares, o Município de Palmas, que é também governa-

do pelo PT, escolhe a mesma empresa, dispensando igualmente a licitação para a contratação de serviços. O Diário Oficial é o mesmo, a data é a mesma.

Então, eu diria que, no mínimo, essa é uma empresa de muita sorte, porque ela consegue, de uma hora para outra, que a Prefeitura de Palmas baixe um decreto de emergência, por calamidade pública, sendo uma Prefeitura que não devia 10% do seu orçamento, cidade limpa, cidade organizada, cidade da qual todos nós nos orgulhamos. De repente, a mesma empresa que recebe, sem licitação, um contrato da Prefeitura de Palmas recebe também, sem licitação, um contrato para o fornecimento de alimentos para a saúde do Tocantins e também para a limpeza e desinfecção, entre outras coisas citadas nesse objeto. Seria uma coincidência a Prefeitura e o Estado agirem da mesma forma, com o mesmo procedimento: dispensa de licitação? É algo muito estranho.

Srª Presidente, quero dizer que, entre outras coisas, a titia do Governador do Estado do Tocantins, que é a Secretária da Ação Social, na cidade onde nós começamos a nossa vida pública, teve a coragem de reunir as primeiras-damas para dizer que nunca houve um investimento no Social e que agora o Social estava bem. Ela não conseguiu ser aplaudida por ninguém, porque todos sabem da sua falta de capacidade e sabem que ela está no cargo apenas porque é tia do Governador, assim como a esposa do Governador só é Secretária do Desenvolvimento de Políticas Públicas porque é esposa do Governador, assim como todos os demais parentes. O Chefe da Casa Civil, o Chefe de Gabinete do Governador só o é porque é tio do Governador. O secretário particular só é secretário particular porque é primo, em primeiro grau, do Governador. E existem outros cargos no primeiro escalão.

Agora estamos assistindo a uma outra prática: pessoas que estão trabalhando em postos fiscais, serventuários da Justiça, serventuários da Secretaria de Segurança Pública estão sendo demitidos. O **Diário Oficial** traz, a cada dia, uma contratação, com DAS-6, com DAS-10, com DAS-12, com cargos de R$3 mil, de R$4 mil, de R$5mil, de R$6 mil, pela Secretaria de Governo! E nós sabemos que eles não vão a nenhuma repartição. Estamos tendo que entregar, no Tocantins, a fotografia de um servidor que está ganhando R$5 mil para saber qual é a repartição em que ele está trabalhando. Prefeitos que saíram desmoralizados das prefeituras, devendo ao Tribunal de Contas da União, do Estado, que tiveram suas contas rejeitadas, que perderam a eleição, de forma vergonhosa, em seus municípios estão sendo contratados pelo Governo do Estado, enquanto que os concursados não são chamados.

O Tocantins perdeu a classificação "A" do Tesouro Nacional, e lamento esse procedimento nepotista, escuso de dispensar licitação para essa empresa, ao mesmo tempo em que o faz a Prefeitura de Palmas. Por isso, peço ao Ministério Público Federal que abra imediatamente uma investigação, para nós sabermos o que de fato está acontecendo no nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Para uma comunicação inadiável, tem a palavra agora o Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, por cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Para uma comunicação inadiável.) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, "há filósofos que são, em resumo, tenores desempregados" Machado de Assis.

Severino chegou folclórico, saliente e fagueiro. A princípio, estabeleceu séria concorrência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na hegemonia da necedade. No exercício da palavra, o primeiro mandatário lançava mão da platitude em tempo real, enquanto Severino representava o parvo naturalista. Foi quando um indignado Cesare Lombroso, médico e autor de **O Homem Delinqüente**, acorreu ao meu gabinete para colóquio informal. Travamos breve diálogo, que passo a reproduzir.

> – Quem é esse Severino? indagou o psicanalista, com certa impaciência.
>
> – Um emissário das glórias mundanas e dos sacrilégios explícitos.
>
> – Seria portador de uma filosofia? Por acaso professa doutrina ou esposa ideário qualquer? estranhamente investigou o cientista italiano, pai da Escola Positiva, justamente para quem "o delinqüente nato possui uma rica gama de anomalias e estigmas de origens atávica ou degenerativa".

Mesmo assim, respondi:

> – Rigorosamente, pratica a exegese das vantagens indevidas. Se for para o próprio bem, Severino aceita até troco de padaria.
>
> – A que clero pertence?
>
> – Pertence à ordem dos fisiologistas, um baixíssimo clero que o elevou ao panteão da Câmara dos Deputados. Severino é um fauno da chalaça legislativa. Um engano em si mesmo.
>
> – Então, Severino sabia do Mensalão? perguntou um indiscreto Lombroso.

– O Deputado Jose Janene tem a resposta limitei-me a dizer o que li nos jornais.

– Mas como vetusta Casa assimilou tal estupidez crassa?

Ao que respondi de chofre:

– Antes se imaginava que Severino era um **tertius** que deu certo, por conta da falta de habilidade de um Governo cego de ambição pelo poder. Hoje está confirmado que não foi a promessa de sinecuras miúdas, como o aumento de salário para deputados, que consagrou Severino, mas a certeza de que na regência da Câmara estava assegurado o augustíssimo mensalão.

– Severino tem algum futuro? indagou por fim Lombroso, desconfiado da leniência do sistema penal brasileiro e da trôpega ordem política do País.

Fui obrigado a ser lacônico para preservar as instituições:

– Severino é um sublula, e a sua sorte está atrelada ao principal. Capaz das maiores espertezas, não deve aceitar o abraço de náufrago e pode deixar rápido o banhado. Preso ele não será, posso assegurar.

Depois de prestar as respostas requisitadas, pedi ao grande cientista do século XIX que me confirmasse algumas características fisiológicas e comportamentais de Severino. Cesare Lombroso, com toda cautela e sem fazer juízo de valor, assinalou: "Protuberância occipital, órbitas grandes, testa fugidia e nariz torcido" foram alguns traços corporais apontados. Sobre a personalidade de Severino, Lombroso destacou o "caráter impulsivo, o cinismo, a vaidade e falta de senso moral", muito embora tenha destacado que seria necessário observação empírica para traçar o real perfil de Severino, estudo, aliás, que o cientista apressou em revelar que começaria imediatamente. E assim seguiu para o plenário da Câmara dos Deputados.

Srªs e Srs. Senadores, quando o Deputado Severino Cavalcanti ascendeu à Presidência da Câmara dos Deputados, a sociedade brasileira tinha consciência de que lhe faltava estatura para ter assento à cadeira que foi ocupada por brasileiros da mais alta qualidade política, a exemplo de Nereu Ramos, Pedro Aleixo, Marco Maciel, Ulysses Guimarães, Luiz Eduardo Magalhães e Aécio Neves. Era mais do que sabido que, por total falta de escrúpulos, o Presidente da Câmara não se encarregaria sequer de polir o mal. Na ordem do dia, estaria em pauta degeneração explícita da atividade pública por intermédio do fisiologismo, do patrimonialismo, do toma-lá-dá-cá, do balcão ignominioso, do nepotismo e do mensalão. Mas tal universo devasso parecia ínfimo às pretensões severinas. Afinal, não apresentava nada de novo ao cotidiano de um parlamentar cevado nos vantajosos pormenores da atividade legislativa. A Severino imaginou o Presidente Severino Cavalcanti estava reservada uma predestinação. Foi quando, do alto da Câmara dos Deputados, veio a mensagem alentadora que a predição do oráculo do baixo clero iria se confirmar. Severino, então, inopinadamente, pediu a palavra e, em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, deu o garante de que estava estendida a mão que tiraria os deputados acusados de receber o mensalão do areal do encoberto e da cassação inevitável.

O Presidente da Câmara dos Deputados lidera o tal acordão com a finalidade de salvar o mandato de delinqüentes políticos e trazer para a vala comum todos os homens públicos. Ao preservar os envolvidos, o Presidente Severino Cavalcanti imagina galgar interlocução superior com o Palácio do Planalto, manter toda a classe política refém da sua boa-vontade e ainda ampliar os domínios da combalida governadoria do PT. Esta não é a primeira oportunidade de manifestar a operação abafa que vem sendo arquitetada entre o Governo Lula e a base adquirida pelo mensalão.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não é demais, contudo, ressaltar que não vou comprometer o meu mandato de Senador com roupa mal-lavada. Não vim para o Senado para homologar a desídia e me omitir diante da malversação. Sou um homem da lei, não posso tergiversar com o crime, com a organização quadrilheira, com as malas voadoras de real, com o dólar na cueca, com a lavagem de dinheiro, com as operações do PT em paraíso fiscal, com o mensalão, com o sangramento do interesse público, enfim. Tampouco, o PFL vai titubear em impor restrição robusta ao acordão imundo que está sendo preparado pelo abafador-mor, Severino Cavalcanti.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Demóstenes Torres, permita-me um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não há aparte em comunicação inadiável, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Parabéns pela defesa da dignidade do Congresso Nacional!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres.

Não há que se questionar o caminho da cassação do mandato de todos os parlamentares beneficiados com as indulgências da dupla Delúbio e Valério. As evidências materiais dos saques atestam a prática da corrupção com recibo. A força dos depoimentos testemunhais, inclusive com a delação espontânea dos principais atores do escândalo, completa um conjunto probatório irrefutável. Basta seguir o rito formal do procedimento de cassação, assegurar, naturalmente, a ampla defesa e, por fim, defenestrar o que puder ser alcançado da banda podre de cada bancada. Tenho a mais densa suspeita de que nos impulsos tranqüilizadores do Presidente da Câmara dos Deputados moram instintos de autopreservação. O Deputado Severino Cavalcanti...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª já está com o dobro do seu tempo, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para concluir, realmente.

O Deputado Severino Cavalcanti sempre fez a vez do bronco destemido, mas há algum sério temor que lhe corrói as vísceras. Talvez a referência aos caídos seja menos ato de comiseração cristã e mais relevante gesto de sobrevivência, fundada na certeza de que seria tragado pelo abismo.

De qualquer forma, prescrevo o poeta João Cabral de Mello Neto, que, em Morte e Vida Severina, poderá ser consolador a todos os envolvidos com o mensalão, depois que fracassarem as tratativas espúrias da última severinagem:

Somos muitos Severinos

iguais em tudo na vida
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Edison Lobão, por cinco minutos, e, em seguida, pela ordem de inscrição, ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando se aborda em nosso País os problemas relativos à política de saúde, as setas indicadoras apontam, infelizmente, para várias regiões brasileiras que carecem aflitivamente de uma – não digo –aprimorada assistência, mas de uma elementar assistência a que teriam direito os nossos desafortunados patrícios.

Entre essas regiões, estão vários pontos do Estado do Maranhão aonde não chegam recursos, especialmente os federais, que respondam aos pedidos de socorro de tantas e numerosas comunidades.

Essa situação de descalabro da política de saúde não pode ser debitada apenas à falta de dinheiro. Prefiro acreditar que ao menos a metade das nossas carências resulte da mistura de ausência de criatividade e do peso da burocracia, males que continuam comprometendo as ações dos poderes públicos.

O que ocorre no Maranhão confirma minha tese. Há populações no interior do Estado que padecem de assistência e não têm condições financeiras para se deslocarem até a capital e serem atendidas nos hospitais de São Luís.

É grave, por exemplo, a informação da Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer da Região Tocantina, segundo a qual 91% da população atingida pelo mal não encontram condições recomendadas de atendimento senão no Centro de Alta Complexidade em Oncologia, situado em São Luís. E que considerável é o número dos que, notadamente por pobreza, não têm como buscar o tratamento recomendado no referido centro médico.

Refiro-me às vítimas do câncer, mas é fácil imaginar o contingente daqueles que, sofrendo outros males, igualmente não encontram assistência nas suas cidades e vilas e estão impossibilitados de deslocamentos, que superam suas condições econômicas.

No entanto, Sr. Presidente – para me fixar apenas na região tocantina –, existem dois hospitais, um em Imperatriz e outro em João Lisboa, razoavelmente estruturados e praticamente ociosos, que poderiam ser comprados ou alugados pelo Poder Público, em ponto de serem ativados para o atendimento de uma ampla região do meu Estado. Trata-se de uma solução criativa, como se vê, de extraordinária valia para centenas de milhares de brasileiros – se é que a sincera intenção do Poder Público Federal é realmente a de levar assistência médica para a citada região tocantina do Maranhão.

Em vez disso, em relação às reivindicações vinculadas às referidas vítimas de câncer da região tocantina, técnicos do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer visitaram Imperatriz, em 2004, e patrocinaram um Protocolo de Intenções visando a implantação de um

novo hospital do câncer, estabelecendo-se requisitos de natureza técnica que, dois anos depois, ainda não foram satisfeitos pelo Estado e pelo Município.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Vê-se que a obra de um novo hospital se inclui naquelas "intenções" que serão realizadas no dia de são nunca, tais as dificuldades burocráticas para sua efetivação.

O novo Ministro da Saúde, José Saraiva Felipe, tem todas as condições, pelo seu perfil de homem empreendedor, de superar tais dificuldades, providenciando as ações legais para compra ou locação, a preços seguramente reduzidos, dos hospitais ociosos de Imperatriz e de João Lisboa, equipando-os para atenderem às populações que, além do Maranhão, se estendem do sul do Pará ao norte de Tocantins.

É o apelo que levo ao Sr. Ministro da Saúde, na esperança de que S. Exª tenha sensibilidade para ativar as ações que iriam minorar consideravelmente a política de saúde tão desejada e proclamada pelo atual Governo.

Srª Presidente, agradeço a tolerância.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, seguindo a inscrição, ao Senador Jorge Bornhausen, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dois assuntos me fazem vir à tribuna no dia de hoje. Primeiro, lembro que esta semana estamos realizando as comemorações das associações de pais e amigos dos excepcionais. Considero esse um dos movimentos mais belos existentes neste País. Tive, desde o início da minha vida pública, a oportunidade de acompanhar muito de perto os que realizam esse extraordinário trabalho em todo o País, especialmente no meu Estado.

Graças ao conhecimento dessas ações, pude, quando Governador, construir a sede da Federação Catarinense de Educação Especial, e dar a ela as condições indispensáveis para orientar as APAEs do meu Estado. Como Ministro da Educação, sempre tive o olhar voltado para aqueles que efetivam esse excepcional trabalho. Da mesma forma, desde que ficou consignado que cada Senador poderia ter uma emenda de bancada, por dois anos consecutivos, venho colocando a minha emenda de bancada a favor das APAEs de Santa Catarina.

Quero agradecer ao Ministro, que tem feito as liberações, e, de modo também muito especial, ao Senador Flávio Arns, que tem me ajudado a realmente liberar para as APAEs de Santa Catarina os recursos consignados no Orçamento.

A minha segunda manifestação não tem o mesmo cunho da anterior. É mais um protesto que faço quanto ao tratamento dado pelo Governo do Presidente Lula ao Estado de Santa Catarina.

Tivemos postergado por dois anos o recomeço das obras da duplicação da BR-101, no trecho Sul-Palhoça, divisa do Rio Grande do Sul. As nossas estradas – a BR-470, a BR-290, a BR-282 – encontram-se em condições precárias. Os nossos portos, que são instrumentos das nossas exportações já que Santa Catarina é um Estado exportador, não têm sido aquinhoados com equipamentos que se fazem indispensáveis para poder escoar os nossos produtos e muitos produtos vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná, especialmente desse último Estado, onde há um conflito muito grande entre os exportadores e o Porto de Paranaguá.

Saliento que Santa Catarina sofreu abalos com uma grande seca na agricultura e que foi tardia a ação desenvolvida pelo Governo no socorro aos que perderam a safra. Da mesma maneira, vimo-nos castigados pelo ciclone Catarina, um fenômeno ainda não conhecido na nossa costa, como aconteceu recentemente.

Agora, para completar essa falta de consideração com o Estado de Santa Catarina, leio no **Diário Catarinense**, um dos órgãos mais respeitáveis da imprensa de Santa Catarina, um noticiário que me choca e me causa repulsa: "Polícia prepara cela para Beira-Mar. O homem considerado o maior traficante da América Latina pode ser transferido para a capital, Florianópolis". E a matéria, aqui, mostra que estão sendo realizados trabalhos e obras na Polícia Federal, localizada num dos pontos turísticos mais importantes da nossa capital, a Avenida Rubens de Arruda Ramos. Já se gastou R$35 mil para melhorar a cela que vai acolher esse bandido, que não tem nada a ver com meu Estado, e que causa revolta naqueles que querem a ordem, a paz e o progresso, como são os catarinenses.

Daí por que venho aqui fazer um apelo veemente, além de dar o meu repúdio, ao Ministro da Justiça. Santa Catarina não merece esse tratamento que lhe vem sendo dado pelo Governo do Presidente Lula, e o Ministro deve conhecer bem a capital do nosso Estado, uma bela ilha, que acolhe a todos com muita hospitalidade e que também não aceita, repudia a importação de um bandido que está sendo repudiado no Brasil todo.

Não é possível que se faça agora a indústria do narcoturismo. Isso é lamentável, é triste, e, como re-

presentante do meu Estado, diante dessa notícia, eu não podia me furtar a dar essa palavra de protesto e esperar que o bom senso prevaleça e que essa medida não venha a acontecer, para que não tenhamos que nos revoltar de forma mais efetiva contra aqueles que desmerecem o Estado e não respeitam os catarinenses.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, vou fazer hoje um pronunciamento sobre o Ministério dos Esportes. Entretanto, como o Senador César Borges fez aqui um pronunciamento sobre a Controladoria-Geral da União, mencionando as atividades do Ministro Waldir Pires, perguntando-me sobre as ações daquele órgão, vou primeiramente apresentar aqui relatório que me foi gentilmente enviado pelo Ministro Waldir Pires, sempre muito atento a tudo o que se passa no Senado. No relatório, constam as principais ações da Controladoria-Geral da União que envolvem a Secretaria Federal de Controle Interno, as Corregedorias, a Ouvidoria-Geral da União, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção. Enfim, todo o trabalho articulado para o combate à corrupção, do qual participam, cooperam também o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal.

Relata ainda, neste documento, os principais programas e ações envolvendo o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, o Programa de Capacitação de Agentes Públicos, o Manual para Agentes Públicos Municipais, a Mobilização da Sociedade, a Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público, o Portal da Transparência, o Programa de Qualificação em Processos Administrativos Disciplinares, o Sistema Nacional de Corregedorias, o Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas, a Auditoria na Administração Federal, a Articulação Internacional. Este último levou o Governo brasileiro, em cooperação com a ONU, a se tornar sede do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, pois o Brasil foi escolhido pela ONU para, em julho de 2005, realizar este trabalho.

Peço a gentileza, Srª Presidente, de transcrever na íntegra este relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será atendido de conformidade com nosso Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, Srª Presidente, estive recentemente na Cidade Tiradentes, no Município de São Paulo, acompanhando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, na cerimônia em que se inaugurou uma escola cooperativa de bolas de futebol, roupas esportivas, camisetas e outros itens. Achei aquela iniciativa, a exemplo de outras que o Ministério do Esporte está realizando, como extremamente interessante.

Registro o conjunto de trabalho do Ministério do Esporte a partir de informações que solicitei ao próprio Ministro Agnelo Queiroz.

A situação de desigualdade social em que o Brasil está imerso há décadas, causa aflição a todos. Cerca de 21% do universo populacional do País sofre com a exclusão social. Apesar de ter uma natureza exuberante, o Brasil tem uma geografia que se tornou o eixo das discussões governamentais para a criação de um projeto nacional que resgate os elementos da cultura política e econômica em prol do desenvolvimento humano.

O potencial transformador do esporte está contribuindo para a reversão desse quadro de exclusão e vulnerabilidade social. Está sendo aplicado não somente na atividade de alto rendimento, mas também no esporte, que é capaz de educar e tornar crianças, jovens, adultos e idosos em verdadeiros cidadãos. Os novos caminhos traçados pelo Brasil mostram que o esporte é uma ferramenta fundamental no incremento da economia e ainda contribui para o desenvolvimento local. Esse fato despertou o interesse de outros países em realizar parcerias na área social, e agora o Brasil exporta políticas públicas de inclusão social, idealizadas pelo Ministério do Esporte, como os Programas Segundo Tempo e Pintando a Liberdade.

No Programa Segundo Tempo, cerca de um milhão de crianças matriculadas na Rede Oficial de Ensino Fundamental e Médio, em situações de vulnerabilidade social, têm a oportunidade de ampliar a permanência na escola. Além da prática esportiva, os estudantes recebem esforço escolar e alimentar. Para isso, é utilizada a própria estrutura das escolas, clubes sociais, Forças Armadas e outras entidades filantrópicas parceiras do Programa. Dessa forma, as crianças ficam distantes da violência das ruas e do trabalho infantil. Além disso, o Programa também gera mais de 20 mil empregos só com as pessoas que trabalham diretamente nele em mais de 4 mil núcleos distribuídos pelo Brasil.

Outro Programa de forte caráter econômico e de inclusão social é o Pintando a Liberdade. No pro-

jeto, o trabalho com a reinserção profissionaliza mais de 13 mil detentos do sistema carcerário brasileiro. Há cerca de 70 fábricas de bolas, distribuídas pelas penitenciárias do País, em que presos aprendem a produzir materiais esportivos e ganham um dia de liberdade em troca de três dias trabalhados. Além de afastá-los da vida ociosa, o Programa gera renda, já que os detentos ganham por produção. As parcerias entre os projetos da área esportiva podem multiplicar as vantagens para a sociedade. Todo o material esportivo produzido por esse Programa é distribuído nas escolas públicas onde o Segundo Tempo funciona. São 18 milhões de crianças beneficiadas no Brasil com os diversos itens esportivos produzidos pelo Pintando a Liberdade.

Esse Programa já começa a expandir-se para além da comunidade carcerária. Recentemente estive no seu lançamento, na cidade de Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo. Lá, cerca de 320 pessoas – sendo 165 mulheres – estão aprendendo a produzir materiais esportivos. O novo ofício esta movimentando a economia local, já que essas pessoas recebem, em média, R$800,00 por mês. Além de garantir cidadania e renda para a comunidade, o Ministério do Esporte está conseguindo reduzir em 35% os custos de aquisição de materiais esportivos em relação ao preço de mercado. Com essa economia, um maior número de crianças pode ser beneficiado com o Programa.

As diretrizes desses Programas seguem os objetivos da Política Nacional do Esporte – PNE –, em que está demonstrado que o esporte é tão importante quanto a saúde e a educação. Com o lançamento da PNE, o Brasil vive um momento histórico. Pela primeira vez o esporte tem uma referência em todas as dimensões para ser seguida pelo País como uma espécie de bússola, que poderá orientar as novas ações sobre o tema. Com os traços bem definidos em favor da inclusão social, a Política Nacional do Esporte consolida o preceito constitucional do esporte e do lazer como direito de todos os cidadãos.

O acesso ao esporte e lazer é direito de cada um e dever do Estado, pelo qual deve se garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda população. O maior desafio que o Governo enfrenta é despertar a consciência nacional para o potencial transformador do esporte como fator de fortalecimento desta Nação.

Quero aproveitar para registrar expediente que enviei ao Ministro Agnelo Queiroz, encaminhando-lhe mensagem que me foi endereçada pelo Sr. Toni Cotrim, pai da atleta Maíra Cotrim, campeã brasileira de Canoagem Slalon, que esteve, este mês, representando o Brasil no Campeonato Pan-americano, na cidade de Kern – Califórnia –, Estados Unidos. Nela, o Sr. Toni Cotrim, que acompanhou a filha, solicita a adoção de providências pelo Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem, Argos Rodrigues, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos atletas brasileiros para poderem embarcar com seus equipamentos para competirem nos Estados Unidos.

"Sr. Ministro Agnelo Queiroz, precisamos da atenção de V. Exª, visando minimizar os problemas que são enfrentados pelos atletas em seus deslocamentos para representarem o Brasil nas competições internacionais".

Senadora Serys Slhessarenko, eu não poderia deixar de, hoje, falar de dois acontecimentos esportivos de extraordinária relevância para todos nós. Primeiro, a entrevista mostrada no Canal 13, na Argentina, no programa intitulado "La Noche del 10", em que Maradona e Pelé mantiveram um diálogo formidável, inclusive falando a respeito de seus filhos, oportunidade em que Pelé disse que Maradona era um exemplo para o seu filho, Edinho, no que diz respeito aos problemas que vive. Congratulo-me com ambos por terem realizado esse diálogo tão especial.

Srª Presidente, também não poderia deixar de dizer o quão bela foi a estréia de Robinho no Real Madri, encantando os espanhóis, os brasileiros, enfim, os amantes do futebol em todo o mundo. Senador Sérgio Guerra, Senador Heráclito Fortes, V. Exªs devem ter visto aquela matada de bola de Robinho, que encantou a todos, passando para Ronaldo, que, imediatamente, passou para Raúl e explodiu as redes do Cádiz, além do balão que deu e da sua formidável pedalada, que levou um de seus companheiros a chutar na trave, quase marcando outro gol.

Que bom que o Brasil pode ter tantos excepcionais jogadores e atletas, levá-los para o exterior para assombrarem o mundo e ainda, aqui, surgirem tantos outros novos jogadores, inclusive o substituto de Robinho que, com a Camisa 7, marcou dois gols para o Santos Futebol Clube! Que bom que, no Brasil, tenhamos atletas tão brilhantes! Está de parabéns o nosso País no esporte!

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

De: Pedro Almeida Formigli [pedro.formigli@cgu.gov.br]
Enviado em: terça-feira, 30 de agosto de 2005 16:23
Para: Edwiges de Oliveira Cardoso
Assunto: Folder quadrilingue - revisão de texto da Lew

Controladoria-Geral da União
Principais ações

A luta contra a corrupção e o rigor no controle do gastos públicos são duas marcas essenciais do atual Governo Brasileiro. Esse trabalho é orientado pela ação articulada e intercomplementar entre os diversos organismos do Estado e pelo incentivo à participação da sociedade no controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

Instituída em janeiro de 2003, a Controladoria-Geral da União (CGU) tem por missão o combate aos desvios e desperdícios de recursos públicos federais. Sua atuação se faz através da realização de auditorias, fiscalizações, análise de denúncias, implementação de políticas de prevenção à corrupção e promoção da transparência. Sua estrutura conta com a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), três Corregedorias, a Ouvidoria-Geral da União e o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

Secretaria Federal de Controle Interno – Acompanha e avalia a execução das ações governamentais, a aplicação dos recursos orçamentários na execução dessas ações e a gestão dos agentes públicos responsáveis por sua implementação.

Corregedorias – Atuam a partir do recebimento de denúncias e de representações que lhes são enviadas por cidadãos, parlamentares, membros do Ministério Público e outros. Agem, ainda, com apoio em notícias divulgadas na imprensa, das quais constem indícios da prática de ilícitos administrativos ou penais. O âmbito de competência de cada corregedoria corresponde às três grandes funções de governo: as áreas econômica, social e de infra-estrutura.

Ouvidoria-Geral da União – Atua como elemento mediador entre o cidadão e os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, aprimorando o processo de prestação do serviço público. Tal trabalho se faz mediante adequada atenção às manifestações dos cidadãos.

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - Com 20 membros, é composto por representantes do poder público e de entidades da sociedade civil, entre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, confederações de trabalhadores, de empresários e de igrejas. Sua função é discutir e sugerir medidas que aprimorem as políticas e reforcem os mecanismos de transparência da gestão pública e de combate à corrupção.

TRABALHO ARTICULADO

A CGU trabalha de forma articulada com outras instituições relacionadas ao enfrentamento da corrupção. Atua, freqüentemente, em parceria com o Tribunal de Contas da União, Ministério

Público da União, Ministério Público dos Estados Brasileiros, Ministério da Justiça, Advocacia-Geral da União e Ministério da Fazenda, entre outras instituições. É também desta forma que a Controladoria participa da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla), que reúne, sob a coordenação do Ministério da Justiça, uma série de órgãos do governo e do Estado Democrático para o efetivo combate à lavagem de dinheiro. Algumas **das metas da Encla** são coordenadas pela Controladoria-Geral da União. Por exemplo: estudos para a criminalização do enriquecimento ilícito; instituição da sindicância patrimonial para agentes públicos; e compartilhamento de dados sigilosos entre órgãos públicos encarregados de fiscalização e investigação.

A participação dos cidadãos no controle sobre a aplicação dos recursos públicos é outra meta fundamental do Governo. A CGU vem incentivando essa participação com o desenvolvimento de um conjunto de programas, instrumentos e ações que visam à formação de uma sociedade vigilante e atuante quanto à lisura dos gastos públicos.

CONHEÇA OS PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELA CGU

Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos: Através dele, 60 áreas municipais são sorteadas todos os meses, de forma isenta e impessoal, para serem fiscalizados quanto à aplicação de recursos federais. Os relatórios dessas fiscalizações são encaminhados aos Ministérios que enviaram recursos às áreas fiscalizadas, aos Ministérios Públicos da União e dos Estados, ao Tribunal de Contas da União, ao Congresso Nacional, à Polícia Federal (conforme o caso), para que sejam tomadas as medidas adequadas.
A participação das comunidades locais no controle dos gastos públicos, através desse programa, tem sido notável. Mais recentemente, a Controladoria ampliou o alcance desse programa, passando a sortear e fiscalizar também grandes programas federais desenvolvidos pelos Governos Estaduais. Da mesma forma isenta e impessoal, os sorteios definem os Estados e os programas federais a serem fiscalizados.

Programa de Capacitação de Agentes Públicos: A CGU desenvolveu um amplo programa de capacitação para gestores públicos municipais que cometem falhas em conseqüência do desconhecimento das normas dos programas desenvolvidos nos municípios com recursos federais. Com uma série de seminários, este programa se intensificará em 2005, de modo a alcançar municípios de todas as regiões do País.

Manual para Agentes Públicos Municipais: Elaborado pela CGU para apoiar o Programa de Capacitação de Agentes Públicos, o manual contém instruções básicas sobre controle de recursos públicos e gestão dos programas federais desenvolvidos no âmbito dos municípios. Vem sendo distribuída em versão impressa e está disponível no site da CGU na internet.

Mobilização da Sociedade: Este programa se dirige às lideranças comunitárias e aos integrantes dos diversos Conselhos Locais encarregados de acompanhar e fiscalizar a execução dos programas sociais executados nos Estados e Municípios com recursos federais. Visa a tornar mais eficaz a ação fiscalizadora dos conselhos e das entidades comunitárias.

Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público: Também disponível nas versões impressa e on-line, incentiva a população a cobrar maior atuação e eficácia dos conselhos, ensinando como identificar e onde denunciar os casos mais comuns de desvios de recurso público. Vem sendo distribuída entre lideranças comunitárias de todo o território nacional, principalmente nos pequenos e médios municípios.

Portal da Transparência: Por meio desse instrumento, o governo disponibiliza a relação de todos os recursos federais transferidos dentro do País, em linguagem simples e acessível. Aberta aconsultas para qualquer cidadão interessado, sem necessidade de senha, através do site

Programa de Qualificação em Processos Administrativos Disciplinares:
Devido à insuficiência de servidores capacitados para lidar com os
Processos de apuração de desvios e outros delitos por parte de agentes públicos, este programa foi instituído pela CGU com o intuito de formar servidores aptos à realização dessa tarefa. Mais de 2.500 servidores já foram capacitados, contribuindo para a redução da impunidade na administração pública.

Sistema Nacional de Corregedorias: Ainda em fase de estudo e
estruturação, este sistema busca dotar cada ministério de uma
unidade de corregedoria ligada à CGU. Tal sistema tornará mais ágeis
os procedimentos de correição no serviço público.

Sistema Nacional de Ouvidorias: Também em fase de formatação, visa a dotar os principais órgãos públicos federais que mantêm contato direto com a população de uma unidade de ouvidoria, sob a coordenação da Ouviodira-Geral da União. Com isso, busca-se assegurar um serviço público de alto nível à população, garantindo eficiência administrativa.

Auditoria na Administração Federal: Nos dois últimos anos, a CGU
realizou mais de 8 mil auditorias em órgãos federais e encaminhou ao Tribunal de Contas da União mais de 3,5 mil Tomadas de Contas Especiais.

Articulação Internacional: Tendo assinado a Convenção das Nações
Unidas Contra a Corrupção, o Governo Brasileiro vem adequando a legislação do país às normas do acordo. O Brasil é signatário também da Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA) e da Convenção contra a Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE), após sua abertura a países não-membros da organização.

O reconhecimento ao esforço que o Governo Brasileiro vem fazendo
no combate à corrupção levou o Brasil a ser escolhido como sede do IV
Fórum Global de Combate à Corrupção (Brasília, junho de 2005).
O Brasil acredita que o poder da corrupção pode ser anulado com
uma atuação integrada e cooperativa entre as nações dispostas a
combatê-la.

Controladoria-Geral da União.
O Brasil combate a corrupção.

-----Mensagem original-----
De: Toni Cotrim [mailto:tonicotrim@terra.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 24 de agosto de 2005 17:13
Para: Sen. Eduardo Suplicy
Assunto: PAN AMERICANO DE CANOAGEM NOS ESTADOS UNIDOS
Prioridade: Alta

Boa tarde Sr. Senador.

Sou o pai da atleta Maíra Cotrim, campeã brasileira de Canoagem Slalom (corredeira) que se encontra na cidade de Kern - Califórnia, EUA, para o Campeonato Pan Americano que se realizará nos dias 26 e 27 de agosto, a mesma que teve seu visto negado para os EUA e após intervenção do Ministro dos Esportes e acredito que também do Sr. Senador, finalmente conseguiu a emissão daquele visto.
O que ocorre é que outros fatos de sucederam e que muito tem me incomodado pois demonstram a total falta de respeito a nosso atletas.
Ao ler a carta abaixo, endereçada a Confederação de Canoagem Brasileira o Sr. poderá tirar suas próprias conclusões.
Como até o momento não obtive qualquer resposta daquela Confederação nem sequer para comunicar a chegada ou como se encontram nossos atletas resolvi pedir ajuda ao Sr. Senador para que interceda junto ao Ministério dos Esportes ou a outra Instância que achar conveniente para que não tenhamos surpresas com o retorno destes atletas que além de Competir representando nosso pais, que é a sua missão, estão sendo obrigados a passar por estresses desnecessários e fora de sua competência.

(favor ler continuação após a carta à CBCa).

----- Original Message -----
From: Toni Cotrim <mailto:tonicotrim@terra.com.br>
To: jtomasini@uol.com.br ; Argos Rodrigues <mailto:argos@jiv.cainet.com.br>
Cc: Alain Jourdant <mailto:alainjourdant@uol.com.br> ; guisouzalobo@yahoo.com.br ; denisterezani@yahoo.com.br ; ascapi@bol.com.br
Sent: Tuesday, August 23, 2005 2:08 PM

À
Confederação Brasileira de Canoagem

Senhor Superintendente, Argos Rodrigues
Senhor Presidente, João Tomasini Schwertner

Bom dia.

Me identificando: sou Toni Cotrim, pai da atleta Maíra Cotrim, convocada por esta Confederação para "participação no Campeonato Pan Americano de Canoagem Slalom que será realizado durante o período de 26 a 27 de agosto na Califórnia, Estados Unidos", através do oficio CBCa 147/2005, datado de 20 de julho de 2005.

Fiz o translado (custeado pelos atletas) e acompanhei os atletas de Piracicaba e caiaques até o Aeroporto de Cumbica, onde os mesmos encontraram-se com o atleta Cássio Petri, vindo do sul e praticamente fiz o embarque de todos.

Passo a informar abaixo várias ocorrências fazendo também algumas considerações de ordem crítica:

1. Chegamos ao Aeroporto de Cumbica com três horas e meia de antecedência do horário do vôo (21:55h);
2. Os atletas não trajavam uniforme e/ou agasalho que os identificasse como membros de uma

Delegação Brasileira e Oficial da Confederação Brasileira de Canoagem, sendo que parte deles nem possuem tais vestimentas;
3. Não havia qualquer representante ou preposto da CBCa para acompanhar e assessorar o embarque dos atletas e seus caiaques;
4. O atleta Gustavo Selbach, capitão da equipe não compareceu para o check in no Aeroporto de Cumbica;
5. A companhia aérea, American Air Lines, num primeiro momento se recusou a embarcar os caiaques como bagagem alegando norma interna da empresa;
6. A companhia aérea, American Air Lines, declarou que endossaria os bilhetes para qualquer empresa aérea que fizesse o mesmo trecho de vôo desde que aceitassem o embarque dos caiaques como bagagem;
7. A companhia aérea, American Air Lines, consultando todas as empresas que teriam vôo para o mesmo destino (Los Angeles) naquela data, declarou que nenhuma das empresas aceitariam o transporte de caiaque como bagagem, por se tratar de norma, impedindo assim o endosso dos bilhetes;
8. Após uma hora de conversas, a American Air Lines, aceitou em caráter precário e excepcional embarcar os caiaques como bagagem apenas e tão somente para os trecho de ida a Los Angeles, declarando que em hipótese alguma seria aceito o embarque no vôo de volta nas mesmas condições;
9. Foi realizado o check in dos atletas e bagagens como também o pagamento do excesso referente aos caiaques;
10. Na iminência do embarque, atendendo a um chamado pelo alto-falante, as 21:10h, nos dirigimos ao balcão da American Air Lines onde nos foi comunicado pela empresa através da supervisora geral daquele período que o embarque dos caiaques havia sido desautorizado em função das características do equipamento de vôo do trecho Dalas~Los Angeles, que não comportaria o volume dos caiaques;
11. O atleta Cássio Petri, já havia dado embarque;
12. Diante a menção de embarque dos outros atletas, a supervisora cancelou o check in dos mesmos e solicitou via rádio que retirassem o atleta Cássio Petri da aeronave;
13. Os atletas perderam o vôo das 21:55h;
14. Os atletas perderam também a outra possibilidade de vôo, pela American Air Lines, que seria as 23:00h;
15. após muita discussão e intervenção de outro Supervisor da American Air Lines, Sr. Eduardo, a empresa Varig aceitou o endosso dos bilhetes e o embarque dos caiaques em caráter excepcional para o vôo direto a Los Angeles, saído de Cumbica as 24:00h;
16. a Varig declarou que não aceitará o transporte dos caiaques como bagagem na viagem de volta em hipótese alguma;
17. os atletas finalmente embarcaram com seus equipamentos...

Diante do fatos, é urgente que esta CBCa tome medidas para que:

1. a recepção dos atletas em Los Angeles seja feita de forma adequada, em função da mudança do vôo
2. a novela de embarque dos caiaque não se repita na viagem de volta, o que pressupõem um intervenção com antecedência junto à Cia Aérea que trará os atletas, levando em consideração a restrição expressa imposta para o embarque de caiaques pela American Air Lines. Verificar em: http://www.aa.com/content/br/informacoesDeViagem/dicasDeViagem/informacoesBagagem/limiteBagagem.jhtml#Limitações%20Dimensionais%20Do%20Avião ; sob pena da não participação dos mesmo no Sul Americano em Três Coroas caso os caiaques não sejam embarcados a contento e em tempo hábil;
3. todos os atletas tenham agasalho e uniforme que os identifique como a Delegação representante de nosso pais no Campeonato Pan Americano 2005, nos Estados Unidos.
4. todos os atletas convocados para competições no exterior recebam com antecedência todas as informações por escrito necessárias tanto para a obtenção de vistos, como para o check in nos Aeroportos como também quanto ao embarque de seus caiaques, em especial para países sabidamente mais exigentes como os Estados Unidos;
5. sempre haja um contato prévio entre a CBCa ou COB, e a representação diplomáticas do país que sediar Competições, visando abrir caminho para que os vistos dos atletas convocados tenham a merecida atenção e que os atletas sejam encarados como integrantes da Delegação Brasileira e não tão somente como indivíduos descompromissados;
6. todos os embarques de delegações ao exterior sejam acompanhados e assessorados por representante e / ou preposto da CBCa ou ainda por profissional habilitado na área específica de embarques;
7. não se repita o incômodo e estresse sofridos por nossos atletas no Aeroporto de Cumbica, na data de ontem, como também na obtenção dos vistos junto ao Consulado Americano, que poderiam ter sido

evitados caso houvessem sido tomadas medidas preventivas simples tais como a comunicação prévia entre a CBCa e Cia. Aérea e a Representação Diplomática, demonstrando organização e competência.

Por fim, espero que o esforço individual de cada atleta seja no seu dia-a-dia de treinamento árduo, seja na batalha novelística para conseguir seus vistos no Consulado Americano como também para o embarque rumo ao Pan Americano nos Estados Unidos possam sensibilizar os dirigentes desta CBCa no sentido de que nossos atletas possam ser no mínimo respeitados como representantes de nosso pais, pois à partir do momento que seguem uma convocação deixam de ser simples indivíduos.
No aguardo da confirmação de medidas urgentes e concretas, ansiando por notícias dos atletas.
Me despeço e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.
Atenciosamente
Toni Cotrim

Rua das Araras, 174 - Nova Piracicaba
13405-108 - Piracicaba, SP
tel e fax: 19-34131197 - cel: 19-97313309
e-mail e MSN: tonicotrim@terra.com.br

(continuação)

Devo acrescentar também que verifiquei hoje o site da Varig e encontrei uma contradição. Pelas informações contidas no site o transporte de caiaques é autorizado como bagagem checada. Veja em:

http://portal.varig.com.br/varig/I18NLayer.2004-05-21.6819594625/I18NLayer.2004-05-24.1202976369/I18NLayer.2004-05-24.1386665882/pt-br/template_interna

Desta forma não entendo porque compraram os bilhetes aéreos na Aderecan Air Lines que oferece restrições a este tipo de embarque e não na Varig. Me parecendo que cai por terra a declaração da gerente da Varig de que não autorizariam a volta dos caiaques...

No aguardo de um posicionamento de V.Exa., me despeço e agradeço.
Atenciosamente
Toni Cotrim

Rua das Araras, 174 - Nova Piracicaba
13405-108 - Piracicaba, SP
tel e fax: 19-34131197 - cel: 19-97313309
e-mail e MSN: tonicotrim@terra.com.br

Ofício n.º 00966/2005 Brasília, 29 de agosto de 2005.

Senhor Ministro,

Apraz-me cumprimentar Vossa Excelência pelo valoroso trabalho que o Ministério vem desenvolvendo em prol do esporte brasileiro.

Ao tempo em que envio mensagem eletrônica que me foi endereçada pelo senhor Toni Cotrim, pai da atleta Maíra Cotrim, campeã brasileira de canoagem slalon que esteve esse mês representando o Brasil no campeonato Pan-americano na Cidade de Kern – Califórnia – EUA.

Conforme poderá observar a mensagem original foi enviada para o Superintendente da Confederação Brasileira de Canoagem, Argos Rodrigues, solicitando providências em razão das dificuldades enfrentadas pelos atletas brasileiros para que pudessem embarcar com seus equipamentos para a referida competição.

Conto com a avaliação de Vossa Excelência às considerações e propostas do senhor Toni Cotrim, pois, visam minimizar os problemas que são enfrentados pelos atletas em seus deslocamentos para representar o Brasil nas competições internacionais.

Certo da atenção de Vossa Excelência reitero meus votos de consideração.

Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Exmo. Senhor
AGNELO QUEIROZ
Ministro de Estado dos Esprotes
Esplanada dos Ministérios - Bloco A
70054-900 - Brasília - DF

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Solicito a palavra pela Liderança do PSDB após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – V. Exª já está inscrito exatamente em segundo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Srªs e Srs. Senadores, Srs. Líderes, o Congresso Nacional tem dado manifestações diárias de maturidade, ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Senador Aloizio Mercadante, eu pediria que V. Exª me permitisse uma rápida comunicação à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Srªs e Srs. Senadores, Srs. Líderes, o Congresso Nacional tem dado manifestações diárias de maturidade, equilíbrio e, principalmente, responsabilidade com o País. Nunca, Srªs e Srs. Senadores, nunca, nunca mesmo, na história brasileira atravessamos um período com a intensidade de investigações que estamos desenvolvendo hoje, por meio das três Comissões Parlamentares de Inquérito, em que há conexão de casos e até de personagens.

Estamos exercendo, na plenitude, nossas obrigações constitucionais. Além da fiscalização – isenta, altiva e transparente –, nossa agenda de votações está sendo mantida rotineiramente. Fechamos o primeiro semestre com mais de mil matérias analisadas – exatamente 1.130 matérias votadas. Agora, ainda sob a forte turbulência da crise política, votamos temas polêmicos que dormitavam aqui também no Senado Federal. Um exemplo recente é a reforma política de emergência que pretende corrigir vícios eleitorais, expostos pelas investigações.

Para fazer um corte mais preciso, Srªs e Srs. Senadores, desde que surgiram as primeiras denúncias tidas como o estopim da crise, exatamente no dia 6 de junho, de lá para cá, já deliberamos sobre 380 matérias, entre projetos e projetos de decretos legislativos. São números eloqüentes que revelam a consciência que as Srªs e os Srs. Senadores têm sobre o atual momento político e a preocupação de mostrar ao País que é possível, a despeito da desconfiança de outrora, compatibilizar investigação e trabalho legislativo. O que, em última instância, é, sem dúvida, o fortalecimento da própria instituição.

Isso, Srªs e Srs. Senadores, deve-se ao bom senso, à responsabilidade e ao compromisso que o Senado reitera diariamente com as instituições e, por esse motivo, tenho o orgulho de congratular-me com todos os Srs. Senadores, com os Líderes partidários, pelos esforços que estamos fazendo para que este Senado delibere, faça coexistir a investigação com a deliberação, que é nossa obrigação constitucional.

Hoje demos – e era este exatamente o objetivo de falar à Casa – mais um pedagógico passo para valorizar a instituição. O diálogo entre o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional e os Presidentes e os Relatores das Comissões Parlamentares de Inquérito mostrou que é possível – e preferível – a convergência, a sistematização e a racionalidade em oposição à dispersão, à repetição e ao desperdício processual. A objetividade e a agilidade serão a redenção de nossa instituição. A rivalidade significará o triunfo indigesto da impunidade.

Gostaria de informar às Srªs e aos Srs. Senadores que foi criada uma instância de convergência para racionalizar os trabalhos e evitar repetições de procedimentos. Esse comitê de sinergia – é uma espécie de comitê – será consultivo e terá reuniões sistemáticas, todas as segundas-feiras, para diagnosticar previamente os procedimentos que poderão ser feitos conjuntamente quando houver o interesse de duas ou mais Comissões Parlamentares de Inquérito.

Igualmente, Srªs e Srs. Senadores, será criado um banco de dados comum, único para que os requerimentos de quebra de sigilos, por exemplo, não tenham duplicidade. Eu próprio estou disposto a colocar o peso do Senado Federal para cobrar documentos ainda não encaminhados por setores da Administração, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pela Secretaria da Receita, pelo Ministério Público Estadual, pela Anatel e pelos Bancos, principalmente por essas instituições financeiras.

Além da questão política – já disse isto há 40 dias e repito –, vou disponibilizar os meios administrativos e humanos, se necessário por meio de contratação de especialistas externos, para agilizar a checagem de documentos já entregues às Comissões. Priorizar a prova documental é, sem dúvida, um importante passo para dar as respostas que a sociedade nos cobra.

Resultado concreto dessa nova fase, a da sintonia fina, é a iniciativa de duas CPIs – Correios e Mensalão – de elaborar conjuntamente relatórios parciais sobre o possível envolvimento de Deputados beneficiados com

subvenções ilegais. Isso sem prejuízo, obviamente, da continuidade da investigação.

Não houve, Srªs e Srs. Senadores, na minha percepção, o que se denominou – e muitos temiam e previam que fosse acontecer – de "bateção de cabeça", sugerindo uma entropia generalizada. Nada disso verdadeiramente aconteceu. O que houve, e ainda há, é a ânsia de se chegar, rápida e cabalmente, à verdade. Desalinhos eventuais podem ser atribuídos a métodos distintos, mas que agora, sem dúvida, serão unificados.

A reunião de hoje mostra ainda a firme e inquestionável disposição de se chegar à verdade, nada além e nada aquém da verdade. A unificação de procedimentos inibe, por si só, as tentações, ainda que sorrateiras, para acobertamentos. Não é função do Congresso Nacional imolar inocentes, mas tampouco é papel do Congresso Nacional proteger os eventuais culpados.

Mais uma vez quero dizer que o que for necessário fazer para ajudar nas investigações, em seu aprofundamento, nós faremos, a fim de que tenhamos, rapidamente, na celeridade que a sociedade cobra, o esclarecimento dos fatos e a responsabilização dessas pessoas que merecem, precisam mesmo, ser responsabilizadas.

As Comissões votaram mais de 220 novos requerimentos para novos depoimentos. Os depoimentos duraram, em média, cinco a sete horas. Precisaríamos de mais de 70 dias ininterruptos, usando todas as horas do dia, para que pudéssemos ouvir essas pessoas. Não há nenhum sentido nisso, como também não há nenhum sentido no fato de não se priorizar a análise dos documentos remetidos às Comissões Parlamentares de Inquérito. A sociedade está cobrando e vai continuar cobrando que apresentemos resultados, com provas cabais, irrefutáveis. E isso, mais do que nunca, precisa acontecer.

Comunico à Casa que, como Presidente do Congresso Nacional e do Senado, tive a honra e a satisfação de fazer uma reunião, que foi de muitos resultados, profícua. Contamos com a colaboração e com a humildade dos Presidentes e dos Relatores das Comissões Parlamentares de Inquérito, o que nos leva, sem dúvida, a confiar na concretização dessas questões que aprovamos e que priorizamos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Tenho a honra de, pela ordem, conceder a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, darei a palavra ao Senadores Ramez Tebet e Almeida Lima.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, manifesto a minha satisfação com a iniciativa de V. Exª, que, de forma muito competente e oportuna, marca a posição do Senado dentro da crise que atravessamos, decorrente das investigações que estão sendo feitas nas três CPIs: dos Bingos, do Mensalão e dos Correios, que mobilizam a atenção da sociedade como um todo. O Brasil todo está voltado para essas investigações. Eu digo que V. Exª marcou com propriedade a posição do Senado porque ofereceu ajuda sem ser solicitado.

Reuni a Bancada do PFL ontem e troquei idéias com os companheiros Deputados e Senadores e disse-lhes que era importante aproveitar o aceno de V. Exª no sentido de que fossem feitos alguns pleitos, algumas demandas, como as que V. Exª acabou de anunciar: a contratação de uma auditoria competente para ordenar, fazer a triagem dos papéis nos quais estão as provas; agilizar o processo de investigação dos documentos; solicitar de V. Exª o empenho pessoal, como Presidente do Congresso, junto aos órgãos que estão demorando a apresentar respostas, no que diz respeito à quebra de sigilos telefônico, bancário, fiscal etc.

A meu ver, essa reunião produziu confluências importantes como, por exemplo, o fato de as duas CPIs, por consenso, elaborarem a primeira relação de possíveis implicados ou de eventuais Parlamentares a serem investigados que será remetida para a Câmara dos Deputados. Isso acaba com a discussão: não, a CPMI dos Correios produz a lista, manda para a do Mensalão; não, manda direto para a Câmara; não, manda para o Conselho de Ética. Não, tudo foi feito consensualmente.

Será votado, na quinta-feira, o relatório, os nomes serão endereçados a quem de direito, que é o Presidente da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, evidentemente os remeterá à Comissão de Ética, para a avaliação dos fatos.

Mas gostaria de louvar a iniciativa de V. Exª, fazendo um contraponto que lamento ter de fazer, porque uma entrevista publicada no jornal **Folha de S.Paulo** traz opiniões do Presidente da Câmara, que, a meu ver, significam prejulgamento inconveniente e intempestivo.

O Presidente da Câmara que neste momento é a autoridade responsável pelo recebimento dos relatórios dos possíveis implicados tem de agir como magistrado e não poderia jamais falar o que falou. Não quero aqui fazer nenhum julgamento precipitado de S. Exª, mas manifesto a minha opinião: ele foi precipitado, prejulgou e não tinha o direito de fazê-lo.

O Congresso Nacional tem de ser isento na investigação dos fatos. Tem de ser absolutamente altivo, imperativo, implacável, mas tem a obrigação de ser isento. Tem de ser como V. Exª o foi: colaborador. Deve oferecer os meios para que as investigações aconte-

çam na sua plenitude, para que a culpa seja investigada na sua devida profundidade e para que não se punam inocentes. Mas que não deixe de aplicar culpa ou pena sobre culpados. Agora, com isenção; com implacabilidade, mas com isenção.

Faço este registro do meu desalento com as manifestações de S. Exª, o Presidente da Câmara. Repito: ele não tinha o direito de manifestar, em nome do Congresso Nacional, um prejulgamento de uma matéria importante, fundamental, falando sobre se houve ou se não houve mensalão. Quem vai decidir isso é o Conselho de Ética e suas instâncias de investigação; não é S. Exª que tem de agir como magistrado. O que tem de ser feito é o que todos estamos fazendo: trabalhando de segunda-feira a sexta-feira, oferecendo o melhor da nossa competência para que a investigação seja feita, sabendo também que a sociedade cobra, de cada um de nós, dedicação e isenção. Que assim aconteça.

Começo a inquietar-me, Sr. Presidente, com as cobranças que recebo, eu, que verbalizo a palavra de Oposição, que denuncia, fiscaliza e cobra. Estou começando a assustar-me com as cobranças que recebo na rua e nos correios eletrônicos, com as palavras de inquietação da população com relação à atitude da Oposição, que, no entender de muitos, parece contemplativa, parece contemporizadora. Imagine V. Exª o que não está pensando o cidadão, que me remete um *e-mail* corajoso e forte, sobre as declarações de S. Exª, o Presidente da Câmara. O que esse cidadão não estará pensando?

A nossa obrigação é fiscalizar, denunciar e cobrar. Venho aplaudir a iniciativa de V. Exª, na hora em que critico abertamente a posição manifestada por S. Exª, o Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª deseja falar pela ordem ou como orador inscrito?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, o próximo orador inscrito. Em seguida, falarão, pela ordem, os Senadores Ramez Tebet, Sérgio Guerra e Alvaro Dias.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna exatamente depois de oitenta dias para mim, longos oitenta dias , com o objetivo de prestar três esclarecimentos. O primeiro deles diz respeito exatamente a essa ausência.

Como homem público, devo satisfação ao povo brasileiro e, em especial, ao meu querido povo de Sergipe. No dia 7 de junho próximo passado, tive de submeter-me a um internamento hospitalar decorrente de uma crise hipertensiva e de recolher-me posteriormente a minha residência, no aconchego familiar, para recuperação de uma grande estafa.

Faço questão – embora político, porque há uma tradição de o político negar os males de saúde de que é acometido – de publicamente prestar esse esclarecimento, sobretudo porque a minha ausência desta Casa, desta tribuna, coincidiu com a convulsão política em que vive o País nos dias de hoje.

Recebi muitas cobranças e *e-mails*. Brasileiros e sergipanos indagavam o porquê da minha ausência. Já que sempre denunciei, já que sempre fui contundente, exerci minha oposição fiscalizadora, daí a necessidade de prestar esse esclarecimento.

A questão foi de saúde. Tive de recolher-me. Encontro-me em condições e hoje retorno ao convívio nesta Casa. Embora tivesse feito uso da palavra em algumas Comissões, faço-o, pela primeira vez, da tribuna do plenário do Senado Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Permitirei daqui a pouco, Senador; somente desejo dar uma segunda informação, que considero da mais alta importância.

O segundo objetivo é que retorno ao Senado Federal, reencontrando a minha história partidária. Militei, desde a adolescência, no MDB, lá nos idos de 1968, em plena ditadura militar, e, oficialmente, na ala jovem do MDB, em 1972, combatendo a ditadura militar, enfrentando momentos difíceis, ao lado de tantos companheiros. Hoje, devo informar ao povo brasileiro e, em especial, ao povo do meu Estado, Sergipe, que me encontro filiado ao PMDB, Partido que no passado combateu a ditadura e que deve no presente combater a corrupção.

Digo da minha alegria, da minha satisfação de haver sido recebido pelos companheiros do PMDB de Sergipe e pelos companheiros do PMDB nacional. Encontro-me neste Partido de forma confortável, sobretudo porque sempre vi nessa agremiação uma grande frente partidária. No passado, autênticos e moderados, como também vejo ainda hoje, no presente. Mas devo dizer que me aliarei aos autênticos ou aos novos autênticos; não mudarei de posição e continuarei na Oposição, embora votando, como sempre o fiz, em projetos do Governo, quando se apresentarem em benefício da sociedade, sem precisar receber mensalão ou fazer indicação a cargos.

Faço até um registro. No início integrava o PDT, e o então Ministro Miro Teixeira, das Comunicações, de forma correta, oferecia a este Parlamentar a indicação de cargos em Sergipe. Eu os agradeci.

Portanto, estou no PMDB orgulhosamente, pronto para colaborar com seu projeto nacional, que é um projeto de governo para assumir a Presidência da República – e, em Sergipe, com meus companheiros, fazendo a política da forma a mais séria e responsável, como sempre fiz.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Almeida Lima, assumimos juntos, praticamente, nossos mandatos como Senadores nesta Casa. Se existem Senadores que marcaram presença aqui, V. Exª é uma delas, pela sua posição e pela sua coerência. Estava conversando agora com o Senador Sérgio Guerra afirmando o seguinte: "veja o que o PSDB perdeu". E disse isso porque todo homem que tem posição, que tem princípios merece ser respeitado em qualquer legenda partidária. Nós, do PSDB, que o tivemos por pouco tempo, certamente, vamos sentir falta lá na frente, nas próximas eleições para Governador no seu Estado. Digo isso também não apenas porque torci pela sua entrada no partido à época, por ter aderido ao PSDB, o que me trouxe felicidade e alegria, mas pelo seu trabalho no Senado Federal, pela sua coerência e pela sua história. O PMDB ganhou um grande parlamentar, um grande homem público. Infelizmente, não conseguimos fazer com que V. Exª permanecesse em nosso Partido. Nós do PSDB o perdemos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permita-me um aparte, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concedo o aparte a V. Exª.

Ao final, pronunciar-me-ei a respeito dos apartes.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – V. Exª, realmente, é um dos homens públicos mais ilustres deste País. Conseguiu, como Senador, ter uma trajetória brilhante, uma trajetória bastante contundente. É um homem de posições, independentemente do partido a que pertence. Lembro-me, até com saudades, daqueles pronunciamentos contundentes contra o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Mas tenho certeza de que, mesmo dentro do PMDB, V. Exª vai manter a sua coerência, não no ataque ao Senhor Presidente ou ao Governo, porque isso é ocasional. Naturalmente, o Presidente hoje não é bom; porém, tenho certeza de que V. Exª continuará brilhando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no plenário desta Casa, e que os projetos extraordinários que tem certamente vão fazer do Brasil um país cada dia melhor. Da minha parte, vou lamentar não tê-lo, não no PFL, porque V. Exª nunca pertenceu ao Partido, mas na Oposição, com a contundência, com o brilhantismo e com o respeito que sempre teve.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço, primeiramente, o aparte do meu querido companheiro Senador Leonel Pavan, pelas suas generosas palavras. Tenha a certeza V. Exª de que não guardo nenhuma mágoa; ao contrário, boas lembranças pela convivência que tive com todos os companheiros do PSDB no plano nacional. V. Exªs sabem muito bem as razões das nossas decisões.

Agradeço da mesma forma as palavras generosas de V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

Tenham a certeza de que continuarei nesta Casa ao lado de todos os senhores e de todas as senhoras, da mesma forma como me comportei até o presente momento.

Antes de concluir, concedo ao aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero desejar as boas vindas. Fico contente com o seu pronto restabelecimento.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Suplicy está no PMDB? Eu não sabia. Boas-vindas ao PMDB?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dou as boas-vindas ao Senado, depois do período em que esteve em recuperação, ainda mais sendo aqui o meu vizinho de cadeira. Mas gostaria de transmitir que considero que deve ser seriamente estudada a proposta de emenda à constituição que V. Exª, ainda recentemente, teve oportunidade de apresentar no Programa Jô Soares. Ainda que se trate de um projeto ousado, Jô Soares até com muita simpatia lhe perguntou: "Mas será que os Deputados Federais e os Senadores estariam dispostos a considerar uma diminuição do número de representantes no Congresso Nacional?" Ainda não tenho opinião inteiramente formada a respeito. Mas, é uma idéia a ser considerada com muita seriedade. Quero cumprimentá-lo por isso. V. Exª ali mencionou que alguns Senadores consideraram interessante a proposta, citou, por exemplo, o Senador Jefferson Péres. Penso que a proposta de V. Exª deve ser, sim, considerada por todos nós – não sei se exatamente na forma ou no número que V. Exª propõe. Todavia, considero importante a sua iniciativa.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço pela manifestação de V. Exª. Quanto ao projeto, gosta-

ria de frisar, de ressaltar bem que, embora exposto na semana finda no Programa Jô Soares, foi apresentado a esta Casa em 2003, quando aqui cheguei. Digo isso apenas para mostrar que não se trata de uma propositura circunstancial e decorrente da crise que vivenciamos hoje.

Mas, como dizia, Sr. Presidente, quero concluir tratando do último assunto, rapidamente, do último objetivo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concederei o aparte tão logo estabeleça essa explicação. A terceira explicação, de certa forma, traz uma correlação com a primeira. Ou seja: todos se recordam e o País – e muito mais ainda eu pessoalmente, porque sofri na pele, na carne – do pronunciamento que fiz aqui mesmo desta tribuna no dia 02 de março de 2004, quando não estávamos vivenciando a crise que o País hoje assiste assustado. Aqui eu mostrava o envolvimento direto do então Ministro José Dirceu com a corrupção praticada pelo Waldomiro Diniz. Todos se recordam daquele episódio e da tentativa de desqualificação, o massacre que sofri aqui no Parlamento, em todo o País e, particularmente, no meu Estado de Sergipe, por meio, sobretudo, dos meus adversários, que fazem oposição ao meu trabalho.

É evidente que, diante de todos esses fatos e até mesmo da minha ausência, coincidentemente nesse período, por quase oitenta dias, tenho certeza de que, nos corredores do Congresso Nacional e aqui mesmo, no plenário do Senado, alguém deve ter lembrado o meu nome, referindo-se àquele episódio.

Porém, como disse na ocasião, que, para mim, aquele fato não estava encerrado – como, de fato, não se encerrou –, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a partir deste instante, retornarei à tribuna desta Casa – e, evidente, que não com o objetivo de tripudiar sobre aqueles que tentaram diminuir e desqualificar a imagem de homem público que tenho –, sem dúvida alguma, retomando aqueles fatos na conjugação dos acontecimentos que estamos vivenciando hoje para fazer o reparo à minha imagem, à imagem de homem público que sempre tive.

Antes de deixar a tribuna, Sr. Presidente, com a permissão de V. Exª, concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Almeida Lima, registro o trabalho persistente de V. Exª e sua combatividade, como Senador, no período em que esteve filiado ao PSDB, nosso Partido. Como Presidente do Partido, quero lamentar a sua saída, mas registrar que entendo os motivos que o levam a essa decisão. Quero, portanto, agradecer o trabalho que V. Exª realizou conosco, com a Bancada do PSDB no Senado Federal. Desejo-lhe muito sucesso na continuidade de sua vida pública, agora no PMDB.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço-lhe, nobre Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB, pela generosidade de suas palavras. Agradeço-lhe a manifestação. Tenho certeza de que continuarei o exercício do meu mandato somando-me a todos os senhores, dentro daquele perfil político que sempre foi a minha característica.

Com os companheiros de Partido de Oposição, continuarei procurando sustentar, sobretudo, o grande projeto político que esta grandiosa agremiação partidária, o PMDB, possui – agremiação que, como disse e repito, no passado, combateu a ditadura militar e, hoje, com certeza, combate a corrupção encastelada no poder e, em grande parcela, na classe política deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Exª, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir à Presidência que iniciemos a Ordem do Dia. Caso a Presidência encaminhe os trabalhos nessa direção, solicitaria a inclusão de um item extrapauta. Trata-se da apreciação de uma convenção internacional da FAO, que é um organismo da ONU, da qual o Brasil precisa ser signatário. A convenção diz respeito à proteção de vegetais e certificação fitossanitária. Sem essa ratificação, o Brasil não poderá, semana que vem, participar do encontro internacional que a FAO estará realizando.

Eu pediria que a apreciação dessa matéria fosse incluída como primeiro item da pauta, e que, posteriormente, pudéssemos votar uma PEC, em especial a iniciativa da Senadora Maria do Carmo, que trata do problema da licença-maternidade extensiva aos filhos adotivos. Essa emenda precisa ainda ser votada para que concluamos o processo.

Portanto, eu consultaria a Presidência quanto à possibilidade de darmos início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de começarmos a Ordem do Dia, seria importante a presença dos Srs. Líderes partidários para que pudéssemos consultá-los e saber se há ou

não convergência para começarmos efetivamente a votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, conversei com o Líder José Agripino, que está presente no plenário, e há acordo de submetermos esses dois itens a votação nesta tarde.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra já a V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concederei a palavra a V. Exª. Se for para pedir...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Após a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª está pedindo para ser inscrito após a Ordem do Dia. V. Exª já está devidamente inscrito.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço licença ao Senador Aloizio Mercadante, mas não posso deixar de cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente, dizendo, para resumir minhas breves palavras, que temos um Presidente no Senado da República.

V. Exª compreende bem a situação do momento, a situação que o País vive: está mergulhado num oceano de denúncias e de corrupção. V. Exª quer resgatar a imagem do Poder Legislativo, quer que o Senado Federal seja respeitado e quer que a lei seja cumprida. Concordo com essa posição, Sr. Presidente, pois, **data venia**, não é possível, depois de quase noventas dias, que os resultados não sejam ainda os esperados pela opinião pública.

Sabe por que afirmo isso, Sr. Presidente? Porque há pessoas, políticos e não-políticos, que são confessos, que já confessaram, que deixaram impressão digital, mas os processos estão andando, nesse particular, a passo de tartaruga.

Não está falando um homem que não aceita o direito de defesa ou que pretende cercear o direito de quem quer que seja, mas, positivamente, o foro competente já deveria ter sido acionado. Alguns já deviam estar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, e outros já deviam estar até no plenário daquela Casa. Não tenho a menor dúvida disso.

Como V. Exª está agindo de acordo com a sua consciência, talvez não seja consolo nenhum, mas quero finalizar dizendo que temos um Presidente. Sr. Presidente Renan Calheiros, continue cobrando mesmo, pois fala-se muito em "acordão" pelos quatro cantos do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com enorme satisfação sua palavra sobre a questão das Comissões de Inquérito. Sempre fui da opinião – e cada vez estou mais convicto – de que, se não houver participação efetiva do Presidente do Senado no encaminhamento desse processo, estamos ameaçados de compor uma cena deprimente para a vida pública brasileira.

Desde o início, não fui a favor de que mais de uma comissão de inquérito trabalhasse esse assunto. Tentei convencer os que podia apresentando argumentos na defesa dessa idéia. Por exemplo, procurei freqüentemente o meu amigo, Líder Aloizio Mercadante, com a forte convicção de que era preciso que houvesse não três CPIs, mas apenas uma, com foco e objetivos claros. A idéia que defendi e que foi sustentada pela Oposição não foi aceita. O PT e o Governo pensaram que seria melhor haver três comissões em vez de uma só.

O fato real é que não há nenhum "acordão", o que existe é um enorme desacordo, uma grande confusão. Se alguém está interessado em que a confusão não se dê para que os resultados se apresentem, se alguém tem interesse em que o Congresso chegue a uma conclusão concreta, substantiva e justa para que não fique com o Congresso, ou principalmente com ele, o preço, o custo dessa imensa conta, é preciso reagir a isso com grande determinação.

Quanto às Comissões Parlamentares de Inquérito, não é apenas o problema de elas combinarem de fazer audiências conjuntas, é o problema de se instalar, com clareza, um processo de investigação, que não está instalado, de maneira especial quanto à origem dos recursos, às fontes da corrupção. O Congresso jamais foi eficiente na apuração das responsabilidades dos corruptores, não se tem notícia de uma investigação bem-feita nesse campo. Nesse campo não estamos caminhando, Sr. Presidente; sobra a apuração das responsabilidades dos corruptos ou dos que foram corrompidos, e, aí, o problema é remetido, em grande parte, para a Câmara, e os sinais que chegam da Câmara não são positivos: são, ao contrário, preocupantes.

De fato, neste momento, é indispensável que quem defende este Congresso, quem tem consciên-

cia pública acima de qualquer outra coisa, se envolva nessa investigação, nesse tema, e dê a ele conseqüência, ordem, efetividade, consultoria técnica, sob pena de não chegarmos a conclusões que não se possam sustentar.

Sempre disse que o Senado deve ser, neste momento, centro dessa solução, e sempre acreditei que o Presidente do Senado, eleito por todos, tendo de todos a confiança, era a pessoa indicada para atuar neste instante de maneira incisiva, de maneira firme, para que possamos caminhar na direção que não estamos perseguindo: a de soluções concretas. Há um desgaste, esse desgaste já é público, já foi percebida a falta de objetividade e de planejamento, e não estamos no caminho de uma solução; ao contrário, estamos no caminho de uma certa desordem, com poucas provas, com poucos documentos e com pouca ordem.

Solicito do Presidente do Senado todo o seu empenho, como já o fez, e que continue a fazê-lo de forma firme, para que não fiquemos aqui num processo que não nos remete à democracia, mas, sim, a uma crise que já está nas ruas, que já está no Governo e que não pode ficar no Congresso, até porque o Senado tem condições de ajudar a resolvê-la sob a liderança do Senador Renan Calheiros.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Sérgio Guerra.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Siqueira Campos e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias. Depois, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, também solicito a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero buscar junto a V. Exª a confirmação da sessão do Congresso Nacional de amanhã, até para que este Poder possa firmar-se, ter a sua autonomia preservada com relação as suas decisões, para que possamos derrubar alguns vetos que são por demais importantes para a autonomia do Congresso Nacional.

Consulto V. Exª se está confirmada a sessão do Congresso Nacional para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A sessão do Congresso Nacional de amanhã está confirmada, sim. Fiz um apelo aos Srs. Líderes partidários para que conversem hoje, o que permitirá um avanço com relação a uma pauta consensual. Se isso for possível, organizaremos melhor a votação; do contrário, votaremos um a um todos os 395 vetos. Temos tempo para perseverar, para que o consenso aconteça.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, destaco a importância desta iniciativa de V. Exª em convocar as três CPIs para um entendimento que possibilite a organização dos trabalhos, numa etapa agora fundamental.

É preciso reconhecer o esforço que se fez até aqui e, sobretudo, destacar os resultados alcançados. Não interessa a esta instituição parlamentar a descrença generalizada. Na verdade, o trabalho realizado até aqui pelas CPIs – e falo especialmente pela CPMI dos Correios, da qual participo como membro titular – apresenta resultados extremamente significativos e importantes.

Eu diria, Sr. Presidente, que já há, sim, provas documentais essenciais para a responsabilização civil e criminal de artífices dessa rede organizada de corrupção que se instalou na República. Há confissões, e cito alguns réus confessos: o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Duda Mendonça, o Sr. Maurício Marinho, o Sr. Roberto Jefferson, o Sr. Valdemar Costa Neto.

Portanto, há um elenco de pessoas que confessaram e outras inferiores, como a Srª. Simone Vasconcelos, o Sr. Davi Rodrigues Alves e outros mais, Sr. Presidente. Portanto, já existem réus confessos e provas documentais essenciais relativamente à participação de parlamentares nesse esquema de corrupção num primeiro plano. Seriam 18 parlamentares. São documentos bancários que atestam o saque de recursos na boca do caixa do Banco Rural.

Há elementos suficientes para a instauração de um processo, visando à cassação de mandatos por quebra do decoro parlamentar. Não digam que não há provas! Provas existem e estão consolidadas no relatório parcial que será certamente divulgado nesta semana.

De outro lado, Sr. Presidente, há provas da remessa de recursos para o exterior. São provas documentais: evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária nacional. Há documentos que indicam a remessa de recursos para o exterior a partir das agências SMP&B e DNA, do Sr. Marcos Valério, passando pela Beacon Hill, no Citibank, em Nova Iorque, ou pelo MTB Bank, em outras oportunidades, com destino a várias contas identificadas, numeradas, à disposição para a quebra do sigilo mediante autorização da justiça americana, que pode ser obtida em função de acordo bilateral ce-

lebrado entre Brasil e Estados Unidos para episódio dessa natureza.

Há provas documentais da remessa de dinheiro por intermédio da empresa Guaranhuns, passando por Montevidéu, na Export Trading, chegando ao MTB Bank para a conta em uma agência do Banrisul nas Ilhas Cayman. São provas documentais, Sr. Presidente. Há provas também referentes a irregularidades contratuais.

E aí vem uma questão fundamental para a qual chamo a atenção do Sr. Presidente Renan Calheiros. V. Exª falou da possibilidade de contratar técnicos para essa investigação. É necessária, a meu ver, Sr. Presidente, a contratação de auditoria independente, com a prerrogativa de fornecer laudo técnico, que pode ser utilizado pela CPI como prova documental, para chegarmos, aí sim, comprovadamente, à origem dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção.

Eu insisto: muito mais importante do que a contratação de técnicos do setor privado é a contratação de auditorias independentes, autorizadas a fornecer laudos técnicos que comprovem a origem do dinheiro, especialmente para análise dos contratos com superfaturamento e das licitações fraudadas e para análise da movimentação financeira, com a origem e o destino dos recursos que trafegaram por essa rede sistêmica e organizada de corrupção.

Portanto, já temos prova, sim, para o indiciamento e a responsabilização civil e criminal de pessoas e para uma eventual condenação após o julgamento pelo Poder Judiciário. No entanto, poderemos ir além, chegando a comprovar a origem dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção.

Por isso, Sr. Presidente, esta iniciativa é providencial: a contratação de empresas de auditoria para o fornecimento de laudos técnicos a respeito da análise da movimentação financeira e dos contratos celebrados por empresas com o Governo Federal.

Mais uma vez, Sr. Presidente, concluindo, os nossos cumprimentos a V. Exª por essa iniciativa fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, o último orador que usará da palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi com atenção as palavras de V. Exª, trazendo ao conhecimento desta Casa as providências que tomou junto às Comissões Parlamentares de Inquérito, para que se produzissem, o mais rapidamente possível, os resultados que toda a sociedade brasileira espera de nós.

Associo-me também às preocupações do Senador José Agripino com relação às decisões que estão sendo tomadas pelo Presidente da Câmara.

O povo não nos perdoará, Sr. Presidente, se não tomarmos, a tempo e a hora, as providências necessárias para a punição daqueles que cometeram ilícitos e se desviaram, sejam eles Senadores ou Deputados. Cabe ao Congresso Nacional a coragem e a grandeza de se autodepurar, porque se não o fizermos, podem ter certeza todos os parlamentares, o povo é quem irá nos cassar nas eleições do próximo ano. Precisamos, sim, ter a coragem de, a tempo, tomarmos as providências.

Como o Senador Alvaro Dias, faço parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Sei que há avanços, mas a mim muitas vezes passa a idéia de que não há foco, de que não se vê ainda um final para tudo isso. São decorridos 90 dias. Se há provas – e há –, vamos encaminhá-las para o Judiciário, se a ele couber; à Câmara dos Deputados, se a ela couber; ou ao Senado da República, se nos couber, para que possamos dar uma satisfação à sociedade.

Essa crise é muito grave, Sr. Presidente! Precisamos não apenas agir agora, mas também tomar as providências em relação ao futuro. Temos que analisar em profundidade os fatos ocorridos e tomar providências capazes de banir, de forma definitiva, a corrupção de nosso País. Se isso não for possível, vamos fazer a nossa parte para diminuí-la.

Portanto, Sr Presidente, cumprimento V. Exª e somo-me aos que disseram que cabe a esta Casa uma enorme parcela de responsabilidade na condução dessas providências. E a sociedade espera isso de nós.

Não tenho dúvida de que a firmeza de V. Exª, as decisões que tem tomado, as ações que tem conduzido fazem jus à expectativa que a sociedade tem de nós. Temos de agir, e rapidamente, antes que seja tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr Presidente, V. Exª disse que o Senador Fernando Bezerra seria o último orador a falar pela ordem, mas peço a V. Exª que me permita usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Recebemos há pouco um telefonema de pessoas de Balneário Camboriú, Município onde resido. A sociedade da cidade está apreensiva, o sindicato da construção civil, o CDL, as entidades públicas e privadas, a imprensa em geral, todos estão preocupados porque souberam que, neste momento, o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, sua assessoria e pessoas ligadas, infelizmente, ao PT estão tomando uma decisão dura e drástica contra os Municípios de Balneário Camboriú, Brusque e Tijucas, cidades onde há instalações da Delegacia Regional do Trabalho. Esses Municípios têm centenas de empregados e grande importância para a economia de Santa Catarina e do Brasil, em função do turismo. Sr. Presidente, o Ministro Luiz Marinho, ex-Presidente da CUT, filiado ao PT, contradiz-se e, contra toda sua história, contra a história do PT, neste momento está batendo o martelo para extinguir as Delegacias Regionais do Trabalho de Balneário Camboriú, Tijucas e Brusque.

Deixo o nosso repúdio à traição que o PT e esse ex-Presidente da CUT estão fazendo com os trabalhadores brasileiros, principalmente na nossa região de Santa Catarina.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que V. Exª está um tanto quanto apressado para votar a Ordem do Dia, mas não poderia deixar, como Líder do PMDB, de louvar a atitude de V. Exª hoje, na reunião dos Presidentes e dos Relatores das CPIs. V. Exª não impôs nada. Com jeito e coordenação, V. Exª foi firme na decisão de que se busque uma solução que agilize os trabalhos. Também foi firme ao dizer que o PMDB não quer que se esconda absolutamente nada, quer que haja transparência e firmeza na punição dos culpados.

Como Líder do PMDB, louvo a atitude de V. Exª e registro que tem sido esta a permanente atitude de V. Exª: sempre, com firmeza, orientar e buscar o consenso. E, por isso, V. Exª tem sido tão feliz nas decisões frente aos trabalhos da Casa. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, é rápida a minha intervenção, já que vamos votar. Mas, primeiramente, pelo PDT, cumprimento V. Exª não apenas pelo seu posicionamento hoje. Durante toda a crise, V. Exª tem adotado postura serena e equilibrada que, no meu entendimento, tem preservado o Senado, já que a Câmara dos Deputados não tem tido o mesmo cuidado por parte do seu Presidente.

V. Exª tem uma missão muito difícil, mas dará conta dela. E nós, do PDT, confiamos que V. Exª haverá de compensar aquilo que está faltando na Câmara. A população poderá confiar em que o Congresso Nacional perseguirá o objetivo de investigar e punir os responsáveis, sem marola, sem discurso demagógico, mas com serenidade e respeito à população, que está a exigir, neste momento, que o Congresso preste contas daquilo que tem de ser colocado às claras para a Nação brasileira.

Essas palavras são apenas para manifestar o apoio do PDT à conduta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Exª, Senador Osmar Dias.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também fui informado hoje, pelo Presidente da CPI do Mensalão, Senador Amir Lando, do entendimento que V. Exª teve com os Presidentes das Comissões e com os Relatores, e fiquei bastante feliz com o encaminhamento. Quero parabenizá-lo por isso, em nome da nossa Bancada.

A única dúvida que me resta é quanto ao encaminhamento concernente a Deputados, pois os Parlamentares citados na lista são da Câmara dos Deputados, nenhum é do Senado. Porém, as duas Comissões que estão analisando a lista acham que se deve fazer apenas uma pequena recomendação da citação desses nomes. Fico na dúvida se não seria melhor investigarmos um pouco mais e apresentarmos um pouco mais de dados sobre os nomes apresentados naquela lista. Por que digo isso? Porque, se a investigação for para lá de maneira mais tímida, haverá, dentro da Câmara dos Deputados, inevitavelmente, de se fazer uma punição política, para dar uma resposta nacional, e não técnica, o que pode ensejar recurso.

Nesse caso, é apenas uma dúvida de uma pessoa que está acompanhando as duas CPIs. No meu entendimento, seria importante não mandar a lista agora, fazer uma investigação um pouco mais apurada, dar o direito do contraditório a essas pessoas e, a partir daí, mandar uma peça mais bem acabada para a Câmara dos Deputados, que dará a última palavra sobre as punições. Fica aqui a preocupação de minha parte.

Parabenizo V. Exª pelo encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o exercício do direito de defesa é permanente, é reconhecido no procedimento jurídico brasileiro. Então, se o processo for para a Câmara dos Deputados, qualquer um terá como exercer o direito de defesa e de apresentar testemunhas e provas.

Sr. Presidente, cumprimento V. Exª pela reunião, que considero importante. V. Exª poderia solicitar aos Presidentes das Comissões que, a cada dez dias, remetessem um relatório a V. Exª sobre o andamento dos trabalhos, sobre as dificuldades, sobre tudo o que ocorre. Realmente, ficamos perdidos dentro de uma disputa que não deveria existir: se a convocação de um depoente deve ser feita numa Comissão e não na outra, quando a prova pode ser emprestada, pois é legal que se busque numa Comissão a prova emprestada da outra.

O que temos que analisar são dois aspectos de prova: a prova material, de que o Senador Alvaro Dias acabou de falar, e a prova ética, de comportamento ético, que não se materializa em papel, mas no comportamento do Parlamentar. Essa prova também tem que ser apresentada, e a defesa tem que se justificar, porque não adianta só exigir prova material, de papel. Nenhum de nós tem interrupção da conduta ética e moral durante a sua vida. Senão, amanhã, todo traficante, todo ladrão, todo assaltante vai querer se eleger Parlamentar para não responder pelos crimes que praticou antes de vir para cá. Então, não há interrupção. Já houve processos anteriores de pessoas que praticaram determinados delitos e foram julgadas aqui, sendo que algumas foram cassadas.

É importante que se ande com velocidade. E V. Exª propõe no acordo que se ouçam a Polícia Federal e o Ministério Público. Poderia haver, a cada dez dias, uma reunião também com o Diretor da Polícia Federal ou com o delegado que preside os inquéritos a respeito do que se apura aqui, e com o Ministério Público, porque eles pedirão, sem dúvida, a abertura dos inquéritos, dos processos, o que cessaria aqui a investigação para o Ministério Público. Ficaria só o aspecto moral e de ética para que realmente possamos alcançar o que é interesse da Casa.

Então, desculpa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção e a colaboração de V. Exª

Pela ordem, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em nome do Partido Socialista Brasileiro, manifesto aqui o nosso integral apoio à atitude de V. Exª de unificar o trabalho das CPIs, sobretudo quanto à prestação de contas semanal de todas as ações desenvolvidas pelas três CPIs.

A sociedade está atenta, está observando o Parlamento brasileiro. Há um certo desalento, e essa medida que V. Exª tomou hoje é uma demonstração clara de sintonia com a sociedade brasileira.

Por isso quero manifestar aqui o nosso integral apoio e parabenizá-lo por essa atitude. O Parlamento tem que ser aberto ao cidadão. O Parlamento tem que prestar contas de todas as suas ações. E é fundamental, com todos os instrumentos de comunicação de que dispomos hoje e com a decisão política de V. Exªs, tenho certeza de que vamos afastar o fantasma da pizza que certamente é pretendida por alguns.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, se V. Exª quiser usar a palavra pela ordem, concederei com muita satisfação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É sobre a Ordem do Dia, falarei depois que for lido o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2005

Nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005 – Complementar, que "Acrescenta a alínea **j** ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie".

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Arthur Virgílio** – **José Agripino** – **José Jorge.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – De acordo com o disposto no art. 340, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento que acaba de ser lido figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa seguinte.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a fraude em concurso público ou em qualquer exame de interesse público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a viger acrescido do seguinte artigo:

Fraude em concurso público

Art. 311-A. Empregar qualquer meio fraudulento com o fim de obter ou facilitar aprovação, para si ou para outrem, em concurso público ou em qualquer exame de interesse público:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem vende, compra ou transaciona de prova ou publicação de nome em lista de aprovação em cargo, emprego ou função para o qual há concurso público ou qualquer exame de interesse público em andamento.

§ 2º A pena aumenta de um terço se o crime é praticado por funcionário público.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei em apreço vem para reforçar a tutela da fé pública, criminalizando a conduta de quem frauda qualquer exame de interesse público, o que abarcaria concursos públicos, concursos internos de órgãos públicos, exames vestibulares, exames para ingresso em entidades de ensino superior, como o PAS (Programa de Avaliação Seriada), etc. Assim, para que seja possível a subsunção de novas formas delitivas, e em respeito ao princípio da legalidade estrita, propomos a tipificação da conduta de fraude em exames públicos, a qual vem ocupando cada vez mais espaço nos meios de comunicação, e contra a qual a sociedade tem-se colocado de forma veemente.

O projeto de lei em tela busca uma descrição típica que seja a mais completa possível, punindo tanto aquele que oferece a vantagem ilícita quanto aquele que busca obtê-la, em prejuízo alheio.

Estamos certos que, com essa inovação, contribuímos para o aperfeiçoamento de nossa legislação penal.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Romeu Tuma.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

ANTERIORIDADE DA LEI

PARTE GERAL

TÍTULO I

Da Aplicação da Lei Penal

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. *(Redação dada pela Lei nº 7.209. de 11-7-1984).*

.....

Art. 311. Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento: *(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996).*

Pena – reclusão, de três a seis anos, e multa. *(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)*

§ 1º Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço. *(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).*

§ 2º Incorre nas mesmas penas o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial. *(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).*

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2005

Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passa a vigorar seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

V – as ações de separação, divórcio, investigação de paternidade, guarda de filhos, regulamentação de direito de visitas, alimentos, busca e apreensão de menores.

.....

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza falimentar. fiscal é de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e à capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.(NR)"

.....

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ciente da necessidade de entregar a prestação jurisdicional em tempo razoável, o Poder Público editou a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, com que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, de inquestionável sucesso, por se basear em pilares indispensáveis:

a) prevalência da oralidade;

b) entrega da prestação jurisdicional em tempo satisfatório;

c) gratuidade, exceto se uma das partes recorrer; e

d) limitação dos recursos.

Para resolver as questões de trânsito, os Juizados Especiais, em muitos Estados e no Distrito Federal, fazem-se presentes com a "Justiça Volante".

Na mesma senda, a 12 de julho de 2001, foi editada a Lei nº 10.259, que estendeu os Juizados Especiais ao âmbito da Justiça Federal. Ali, os Juizados lograram reduzir significativamente o rol de ações federais, que não distinguia a complexidade das causas, e desobstruir a pauta mediante retirada das questões menores, tais como descaminho, colisão de veículos oficiais sem vítima e fraude na emissão de recibos por profissionais liberais.

O Direito de Família, porém, ainda é carecedor de prestação jurisdicional célere. A verdade é que não existe razão para um divórcio direto consensual estender-se por mais de trinta dias, ou que alimentos, demandados ou ofertados, demorem a chegar ao credor por culpa de procedimentos e carimbos.

Estamos convictos, portanto, de que a aprovação da presente proposição será uma importante medida de alcance social, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **César Borges.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

.....

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II – as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – a ação de despejo para uso próprio;

IV – as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I – dos seus julgados;

II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § lº do art. 8º desta lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 948, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 74, de 2005, advindo da MSF nº 102, de 2005, que "propõe ao Senado Federal, seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004".

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 102, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 23 / 08 / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A): AD HOC Ana Júlia Carepa

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
A IEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
L BERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES

Atualizada em 15 /08/2005

REQUERIMENTO Nº 949, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 75, de 2005, advindo da MSF nº 172, de 2005, que "Propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investiment Bank – NIB (Banco Nórdico de Investimento), no valor total equivalente a até US$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do "Programa Multissetorial NIB II".

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 172, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 23 /08 / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
AI MEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GI BERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES

Atualizada em 15 /08/2005

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa se posso autorizar a leitura de outro requerimento de urgência, uma vez que o Regimento só permite a leitura de dois requerimentos de urgência e eu não poderia fazê-lo sem consultar previamente a Casa.(Pausa.)

Há objeção do Senador Antonio Carlos Magalhães. Então, deixaremos para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Apreciaremos o item extrapauta, em função da inversão da pauta aprovada pelo Senado Federal:

Item extrapauta:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 345, DE 2005
(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005, que *aprova o texto da convenção internacional para projeção dos vegetais aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.*

Parecer favorável sob o número 1.538, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Relator **ad hoc** foi o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, as Comissões estão funcionando, não sei se o Regimento determina a suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Determino às Comissões Parlamentares de Inquérito e às Comissões permanentes que porventura estiverem funcionando que suspendam imediatamente os seus trabalhos, para que possamos deliberar, como manda o Regimento do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Mais uma vez, peço aos Presidentes das Comissões Parlamentares de Inquérito que suspendam seus trabalhos. Estamos na Ordem do Dia e deliberando no Senado Federal.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 345, DE 2005
(Nº 1.094, de 2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos dos quais possam resultar alteração ou revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) O texto da Convenção encontra-se publicado, na íntegra, no DSF de 22-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 1**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2000
(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

latora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A proposta foi aprovada em 1º turno na sessão do dia 1 de junho, ficando transferida a votação da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Votação da Emenda nº 1-CCJ.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já estamos em processo de votação.

Passamos à votação da Emenda nº 1–CCJ.

Não há encaminhamento, há orientação de Bancada. V. Exª pode fazê-lo em nome do PFL.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a emenda como autor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª poderia encaminhar a votação como Líder do Governo e aproveitar a oportunidade para, de maneira sucinta, fazer o encaminhamento.

Como vota o PFL, Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O PFL vota "sim", Sr. Presidente, e parabeniza a Senadora Maria do Carmo pelo projeto e o Senador Aloizio Mercadante pela emenda que apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como votar o PMDB, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota "sim" e parabeniza a nobre Senadora Maria do Carmo. Cremos que não há, em absoluto, que se fazer nenhuma restrição.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei ao meu Partido que me permitisse fazer esse encaminhamento. E o farei de maneira muito breve, mas tão breve quanto emocionada.

Parabenizo a Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante por fazerem um requerimento de urgência para esse projeto.

Quero dizer a esta Casa que Deus colocou em meu caminho um filho de nome Guilherme. Encontrei-o nas condições em que muitos brasileiros ainda se encontram. Não sei, Sr. Presidente, se o Guilherme estaria sequer vivo hoje. Posso dizer que nada fiz por ele, mas que ele tudo fez por mim, por suas irmãs e por nossa família. Recebi das mãos de Deus o meu filho Guilherme, o meu pequeno grande amor, que é você, Guilherme, que, hoje, aos doze anos de idade, é músico, dotado de grande sensibilidade e, diria, Sr. Presidente, razão maior de nossas vidas: da minha, de suas irmãs e de sua mãe.

Por tudo isso, Sr. Presidente, de maneira muito especial, dedico esse projeto a todas as outras mães, a todas as outras famílias, que puderam ter a graça de Deus de adotar um filho em seu lar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, da mesma forma, queremos transmitir a nossa emoção pela abordagem do assunto. Tivemos até a oportunidade de fazer alguns comentários sobre ele.

Mais uma vez, parabenizo a autora dessa matéria, a emenda apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante e a compreensão de todos nesta Casa.

A orientação de voto ao PT e ao Bloco é "sim", Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, ocorreu aquilo que já está se tornando rotineiro: enquanto participamos das comissões de inquérito, perdermos as votações. Só agora, neste momento, fomos alertados de que a Casa estava em processo de votação.

Quero pelo menos que conste, que se registre o meu voto favorável ao texto principal do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Exª e, mais uma vez, faz questão de dizer publicamente que V. Exª tem absoluta razão. Tão logo fomos informados de que havia trabalhos nas Comissões Parlamentares de Inquérito, determinamos a suspensão dos trabalhos.

Consulto a Secretaria-Geral da Mesa se já houve a suspensão dos trabalhos das respectivas comissões. (Pausa.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª. Estamos em processo de encaminhamento de votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também solicitei a palavra à Liderança do meu Partido. Creio que este momento é extremamente importante, e eu não poderia perder a oportunidade de me pronunciar.

Deus também colocou uma criança no meu caminho. Tenho duas filhas de sangue e uma, do coração. Foi um dos maiores presentes que recebi; um dos maiores privilégios que Deus me deu foi essa criança, por meio de adoção, que, sem dúvida alguma, tem sido a grande alegria da minha casa, das minhas filhas, da minha esposa.

Quero, então, parabenizar, com toda a concordância da minha alma, a Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante, pela emenda, visto que, neste momento, estamos dando um presente dos mais dignos às famílias que se dispõem a abraçar com destreza e a trazer para o seu seio crianças que precisam de amor, que precisam de carinho e que precisam de uma família.

Parabéns à Senadora Maria do Carmo Alves e ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para encaminhar a votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar a Senadora Maria do Carmo Alves, porque essa emenda constitucional que assegura o direito e as prerrogativas da licença-maternidade a todas as mães de filhos adotivos no Brasil é um tema que seguramente estimulará a adoção nas condições em que esperamos que ocorra.

A adoção de uma criança tem o mesmo significado de um parto. Só que o parto vai sendo construído ao longo dos nove meses, e, depois, a mãe tem o período de adaptação, de amamentação e de convivência com o bebê, tão importantes na vida de uma família. Na adoção, não existe aquele processo prévio de preparação, mas é um imenso desafio para a família adaptar-se, envolver-se e acolher crianças que, muitas vezes, já viveram situações de grandes adversidades: crianças que foram abandonadas, que passaram por privações. Por isso, o contato humano, a presença e o vínculo afetivo são fundamentais, especialmente nos primeiros momentos da convivência familiar e, sobretudo, nos primeiros momentos da vida da criança, em que a união da família e o relacionamento marcam definitivamente a formação da sua personalidade.

Quero dizer a esta Casa que convivo com essa situação há mais de 25 anos. Eu era Presidente da Associação de Professores da PUC, quando fizemos o primeiro acordo, em 1979, que permitiu a extensão da licença-maternidade às mães de filhas e filhos adotivos. Naquela ocasião, fiz um pronunciamento sobre a ampliação do período da licença-maternidade e a extensão da licença-paternidade para os pais de filhos adotivos.

A minha motivação foi a experiência que tive no meu primeiro casamento. Fiquei viúvo em 1982, mas a minha mulher já tinha uma filha, a Juliana – a Jane. E, dessa experiência de vivência e convivência, nasceu o mesmo amor que tenho pelos meus filhos, Pedro e Mariana, que, respectivamente, têm 21 e 19 anos.

Todos que já viveram essa experiência sabem que a paternidade é um gesto de amor tanto quanto o é a maternidade, muito mais do que a experiência biológica.

Lutei por isso durante muitos anos, inclusive na Constituinte de 1986. Lembro-me de que escrevi um artigo na revista **Veja** exatamente criticando a atitude de alguns Parlamentares que consideravam a licença-paternidade um tema menor, sobretudo a extensão da respectiva licença aos pais e mães de filhos adotivos.

Portanto, hoje, 25 anos depois, estamos completando um ciclo de amadurecimento em uma dimensão fundamental da existência, no âmbito da família, que é a adoção.

Parabenizo a Senadora Maria do Carmo Alves, que não pôde estar presente para assistir à aprovação da emenda constitucional, mas hoje está aqui, no momento da aprovação da nossa emenda.

A extensão da licença-paternidade aos pais de filhos adotivos seguramente é um passo importante para que possamos construir uma identidade masculina não machista e para que o homem possa também participar desse gesto tão importante, de solidariedade, de fraternidade e de amor, que é a adoção.

Por isso, parabenizo o Senado pela aprovação dessa emenda constitucional.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Jorge, como vota a Bancada da Minoria no Senado Federal?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu

gostaria de encaminhar, como Líder da Minoria, favoravelmente à aprovação dessa emenda constitucional.

Eu gostaria de parabenizar a Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante também pela iniciativa da emenda.

Na realidade, considero essa emenda uma espécie de correção da Constituição. Na verdade, nós, como Constituintes, em 1988, de certa forma, erramos ao não estabelecer a licença-maternidade tanto para a mãe biológica como para a mãe adotiva. A situação é absolutamente idêntica nos dois casos, e não haveria nenhuma razão para que não tivéssemos estendido esse direito às mães adotivas.

Creio que este é um momento importante para o Congresso Nacional. Demorou um bocado, cerca de quinze, dezessete anos para se corrigir o erro. Porém, nós o estamos fazendo hoje. O trabalho da mãe adotiva com a criança que chega à sua casa é idêntico – senão mais difícil – ao da mãe biológica, que dá à luz.

Peço a todas as Srªs e aos Senadores do Bloco da Minoria que votem favoravelmente a essa proposta, que, sem dúvida, corrige e acrescenta um ponto importante na nossa Constituição.

Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar a Senadora Maria do Carmo Alves por essa iniciativa, que vem fazer justiça a tantas mães que tiveram a oportunidade e o privilégio de adotar uma criança. Parabenizo o Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa de incluir também, por meio de uma emenda, a licença-paternidade.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para falar de um projeto que começa a tramitar nesta Casa e que já recebeu o apoio de V. Exª, quando recebeu tanto o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil como o Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Trata-se de um projeto, de minha autoria, que prorroga a licença-maternidade de quatro para seis meses. Essa prorrogação da licença, na verdade, não obriga o empresário a concedê-la, mas faculta àqueles que o fizerem a percepção de incentivos fiscais.

Na semana passada, em São Paulo, tivemos um encontro com alguns empresários, inclusive com o Presidente da Fiesp, que se sensibilizou com o projeto.

Portanto, aproveito esta oportunidade para, parabenizando tanto a Senadora Maria do Carmo como o Senador Aloizio Mercadante, fazer um apelo a todas as Senadoras e Senadores desta Casa, bem como da Frente Parlamentar pelos Direitos de Criança e do Adolescente, no sentido de que comecem também a pensar com muito carinho na prorrogação da licença-maternidade, que já conta com o apoio de V. Exª, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, ouvirei V. Exª, Senador Sérgio Cabral, bem como o Senador João Capiberibe.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, quero parabenizar com entusiasmo a Senadora Maria do Carmo. Esse é um gesto extremamente importante. Sabemos que existem coisas maravilhosas que se conquistam na legislação mas que, infelizmente, há um abismo entre elas e a realidade de vida de milhares de pessoas, especialmente as mais pobres. No entanto, quero saudar com entusiasmo essa iniciativa.

Lembro-me que, na primeira sessão de discussão, houve, na Casa, relatos belíssimo. O Senador Motta, que não se encontra aqui neste momento, fez uma declaração lindíssima de como, tendo sido uma criança adotada, foi acolhido e abraçado, emocionando a todos nós.

Sabemos que o filho é o reflexo e o fruto de uma relação de amor. Mais amorosa ainda é quando se acolhe uma criança que não nasceu do próprio útero, mas que se passa a cuidar, a abraçar e, em muitos casos, Senadora Lúcia Vânia, a amamentar. O aparelho reprodutor feminino é belíssimo e, muitas vezes, a mulher amamenta a criança novinha que acolheu e adotou, mesmo não a tendo gerado.

Quero parabenizar essa iniciativa com entusiasmo, porque sempre acreditei que ser mãe é criar filhos. Também parabenizo todos que – mulheres e homens, casais e pessoas solteiras – acolhem as crianças filhas da pobreza com todo o carinho, como se fossem os seus próprios filhos.

Parabenizo a Senadora Maria do Carmo, o Congresso Nacional e, especialmente, o Senado e espero que a aprovação seja a mais rápida possível e que essa proposta não fique nas gavetas da Câmara, como está a da creche. Se já tivesse sido aprovada a PEC que garante a obrigatoriedade da creche, amanhã não estaríamos, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Se-

nadora Lúcia Vânia e todas as Senadoras e Deputadas da Frente Parlamentar de Defesa da Criança, lutando pela incorporação, no Fundeb, de uma questão tão essencial como a creche.

Parabéns à Senadora Maria do Carmo, a todos os que foram parte da construção desse projeto e, de uma forma muito especial, a todas as mulheres que são mães. Ser mãe em plenitude não é, necessariamente, gerar em seu útero ou fecundar. Ser mãe ou pai é criar filhos e essas pessoas vão ter, agora, aquilo que lhes é de direito por amarem em plenitude aqueles que são suas menininhas, seus menininhos, bebezinhos ou já maiores, adotados como filhos.

Portanto, parabenizo este momento tão importante do Senado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero, também, parabenizar a nobre Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante pela emenda ao Projeto de Emenda Constitucional.

No Estado do Rio de Janeiro, dentro da minha limitação de legislar como Deputado Estadual, aprovei uma lei, que está em vigor para os servidores públicos do Estado há alguns anos, concedendo o benefício das licenças maternidade e paternidade aos que adotarem uma criança.

Sinto muita satisfação por ver o Senado Federal, neste momento, votando uma matéria tão humana e solidária. Em meio a tantas coisas ruins e desagradáveis que estão ocorrendo no nosso País, estamos produzindo uma matéria legislativa de amplo alcance social e extremamente positiva para a população brasileira.

Quero parabenizar a iniciativa e repetir que, no meu Estado, há alguns anos, existe uma lei beneficiando os servidores estaduais que porventura adotem uma criança.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de me associar aos colegas Parlamentares para cumprimentar, com muito carinho, esse trabalho da Senadora Maria do Carmo, que dignifica a presença da mulher nesta Casa e leva atenção àquela mãe que, mesmo não tendo gerado e amamentado seu filho, tem o desprendimento de criá-lo com todo amor. A oportunidade que a Senadora Maria do Carmo oferece a essa mãe é muito boa para que ela possa estreitar o relacionamento de amor e de carinho com o filho.

Portanto, quero parabenizá-la, bem como elogiar a postura do Senador Mercadante, autor da emenda que confere a licença-paternidade, pois, assim como a mulher, o homem também tem o direito de estar ao lado dessa criança nos seus primeiros dias de vida.

Assim, ganham com isso a Casa, a sociedade e, acima de tudo, a mulher brasileira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará favoravelmente à matéria e quero aproveitar a oportunidade para fazer uma reflexão sobre a necessidade do equilíbrio de gênero nesta Casa.

É fundamental que, nos próximos pleitos, amplie-se a bancada feminina no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, porque esse projeto é uma demonstração clara da sensibilidade feminina.

Quero parabenizar a Senadora Maria do Carmo e incentivar as mulheres para a militância política, pois ainda há um desequilíbrio gritante na representação feminina nessa área. Quando se encaminham projetos como o da Senadora, de emendas à Constituição que estimulem a adoção, mexe-se exatamente com esse lado que é uma preocupação claramente feminina, ficando patente a necessidade do equilíbrio de gênero e de uma representação cada vez mais importante da mulher no Parlamento.

Parabéns à Senadora Maria do Carmo. Esse é um exemplo e um incentivo à militância da mulher na política.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, mais do que sobre o mérito, de tecer um comentário rápido sobre a importância dessa matéria e da iniciativa da Senadora Maria do Carmo.

São muitos poucos os Parlamentares que conseguem lograr êxito com a proposta de emenda à Constituição, porque para a sua aprovação fazem-se necessários 49 votos. Não se muda a Constituição com idéia marota, nem com proposta que não seja idéia forte ou coisa justa e correta, e a Senadora Maria do Carmo, nossa digníssima companheira do Estado de Sergipe, tomou, caladinha, uma iniciativa que está, neste momento, recebendo a consagração da Casa.

Trata-se da consagração a uma idéia, a uma proposta e a uma iniciativa que tem nome: Maria do Carmo Alves, uma Senadora que orgulha os quadros do Partido da Frente Liberal, que propõe que seja estendido para aqueles que adotam uma criança a licença-maternidade ou paternidade, de quatro ou dois meses, estimulando a adoção. No duro, no duro, ela estimula a adoção. Quantas crianças, a partir da iniciativa da Senadora Maria do Carmo Alves, não terão um porvir mais venturoso, uma expectativa de futuro mais consistente? E tudo por conta de uma idéia que alguém teve, e esse alguém foi a Senadora Maria do Carmo Alves.

Vou votar entusiasticamente, pela idéia, pela sua consistência e pela sua autora, a quem quero homenagear não como autora de um projeto de lei que se vai aprovar por consenso – não creio que vá haver um único voto contrário –, mas pelo consenso que aqui conseguiu estabelecer a partir de uma idéia que ninguém se lembrou de ter, mas que a Senadora Maria do Carmo, em muito boa hora, teve e vai aprovar como proposta de emenda à Constituição.

O meu voto é, entusiasticamente, "sim'.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todos os Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1-CCJ À PEC Nº 31, DE 2000 (1º TURNO)

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	30/8/2005 17:47:47
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	30/8/2005 18:10:50

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAÚJO	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
-	MT	LUIZ SOARES	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 62
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00

Total : 62

Primeiro-Secretário

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 18:10:53

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 62 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

Como disse o Senador José Agripino, trata-se de uma verdadeira consagração para a feliz proposta, a grande idéia, da Senadora Maria do Carmo em aprovar licença maternidade para mães adotivas.

Parabéns a V. Exª!

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de se redigir a redação para o segundo turno da votação constitucional.

É a seguinte a matéria aprovada:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 31, de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º..... .....

XVIII – Licença à gestante, com a duração de cento e vinte dias e, nos termos da lei, licença-maternidade, com duração mínima de trinta e máxima de cento e vinte dias, à mulher a que for concedida a adoção de criança, sem prejuízo do emprego e do salário das beneficiárias de qualquer das licenças.

XIX – Licença-paternidade, inclusive em caso de adoção, nos termos fixados em lei:

....(NR)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Osmar Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 950, DE 2005

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para o Item 4, PEC nº 87 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senadora **Fátima Cleide.**

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou totalmente favorável ao encaminhamento para votarmos a PEC da Senadora Fátima Cleide, com o destaque que apresentamos a essa matéria.

Eu gostaria de saber se não poderíamos, em seguida, logo após a votação dessa matéria, votar também a Convenção Internacional da FAO, que trata da proteção fitossanitária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 950, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade.)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob o nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

A discussão da Proposta encerrou-se no dia 30 de junho.

Passa-se à votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo sido o Relator dessa Proposta de Emenda à Constituição, encaminho a votação, pelo PTB, favoravelmente. Registro tratar-se de uma conquista dos servidores do ex-Território Federal de Rondônia, que precisavam, já há muito, ver essa lacuna, essa falha resol-

vida. Tenho a satisfação de ter colaborado, como Relator, com a iniciativa proposta pela Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vou enviar requerimento à Mesa no sentido de solicitar a V. Exª a inversão da pauta para votarmos a Emenda Constitucional nº 6, que está na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para encaminhar a votação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de forma breve e direta, venho pedir a atenção dos nobres Colegas para o assunto que trago à consideração desta Casa. Posso assegurar-lhes, sem a menor sombra de dúvida, que se trata de uma proposta cuja razão de ser é, antes e acima de qualquer outra consideração, a aplicação do mais cristalino princípio de justiça.

Sou co-autor, juntamente com a Senadora Fátima Cleide, dessa Proposta de Emenda à Constituição que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O que se pretende com ela é regularizar a situação dos servidores civis e militares que se encontravam prestando serviço ao ex-Território de Rondônia na data de sua constituição em Estado.

Em primeiro lugar, a PEC não inova em sua postulação. Ela apenas caracteriza, de maneira justa e isonômica, a situação funcional desses servidores. Com efeito, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, inclui, nos quadros da União, os servidores civis e militares dos ex-Territórios do Amapá e de Roraima. Portanto, o que propomos, neste momento, nada mais é que a justiça se faça em relação aos servidores civis rondonienses.

Óbice de espécie alguma existe para que a Proposta seja aprovada. As próprias autoridades governamentais da área fazendária sabem que o impacto da medida seria irrisório, podendo ser fácil e plenamente absorvido pela União.

Acima de tudo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa Proposta de Emenda Constitucional corresponde a uma tomada de decisão do Congresso Nacional, que repara uma injustiça ao preencher lacuna existente no dispositivo constitucional inserido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nada do que aqui se propõe representa algo que pudesse ser entendido como benesse ou privilégio.

Se, correta e adequadamente, servidores civis e militares do Amapá e de Roraima foram atendidos em sua demanda, nada há que possa sustentar o não-atendimento ao pleito de Rondônia.

A Constituição de 1988 foi sábia o bastante para erigir o princípio da isonomia como um dos sustentáculos do Estado brasileiro. O que pretendemos com essa PEC nada mais é que fortalecer tal princípio, no pressuposto de que dele decorrem práticas mais consistentes de cidadania e o próprio fortalecimento do ideal de justiça que deve balizar a ação do Poder Público.

Por isso, Sr. Presidente, peço o apoio do Senado da República a essa causa. Em Rondônia, homens e mulheres que ajudaram a fazer a história do ex-Território e que desempenharam importante papel para a consolidação do novo Estado esperam ansiosamente pela manifestação positiva desta Casa em relação ao pleito do qual sou intérprete.

Confio no discernimento, no espírito público e na vontade de fazer o melhor para o País que tão bem caracteriza o Senado Federal. Acredito, pois, no apoio que essa PEC aqui receberá.

A todos, o meu muito obrigado e a certeza de que, uma vez mais, saberemos fazer justiça!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação, tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pedimos ao Bloco e ao Partido dos Trabalhadores que votem "sim" a essa proposta que visa unicamente ao reconhecimento, por parte da União, da juridicidade e da igualdade de tratamento que deve haver entre os entes federativos. Tal atendimento já foi dado aos servidores dos Estados do Amapá e de Roraima, como bem tratou o Relator dessa matéria na Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, o Bloco e o PT, ao votarem "sim", pedem também aos demais Pares desta Casa que se sensibilizem com a situação dos 12 mil servidores públicos do Estado de Rondônia, que, chamados pela União, se dispuseram a sair de seus Estados de origem para construírem aquele que, hoje, é um dos Estados mais ricos deste País, mas que não prestigia os seus funcionários públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero também juntar a minha voz à da Bancada de Rondônia, à voz de todos aqueles que entendem que é preciso fazer justiça e que, portanto, é preciso dar aos servidores federais do Estado de Rondônia o mesmo tratamento que demos aos servidores do Amapá e de Roraima.

Quero registrar que foi no meu Governo, quando eu era Governador do ex-Território, que conseguimos o enquadramento de servidores dos ex-Territórios na União. Esse foi um passo importante e decisivo para que Roraima pudesse se estruturar. Nada mais justo que o Estado de Rondônia, agora, possa também ter esse atendimento.

Apenas chamaria a atenção da Bancada de Rondônia no que diz respeito ao texto ao se referir aos servidores admitidos por força de lei federal ou estadual, porque temo que, dependendo da interpretação, alguém possa levantar a inconstitucionalidade sobre uma lei estadual referenciar despesas para o Governo Federal.

Então, é uma questão a ser analisada, mas, sem dúvida nenhuma, é justa, e o nosso encaminhamento é favorável à PEC da Senadora Fátima Cleide.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que determine a abertura do painel de votação para que os Senadores possam votar. Aproveito para expressar a minha concordância com o mérito da matéria apresentada pela Senadora Fátima Cleide e os Senadores Valdir Raupp e Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa acata, com satisfação, a sugestão do Senador Tião Viana.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna. Em seguida, à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o PMDB apóia a PEC da Senadora Fátima Cleide, com muita alegria, mas nos moldes e nos termos em que falou o Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, sei que já foi dito para suspenderem as reuniões das CPIs, mas quero só justificar e pedir para registrar em ata o meu voto em relação à PEC anterior, a da Senadora Maria do Carmo Alves, fundamental para todas as crianças em nosso País, que é a garantia da licença-maternidade às mães que adotarem.

Quero também defender a PEC da Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para inclusive organizar melhor a votação, já que o Senador Tião Viana solicitou que mandássemos abrir o painel.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 951, DE 2005

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão: "ou estadual" constante do art. 89 na relação dada pelo art. 1º PEC nº 87, de 2003.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra pela ordem. Só vou prosseguir no processo de votação para que não percamos o fio da meada.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PE) – Sr. Presidente, na votação nominal o meu voto foi "sim". Peço que seja registrado em ata a intenção de voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto de V. Exª será devidamente registrado.

Votação da proposta, em primeiro turno, ressalvada a parte destacada.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feito pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes já podem orientar suas Bancadas.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para registrar o voto "sim" na PEC de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves. Eu estava ausente, em compromisso externo, mas quero fazer o registro do voto "sim".

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma que registrou seu voto o Senador Flexa Ribeiro, registro meu voto "sim" na votação da PEC da Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Exª e também o voto da Senadora Ana Júlia Carepa.

A Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo P-SOL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em meu próprio nome e em nome do P-SOL, parabenizo a Senadora Fátima Cleide pelo projeto apresentado, importante e de grande relevância para milhares de servidores civis e militares do vizinho Estado de Rondônia, que encontram, no bojo desse projeto, uma situação jurídica mais confortável e mais tranqüilizadora para que cumpram sua jornada de servidores públicos até suas aposentadorias.

Portanto, em nome da Senadora Heloísa Helena, em meu próprio nome e do P-SOL, votamos prazerosamente com a Senadora Fátima Cleide para a aprovação desse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, encaminho pela Liderança do Governo favoravelmente à PEC da Senadora Fátima Cleide em homenagem aos servidores federais de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Romero Jucá encaminha a votação pela Liderança do Governo.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a justiça chega tardia, mas chega. O importante é que o Congresso Nacional, por meio desta Casa, o Senado da República, hoje opta por votar essa emenda da Senadora Fátima Cleide. Era uma esperança, uma expectativa e, por que não dizer, uma angústia de milhares de servidores. Todos eles participaram da construção do Estado de Rondônia, enquanto Rondônia era ainda uma instância federal. Não há dúvidas de que, no momento em que os servidores eram pagos pelo Tesouro Federal, prestavam um serviço à União. Ao reconhecermos esse vín-

culo, faz-se justiça. Esperava-se que tal já tivesse acontecido, mas a história, às vezes, dá voltas. É importante que, neste momento, apesar das vicissitudes, aprovemos a matéria.

Quero agradecer a todos os Parlamentares, Senadores e Senadoras, a sensibilidade de estenderem a mão aos servidores federais do Estado de Rondônia.

Ao fazer este agradecimento, quero parabenizar os servidores que, depois de tanto tempo, alcançam a realização de um sonho, mas a realização, sobretudo, da justiça, da ordem e do que prega a Constituição Federal.

Parabéns ao Senado e aos servidores do Estado de Rondônia!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge para encaminhar a votação, em nome da Liderança.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança da Minoria, gostaria de encaminhar o voto "sim".

Creio que essa emenda constitucional de autoria da Senadora Fátima Cleide e de outros Senadores vem atender a essa reivindicação antiga, que dá, hoje, um passo importante com sua aprovação pelo Plenário desta Casa.

Mostramos também que, mesmo com três CPIs, o Senado continua funcionando tranqüilamente. Com três CPIs, aprovamos, hoje, duas emendas constitucionais e alguns projetos de lei que requerem maioria. Amanhã, iremos aprovar, em segundo turno, a emenda constitucional que foi aprovada na semana passada. As CPIs funcionam e o resto do Senado também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Exª, Senador José Jorge.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo PSDB, quero também orientar e encaminhar no sentido do voto positivo, do voto a favor dessa conquista dos ex-funcionários do ex-Território de Rondônia, hoje Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Sérgio Cabral, como vota V. Exª?

Senador Heráclito Fortes, como vota V. Exª? V. Exª já votou.

Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Teotônio Vilela, como vota V. Exª?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sim, Sr. Presidente. O PSDB vota "sim" nessa matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota "sim'.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota "sim" também.

Senador Gerson Camata, V. Exª já votou?

Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Na anterior, votaram 62 Senadores. Faltam dois Senadores.

Ainda haverá outra votação sobre a mesma matéria. É importante fazermos um esforço para manter o **quorum**, a fim de aprovarmos a matéria de iniciativa da Senadora Fátima Cleide.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, solicitamos que já encerre a votação, porque todas as manifestações foram favoráveis. Poderíamos, assim, votar o destaque, que é muito importante para garantir a constitucionalidade da matéria, e, depois, o Projeto de Conversão da FAO.

Falta o voto do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leonel Pavan, como vota V. Exª?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Senado agora, com a presença do Senador Leonel Pavan, sente-se totalmente contemplado. Mudou a qualidade da votação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Voto com o Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O primeiro voto de uma longa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003 (1º TURNO)

ALTERA O ARTIGO 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUICIONAIS (DISPÕE SOBRE A CARREIRA DOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA).

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	30/8/2005 18:21:27
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	30/8/2005 18:32:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
-	MT	LUIZ SOARES	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 60
Votos NÃO : 01 **Total : 61**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 18:32:58

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e, NÃO, 1.

Não houve abstenção.

Total: 61 votos.

Está aprovada a matéria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A emenda faz parte do acordo. É um destaque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos à votação da parte destacada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, votei "sim", mas creio que me atrapalhei, e acabou saindo "não". Queria que isso fosse registrado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa retificará o voto da Senadora Lúcia Vânia, que terá uma próxima oportunidade de confirmar essa retificação.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro que considero da maior importância. Agradeço a colaboração e a atenção do Senador Aloizio Mercadante, nosso Líder, do Senador José Jorge, que contribuiu muito para que pudéssemos votar esta matéria agora, enfim, de todos os Líderes que deram sua contribuição.

Com certeza, um agradecimento especial dos funcionários públicos do Estado de Rondônia a todos os Senadores presentes que votaram "sim". Cada um aqui morará no fundo do coração deles.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma orientação ao Plenário.

Há um entendimento com a Senadora Fátima Cleide no sentido de que é preciso suprimir a expressão "lei estadual" dessa PEC. Então, é importante que o voto agora seja "não". O voto é "não", exatamente, para suprimi-la e dar efetividade ao enquadramento dos servidores, que eram federais.

Alerto, portanto, o Plenário, para que não vote equivocadamente. O voto agora é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, agradecemos a intervenção de V. Exª, mas ainda vamos anunciar a parte destacada para a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas já estão votando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não.

Peço à Secretaria da Mesa que, por favor, paralise o painel de votação. Ainda vamos anunciar a parte destacada.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que o destaque que será votado agora é justamente para tornar a PEC constitucional. Eu tinha entrado, há alguns meses, com um projeto semelhante, já sabendo que haveria esse problema. Ainda bem que foi possível salvar a matéria em plenário, apresentando-se esse destaque, para tornar a lei constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos à votação do destaque.

"Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da expressão "ou estadual", constante do art. 89, na redação dada pelo art. 1º da PEC nº 87."

O autor do destaque é o Senador Aloizio Mercadante, que tem a palavra neste instante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se não aprovarmos esse destaque para retirar a expressão "lei federal ou estadual", estaremos aprovando uma PEC que será inconstitucional, porque não podemos outorgar à Assembléia Legislativa a prerrogativa de legislar sobre despesas do orçamento federal. Sem a retirada dessa expressão, a PEC é inconstitucional, por isso é indispensável a aprovação desse destaque, na direção do que manifestaram os Senadores Valdir Raupp e Amir Lando e a própria Senadora Fátima Cleide.

Temos de aprovar a emenda, para dar constitucionalidade e prosseguimento a essa PEC, que é muito importante para o Estado de Rondônia.

Parabenizo a Senadora Fátima Cleide pela luta, pelo compromisso e pela vitória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para aprovar o destaque, ou seja, para retirar do texto a expressão, é importante que se vote "não".

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O acordo é votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – "Não" para retirar do texto a referida expressão e, conseqüentemente, aprovar o destaque.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto "não" retira do texto a expressão "ou estadual".

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perdão. O PMDB vota favoravelmente à PEC, portanto vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do que estabelece o destaque.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para deixar bem claro, mais uma vez insisto com os colegas para votarem "não", conforme as razões já apresentadas pelos demais colegas que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, para não cometer inconstitucionalidade, o PFL recomenda o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Exª.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leonel Pavan, como vota o PSDB?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o PSDB, por entender que a expressão é inconstitucional, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB também recomenda o voto "não", na forma do acordo, a exemplo do que fizeram o PFL, o PMDB, o PT e os demais partidos.

Senador João Capiberibe, como vota o PSB?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSB também vota "não", na forma do acordo, em homenagem à Senadora Fátima Cleide.

Como vota o P-SOL?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Como diz V. Exª, em homenagem à Senadora Fátima Cleide e aos servidores que serão beneficiados, o P-SOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Amir Lando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Hoje, na Comissão dos Bingos, votamos o requerimento convocando o Sr. Paulo Okamotto. Embora o Senador Garibaldi Alves Filho estivesse presente, a Radiobrás faz declarações aqui sobre a ausência de S. Exª. Não é verdade! E eu peço um desmentido público, porque a Agência do Governo não pode mentir. O Sr. Paulo Okamotto foi convocado, inclusive com o voto do Sr. Garibaldi Alves. Se o Sr. Garibaldi Alves, depois, se arrependeu, é outra coisa; mas a convocação está feita – e eu não retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esclareço que, realmente, estava presente, mas fui pego de surpresa, porque, quando cheguei da reunião promovida por V. Exª, a proposição foi colocada em votação, e eu não pude fazer as ponderações que posteriormente fiz ao Senador Antonio Carlos Magalhães. A proposta de S. Exª o Senador Antonio Carlos Magalhães não se identifica com as finalidades da CPI dos Bingos, daí por que resolvi fazer a ponderação a S. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente, peço a palavra por força do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho motivos para declinar porque foi feita a convocação e dentro do espírito da CPI dos Bingos. Eu o farei em qualquer reunião da CPI dos Bingos, e o assunto, para mim, está encerrado. Trata-se apenas de marcar a data, e isso eu posso combinar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado, se todos os Srs. Senadores já votaram.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EXPR. "OU ESTADUAL" (ART.89 C. F.) CONSTANTE ART.1º DA PEC 87/03 (1º TURNO)

EXPRESSÃO "OU ESTADUAL" (ART. 89 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) CONSTANTE DO ART. 1º DA PEC Nº 87, DE 2003

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	30/8/2005 18:37:30
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	30/8/2005 18:42:49

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	NÃO
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
PMDB	MA	MAURO FECURY	NÃO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	NÃO
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 06
Votos NÃO : 53 **Total : 59**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 18:42:51

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 06 Srs. Senadores; e, NÃO, 53.

Não houve abstenção.

Total: 59 votos.

Está, portanto, rejeitada a expressão "ou estadual", na forma do acordo e na forma do requerimento.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação do texto para o segundo turno constitucional.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*)PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

Altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 89. Os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àquele ex-território na data que foi transformado em Estado, bem como os servidores públicos, civis e militares, admitidos por força de lei federal ou estadual, mas que foram custeados pela União até 31 de dezembro de 1991, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurando os direitos e vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento a qualquer título, de diferenças remuneratórias, bem como ressarcimento ou indenizações de qualquer espécie, anteriores à promulgação desta Emenda."

Parágrafo único. Os servidores civis e militares continuarão prestando serviço ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas, observadas as atribuições compatíveis com o grau hierárquico, se servidor militar.

(*)Em destaque a expressão "ou estadual", rejeitada.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer uma correção: o meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto da Senadora Fátima Cleide é "não".

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – V. Exª é testemunha de que eu aqui recomendei à Bancada do PSDB o voto "não". Mas, embalado por já ter votado com o Governo, achei que tinha que votar "sim"; mas o voto é "não". Assim, apenas para retificar: o voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Capiberibe, pela ordem V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminhei pelo "não", de sorte que peço a correção do meu voto. Meu voto é "não". Encaminhei pelo "não" e terminei votando no "sim". Peço a correção de meu voto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Constará da Ata a manifestação de V. Exª.

Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também desejo pedir a V. Exª que proceda à correção do meu voto para "não". Foi esta minha intenção original.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Eu também solicitaria à Presidência que fizesse a correção do meu voto. O meu voto é "não". Registrei erradamente o voto "sim". O meu voto, repito, é "não".

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que registre em Ata que o meu voto era "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Prorrogo a sessão por mais uma hora, para concluirmos a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 952, DE 2005

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para o item 6 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senador **José Jorge**.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, sem prejuízo de encaminhar o Item 6, eu havia solicitado, no início da sessão, que, após a votação dessa PEC, votássemos – acordo que tínhamos feito com o Senador José Agripino pela Oposição – a Convenção Internacional da FAO.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já foi votado. Foi o primeiro item da pauta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Votamos o Item 6 agora?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É porque o acordo era votar só dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É para discutir o Item 6.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É para a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É uma proposta de emenda que vai contar prazos e interstícios.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sem problema. Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 6**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

(Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 952, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo à Casa que faltam duas sessões de discussão. Uma será realizada amanhã às 10 horas e outra às 14 horas, quando será votada.

Se não houver objeção do Plenário, poderemos convocar a sessão para hoje, logo após o término desta sessão; evitaremos a convocação de amanhã.

Trata-se da PEC que altera a compulsoriedade.

Vamos fazer isso com a aquiescência do Plenário para queimarmos etapas e avançarmos na votação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª não poderia colocar logo em votação? A matéria já foi mais que encaminhada. Penso que poderíamos votar logo.

Desculpe-me, Presidente, mas, do contrário, todos vão querer falar outra vez e isso não vai adiantar nada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª só ajuda. Mais uma vez, agradecemos muito a colaboração e a recomendação de V. Exª.

Consulto a Casa se posso transferir os itens 5, 3 e 2 para a sessão ordinária de amanhã, uma vez que exigem **quorum** qualificado. Assim, concluiríamos o Item 6 da pauta hoje e já queimaríamos essa etapa, aproveitando o **quorum** existente. Como é um assunto pacífico que caminhou muito bem na votação anterior, poderíamos concluir a votação hoje. (Pausa.)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

São os seguintes os itens adiados:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).*

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2002, com o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Romero Jucá.**

REQUERIMENTO Nº 954, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 394, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Romero Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, **c**, 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados nos termos do disposto art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nosso calendário de efemérides dedica o dia 28 de agosto aos bancários, justa homenagem a uma laboriosa categoria profissional.

Os bancos são, freqüentemente, execrados pelos elevados lucros que auferem e pela suposta insensibilidade social com que realizam seus negócios. Seus empregados, contudo, não são os responsáveis por suas políticas empresariais. Ao contrário, realizam, amiúde, estafante trabalho de atendimento ao público, procurando, na medida de suas atribuições,

equacionar os problemas com que se defrontam os clientes.

Quem não se lembra dos anos 60, 70 e 80, décadas de inflação desenfreada, em que éramos obrigados a enfrentar filas infindáveis nas caixas dos bancos, na tentativa de salvar nossos parcos salários da corrosão implacável da desvalorização monetária. Mesmo assim, os atendentes procuravam ser, a despeito do caos reinante, gentis e corteses. Apesar da crescente desorganização social e econômica, os bancários sempre se pautaram pelo respeito ao público.

Vieram os anos de retomada do controle inflacionário e, com eles, o aperto das políticas de pessoal e a implantação maciça da automação bancária. O número de bancários caiu drasticamente nesse período, agravando, ainda mais, o já crônico desemprego no Brasil. Ainda assim, os bancários se portaram com galhardia, enfrentando os tempos difíceis sem que houvesse piora no relacionamento com os clientes.

Com a racionalização da economia brasileira, chegou até nós uma nova forma de lidar com o público, modificando totalmente o sistema de atendimento dos bancos. As grandes fusões e incorporações de bancos reduziram substancialmente o número de instituições no mercado, dando-lhes maior credibilidade e confiabilidade. Um novo perfil de bancários surgiu, mais qualificado, com melhor formação para o trato com o público, com capacidade de lidar com as múltiplas operações que um cliente, mesmo pessoa física, pode efetuar num banco.

Hoje, Sr. Presidente, todos nós lidamos com nosso gerente de conta, quase uma espécie de clínico geral para nossos interesses bancários. Freqüentemente, nem sequer precisamos ir à nossa agência, bastando um simples telefonema para que nosso gerente realize as operações que desejamos. Muitas vezes, ir trocar dois dedos de prosa com seu interlocutor no banco é uma prazerosa atividade de senhoras e senhores de idade. Houve, decerto, uma humanização da relação cliente-bancário, em proveito de ambos.

Srªs e Srs. Senadores, mesmo que possamos, por opção política e projeto de sociedade, ter críticas à forma como operam os bancos, não podemos negar o inegável serviço que prestam à economia nacional e ao povo em geral.

No caso específico dos bancos públicos, além das atividades típicas do sistema financeiro, exercem a importante função de agentes das políticas sociais de governo. Trata-se de relevante papel no processo de desenvolvimento e de correção dos desequilíbrios sociais e regionais, para o que muito contribui o trabalho de seus servidores. Servidores empenhados em atender às demandas sociais fazem parte, pois, do grande grupamento dos bancários.

Srªs e Srs. Senadores, numa época em que a valorização do trabalho qualificado é uma exigência da sociedade, não podemos deixar de elogiar o importante papel representado pelos bancários. Selecionados segundo critérios cada vez mais rigorosos, constantemente chamados a se reciclarem e a se aperfeiçoarem, os empregados dos bancos merecem nossos parabéns pela passagem do dia a eles dedicado.

Esperamos, todos nós, que utilizamos os serviços dos bancos, dos pequenos clientes individuais aos grandes clientes corporativos, que os bancários se mostrem sempre mais eficientes, corteses e prestativos no seu trabalho de atendimento.

Sr. Presidente, a consciência do papel social que desempenha deve ser uma característica preeminente na formação e na atitude de todo agente que lida com público, principalmente os bancários. Mesmo os que só trabalham com serviços internos dos bancos devem ter a exata medida da repercussão de suas ações sobre a vida de seus clientes e da sociedade em geral.

Srªs e Srs. Senadores, concluo este pronunciamento, enviando meus sinceros votos de paz e prosperidade a todos os bancários do Brasil, augurando que continuem a nos prestar bons serviços, para o bem e o progresso de toda a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com grande prazer que ocupo a tribuna do Senado Federal, no dia de hoje, para homenagear uma instituição que, ao longo de sua existência, veio a constituir, por legado da população brasileira, um destacado patrimônio de confiança, de respeito e de admiração: a polícia rodoviária federal.

Já vão longe os tempos do governo Washington Luiz, em 1928, quando foi criada a chamada "Polícia de Estradas", embrião histórico do que viria a ser o atual Departamento de Polícia Rodoviária Federal. A primeira missão efetiva do novo Órgão, assinalada em 1935, foi a vigilância das rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União e Indústria que, especialmente na época das chuvas, demandavam a criação de desvios ao desabamento de barreiras, de forma a evi-

tar a interrupção do tráfego, e o reforço à sinalização, nos trechos críticos, por meio do uso de lampiões de luz vermelha.

Vários desses trabalhos eram então realizados com o uso de motocicletas, tais como as duas **Harley-Davidson** inicialmente colocadas à disposição de Antônio Félix Filho, o "Turquinho", considerado o primeiro Patrulheiro Rodoviário Federal.

Tal era o prestígio e o fascínio que a atividade exercia no imaginário popular, àquela época, que a figura do policial do DPRF foi, inclusive, utilizada como inspiração para uma das primeiras séries televisivas genuinamente nacionais. Quem da minha geração não se recorda do célebre vigilante rodoviário Carlos, que, junto com seu leal cão Lobo, patrulhava as estradas do Brasil, prendendo criminosos, desbaratando quadrilhas e protegendo os viajantes?

E é isso, basicamente, o que ainda faz a nossa Polícia Rodoviária, sem embargo do maior **status** institucional que lhe foi outorgado pela Constituição de 1988: proteger os viajantes que se deslocam nas estradas nacionais, por meio do patrulhamento ostensivo, impedindo que as nossas rodovias sejam palco ou instrumento do crime.

Assim é que, somente nestes 8 primeiros meses do ano de 2005, apenas para citar alguns números, as diligências feitas pela Polícia Rodoviária Federal já contabilizam, em termos de mercadorias e de bens contrabandeados, a apreensão de mais de 1 milhão, 250 mil CD`s e de mais de 1 milhão de pacotes de cigarro, todos de origem ilegal.

No âmbito das drogas, a atuação do Departamento logrou impedir que chegassem ao consumidor final, por meio do tráfico criminoso, 200 toneladas de maconha e mais de mil e seiscentos quilos de cocaína.

A repressão ao transporte rodoviário ilegal de armamento apresentou, também neste período, um desempenho significativo, como demonstram as 345 armas apreendidas, em conjunto com mais de 7 mil e 400 unidades de munição.

O total de veículos recuperados ultrapassou 2 mil e duzentos automóveis, caminhões e utilitários roubados, numa atuação expressiva também na área de proteção ao patrimônio popular e empresarial. O quantitativo de detenções excedeu a 4 mil e 600 pessoas, suspeitas de envolvimento em atividades ilegais e em situações que levavam risco ao trânsito rodoviário.

Outra atribuição destacada da Polícia Rodoviária Federal é a coordenação do socorro às vítimas de acidentes rodoviários, atuação essa especialmente importante dado o precário estado de conservação de nossas estradas, que – em conjunto com os demais fatores de risco, tais como a imprudência, a imperícia e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas – redundou, durante o ano de 2005, em quase 115 mil ocorrências, responsáveis por 4 mil e 200 mortes e por um grande número de feridos, superior, no mesmo período, a 43 mil casos.

É dessa magnitude, Sr. Presidente, a importância dos policiais rodoviários federais para a vida nacional, sendo justa a modesta homenagem que presto, neste dia, à dedicação, à coragem e ao profissionalismo desses brasileiros, cidadãos comuns como qualquer um de nós, mas que têm, entretanto, uma contribuição tão destacada para a manutenção da segurança e da ordem, em nosso País.

Importante também repisar, neste momento, Senhoras e Senhores Senadores, a relevância de que esta Casa continue a apoiar, como até o momento tem apoiado, os esforços de modernização que, já há algum tempo, vem sendo encaminhados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal. É certo que, sem esses esforços, será difícil manter – ou mesmo ampliar, como é necessário – a atuação do Departamento na consecução de sua missão constitucional e na garantia da segurança pública, ao longo dos mais de 55 mil quilômetros que constituem as rodovias federais.

Ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e aos mais de 8 mil policiais rodoviários federais, expresso os meus sinceros agradecimentos, em nome dos milhões de brasileiros a quem servem de forma tão destacada e singular. Expresso também, estou certo, o agradecimento e as homenagens de toda esta Casa, uma vez que sei do alto conceito que mantém a nossa Polícia Rodoviária junto aos Senadores da República e ao conjunto dos servidores do Senado Federal.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Exª suspenderia a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a presente sessão, convocando uma extraordinária para às 18 horas e 50 minutos, portanto, daqui a dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às18 horas e 48 minutos.)

Ata da 147ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

ÀS 18 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 18.53 HORAS

Período : 30/8/2005 07:32:22 até 30/8/2005 20:30:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
-	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 79 Senadores

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA Emissão: 30/8/2005 20:37:17

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa–se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentaria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em face de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Portanto, esta é a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência vai encerrar a sessão, convocando sessão extraordinária para às 18 horas e 53 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrando a presente sessão.

(Levanta–se a sessão às 18 horas e 52 minutos).

Ata da 148ª Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Tião Vieira

ÀS 18 HORAS E 53 MINUTOS, ACHAM–SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 18.53 HORAS

Período : 30/8/2005 07:32:22 até 30/8/2005 20:30:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	*ANTONIO CARLOS MAGALHÃES*	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	ÍRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
-	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 79 Senadores

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 20:37:17

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Esta é a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Determino à Secretaria da Mesa a abertura do painel.

Os Srs. Líderes já podem orientar as suas Bancadas.

Senador Ney Suassuna, como vota o PMDB?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota "sim".

Como vota o Líder do PSDB?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim". É uma medida muito justa, acompanhando a expectativa de vida do brasileiro que cresceu bastante, felizmente. É muito bom, pois pessoas com grande sabedoria poderão continuar a trabalhar em favor do País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB vota "sim'. É a recomendação para a Bancada, do nobre Senador Eduardo Azeredo.

Como vota o Líder do PFL?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

Pessoalmente, lamento que a matéria não seja estendida também aos conselheiros e presidentes dos tribunais regionais, os estaduais. Mas o voto do PFL é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o Líder do PSB?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o Líder do PTB?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perdão. Houve um problema aqui no sistema de votação, e vamos retomar a votação.

Vou passar a presidência ao Senador Tião Viana, para que eu possa repetir o gesto que tive na primeira votação, participando pessoalmente desse esforço de votação.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Determino à Mesa que abra o painel de votação.

As Srªs e os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

Como vota o Líder do PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pedimos aos colegas da Bancada do PT e do Bloco para acompanhar a orientação geral da Casa pelo voto "sim" nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Bloco vota "sim".

Como vota o Líder do PSDB?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PSDB vota "sim".

Como vota o Líder do PTB?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O PTB reitera o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PTB reitera o voto "sim".

Como vota o Líder do Governo?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Governo encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Governo vota "sim".

Como vota o Senador Edison Lobão, pelo PFL?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, a minha alegria só não é completa ao votar "sim" pelo fato de não ter sido incluído também o desembargador – os desembargadores estaduais e os desembargadores federais. Aliás, esse tinha sido um acerto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando votamos a reforma do Poder Judiciário. No passo seguinte, incluiríamos todos os desembar-

gadores no benefício da aposentadoria aos 75 anos. Lamentavelmente, isso foi convertido numa idéia de se apresentar ainda uma lei complementar para regulamentar a matéria.

De toda maneira, votarei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Edison Lobão, o PFL vota "sim".

Como vota o Líder do PSB?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O PSB vota "sim".

A Mesa pede que as Srª e os Srs. Senadores que estão nos gabinetes venham ao plenário votar, porque trata-se de matéria com **quorum** qualificado.

Como vota o Líder do PFL, Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Como vota o Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota "sim" e pede aos Senadores que estejam fora do plenário, nos gabinetes ou no cafezinho, que venham votar, pois essa matéria é importante.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Líder do PMDB apela aos Srs. Senadores que estejam nos gabinetes que venham ao plenário votar a matéria. Na última votação, houve mais de 65 votantes sobre esse item. Precisamos de 49 votos. Em primeiro turno, 62 Srs. Senadores votaram na última semana sobre a matéria. (Pausa.)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

O Senador José Sarney está a caminho. S. Exª deve estar tendo dificuldades com o elevador do Anexo. Vamos esperar que S. Exª chegue aqui. A Mesa aguarda mais um minuto.

A Mesa esclarece que ainda haverá três matérias com votação nominal.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003 (2º TURNO)

ALTERA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVO AO LIMITE DE IDADE PARA A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DO SERVIDOR PÚBLICO EM GERAL, E ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Num.Sessão:	4	Num.Votação:	1	Abertura:	30/8/2005 18:56:41
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	18:53:00	Encerramento:	30/8/2005 19:04:03

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	ABST.
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAÚJO	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
-	MT	LUIZ SOARES	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 55
Votos NÃO : 01
Votos ABST. : 01
Total : 57

Primeiro-Secretário

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 19:04:05

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Votaram SIM 55 Srs. Senadores, e, NÃO, 1.

Houve uma abstenção.

Total: 57 votos.

Aprovada a matéria.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Altera o art. 40 da Constituição relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do público em geral, e dispositivo ao Ato das Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 40 de Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. .....

§ 1º..... .

II – Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco, anos de idade, na forma de lei complementar;

....." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será acrescido do seguinte art. 95:

"Art. 95. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento de urgência, **Requerimento nº 948, de 2005**, lido no Expediente para o **Projeto de Resolução nº 74, de 2005**.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subseqüente, que será na próxima quinta-feira.

Em votação o requerimento de urgência, **Requerimento nº 949, de 2005**, lido no Expediente para o **Projeto de Resolução nº 75, de 2005**.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subseqüente, que será na próxima quinta-feira.

Convido o eminente Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, para reassumir os trabalhos.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se não houver objeção do Plenário, votaremos a indicação de três embaixadores rapidamente. Apelo à Casa para que isso possa acontecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Octávio. Em seguida, concederei a palavra a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão o orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou sentindo uma inquietação muito grande na Casa por parte dos funcionários do Legislativo – e são muitos os que contribuem com o nosso trabalho todos os dias – em razão da posição tomada por V. Exª de colocar amanhã em votação o veto do Presidente da República relativo ao aumento de 15% concedido aos servidores desta Casa. Sabemos que esse aumento é justo, que todos já contavam com isso – e já o estavam recebendo em seus contracheques – e que, de repente, o veto presidencial prejudicou mais de trinta mil famílias.

Como se comenta que o Governo estaria fazendo um esforço para retirar esse veto da votação de amanhã, eu gostaria de saber de V. Exª se existe algum compromisso nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Octávio, não há, pelo menos que eu saiba, nenhum esforço para impedir a votação. A sessão do Congresso foi convocada para amanhã, quando pretendemos apreciar 395 vetos. Convoquei uma reunião de Líderes para hoje ainda. Se houver um acordo com relação à pauta de votação, será melhor. Se não houver esse acordo, vamos votar um a um to-

dos os vetos; para isso, já distribuímos a cédula com bastante antecedência.

Desse modo, quero tranqüilizar V. Exª e todos no sentido de que não há nada, absolutamente nada, que possa impedir essa votação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – V. Exª tranqüiliza não só a mim, mas certamente aos funcionários desta Casa e da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O que pode impedir a deliberação é, evidentemente, a ausência de **quorum**, mas espero sinceramente que isso não aconteça.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Certamente, haverá **quorum** amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria uma informação sobre a ordem segundo a qual são votadas as propostas de emenda à Constituição.

Vou pedir atenção para o seguinte fato. Acabamos de votar, em segundo turno, a PEC nº 42, de autoria do Senador Pedro Simon – votei "sim", e ela obteve grande maioria aqui. A matéria foi votada, em primeiro turno, no dia 24 de agosto. Estamos em 30 de agosto, e a PEC já foi votada em segundo turno – fico muito satisfeito que tenha sido votada com bastante rapidez.

Entretanto, gostaria de me referir à PEC nº 64, de 1999, cuja votação em primeiro turno, quase consensual, aconteceu em 23 de fevereiro. A Proposta de Emenda à Constituição foi, então, encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que normalmente é muito expedito em encaminhar as coisas. Parece-me foi atribuída ao Senador Aloizio Mercadante a responsabilidade de dar parecer à matéria. Eu gostaria de fazer um apelo público, para que o Líder do Governo pudesse encaminhar logo o parecer. Não sei se houve diálogo do Presidente da Comissão com S. Exª para que pudesse ser logo feita a apreciação.

Do que trata essa PEC? Da presença do Presidente da República, por ocasião de sua mensagem ao Congresso Nacional, todo dia 15 de fevereiro: em vez de ser encaminhada por meio do Ministro-Chefe da Casa Civil, ela será encaminhada, falada e dita pelo próprio Presidente. Isso inclusive já ocorreu, por entendimento entre o Presidente da República e o Presidente do Congresso, por ocasião do último ano e última mensagem presidencial do então Presidente José Sarney, assim como também em 15 de fevereiro de 2003, quando o Presidente Lula veio aqui.

Então, agradeceria se o Presidente do Senado, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Líder do Governo pudessem entender-se para que a delonga entre o primeiro e o segundo turno da votação dessa PEC não seja tão grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Presidente da CCJ, declaro ao Plenário que não pode haver maior homenagem ao Senador Eduardo Suplicy do que designar o Líder do Governo para relatar a sua emenda. Foi o que fiz, e creio que fiz muito bem.

V. Exª, Senador, deve estar satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do disposto no art. 364, encerrada a discussão em segundo turno com a apresentação de emendas, a matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para parecer. Após o parecer, será reinserida na Ordem do Dia.

Foi exatamente o que aconteceu: para emitir parecer, o Senador Antonio Carlos Magalhães designou o Senador Aloizio Mercadante. Tão logo chegue, vamos inserir a matéria na Ordem do Dia, como deseja V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje à noite, o PMDB terá uma reunião de sua Bancada e um dos itens de discussão refere-se exatamente aos 15% dos funcionários, que vinham recebendo regularmente em novembro, dezembro e no 13º, mas foram suspensos.

A nossa propensão é de apoiar o aumento dos 15%, mas vamos discutir isso com a Bancada e tomar uma posição definitiva de todo o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 161, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 161, de 2005 (nº 356/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luciano Ozorio Rosa*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República

de Malta, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Concedo a palavra à Srª 1ª Secretária, em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.544, DE 2005-CRE

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Luciano Ozorio Rosa obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Srªs e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 161, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUCIANO OZORIO ROSA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À GRANDE JAMAHIRIYA ÁRABE POPULAR SOCIALISTA DA LÍBIA, E, CUMULATIVAMENTE, O DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE MALTA, DESDE QUE OBTIDO O AGRÉMENT DO GOVERNO DESSE PAÍS

Num.Sessão:	4	Num.Votação:	2	Abertura:	30/8/2005 19:14:03
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	18:53:00	Encerramento:	30/8/2005 19:17:07

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
	MT	LUIZ SOARES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	MA	MAURO FECURY	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Votos NÃO : 05 **Total : 50**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 45

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 19:17:08

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, 5.

Não houve abstenções.

Total: 50 votos.

Aprovado o nome do Sr. Embaixador Luciano Ozorio Rosa.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 169, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 169, de 2005 (nº 381/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Sérgio Gama Figueira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Concedo da palavra à Srª 1ª Secretária, em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.545, DE 2005-CRE

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Luiz Sérgio Gama Figueira obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Srªs e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 169, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIZ SÉRGIO GAMA FIGUEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA FINLÂNDIA, E, CUMULATIVAMENTE, O DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ESTÔNIA, DESDE QUE OBTIDO O AGRÉMENT DO GOVERNO DESSE PAÍS

Num.Sessão:	4	Num.Votação:	3	Abertura:	30/8/2005 19:17:56
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	18:53:00	Encerramento:	30/8/2005 19:21:27

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
	MT	LUIZ SOARES	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	MA	MAURO FECURY	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos NÃO :	07	Total : 50	
Votos ABST. :	00		

Primeiro-Secretário

Votos SIM : 43

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 19:21:28

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e, NÃO, 7.

Não houve abstenções.

Total: 50 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Luiz Sérgio Gama Figueira.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 183, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 183, de 2005 (nº 474/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Isnard Penha Brasil Júnior*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, os de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã e na República do Iêmen, desde que obtidos os **agréments** dos governos desses países.

Concedo a palavra à Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para leitura do parecer da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

PARECER Nº 1.546, DE 2005-CRE

A SRA.SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS. Para leitura do parecer.) – Sr. Isnard Penha Brasil Júnior, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, obteve na Comissão de Relações Exteriores 16 votos favoráveis e nenhum voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer, que é favorável. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, para uma consulta a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem.) – Segundo informação de V. Exª ao Plenário, teremos, de imediato, após a votação, o encerramento da sessão. Amanhã teremos uma sessão do Congresso, e está mantida a sessão deliberativa ordinária do Senado às 14h?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim. Está mantida. Vamos cancelar apenas a sessão do Senado Federal convocada para às 10h.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Esta está cancelada?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Teremos a sessão ordinária das 14 horas e está mantida, mais do que mantida, a sessão do Congresso Nacional, para as 11 horas, para apreciarmos os vetos e, se for a vontade do Plenário do Senado Federal, alguns créditos suplementares.

Estou pedindo o apoio do nobre Líder José Agripino para que isto efetivamente aconteça, para que possamos votar principalmente um crédito do Ministério da Defesa, que é muito importante.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação.

(Procede-se a apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM Nº 183, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ISNARD PENHA BRASIL JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMB. DO BRASIL JUNTO AO REINO DA ARÁBIA SAUDITA, E, CUMULATIVAMENTE, OS DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO SULTANATO DE OMÃ E NA REP. DO IÊMEN, DESDE QUE OBTIDOS OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DESSES PAÍSES

Num.Sessão:	4	Num.Votação:	4	Abertura:	30/8/2005 19:22:20
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	18:53:00	Encerramento:	30/8/2005 19:25:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
-	MT	LUIZ SOARES	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PMDB	MA	MAURO FECURY	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto

Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 37
Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 01

Total : 44

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 37 Srs Senadores; e, NÃO, 6.

Houve uma abstenção.

Total: 44 votos.

Está aprovado, portanto, o nome do Embaixador Isnard Penha Brasil Júnior.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fica cancelada a sessão extraordinária do Senado Federal convocada para amanhã, às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14horas , a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 937, de 2004 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004 (nº 3.846/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs

– 1.538, de 2005, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 448, de 2005), Relator: Senador Delcídio Amaral;

– 1.539, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Delcídio Amaral;

– 1.540, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, com voto contrário, em separado, do Senador Marcelo Crivella; e

– nº 1.541, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Heráclito Fortes.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

5

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea **j** ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie*.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2005 (nº 1.024/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sófia, em 10 de abril de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.523, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Flexa Ribeiro.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2005 (nº 1.322/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 1.524, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2005 (nº 1.376/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.527, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2005 (nº 1.422/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.525, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2005 (nº 632/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.526, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

Ata da 149ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Flexa Ribeiro, Pedro Simon e Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/8/2005 07:32:11 até 31/8/2005 19:37:18

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
-	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 79 Senadores

Operador: MARCOS CARNEIRO LEITE

Emissão: 31/8/2005 19:39:39

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 1.547 E 1.548, DE 2005

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).

PARECER Nº 1.547, DE 2005

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Relator: **Mozarildo Cavalcanti**

I – Relatório

Nos termos das competências estabelecidas no art. 61 da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 342, de 17 de março de 1997, submete ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei que "Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)".

O Projeto de Lei foi apreciado pela Câmara dos Deputados, protocolizado sob o nº 2.863, de 1997, onde foi preliminarmente distribuído às comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação.

A mensagem presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 18 de março de 1997 e o projeto de lei anexo à mensagem recebeu a chancela daquela Casa em 18 de junho de 1998, chegando ao Senado Federal no dia 25 de junho subseqüente.

Nesta Casa, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 26 de junho de 1998. Na Comissão, a proposição foi distribuída em 28 de outubro de 1998 ao então Senador Joel de Hollanda. Com o encerramento da legislatura e do mandato do parlamentar, o projeto de lei foi redistribuído, já em 03 de agosto de 1999, ao relator signatário.

É o relatório.

II – Voto

Em 13 de março de 1996 o Governo Brasileiro ratificou a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo – CPAQ.

Essa convenção estabelece, em seu art. 7º, a aprovação de legislação implementadora em cada Estado-Parte, com previsão de sanções a pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades por ela proibidas.

Neste sentido, a Comissão Interministerial criada pelo Poder Executivo para gerenciar a implementação da Convenção preparou o projeto de lei ora em análise, que justamente estatui sanções administrativas e tipos penais para a violação das disposições do tratado.

Com base no exposto, considerando a adequação jurídica e a boa técnica legislativa da proposição em tela, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, que "Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)".

Sala da Comissão, 28 de setembro de 1999. – **José Sarney,** Presidente – **Mozarildo Cavalcanti,** Relator – **Bernardo Cabral – Romeu Tuma – Tião Viana – Moreira Mendes – Luiz Estevão – Eduardo Suplicy – José Jorge – Mauro Miranda – José Fogaça – João Alberto – Pedro Piva.**

PARECER Nº 1.548, DE 2005

(Da Comissão De Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: **Arthur Virgílio**

Relator **ad hoc**: **José Jorge**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para análise, o PLC nº 26, de 1998, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).

Esta proposição foi submetida ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, mediante a Mensagem nº 342, de 17 de março de 1997, nas faculdades previstas no art. 61 da Constituição Federal. Na Câmara

dos Deputados, o PLC nº 26, de 1998, foi devidamente aprovado, tendo sido positivamente analisado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação. Nesta última Comissão, por proposta da Relatora Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro, foi incluída cláusula revogatória, atual art. 60 do PLC nº 26, de 1998, sendo a única modificação feita ao projeto original até então.

Nesta Casa, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou parecer em 28 de setembro de 1999, tendo o projeto, no mês seguinte, sido distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sem deliberação até o fim da última legislatura, a proposição em análise foi arquivada por força do art. 332, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Contudo, insatisfeitos com tal situação, o Senador **Aluízio Mercadante** e outros Senadores subscreveram o Requerimento nº 376, de 2003, solicitando o desarquivamento do PLC nº 26/1998, de acordo com o art. 332, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal.

Prevê a proposição medidas internas de implementação do tratado de 1993 que bane as armas químicas. Nesse sentido, a proposição propugna sanções penais ou administrativas para coibir descumprimento das obrigações assumidas pelo Estado brasileiro após a ratificação do referido tratado.

II – Análise

O Brasil aprovou a CPAQ pelo Decreto Legislativo nº 9, de 29 de fevereiro de 1996, ratificando-a em 13 de março do mesmo ano. Esse tratado entrou em vigor em 29 de abril de 1997 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 2.977, de 1º de março de 1999.

O art. VII dessa Convenção obriga o Estado Membro a tomar medidas nacionais de implementação, particularmente:

> **a**) proibir às pessoas físicas e jurídicas que se encontrem em qualquer lugar de seu território ou em qualquer outro lugar sob sua jurisdição, reconhecido pelo direito internacional, de realizarem qualquer atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção, e também promulgar leis penais referentes a essas atividades;
>
> **b**) não permitir a realização, em qualquer lugar sob seu controle, de nenhuma atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção; e
>
> **c**) fazer extensivas as leis penais promulgadas nos termos da alínea (a) a qualquer atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção realizada em qualquer lugar por pessoas físicas que possuam a sua nacionalidade, em conformidade com o direito internacional.

A fim de implementar tais disposições, o PLC nº 26, de 1998, além de ressaltar as obrigações advindas da CPAQ, tipifica dois crimes, ambos a serem apenados com reclusão de um a dez anos, a saber:

> **a**) Fazer uso de armas químicas ou realizar, no Brasil, atividades que envolvam a pesquisa, produção, estocagem, aquisição, transferência, importação ou exportação de armas químicas ou de substâncias químicas abrangidas pela CPAQ com a finalidade de produção de tais armas;
>
> **b**) contribuir, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para o uso de armas químicas ou para a realização, no Brasil ou no exterior, das atividades arroladas na alínea anterior.

Sobre o significado de armas químicas, a CPAQ, que já possui força normativa no Brasil, amplamente definidos, a partir dos critério exposto em seu art. 2º, que envolve os produtos químicos tóxicos e seus precursores, proibidos em si mesmos, por sua finalidade ou por sua quantidade; as munições e dispositivos especialmente concebidos para causar a morte ou outros danos por ação dos produtos químicos tóxicos; e todo material a ser utilizado em ligação direta com o emprego das munições e dispositivos mencionados.

Além das medidas de repressão penal, a CPAQ determina que os Estados Partes colaborem entre si e com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). Para tal propósito, deverá o Estado determinar uma Autoridade Nacional que coordenará as relações com os demais Estados e com a OPAQ. No Brasil, essa autoridade é a Comissão Interministerial para Assuntos Relativos á Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas e sua aplicação no Brasil, que fora definida pelo Decreto presidencial nº 2.074, de 14 de novembro de 1996.

O PLC nº 26, de 1998, descreve as possibilidades de sanções administrativas a serem arbitradas pela Comissão Interministerial, hipóteses condicionadas à elaboração de lei pelos termos do art. 2º, V, do Decreto nº 2.074, de 1996. Nesse sentido, em caso de haver omissões ou imprecisões de informações, ou não colaboração com a Comissão Interministerial, esta poderá aplicar advertência; multa; perda do bem envolvido na infração; suspensão do direito de comercializar, pelo prazo de seis meses a cinco anos; e cassação da habilitação para atuação no comércio, no caso de reincidência.

Conforme visto, o PLC nº 26, de 1998, é de extrema importância, pois demonstra disposição brasileira

não só de cumprir com suas obrigações internacionais, mas de ser protagonista na luta contra armas de destruição em massa.

Do ponto de vista de técnica legislativa, entretanto, cumpre destacar a inadequação do art. 6º do PLC nº 26/1998 com o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998 (com a nova redação gerada pela Lei Complementar nº 107, de 2001).

O art 9º da LC nº 95/1998 determina que cláusulas de revogação devem enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas, o que não o faz o art. 6º do PLC nº 26/1998, quando admite revogação geral a disposições contrárias a seus termos. Portanto, o art. 6º do PLC nº 26/1998 deve ser suprimido, pois constitui desajuste com a boa técnica legislativa e revela-se desnecessário. Tal supressão, como não afeta a substância do PLC nº 26/1998, deve ser concretizada por meio de emenda de redação.

III – Voto

Assim, à vista do exposto, diante a constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, opinamos pela aprovação do PLC nº 26, de 1998, com a seguinte Emenda de redação.

EMENDA Nº 1 – CCJ
(ao PLC nº 26, de 1998)

Suprima-se o art. 6º do PLC nº 26/1998

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2005

, Presidente

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1998
(Nº 2.863/97, na Casa de origem)

"Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional, sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)".

EMENDA Nº 2–CCJ

Onde se lê "verdade" no inciso I do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97 na Casa de origem), leia-se "vedada", passando referido inciso a ter a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I – realizará, no Brasil, atividade vedada pela Convenção Internacional, sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ);

(...)"

Justificação

A Emenda em questão visa tão-somente corrigir um erro de redação constante no inciso I, do art. 1º do Projeto em questão, de forma a substituir a palavra "verdade" por "vedada", em razão de erro de grafia constante do Projeto, que pode ser observado na simples leitura do texto.

Sala das Comissões, – **Antonio Carlos Valadares.**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1998
(Nº 2.863/97, na Casa de origem)

"Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional, sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)".

EMENDA Nº 3 – CCJ

Onde se lê "Comissões" no **caput** do art. 3º Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97 na Casa de origem), leia-se "Omissões", passando-se a seguinte redação:

"Art. 3º Omissões ou imprecisões de informação, bem como não colaboração com a Comissão Interministerial no exercício de suas funções legais, constituem infração administrativa, ficando o infrator sujeito às seguintes penalidades:

(...)"

Justificação

A Emenda em questão visa tão-somente corrigir um erro de redação constante no **caput** do art. 3º do Projeto em questão, de forma a substituir a palavra "Comissões" por "Omissões", em razão de erro de grafia constante do Projeto, que pode ser observado na simples leitura do texto.

Sala das Comissões, – Senador **Antonio Carlos Valadares.**

IV – Decisão da Comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, decide pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, com as seguintes Emendas:

EMENDA Nº 1-CCJ

Suprima-se o art. 6º do PLC nº 26/1998.

EMENDA Nº 2-CCJ

Onde se lê "verdade" no inciso I do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97 na Casa de origem), leia-se "vedada", passando referido inciso a ter a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I – realizará, no Brasil, atividade vedada pela Convenção Internacional, sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ);

EMENDA Nº 3-CCJ

Onde se lê "Comissões" no **caput** do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97 na Casa de origem), leia-se "Omissões", passando-se à seguinte redação:

"Art. 3º Omissões ou imprecisões de informação, bem como não colaboração com a Comissão Interministerial no exercício de suas funções legais, constituem infração administrativa, ficando o infrator sujeito às seguintes penalidades:

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC **Nº** 26 **DE** 1998

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: "AD HOC": Sen. JOSÉ JORGE	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR "AD HOC")	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL (SEM VOTO)
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO (SEM VOTO)
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.
(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

DECRETO Nº 2.977, DE 1º DE MARÇO DE 1999

Promulga a Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo, assinada em Paris, em 13 de janeiro de 1993.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição,
Considerando que a Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo, foi assinada em Paris, em 13 de janeiro de 1993.

Considerando que o ato multilateral em epígrafe foi oportunamente submetido ao Congresso Nacional, que o aprovou por meio do Decreto Legislativo nº 9, de 29 de fevereiro de 1996;

Considerando que a Convenção em tela entrou em vigor internacional em 29 de abril de 1997;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o Instrumento de Ratificação da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo, em 13 de março de 1996, passando a mesma a vigorar, para o Brasil, em 29 de abril de 1997;

Decreta:

Art. 1º A Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo, assinada em Paris, em 13 de janeiro de 1993, apensa por cópia a este Decreto, deverá ser executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

CONVENÇÃO SOBRE A PROIBIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO, ESTOCAGEM E USO DE ARMAS QUÍMICAS E SOBRE A DESTRUIÇÃO DAS ARMAS QUÍMICAS EXISTENTES NO MUNDO
NAÇÕES UNIDAS – 1993.

.....

Artigo VII
Medidas Nacionais de Implementação

Obrigações Gerais

1. Cada Estado–Parte adotará, em conformidade com seus procedimentos constitucionais, as medidas necessárias para cumprir as obrigações assumidas em virtude da presente Convenção. Em particular:

a) Proibirá às pessoas físicas e jurídicas que se encontrem em qualquer lugar de seu território ou em qualquer outro lugar sob sua jurisdição, reconhecido pelo direito internacional, de realizarem qualquer atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção, e também promulgará leis penais referentes a essas atividades;

b) Não permitirá a realização, em qualquer lugar sob seu controle, de nenhuma atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção; e

c) Fará extensivas as leis penais promulgadas nos termos do subparágrafo (a) a qualquer atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção realizada em qualquer lugar por pessoas físicas que possuam a sua nacionalidade, em conformidade com o direito internacional.

2. Cada Estado-Parte colaborará com os outros Estados-Partes e prestará a modalidade adequada de assistência jurídica para facilitar a implementação das obrigações decorrentes do parágrafo 1.

3. Cada Estado-Parte, na implementação das obrigações que tenha assumido em virtude desta Convenção, atribuirá a mais alta prioridade à garantia da segurança das pessoas e da proteção do meio ambiente, e colaborará neste sentido, da forma adequada, com os outros Estados-Partes.

Relações entre os Estados-Partes e a Organização

4. Com o objetivo de cumprir as obrigações assumidas em virtude desta Convenção, cada Estado-Parte designará ou estabelecerá uma Autoridade Nacional, que constituirá o centro nacional de coordenação encarregado de manter um enlace efetivo com a Organização e com os demais Estados-Partes. Cada Estado-Parte notificará à Organização sobre sua Autoridade Nacional no momento da entrada em vigor desta Convenção para ele.

5. Cada Estado-Parte informará à Organização sobre as medidas legislativas e administrativas que tenha adotado para implementar esta Convenção.

6. Cada Estado-Parte considerará confidencial e tratará de maneira especial a informação e os dados que receber confidencialmente da Organização com referência à implementação desta Convenção. Tratará essa informação e esses dados exclusivamente em relação aos direitos e obrigações decorrentes desta Convenção e em conformidade com as disposições estabelecidas no Anexo sobre Confidencialidade.

7. Cada Estado-Parte compromete-se a colaborar com a Organização no exercício de todas suas funções e, em particular, a prestar assistência à Secretaria Técnica.

.....

DECRETO Nº 2.074,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996

Cria a Comissão Interministerial para a aplicação dos dispositivos da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento. Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ) e elenca as obrigações e deveres decorrentes da CPAQ.

.....

Art. 2º São atribuições da Comissão Interministerial:

.....

V – eventual realização de visitas de verificação, com vistas à conferência das informações fornecidas, em instalações industriais ou de qualquer espécie, em caso de não colaboração com a Comissão Interministerial no exercício de suas funções legais;

.....

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1996

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo, assinada pelo Brasil em 13 de janeiro de 1993.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto
Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Mensagem de veto nº 393

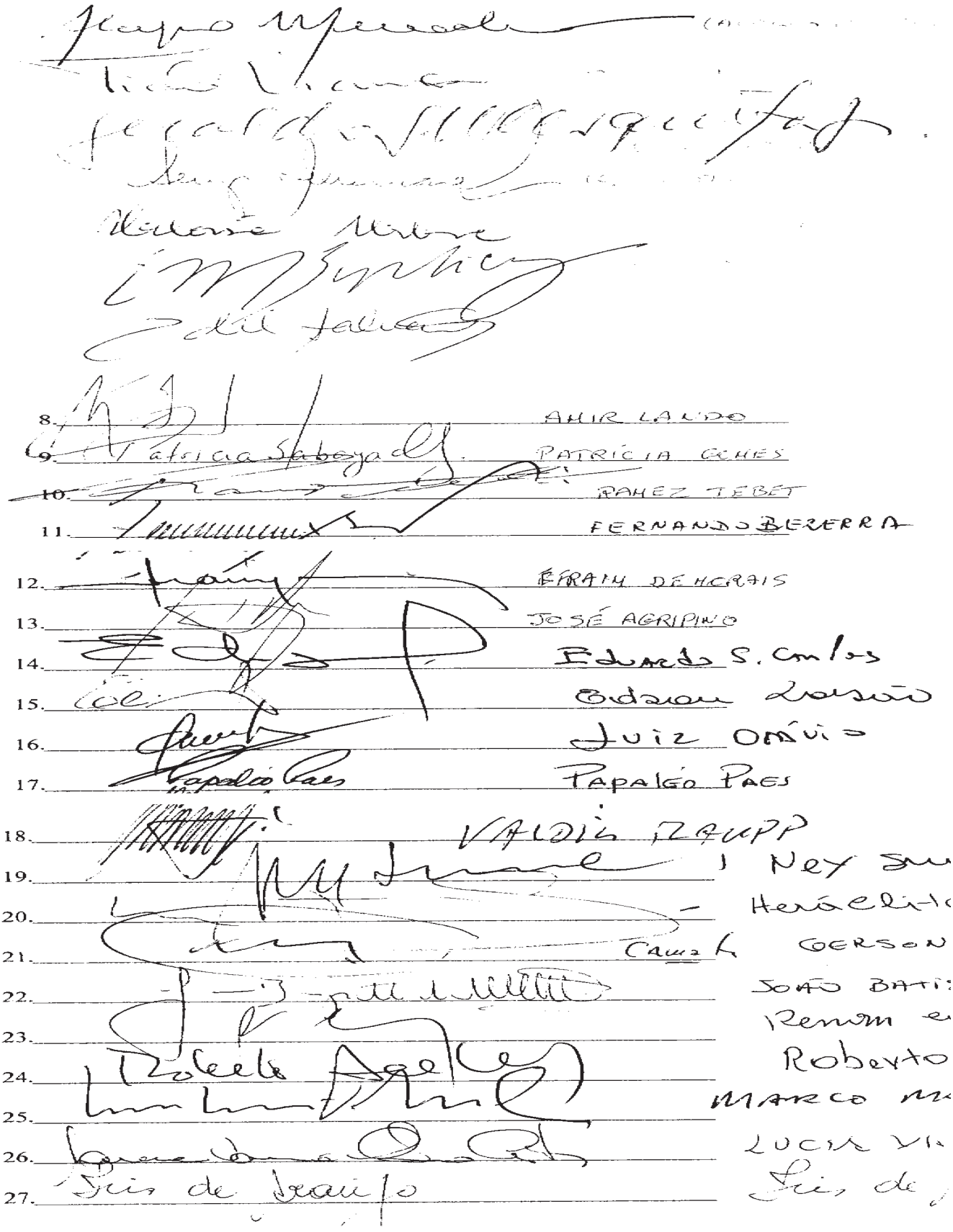
.....

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2003

Nos termos do **§** 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, que "estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção internacional sobre a proibição do desenvolvimento, produção, estocagem e uso das armas químicas e sobre a destruição das armas químicas existentes no mundo (CPAQ)".

Sala das Sessões, 22 de abril de 2003.



8. AMIR LANDO
9. PATRÍCIA GOMES
10. RAMEZ TEBET
11. FERNANDO BEZERRA
12. EFRAIM DE MORAIS
13. JOSÉ AGRIPINO
14. Eduardo S. Carlos
15. Edison Lobão
16. Luiz Otávio
17. Papaléo Paes
18. VALDIR RAUPP
19. Ney Su
20. Heráclito
21. Camara GERSON
22. JOÃO BATI
23. Renan e
24. Roberto
25. MARCO M
26. LUCIA VI
27. Luis de Araujo Luis de

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Nos termos das competências estabelecidas no art. 61 da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 342, de 17 de março de 1997, submete ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei que "Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)".

O Projeto de Lei, protocolado sob o nº 2.863, de 1997, foi apreciado pela Câmara dos Deputados, onde foi preliminarmente distribuído às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação.

A mensagem presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 18 de março de 1997 e o projeto de lei, anexo à mensagem, recebeu a chancela daquela Casa em 18 e junho de 1998, chegando ao Senado Federal logo a seguir, em 25 de junho.

Nesta Casa, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 26 de junho de 1998. Na Comissão, a proposição foi distribuída em 28 de outubro do mesmo ano ao então Senador Joel de Hollanda. Com o encerramento da legislatura e do mandato do parlamentar, o projeto de lei foi redistribuído, já em 3 de agosto de 1999, ao Senador Mozarildo Cavalcante, que teve seu parecer aprovado em 28 de setembro de 1999.

No dia 7 de outubro seguinte, a matéria seguiu para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, no dia 14 de março de 2000, foi distribuída a este relator signatário.

É o relatório.

II – Voto

Em 13 de março de 1996, o Governo Brasileiro ratificou a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo – CPAQ.

Essa convenção estabelece, em seu art. 7º, a aprovação de legislação implementadora em cada Estado-Parte, com previsão de sanções a pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades por ela proibidas.

Para implementar essa disposição convencional, a Comissão Interministerial criada pelo Poder Executivo para gerenciar a implementação da Convenção preparou o projeto de lei ora em análise, que justamente estatui sanções administrativas e tipos penais para a violação das disposições do tratado.

Cuida-se de uma peça legislativa que atende com precisão ao requisito do tratado internacional, além de dotar-se de adequação jurídica e boa técnica legislativa. Destarte, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998, que "Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)".

Sala da Comissão, – **Romeu Tuma**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Nos termos das competências estabelecidas no art. 61 da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 342, de 17 de março de 1997, submete ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei que "estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)".

O Projeto de Lei foi apreciado pela Câmara dos Deputados, onde foi preliminarmente distribuído.

A mensagem presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 18 de março de 1997 e o projeto de lei, anexo à mensagem, recebeu a chancela daquela Casa em 18 e junho de 1998, após aprovação prévia das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação. Em 25 de junho de 1998 a proposição foi encaminhada ao Senado Federal.

Nesta Casa, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 26 de junho de 1998. Na Comissão, a proposição foi distribuída em 28 de outubro do mesmo ano ao então Senador Joel de Hollanda. Com o encerramento da legislatura e do mandato do parlamentar, o projeto de lei foi redistribuído, já em 3 de agosto de 1999, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que teve seu parecer aprovado em 28 de setembro de 1999.

No dia 7 de outubro seguinte, a matéria seguiu para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, no dia 14 de março de 2000, foi distribuída ao Senador Romeu Tuma para relatar.

Restando por todo esse período sem apreciação pelo colegiado da CCJ, o projeto foi destinado ao arquivo, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, sendo comunicado o feito ao Plenário do Senado Federal e à Câmara dos Deputados, em 16 de janeiro de 2003.

Entretanto, inconformados, e tendo por base o § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Aloizio Mercadante, eu próprio e outros senhores Senadores apresentamos requerimento para desarquivamento da proposição em tela. Com a aprovação do mesmo em 22 de maio de 2003, foi a proposição encaminhada novamente à esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde fui designado relator da matéria.

II – Análise

Em 13 de março de 1996, o Governo Brasileiro ratificou a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (CPAQ).

Essa convenção estabelece, em seu art. 70, a aprovação de legislação implementadora em cada Estado-Parte, com previsão de sanções a pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades por ela proibidas.

Para implementar essa disposição convencional, a Comissão Interministerial criada pelo Poder Executivo para gerenciar a implementação da Convenção preparou o projeto de lei ora em análise, que justamente estatui sanções administrativas e tipos penais para a violação das disposições do tratado.

III – Voto

Cuida-se de uma peça legislativa que atende com precisão ao requisito do tratado internacional já ratificado pelo Brasil, além de dotar-se de adequação jurídica e boa técnica legislativa. Motivo pelo qual opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998.

Sala da Comissão, – **Tião Viana.**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para análise, o PLC nº 26, de 1998, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).

Esta proposição foi submetida ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, mediante a Mensagem nº 342, de 17 de março de 1997, nas faculdades previstas no art. 61 da Constituição Federal. Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 26, de 1998, foi devidamente aprovado, tendo sido positivamente analisado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação. Nesta última Comissão, por proposta da Relatora Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro, foi incluída cláusula revogatória, atual art. 6º do PLC nº 26, de 1998, sendo a única modificação feita ao projeto original até então.

Nesta Casa, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou parecer em 28 de setembro de 1999, tendo o projeto, no mês seguinte, sido distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sem deliberação até o fim da última legislatura, a proposição em análise foi arquivada por força do art. 332, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Contudo, insatisfeitos com tal situação, o Senador Aloizio Mercadante e outros Senadores subscreveram o Requerimento nº 376, de 2003, solicitando o desarquivamento do PLC nº 26/1998, de acordo com o art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Prevê a proposição medidas internas de implementação do tratado de 1993 que bane as armas químicas. Nesse sentido, a proposição propugna sanções penais ou administrativas para coibir descumprimento das obrigações assumidas pelo Estado brasileiro após a ratificação do referido tratado.

II – Análise

O Brasil aprovou a CPAQ pelo Decreto Legislativo nº 9, de 29 de fevereiro de 1996, ratificando-a em 13 de março do mesmo ano. Esse tratado entrou em vigor em 29 de abril de 1997 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 2.977, de 1º de março de 1999.

O art. VII dessa Convenção obriga o Estado-Membro a tomar medidas nacionais de implementação, particularmente:

> **a**) proibir às pessoas físicas e jurídicas que se encontrem em qualquer lugar de seu território ou em qualquer outro lugar sob sua jurisdição, reconhecido pelo direito internacional, de realizarem qualquer atividade proi-

bida a um Estado-Parte por esta Convenção, e também promulgar leis penais referentes a essas atividades;

b) não permitir a realização, em qualquer lugar sob seu controle, de nenhuma atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção; e

c) fazer extensivas as leis penais promulgadas nos termos da alínea (**a**) a qualquer atividade proibida a um Estado-Parte por esta Convenção realizada em qualquer lugar por pessoas físicas que possuam a sua nacionalidade, em conformidade com o direito internacional.

A fim de implementar tais disposições, o PLC nº 26, de 1998, além de ressaltar as obrigações advindas da CPAQ, tipifica dois crimes, ambos a serem apenados com reclusão de um a dez anos, a saber:

a) fazer uso de armas químicas ou realizar, no Brasil, atividades que envolvam a pesquisa, produção, estocagem, aquisição, transferência, importação ou exportação de armas químicas ou de substâncias químicas abrangidas pela CPAQ com a finalidade de produção de tais armas;

b) contribuir, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, para o uso de armas químicas ou para a realização, no Brasil ou no exterior, das atividades arroladas na alínea anterior.

Sobre o significado de armas químicas, a CPAQ, que já possui força normativa no Brasil, amplamente definidos, a partir dos critério exposto em seu art. 2º, que envolve os produtos químicos tóxicos e seus precursores, proibidos em si mesmos, por sua finalidade ou por sua quantidade; as munições e dispositivos especialmente concebidos para causar a morte ou outros danos por ação dos produtos químicos tóxicos; e todo material a ser utilizado em ligação direta com o emprego das munições e dispositivos mencionados.

Além das medidas de repressão penal, a CPAQ determina que os Estados-Partes colaborem entre si e com a Organização para a Proibição de Asmas Químicas (OPAQ). Para tal propósito, deverá o Estado determinar uma Autoridade Nacional que coordenará as relações com os demais estados e com a OPAQ. No Brasil, essa autoridade é a Comissão Interministerial para Assuntos Relativos à Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas e sua aplicação no Brasil, que fora definida pelo Decreto presidencial nº 2.074, de 14 de novembro de 1996.

O PLC nº 26, de 1998, descreve as possibilidades de sanções administrativas a serem arbitradas pela Comissão Interministerial, hipóteses condicionadas à elaboração de lei pelos termos do art. 2º, V, do Decreto nº 2.074, de 1996. Nesse sentido, em caso de haver omissões ou imprecisões de informações, ou não colaboração com a Comissão Interministerial, esta poderá aplicar advertência; multa; perda do bem envolvido na infração; suspensão do direito de comercializar, pelo prazo de seis meses a cinco anos; e cassação da habilitação para atuação no comércio, no caso de reincidência.

Conforme visto, o PLC nº 26, de 1998, é de extrema importância, pois demonstra disposição brasileira não só de cumprir com suas obrigações internacionais, mas de ser protagonista na luta contra armas de destruição em massa.

III – Voto

Assim, à vista do exposto, diante a constitucionalidade, juridicidade, adequação regimental e boa técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PLC nº 26, de 1998.

Sala da Comissão, **Arthur Virgílio,** Relator.

PARECERES Nºs 1.549 E 1.550, DE 2005

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

PARECER Nº 1.549, DE 2005

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator**:** Senador **José Jorge**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise e decisão, o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, de autoria do Deputado Celso Russomano, que propõe a inclusão do peso entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor no momento da oferta do produto.

O art. 1º do projeto propõe a seguinte redação para o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC:

> Art. 31. A oferta e a apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, peso, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.(NR)

Ao justificar o projeto de lei, o autor ponderou sobre a importância do aludido art. 31 do CDC e a omissão da informação sobre o peso dos produtos no texto, além de mencionar a prática da "maquiagem" de produtos.

Posteriormente, o mérito da proposição será apreciado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

II – Análise

A esta Comissão cumpre pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto de lei em questão e emitir parecer quanto ao mérito.

No que se refere à constitucionalidade, note-se que a proposta trata de assunto da competência legislativa da União. A análise do assunto em pauta encontra-se entre as atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no art. 48 da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é legítima (CF, art. 61). O projeto de lei não está eivado de vício de inconstitucionalidade nem de injuridicidade.

Relativamente ao mérito, observe-se que a proposição consiste tão-somente em propor o acréscimo do vocábulo "peso" a redação atual do referido art. 31. Em outras palavras, como já citado na ementa, o objetivo da proposição é incluir o peso nas informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação do produto.

Ademais, é de realçar que o projeto de lei sob comento vem contribuir para o combate à "maquiagem" adotada por diversos segmentos de produtores, prática que consiste na redução do volume, peso ou quantidade contida nas embalagens para encobrir a majoração de preços. Tal conduta lesa o consumidor, porquanto mantém as mesmas características apresentadas na sua embalagem tradicional, mas com a redução do peso, sem a correspondente diminuição de preço.

Saliente-se que o PLC nº 53, de 2004, está em perfeita consonância com os seguintes princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, a saber: o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado (CDC, art. 4º, inciso I); a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, com fundamento na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores (CDC, art. 4º, inciso III); e a coibição e a repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado (CDC, art. 4º, inciso VI). Essa Política objetiva também a transparência e a harmonia das relações de consumo.

Como se depreende, a "maquiagem" de produtos, sem aviso ao consumidor e sem a correspondente redução de preços, constitui ofensa ao princípio da boa-fé (CDC, art. 4º, inciso III). Portanto, a "maquiagem" adotada pelas empresas contraria os arts. 4º, inciso III; e 31 do Código de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o advento do Código de Defesa do Consumidor, decorrente de mandamento constitucional, promove a tutela efetiva ao consumidor, sobretudo o mencionado art. 31, que dispõe sobre o dever de informar por parte do fornecedor. Cumpre-nos, por conseguinte, enfatizar que o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, vem aperfeiçoar o Código de Defesa do Consumidor ao incluir a informação sobre o peso dos produtos no art. 31.

No entanto, cabe adequar a redação da ementa ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Para tanto, oferecemos uma emenda de redação.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, com a emenda a seguir indicada.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

> "Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir o peso entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação do produto."

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2004.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC **Nº** 53 **DE** 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15 / 12 / 2004 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR : SENADOR JOSÉ JORGE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPLICY
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO (PRESIDENTE)	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

Atualizada em: 12/03/2004

PARECER Nº 1.550, DE 2005,

(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalizaçãoe Controle)

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (PL nº 6.100, de 2002, na Casa de origem), de iniciativa do ilustre Deputado Celso Russomanno, que pretende indicar o peso do produto entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor.

Para tanto, é proposta a alteração do art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), com a finalidade de acrescentar ao seu texto o vocábulo "peso".

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada, por unanimidade, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Recebeu parecer, também unânime, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com substitutivo.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, o projeto de lei sob estudo foi encaminhado ao Senado Federal, em 5 de agosto de 2004.

Em 15 de dezembro de 2004, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa legislativa o aprovou, com uma emenda. De acordo com essa alteração, a ementa do projeto ficou assim redigida: "Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir o peso entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação do produto."

O projeto, inicialmente remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e á Comissão de Assuntos Econômicos, foi reencaminhado a esta Comissão em razão da promulgação da Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2005.

II – Análise

Compete a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, em conformidade com o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela referida Resolução nº 1, de 2005.

Recorde-se que o art. 31 do CDC exige do fornecedor o dever de informar adequadamente o consumidor. A proposta em apreciação pretende tornar obrigatória, no momento da oferta, a informação correta, clara, precisa e ostensiva sobre o peso do produto, contribuindo para que o consumidor possa melhor avaliar a sua decisão de adquiri-lo. Cabe ressaltar que essa informação reduz o risco de o consumidor "cair" no ardil da "maquiagem" de produtos, que causa prejuízo a ele, pois oculta a majoração de preços, mediante a diminuição do peso, volume ou quantidade contida no recipiente ou invólucro do produto, sem a respectiva redução de preço.

A lei deve criar condições para que procedimento lesivo ao consumidor não ocorra. Vê-se que a proposição caminha nesse sentido; por isso, deve ser acolhida, inclusive porque protege toda a coletividade e resgata a ética e o interesse social.

Por conseguinte, é relevante e meritório o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, porquanto beneficia o maior número possível de consumidores, principalmente os mais humildes, de menor poder aquisitivo e menos preparados para avaliar as condições que permeiam o ato de consumo.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, com a emenda proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC **Nº** 53 **DE** 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23 / 08 / 2005 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE :	
RELATOR :	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
GILBERTO GOELLNER – PFL	3- VAGO
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-VAGO
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 16/08/2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento:

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas:

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI **–** criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV **–** fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

.....

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

.....

III – harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV – educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

.....

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (PL nº 6.100, de 2002, na Casa de origem), de iniciativa do ilustre Deputado Celso Russomanno, que pretende indicar o peso do produto entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor.

Para tanto, é proposta a alteração do art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), com a finalidade de acrescentar ao seu texto o vocábulo "peso".

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada, por unanimidade, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Recebeu parecer, também unânime, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com substitutivo.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, o projeto de lei sob estudo foi encaminhado ao Senado Federal, em 5 de agosto de 2004.

Em 15 de dezembro de 2004, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa legislativa o aprovou, com uma emenda. De acordo com essa alteração, a ementa do projeto ficou assim redigida: "Altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de li de setembro de 1990, para incluir o peso entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação do produto."

II – Análise

Compete a esta Comissão a análise do mérito da proposição, no que concerne aos aspectos econômico e financeiro, em conformidade com o disposto no art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Recorde-se que o art. 31 do CDC exige do fornecedor o dever de informar adequadamente o consumidor. A proposta em apreciação pretende tomar obrigatória, no momento da oferta, a informação correta, clara, precisa e ostensiva sobre o peso do produto, contribuindo para que o consumidor possa melhor avaliar a sua decisão de adquiri-lo. Cabe ressaltar que essa informação reduz o risco de o consumidor "cair" no ardil da "maquiagem" de produtos, que causa prejuízo a ele, pois oculta a majoração de preços, mediante a diminuição do peso, volume ou quantidade contida no recipiente ou invólucro do produto, sem a respectiva redução de preço.

A lei deve criar condições para que procedimento lesivo ao consumidor não ocorra. Vê-se que a proposição caminha nesse sentido; por isso, deve ser acolhida, inclusive porque protege toda a coletividade e resgata a ética e o interesse social.

Câmara nº 53, de 2004, porquanto beneficia o maior número possível de consumidores, principalmente os mais humildes, de menor poder aquisitivo e menos preparados para avaliar as condições que permeiam o ato de consumo.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004.

Sala da Comissão, – **Valdir Raupp.**

PARECERES Nºs 1.551 E 1.552, DE 2005

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências.

PARECER Nº 1.551, DE 2005

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, (Projeto de Lei nº 4.183-E, de 2004, na origem), que visa à criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com natureza jurídica de autarquia, através da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), criado como autarquia em regime especial e organizado sob a forma de Centro Federal de Educação Tecnológica pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Na Exposição de Motivos que acompanha a proposição, oriunda do Poder Executivo, destacam-se os seguintes argumentos em prol da iniciativa:

> No decorrer de duas décadas e meia, o Cefet-PR destacou-se dos demais Cefet que se originaram da transformação de Escolas Técnicas Federais, particularmente pelo notável incremento ocorrido em suas atividades de ensino em nível de pós-graduação e nas atividades de pesquisa aplicada e extensão no campo tecnológico. Esta é fundamentalmente

a característica que passou a diferenciá-lo, aproximando-o do modelo de Universidade Especializada introduzido pela Lei de Diretrizes e Bases em seu art. 52, e descrito no § 2º do art. 8º do Decreto nº 3.860, de 2001.

Hoje, o Cefet-PR conta com cerca de 12.500 alunos regulares, 1.300 docentes, 560 técnicos administrativos, distribuídos em sete unidades no Estado do Paraná (Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco, Cornélio Procópio e Dois Vizinhos), oferecendo cursos nos vários níveis da educação tecnológica, incluindo cursos de pós-graduação de **lato sensu** e **stricto sensu**.

Essa expansão deve ser creditada o esforço da Instituição na capacitação de seus recurso humanos, contando hoje com mais de 150 doutores, 500 mestres e 700 especialistas dentre os membros de seu corpo docente. Acrescente-se que, atualmente, mais de 130 docentes encontram-se em programas de doutorado e 100 em programas de mestrado. Ao lado da progressiva capacitação de seus recursos humanos, o CFET-PR buscou também ampliar e consolidar sua infra-estrutura de equipamentos, o que lhe permitiu gerar significativos benefícios à comunidade em que está inserido.

A Universidade será vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, e gozará de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Terá, além disso, por finalidade, o desenvolvimento da educação tecnológica, a aplicação da tecnologia como ciência do trabalho produtivo e a pesquisa de soluções tecnológicas, desenvolvendo mecanismos de gestão e tecnologia a fim de oferecer soluções inovadoras para problemas sociais no âmbito local e regional.

A novel universidade contará com a ministração, em nível superior, de cursos de graduação e pós-graduação, bem como cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, além de ministrar cursos de nível médio para a formação de técnicos e de desenvolver atividades de extensão em articulação com o setor produtivo e com os segmentos sociais.

O projeto informa, ainda, não só os princípios e objetivos desse novo modelo de universidade, mas também promove o transporte de recursos e de pessoal da atual instituição para a nova, na mesma situação funcional anterior, de modo a praticamente não importar em incremento de despesas para a União.

Na sua tramitação pela Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada por quatro comissões técnicas – a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a Comissão de Educação e Cultura, a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No Senado Federal, foi distribuída à CCJ e à comissão de mérito, a Comissão de Educação.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

II – Análise

A matéria versada na proposição se insere na competência privativa da União, por força do art. 22, XXIV, da Constituição da República.

Assim, é, de fato, lei federal a espécie normativa adequada à sua veiculação.

Ademais, a proposição obedece a boa técnica legislativa e a padrão de correção de linguagem compatível com um texto legal.

Atendida está, igualmente, nos termos do art. 61 § 1º, II, **a** e **e** da Constituição Federal, a exigência de reserva temática de iniciativa na matéria, tendo sido a proposição encetada corretamente pelo chefe do Poder Executivo.

Seu mérito é também indiscutível, ao dar conseqüência ao preceito de regência da matéria, a saber, o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação, **verbis**:

> Art. 52. .....
> .....
> Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

De fato, a nova universidade já conta com 12.500 alunos, 1.300 docentes, 560 técnicos administrativos, distribuídos em várias unidades e "campi" do Paraná (Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco, Cornélio Procópio e Dois Vizinhos).

Ostenta excelência em seus cursos de graduação e pós-graduação, dispondo de como docente com mais de 73% de mestres e doutores, estando, pois, perfeitamente credenciada a se tomar a primeira universidade tecnológica do Brasil.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 35 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: Senador Eduardo Azeredo	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO (Relator)
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)*	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.
(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

PARECER Nº 1.552, DE 2005

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 35, de 2005 (PL nº 4.183, de 2004, na Câmara dos Deputados), por meio do qual o Poder Executivo cria a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – com natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar –, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET – PR).

Os arts. 2º a 4º do projeto definem os princípios, a finalidade e os objetivos norteadores das atividades da instituição. Pautando-se pela formação de recursos humanos, valorização da liderança empreendedora, fomento à tecnologia como meio de construção da cidadania e da democracia, e desenvolvimento cultural e intelectual associado à tríade ensino-pesquisa-extensão, a UTFPR primará pela oferta de ensino, em cursos que vão do ensino médio, adstrito à formação de técnicos, até a pós-graduação, passando pela realização de pesquisas aplicadas em educação tecnológica e de atividades de extensão articuladas com a sociedade, com vistas ao desenvolvimento da educação tecnológica e à produção de soluções para o enfrentamento de problemas locais e regionais.

As prescrições acerca da estrutura e do funcionamento da UTFPR, por seu turno, foram inseridas nos arts. 5º a 13 da proposição. De acordo com esses dispositivos:

> **a**) a Universidade será regida, até que seja aprovado o seu estatuto, pelo do CEFET – PR (art. 5º, parágrafo único);
>
> **b**) os cursos ministrados nas unidades do CEFEI – PR, bem como os alunos neles regularmente matriculados, serão transferidos à UTFPR, que passará a contar: com os cargos e funções do quadro de pessoal daquela escola (arts. 6º e 7º), via redistribuição, e, ainda, com os bens e direitos integrantes do patrimônio do CEFFT – PR, os quais lhe serão transmitidos sem reservas ou condições (art. 10);
>
> **c**) os cargos de Diretor e Vice-Diretor do CEFET – PR são transformados em cargos de Reitor e Vice-Reitor, respectivamente, cabendo ao primeiro, juntamente com o conselho universitário, cujas competências e composição serão definidas em estatuto, a administração superior da Universidade (arts. 8º e 9º). Enquanto não for implantada a nova estrutura, o Reitor e o Vice-Reitor serão designados **pro tempore** pelo Ministro da Educação (art. 13);
>
> **d**) o financiamento da Universidade advirá de dotações consignadas no Orçamento Geral da União, auxílios e subvenções, recursos oriundos de contratos celebrados com terceiros, receitas de serviços prestados a terceiros, dentre outras fontes (art. I1), ressalvando-se, em relação ao exercício em que for aprovada a lei, a utilização do orçamento aprovado em favor do CEFET – PR, ficando o Poder Executivo autorizado a efetuar as transferências devidas.

Por último, ao passo que os arts. 14 e 15 definem o conteúdo do estatuto da Universidade e providências complementares para a sua elaboração e aprovação, o art. 16 da proposição estabelece que a lei terá vigência a partir da data de sua publicação.

Para justificar a transformação em exame, são arroladas, essencialmente: as condições reunidas pelo CEFET – PR – em termos de história, vocação e excelência de suas atividades, com destaque para o incremento do ensino de pós-graduação, da pesquisa aplicada e da extensão no campo tecnológico –; o seu caráter **multicampi**, que permite atender 12.500 alunos regulares, e a disponibilidade de como docente altamente qualificado, formado por 1.300 docentes, dos quais 150 são doutores e 500, mestres, e cerca de 230, mestrandos e doutorandos.

Além disso, enfatiza-se a posição de vanguarda do CEFET – PR na educação tecnológica do País, e que poderá tomar-se mais destacada com a autonomia administrativa e pedagógica e o maior acesso aos órgãos de fomento à pesquisa.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada com emendas – de ordem técnica, para correção de impropriedades – apresentadas ao longo da tramitação nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No âmbito do Senado Federal, a proposição logrou aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, encaminhada a esta Comissão de Educação, não recebeu emendas.

II – Análise

Constitui objeto do PLC nº 35, de 2005, originário do Poder Executivo (Projeto de Lei nº 4.183, de 2004), a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em universidade.

Desse modo, ao envolver a criação de órgão da administração pública, a matéria se inscreve entre as reservadas à iniciativa do Presidente da República, conforme o art. 61, § 1º, Inciso II, alíneas **a** e **e**, da Constituição Federal.

A propósito, o art. 48, XI, da Carta Magna, legitima o Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a dispor sobre todas as matérias da competência da União, cabendo a esta Comissão de Educação, por seu turno, de conformidade com o art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca das proposições que versem sobre educação, cultura, ensino e desporto, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação, entre outros assuntos.

No que respeita à legislação educacional, a criação da UTFPR obedece ao disposto no art. 52, e parágrafo único, da Lei nº 9.394, de 1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define a universidade como instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, facultando, ainda, a criação de universidades especializadas por campo do saber.

No que concerne ao mérito, é de se destacar que, a despeito de sediar a Universidade Federal do Paraná, a primeira instituição universitária brasileira, o Estado do Paraná tem tido acesso deveras limitado aos investimentos federais no setor e, por isso, tem sido instado a suprir a deficiência de vagas na educação superior por meio das seis universidades estaduais que mantém. Com efeito, a presença de mais uma universidade federal no Estado será muito bem-vinda.

Com histórico de atividades bem-sucedidas no ensino, na pesquisa e na extensão, princípio basilar da universidade, o CEFET – PR goza de condições suficientes para a transformação alvitrada, sem maiores custos. A entidade dispõe, hoje, de como docente altamente qualificado, tem uma produção intelectual considerável e desenvolve atividades de extensão expressivas, superando, nesses aspectos, muitas instituições universitárias em funcionamento no País. Com estrutura multicampi, a UTFPR poderá iniciar atividades com um corpo discente composto de mais de doze mil alunos distribuídos pela sede, em Curitiba, e pelos campi de Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco, Cornélio Procópio e Dois Vizinhos.

Em relação às mudanças decorrentes da transformação do CEFET – PR em universidade, vale mencionar a ampliação da autonomia administrativa, financeira e didático-científica, na forma do art. 53 da LDB, o que conferirá poderes à instituição para: auto-organizar-se, em consonância com as normas atinentes à elaboração de estatuto e regimento; criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, definindo os respectivos currículos e número de vagas anuais; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; e conferir graus, diplomas e outros títulos, além das demais prerrogativas outorgadas às instituições com o *status* de universidade.

Por tudo isso, a proposição, que atende reivindicação originária da comunidade acadêmica do CEFET – PR, encerra medida de justiça com uma das mais importantes instituições de ensino do País, concretizando uma aspiração de toda a comunidade paranaense, a merecer, portanto, a acolhida desta Comissão.

Por fim, é de suscitar, no que respeita à técnica legislativa empregada, que a proposição atende à Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei nº 107, de 2001, carecendo, entretanto, de reparos afetos ao léxico (uso indevido: da contração "na" como parte da expressão "com vistas à" constante do art. 4º, I, **b**; e do pronome "lhes" em lugar de "lhe" nos incisos I e II do art. 11), o que pode ser feito à oportunidade da redação final.

III – Voto

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 035/05 NA REUNIÃO DE 23/08/05 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Sen. Gerson Camata

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI
PMDB	
WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS RELATOR	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

.....

b) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII – firmar contratos, acordos e convênios;

VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II – ampliação e diminuição de vagas;

III – elaboração da programação dos cursos;

IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V – contratação e dispensa de professores;

VI – planos de carreira docente.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

PARECER Nº 1.553, DE 2005

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 143, de 2001 (nº 4.123/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 190/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC nº 009.580/99-9).

Relator: Senador **Osmar Dias**

Vem a esta Comissão o Aviso nº 143, de 2001 (Aviso nº 4123-SGS-TCU, de 8-8-200 1, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 190/2001, aprovado pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 8-8-2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC nº 009.580/99-9) para apuração de indícios de irregularidades verificadas na contratação direta de empresa de consultoria para efetuar a revisão do projeto de engenharia e a supervisão das obras de restauração de trechos de rodovias.

A auditoria foi realizada em cumprimento à Decisão nº 261/99– TCU-Plenário, relacionada com o Plano Especial de Auditorias em obras públicas incluídas no Orçamento Geral da União do exercício de 1999, e compreendeu a verificação de obras realizadas sob a responsabilidade do DNER, com vistas à restauração das rodovias BR-020 e BR-050, abrangendo trechos situados no Distrito Federal e no Estado de Goiás.

As supostas irregularidades diziam respeito à recontratação da empresa Strata Engenharia Rodoviária Ltda., para efetuar a revisão e atualização do projeto e a supervisão da obra correspondente, sem que fosse realizada nova licitação. A recontratação teria sido feita com base em dispositivo previsto no edital de contratação do projeto original.

Em 1993, a referida empresa havia sido contratada, mediante tomada de preços (Edital TP 0469/93-12), para elaborar o projeto de engenharia da recuperação do trecho da rodovia BR-020 compreendido entre Brasília e a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás. Ao recontratá-la em janeiro de 1998 – dessa feita para revisar e atualizar o projeto de engenharia anteriormente por ela elaborado, e para executar a supervisão da obra –, o DNER entendeu ser dispensável a realização de licitação por considerar que o Edital TP 0469/93-12, que ensejara a contratação do projeto original, garantia à mesma empresa o direito à contratação posterior para a supervisão da obra, conforme previsto no item "Disposições Gerais". Tal indicação, constante do edital, fora então utilizada como fundamento para o ajuste contratual procedido em janeiro de 1998, do qual resultou a recontratação da empresa Strata Engenharia Rodoviária Ltda., de forma direta, sem licitação.

Durante inspeção realizada no DNER, constatou-se que, além do serviço relativo ao trecho objeto do contrato anterior, a empresa havia sido contratada para realizar também a revisão e a atualização dos projetos de engenharia, seguidas da supervisão das obras correspondentes, de outros cinco trechos de rodovias federais, incluindo um segundo trecho da BR-020 e quatro trechos da BR-050.

Em seu Relatório, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, refutou parcialmente as justificativas apresentadas pelos vários responsáveis envolvidos no procedimento de recontratação da empresa, determinando, em relação às irregularidades que persistiram, a aplicação de multa, com desconto em folha de pagamento e autorização para cobrança judicial da dívida, em caso de não atendimento à notificação.

Assim, reunidos em sessão do Plenário no dia 8 de agosto de 2001, os Ministros do TCU, acatando as razões expostas pelo Relator, aprovaram o Acórdão nº 190/2001, pelo qual ficou decidida, além de outras providências correlatas e complementares, a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92, aos seguintes responsáveis, todos vinculados ao DNER:

i) Sr. Maurício Hasenclever Borges, ex-Diretor-Geral (multa no valor de dez mil reais);

ii) Srs. Rômulo Fontenelle Morbach, ex-Procurador-Geral, e Pedro Elói Soares, ex-Procurador-Geral substituto

(multa no valor individual de nove mil reais);

iii) Sr. Hélio Guimarães, Procurador-Chefe do DCAJ (multa no valor de oito mil reais); e

iv) Srs. Eduardo Lima e Prudêncio Alves Silva, Procuradores Vinculados (multa no valor individual de sete mil reais).

Pelo exposto, e tendo em vista tratar-se de matéria atinente às competências do TCU, manifestamo-nos no sentido de que a CMA, após o devido conhecimento, proceda ao arquivamento do processo a que se refere o AVS nº 143, de 200l.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS **Nº** 143 **DE** 2001

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/08/2005, **OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE :	
RELATOR :	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
GILBERTO GOELLNER – PFL	3- VAGO
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-VAGO
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 16/08/2005

PARECER Nº 1.554, DE 2005

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor E Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 1, de 2003, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório de Auditoria realizada nos órgãos diretamente envolvidos com a administração do Fundo de Participação PIS/PASEP (Conselho Diretor do Fundo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Caixa Econômica Federal – Caixa e Banco de Brasília) (TC–013.384/2002–0).

Relator **ad hoc**: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Por intermédio do Aviso nº 1, de 2003 (Aviso nº 42-GP/TCU, de 14 de janeiro de 2003, na origem), o Presidente do Tribunal de Contas da União encaminha ao Presidente do Senado Federal, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis, cópia do Relatório de Auditoria realizada nos órgãos diretamente envolvidos com a administração do Fundo de Participação PIS/PASEP (Conselho Diretor do Fundo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.).

O Relatório de Auditoria contém sete seções, numeradas de I a VII. A Seção I apresenta um conjunto de relevantes informações relacionadas com a constituição e o funcionamento do Fundo de Participação PJS/PASEP, cujo conteúdo se descreve em seguida.

I.1 – O Fundo de Participação PIS/PASEP, criado pela Lei Complementar nº 26, de 1975, é um fundo contábil, de natureza financeira, constituído com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Desde o exercício financeiro 1989/1990, o Fundo deixou de contar com os recursos provenientes da arrecadação de contribuições, que passaram a custear o Programa do Seguro-Desemprego e o abono aos trabalhadores de baixa renda, em conformidade com o disposto no art. 239 da Constituição Federal. O Fundo proporciona a seus participantes, a cada ano, distribuição de rendimentos sob a forma de juros e do resultado líquido obtido em suas aplicações.

I.2 – A Lei Complementar nº 26, de 1975, com vigência a partir de 1º de julho de 1976, e regulamentada pelo Decreto nº 78.276, de 1976, unificou os fundos constituídos com os recursos do PIS e do PASEP, instituídos pelas Leis Complementares nos 7 e 8, ambas de 1970, dando origem ao Fundo de Participação PIS/PASEP. Os objetivos iniciais do Fundo consistiam na integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e em assegurar-lhe, bem como ao servidor público, a fruição de patrimônio individual progressivo. Tais objetivos foram modificados pelo art. 239 da Constituição Federal, que vinculou a arrecadação do PJS/PASEP ao custeio do seguro-desemprego e do abono aos empregados que ganham, em média, até dois salários mínimos de remuneração mensal.

I.3 – O Fundo é gerido por um Conselho Diretor composto de representantes, titular e suplente, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Banco do Brasil S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Caixa Econômica Federal, além de representantes dos Participantes do PIS, dos Participantes do PASEP e dos Contribuintes do PIS. O Decreto nº 78.276, de 1976, em seu art. 9º, **§** 8º, investiu o Conselho Diretor na representação ativa e passiva do Fundo.

I.4 – Constituem recursos do Fundo de Participação PIS/PASFP:

a) juros, atualização monetária e multas devidas pelos contribuintes dos programas;

b) retomo, por via de amortização, dos recursos aplicados em operações de empréstimos e financiamentos;

c) resultados das operações financeiras realizadas, compreendendo, quando for o caso, multa contratual e honorários; e

d) resultados das aplicações do Fundo de Participação Social (FPS).

I.5 – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em conformidade com o disposto nos Decretos nºs 74.333, de 1974, e 76.342, de 1975, realiza investimentos em programas e subprogramas especiais voltados para:

a) produção de insumos básicos;

b) produção de equipamentos básicos;

c) expansão do mercado interno para equipamentos nacionais;

d) infra-estrutura;

e) sistemas de distribuição e comercialização de mercadorias de consumo básico;

f) fortalecimento da empresa privada nacional; e

g) operações no mercado de capitais.

I.6 – Ao final de cada exercício financeiro as contas individuais dos participantes do Fundo são creditadas das quantias correspondentes a:

a) aplicação da atualização monetária sobre os respectivos saldos credores verificados ao término do exercício financeiro ante-

rior, obedecidos, no exercício em análise, os índices da Taxa de Juros de Longo Prazo, em conformidade como art. 12 da Lei nº 9.365, de 1996;

b) incidência dos juros de 3% sobre os respectivos saldos credores atualizados; e

c) resultado liquido adicional das operações financeiras realizadas.

I.7 – Intervêm na administração do patrimônio do Fundo de Participação PIS/PASEP os seguintes órgãos, entidades ou autoridades:

a) Conselho Monetário Nacional, com a competência de estabelecer regras para a administração e aplicação dos recursos do Fundo, na forma do art. 2º da Lei nº 10.199, de200l;

b) Ministro da Fazenda, com as seguintes atribuições:

b1) aprovar, anualmente, o orçamento do Fundo, em conformidade com o inciso IV do art. 10 do Decreto nº 78.276, de 1976;

b2) autorizar redução ou cancelamento de multas ou penalidades, bem como o parcelamento de débitos em até sessenta prestações mensais, segundo o art. 11 do Decreto-Lei nº 2.052, de 1983; e

b3) designar os membros do Conselho Diretor do Fundo, nos termos do art. 9º do Decreto nº 78.276, de 1976;

c) Conselho Diretor do Fundo, com as seguintes competências constantes do art. 10 do Decreto nº 78.276, de 1976:

c1) elaborar e aprovar o Plano de Contas;

c2) calcular, ao término de cada exercício financeiro, a atualização monetária do saldo credor das contas individuais dos participantes, bem como a incidência de juros sobre o saldo credor atualizado dessas mesmas contas;

c3) constituir, ao término de cada exercício financeiro, as provisões e reservas indispensáveis, bem como levantar o montante das despesas de administração e apurar e atribuir aos participantes o resultado líquido adicional das operações realizadas;

c4) autorizar, nas épocas próprias, que sejam feitos, nas contas individuais dos participantes, os créditos de que trata o art. 6º do Decreto nº 78.276, de 1976;

c5) elaborar, anualmente, o orçamento do Fundo, submetendo-o à aprovação do Ministro da Fazenda;

c6) elaborar, anualmente, o balanço do Fundo, com os demonstrativos e o correspondente relatório;

c7) elaborar balancetes mensais;

c8) requisitar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social as informações sobre os recursos repassados, as aplicações realizadas e seus respectivos resultados;

c9) atender a solicitações do Conselho Monetário Nacional e do Ministro da Fazenda com vistas à prestação de informações relativas ao Fundo e aos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, fornecendo dados e documentação e emitindo pareceres;

c10) autorizar, fixando as épocas próprias, o processamento das solicitações de saque e retirada e os conseqüentes pagamentos;

c11) baixar normas operacionais necessárias à estruturação, organização e funcionamento do Fundo, compatíveis com a execução dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público; e

c12) resolver os casos omissos;

d) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que responde pela execução do processo de apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa relacionada com o Fundo, atuando, também, como órgão consultivo nas questões de natureza jurídica que envolvam interesses do Fundo, na forma do disposto no art. 70 do Decreto-Lei nº 2.052, de 1983, e do art. 74 da Lei nº 7.450, de 1985;

e) Advocacia-Geral da União, com a incumbência de representar e defender o Fundo em juízo, em conformidade com a Lei nº 9.018, de 1995;

f) Banco do Brasil S.A., com as seguintes atribuições relativas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, na forma do art. 12 do Decreto nº 78.276, de 1976, e da Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.655, de 1999:

f1) aplicar recursos oriundos do PIS/PASEP em capital de giro de empresas nacionais, preferencialmente as micro, pequenas e médias empresas;

f2) manter, em nome dos servidores e empregados, as contas individuais a que se refere o art. 5º da Lei Complementar nº 8, de 1970;

f3) creditar nas contas individuais, quando autorizado pelo Conselho Diretor do Fundo, as parcelas e benefícios de que trata o art. 6º do Decreto nº 78.276, de 1976;

f4) processar as solicitações de saque e retirada e efetuar os correspondentes pagamentos, nas épocas próprias, quando autorizado pelo Conselho Diretor do Fundo, na forma e para os fins previstos na Lei Complementar nº 26, de 1975, e no Decreto nº 78.276, de 1976;

f5*)* fornecer ao gestor do Fundo, nas épocas próprias e sempre que solicitados, informações, dados e documentos relativos a repasses de recursos, cadastramento de servidores e empregados vinculados ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, contas individuais de participantes e solicitações de saque e retirada, bem como seus correspondentes pagamentos; e

f6) cumprir e fazer cumprir as normas operacionais baixadas pelo gestor do Fundo;

g) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com as seguintes incumbências:

g1) aplicar, de forma unificada, diretamente ou por intermédio de seus agentes financeiros, os recursos gerados pelos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, destinando-os, preferencialmente, a programas especiais de investimentos elaborados e revistos periodicamente, segundo as diretrizes e prazos de vigência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 78.276, de 1976;

g2) elaborar os programas especiais e processar a aplicação dos recursos gerados pelos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público em investimentos e financiamentos, consoante as diretrizes de aplicação aprovadas pelo Presidente da República, em conformidade como parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 19, de 1974; e

g3) realizar operações no mercado de capitais com recursos do Fundo de Participação Social, com base em critérios eminentemente técnicos, aplicando, no que couber, a regulamentação pertinente aos Fundos Mútuos de Investimento, segundo o previsto no art. 2º do Decreto nº 76.342, de 1975, no Decreto nº 79.459, de 1977, e no art. 7º do Regulamento do Fundo de Participação Social;

h) Caixa Econômica Federal, com as seguintes atribuições relativas ao Programa de Integração Social, na forma do art. 11 do Decreto nº 78.276, de 1976, e da Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.655, de 1999:

h1) aplicar recursos oriundos do Fundo em capital de giro de empresas nacionais, preferencialmente as micro, pequenas e médias empresas;

h2) manter, em nome dos empregados e trabalhadores avulsos, as correspondentes contas individuais a que se refere o art. 5º da Lei Complementar nº 7, de 1970, e normas complementares;

h3) creditar nas contas individuais, quando autorizada pelo Conselho Diretor do Fundo, as parcelas e benefícios de que trata o art. 6º do Decreto nº 78.276, de 1976;

h4) processar as solicitações de saque e retirada e efetuar os correspondentes pagamentos, nas épocas próprias, quando autorizada pelo Conselho Diretor do Fundo, na forma da Lei Complementar nº 26, de 1975, e do Decreto nº 78.276, de 1976, e para os fins previstos nesses instrumentos legais;

h5) fornecer ao gestor do Fundo, nas épocas próprias e sempre que solicitados, informações, dados e documentos relativos a repasses de recursos, cadastramento de empregados e trabalhadores avulsos vinculados ao Programa de Integração Social, contas individuais de participantes e solicitações de saque e retirada, bem como seus correspondentes pagamentos; e

h6) cumprir e fazer cumprir as normas operacionais baixadas pelo gestor do Fundo.

A Seção II relata a auditoria nas atividades do Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP, realizada com base nos seguintes documentos e/ou informações fornecidos ao Tribunal de Contas da União pelo Conselho Diretor do Fundo em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 1, de 26 de agosto de 2002, formulada pelo Tribunal de Contas das União:

a) cópia dos normativos que regulamentam o Fundo;

b) cópia de expedientes demonstrando providências a respeito das ressalvas efetuadas pelo Tribunal de Contas da União ao julgaras contas relativas ao exercício 2000/2001,

com especificação de eventuais providências adotadas;

c) cópia das propostas apresentadas pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal quanto ao valor da comissão de administração das contas do Fundo;

d) valores eventualmente devolvidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ao Fundo, em razão da cobrança indevida de despesas com serviços de corretagem das operações de compra e venda de ações;

e) resultado obtido quanto às propostas consignadas no Voto P1S/PASEP nº 7/2002, de 17 de abril de 2002, relativamente aos seguintes assuntos:

– possibilidade de unificar a administração do Fundo de Participação PIS/PASEP, objetivando maior eficiência e economicidade;

– aplicação de metodologia que assegure a reversão aos agentes, para aplicação em capital de giro, dos recursos que economizar na administração, a título de redução de custos, tendo como limite o montante recebido como comissão no exercício 2000/2001 (R$150.957.797,26);

f) estudos, pareceres e expedientes que consignem o propósito do Conselho Diretor de transferir para o Fundo os recursos aplicados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na carteira de ações do Fundo de Participação Social.

A Seção III relata a auditoria na Caixa Econômica Federal, que se baseou nos seguintes documentos e/ou informações fornecidos pela Caixa ao Tribunal de Contas da União, em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 1/CEF:

a) cópia da proposta encaminhada pela Caixa Econômica Federal ao Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASFP para fixação da nova comissão de administração das contas do Programa de Integração Social;

b) estudos realizados pela Caixa Econômica Federal para definição do valor da comissão mencionada na alínea anterior, com apresentação das planilhas de custos incorridos com a manutenção das contas do Programa de Integração Social e o lucro esperado no negócio;

c) providências adotadas pela Caixa Econômica Federal com relação ao desenvolvimento de instrumentos de sistema que permitam informar, objetivamente, a totalidade da remuneração das operações de empréstimos repassada ao Fundo de Participação PIS/PASEP, com apresentação de documentos atestando a adoção das medidas informadas;

d) estudos do cadastro de contas do Programa de Integração Social, realizados com vistas à redução dos custos de administração, caso existentes.

A Seção IV relata a auditoria no Banco do Brasil S.A., que se baseou nos seguintes documentos e/ou informações fornecidos pelo banco ao Tribunal de Contas da União, em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 1/BB,m de 26 de agosto de 2002:

a) cópia da proposta encaminhada pela Banco do Brasil S.A. ao Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP para fixação da nova comissão de administração das contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

b) estudos realizados pela Banco do Brasil S.A., para definição do valor da comissão mencionada na alínea anterior, com apresentação das planilhas de custos incorridos com a manutenção das contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e o lucro esperado no negócio;

c) providências adotadas pelo Banco do Brasil S.A., com relação ao desenvolvimento de instrumentos de sistema que permitam informar, objetivamente, a totalidade da remuneração das operações de empréstimos repassada ao Fundo, com apresentação de documentos atestando a adoção das medidas informadas;

d) estudos do cadastro de contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, realizados com vistas à redução dos custos de administração, caso existentes.

A Seção V relata a auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se baseia em documentos e/ou informações fornecidos pelo banco em atendimento às Solicitações de Auditoria nº 1/BNDES, de 26 de agosto de 2002, nº 2/BNDES, de 4 de setembro de 2002, nº 3/BNDES, de 5 de setembro de 2002, nº 4/BNDES, de 9 de setembro de 2002, e nº 5/BNDES, de 10 de setembro de 2002, formuladas pelo Tribunal de Contas da União.

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 1/BNDES, foram requisitados seguintes documentos e/ou informações:

a) cópia do relatório que trata do desempenho da carteira de ações do Fundo de Participação Social (FPS), do Voto PIS/PASEP nº 3/2002, da Ata da 97ª Reunião do Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP, realizada em 17 de abril de 2002;

b) providências adotadas pelo BNDES com relação ao desenvolvimento de instrumentos de sistema que permitam informar, objetivamente, a totalidade da remuneração das operações de empréstimos repassada ao Fundo de Participação PIS/PASFP, com apresentação de documentos atestando a adoção das medidas informadas;

c) relação das cem maiores operações com recursos gerados pelo Fundo de Participação PIS/PASEP, referentes às operações contratadas, até 31 de dezembro de 1982, com o referido Fundo para investimentos (risco do BNDES) e com o Fundo de Participação Social (FPS), assim como às operações originárias do Fundo de Marinha Mercante (FNM);

d) documentos que comprovem o fim dos repasses ao Fundo de Participação PIS/PASEP, a partir do exercício 2001/2002, das despesas referentes aos serviços de corretagem de compra e venda de ações da cadeira do Fundo de Participação Social (FPS), informando valores eventualmente devolvidos ao Fundo.

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 2/BNDES, foram requisitados os seguintes documentos e/ou informações:

a) informações gerenciais do Sistema BNDES relativas aos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP (risco do Fundo e do BNDES) nºs 97.220.251/013, 83.970.501/780, 89.251.031/413, 00.224.511/017, 89.208.931/394 e 99.228.411/040;

b) dossiê do contrato nº 72.2.210.3.1 (FIMACO 6) com a empresa SOEICOM S.A.;

c) memória de cálculo das operações de empréstimo/financiamento indicadas na alínea *a*, bem como esclarecimentos acerca da utilização de trezentos e sessenta dias (ano comercial) ao invés de trezentos e sessenta e cinco dias (ano civil), como denominador do expoente de capitalização da fórmula de cálculo dos encargos financeiros das mencionadas operações.

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 3, BNDES, foram requisitados os seguintes documentos e/ou informações:

a) justificativas para a cobrança da multa de 10% (dez por cento) nas operações de empréstimo em situação de inadimplemento (dez ou mais dias de atraso), conforme estabelecido pelo art. 42 do Anexo à Resolução BNDES nº 665, de 1987, alterado pela Resolução BNDES nº 878, de 1996, em desacordo com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CPDC), que estabelece o percentual máximo de 2% (dois por cento) nesse caso;

b) informações gerenciais do Sistema BNDFS relativas aos contratos de financiamento com recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP (contratações indiretas) nºs 00040067351, 00040071111, 00040078272, 00040070948, 00049015788, 00059000015 e 00040051323.

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 04/BNDFS, foram requisitados os seguintes documentos e/ou informações:

a) relatórios de auditorias realizadas pela Auditoria Interna (AT) do BNDES nas operações de empréstimo/financiamento com recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP nos dois últimos exercícios;

b) relatórios razão-trabalho gerados pelo Sistema de Contabilidade, relativos aos contratos nºs 99.228.411/040,00.040.071/111 e 89.208.931/394;

c) manual de normas e instruções de acompanhamento aplicáveis aos contratos do BNDES;

d) manual de aplicação, no BNDES, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 5/BNDES, foram requisitados os seguintes documentos e /ou informações:

a) relação dos contratos PIS/PASEP (risco do Fundo) em situação de inadimplemento, dos inscritos em crédito em liquidação e dos em cobrança judicial;

b) relatório indicando o percentual de recursos do PIS/PASEP aplicados por setor econômico, região geográfica e porte do mutuário;

c) como é realizada a fiscalização, prevista no art. 34, inciso VI, do Anexo à Resolução BNDES nº 665, de 1987, da aplicação dos recursos do PIS/PASEP repassados aos mutuários mediante contratação direta e indireta?

A Seção VI corresponde à conclusão do relatório de auditoria.

A Seção VII formula proposta de encaminhamento do relatório de auditoria aos órgãos e entidades diretamente envolvidos nos procedimentos.

II – Análise

Compete a esta Comissão, após o exame dos relatórios de auditoria do Tribunal de Contas da União, propor ao Plenário do Senado Federal as providências cabíveis em relação aos resultados obtidos com os procedimentos de auditoria realizados pelo Tribuna] de Contas da União, em conformidade com as disposições do art. 102-A, inciso 1, alínea 1, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 22 de fevereiro de 2005.

Compete, de outra parte, ao Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão auxiliar do Congresso Nacional, e em conformidade com o disposto no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da administração pública direta e indireta.

Com base em sua competência constitucional, o Tribunal de Contas da União realizou auditoria no Fundo de Participação PJS/PASEP, cobrindo as atividades do Conselho Diretor do Fundo, assim como do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, entidades prestadoras de serviços financeiros ao Fundo.

A auditoria objetivou examinar a regularidade da administração do Fundo, com cobertura sobre o período 2001/2002. Os procedimentos adotados constituíram-se, basicamente, da análise de contratos de financiamento, tendo em vista verificar se as operações de crédito estão proporcionando o retomo necessário à remuneração do Fundo. Analisaram-se, também, as providências adotadas pelo Conselho Diretor e pelos agentes financeiros intervenientes, com relação às ressalvas apresentadas pelo Tribunal de Contas da União quando do exame das contas do Fundo referentes ao exercício anterior.

A auditoria considerou regulares os procedimentos de administração quanto à ótica da rentabilidade, uma vez que a remuneração que vem sendo proporcionada mediante a aplicação de recursos do Fundo pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em empréstimos para formação de capital de giro, em operações de financiamento e no mercado de ações, supera os percentuais mínimos exigidos em lei (correção monetária, observada a Taxa de Juros de Longo Prazo mais três por cento sobre os respectivos saldos credores atualizados). Foram, porém, constatadas algumas impropriedades de caráter técnico que, consoante o relatório, podem ser eliminadas a partir de determinações do Tribunal de Contas da União.

Outro aspecto abordado pela auditoria foi o da composição do Conselho Diretor do Fundo. Segundo o relatório de auditoria o Conselho Diretor não deve ter membros que representem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em razão de tais entidades serem prestadoras de serviços financeiros ao Fundo. O Conselho Diretor não deve ter, da mesma forma, representante dos contribuintes do Programa de Integração Social, tendo em vista que a Constituição Federal mudou a destinação dos recursos captados à conta do referido programa. O relatório de auditoria recomenda que o Coordenador do Fundo inicie gestões com vistas a alterar a composição do Conselho Diretor.

Quanto ao relacionamento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e suas subsidiárias, a auditoria não constatou irregularidades ou impropriedades técnicas. Segundo informações prestadas pela administração do banco, tais subsidiárias formam, atualmente, o Grupo BNDES, não havendo, na prática, distinção entre suas atividades. O BNDESPAR opera com recursos do Fundo de Participação Social, aplicando-os no mercado de ações e recebe, pela prestação desse serviço, remuneração equivalente a 0,5% (meio por cento) do patrimônio liquido do Fundo. A Finame aplica os recursos do PIS/PASEP em financiamentos de máquinas e equipamentos, sempre por intermédio de agentes financeiros, ou seja, mediante operações indiretas.

Com referência às ressalvas formuladas pelo Tribunal de Contas da União quando da apreciação das contas do Fundo relativas ao exercício anterior, o relatório faz as seguintes observações:

> **a**) o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não está repassando ao Fundo a comissão de corretagem paga sobre as operações de compra e venda de ações do Fundo de Participação Social; o valor cobrado no exercício anterior foi estornado pelo banco e devolvido ao Fundo; o Conselho Diretor do Fundo alterou o normativo que previa esse tipo de despesa, a qual foi assumida pelo banco; o relatório considera, assim, regularizada a situação; Diretor do Fundo alterou o normativo que previa esse tipo de despesa, a qual foi

assumida pelo banco; o relatório considera, assim, regularizada a situação;

b) o Conselho Diretor está negociando com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil S.A. uma nova comissão de administração das contas do Fundo de Participação PIS/PASEP; as duas entidades apresentaram proposta reduzindo os preços vigentes; a proposta da Caixa Econômica Federal é bem mais vantajosa, razão pela qual o relatório de auditoria entende que a administração das contas do Fundo deva ser unificada mediante a escolha da Caixa Econômica Federal para administrar tanto as contas do Programa de Integração Social quanto as do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, a não ser que o Banco do Brasil S.A., formule nova proposta em melhores condições do que a já apresentada;

c) relativamente ao desenvolvimento de instrumentos de sistema, o relatório informa que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social possui, ainda que em forma dispersa, todas as informações necessárias à convalidação do total da remuneração repassada ao Fundo; bastaria, então, que o banco elaborasse um relatório específico prestando esse tipo de informação; no caso da Caixa Econômica Federal, os instrumentos de sistema foram desenvolvidos; com relação ao Banco do Brasil S.A., deve-se aguardar a implantação de tais instrumentos.

O Relatório de Auditoria propõe, por fim, que o Tribunal de Contas da União adote as seguintes providências:

a) recomende ao Coordenador do Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP que inicie gestões com vistas à exclusão de representantes do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dos contribuintes do Programa de Integração Social da qualidade de membros do referido Conselho;

b) recomende ao Conselho Diretor que inicie negociações com a Caixa Econômica Federal para que ela passe a administrar também as contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, a não ser que o Banco do Brasil S.A., apresente proposta mais vantajosa para a administração dessas contas, e envide esforços para que o preço total da comissão se situe em tomo de cem milhões de reais;

c) determine ao Conselho Diretor que apresente ao Tribunal o resultado dos trabalhos de auditoria realizados pela SFCI na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil S.A., relativamente ao exame de consistência da base de dados dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, respectivamente;

d) encaminhe ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social as seguintes determinações:

d1) alterar a fórmula de cálculo dos juros dos empréstimos com recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP, passando a utilizar o ano civil (365 ou 366 dias) no denominador do expoente do fator de capitalização, atualmente fixado em 360 dias;

d2) renegociar o Contrato nº 712.210.3.1 celebrado com a empresa Soeicom S.A., elevando o valor da amortização do principal a que o devedor está obrigado, estabelecendo uma data limite para a vigência do ajuste;

d3) desenvolver instrumentos de sistema, na forma de relatórios específicos, que informem, por contrato, o valor da remuneração repassada ao Fundo de Participação PIS/PASEP, tanto no caso de operações diretas quanto indiretas, como forma de tomar desnecessária a realização de cálculos intermediários para sua convalidação;

d4) incluir, em seu próximo Plano Anual de Atividades de Auditoria, operações de empréstimos com recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP;

e) determinar ao Banco do Brasil S.A., que apresente, nas próximas contas do Fundo de Participação PIS/PASEP, o resultado dos trabalhos de desenvolvimento de instrumentos de sistemas necessários à convalidação da remuneração repassada ao Fundo.

O Relatório de Auditoria foi examinado pela 2ª SECEX, 2ª D.T., do Tribunal de Contas da União, que endossou o conteúdo do relatório e apoiou as recomendações nele formuladas, reajustando, porém, a redação dos itens *a* e *b* dessas mesmas recomendações, na forma seguinte:

a) recomende ao Coordenador do Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASFP que atente para a possibilidade de exclusão, da composição do referido Conselho, dos represen-

tantes do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e dos contribuintes do Programa de Integração Social, em face da necessária segregação de funções, obtendo, mediante gestões junto ao Poder Executivo, as alterações requeridas na legislação;

b) recomende ao Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP que:

b1) relativamente à unificação da administração das contas dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, adote, por intermédio de proposta de alteração da legislação, entre as alternativas indicadas nos estudos, a mais vantajosa para o Fundo;

b2) até que ocorra a eventual alteração da legislação de que trata o subitem anterior, busque, junto ao Conselho Monetário Nacional, as alterações necessárias nos valores da comissão de administração dos bancos operadores, conforme previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 8, de 1970, e no art. 2º da Lei Complementar nº 19, de 1974, de modo a eliminar as distorções resultantes da fórmula atual de cálculo e proporcionar redução das despesas do Fundo.

III – Voto

Fm face do exposto, manifesto-me favoravelmente a que, apos conhecimento pelo Plenário do Senado Federal, a presente matéria seja encaminhada a arquivamento.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS **Nº** 01 **DE** 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/08/2005, **OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE : L. Quintanilha	
RELATOR :	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
GILBERTO GOELLNER – PFL	3- VAGO
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-VAGO
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SLHESSARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 16/08/2005

PARECER Nº 1.555, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 483 de 2003, de autoria do Senador Sergio Cabral, que dispõe sobre bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências.

Relator: Senador **Paulo Paim**
Relator **ad hoc**: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

Esta Comissão recebe para análise, em decisão terminativa, iniciativa do Senador Sérgio Cabral que estabelece normas para o recadastramento de Segurados da Previdência Social.

Vazada em cinco artigos, a proposição estabelece que, em nenhuma hipótese, o recadastramento dos segurados da previdência social poderá ser precedido por bloqueio de pagamento de benefícios.

Determina que, antes do recadastramento, deverá haver notificação pública prévia e que o prazo de execução nunca seja inferior a noventa dias Especificamente, no que se refere aos segurados acima de sessenta anos de idade, a proposição dispõe que todo o procedimento que a eles se destine deverá observar o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, e que o seu recadastramento deverá ser previamente agendado junto ao órgão competente, o qual organizará o procedimento em função da data de aniversário do aposentado ou de concessão do benefício inicial.

Em se tratando de segurados acima de oitenta anos, ou que, independentemente da idade, estejam impossibilitados de se locomover, o recadastramento deverá ser realizado em suas residências.

Estabelece ainda a proposição que as mesmas regras aplicam-se à previdência complementar.

Fundamentando a proposição, argumenta o autor que, não obstante seja imprescindível o combate às fraudes à previdência, quer na concessão, quer no pagamento dos benefícios, o recadastramento não pode ser realizado à custa do sofrimento, por vezes martirizante, dos segurados.

O projeto tem assim, ainda segundo o autor, o objetivo de preservar o princípio de dignidade humana, o qual não pode ser desrespeitado por qualquer procedimento da Administração Pública.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A iniciativa foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61; **caput** do art. 48 e § 6º do art. 150 da Carta Magna, respectivamente).

No mérito, temos que é bem vinda a proposta que busca o efetivo equilíbrio entre as prerrogativas da Administração Pública e as garantias e liberdades individuais.

Certa é a absoluta necessidade de controle efetivo dos gastos da previdência e o combate rigoroso e sistemático às fraudes. Enorme tem sido o esforço em busca de saneamento das contas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). Sabemos ser esse o caminho a ser trilhado pelo administrador na realização concreta e diária das alterações introduzidas pela emenda constitucional nº 20, que trouxeram a marca determinante da austeridade, do equilíbrio entre custeio e pagamento de benefícios.

Todavia, não podemos nunca nos esquecer que de igual e fundamental importância é garantir que não haja desrespeito à dignidade humana, que não se exponha a perigo, nem a condições desumanas ou degradantes o indivíduo, especialmente considerado aquele maior de sessenta anos.

Ora, claro que são indispensáveis os recadastramentos periódicos dos segurados da previdência social, mas é igualmente essencial a realização dos procedimentos dentro de parâmetros que preservem a integridade e a saúde física e psíquica dos segurados.

Entendemos que tal equilíbrio é alcançado nos termos propostos pela iniciativa ora analisada.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de Lei do Senado nº 483, de 2003.

Sala da Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 483, de 2003	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: "AD HOC" Senador Augusto Botelho	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB.	6- LUIZ SOARES – (Sem Partido)
LUCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
VAGO	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
RCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

Atualizado em 12.07.2005

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - L TA DE VOTAÇÃO

PLS nº 483, de 2003

TITULARES – Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL – PFL	X				1- HERÁCLITO FORTES – PFL.				
JONAS PINHEIRO – PFL.					2- JOSÉ JORGE – PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	X				3 – DEMÓSTENES TORRES – PFL.				
RODOLPHO TOURINHO – PFL.					4- ROMEU TUMA – PFL.				
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	X				5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.	X			
LEONEL PAVAN - PSDB.	X				6- LUIZ SOARES				
LÚCIA VÂNIA – PSDB.					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.				
REGINALDO DUARTE – PSDB.	X				8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.				
TITULARES - PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO				
VAGO					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP	X				3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA	X				4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL			X		5- MAGUITO VILELA				
PAPALÉO PAES	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTÔNIO CARLOS VALADARES – PSB.					1- CRISTOVAM BUARQUE – PT.				
FLÁVIO ARNS - PT.	X				2- MAGNO MALTA – PL.				
IDELI SALVATTI – PT.					3- EDUARDO SUPLICY - PT.				
MARCELO CRIVELLA – PL.					4- FÁTIMA CLEIDE – PT.				
PAULO PAIM - PT.	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI – PTB.				
PATRÍCIA SABOYA GOMES					6- JOÃO CAPIBERIBE - PSB.				
TITULARES - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AUGUSTO BOTELHO	X				1- JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 14 **SIM:** 12 **NÃO:** _____ **ABSTENÇÃO:** _____ **AUTOR:** 1 **SALA DAS REUNIÕES, EM** 11/08/**2005.**

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

OF. Nº 65/2005-PRES/CAS

Brasília, 17 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2603, que "Dispõe sobre bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral.

Atenciosamente, **Antonio Carlos Valadares,** Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

SUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional § 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

SEÇÃO II
Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou

contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, **g**. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

PARECER Nº 1.556, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai no Município de Quaraí no Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Chega à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. O projeto visa a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação (PNV), aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o autor da proposição, o acesso em tela responde pela ligação entre Quaraí, no Rio Grande do Sul, e a cidade de Artigas, no Uruguai, sendo importante via de integração do Mercosul e de particular relevância para a comunicação entre os dois países. A necessidade de fiscalização eficaz e intensa dos órgãos federais sobre a via justificaria a incorporação do referido trecho rodoviário ao patrimônio público federal.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A rodovia de que trata a proposição permite o acesso de pessoas e veículos a partir da rodovia BR-293 até a fronteira do Uruguai, no que se caracteriza como ligação internacional.

A responsabilidade da União em relação às atividades que extrapolam o âmbito nacional justificaria a incorporação da rodovia ao patrimônio federal, por possibilitar maior eficiência na execução de suas atribuições constitucionais, como a exploração dos serviços de transporte internacional de passageiros e o policiamento de fronteira. Dessa forma, seria possível tomar a seu encargo os serviços de construção, pavimentação e manutenção da via, providência fundamental para assegurar o padrão de qualidade requerido para atender às movimentações entre os países.

Por esses atributos, consideramos meritória a proposição.

No que tange aos aspectos legais, o projeto atende aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, já que o trecho em questão configura conexão de caráter internacional. Além disso, não apresenta vícios de iniciativa, de inconstitucionalidade ou de injuridicidade que o desabonem.

III – Voto

À vista do exposto, somos de parecer favorável à Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: LEONEL PAVAN	
BLOCO DA MINORIA	
HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
DEMÓSTENES TORRES	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MARIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7-EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
DELCÍDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
MAGNO MALTA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BEZERRA
SÉRGIO ZAMBIASI	4-FÁTIMA CLEIDE
SERYS SLHESSARENKO	5-MOZARILDO CAVALCANTI
CIBÁ MACHADO	6-FLÁVIO ARNS
AELTON FREITAS	7-NEZINHO ALENCAR
PMDB	
GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VAGO	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5- VAGO
MÃO SANTA	6- ROMERO JUCÁ
PDT	
JUVÊNCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193 DE 2004

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES – BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HERÁCLITO FORTES					ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
DEMOSTENES TORRES	X				CÉSAR BORGES	X			
JOSÉ JORGE					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JORGE BORNHAUSEN	X			
RODOLPHO TOURINHO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
LEONEL PAVAN	X				FLEXA RIBEIRO	X			
SÉRGIO GUERRA					EDUARDO AZEREDO				
TASSO JEREISSATI					ALMEIDA LIMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
DELCÍDIO AMARAL					ROBERTO SATURNINO	X			
MAGNO MALTA					PAULO PAIM	X			
JOÃO CAPIBERIBE					FERNANDO BEZERRA				
SÉRGIO ZAMBIASI			X		FÁTIMA CLEIDE	X			
SERYS SLHESSARENKO					MOZARILDO CAVALCANTI				
SIBÁ MACHADO					FLÁVIO ARNS				
AELTON FREITAS					NEZINHO ALENCAR				
TITULARES - PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GERSON CAMATA					NEY SUASSUNA				
ALBERTO SILVA					LUIZ OCTÁVIO				
VALDIR RAUPP	X				PEDRO SIMON				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
MÃO SANTA					ROMERO JUCÁ				
TITULARES - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
JUVÊNCIO DA FONSECA					AUGUSTO BOTELHO	X			

TOTAL: 13 **SIM:** 11 **NÃO:** 0 **ABSTENÇÃO:** 0 **AUTOR** 01 **PRESIDENTE** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/08/2005

Senador HERÁCLITO FORTES
Presidente

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO , CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RISF)

OF. Nº 5.105-CI

Brasília, 23 de agosto de 2005

Exmº Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul".

Atenciosamente, – **Heráclito Fortes**, Presidente.

PARECER Nº 1.557, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, de iniciativa do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre km 249 e o km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Sibá Machado**

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 319, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o km 249 e o km 275 da BR-l01, no Estado do Espírito Santo".

O projeto apresenta dois artigos, sendo que o primeiro inclui o trecho rodoviário especificado, com extensão de 19,7 km, no Plano Nacional de Viação (PNV) e o segundo artigo é a cláusula de vigência.

Na justificação, o autor sustenta que a criação do novo trecho rodoviário "possibilitará redução de cerca de 12 km na distância percorrida pelo atual tráfego de passagem da BR-101 no Município de Serra", no Espírito Santo.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

A Constituição Federal (art. 21, XXI) determina que a competência da União para estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação. Além disso, a deliberação sobre o conteúdo do projeto é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, e não há reserva de iniciativa, conforme o art. 61.

Em relação á técnica legislativa, o PLS nº 319, de 2004, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à inclusão pleiteada pelo nobre colega capixaba.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 319, de 2004, e por sua aprovação no tocante ao mérito.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 319 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SIBÁ MACHADO	
BLOCO DA MINORIA	
HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
DEMÓSTENES TORRES	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MARIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7-EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
DELCÍDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
MAGNO MALTA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BEZERRA
SÉRGIO ZAMBIASI	4-FÁTIMA CLEIDE
SERYS SLHESSARENKO	*5-MOZARILDO CAVALCANTI*
SIBÁ MACHADO	6-FLÁVIO ARNS
AELTON FREITAS	7-NEZINHO ALENCAR
PMDB	
GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
VAGO	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5- VAGO
MÃO SANTA	6- ROMERO JUCÁ
PDT	
JUVÊNCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319 DE 2004

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES – BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HERÁCLITO FORTES					ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES				
DEMÓSTENES TORRES	X				CÉSAR BORGES				
JOSÉ JORGE					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL					JORGE BORNHAUSEN				
RODOLPHO TOURINHO	X				MARIA DO CARMO ALVES				
LEONEL PAVAN	X				FLEXA RIBEIRO	X			
SÉRGIO GUERRA					EDUARDO AZEREDO	X			
TASSO JEREISSATI					ALMEIDA LIMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
DELCÍDIO AMARAL					ROBERTO SATURNINO	X			
MAGNO MALTA					PAULO PAIM	X			
JOÃO CAPIBERIBE					FERNANDO BEZERRA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FÁTIMA CLEIDE	X			
SERYS SLHESSARENKO					MOZARILDO CAVALCANTI				
SIBÁ MACHADO					FLÁVIO ARNS				
AELTON FREITAS					NEZINHO ALENCAR				
TITULARES - PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GERSON CAMATA	X				NEY SUASSUNA				
ALBERTO SILVA					LUIZ OCTÁVIO				
VALDIR RAUPP	X				PEDRO SIMON				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
MÃO SANTA					ROMERO JUCÁ				
TITULARES - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
JUVÊNCIO DA FONSECA					AUGUSTO BOTELHO				

TOTAL: 12 **SIM:** 11 **NÃO:** 0 **ABSTENÇÃO:** 0 **AUTOR** 0 **PRESIDENTE** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 23/08/2005

Senador HERÁCLITO FORTES
Presidente

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO , CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RISF)

OF. Nº 107/05-CI

Brasília, 23 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo."

Atenciosamente, – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 21. Compete à União:

.....

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsidio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....

SUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art.

84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 96,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das Leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

PARECER Nº 1.558, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia".

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 210, de 2005, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Rolim de Moura, a Universidade Federal Rural de Rondônia.

O projeto estipula que a nova universidade desenvolverá, de forma indissociada, a pesquisa, o ensino e a extensão, especialmente nas áreas da silvicultura, da agricultura e da pecuária, assegurado o respeito aos direitos dos povos indígenas e a preservação das riquezas naturais do Estado de Rondônia.

O PLS permite, também, que o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Rondônia seja agregado à nova universidade.

O início da vigência da lei que o projeto intenta criar é previsto para a data de sua publicação.

A matéria, que tem decisão terminativa desta Comissão não recebeu emendas.

II – Análise

Como já foi apontado reiteradas vezes nesta Comissão, a parcela de brasileiros entre 18 e 24 anos com acesso à educação superior, da ordem de 9%, é significativamente baixa, em especial se comparada com a situação de países de nível semelhante de desenvolvimento. Por isso, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, fixou a meta de 30% de jovens nessa faixa etária com acesso ao nível superior, no prazo de dez anos. Se não forem tomadas medidas arrojadas relativas à criação de novas oportunidades educacionais, essa meta não será cumprida.

Como acertadamente alegou a justificação do projeto em exame, o Estado de Rondônia representa desafio urgente e multifacetado. De um lado, suas terras incultas e riquezas ainda inexploradas continuarão a atrair novas correntes migratórias e a favorecer a ocupação econômica. Do outro, a presença plurissecular de povos indígenas e seus valiosos santuários ecológicos reclamam políticas públicas que orientem o desenvolvimento sustentável da região.

Vale destacar, ainda conforme a justificação da iniciativa, que a escolha do Município de Rolim de Moura para abrigar a nova universidade reside no fato de que a localidade já sedia os cursos de Ciências Agrárias mantidos pela Universidade Federal de Rondônia, o que otimizará os custos de investimentos do novo estabelecimento educacional.

Temos certeza de que as experiências de êxito de instituições congêneres no Rio de Janeiro e em Pernambuco constituem um exemplo para a nova instituição.

Quanto à constitucionalidade, matérias autorizativas, como as relativas à criação de instituições educacionais, têm sido objeto de interpretações divergentes. Há quem aponte, como obstáculo para a sua admissibilidade, o disposto nos arts. 61, § 1º, II, **e**, e 84, da Constituição Federal, que prevêem a prerroga-

tiva exclusiva do Presidente da República na iniciativa de leis que tratem da criação de órgãos da administração pública.

É diverso, no entanto, o entendimento do Senado Federal. A constitucionalidade da matéria sustenta-se no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Segundo esse parecer, de iniciativa do Senador Josaphat Marinho, o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Por conseguinte, à luz desse parecer, não se sustenta a argüição de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, de projetos de lei que autorizem o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino.

III – Voto

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005.

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 210/05 NA REUNIÃO DE 23/08/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- *(VAGO)*
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- *EDUARDO AZEREDO*
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI
PMDB	
WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- *GARIBALDI ALVES FILHO*
VALDIR RAUPP	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA

RELATOR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 210 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN					GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO	X				AMIR LANDO				
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				NEY SUASSUNA				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
VAGO					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					NEZINHO ALENCAR				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AUGUSTO BOTELHO	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 / 08 / 2005

SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

Of. nº CE/I15/2005

Brasília, 23 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada 23 de agosto p.p, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Valdir Raupp que, "Autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia."

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-

Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II – disponham sobre:

.....

e*)* criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001):

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X – decretar e executar a intervenção federal;

XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-99)

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV – nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII – nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII – convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX – celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV – prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV – prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

.....

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.547, 1.548, 1.549, 1.550, 1.551 e 1.552, de 2005**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Educação e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referentes às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998** (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)*;

– **Projetos de Lei nºs 53, de 2004** (nº 6.100/2002, na Casa de origem), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)*; e .

– **Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005** (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 65/2005–PRES/CAS

Brasília, 17 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 20 do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2003, que "Dispõe sobre bloqueio do pagamento de beneficio da previdência social e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente.

OF. Nº 5/05-CI

Brasília, 23 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR–293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul".

Atenciosamente, – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

OF. Nº 107/05-CI

Brasília, 23 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa

Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o km 249 e o km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo."

Atenciosamente, – **Heráclito Fortes,** Presidente.

Of. nº CE/115/2005.

Brasília, 23 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada em 23 de agosto p.p, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Valdir Raupp que, "Autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia".

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata,** Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 483, de 2003; 193 e 319, de 2004; e 210, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2005

Altera o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o art. 1º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 649. .....

I – os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução, observada, quanto aos imóveis, a estimativa fiscal correspondente.

..... (NR)"

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8009, de 29 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, cuja estimativa fiscal seja igual ou inferior a 40.000 (quarenta mil) salários mínimos, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de divida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

..... (NR)"

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Historicamente, o direito pátrio concedeu regalias ao devedor, mas, ao credor, poucas condições de restaurar seu crédito ou patrimônio.

A regência dessa postura social, favorável ao devedor, tem origem em preceito que recomenda a proteção da parte presumidamente inocente. É como se a previsão constitucional, voltada para tema de natureza eminentemente penal – da presunção de inocência do acusado até prova em contrário –, devesse estender-se às questões cíveis para, nesse outro campo jurídico, favorecer o devedor.

A igualdade de tratamento, porém, não deve ocupar o texto da lei civil, porque, no âmbito penal, a vida e a liberdade são os valores protegidos, mas, no campo cível, as questões são de ordem financeira ou patrimonial.

Tais razões recomendam que o enfoque cível seja revisto e que se realizem, nas leis, as alterações permanentes, pois valores assegurados num e noutro ambiente jurídico – penal e civil diferem tão completamente que se desenvolveu prestigiosa doutrina em favor do credor, segundo a qual a tutela do Estado não pode abrigar a fraude aos pagamentos pactuados, a pretexto de proteger o inadimplente.

Na verdade, as questões cíveis, se não resolvidas com o pagamento devido, ao contrário de causar algum benefício, levam as leis ao descrédito e os processos judiciais à ineficácia.

O escopo da presente proposição é corrigir as leis que versam o tema, para impor limites á impenhorabilidade dos bens de família e, assim, evitar que devedores continuem a recorrer ao artifício se declarar

como tais imóveis de elevado valor e a descumprir compromissos, corno hodiernamente ocorre, até mesmo quando proprietários de vasto patrimônio e abastadas condições financeiras.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. Senador **César Borges.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

.....

Art. 649. São absolutamente impenhoráveis:

.....

I – os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;

.....

LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Faço saber que o Presidente da Republica adotou a Medida Provisória nº 143, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2005

Altera o § 2º do art. 36 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para determinar a remuneração do trabalho do preso pelas empresas conveniadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 36 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. ..... .

.....

§ 2º Caberá ao órgão da administração pública ou empresa privada, com as quais forem firmados convênios de oferta de trabalho ao preso, a remuneração do respectivo trabalho, nos termos previstos nesta Lei. (NR)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil a iniciativa privada já começa compreender que tem uma enorme cota de obrigação para nosso desenvolvimento social. Muitas empresas em cooperação com o Estado iniciam corajosamente suas ações sociais, que viabilizam em parceria o processo de formação educacional e técnica profissional dos presidiários.

É preciso unir o Estado e as empresas privadas, para dar solução ao grave problema da segurança pública no país, proporcionando leis mais esclarecedoras quanto aos deveres dessas empresas.

A segurança pública esperada não depende apenas do aparato policial e prisional. Ela decorre, outrossim, do compromisso correto dos empresários na oferta de oportunidades aos que querem trabalhar licitamente.

É preciso esclarecer que, para não pairar dúvidas quando da firmação do contrato de prestação de trabalho prisional, que caberá ao respectivo órgão da administração pública ou empresa privada, com as quais forem firmados convênios de oferta de trabalho ao preso, a remuneração do respectivo trabalho, nos termos previstos na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal.

Desta maneira, conclamamos o apoio dos ilustres pares para aprovação da presente proposta legislativa, tendo em vista a correta efetivação dos contratos de prestação de trabalho do preso às entidades públicas ou privadas.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – Senadora **Serys Slhessarenko.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

.....
.....

SEÇÃO III
Do trabalho externo

Art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizados por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas às cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

.....
.....

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2005

Altera o art. 5º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, fixando alíquota mínima para o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) nas hipóteses que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se para § 1º o atual parágrafo único:

"Art. 5º.....

.....

§ 2º A alíquota não poderá ser reduzida a menos de um por cento nas operações cambiais relativas a:

I – ingresso ou retorno de capitais externos destinados ao mercado financeiro ou de capitais, ressalvadas as relativas a:

a) financiamento a exportações ou importações;

b) financiamentos concedidos por agências governamentais e multilaterais de crédito;

c) aquisição de 10% (dez por cento) ou mais do capital de empresas domiciliadas no País;

d) remessa de rendas derivadas de capitais de que trata este inciso;

II – empréstimos em moeda de prazo médio mínimo inferior a um ano.(NR)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do exercício subseqüente ao de sua publicação.

Justificação

Assim como a década de 1980 foi à década do descontrole monetário e da inflação crônica, a década de 1990 viu renascerem os esforços de estabilização em toda a América Latina.

Esses esforços se deram em uma época em que a crescente integração financeira e o avanço tecnológico dos meios de comunicação e registro eletrônico conferiram tal velocidade às operações financeiras que deixaram os países praticamente à mercê dos mercados financeiros em tudo o que diz respeito à suas políticas cambiais e monetárias.

Embora não tenha impedido que se implementassem políticas de estabilização bem sucedidas, a excessiva mobilidade de capitais deixou os países muito vulneráveis a qualquer pequeno estímulo, por trivial que fosse, ou mesmo a meros rumores e boatos que, embora infundados, deixavam rastro de instabilidade e incerteza em escala internacional.

Quem acompanhou com alguma atenção o comportamento dos mercados logo após as crises da Ásia e Rússia saberá avaliar os efeitos devastadores da excessiva da mobilidade de capitais sobre as economias emergentes, que motivaram, inclusive, a discussão, entre os especialistas, da ocorrência de crises financeiras e cambiais criadas por "profecias auto-realizáveis".

Não foram apenas os países latino-americanos que sofreram com a postura descomprometida e oportunista de investidores internacionais. Vários países europeus, entre 1992 e 1993 – quando vigorava o Mecanismo das Taxas de Câmbio, que precedeu a unificação monetária e a criação do Euro – foram forçados a desvalorizar suas moedas após o movimento especulativo que se seguiu à elevação das taxas de juros na Alemanha. Embora não houvesse razão objetiva para se crer que os demais países – Inglaterra, Espanha, Dinamarca, entre outros – sucumbiriam à tentação de desvalorizar suas moedas pelo simples fato de a Alemanha ter elevado a remuneração de seus títulos, os movimentos especulativos que se seguiram foram tão vigorosos que a desvalorização cambial acabou por impor-se aos bancos centrais desses países.

Recuando duas décadas mais no tempo, notaremos que fenômenos semelhantes estiveram por trás da derrocada do sistema monetário internacional

então vigente e da significativa flutuação cambial que se seguiu.

Embora o câmbio flexível seja defensável sob muitos aspectos, é de se notar a influência deletéria que o excessivo movimento de capitais tem sobre a volatilidade do câmbio, amplificando os riscos de todos aqueles que mantêm negócios com o exterior – exportadores e importadores, tomadores de créditos de longo prazo e o próprio governo – e dificultando sobremaneira a "sintonia fina" da política econômica, que se torna, inclusive, tecnicamente mais difícil e financeiramente mais onerosa.

Foi no contexto da sucessão de crises cambiais que marcou a derrocada do sistema de Bretton Woods que o célebre economista James Tobin, laureado com o Prêmio Nobel em 1981, propôs a adoção em escala mundial de um pequeno tributo sobre as operações cambiais vinculadas à movimentação de capitais entre os países.

O Professor Tobin não fez essa proposta motivado por convicções xenófobas. Muito pelo contrário, ele sempre foi, até o fim de sua vida, um entusiasta da integração internacional. Sua preocupação era unicamente a de conferir maior estabilidade aos fluxos de capitais entre os países. Na sua proposta original, o imposto Tobin – como ficou conhecido, na literatura e no debate de política econômica, o imposto por ele proposto – seria adotado, simultaneamente, por todos os países do mundo, de forma a obter dois efeitos:

> – o primeiro seria desestimular o capital que deseja transpor fronteiras com objetivos de valorização a curto prazo, sem compromisso com a permanência e a estabilidade;
>
> – o segundo seria evitar a imposição de um ônus a qualquer país específico relativamente a outros que, compreensivelmente, com ele concorrem por financiamentos, investimentos e empréstimos no mercado financeiro internacional.

Apesar de amplo debate no cenário internacional, ainda não se criaram as condições políticas e diplomáticas de sua adoção em escala mundial. Por isso, cada país em particular deve enfrentar o dilema existente entre adotá-lo isoladamente e esperar o surgimento de um tratado internacional que o estabeleça, simultaneamente, no mundo inteiro.

Nosso País já foi por demais fustigado pelas incertezas criadas pela instabilidade de capitais fugazes para hesitar nessa questão. A espera de um tratado internacional não pode ser pretexto para não avançarmos, até onde for possível, por nossos próprios meios.

O preço de adotar essa estratégia existe, e não vamos negá-lo. Os paises que não adotarem o imposto Tobin terão mais facilidade na atração de capitais de curto prazo do que o Brasil. Mas convém frisar que os capitais de curto prazo que nos são úteis são justamente aqueles que estamos, propositalmente, eximindo da incidência do imposto: os financiamentos a importações e a exportações.

O projeto de lei que trazemos à consideração dos senhores parlamentares tampouco proíbe quem quer que seja de investir ou deixar de investir no Brasil. Não estamos impedindo o livre curso dos capitais que, como é de sua natureza, buscam a melhor oportunidade de retorno e de risco.

Queremos apenas eliminar, por meio de uma pequena alíquota incidente sobre algumas operações cambiais específicas, o que até hoje tem sido um incentivo e um prêmio à movimentação especulativa de capitais. Ao tentar defender sua moeda e combater a inflação em um contexto de capitais instáveis, o País se viu muitas vezes obrigado a submeter sua economia e seus trabalhadores às socialmente penosas elevações da taxa de juros. Quanto aos efeitos sobre o orçamento público, basta lembrar que a dívida acumulada nos últimos anos é, em parte, fruto da manutenção de uma taxa de juros real que poderia ter sido menor, não fosse a tentativa de manter dentro do País os capitais de curto prazo que, após tantas idas e vindas, acabaram por abandonar o País.

Por tudo isso, a implementação do imposto Tobin poderá até mesmo baixar o nosso custo de financiamento. Ao rejeitar explicitamente a atração de capitais de curto prazo, estaremos conferindo à economia

brasileira uma imunidade contra a instabilidade que tais capitais representam. Não será mais necessário praticar taxas de juros em média tão elevadas apenas para conter, em nossas fronteiras, capitais que pouco ou nada contribuem para o investimento produtivo, para as exportações ou para a estabilidade da economia. A freqüente queda-de-braço entre o banco central e o mercado financeiro é um exercício caro, que desejamos, pela presente iniciativa, reduzir ao mínimo. O custo representado pelo típico vaivém do capital de curto prazo poderá ser evitado pelo simples desestimulo a esse vaivém.

Um exemplo numérico basta para mostrar a eficácia do imposto Tobin. Uma aplicação em renda fixa que renda 1% ao mês com capitalização mensal gera um retorno de 12,7% ao ano, independentemente do seu período de maturação.

No entanto, se aplicarmos um imposto de 1% na entrada e na saída do capital investido, a rentabilidade será substancialmente reduzida para instrumentos

de curto prazo, mas não para aplicações mais longas. Nesse caso, uma aplicação de um mês terá retorno negativa; se durar dois meses, terá taxa de retorno nula; se o capital permanecer durante um ano, sua remuneração alcançará 10,5% ao ano; se permanecer durante três anos, a rentabilidade será de 11,6% ao ano, suficientemente próxima da taxa original de 12,7% ao ano.

Nota-se claramente que investimentos curtos têm sua rentabilidade significativamente reduzida, mas, à medida que o prazo vai aumentando, esse efeito praticamente se desvanece, restabelecendo-se a atratividade de aplicações ao capital estrangeiro.

Outros países optaram por mecanismos diversos. O Chile, por exemplo, obrigava, na década de 1990, o recolhimento de uma parcela equivalente a 30% do capital ao Banco Central por um período de um ano para, somente após esse prazo de carência, ser aplicado livremente no mercado financeiro chileno.

Essa é uma proposta interessante. Poderíamos até classificá-la como uma variação da proposta de Tobin, pois também atua no sentido de dissuadir o capital de curto prazo, sem prejudicar a entrada de capital de longo prazo. Sua desvantagem, porém, é não gerar um aumento das disponibilidades orçamentárias para financiar ações, por exemplo, na área social.

É certo que o imposto Tobin não foi idealizado primordialmente como uma fonte de arrecadação. Muito mais forte é o apelo de seu caráter regulatório. No entanto, a própria proposta original de Tobin previa a destinação de recursos arrecadados a organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Em contraste à opção chilena, o projeto de lei que trazemos à consideração dos senhores parlamentares contribui com recursos para ações análogas em um país que reafirmou, nas últimas eleições, seu compromisso com a solidariedade e com a distribuição da renda e que, para atingir esses objetivos, precisará mobilizar recursos orçamentários.

Para inserir o imposto Tobin em nosso arcabouço jurídico, é preferível adaptar um imposto já existente a criar um novo tributo. O projeto aproveita a figura do imposto sobre operações financeiras (IOF), que já existia e estava à disposição para cumprir esse papel, bastando-lhe uma pequena adaptação, qual seja, a vedação de que sua alíquota seja fixada abaixo de um por cento nas transações relativas a capitais destinados ao mercado financeiro e de capitais.

Outra opção seria esperar a adoção, em caráter permanente, da contribuição sobre movimentação financeira (CMF). No entanto, essa estratégia exigiria um processo legislativo mais complexo, por envolver discussões de caráter constitucional, e limitaria a alíquota cobrada ao teto previsto para a contribuição, que poderá mostrar-se insuficiente para a tarefa regulatória que se lhe pretende atribuir.

O presente projeto isenta a entrada de capital de investimento direto, tipicamente de longo prazo, e aquele destinado a financiar importações e exportações. Não é seu objetivo criar obstáculos ao comércio e à atração de capital externo, apenas desestimular o capital volátil. Também não se pretende atingir os empréstimos de prazo médio mínimo igual ou superior a um ano.

Convém ressaltar que, do ponto de vista técnico, o Brasil está plenamente equipado para acompanhar e fiscalizar, com eficácia, o recolhimento desse tributo. A estrutura e a regulamentação atuais do mercado financeiro já suprem os instrumentos necessários a isso, como comprova o histórico do IOF.

Gostaria muito de poder contar com o apoio dos meus colegas parlamentares para implementar essa modificação em nossa estrutura tributária que, acredito, embora pequena e pontual, trará mais estabilidade econômica, e maior autonomia em nossas políticas monetária e cambial.

Ao adotar o imposto Tobin, estaremos provando aos demais países, por nosso exemplo, que o Brasil está atento às necessidades do momento e disposto a adotar as medidas corajosas para enfrentar essas questões.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – **Serys Slhessarenro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.894, DE 21 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 513, de 1994, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

.....

.....

Art. 5º O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF, incidente sobre operações de câmbio será cobrado à alíquota de vinte e cinco por cento sobre o valor de liquidação da operação cambial.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá reduzir e restabelecer a alíquota fixada neste artigo,

tendo em vista os objetivos das políticas monetária, cambial e fiscal.

.....

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2005

Determina o uso da linguagem inclusiva para cargos na Administração Pública brasileira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os nomes dos cargos, empregos, funções e outras designações que recebam os encargos públicos da administração pública brasileira civil e militar obedecerão aos princípios da linguagem inclusiva.

§ 1º Os cargos eletivos terão a flexão do respectivo gênero de acordo com o sexo do candidato, candidata ou ocupante.

§ 2º Os cargos, empregos, funções e outras designações que recebam os encargos da administração pública civil terão a flexão do respectivo gênero de acordo com o sexo do ocupante ou da ocupante.

§ 3º Patentes, postos e graduações das Forças Armadas terão a flexão do respectivo gênero de acordo com o sexo do respectivo ou da respectiva ocupante.

Art. 2º A menção geral ao cargo, posto, patente ou graduação fará referência explícita aos gêneros masculino e feminino, lançando mão dos recursos de flexão e concordância da língua portuguesa.

Art. 3º Ficam os órgãos da Administração Pública brasileira, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autorizados a atualizar a nomenclatura dos cargos nas normas que regulamentam as carreiras, tabelas, quadros de pessoal e demais descrições que recebam, de acordo com esta Lei.

Art. 4º Os editais de concursos, as cédulas eleitorais e demais instrumentos de seleção pública ou votação obedecerão ao disposto nesta Lei.

Art. 5º A aplicação do disposto nesta Lei, ao lançar mão das instruções contidas em estudos, tratados ou descrições da língua portuguesa far-se-á sempre com a observância dos seguintes princípios:

I – obrigatória inclusão explícita dos gêneros feminino e masculino, com as respectivas concordâncias e pronomes, na designação geral ou particular dos cargos e assemelhados;

II – não predominância de um gênero sobre o outro, ainda que sustentada em uso do costume ou das gramáticas normativas;

III – uso dos dois gêneros para os casos de pluralização.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Justificação

A linguagem inclusiva tem-se revelado um instrumento poderoso para se lutar contra a discriminação de gênero que sofrem as mulheres. O esforço para que homens e mulheres recebam tratamento não-discriminatório se baseia no fato de que a linguagem corrente se mostra excludente em diversos pontos. Na administração pública, em particular, essa discriminação se revela na oportunidade em que são listados e discriminados os cargos a serem ocupados.

Com base nos costumes e nas instruções das gramáticas normativas, os cargos são descritos no gênero masculino. Uma simples consulta a um edital de concurso público nos mostra essa falta de sintonia entre o tratamento formal e a realidade do serviço público:

> O Procurador-Geral da República, com base no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e nas disposições da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, faz saber que estarão abertas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, as inscrições para o 21º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador da República, nos termos seguintes: (...) (grifou-se). (Fonte: Edital nº 6/2004, da Procuradoria Geral da República).

Esse exemplo traz à tona uma prática da fala e da escrita corriqueiras, aceitas e recomendadas pelas gramáticas normativas: o masculino funciona como se fosse a designação geral, universal, incluindo ambos os gêneros, masculino e feminino.

No que diz respeito às Forças Armadas, do quadro de postos (art. 16 da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980), constam nomes no masculino, como Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-de-Corveta, Capitão– Tenente (Marinha); Coronel, Tenente-Coronel (Exército); Coronel, Tenente-Coronel (Aeronáutica). No círculo de Cabos e Soldados, igualmente os nomes listados estão no gênero masculino (Soldado, Marinheiro, Taifeiro). Os únicos nomes aplicados aos dois gêneros, com mudança apenas do artigo, seriam Recruta, Major e Tenente.

Outro exemplo claro da discriminação perpetrada contra as mulheres, no âmbito das Forças Armadas, está no inciso V, do art. 13, da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, ao determinar que:

> as Oficiais do atual Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais serão posicionadas (...), sendo as atuais *Segundos-Tenentes* promovidas ao posto de *Primeiro-Tenente* do novo Corpo ou Quadro. (Grifou-se.)

Mesmo no campo político-eleitoral, onde as mulheres já chegaram há mais tempo, com a força da votação popular, há resistências em se empregar o gênero feminino. Isso é o que demonstra a Resolução nº 20.666, de 13 de junho de 2000, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para fixar uma determinação que já se encontrava em lei, e obrigar os Tribunais Regionais Eleitorais a flexionarem o gênero dos candidatos e das candidatas a cargos eletivos. Embora o art. 83 da Lei nº 9.504, de 1997, já determinasse a obrigação de identificar o gênero na denominação dos cargos em disputa, como houvesse resistência ao cumprimento dessa norma, o TSE precisou se pronunciar. Naquela ocasião, alegando o pouco tempo que haveria para tomar a providência quanto a cédulas impressas, determinou que, nas urnas eletrônicas, tal identificação de gênero fosse adotada.

Por isso, a necessidade de uma nova lei se pronunciar, explicitamente sobre todos os cargos da Administração Pública: os de natureza civil, os militares e também os eletivos.

O imperativo de se adotar um novo marco normativo decorre também do efeito de inércia provocado pelas instruções gramaticais. Estas indicam, por exemplo, que havendo dois termos associados, um no feminino, outro no masculino, o plural será feito no masculino. Assim sendo, se, em uma sala de aula de 40 pessoas, houver 35 do sexo feminino e 5 do sexo masculino, o plural será alunos.

Além disso, ao discorrer sobre a formação dos gêneros em língua portuguesa, as gramáticas fazem afirmações como essa, do renomado Celso Cunha (**Nova Gramática do Português Contemporâneo, 1985):**

> O masculino é o termo não marcado; o feminino o termo marcado.

O que representa essa afirmação para aqueles que escrevem as leis e os regulamentos, inclusive os nomes dos cargos públicos? Que eles poderiam sempre listar os cargos pelo masculino. Mas qual a conseqüência disso para o imaginário que se constitui na sociedade em torno das carreiras do serviço público? Que existem apenas procuradores, auditores, consultores, capitães, médicos, advogados, juízes... e assim por diante, sempre no masculino. Quando, na verdade, existem, também, procuradoras, auditoras, capitãs, médicas advogadas, juízas... Por isso, preconizamos no art. 5º deste projeto de lei que, ao lançar mão das instruções contidas em estudos, tratados ou descrições da língua portuguesa, far-se-à sempre com a observância dos princípios da linguagem inclusiva, com menção aos gêneros feminino e masculino, obrigatoriamente, mesmo nos casos de pluralização.

Essa providência se faz tanto mais necessária, ao observarmos que a norma já existente sobre o tema, a Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956, remete aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto consagrados na lexeologia do idioma. Por isso, mesmo ao determinar que o gênero gramatical do nome do cargo deva acompanhar o sexo do funcionário a quem se refira, ao remeter aos preceitos tradicionais, abre a possibilidade de se empregarem regras que guardam conotação discriminatória. Por isso mesmo, faz-se necessário revogar explicitamente tal norma, como proposto no art. 6º deste projeto de lei.

As resistências à adoção de uma linguagem inclusiva, não sexista, vêm da crença de que tais nomes são da natureza da língua, e que, portanto, seria artificial tentar alterar tal situação por intermédio de uma lei. Contra esse argumento é necessário lembrar que a língua é, sim, um construto que depende da intervenção da sociedade, dos falantes; e que varia segundo o tempo e o espaço, e até mesmo segundo a geração de usuários dessa língua.

Se é verdade que a língua não é a causadora da discriminação contra as mulheres, também é ceifo que ela é o meio pelo qual circulam os valores da sociedade. E se essa sociedade foi ou continua sendo discriminatória, tal exclusão está marcada na língua, nos nomes e até nos pronomes. No estado da Flórida, nos EUA, foi aprovada uma instrução para revisar todas as leis existentes, para delas expurgar qualquer caráter discriminatório. Após migrar para o meio eletromagnético todas as normas editadas entre 1822 e 1997, foi feita uma pesquisa para localizar a presença de marcadores de exclusão das mulheres. Foram encontradas 4.389 ocorrências para **his** (pronome possessivo masculino), e nenhuma ocorrência para **hers** (pronome possessivo feminino), como constata o artigo de Pamela Martin e James Mckee, intitulado **Gender Neutralizing State Laws** (http://www. ncsl. org/programs/legman/legalsrv/vol13Nol.htm.)

E se a Administração Pública, com todo o seu poder, alimenta em seus estatutos, regulamentos e leis, a preponderância de um universo de cargos em que apenas os do gênero masculino são denominados listados, discriminados, o Estado estará criando, reforçando e perenizando uma visão obsoleta da sociedade, quando apenas homens tinham acesso a esses cargos públicos.

Mas as mulheres já conquistaram, ao longo dos últimos cem anos, diversas posições no cenário da educação e da Administração Pública, sem que isso se refletisse nos nomes dos cargos: em 1874, ganharam o direito de freqüentar universidades; em 1932, o de votar e ser votadas; em 1980, de ingressar nas Forças Armadas.

Neste momento em que são irreversíveis as conquistas femininas em todos os campos, seda um anacronismo inaceitável que o Estado brasileiro continuasse a reforçá-la, por intermédio de suas leis e regulamentos do serviço público. Lembramos, para finalizar, o estatuto constitucional que manda promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV).

Tendo em vista o impacto positivo desta medida para a valorização da mulher brasileira, solicito o apoio das Senadoras e Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – Senadora **Serys SIhessarenko.**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 2.749, DE 2 DE ABRIL DE 1956

Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprego oficial de nome designativo de cargo público:

"O gênero gramatical desse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genericamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome."

Art. 2º A regra acima exposta destina-se por natureza as repartições da União Federal, sendo extensiva às autarquias e a todo serviço cuja manutenção dependa, totalmente ou em parte, do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1956; 135º da Independência e 68º da República. – **Juscelino Kubitschek.**

LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

ESTATUTO DOS MILITARES

.....
.....

CAPÍTULO III
Da Hierarquia Militar e da Disciplina

.....
.....

Art. 16. Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica nas Forças Armadas, bem como a correspondência entre os postos e as graduações da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, são fixados nos parágrafos seguintes e no Quadro em anexo.

§ 1º Posto é o grau hierárquico do oficial, conferido por ato do Presidente da República ou do Ministro de Força Singular e confirmado em Carta Patente.

§ 2º Os postos de Almirante, Marechal e Marechal-do-Ar somente serão providos em tempo de guerra.

§ 3º Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pela autoridade militar competente.

§ 4º Os Guardas-Marinha, os Aspirantes-a-Oficial e os alunos de órgãos específicos de formação de militares são denominados praças especiais.

§ 5º Os graus hierárquicos inicial e final dos diversos Corpos, Quadros, Armas, Serviços, Especialidades ou Subespecialidades são fixados, separadamente, para cada caso, na Marinha, no Exército e na Aeronáutica.

§ 6º Os militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, cujos graus hierárquicos tenham denominação comum, acrescentarão aos mesmos, quando julgado necessário, a indicação do respectivo Corpo, Quadro, Arma ou Serviço e, se ainda necessário, a Força Armada a que pertencerem, conforme os regulamentos ou normas em vigor.

§ 7º Sempre que o militar da reserva remunerada ou reformado fizer uso do posto ou graduação, deverá fazê-lo com as abreviaturas respectivas de sua situação.

.....
.....

LEI Nº 9.519, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

.....

Art. 13. Para a constituição inicial dos Corpos e Quadros de Oficiais estabelecidos nesta lei, serão observadas as seguintes disposições:

.....

.....

V – as Oficiais do atual Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais serão posicionadas, em função de suas habilitações, no Corpo de Engenheiros da Marinha, nos Quadros do Corpo de Saúde da Marinha ou no Quadro Técnico, sendo as atuais Segundos-Tenentes promovidas ao posto de Primeiro-Tenente do novo Corpo ou Quadro;

.....

.....

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

.....

Art. 83. As cédulas oficiais serão confeccionadas pela Justiça Eleitoral, que as imprimirá com exclusividade para distribuição às Mesas Receptoras, sendo sua impressão feita em papel opaco, com tinta preta e em tipos uniformes de letras e números, identificando o gênero na denominação dos cargos em disputa.

§ 1º Haverá duas cédulas distintas, uma para as eleições majoritárias e outra para as proporcionais, a serem confeccionadas segundo modelos determinados pela Justiça Eleitoral.

§ 2º Os candidatos à eleição majoritária serão identificados pelo nome indicado no pedido de registro e pela sigla adotada pelo partido a que pertencem e deverão figurar na ordem determinada por sorteio.

§ 3º Para as eleições realizadas pelo sistema proporcional, a cédula terá espaços para que o eleitor escreva o nome ou o número do candidato escolhido, ou a sigla ou o número do partido de sua preferência.

§ 4º No prazo de quinze dias após a realização do sorteio a que se refere o § 2º, os Tribunais Regionais Eleitorais divulgarão o modelo da cédula completa com os nomes dos candidatos majoritários na ordem já definida.

§ 5º Às eleições em segundo turno aplica-se o disposto no § 2º, devendo o sorteio verificar-se até quarenta e oito horas após a proclamação do resultado do primeiro turno e a divulgação do modelo da cédula nas vinte e quatro horas seguintes.

.....

.....

(Às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última à decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2005

Altera a redação do art. 115 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 115 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 115 – São reduzidos de ¼ (um quarto) os prazos de prescrição quando o

criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Esta proposição é mais uma das expressivas colaborações que o Ministério Público, por meio da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, apresenta para o aprimoramento de nosso ordenamento jurídico. Tal proposição, da qual tenho a honra de ser o condutor, aduz argumentos de minha inteira concordância, e que espero, seja a dos meus ilustres pares, da forma como se segue:

> "De acordo com a atual redação do art. 115 do Código Penal, os prazos prescricionais são reduzidos à metade quando o infrator era, ao tempo da prática delitiva, menor de 21 anos ou, na data da sentença maior de 70 anos.
>
> Tal privilégio não mais se justifica na atualidade, tendo em vista a plena capacidade de discernimento de um jovem com idade entre 18 e 21 anos. Note-se, nesse sentido, que o atual Código Civil, diferentemente do que dispunha o art. 9º do CC de 1916, estabelece que a "menoridade cessa aos 18 (dezoito,) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil" (art. 5º), Vale dizer, inexiste, à luz da legislação civil con-

temporânea, qualquer razão para tratamento tão privilegiado ao indivíduo que se encontre na faixa etária entre 18 e 21 anos.

A redução pela metade do prazo prescricional propicia, ainda, o incremento da impunidade, notadamente naqueles crimes de maior complexidade que exigem maior tempo na atividade investigatória ou na instrução processual.

Noutro passo, o aumento da expectativa de vida do brasileiro – que tem ensejado inúmeras alterações no sistema previdenciário e proposições acerca da elevação do limite de idade para fins de aposentadoria compulsória – revela a desnecessidade do benefício concedido aos maiores de 70 anos. Eventuais infratores condenados judicialmente, apenas pelo implemento dessa faixa etária, podem mais facilmente escapar à atuação punitiva do Estado. Trata-se, enfim, de injustificável privilégio que implica grave prejuízo social haja vista a frustração do exercício da pretensão punitiva.

Por motivos de boa política criminal e pelo propósito de reduzir hipóteses legais que acabam gerando impunidade, legitima-se a presente proposta, minimizando-se a redução do lapso prescricional a apenas ¼ (um quarto). Com isso, pretende-se ampliar o grau de efetividade da jurisdição penal no Brasil.

Frise-se, por derradeiro, que a presente proposta mantém inalterada a circunstância atenuante da pena prevista no art. 65, I, do Código Penal consistente no fato de ser o agente menor de 21 anos na data do fato, ou maior de 70 anos, na data da sentença".

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – Senador **Pedro Simon.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE SETEMBRO DE 1940

.....

Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-84)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2005

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem "software **aberto".**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 5º .....

.....

§ 4º A aquisição ou o financiamento, com recursos do Fust, dos equipamentos terminais e de interface a que se referem os incisos VI, XII e XIII, dará preferência a produtos que utilizem programas de computador abertos, devendo o processo licitatório definir critérios que estabeleçam a adequada ponderação entre as ofertas técnica e de preço desses equipamentos.

§ 5º Para utilização dos recursos do Fust, considera-se aberto o programa de computador a cujo código-fonte se tenha acesso pleno e não-oneroso, e no qual eventuais alterações não dependam de autorização do fornecedor ou do fabricante. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) tem sido objeto de diversas interpretações por parte de agentes políticos e de controle jurisdicional. Considerando o montante acumulado durante quase cinco anos, as opiniões a respeito da forma e do destino de sua aplicação tendem a ser cada vez mais divergentes.

Destinados a contribuir com a universalização do acesso a serviços de telecomunicações, os recursos podem ser alocados na aquisição, ou no financiamento de uso, de serviços e de equipamentos terminais de telecomunicações, conforme regem a Lei nº 9.998, de 2000, e os Acórdãos proferidos pelo TCU, em resposta a consultas do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações.

Nesse contexto, julgamos pertinente e oportuna a aprovação de norma legal que conceda preferência, na aplicação dos recursos do FUST, a equipamentos que utilizem softwares abertos, ou seja, programas de

computador, de usos diversos (sistemas operacionais, **middlewares** ou aplicativos), cujos códigos–fonte sejam fornecidos sem ônus e sem restrições de propriedade, de forma que possam ser manipulados livremente pelo contratante.

Além de otimizar o uso dos recursos do Fundo, pois se reduziram pagamentos com licenças de uso de software, a medida facilitaria a adaptação dos sistemas contratados às necessidades de seus usuários.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2005, – Senadora **Serys Slhessarenko.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000

Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 5º Os recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com plano geral de metas para universalização de serviço de telecomunicações ou suas ampliações que contemplarão, entre outros, os seguintes objetivos:

I – atendimento a localidades com menos de cem habitantes;

II – (VETADO)

III – complementação de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização para atendimento de comunidades de baixo poder aquisitivo;

IV – implantação de acessos individuais para prestação do serviço telefônico, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;

V – implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a instituições de saúde;

VI – implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários;

VII – redução das contas de serviços de telecomunicações de estabelecimentos de ensino e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da internet, de forma a beneficiar em percentuais maiores os estabelecimentos freqüentados por população carente, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo;

VIII – instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;

IX – atendimento a áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico;

X – implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública;

XI – implantação de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situadas em pontos remotos do território nacional;

XII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes;

XIII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes;

XIV – implantação da telefonia rural.

§ 1º Em cada exercício, pelo menos trinta por cento dos recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades executados pelas concessionárias do Sistema Telefônico Fixo Comutado – STFC nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene.

§ 2º Do total dos recursos do Fust, dezoito por cento, no mínimo, serão aplicados em educação, para os estabelecimentos públicos de ensino.

§ 3º Na aplicação dos recursos do Fust será privilegiado o atendimento a deficientes.

.....

.....

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicadas e vão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003** (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo*;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005** (nº 276/2003, na Casa de origem), que *altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui*

a expressão "atendimento médico" por "atendimento integral à saúde"); e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005** (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais*.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 0458-L-PFL/05

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Abelardo Lupion para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a "apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos", em vaga existente.

Atenciosamente, – **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Sr. Deputado Abelardo Lupion, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/A/PSB/354/05

Brasília, 29 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a substituição do Deputado Jamil Murad (PCdoB/SP) pela Deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) na vaga de titular do Partido Socialista Brasileiro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "da Terra",

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito na prorrogação da hora do Expediente, nos termos do § 2º do art. 158 do Regimento Interno.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, Srªs e Srs. Senadores, foi inaugurado, no dia 29 de agosto deste ano, em São Paulo, o capítulo brasileiro do Clube de Roma. O que distingue o Clube de Roma de outras organizações não-governamentais é o seu foco nos problemas globais de longo prazo, que não podem ser resolvidos inteiramente por governos ou pelo setor privado.

O "*Clube de Roma*", conforme diz publicação da entidade, "*foi fundado em 1968 por um grupo de 30 pessoas de várias nacionalidades – cientistas, educadores, economistas, humanistas, eTC – que, tendo à frente o economista italiano Aurelio Peccei, propunha-se a funcionar como um "colégio invisível", investigando e chamando a atenção de governos para grandes problemas que afligem a humanidade, tais como: "pobreza em meio a abundância; deterioração do meio ambiente, perda de confiança nas instituições; expansão urbana descontrolada; insegurança no emprego; alienação na juventude; rejeição de valores tradicionais; inflação e outros transtornos econômicos e monetário*. (William Watts. **Limites do Crescimento**, 1972, p. 11).

O que distingue o "Clube de Roma" de outras organizações não-governamentais é seu foco nos problemas globais de longo prazo, que não podem ser resolvidos inteiramente por governos ou pelo setor privado, muitas vezes pressionados por questões urgentes (a ser ligadas no curto prazo), e muitas vezes atuando apenas em benefício de sua nação. (Em detrimento de seus vizinhos e/ou do globo).

O resultado desta reunião foi o primeiro relatório para o "Clube de Roma": "Limites para o crescimento". Este relatório atingiu enorme impacto global, sendo traduzido para mais de 30 idiomas, e com 30 milhões de cópias debatidas ao redor do planeta".

São membros, no Brasil, do referido clube os ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e José Sarney e o acatado professor Heitor Gurgulino de Souza, ex-Reitor da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade das Nações Unidas, que tem sede em Tóquio, no Japão.

O evento a que me refiro ocorreu na Fiesp, simultaneamente com um seminário com o significativo título: "Globalizando a Democracia & Democratizando a Globalização".

Tive, Sr. Presidente, a oportunidade de participar, após a sessão de abertura do encontro, na condição de comentarista, de mesa redonda com o tema "Globalizando a democracia – buscando a democracia para todos".

Estavam presentes autoridades como o ilustre Vice-Governador de São Paulo, Professor Cláudio Lembo, pensador social e Presidente Regional do PFL.

O palestrante foi o ex-Ministro Professor Luís Carlos Bresser Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, e moderador o Embaixador Rubens Barbosa (Presidente da COSCEX-FIESP) e os demais comentaristas foram o Professor Celso Lafer (Faculdade de Direito da USP), duas vezes Ministro das Relações Exteriores e ex-Ministro da Indústria e Comércio, Senhor Joerg Geier, Sub-Secretário do "*Clube de Roma*", Professora Eda Coutinho Barbosa, Diretora do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB e o Doutor Roberto Timótheo da Costa, Diretor Financeiro do BNDES.

O tema proposto à nossa reflexão é, além de atual e oportuno, igualmente instigante.

Discutir o sentido da história tem sido, como se sabe, há séculos, uma tarefa de pensadores que ainda continuam a indagar se a história tem sentido. A questão do tempo, no entanto, embora indissociável da evolução histórica, tem um significado ainda mais amplo que envolve pessoas, sociedades e instituições preocupadas com a evolução do universo e com o nosso próprio destino.

A questão, portanto, nos coloca diante de uma nova onda globalizadora que vive a humanidade, produto de uma grande revolução tecnológica que pervaga o mundo, trazendo mais perplexidades do que certezas com relação ao Século XXI.

O Século XX foi o mais violento da história, conforme disse certa feita o grande pensador e filósofo Isaiah Berlin, e o mesmo repetiu o historiador Eric Hobsbawn. E os albores deste século têm sido também marcados pelos flagelos de conflitos localizados e o recrudescimento, como todos sentem, do terrorismo internacional. Mas, por outro lado, em que pese todas essas dificuldades que viveu o Século XX e que vive o Século XXI, não se pode deixar de reconhecer que "o sol da liberdade" – de que fala o nosso Hino –, "em raios fúlgidos" brilha na maior parte do planeta. E frise-se que a liberdade é condição essencial para edificação de uma sociedade democrática.

Ao olharmos o mundo, sessenta anos após a assinatura da Carta de São Francisco, que foi a constituição da Organização das Nações Unidas, podemos constatar que cresceu, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o número de Estados integrantes da ONU que vivem sob o regime democrático. Se bem que – é importante frisar – em muitos a fruição de certos direitos seja apenas parcial.

É de se notar também que muitos que muitas associações interestatais de caráter regional ou sub-regional – citem-se como exemplo, entre outras, a União Européia e o Mercosul – têm concorrido para tal objetivo na medida em que inserem em seus estatutos a pedagógica "cláusula democrática" como pré-requisito para ingresso dos Estados nacionais nas respectivas instituições.

Ademais, as tecnologias da informação, a Internet ou "Infernet", como diz Millor Fernandes, estão contribuindo para o florescimento do intercâmbio entre povos e como corolário para a perfusão de valores como liberdade, cidadania e Estado de Direito, pois, como diz um velho provérbio latino, "preserva a ordem e a ordem te persevera" (**serva ordinem et ordo servabittre**). Isso é válido porque o uso da força, mesmo contra o terrorismo, não pode significar, convém frisar também, o desconhecimento ou a renúncia do primado da lei.

Conquanto se deva lembrar haver Noberto Bobbio observado que a democracia ainda possui "promessas não cumpridas", entre elas, incluiria eu, a debilidade de muitas de suas instituições, considero que os novos tempos estão globalizando a democracia. Algo, aliás, positivo para a construção de uma sociedade internacional sob uma ONU a ser refundada, que, respeitando os valores peculiares de cada povo, assegure a liberdade, a paz, a solidariedade, a justiça, "desenvolvendo a consciência comum de serem, por assim dizer, uma família de nações", como preconizou em documento sobre o assunto o Papa João Paulo II.

É oportuno lembrar, Sr. Presidente Flexa Ribeiro, que infelizmente o mundo ainda vive sob a égide das instituições nascidas no pós-guerra, de que é exemplo a ONU e outras que brotaram de *Breton Woods*, entre as quais poderíamos citar o GATT, transformado em OMC, o FMI, os bancos de fomento ao desenvolvimento, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas o fato

é que essas instituições estão de certa forma defasadas pelo evoluir histórico, muito acentuado nos últimos cinqüenta anos.

Retomando, Sr. Presidente, o sentido que queremos dar à história não apenas como indispensável avaliação do passado, mas – se é que podemos – na tentativa, ao abandonar nossos atos, de pensar na construção do futuro, o desafio está em democratizar a globalização.

Parece inequívoco que a globalização concorreu para ampliar o processo democrático no mundo. Não há dúvida de que, em contrapartida, infelizmente, sob o ponto de vista econômico, a globalização ampliou – e muito – não somente a pobreza, mas também a desigualdade social.

As instituições políticas, mormente após o adensamento da onda globalizadora, são alvo de crítica generalizada da sociedade contemporânea. Isso é um fenômeno não somente observado em nosso País, mas eu poderia dizer em grande parte do mundo, inclusive em países do Primeiro Mundo. As suas práticas são ainda julgadas insuficientes e inoperantes para superar as questões do presente e, sobretudo, para apontar os obstáculos do futuro. Entretanto, também é bom salientar, não é somente a política como atividade que está sob contestação. Acrescente-se que não é apenas ela que está em crise, insista-se, mas também as instituições econômicas. Nunca houve tanta prosperidade na economia mundial, embora, paradoxalmente, nunca houve tanta incerteza e insegurança com relação ao futuro da humanidade. A despeito de toda essa prosperidade, a produção econômica cresce na exata medida em que aumenta o desemprego em termos globais. Esse ambiente se repete, em outras dimensões, na escala social, em questões como solidariedade, coesão, proteção de minorias, equilíbrio ecológico, exclusão e correntes migratórias. Isso se dá, é importante lembrar, num momento em que a globalização econômica, as facilidades decorrentes da informação – a que já me reportei, quando me referi à Internet – e a troca internacional de experiências, inclusive através do turismo, correm em escala jamais vista.

Os conflitos étnicos, os surtos de nacionalismos, os enfrentamentos de caráter religioso e as dissensões internas exibem também o aumento da conflitividade social em larga escala.

Por conseguinte, o instante que vivemos é marcado por uma globalização excludente. E poderia me valer de uma citação do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 1999, logo após a sua reeleição, no Congresso Nacional, ele disse que vivíamos "uma globalização assimétrica", que "comporta riscos graves de exclusão e de aprofundamento das desigualdades, entre os países e dentro de cada um deles".

A questão da desigualdade e da pobreza é um problema observado em todo o Planeta; ocorre, de forma mais aguda, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas também em países desenvolvidos. Recente trabalho feito pela ONU, cuja versão preliminar foi publicada no fim da semana passada, demonstra, à saciedade, que estes dois fatores – desigualdade e pobreza – continuam afetando a construção de uma sociedade menos injusta e, portanto, mais solidária.

Fatos tão adversos devem servir de alerta para todos nós no sentido de buscarmos respostas para os desafios políticos, a conquista da racionalidade econômica e, sobretudo, o aumento da solidariedade social. A crise ensina, tem uma grande força docente, é uma excelente professora. E devemos tirar lições da crise, porque a adversidade para alguma coisa serve. Os franceses dizem: "*À quelque chose malheur est bon*", ou seja, a infelicidade para alguma coisa é boa.

Podemos repetir que a crise que vive grande parte do mundo, inclusive o Brasil, deve ser um momento para tirar lições que nos levem a repensar os velhos modelos e a tentar construir novas instituições, enfim, porque há uma incontestável distonia entre o diagnóstico plausível e as soluções possíveis.

Aliás, essa questão, objeto, se não me engano, em 1926, de um inspirado discurso de um ilustre nordestino que foi Gilberto Amado, quando afirmou que havia uma enorme distonia entre as instituições políticas e o meio social.

Sr. Presidente, a reflexão humana nos últimos cinqüenta anos, período caracterizado pelas mais vertiginosas transformações quantitativas e qualitativas de toda a história da humanidade, tem sido invariavelmente marcada mais pelo diagnóstico do que pelo prognóstico. Por essa razão, talvez, tenhamos vivido mais sob o signo do conformismo e do pessimismo do que sob a inspiração das grandes utopias que foram capazes de dar ao gênero humano aquele sentimento de grandeza que, em **Os Lusíadas**, Camões chamou de "o gênio da raça", necessário para entender essa estranha máquina que é o mundo. Ousamos mais no pensamento do que fomos capazes de ousar na ação.

Tudo isso exige determinada resolução de edificar uma nova arquitetura institucional que substitua os organismos da sociedade contemporânea, construídos sob os escombros da Segunda Grande Guerra, sob os

quais ainda vivemos, para ajustá-la ou para ajustá-las às esperanças deste novo século.

Se o que está em crise, friso, são as bases éticas da legitimidade – leia-se legitimidade e não legalidade – democrática, temos que repensar não a democracia em si, mas os fundamentos em que ela se assenta.

Consideramos legítimo o poder, desde que legalmente investido. A legalidade de origem de todo sistema político é apenas o lado formal da juridicidade, como dizem os especialistas em direito constitucional. O aspecto funcional de seu desempenho está, porém, condicionado ao seu exercício, isto é, o que os especialistas denominam a sua "imagem social do poder". Semelhante argumento pode, com igual propriedade, ser aplicado às bases da economia. Desde que adquirimos consciência de que os recursos manipulados pela economia são finitos e nem sempre renováveis, as velhas regras entraram em crise. Produzir para lucrar já não basta para satisfazer os requisitos da transformação econômica. É essencial produzir de forma auto-sustentável, vale dizer, sem afetar o meio ambiente. Esse novo padrão ético exige respeito às regras de salubridade, proteção previdenciária, amparo contra o desemprego, crises cíclicas e incertezas do ambiente econômico.

Finalmente, também a estrutura e o funcionamento dos mecanismos de coesão e solidariedade social já não se assentam apenas na capacidade de cada sociedade gerir seus conflitos. Questões como proteção de minorias, garantia da diversidade étnica, cultural e religiosa, a efetiva tutela dos direitos fundamentais (liberdade, igualdade de oportunidades etc.), já não são mais padrões nacionais diferenciados, mas, ao contrário, constituem, cada vez mais, compromissos jurídicos internacionais, portanto, universais.

Sr. Presidente, certamente, se observa que há no mundo todo um déficit de governabilidade que, na opinião de Gianfranco Pasquino, constitui a capacidade das instituições de darem respostas às demandas da sociedade.

O que se deve promover fundamentalmente é reformar a política, transformar a economia e melhorar o desfrute social. Se a globalização, sob o ponto de vista político, contribui para ampliar a prática democrática no mundo, por outro lado, sob o ponto de vista econômico, a meu ver, tem contribuído para aumentar a pobreza e a desigualdade, o que torna mais distante a construção de uma sociedade não somente democrática, mas também desenvolvida e justa. Assim, impõe-se o fortalecimento das instituições – nacionais e supranacionais – e, igualmente, criar mecanismos para adaptá-las às sempre renovadas aspirações da humanidade, de solidariedade, de igualdade de oportunidades, de justiça e, sobretudo, de paz.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Nobre Senador Marco Maciel, agradeço a V. Exª o brilhante pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa. S. Exª dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Flexa Ribeiro, nobres Pares, Srªs e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, especialmente meus queridos telespectadores do meu Estado do Tocantins, ouvintes da Rádio Senado FM e também da Rádio Senado em ondas curtas, que cobre a Amazônia Legal e, portanto, também o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

Sr. Presidente, se há uma coisa que penso que esta Casa toda pode testemunhar é o comportamento que procurei ter, ao longo de meu mandato, desde o primeiro dia em que aqui cheguei.

Sr. Presidente, na campanha de 2002, ganhamos a eleição no primeiro turno. Ganhamos as duas vagas no Senado Federal, o Governo e as oito vagas de Deputado Federal. Saí, depois de terminada a eleição no Tocantins, para outros Estados, para acompanhar comícios do PSDB, para acompanhar uma campanha em São Paulo com o hoje Prefeito José Serra e orgulho-me muito de ter participado dessa campanha.

A partir do momento em que ascendeu à Presidência da República, em que tomou posse o novo Governo e começamos, portanto, um relacionamento entre esta Casa e o Governo Federal, talvez tenha sido em meu primeiro discurso, Sr. Presidente, em que tive a honra de ser aparteado pelo Senador Pedro Simon, que eu disse que não iria ficar aqui com as cópias dos discursos que o PT fez no passado para cobrar coerência de quem estava no Governo, porque eu entendia

bem como é ser Governo e como é ser Oposição. E o Brasil precisava da governabilidade.

Existe um ditado, Sr. Presidente, que diz que existem homens que se dedicam a construir muralhas, castelos, e outros que se dedicam a construir pontes. Sempre tentei me enquadrar e direcionar minha vida para ser um construtor de pontes. Sempre encontrei caminhos de diálogo com outros Partidos. Tenho grandes amizades dentro do Partido dos Trabalhadores, como tenho dentro do PSB, como tenho, posso dizer, em todos os Partidos que integram esta Casa.

Sr. Presidente, tive o cuidado de me dirigir à Senadora Serys Slhessarenko para dizer que viria à tribuna hoje. S. Exª, a quem atribuo a qualidade de Parlamentar das mais equilibradas, das mais queridas desta Casa, fez ontem um pronunciamento muito duro, Senador José Jorge, dizendo que a revista **Veja** tinha se portado de maneira irresponsável. Esse foi, talvez, o termo mais leve usado pela Senadora.

Quero aqui abrir algumas aspas e, depois, ir à verdade dos fatos apenas para mostrar a S. Exª – e repito que fiz questão de dizer-lhe ontem que viria hoje à tribuna para tratar do assunto – que, em primeiro lugar, a revista **Veja** não precisa que este Parlamentar venha aqui fazer a sua defesa. A **Veja** não precisa disso. Mas, tendo sido feito um pronunciamento no plenário desta Casa, é bom que o Plenário desta Casa possa ser esclarecido. Neste caso, estou me despindo da condição de estar no PSDB e de ser membro da Mesa, mas não da condição de ser Senador e de buscar esclarecer os fatos, inclusive graves, imputados à **Veja**.

Sr. Presidente, a Senadora se referiu ao caso de uma estudante que saiu na capa da revista em um protesto que foi feito pelos estudantes contra a corrupção no Governo. Os estudantes se diziam a favor de Lula, porém contra a corrupção no Governo. Foi essa a interpretação dada pela UNE.

Ocorre que, tendo adquirido uma foto de um profissional, a revista **Veja** publicou-a com uma legenda, que se referia aos "caras-pintadas", ao protesto contra o Governo e contra o próprio Presidente Lula, porque, afinal de contas, quem governa é o Presidente Lula. Aí cairíamos em uma questão de interpretação.

Mas vejam o que disse a Senadora Serys:

> Vamos à história, na qual a pessoa atingida é uma garota gaúcha, estudante do segundo ano de uma escola técnica de Porto Alegre, chamada Hannah Beineke.
>
> A garota Hannah Beineke, no dia 4 de agosto, animou-se para participar da primeira passeata de sua vida, uma manifestação estudantil que tomou conta das ruas de Porto Alegre e que tinha como palavra de ordem "Com Lula, contra a corrupção". Entendam bem: com, com Lula, contra a corrupção.

Continua a Senadora:

> Hannah com milhares de colegas saíram às ruas em defesa de Lula e em combate contra a corrupção. Mas, quando foi ler a edição do dia 16 de **Veja**, o que encontrou lá foi a sua foto, publicada naquela edição que tinha na capa o nome do Lula escrito com os tais dos dois eles de Fernando Collor [que foram usados por **Veja** ao grafar o nome Lula], trazendo debaixo da foto de Hannah Beineke a seguinte legenda: "Os estudantes se rebelam contra a corrupção no Governo, promovem manifestações e pedem a saída do Presidente. Na semana passada, neocaras-pintadas de verde-e-amarelo começaram a se manifestar contra o Governo Lula."

Reporta a Senadora o que escreveu a revista **Veja**.

Continua a Senadora Serys Slhessarenko:

> Quer dizer, a garota Hannah foi à passeata e gritou: "Com Lula, contra a corrupção", mas a **Veja** escutou Hannah gritando contra o Governo Lula.
>
> E, segundo a Senadora, ela gritava apenas contra a corrupção.
>
> Claro que, politizada como é, a garota tratou logo de escrever uma carta para a redação da revista dizendo que a **Veja** estava manipulando os fatos e cometendo uma violência inaceitável contra ela ao transformá-la em adversária de um Governo que só interessava a ela defender.

Vejam bem, meus caros Pares, que a Senadora afirma que – estou abrindo aspas das notas taquigráficas que pedi à Mesa – "politizada como é, a garota tratou de escrever uma carta para a redação da revista..." Fico feliz com sua presença, nobre Senadora Serys Slhessarenko. Avisei ao Plenário que falaria e estou aqui abrindo aspas para as palavras de V. Exª com relação ao seu pronunciamento de ontem.

Vou repetir:

Claro que, politizada como é, a garota tratou logo de escrever uma carta para a redação da revista dizendo que a **Veja** estava manipulando os fatos e cometendo uma violência inaceitável contra ela ao transformá-la em adversária de um Governo que só interessava a ela defender.

A revista publicou a carta e, num dos trechos da resposta que deu, disse que iria apurar se houve um erro da agência, tentando transferir a responsabilidade pela mancada ao repórter fotográfico Jefferson Bernardes, da Agência Preview, autor da foto comprada e publicada pela **Veja**.

Claro que a garota Hannah, que é uma garota politizada, não engoliu as explicações e está acusando a revista de má-fé, pois a mesma manifestação, antes de ser manipulada pela **Veja**, já havia sido noticiada pelas tevês gaúchas...

Presidente, o que diz a revista **Veja** e qual é a verdade dos fatos? Em primeiro lugar, Senadora Serys, a garota Hannah em nenhum momento, politizada que é – e tenho certeza de que é, brasileira, no gozo de seus direitos políticos –, jamais escreveu à revista **Veja**. Então, a afirmação de que ela escreveu à **Veja** acusando-a de manipulação não é fato, porque a revista jamais recebeu uma carta da garota Hannah.

Mas o que fez a revista **Veja**, Sr. Presidente?

A revista **Veja** recebeu uma carta de uma assessora, de uma Vereadora de Porto Alegre, fazendo uma reclamação sobre o fato, e logo entrou em contato com a estudante – portanto, o contrário da acusação que recebeu –, buscando o mais puro esclarecimento dos fatos. Em nenhum momento a revista **Veja** mandou apurar o que poderia ser um equívoco da redação. De forma alguma. A revista **Veja** procurou a estudante e lhe deu onze vezes mais espaço do que continha a própria legenda da foto.

Na verdade, o fotógrafo enviou a foto à revista **Veja** com uma legenda. O protesto era contra a corrupção, não contra o Presidente Lula. Foi a própria revista **Veja** que se encarregou de ouvir a estudante.

Hannah: Lula está um pouco perdido.

Veja: Por que você foi à manifestação?

Hannah: Para protestar contra a corrupção e mostrar que alguns jovens estão acompanhando o que vem acontecendo.

Veja: Qual a sua opinião sobre o papel de Lula na crise?

Hannah: Por enquanto, acho que ele não está envolvido. Acho que o erro foi confiar nas pessoas erradas. Mas meus pais sempre foram petistas e estamos todos tristes com o PT. Mas ainda acredito em Lula.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª terá mais dois minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – **Veja** procurou e publicou, na íntegra, muito mais do que uma carta, mas perguntas e repostas, para não deixar pedra sobre pedra de dúvida sobre o assunto.

Por que vocês estão tristes com o PT? Eles estão se mostrando um Partido igual aos outros. Acho que pensaram que a Presidência era uma coisa; chegaram lá, era completamente diferente, bem mais difícil. Até o próprio Lula, acho que ele está meio perdido.

Senadora Serys Slhessarenko, perdoe-me se V. Exª não concorda com a minha defesa da **Veja**.

Ao contrário do que disse a Senadora Serys, **Veja** não publicou carta nenhuma da estudante, porque ela jamais enviou tal carta. Publicou, sim, uma entrevista sua feita por motivação da própria redação. **Veja** também não publicou nenhuma linha em suas páginas afirmando que iria apurar se houve erro da Agência Preview, que vendeu a foto à revista. Ao contrário, publicou, sim, uma entrevista com a estudante num espaço 11 vezes maior do que a legenda, cuja correção foi questionada – questionada, frisamos, mais uma vez, nunca pela própria estudante, mas, sim, por uma outra leitora, o que até desobrigava a revista. Se a própria estudante não se dirigiu à **Veja**, **Veja** estava completamente desobrigada. Mas, tendo recebido de alguém uma queixa, como leitor, **Veja** foi à estudante e lhe deu todo esse espaço.

Mais do que isso, nobre Senadora, não vou repetir, porque tenho certeza de que V. Exª não pensa isso. V. Exª disse que os donos da **Veja**, se tivessem o mínimo de espírito público, se retratariam. Disse que **Veja** estava manipulando e cometendo violência inaceitável. Disse que **Veja** mandou apurar, para ver se havia erro da agência.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, concederei a V. Exª mais dois minutos improrrogáveis.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Exª.

A Senadora referiu-se a "jornalismos da estirpe da **Veja**". Abro aspas para as palavras da minha respeitada e admirada Senadora Serys Slhessarenko: "A revista **Veja** está se sujando, se degradando, mostrando uma compostura que realmente desagrada, e não sabemos muito bem a serviço de quem".

Sr. Presidente, a revista **Veja**, desde 1968, quando começou a circular, já foi acusada de tentar derrubar vários Governos. Essa foi uma desculpa da ditadura militar para implantar a censura na própria redação da **Veja** e em outros veículos da imprensa.

Essa atitude, minha nobre Senadora Serys Slhessarenko, parece aquela indignação contra uma mensagem que acaba fazendo com que o indignado mate o mensageiro em vez de combater a própria mensagem.

Termino, dizendo a V. Exª, Senadora Serys Slhessarenko, que, no dia 20 de agosto de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu a revista **Veja** para dar sua primeira entrevista de cinco ou seis páginas. A revista **Veja** concedeu ao Presidente todo o espaço para expor todos os seus pontos de vista, inclusive sua intimidade no Palácio da Alvorada. Trata-se daquela mesma **Veja** que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu como órgão de credibilidade para merecer um destaque de oito páginas inteiras, para falar da sua vida, das suas idéias, dos seus projetos e dos seus ideais.

Quero manter, Senadora Serys, a opinião que venho manifestando nesta Casa. Eu, se pensasse que o Presidente da República estivesse mentindo, não tenha dúvida de que seria signatário de um pedido, junto com a sociedade civil, de *impeachment* ou qualquer coisa parecida. Em nenhum momento vim a esta tribuna, não sou daqueles que se aproveitam da crise para dela tirar proveito político, para transferir isso para o momento eleitoral do Estado.

Senadora Serys, a revista foi atrás dos fatos, deu espaço, deixou claro que não manipulou. Trata-se da mesma revista que deu ao Presidente Lula – aliás, escolhida pelo Presidente Lula – oito páginas para dizer tudo aquilo que pensava assim que foi empossado. Essa revista, hoje, não está servindo mais, segundo as palavras de V. Exª.

Eu queria que V. Exª fizesse uma reflexão. **Veja** tem dado uma cobertura de mais de 400 páginas desde que começou esta crise. Todos os profissionais que lá estão se sentiram duramente atingidos pela palavras de V. Exª, por uma razão: qualquer um dos nossos profissionais está passível de cometer um erro. A revista...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador, solicito a V. Exª que conclua o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – A revista apurou, deu voz e ouviu quem não procurou a revista. Sinceramente, Senadora, a revista não merece a crítica, de forma alguma, nem o seu diretor fundador, o Civita, que já foi, de uma forma até xenofobista, chamado, por alguns políticos, de estrangeiro que está na imprensa brasileira.

Confesso a V. Exª que já fiquei muito contrariado com algumas reportagens da **Veja** sobre a minha pessoa. Mas fico com aquela frase: "Voltemo-nos contra a mensagem, mas não contra o mensageiro". A revista **Veja** depende única e exclusivamente do leitor para sua sobrevivência.

Quero transcrever, Sr. Presidente, uma decisão do Ministro Celso de Mello, exarada pelo Supremo Tribunal Federal recentemente, com relação a alguém que acionou a revista **Veja** por abuso de ataques a uma determinada autoridade da República. O referido Ministro deixou clara sua decisão e absolveu a revista de qualquer custo, destacando o relevante papel que a imprensa tem que ter na apuração dos fatos.

Antes de citar a Senadora Serys Slhessarenko, disse a S. Exª que viria à tribuna tratar deste assunto.

Não sei se V. Exª estava no plenário, Senadora Serys, quando eu disse que, com certeza, pela sua forma equilibrada, lhana com os companheiros, correta, estreita, justa, com esses argumentos que são fatos, V. Exª haveria de refletir com relação ao veículo revista **Veja**, que, efetivamente, com todos os seus profissionais, não mereceu as palavras que, no meu entendimento, V. Exª lhe dirigiu.

Se V. Exª deseja um aparte, bem; senão, o art. 14 lhe assiste.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Carta ao leitor

Ministro Celso de Mello: erudição e clareza em defesa da liberdade de expressão

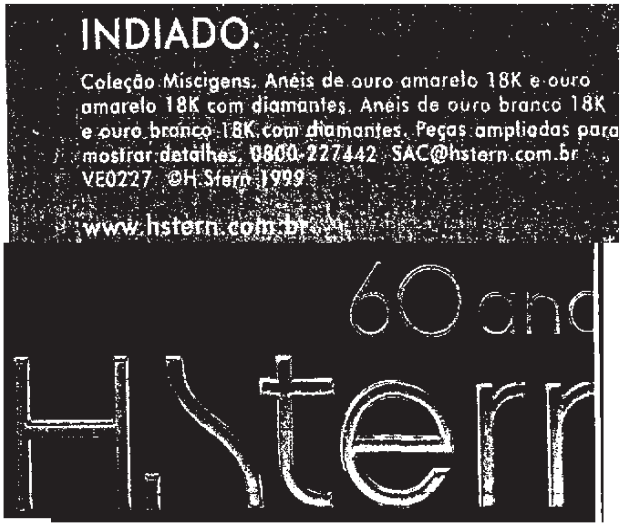
Decisao histórica

Ao mandar arquivar uma postulação que lhe chegou às mãos pedindo punição penal a jornalistas da revista VEJA pelo conteúdo de reportagens políticas publicadas há três semanas, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu uma aula de liberdade de expressão. O ministro rechaçou a ação movida por um advogado que viu nas reportagens crimes de "subversão contra a segurança nacional" e "contra a pessoa dos Chefes dos Poderes da União". Sua decisão foi acompanhada de uma explanação clara e erudita do papel da imprensa, da origem e das razões de sua liberdade. Abaixo, os trechos mais contundentes da decisão do ministro do STF.

■ "A Constituição da República assegura, ao jornalista, o direito de expender crítica, ainda que desfavorável e exposta em tom contundente e sarcástico, contra quaisquer pessoas ou autoridades."

■ "Vê-se, pois, que a crítica jornalística, quando inspirada pelo interesse público, não importando a acrimônia e a contundência da opinião manifestada, ainda mais quando dirigida a figuras públicas, com alto grau de responsabilidade na condução dos negócios de Estado, não traduz nem se reduz, em sua expressão concreta, à dimensão de abuso da liberdade de imprensa, não se revelando suscetível, por isso mesmo, em situações de caráter ordinário, à possibilidade de sofrer qualquer repressão estatal."

O ministro ressalta que as prerrogativas do jornalismo devem ser ainda mais protegidas quando a crítica "revele-se inspirada pelo interesse público e decorra da prática legítima" — justamente as características identificadas por ele nas reportagens de VEJA que foram objeto da ação. O ministro Celso de Mello conclui admiravelmente que "o Estado não dispõe de poder algum sobre a palavra, sobre as idéias e sobre as convicções manifestadas pelos profissionais dos meios de comunicação social". VEJA não entende a lição do ministro como o reconhecimento pela corte constitucional brasileira de que a imprensa pode tudo. Não pode. A decisão de Celso de Mello aumenta ainda mais nossa responsabilidade, a melhor companheira da liberdade.



O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Peço ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos que encaminhe à Mesa os documentos que serão inseridos de acordo com o Regimento Interno.

Pergunto à nobre Senadora Serys se deseja fazer uso da palavra pelo art. 14.

O SR. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pelo art. 14 do Regimento, à nobre Senadora Serys Slhessarenko, por cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, antes de prosseguir nesta discussão, gostaria de agradecer a participação ao Senador Eduardo Siqueira Campos, que sabe também do respeito e da admiração que tenho por S. Exª. Nossas relações aqui dentro são de primeira qualidade.

Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Exª não tenha preocupação. Estamos discutindo uma questão referente a um órgão de comunicação de fora do Congresso Nacional. Não se trata de uma questão pessoal absolutamente. Ao contrário, elogio a sua postura. V. Exª é uma pessoa ponderada, fez as observações que a revista lhe enviou e, de forma calma, tratou do assunto.

Precisamos deixar isso bem claro. Nesta Casa, o respeito continua exatamente o mesmo entre nós. Não se trata de uma discussão minha e do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Realmente gostaria de deixar bem claro, para começar a conversa, que não é meu interesse, em momento algum – não me dirijo somente ao Senador Eduardo Siqueira Campos, mas ao nosso Presidente e aos demais Senadores presentes –, construir polêmica a respeito dessa menina, da Hannah. É uma garota de 16 anos, que está começando a sua vida, em termos de mobilização, de participação, e não quero que ela sofra nenhuma decepção. Nesse sentido, tenho o maior respeito por ela, pela sua família, e não queremos envolvê-los nesta polêmica, que é nossa com o meio de comunicação, que achamos que vem agindo de forma politicamente incorreta. Que esse meio de campo fique bastante claro, como costumamos dizer, para que não se envolvam as pessoas da família de Hannah, nem a própria. Foi citada porque foi citada ontem, porque estava citada na matéria da **Veja**.

Estranho realmente o fato de a revista **Veja** – fui eu quem falei semana passada e ontem sobre a **Veja** – não ter vindo falar comigo. Por que a **Veja** não me enviou esses dados, Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos? Causa-me uma estranheza gigantesca. Preocupação, medo? Medo de quê? A Senadora Serys Slhessarenko é uma Senadora, assim como o Senador Eduardo Siqueira Campos, que recebe e conversa com todas as pessoas. E eu diria, desta tribuna, que a **Veja** não tem a preocupação de conversar comigo. Parece que está amedrontada! Assim como aquelas pessoas que ousam fazer alguma crítica.

A **Veja** é uma revista extremamente crítica. Aliás, excessivamente crítica, em determinados aspectos. Às vezes, coloca apenas uma versão dos fatos. E esse é o tipo de "crítica" que, do meu ponto de vista, deixa a desejar, mas ela o faz. Se é uma revista que se diz imparcial, crítica, etc, deveria dialogar com a minha pessoa. Deveria enviar a mim os documentos que enviou a V. Exª. Deveria fazer as colocações que fez a V. Exª para a minha pessoa, em meu gabinete, com minha Assessoria.

Deixo, desta tribuna, um recado para a revista **Veja**: estou totalmente aberta ao diálogo. Quero entender o porquê de determinados procedimentos da revista que – disse ontem, e hoje repito – deixam muito a desejar. E poderia elencar um sem-número de ações da **Veja** de forma absurda e politicamente equivocadas. Não quero com isso atingir este ou aquele. Muito menos os que trabalham na revista. De jeito algum. Não é nada disso. Até porque sei do posicionamento do jornalista diante da empresa. Sei como essas coisas acontecem.

Portanto, deixo claro, desta tribuna, que estamos totalmente...

(Interrupção do som)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora, V. Exª terá mais dois minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim, até porque o Senador Eduardo Siqueira Campos teve mais seis minutos, e penso que tenho o mesmo direito que S. Exª, já que fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora, V. Exª está usando da palavra pelo art. 14.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Está certo. Então, vamos descontar esse tempo, Sr. Presidente.

Diria que o que foi divulgado pelo **Observatório da Imprensa**, em que há o depoimento do fotógrafo da Agência Preview, é muito sério, inclusive porque outros órgãos da imprensa escrita do Rio Grande do Sul, como **Zero Hora** e **Correio do Povo**, e a **Folha de S.Paulo**, de São Paulo, também mostraram que a mesma manifestação tinha o objetivo inverso daquele divulgado pela **Veja**. Só a **Veja** viu de determinada

forma aquele movimento em que a menina apareceu naquela foto e a legenda embaixo, isso totalmente de forma contrária ao que os jornais citados publicaram. A **Veja** está realmente vendo as coisas de forma totalmente errada, politicamente tendenciosa. Não tenho dúvida disso.

Apresento uma outra questão que condiz com o que venho dizendo. Na edição do **Observatório da Imprensa** de 20 de maio de 2000, depois que a revista **Veja** escandalizara o País manipulando uma foto de João Pedro Stédile, líder do MST, colocando-o com uma pistola na mão e transformando-o em uma ameaça armada contra a tradição, a família e a propriedade brasileira. O respeitado e aclamado jornalista Alberto Dines a esse respeito publicou uma série de artigos. E eu teria uma série de citações para ler nesta tribuna, ditas não por mim, mas por alguém que está por dentro do jornalismo brasileiro, alguém extremamente respeitado, como é esse jornalista.

Ao concluir, Sr. Presidente, já que V. Exª não me concede o mesmo tempo que concedeu ao Senador Eduardo Siqueira Campos...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Ainda concedi mais um minuto a V. Exª, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Está certo.

Sugiro que a revista nos procure e converse conosco. Não tenha medo. Vamos discutir abertamente. Farei todas as colocações. Mas se pensa que esta Senadora é muito pequena para a discussão, tudo bem. Se for o caso, vamos continuar discutindo nesta tribuna. Sempre que a revista resvalar, que der seus escorregões com relação àquilo que eu avaliar como politicamente incorreto, discutirei sim. Ontem, disse que defendo a imprensa investigativa, a imprensa que vai às últimas conseqüências. Defendo sim. O que estou fazendo aqui é a defesa da imprensa que faz isso, que trabalha sério. Quanto àquela que distorce os fatos e que não tem coragem de vir discutir com quem a critica, é difícil a situação.

Ao encerrar, pois me restam quinze segundos, digo, mais uma vez, ao Senador Eduardo Siqueira Campos que, se houver outros percalços, estaremos aqui discutindo e, de bom grado também com V. Exª, fazendo a defesa da revista **Veja**.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, já falei como orador inscrito, e respeitando o que dispõe o Regimento Interno, tendo sido citado, solicito a palavra. Cumprirei com retidão os cinco minutos que o Regimento me confere, por ter sido citado, a fim de esclarecer o fato citado pela Senadora por **Veja** não tê-la procurado. Peço a palavra, portanto, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª solicita a palavra pelo art. 14?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Como foi citado pela Senadora Serys Slhessarenko, concedo a palavra a V. Exª, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, por cinco minutos, pelo art. 14 do Regimento Interno.

Em seguida, passarei a palavra ao nobre Senador José Jorge, por ordem de inscrição, em permuta com o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador) – Senadora Serys Slhessarenko, pedi a palavra pelo art. 14 a fim de que não paire qualquer dúvida neste plenário no sentido de que **Veja** teria escolhido a mim e não a V. Exª para dar uma resposta.

A bem da verdade, tendo observado as palavras usadas por V. Exª e até mesmo a gravidade do fato de a garota ter escrito uma carta e ter sido publicada apenas na Seção de Cartas, fato que restou claro que não aconteceu. Ou seja, ela jamais escreveu uma carta à revista. A revista foi que a procurou.

Veja a diferença, Senadora Serys Slhessarenko. V. Exª há de fazer justiça e entender que se a garota houvesse, em qualquer instante... Perdoe-me, a estudante, porque não quero envolver em polêmica o nome de uma estudante que inicia sua vida política e pública... A revista a procurou, deu-lhe todo o espaço, um espaço muito maior do que o da legenda, para que se erro houvesse, fosse reparado, mesmo sem que ela tivesse pedido. Ao ouvir a gravidade das palavras usadas por V. Exª com relação à revista, tive o cuidado, como membro desta Casa, e não como membro de partido ou membro da Mesa, de me dirigir à revista solicitando informações sobre esse possível equívoco. Fiquei completamente convencido de que não houve, por parte da revista, nada além do bom jornalismo, porque, mesmo não tendo sido procurada pela própria estudante, a revista a procurou e publicou sua entrevista na íntegra.

Senadora Serys Slhessarenko, penso que duas coisas encerram o episódio: em primeiro lugar, o imenso respeito que tenho por V. Exª; em segundo, a consideração de que, a meu ver, **Veja** agiu ética e jornalisticamente de forma correta. Sem dúvida alguma, a revista não mereceu, nesse episódio, as palavras utilizadas por V. Exª.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concedo a V. Exª o tempo que me resta.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, não é possível o aparte.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Não vou apartear, Sr. Presidente. Peço para falar pelo art. 14, porque fui citada.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – A bem da verdade, pelo art. 14 não é mais permitido.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Só usei uma vez a palavra. Posso usar por duas vezes.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – A Casa toda só pode falar pelo art. 14 por duas vezes, Senadora Serys Slhessarenko. Ambos conhecemos o Regimento. Usei uma vez; V. Exª a outra. Mas concedo o resto de meu tempo a fim de que V. Exª fale.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Quero apenas, exercendo a Presidência, cumprir o Regimento. Somente dois oradores podem falar pelo art. 14, e não é possível o aparte na explicação pessoal. O Senador Eduardo Siqueira Campos concede o tempo que lhe resta dos cinco minutos de que dispunha. Atenderei ao Senador, passando a palavra a V. Exª, Senadora Serys Slhessarenko.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – É extremamente relativa essa questão do cumprimento do Regimento, pois já assistimos, várias vezes, apesar do pouco tempo nesta Casa, mais de dois oradores usarem da palavra pelo art. 14. Infelizmente, mais uma vez, é impossível dizer tudo a tempo – tenho apenas 40 segundos. Quero registrar, aqui, o meu protesto que neste embate aqui no plenário, a **Veja** ganhou de 2 a 1. Mas vamos continuá-lo mantendo a vontade de superar esse problema. Queremos que a **Veja** supere esse problema. Hoje, já existem *sites*, cujos nomes não vou citar, que realmente depõem contra a **Veja**. São milhares e milhares de pessoas associadas contra os procedimentos da **Veja**. Portanto, vamos continuar trazendo essas denúncias, pois queremos realmente que os meios de comunicação deste País mereçam a confiança, tenham a credibilidade da sociedade brasileira. Infelizmente, não tive mais tempo para me pronunciar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, pela ordem de inscrição e por permuta com o Senador Eduardo Siqueira Campos, por dez minutos, prorrogados por mais dois.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em meio à crise ética que abate o Governo Lula, fica cada vez mais claro o esforço da Base do Governo em abafar o envolvimento de parlamentares governistas no chamado "valerioduto" ou no chamado escândalo do mensalão.

Até o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, que teria por obrigação manter a imparcialidade e a defesa da Instituição, veio ontem a público, numa entrevista desastrosa, dizendo que não existe mensalão e defendendo penas brandas para os beneficiários de recursos do caixa 2.

Na realidade, o mensalão já está provado. Tudo aquilo que o Deputado Roberto Jefferson disse na primeira entrevista ficou mais do que provado durante todo esse período em que vem se realizando a investigação. Se é pago mensalmente, semanalmente, quinzenalmente, semestralmente, isso não tem nenhuma importância. O que está comprovado é que havia pagamentos para Deputados mudarem de partido ou mudarem o voto a favor do Governo. Isso está provado, Sr. Presidente. Não há mais dúvida com relação a isso. O importante agora é identificar os culpados e puni-los. Nós já temos 15, 17, 18 nomes na lista, mas podemos ter mais. Urge punir aqueles que já foram descobertos e em relação aos quais não há mais o que investigar.

Como uma cortina de fumaça, a crise entre as diversas facções do PT tem servido de pretexto para que nem os próprios petistas sejam punidos pelo Partido. Dos dirigentes partidários que efetivamente estão envolvidos com dinheiro de origem escusa, apenas o Sr. Delúbio Soares está sendo julgado pelo Conselho de Ética do Partido e, ainda assim, a passos de tartaruga. Faz 90 dias desse escândalo e nenhum petista envolvido foi, pelo menos, julgado. Ainda estão elaborando o relatório do Conselho de Ética em relação a apenas um.

Todos os demais acusados estão completamente isentos das medidas disciplinares do Partido, como também remetem para a responsabilização do antigo diretório, como se eles não tivessem nenhum comprometimento.

No âmbito do Partido, a tendência chamada "Campo Majoritário", por ingerência do Deputado José Dirceu, bloqueia qualquer tentativa de enquadrar os Parlamentares envolvidos com o "valerioduto".

O próprio Presidente do PT, Tarso Genro, que queria negar a legenda a Parlamentares que renunciarem a seus mandatos para escapar de cassações, foi desautorizado pelo Partido e, ao ver rejeitada a

sua iniciativa, renunciou a candidatura à presidência do Partido governista.

O Bloco de Esquerda quis enviar ao Conselho de Ética os casos de Parlamentares acusados de envolvimento, mas o "Campo Majoritário" rejeitou mais uma vez essa iniciativa moralizadora.

A meu ver, Sr. Presidente, as iniciativas desse chamado Bloco de Esquerda não me parecem muito sinceras, porque se eles efetivamente quisessem ganhar a eleição no PT, se eles quisessem retirar esse estágio do Campo Majoritário, que comandou toda essa corrupção, eles proporiam apenas um candidato. Mas, no momento em que eles oferecem seis candidatos, isso significa que eles estão querendo perder, que eles não estão querendo dirigir o PT. Eles estão querendo que o Campo Majoritário continue dirigindo o PT, porque, na realidade, eles eram beneficiários também dessa corrupção. Então não acho sincera a atitude desse Bloco de Esquerda.

O PT espera o esvaziamento das CPIs e, para isso, está trabalhando, diminuindo o impacto da denúncia, para "assar" essa tal pizza de que se fala tanto.

Essa estratégia de esvaziamento e absolvição dos acusados teve início depois da famosa entrevista do Presidente Lula em Paris, quando justificou a utilização de caixa 2 Pelos partidos políticos como uma prática inofensiva. O que, diga-se de passagem, não é verdade.

Mas a impunidade que predomina na agremiação petista não vai imperar no Congresso Nacional, porque, neste País, temos uma Oposição atenta e que sabe defender os interesses da nossa sociedade.

Até uma pseudobriga entre as Comissões está sendo incentivada pelo Bloco do Governo. Os governistas lutam para passar para a opinião pública o sentimento de que as Oposições não se entendem.

Numa atitude muito oportuna, o Presidente desta Casa reuniu-se ontem com os Presidentes das Comissões para acertar uma série de procedimentos que deverão minimizar eventuais pontos de superposição entre a ação das Comissões.

O que o Congresso Nacional não vai deixar é que tudo fique como está, ou seja, que os que atentam contra o Erário fiquem impunes.

O Governo, que diz ter interesse em apurar tudo, não vai conseguir abafar as investigações, como fez na CPI dos Correios, quando conseguiu derrubar a proposta de convocar o presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamotto, que está envolvido num suspeito empréstimo de R$29,43 mil ao Presidente Lula. O Sr. Paulo Okamotto era o antecessor de Delúbio Soares. Não sei se V. Exª sabe, Sr. Presidente, mas ele era o tesoureiro do PT e dos dinheiros do Presidente Lula antes de Delúbio Soares. E dizem que é mais sabido que ele.

A CPI dos Bingos já anulou essa manobra governista e o amigo do Presidente já está devidamente convocado.

Os Partidos que têm Parlamentares envolvidos no mensalão, como PT, PL, PTB, PP, são importantes na Câmara dos Deputados, mas sei que a maior parte dos seus membros e os Deputados da Oposição farão cumprir o que esperam nossos eleitores, que é a punição exemplar dos Parlamentares culpados.

Se o Presidente da Câmara dos Deputados tomar qualquer atitude para evitar o encaminhamento dos culpados ao exame do Conselho de Ética, o Partido da Frente Liberal fará uso de suas atribuições regimentais e denunciará os envolvidos diretamente ao Conselho.

Sr. Presidente, os Partidos políticos podem fazer uma denúncia direta ao Conselho de Ética. Nós não a fizemos ainda porque estamos aguardando a elaboração do primeiro relatório pela CPI. Mas, se após a elaboração, o relatório não for encaminhado diretamente ao Conselho de Ética, faremos a denúncia para permitir...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Um momentinho, Senador.

...para permitir a investigação do fato o mais rapidamente possível.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Mão Santa, que está chegando do Panamá.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Jorge, veio V. Exª lá do Pernambuco e enriquece esta Casa, o Senado. Lamentamos a entrevista do Presidente da Câmara que veio lá do seu Pernambuco também, como nordestino. Entendo que temos nos mirar no mínimo na Sagrada Escritura, que diz: "àquele que muito lhe é dado, muito lhe é cobrado". Então, o povo, o Brasil, a Constituição deu muito a esses marginais da Câmara, e muito nós temos que lhes cobrar e também puni-los. Está na Sagrada Escritura: premiar os bons e punir os maus. Daí que se criou a simbologia de céu e inferno. E mais dramático do que Severino não foi Pilatos, que lavou as mãos. Ele, Severino, sujou a boca com essa sua afirmação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É isso mesmo Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, a população às vezes fica um pouco preocupada por ver todo dia a publicação de notícias dizendo que as CPIs vão terminar em pizzas e que ninguém será punido. Eu não diria que não há esforço nesse sentido. Mas a própria falta de punição

interna no PT, como eu disse aqui, mostra que há uma tentativa de não se punirem parlamentares desse Partido. Isso é claro, é evidente, mas não vai acontecer se nos juntarmos todos: a opinião pública brasileira, toda a mídia que tem feito uma cobertura exemplar de tudo o que está acontecendo no Governo , nós, da Oposição, e aqueles Senadores e Deputados que são da Base do Governo, mas também não concordam com a corrupção que aí está instalada.

O que eu gostaria de dizer à população brasileira é que ela fique atenta, que esteja no dia-a-dia, não deixe de assistir aos depoimentos, mesmo sendo repetitivos, porque nós, da Oposição, vamos garantir que as CPIs não terminem em *pizza* e que muita gente seja punida para que isso não ocorra novamente.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nezinho Alencar, por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho.

S. Exª terá dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao se aproximar o término da licença do Senador João Ribeiro, titular do mandato conferido pelo povo tocantinense, que hora exerço, na condição de seu primeiro suplente, assomo a esta honrosa tribuna para me despedir dos meus Pares e agradecer a todos aqueles com quem me relacionei política e profissionalmente nesses últimos quatro meses.

Durante esta minha curta estada de trabalho na Capital Federal, pude experimentar um dos momentos de maior satisfação na carreira de um homem público, que exerço desde os idos de 60, quando participei dos movimentos estudantis pelas liberdades democráticas.

Ao tornar-me colega de tão ilustres brasileiros e brasileiras que compõem o Plenário do Senado Federal, vi-me na especial condição de poder trazer a visão do homem simples do campo, dedicado à produção rural, sobre os temas da maior significância para o País, dando, portanto, Sr. Presidente, humílima colaboração para o fortalecimento das instituições republicanas e o avanço na direção do progresso que todos nós desejamos para esta grande Nação.

Mas não posso me furtar, pela oportunidade, de deixar registrada a minha visão de futuro para o Estado do Tocantins, que, de acordo com a sua posição geopolítica, encravado que está no coração do Brasil, promete muitos bons frutos para a crescente economia do País e o conseqüente reforço do tecido social brasileiro, sobretudo dos povos e dos sertões de minha terra natal.

A vocação do meu Estado para a concretização do sonho de tornar o Brasil o celeiro do mundo se evidencia desde os primeiros assentamentos humanos registrados na região. Sua história está repleta de exemplos de desbravadores que, muito cedo, ao se fixarem na terra, descobriram a sua grande potencialidade agrícola. Entretanto, como não dispunham de muitos recursos, tentavam, a duras penas, convencer os homens da sua época sobre essa realidade. Mas não logravam êxito muito em função da interioridade da região, que, junto com os aspectos socioeconômicos próprios da época, aliados à pujança mineral do território, dificultavam qualquer investimento na agricultura.

Como conseqüência das diferentes visões sobre as potencialidades e a vocação do então norte goiano, desde o século XVIII, ouvem-se narrativas sobre a emancipação daquela região, então pertencente a Goiás. Propósito que era reivindicado. Não! Digo melhor. Propósito que, na verdade, era objeto de luta daqueles que conheciam as qualidades locais, as quais iam além da curta visão de serem aqueles rincões apenas um grande campo de mineração.

Tempos depois, a escassez natural de minérios, provocada pela sanha da exploração desregrada, mudou o curso da história e deu oportunidade para que a parte centro-norte de Goiás passasse a explorar a lavoura e a criação de gado e, assim, se pudesse dar, naquelas vigorosas terras, os primeiros passos na direção do desenvolvimento da aptidão agrícola que já estava reservada ao futuro Estado do Tocantins.

Portanto, Sr. Presidente, não sabia a elite do sul goiano que, ao manter suas fazendas ao norte isoladas do resto do mundo, ajudavam a forjar o espírito de independência do povo moreno, que há muito desejava decidir sobre seu próprio destino.

E foi assim que, passado mais de um século de refregas entre milícias e de graves embates políticos, surge no cenário da região um grande político, nossa inconteste liderança, o ex-Governador Siqueira Campos, que, vindo do vizinho Ceará, iria ajudar o sofrido povo do Nortão a fazer a sua emancipação e criar o que é hoje a maior promessa de desenvolvimento entre as unidades federativas brasileiras, o Estado do Tocantins.

Sei que há quem não queira reconhecer, Sr. Presidente, o seu trabalho como sendo de fundamental importância para a construção do Tocantins. Mas os fatos que hoje já estão escritos na história do Brasil não deixam dúvidas quanto ao importante papel que

Siqueira Campos desempenhou em todo o processo moderno de emancipação da região norte de Goiás e a conseqüente criação do Estado do Tocantins.

Por essa razão, sinto-me na obrigação, neste momento, de citá-lo com todo o destaque que merece e aqui prestar minha homenagem pessoal ao verdadeiro patrono do nosso Estado, Siqueira Campos. Esse incansável articulador do vigoroso futuro tocantinense continua sua batalha e haverá de proporcionar muitas outras vitórias para o povo de sua terra. Afirmo isso com a convicção de quem sempre ombreou com esse homem, que se tornou um verdadeiro mito para o povo mais humilde do Tocantins.

Sr. Presidente, atualmente, os dados oficiais sobre os exuberantes índices econômicos do Tocantins e a determinação de seus governantes em investir maciçamente em infra-estrutura, na busca da promoção das grandes iniciativas do agronegócio – com a inclusão do minifúndio no processo, como já defendi noutras oportunidades e devo continuar defendendo até que isso se torne realidade –, mostra que o futuro do Estado está na alavanca da produção e dos negócios agrícolas, em que se desenvolva, dentro do próprio Estado, toda a cadeia produtiva, o que fará do Tocantins um forte exportador agrícola.

A expansão dos projetos de criação de distritos industriais regionais, como estratégia de fortalecimento das diferentes cadeias produtivas, em face da facilidade de acesso a matérias-primas básicas, junto ao promissor portal de exportação representado pela Ferrovia Norte-Sul, cria uma importante alternativa ao atual eixo logístico brasileiro.

Por outro lado, Sr. Presidente, esses projetos associados aos investimentos na auto-suficiência em energia elétrica formam um delta onde se assentam inúmeras oportunidades.

Seja na pecuária, na agricultura ou na agroindústria, como defendo, os projetos do Tocantins também permitem que se desenvolvam outros setores promissores como a indústria do turismo, tendo em vista as inigualáveis belezas do Tocantins, tal como o Jalapão e outras tantas regiões que guardam riquezas naturais.

Tudo isso transforma as iniciativas tocantinenses em investimentos seguros, com níveis de retorno que não se encontram em outros Estados brasileiros.

O fato, Srªs e Srs. Senadores, é que o Estado do Tocantins tem concentrado seus esforços e ações na implementação de condições ideais para promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de seu povo e território, reservando ao setor privado um lugar de destaque para que atue na condição de parceiro primeiro desse desenvolvimento.

Seja por qual ângulo de análise que se queira fazer, o Tocantins reúne as melhores condições da Região Norte no que diz respeito ao avanço dos ganhos socioeconômicos sustentáveis.

É por essa razão que, na quadra final desta suplência, desejo estimular meus conterrâneos a continuarem a luta pelos recursos necessários à concretização do sonho de um Tocantins grande.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, deixo registrado que retorno ao Tocantins com a certeza de que nesta Casa Legislativa se encontram em permanente labuta grandes companheiros de luta pelo desenvolvimento não só do meu Estado, mas também pelo engrandecimento de nosso País.

Aprendi, nesta curta temporada, a admirar ainda mais figuras importantes do cenário nacional, distintos brasileiros e brasileiras com quem dividi preocupações e partilhei atitudes na busca do melhor para o Tocantins e para a Nação brasileira.

Por fim, concluo com o mais profundo agradecimento a todos os que, de alguma forma, colaboraram para que eu pudesse desincumbir-me desta magnânima tarefa de servir ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Nobre Senador Nezinho Alencar, quero dizer a V. Exª que, não apenas em meu nome, no exercício da Presidência, mas também, acredito, no nome de todos os nossos Pares, foi uma honra muito grande ter convivido com V. Exª ao longo destes quatro meses.

Quero dar o testemunho de que o povo do querido e vizinho Estado de Tocantins foi muito bem representado por V. Exª na interinidade do mandato do Senador João Ribeiro, que agora retorna a esta Casa.

Seja feliz e retorne brevemente ao convívio de todos os seus Pares no Senado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Será concedida a palavra a V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que falará pela Liderança do PFL, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois. Em seguida, ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB; e, depois, retornando à ordem das inscrições, ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, desejo saudar o Governador da Bahia, nosso Senador permanente Paulo Souto, em nome da Casa, em

que deixou tantos amigos, e o Vice-Governador Eraldo Tinoco, que estão presentes neste momento.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é uma reação em nome dos amigos do Presidente Juscelino Kubitscheck. Sou talvez um dos raros ainda vivos amigos de Juscelino Kubitscheck e não posso permitir que o Presidente Lula esteja a usar o nome de JK indevidamente, erradamente, mentindo em relação à figura do grande estadista. Juscelino realizou, ele sim, em cinco anos, um governo de cinqüenta, enquanto Lula, em quase três, não fez absolutamente nada por este País. Portanto, é uma diferença tão grande que qualquer pessoa, por mais política que seja e por mais que esteja a favor do Presidente Lula, há de dizer que ele está inteiramente fora do ar, está com a cabeça fora do lugar.

Juscelino foi o construtor de Brasília, mas não foi apenas isso. Juscelino foi o homem que fez as grandes estradas neste País. Juscelino recuperou a nossa economia. Juscelino foi o homem da indústria automobilística, foi inclusive quem deu emprego a Lula quando ele chegou do Nordeste. Juscelino era um homem sem ódios, sem rancores. Juscelino foi, sem dúvida, o grande Presidente do Brasil contemporâneo. Conseqüentemente, qualquer semelhança que o Senhor Presidente Lula queira apontar é ofensiva à memória do grande Presidente Kubitschek. E seus amigos, entre os quais me incluo – desde aquela época até a sua morte fui seu amigo, com muita intimidade aliás –, querem protestar e dizer ao Lula que respeite a memória do homem público que foi Juscelino Kubitschek. Juscelino era alfabetizado, e o Lula, infelizmente, não quis se alfabetizar. Isso é o mínimo que eu vou dizer, mas poderia dizer muito mais.

Ele fala de Juscelino como se fosse ladrão, dizendo que Juscelino foi atacado como ele é hoje. Mentira! Somente a **Tribuna da Imprensa** e Carlos Lacerda atacavam assim Kubitschek, mas ninguém, nenhum jornal dizia o que se diz hoje deste Governo irresponsável. Hoje, em todos os setores, há realmente uma ladroagem completa, com a conivência do Presidente da República, que não explica sequer a situação da Telemar que empregou o seu filho e deu R$5 milhões a uma empresa dele; que até hoje não explicou os mensalões por que é responsável; que até hoje não explicou o dinheiro que diz ter tomado emprestado do seu Partido – é incrível! –, mas que foi pago pelo Sr. Okamotto no Banco do Brasil, depois, no seu Governo. Essas coisas não aconteciam no Governo de Kubitschek. E o Lula não pode querer tisnar a memória desse grande homem público que o Brasil reverencia, querendo igualar-se ou comparar-se a essa grande figura.

Ouço o aparte do nobre Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, queria apenas lembrar a V. Exª, que conheceu, que conviveu com o ex-Presidente Kubitschek, que Juscelino era principalmente a alegria de viver e a auto-estima brasileira. O povo tinha orgulho de ser brasileiro. Naquela época, todos os brasileiros achavam que o Brasil realmente era o melhor país do mundo. A personalidade do Juscelino, a alegria, a facilidade de convivência criou no País aquele clima de otimismo. Hoje o clima é justamente oposto: decepção, vergonha, desilusão, desesperança; o momento oposto, o anticlímax do momento Juscelino. Preocupa-nos um pouco o Presidente. Ele fala, com erros históricos gravíssimos, de tentativa de assassinato de Juscelino e de curto mandato. Dá-nos a impressão de que o Presidente não se está conectando aos fatos e à vida pública real, o que é muito preocupante.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Exª tem absoluta razão, nobre Senador Tasso Jereissati. Nem a história contemporânea o Presidente Lula conhece, porque, se a conhecesse, não erraria tanto ao falar sobre a vida de Juscelino Kubitschek. V. Exª lembrou-me de um traço da personalidade de JK, de que me esquecera de falar, mas é muito importante: Juscelino trazia alegria para o Brasil. A exuberância do seu temperamento causava na população a vontade de trabalhar e de ter um Brasil novo, e ele fez um novo Brasil. Depois dele, o País não teve um presidente que fosse igual a ele, nem no regime militar nem fora dele. Juscelino era um homem – posso testemunhar isso – que sentia grande amor pela administração pública, tinha bom senso político, sabia governar, mas sabia, sobretudo, agradar o povo brasileiro com as medidas corretas e sérias que tomava.

Dou um aparte a V. Exª.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, é evidente que eu não posso me incluir, como o senhor, entre aqueles amigos do ex-Presidente Juscelino Kubitscheck. Mas tenha certeza V. Exª de que, neste País, não há um outro cidadão que tenha mais admiração por JK do que este que vos fala neste instante. E eu, particularmente, considero uma agressão à história de Juscelino Kubitscheck a comparação feita pelo Presidente Lula. Ele não sabe, por não conhecer a História Contemporânea do nosso País, que Juscelino Kubitscheck foi um grande estadista e que essa comparação, sem dúvida alguma, mancha a biografia do então Presidente. Muito obrigado. Quero me somar a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Exª e digo que, tendo em seu governo duas revoluções, perdoou a todos que delas participaram. Fosse Jacareacanga ou

Aragarças, Juscelino foi o mesmo homem, de modo que eu pude ouvir de militares: "este merece o nosso aplauso, porque este até nos perdoou nos nossos erros". Ouvi de alguns militares essa declaração, e essa declaração é hoje de todo o povo brasileiro, que tem na figura de JK um exemplo de construtor de Brasília, mas sobretudo do homem que quis o Brasil grande, o Brasil grande que ele fez, o Brasil grande pelo qual ele lutou internacionalmente, o Brasil que, afinal de contas, cresceu graças às indústrias que Juscelino trouxe para o nosso País.

Estou feliz de, em nome dos amigos de Juscelino, repelir as declarações do Presidente Lula, que não conhece a História do Brasil e não pode macular uma figura digna, séria, competente e que fez deste País a Nação que hoje todos admiram.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

Quero fazer, no exercício da Presidência, minhas as palavras do Senador Antonio Carlos, saudando o nobre Governador Paulo Souto, eterno Senador, e ao nobre vice-Governador Eraldo Tinoco.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero solicitar minha inscrição pela Liderança do PDT, se possível, logo após a fala do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento, e falará após o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assisti ontem pelas televisões ao discurso do Presidente Lula, esse em que ele se compara – e tem feito isso reiteradas vezes – com o Presidente Juscelino Kubitschek. Mas ali eu percebi o que salta aos olhos de qualquer um: a ignorância sobre o processo histórico brasileiro. Disse Sua Excelência que Juscelino foi alvo de uma tentativa de assassinato. Isso não se deu. Ao mesmo tempo, ele revela – isto é freudiano – um certo pavor da situação vivenciada por Getúlio Vargas – ele não tem a grandeza de Vargas; à situação vivenciada por João Goulart – ele diz que João Goulart renunciou, mas foi deposto; à situação vivenciada por Jânio Quadros e às tais "forças ocultas" que o teriam expelido do Palácio do Planalto. Isso é freudiano.

O Presidente só não se compara com Collor; ele só evitou a comparação com Fernando Collor de Mello. E sabemos todos que aqueles eventos em torno do Presidente Collor eram menores, sob quaisquer ângulos de análise, do que esses que estamos vivendo sob a chamada era Lula. Collor não tinha partido, não tinha inserção social real, não tinha a oposição democrática e paciente que fazemos ao Presidente Lula. Afinal de contas, quem se opunha a ele era sobretudo o PT.

O Presidente Lula a mim me chamou a atenção quando, resvalando para a mais crassa leviandade, recorrendo à memória – a dele falhara – do Governador Aécio Neves, diz assim: "Outros foram difamados, outros foram atacados", e pergunta para o Aécio: "Aécio, como é o nome daquele Deputado que foi tão difamado?" "Alcenir Guerra" – o Aécio soprou para ele de maneira bem sutil. E o Presidente Lula diz: "É, o Alceni." Aí, a televisão corta, eu não sei o que mais foi dito. Ora, foi o PT quem difamou Alceni Guerra, foi o Presidente Lula quem difamou Alceni Guerra.

Ele se queixa do que seria falta de solidariedade do Presidente Fernando Henrique em relação a ele: "Fernando não está sendo solidário. Eu fui solidário a ele". Quando foi solidário? Pregou o golpe na porta do Palácio, sem razão objetiva para fazê-lo. Pregou o *impeachment* aqui dentro do Palácio do Congresso, sem ter razão objetiva para fazê-lo. O tempo inteiro boicotando reformas essenciais para o País; o tempo inteiro boicotando a votação de medidas que poderiam ter feito do Brasil um país muito mais resistente a crises do que hoje ele já está.

O Presidente Lula foi profundamente leviano naquele momento, esquecendo-se de que o "denuncismo" é uma invenção do PT. Invenção do PT e de alguns procuradores – eu não culpo o Ministério Público como um todo, respeito muito a instituição Ministério Público – como aquele ex-Luís Francisco, aquele sumido Luís Francisco, ex-Luís Francisco. O que não é mais, não é. Ex! Não serve hoje para se dizer que ele é trêfego, nem para dizer que não é, porque simplesmente já não existe. Era um conluio entre o PT e esses procuradores. O procurador queria investigar a vida de determinada pessoa, pedia a alguém do PT para fazer um discurso qualquer. Ele fazia o discurso sem nenhum documento, sem nenhuma base para acusar quem quer que fosse. E aí, em seguida, vinha o inquérito civil público. Era uma dobradinha entre a irresponsabilidade e o açodamento, entre a vontade irresponsável de chegar ao poder e, ao mesmo tempo, a ânsia persecutória de alguns poucos procuradores.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Exª tem razão. No caso, então, desse Procurador Luís Francisco, ele era inscrito no PT e fazia essas denúncias levianas, com o aplauso de toda a Bancada do PT nesta Casa. Hoje, como V. Exª diz com muita razão, ele é um ex, porque nem os petistas querem mais essa figura execrável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Corre de medo. Ele não pode ver o Ministro Eduardo Jorge que ele dobra a esquina. Se ele estiver num cinema, e o Eduardo Jorge entrar, ele sai. Essa é que é a verdade. Ouve tudo o que nós dizemos aqui e finge que não está ouvindo. E eu sei que ele está ouvindo, ele não pode deixar de ter a TV Senado na casa dele.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu concluo dizendo – tenho dois minutos: o que o Presidente não diz e não faz é o seguinte: ele não diz qual é a traição que sofreu, até porque não sofreu traição alguma. Ele sabia do que se passava no País. Ele não diz quem são os traidores, porque aí nós caímos, Senador Almeida Lima, na figura jurídica das culpas concorrentes. É a lei da *Omertà* vigorando. Não pode acusar fulano porque senão fulano abre a boca, e esta é a República do medo, é a República do rabo preso, é a República do silêncio. Essa é que é a verdade.

O Presidente, então, fala vagamente em traição, vagamente em traidores, mas não está com autoridade moral para dar nome aos traidores e dar nome à traição. Não pode! Está de mãos e pés atados. Então, tem que divagar sobre uma história que ele não leu, sobre fatos políticos que não conhece e com a leviandade de dizer que Alceni foi vítima de achincalhe público, sem se lembrar de que achincalhe público foi feito levianamente por este Partido que tem sido um desastre na administração do País, que é o Partido dos Trabalhadores.

Então, Presidente Lula, incompetência é um defeito. Juntar incompetência com leviandade fica muito grave. A leviandade, sozinha, já é grave. Incompetência e leviandade e mais esse mar de corrupção, aí é intolerável. Este País está tendo com Vossa Excelência uma paciência enorme, uma paciência que Vossa Excelência não teria com ninguém. Estamos tendo uma paciência enorme.

Vossa Excelência, se pudesse ouvir um conselho, a advertência de um adversário leal, eu lhe diria: Presidente, feche essa matraca. Pare de falar tolices todos os dias. Pare de discursar de improviso a qualquer momento. Vossa Excelência não é preparado para exercer esse cargo no qual foi investido pelo voto bem-intencionado de 53 milhões de brasileiros. Vossa Excelência, todos os dias, cria a clara sensação, primeiro, de que não é preparado; segundo, de que não quer enfrentar a verdade; e, terceiro, de que diz qualquer coisa para se desobrigar do que imagina que é a sua missão. Vossa Excelência não devia se comparar com nenhum outro Presidente. Talvez com Collor, pela situação de corrupção a sua volta. Com o Juscelino, não, de jeito algum. Nem com João Goulart nem com Jânio Quadros nem com qualquer presidente.

Vossa Excelência, Sr. Presidente, tem o dever de dizer à Nação com clareza as duas únicas coisas que ela quer saber: qual foi a traição que Vossa Excelência sofreu e quem são os traidores. Dê nome aos bois! Diga de uma vez por todas que foi o José Dirceu que o traiu, e eu volto a acreditar em Vossa Excelência. Diga que foi Delúbio. Diga que foi Sílvio. Diga qual foi a traição. Diga quais são os corruptos do seu Partido, do qual a maioria é honrada, e diga quais são os corruptos do seu Governo. Acredito que a maioria é honrada também, mas diga, Presidente. Fora isso, Vossa Excelência passa medo e, ao passar medo, fala sobre história. E falando sobre história, passa um medo misturado com a ignorância. Isso tudo compõe um quadro muito deficiente em relação ao que se pode esperar do primeiro mandatário de um país de democracia sólida, com 180 milhões de habitantes, uma grande democracia, uma democracia grande, portanto,...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – … como é a brasileira.

Concluirei, Sr. Presidente.

Todos estamos vivendo uma passagem muito longa. O pato manco, *lame duck*, ele o é por dois meses. Fernando Henrique ficou manco quando Lula venceu a eleição; ele já quase não era mais presidente. O presidente já era Lula, que também não era completamente. Clinton ficou manco quando Bush ganhou as eleições. Clinton já não era mais presidente completo; Bush ainda não era presidente total. Um país agüenta isso por dois meses. O que está acontecendo com o seu governo, Presidente Lula, é que Vossa Excelência se tornou um pato manco com 19 meses pela frente e agora faltam 15 para completar o seu governo. É preciso muita responsabilidade. Pare de falar tolice e mande para cá uma pauta de projetos decente para votarmos, senão essa economia nossa vai sofrer percalços gravíssimos até Vossa Excelência entregar o poder ao seu sucessor. É isso que espero. Comparações com Juscelino Vossa Excelência não deve fazer mais. Procure comparar-se consigo mesmo, Sr. Presidente. Procure dizer assim: Eu até hoje fui muito ruim para este País; eu fui bom antes, como oposição talvez, embora exagerado, embora ditatorial, mas tenho sido muito ruim como governante deste País. Procure

comparar-se consigo mesmo. Procure ser um bom governante daqui para frente. Procure tentar ser alguém que responda à expectativa das pessoas, que estão completamente decepcionadas e desarvoradas com o quadro de insegurança que Vossa Excelência construiu neste País. Juscelino era a segurança, era o otimismo. O senhor é o baixo-astral e a incompetência.

Sr. Presidente, quem mais ressalta a diferença entre Juscelino estadista e o homem público canhestro que o Presidente Lula tem-se revelado é o próprio Lula, com essa tentativa de se alçar a um certo Olimpo, ele, que está vivendo hoje o inferno de um governo desgovernado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho a satisfação de anunciar a presença aqui no Senado Federal do Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi, de Foz do Iguaçu. Principalmente nestes momentos em que o País atravessa uma crise política profunda que, ao que parece, ainda vai demorar muito para chegar a um resultado satisfatório para a população, sobretudo com as investigações que se processam aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, é gratificante receber um Prefeito que veio não para conversar sobre a crise política, mas para trazer uma idéia que implanta em sua cidade, em nossa cidade, que é orgulho para o Brasil, Foz do Iguaçu, cidade visitada por turistas do Brasil e do mundo inteiro, cidade que encontra no Prefeito uma esperança de resolver também os problemas de segurança. E em outra oportunidade eu voltarei a esta tribuna para falar sobre o programa de segurança que ele implanta na cidade exatamente para trazer tranqüilidade aos seus moradores e àqueles que visitam a cidade Foz do Iguaçu.

Hoje eu falo de uma idéia extraordinária. Aqueles que consideram que a única forma possível de se fazer a inclusão social, de se transformar a sociedade brasileira em uma sociedade de Primeiro Mundo é por meio da educação pensarão: se a educação pode trazer a cidadania e pode aumentar a nossa expectativa quanto a participarmos efetivamente de uma vida que seja considerada qualidade de Primeiro Mundo, quanto mais uma revolução na Educação. Pois é o que fará o prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald, e sua equipe. Ele simplesmente adotou uma idéia que já era colocada em prática pelo nosso saudoso Líder Leonel Brizola na educação infantil: a educação integral. E como os municípios têm a responsabilidade sobre a educação de 1º grau, ou seja, que vai da idade de sete a 11 anos, ele não apenas adaptou essa idéia da escola em tempo integral para o 1º grau. A escola em tempo integral fará com que o estudante permaneça na escola durante todo o dia, recebendo alimentação adequada. Mas, no caso das escolas de Foz do Iguaçu que serão construídas, é um novo formato, um novo modelo, um novo conceito, uma nova concepção que está sendo criada.

Eu fiquei entusiasmado ao ver, há pouco, uma breve apresentação do Prefeito. E ele vai iniciar esse projeto sobre o qual já estou aqui a falar. Mas voltarei a esta tribuna com mais tempo para falar muito mais.

Trata-se de uma escola onde os estudantes vão aprender aquilo que todos dizem: tem que aprender a pensar. Como aprender a pensar? O Prefeito explica de forma simples que se vai ensinar primeiro a linguagem dos homens, a escrita e a oral, para que o aluno saiba se comunicar. Esse aluno vai aprender não apenas a ler e a escrever, mas a entender de forma filosófica o processo da leitura e da escrita, para que seja natural no aprendizado dele.

A segunda linguagem é a da ciência – os números e a matemática. E o Prefeito, também de forma simples, explica como os estudantes aprenderão a ciência, que muitas vezes é complicada, principalmente a matemática, para aqueles alunos que estão ingressando no ensino de 1º grau. Mas eles aprenderão praticamente de forma natural, de forma espontânea. Aprenderão na vida prática, porque serão levados para dentro da escola exemplos da vida cotidiana que levarão esse estudante a estar sempre raciocinando de forma lógica, para que essa linguagem da ciência possa lhe servir durante o período escolar e principalmente depois, nos desafios da vida.

E há também a linguagem da máquina. Eu até disse para o Prefeito que a escola de hoje é igual a que frequentei. Só que o mundo de hoje não é igual àquele em que eu vivia quando fiz o 1º grau. Evoluiu a ciência. Modernizaram-se o mundo e as relações humanas. Houve principalmente a revolução tecnológica, que hoje leva qualquer cidadão a ter que saber informática, a ter inclusive que aprender como chegar a este caminho, porque aqueles que freqüentaram a escola no passado jamais sonharam que chegaríamos a este ponto em que estamos hoje. E o Prefeito, mais uma vez, de uma forma até singela, diz: olha, nós vamos levar esse estudante a entender o processo da informática, o processo da criação, da fabricação de uma máquina. Ele não vai apenas receber uma máquina para operar, mas vai entender, desde o 1º grau, como se chegou à fabricação dela.

Tenho muita esperança mesmo nessa revolução na educação e trago aqui o modelo da escola que o Prefeito Paulo Mac Donald vai implantar. Não serão apenas salas de aula, mas haverá ainda a oportunidade de esses estudantes terem assistente social, uma biblioteca de altíssimo nível, uma sala de espera com jogos, onde vão praticar principalmente o xadrez para desenvolver a sua inteligência, um cinema, para que possam fazer a integração social.

Presidente, vai acabar meu tempo, e preciso de mais um minuto só. Peço a V. Exª essa benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Exª terá mais dois minutos, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador. Concluirei em seguida. O nosso tempo aqui está muito curto ultimamente.

Haverá um cinema, para que ele possa levar a família para dentro da escola e integrar-se com ela. Trata-se muito mais da questão social envolvida na interação entre o jovem estudante, o aluno, a criança com a sua família.

E mais, a Unesco já provou que a violência, a criminalidade tem uma escalada, um crescimento nos finais de semana, sexta-feira, sábado e domingo. E o Prefeito Paulo Mac Donald quer, com a sua equipe, transformar a escola em um clube no final de semana; quer trazer as famílias para dentro da escola. As crianças, os pais, as famílias, todos serão integrados nesse contexto para discutir, inclusive, a linha pedagógica que deve seguir aquela escola.

Haverá uma sala de jogos, com tênis de mesa, uma sala de artes marciais, para que se ensine a disciplina àqueles estudantes, que estão ali não apenas para apreender aquilo que consideramos fundamental, que é ler e escrever. É, sobretudo, um novo modelo de educação que procura colocar a escola no atual nível da modernização, no atual nível de evolução da ciência, das relações humanas. E confio muito que as idéias que o Prefeito Paulo Mac Donald está implantando em Foz do Iguaçu poderão ser transportadas para o Estado inteiro, talvez até para o País inteiro, porque as considero revolucionárias.

Nestes segundos finais, concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Osmar Dias, V. Exª chama a atenção de todos nós. Em primeiro lugar, parabenizo V. Exª pelo pronunciamento e o prefeito pela iniciativa. Gostaria muito de conhecer esse projeto, porque se trata de um desafio que tem me chamado muito a atenção. Gostaria de conhecer ricas experiências que possam contribuir para o ensino, principalmente no campo, onde considero que há extrema necessidade de reformulação nesse sentido. Assim, juntamente com o Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de conhecer essa experiência da Casa Familiar Rural. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Sibá Machado, considere-se convidado a ir até Foz do Iguaçu, onde o nosso Prefeito, do PDT, estará à sua disposição, assim como eu, para que juntos possamos discutir essa idéia. Foz do Iguaçu é uma cidade bonita, agradável, é o orgulho de todos nós, e espero que, dentro de muito pouco tempo, com essa administração criativa do Prefeito Mac Donald, seja também uma cidade exemplo em educação, em segurança pública e, sobretudo, em relações humanas, porque estamos na Tríplice Fronteira. Tenho certeza de que sairá, de Foz do Iguaçu, um grande exemplo para o Paraná e para o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Líder Osmar Dias e concedo a palavra ao Senador Almeida Lima por dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado e, em seguida, ao Senador Paulo Octávio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje faleceu Laélia Alcântara, ex-Senadora da República, e eu gostaria de fazer rapidamente um registro.

Laélia Alcântara nasceu na cidade de Salvador e formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, em um momento em que mulheres não estudavam Medicina. Ela foi convidada a trabalhar no Estado do Acre, quando era Governador Guiomard Santos. Lá trabalhou, fundou a Maternidade Bárbara Heliodora, foi Secretária de Saúde e ajudou bastante nos trabalhos de saúde. Laélia foi a primeira mulher negra a assumir uma vaga no Senado da República.

Portanto, acredito que valem a pena os nossos votos de pesar, que já encaminho a V. Exª, à Mesa Diretora, por meio de requerimento, para que se façam os procedimentos necessários.

Solicito que seja dado como lido o pronunciamento que eu faria aqui.

Agradeço a V. Exª.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, morreu ontem na cidade do Rio de

Janeiro, de falência múltipla dos órgãos, aos 82 anos, a ex-senadora pelo Estado do Acre, Laélia Alcântara. O sepultamento ocorreu hoje às 11 horas.

Laélia Contreiras Agra de Alcântara, nasceu na cidade de Salvador. Formou-se em medicina pela faculdade nacional de medicina na cidade do Rio de Janeiro numa época em que apenas homens estudavam medicina.

Recém-formada foi convidada por um vizinho, no bairro da Piedade no Rio de Janeiro, a trabalhar como médica no então Território do Acre. Esse vizinho era assessor do então Governador Guiomard Santos.

Laélia foi a primeira médica a se instalar no Acre. Lá chegando implantou os serviços da Maternidade Bárbara Heliodora. Implantou também o posto de Puericultura, para assistir a mães e crianças. Foi ela quem planejou toda a parte de instalações médicas, dentro dos padrões exigidos pela medicina e pela legislação vigente.

Exerceu a ginecologia e pediatria no Acre por mais de 30 anos. Fez mais de cinco mil partos na cidade de Rio Branco.

Em 1981, com o falecimento do Senador Adalberto Sena, assumiu o mandato como suplente. Entrou na história da política brasileira e deste Senado por ter sido a primeira mulher negra a assumir uma vaga no Senado da República.

Nos seus noventas dias no Senado, integrou várias comissões entre elas o Parlamento Latino-Americano e apresentou vários projetos, principalmente proposições para melhorar o antigo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Laélia Alcântara foi também Diretora da Maternidade Bárbara Heliodora, Presidente da Junta Federal de Inspeção de Saúde e Secretária de Saúde no Estado do Acre.

Era portadora de deficiência medular, que lhe deixou hospitalizada sem movimentos por mais de 15 dias no Hospital São Vicente de Paula no Rio de Janeiro, vindo a falecer ontem a noite.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Laélia Alcântara merece nossas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – BA) – A Mesa aguarda o envio do documento, que será inserido conforme o Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 955, DE 2005

Requeremos, nos termos do artigo 218, VII, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da ex-Senadora Laélia Alcântara, primeira mulher negra a assumir uma vaga no Senado Federal e reconhecida no Estado do Acre por seus relevantes serviços prestados à saúde publica:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – **Siba Machado.**

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Mesa aguarda o envio do documento, que será inserido conforme o Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio pela ordem.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Almeida Lima, eu estava fazendo o escrutínio da votação realizada hoje pela manhã no Congresso Nacional e quero cumprimentar todos os servidores do Senado e da Câmara.

Não acompanhei os pronunciamentos dos Senadores José Agripino, Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio, mas, em nome da família Kubitschek, cabe a mim a incumbência de ler, neste momento, uma nota, até porque o Senador Juscelino Kubitscheck – e digo Senador, ex-Presidente que foi, porque sentou nesta cadeira – realizou um trabalho pelo nosso País que é admirado e respeitado por todos.

Então, peço ao Senador Almeida Lima – que já se encontra na tribuna – dois minutos para que eu proceda à leitura desta nota da família, que julgo muito importante para o momento que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – A Mesa concede ao nobre Senador Paulo Octávio os dois minutos para a leitura da nota da família do nobre estadista, Presidente e Senador Juscelino Kubitschek.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a exaltação do nome do ex-Presidente Juscelino pelo Presidente Lula, em ambientes públicos e pronunciamentos, como exemplo de estadista que soube conduzir os rumos do nosso

País com altivez, correção e, acima de tudo, paciência e elevado espírito de patriotismo, muito nos honra e envaidece. Juscelino não deixou apenas uma obra gigantesca e grandiosa como Brasília, mas perpetuou seu nome na história deste País como um líder de incontestável competência, sabedoria administrativa e, à frente de seu tempo, colocou com honradez irretocável o nome do Brasil no cenário internacional e no caminho do desenvolvimento. Reconhecimento, aliás, admitido pelas maiores autoridades nacionais e mundiais nas últimas décadas.

Embora haja, nos pronunciamentos do Presidente Lula, nos dias de hoje, nítida manifestação de respeito e consideração ao nome de Juscelino, o momento político brasileiro contradiz a história, o passado e os ideais políticos semeados por aquele que teve, em sua trajetória, projetos, obras e conceitos que não correspondem à realidade do Brasil sonhado e, acima de tudo, presidido pelo maior estadista de todos, que foi JK.

Os momentos de dificuldades políticas vividos por Juscelino, à época de sua administração, não podem e não devem, em hipótese alguma, ser comparados aos da atual conjuntura política do Brasil. A sociedade brasileira é testemunha viva dessa nossa consideração. A lembrança do nome de Juscelino sempre será para nós motivo de orgulho, grandeza e imensa alegria.

Preocupam-nos, entretanto, equívocos, considerações e conceitos emitidos sobre o legado, o passado e a conceituação filosófica que marcaram toda a vida política e pessoal de Juscelino. Mesmo que recheadas de elogios e seguramente emitidas com a mais pura e determinada honestidade de propósitos, algumas das citações emitidas carecem de veracidade.

Faço este pronunciamento, Sr. Presidente, em meu nome, em nome da minha mulher, que é Presidente do Memorial JK, e em nome dos meus filhos, que são os herdeiros de JK nascidos aqui em Brasília.

Então, quero fazer este registro e agradecer aos Senadores que aqui me antecederam, aos Senadores Arthur Virgílio, Antonio Carlos Magalhães e José Agripino, e a todos aqueles que realmente respeitam a obra do inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek.

Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, seguindo a ordem de inscrição, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, embora não tenhamos chegado, ainda, ao ápice da crise, entendo que, com ela, estamos vivendo uma grande tempestade provocada pelo que considero grandes terremotos, verdadeiros tsunamis e ciclones, tudo ao mesmo tempo, de forma devastadora, mas, com toda certeza, de conseqüências previsíveis, o que é melhor, pois os efeitos maléficos poderão, ainda, ser evitados.

Chegamos a uma encruzilhada que nos oferece dois caminhos a seguir, e cuja decisão por um deles será decisiva para a vida das instituições brasileiras. O primeiro caminho, que de logo afirmo indesejável, é aquele que conduz ao caos as nossas instituições próprias do Estado democrático e de direito, como decorrência do total descrédito do povo à classe dirigente deste País. Refiro-me a todas as elites e não apenas à elite política, mas também, de forma expressa, à magistratura nacional, ao Ministério Público, aos dirigentes empresariais, às igrejas, à imprensa e às entidades de classe como a OAB. O número de brasileiros que não acredita em nossas instituições é muito grande, é avassalador. Toda a classe dirigente se apresenta inócua e incapaz de responder à atual crise com decisões firmes e corajosas, além de patrióticas, debelando o mal de forma imediata.

Parcela expressiva da classe política está subestimando a inteligência do povo brasileiro e, o mais grave, subestimando a sua capacidade de reação. O povo, que se encontra desesperançado, até por imaginar que a última esperança era o PT, que imaginava que a salvação da Pátria era o PT e que o salvador era Lula, não suporta mais sentir que, das investigações, resultará apenas uma grande *pizza* , como, aliás, é a proposta de muitos e, mais recentemente, do próprio Presidente da República, Lula, que afirma não haver provas para cassações, assim como do Presidente da Câmara, que, pelos seus pronunciamentos, deseja fechar os olhos diante de tantas evidências e de tantas provas.

Se esse caminho for o escolhido, será muito ruim, pois poderemos ter grandes convulsões e desrespeito à ordem, momento muito propício para aventureiros proporem soluções não democráticas, que a sociedade brasileira já conseguiu banir de seu ideário como República respeitável.

O segundo caminho, aquele que é desejado pela grande maioria da população brasileira, é o da resposta firme e imediata, passando a limpo os fatos causadores da crise com a punição dos criminosos.

Entendo que, por crimes bem menores, muita gente neste País se encontra presa, mesmo sem julgamento ou sem decisões com trânsito em julgado. Na semana passada, no meu Estado de Sergipe, por exemplo, tomei conhecimento pois divulgado amplamente pela imprensa de que duas jovens senhoras estavam presas porque roubaram frascos de perfume. Quatro

e seis anos de cadeia. Temos notícia de que pessoa que roubou num supermercado um pacote de macarrão está na cadeia. Existe até mesmo o caso recente dos dirigentes da Schincariol, que, sem processo judicial, sem processo administrativo fiscal, sem mesmo uma notificação, foram representados pela Polícia Federal e foram presos.

Evidentemente, não desejo para essas pessoas impunidade, sobretudo porque sou daqueles que defendem a tolerância zero. Acho que todos merecem ser punidos na proporção dos seus crimes. Mas o que nós temos hoje são verdadeiras confissões. O que nós temos hoje são pessoas como Delúbio Soares, Marcos Valério e tantas outras que confessaram seus crimes e não estão presas. Será que alguma autoridade neste País poderia me recriminar, diante da lei e da Constituição, uma vez que estão livres Delúbio Soares, Marcos Valério e tantos que confessaram crimes e que aí se encontram de forma perigosa, como diz o Código de Processo Penal, no art. 312, podendo ter sua prisão preventiva decretada para a garantia da ordem pública e, mais ainda, para garantia da ordem econômica? Presos, esses maus elementos não estariam a desesperar os investidores, pois estes estariam confiando nas instituições democráticas do Estado de Direito que é o Brasil.

A lei garante, assegura. Não há ilegalidade alguma numa proposta dessa natureza. Mas estamos ouvindo a polícia de forma omissa, sim. É preciso que tome providências o Ministério Público Federal, que já tem elementos e provas mais que suficientes para representar a todos. Também a magistratura deste País, do simples juiz de direito de primeira instância ao Supremo Tribunal Federal, de ofício, por obrigação própria, como a lei lhe determina, poderia estabelecer, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a prisão desses criminosos, com crimes confessos e não apenas de valor igual ao de um frasco de perfume, de uma galinha ou de um pacote de macarrão. São bilhões de reais!

Portanto, Sr. Presidente, é preciso separar o joio do trigo, demonstrar que as instituições têm capacidade de eliminar a parte podre e preservar o que há de bom na vida nacional, pois o momento deve ser de limpeza, e o povo exige isso. O momento não é de conciliação, não é de discurso conciliatório, não é de grandes conchavos, de grandes acordos espúrios. A sociedade exige uma resposta imediata, séria e sincera, pois ela está sendo e foi roubada, traída, enganada, vilipendiada. Que se vá fundo para que ele, o povo, possa-se sentir reparado e possa ele separar o bem do mal, eliminando o segundo para a salvação do primeiro.

Não posso, Srs. Senadores, imaginar que o presidente nacional da minha querida OAB, a instituição da qual faço parte, venha a público para contestar a atitude dos procuradores do Ministério Público de São Paulo. Não conheço a legislação disciplinar do Ministério Público paulista, mas, se cometeram alguma ilegalidade, o presidente nacional da OAB teria que vir a público primeiro para condenar a ilegalidade maior, e não a menor! Quanto aos procuradores do Ministério Público de São Paulo, se ilegalidade houvessem cometido, se transgressão disciplinar houvesse, mereciam ser, sem dúvida alguma, punidos, advertidos; mas não posso compreender que, pelo crime ou pela ilegalidade menor, venha a público a OAB, esquecendo o que há de mais grave exatamente na vida nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sei, Sr. Presidente, que, ao mesmo tempo... Peço a benevolência de V. Exª para mais dois ou três minutos para a conclusão. Eu ficaria extremamente grato.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a minha Igreja Católica e as demais, as outras instituições, a própria ABI que tem uma história de dignidade, que tem uma história de relevo, de importância na vida nacional estão ainda achando que o que está acontecendo é pouco, que não é nada, que não é grave, que não resulta na indignação nacional. Não estamos ouvindo uma palavra mais dura, uma manifestação mais segura.

Por muito menos, vimos *impeachment* neste País. Estamos aí diante de um Partido, o Partido dos Trabalhadores... A esta altura, o Procurador-Geral Eleitoral perante o Tribunal Superior já poderia ter feito uma representação, requerendo o cancelamento do registro desse Partido, porque os arts. 28, 29 e seguintes da Lei Orgânica dos Partidos Políticos assim determinam e assim exigem. E nós estamos vendo a omissão do Ministério Público Eleitoral nesse sentido. Esse Partido recebeu recursos de governo estrangeiro denúncias foram feitas nesse sentido Partido que recebeu recursos do estrangeiro e para o estrangeiro mandou recursos; Partido que não fez a devida prestação de contas...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Todos esses fatos, Sr. Presidente, são justificadores do cancelamento do registro.

Concluo, dizendo que estamos numa encruzilhada e temos dois caminhos: o primeiro, que vai levar o caos às nossas instituições; o segundo, que chama o feito à ordem e as instituições deste País, as elites dirigentes de cada um dos segmentos a sentirem e

tomarem decisões. O momento é grave. Precisamos passar a limpo e, de forma profunda, eliminar o mal em benefício do bem, a fim de que a sociedade brasileira continue perseguindo a sua história – uma história de glória.

Sr. Presidente, é isso que imagino e que trago como contribuição para esta Casa.

Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar como Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar da crise, mas, desta vez, da crise das expectativas pessimistas.

Começamos, este ano, a assistir deste Plenário e de vários articulistas as previsões mais sombrias sobre o desempenho da economia brasileira. Mais uma vez, essas previsões foram derrotadas pelos dados e pelos fatos. Hoje tivemos a publicação dos dados oficiais do crescimento econômico do Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

No segundo trimestre do ano, tivemos um crescimento de 1,4% em relação aos três primeiros meses deste ano, o que significa uma aceleração da economia em relação ao primeiro trimestre. O mais importante desse crescimento é a qualidade daquilo que está acontecendo, porque o índice acumulado dos últimos doze meses é de 4,9%. É um crescimento, portanto, em doze meses, muito próximo a 5% ao ano, repetindo, se essa trajetória for mantida, o resultado que tivemos ano passado, que foi o melhor crescimento da economia brasileira nos últimos dez anos.

Trata-se de um crescimento liderado pelas exportações. Apesar de uma taxa de câmbio que foi apreciada, as exportações brasileiras continuam em marcha batida do crescimento. Estamos batendo o recorde novamente de exportações e, mais do que isso, deveremos ter um saldo comercial acumulado este ano que vai superar US$40 bilhões.

Portanto, recursos novos entram no País não pelas privatizações que eram feitas, não pela desnacionalização da economia, que era acelerada no passado por aquela âncora cambial irresponsável do governo anterior. As exportações geram a entrada de dólares pelo trabalho do povo brasileiro, pelo crescimento da indústria, pela geração de emprego. Esse é o caminho para superarmos a nossa vulnerabilidade externa e conseguirmos atravessar não só as turbulências internacionais, que sempre, recorrentemente, aparecem – agora mesmo o petróleo bate recorde histórico, mais de US$70,00 o barril –, mas também as turbulências da política nacional.

O que chama a atenção nesse resultado é que a crise política não contaminou a economia e não tem por que contaminar, se o Brasil apurar todo esse episódio com rigor e profundidade, mas também com responsabilidade pública, sem prejulgamentos, sem denuncismo, sem estrelismo, sem apenas uma disputa político-partidária em função de uma denúncia cuja apuração deve ser aprofundada com todo rigor. Em poucos momentos da história, tivemos três CPMIs atacando um governo de todas as formas, como estamos tendo agora. Ainda há mais Ministério Público, Polícia Federal, as redações.

Toda essa agenda pode ajudar o Brasil a sair melhor do que estava, não só afastando da vida pública aqueles que praticaram atos ilícitos, mas, sobretudo, aprimorando as instituições e modernizando a legislação partidário-eleitoral, para que não vivamos mais episódios semelhantes a este.

Mas o importante é que essa agenda não ofusque também a economia e os resultados econômicos. O investimento cresceu 4,5%. O crescimento está sendo liderado pelo investimento, e essa é a melhor notícia, porque dá qualidade. Além das exportações, há o investimento e o crescimento do emprego e da massa salarial. O mercado interno vem sendo fortalecido.

Portanto, precisamos combinar a investigação com a agenda positiva do desenvolvimento e retomar, na Câmara dos Deputados, a reforma tributária, que concluímos já há algum tempo e que pode ser votada. Foi feito um acordo com os Governadores. O País não pode e não tem por que adiar a reforma tributária. Precisamos retomar a conclusão da reforma do Judiciário, aprovar a reforma político-eleitoral que o Senado aprovou e que muda, dá transparência, controle social, reduz os gastos de campanha. Precisamos aprovar a lei das agências de regulação do setor público e a legislação da micro e da pequena empresa. Portanto, temos que combinar essas duas coisas. Peço à Oposição que contribua nesse sentido.

É verdade que o Senado vem votando matérias importantes. Não temos matérias relevantes pendentes, mas as temos na Câmara dos Deputados, especialmente a reforma tributária. Se tomarmos essa atitude, seguramente vamos contribuir e contribuir muito para esse resultado, que surpreende positivamente as

melhores expectativas. Nem os mais otimistas previam o resultado de crescimento do PIB que estamos tendo, liderado pela indústria, pelo investimento e pelas exportações, amparado no crescimento de emprego e da massa salarial. A inflação caiu, a espinha dorsal da inflação foi derrotada, a inflação acumulada pode ser inferior a 5,5%.

Portanto, o cenário do segundo semestre é um cenário em que os juros podem cair. Se os juros caírem, teremos uma melhor taxa de câmbio, uma taxa de câmbio mais competitiva e alimentaremos ainda mais a capacidade de investimento, de crescimento do setor público e do setor privado.

Poderemos ter um excelente segundo semestre este ano, um excelente segundo semestre na economia se tivermos a maturidade democrática de apurarmos o que deve ser apurado, se punirmos todo e qualquer cidadão que esteja envolvido nessas irregularidades, sem contaminar a economia e sem paralisar o processo legislativo, reduzindo a vida nacional apenas à crise.

A crise política tem uma dimensão importante e tem que ser resolvida não só pela denúncia, pela vigilância, pela apuração, pela punição, mas pelas reformas institucionais, especialmente a reforma eleitoral e partidária. Essa mudança de qualidade nas instituições democráticas tem que ser feita em paralelo com o compromisso de preservarmos a economia brasileira e de trabalharmos por uma agenda positiva que possa estimular ainda mais o crescimento sustentável do País.

Crescer baseado num investimento em 4,5% e crescer doze meses com uma taxa que se aproxima de 5% do PIB são sinais alentadores de que há responsabilidade pública, de que há maturidade democrática. Como temos margem no Orçamento hoje, com o superávit primário, que está muito acima da meta estabelecida para melhorarmos o gasto em investimento público, e como a inflação cedeu, para a taxa de juros cair, o cenário do segundo semestre é um cenário favorável, é um cenário que pode contribuir bastante para melhorar a qualidade de vida do povo, pelo crescimento, pelo emprego, pela recuperação salarial.

Por isso, faço este apelo: que combinemos essa agenda de apuração, de investigação e de punição com uma agenda construtiva e positiva, para que o Brasil possa colher resultados ainda melhores do que está colhendo neste segundo trimestre, com os dados de crescimento do PIB, que são extremamente alentadores para todos aqueles que acreditam não só em nosso País, mas em nosso povo.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas requeiro a minha inscrição, após a Ordem do Dia, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu gostaria de saber se já estão inscritos todos os Senadores para comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Já são quatro inscritos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Aproveito apenas, Sr. Presidente, para dizer que agora, neste momento, foi assinada a ficha de filiação ao PSDB do Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – O Senador é do PMDB.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Senador Papaléo Paes era do PMDB e, agora, é do PSDB, a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – É uma pena.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Prefeito de Xaxim, Lírio Dagort, de Vereadores de Pinhalzinho e de Marema, e também do Prefeito de Pinhalzinho e de Vereadores de Xaxim, juntamente com o Deputado Federal Gervásio Silva, que vieram a Brasília, além de reivindicar recursos, receber o Certificado da Rádio Vanguarda de Xaxim, ISO-9001.

Deixo registrada a presença desses Vereadores e Prefeitos, e também a nova aquisição do PSDB: o Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o bravo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Pedro Simon, Srªs e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna do Senado Federal para falar aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado, aos meus queridos irmãos do Estado do Pará, de um assunto, Senador Augusto Botelho, da maior importância.

Na ilustre companhia de nossos colegas, Senador Arthur Virgílio Neto, Líder do meu Partido nesta Casa, o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e do Senador Sibá Machado, do PT acreano, estivemos, na sexta-feira passada, visitando o maior projeto de exploração de palma em território brasileiro.

Visitamos a Agropalma, implantada nos Municípios de Tailândia e Moju, no meu querido Estado do Pará, onde pudemos ver de perto um empreendimento de sucesso que, em futuro não muito distante, deverá alavancar a produção de biodiesel no Brasil, colocando

no mercado um combustível renovável, ambientalmente sustentável e que vem gerando emprego e renda para milhares de famílias.

Além da produção de biodiesel, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, tão importante como substituto do petróleo como combustível, quero também dizer que, através de empreendimentos como este, o Pará e o Brasil poderão se tornar os maiores produtores de óleo de palma do mundo porque temos clima e solo propícios a essa espécie nativa.

Faço minhas as palavras do Senador Sibá Machado, após conhecer o projeto: "A Agropalma vem obtendo um faturamento de R$500 milhões anuais, explorando uma área de apenas 40 mil hectares de dendê, e sem desmatar um único hectare da floresta tropical nativa".

O empreendimento também vem alcançando sucesso na parceria montada com o Governo do Estado (do Governador Simão Jatene), para beneficiar 150 famílias do Município de Moju, inseridas num projeto conjunto de agricultura familiar elogiado pelo próprio Presidente em recente viagem ao Pará.

Esse projeto de agricultura familiar tem tudo para se tornar um exemplo não apenas para os Estados da Amazônia, mas para o Brasil como um todo. Em 2006, a projeção é que cada família terá uma renda mensal próxima a um mil reais.

O Governador do meu Pará, Simão Jatene, do PSDB, garantiu a doação de terras do Estado para essas famílias, que recebem crédito privilegiado do Banco da Amazônia, Basa, e as mudas de dendê e assistência técnica permanente dos técnicos do Grupo Agropalma.

E tudo isso, Sr. Presidente, sem que se tenha feito um único novo desmatamento. O projeto se constitui sobre áreas já degradadas, desflorestadas por projetos antigos de pecuária extensiva. Faz parte da filosofia de trabalho do grupo empresarial não permitir novos desmatamentos na região.

Mas aí nos defrontamos com um grande empecilho ao desenvolvimento do projeto, já transmitido ao ilustre Senador Leomar Quintanilha, representado pelos entraves causados pela legislação ambiental para se fazer reflorestamentos na Amazônia.

Apresentei projeto de lei, em tramitação nesta Casa, que considera o plantio de palmáceas como reposição florestal, permitindo que projetos como os do dendê no Pará e similares possam fazer a exploração integral de áreas que já foram 100% desmatadas, após o replantio dessas espécies de palmáceas.

Isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, incorporaria novos projetos produtivos na região, geraria milhares de novos empregos, garantiria renda para os trabalhadores rurais, incentivaria a agricultura familiar, alavancaria a produção de biodiesel e, mais importante ainda, evitaria novos saques contra a nossa Floresta Amazônica.

Acredito que a substituição do modelo produtivo baseado na agricultura migratória por outro baseado no cultivo de espécies perenes, e que demandam mão-de-obra ao longo de todo o ano, mitigará conseqüências ambientais indesejadas, especialmente as queimadas. O plantio de espécies arbóreas permanentes em áreas degradadas ainda poderá favorecer a captura de carbono na atmosfera, contribuindo para a minimização do efeito estufa.

Por outro lado, a geração de emprego e renda no campo, advindos das plantações de palmáceas para exploração econômica, possibilitará a fixação do homem do campo, reduzindo pressões migratórias sobre cidades como, por exemplo, Belém do Pará.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo o testemunho de meus colegas Senadores que visitaram o Projeto de Dendê, no meu Estado do Pará, que abre caminho para o Brasil ganhar mercados num campo que tem tudo para ser a alavanca do desenvolvimento sustentável no futuro, o da energia limpa do biodiesel, contribuindo para que cada vez mais o Brasil participe do esforço mundial pela preservação da camada de ozônio, onde a Amazônia terá participação fundamental.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Pedro Simon. Em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as manchetes dos jornais, a começar pela manchete escancarada do **Correio Braziliense**, falam em uma grande pizza, em um grande "acordão" que estaria sendo efetuado entre os líderes, no sentido de passar por cima da CPI e limitar suas conseqüências ao mínimo possível. Sei que isso não é a realidade. Sei que a reunião realizada ontem com as Lideranças e com os Presidentes e Relatores das várias CPIs é para chegar a um entendimento, a uma fórmula para que o processo ande mais rápido.

A verdade é que não podemos deixar que passe pela opinião pública uma imagem como essa. Cá entre nós, o pronunciamento do Presidente da Câmara

dos Deputados não foi muito feliz ao querer contrastar com tudo que se vê e que se conhece já existente nas CPIs com a informação de que ainda não há nada de concreto. Creio que há muito de concreto e que a parte primeira, exatamente a que se refere aos Parlamentares que tomaram dinheiro e às verbas nos malões, que foram distribuídas, já está praticamente esclarecida. Eu não tenho dúvida alguma nesse sentido. A dúvida é com relação, por exemplo, ao Presidente do PL, que recebeu uma quantia enorme. E a informação que se tem é que a distribuiu entre os Parlamentares do seu Partido. E provar isso não é fácil, porque ele está argumentando que não diz os nomes, e, a não ser que se mexa nas contas particulares, é difícil chegar lá.

Mas eu creio que a CPMI dos Correios, agora com o diálogo estabelecido com a CPMI do Mensalão, poderá ainda esta semana entregar à Câmara dos Deputados o nome dos primeiros Parlamentares envolvidos.

A decisão do Sr. Presidente da Câmara de que enviará não para a Comissão de Ética, mas para o Corregedor da Câmara, é completamente irracional. Não há lógica nela. Então, vamos consentir na criação de uma CPI mista, que se reúne, debate, discute, chega a conclusões e, depois, elas vão para a Procuradoria da Câmara, para que seja feita a análise inicial? É claro que não.

Por isso, louvo a atitude do Sr. Roberto Freire, Presidente do PPS, que já decidiu que, ser for o caso, ele, como Presidente do PPS, entrará com ofício diretamente na Comissão de Ética, fazendo a indicação dos nomes que forem aprovados pela CPMI do Congresso Nacional.

É uma pena que tenha que ser feito assim, mas é melhor ser feito assim do que o Corregedor ficar com uma série de nomes sem utilidade. Se já passou pela CPI, se a CPI já tirou uma conclusão e se mandou essa conclusão para a Câmara, é evidente que é para a Comissão de Ética, e não para a Corregedoria. O processo pode começar na Corregedoria, mas não é da Comissão de Ética que passa pela Corregedoria, para, depois, ir à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.

Por isso, é muito importante que isso seja feito, e que seja esclarecido que não vejo absolutamente nada no sentido de um acordão feito aqui, nesta Casa, para se evitar que se apure o que deva ser apurado. Creio que isso será feito. O meu medo não está nessa parte, mas na segunda parte, quando vamos verificar não os corruptos, não os que pegaram o dinheiro, mas saber de onde veio o dinheiro, de onde veio essa montanha de dinheiro para o empresário de Minas Gerais. Foi dos Correios? Foi dos Fundos de Garantia? Foi do Banco do Brasil? Da Petrobras? De onde saiu esse dinheiro? Essa é a segunda obrigação que temos nas CPIs.

Creio que conseguiremos chegar lá! Se temos coragem de apurar o que aconteceu de errado com relação aos Parlamentares, não nos faltará coragem de achar o que há de errado com relação ao escândalo no uso de dinheiro público, nessa caminhada a que estamos dolorosamente assistindo entre o Governo e o PT!

Por isso, Sr. Presidente, não creio que possa haver um acordão na segunda parte, aquela que significa entrar lá nos fundos de pensão, que são exatamente as verbas aos milhões usadas indiscriminadamente. Aliás, há muito tempo, tenho um projeto visando saber como movimentar esses fundos de pensão. O que é o fundo? É dinheiro público? É dinheiro do Governo? É dinheiro do povo brasileiro, que, ao ser aplicado, transforma-se dinheiro particular?

Os responsáveis pelo fundo e, agora, elementos indicados pelo Partido usam o fundo como se fosse *coisa nostra*. Averiguar, fazer o levantamento desses fundos de pensão, fazer o levantamento das contas nos Correios, fazer o levantamento do dinheiro de Furnas, fazer o levantamento do Banco do Brasil é importante, indispensável para quem realmente quer apurar.

Por isso, se, de um lado, a manchete do **Correio Braziliense** choca, atinge, de certa forma, os brios da classe política, de outro lado, creio que ela serve para nos chamar a atenção para o fato de que não podemos permitir que matéria dessa importância, dessa natureza fique no meio do caminho.

Lamentavelmente, não sentimos, por parte do Governo, vontade de buscar a verdade. Foi lamentável, nesse sentido, o afastamento da candidatura do Sr. Tarso Genro. Não tenho nada que ver com isso. É um problema de economia interna do PT, mas o Sr. Tarso Genro, candidato à Presidência do Partido, apresentava como tese refundar o PT, apresentava como proposta apurar o que tinha de ser apurado e a entrega, pela Comissão Executiva do PT, ao Conselho de Ética do PT, para averiguação interna, dos nomes que compunham aquele Partido. Ele não ganhou e afastou-se, porque ganhou a corrente ligada ao ex-Chefe da Casa Civil, alguém que quer deixar tudo como está. Foi mal para o PT, foi mal para a sociedade brasileira.

A grande chance que tinha o PT de se recompor se daria com a candidatura do Tarso e com as bandeiras defendidas por ele. Continuar, deixar como está para ver como fica, deixar na chapa do PT o antigo Tesoureiro, o antigo Secretário-Geral é algo que nos dá uma demonstração de que realmente o Governo não quer apurar.

Por isso, esta Casa tem a responsabilidade, a obrigação de apurar e de buscar a verdade, doa a quem doer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem a palavra o Senador José Agripino Maia, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO MAIA (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu ouvi com atenção a palavra do Líder do Governo que falou agora há pouco – bem pouco –, que, num tom cordato, conciliador, nos convocava a nós, da Oposição, para colaborar com o interesse nacional, com o interesse da economia, para que o País vá para a frente pela ação do Governo e da Oposição.

Sr. Presidente, é só o que nós temos feito. A não ser que ele queira que nós invertamos os papéis. Porque, veja V. Exª, ai do Governo se a Oposição do PFL, do PSDB, do PDT fosse a que o PT praticava. Não teria sido, como não foi, aprovada a reforma na Previdência, nem pensar em projeto de parcerias público-privadas, nem pensar em Lei de Falências, nem pensar em Reforma Tributária, quando tudo isso foi aprovado, Senador Mozarildo, pela colaboração da Oposição com o Governo, colaboração no sentido de melhorar as propostas que aqui chegaram.

Além de votar, melhoramos em muito, colaborando com o interesse nacional. Disse S. Exª, na reforma política, que era hora de nos debruçarmos sobre ela. Claro que é. Votamos aqui no Senado toda a reforma política. Já houve entendimento de todos os Partidos. Por que não está aprovada ainda? Por culpa do Governo, que embaralhou o jogo na Câmara. O projeto correto de cláusula de desempenho de partido político, cláusula de barreira, a fidelidade partidária por tempo de filiação, financiamento público de campanha, tudo isso não é objeto de entendimento entre os Partidos da base aliada. O PP, o PL, o PTB, o PCdoB pressionam o PT, e pára tudo. Que venham de lá. Estamos prontos para votar, estamos prontos para votar a reforma política, como já votamos no Senado.

Então, S. Exª, o Líder Aloizio Mercadante, está falando como que chovendo no molhado, porque nós, da Oposição, estamos cumprindo com o nosso papel, que é colaborar na governabilidade, votando as coisas de interesse da sociedade brasileira. Agora, sem abrir mão da obrigação, que é nossa, constitucional, de, exercendo a Oposição, denunciar, cobrar e fiscalizar.

Posso eu, na condição de integrante da Oposição, ficar calado, assistindo às falas do Presidente? O Presidente, reconheço, tem todo o direito de defesa. Tem todo o direito de defesa. Ele tem é que esboçar reação à monumental crise política gerada pelo seu Governo e por seus partidários. Ele tem todo o direito de falar, de agir, de manifestar-se. No entanto, não tem o direito de dizer o que está dizendo. Chegou ontem, Senador Jorge Bornhausen, em Uberlândia, para inaugurar o novo aeroporto, que, talvez, já estivesse pronto há bastante tempo, como o ato de que participou, na semana passada, que já estava pronto há muito tempo. Está procurando os pretextos e as oportunidades para fazer-se presente e falar a um grupo de pessoas arrumadas.

Chegou Sua Excelência e, referindo-se às CPIs, que tentou no limite máximo evitar que fossem instaladas, entrou em rota de colisão frontal com um trabalho com o qual, na minha opinião, deveria colaborar. Acusou alguns membros da CPI de fazerem uma investigação demagógica em busca de holofotes, como se o que se estivesse investigando, Senador Jefferson Péres, não fossem os atos produzidos pelo Governo dele! O que estamos investigando? Estamos criando fatos? Estamos inventando coisas ou investigando os fatos gerados pelo Partido e pelo Governo dele? E vem ele dizer que os integrantes da Oposição estão em busca de holofotes, em uma investigação demagógica?! Refere-se a quem? A um homem com a qualidade de Jefferson Péres? Ele não tem o direito de dizer isso.

Senador Jefferson Péres, o Presidente está insistindo em uma tese que me preocupa e sobre a qual vou falar: a de que não há provas. Está repetindo. É aquela tática de Goebbels, a de repetir a mentira até que pareça verdade. Como não há prova, Senador Jefferson Péres! Então, confissão não é prova? Sílvio Pereira confessou que recebeu de presente uma Land Rover – tráfico de influência dele com a Petrobras e recebe de luva um mimo. Uma Land Rover confessa, isso não é prova?

Não é prova Delúbio Soares denunciar e ele coonestar, ele Presidente Lula? O Presidente Lula coonestou o caixa dois, achando que era uma coisa normal, dando entrevista para o Brasil inteiro na França, da França para o Brasil. Confessou está confessado.

Duda Mendonça rebateu a confissão. Isso não é prova? O que ele quer? Que provemos que o empréstimo de R$29,6 mil pagos ninguém sabe por quem, porque ele diz que não deve. Paulo Okamotto diz que pagou; uns dizem que foi despesa de viagem e ninguém sabe o que quer. Quer que provemos? Vamos investigar, para conseguirmos provar. O que ele quer que prove? Que os R$5 milhões da Telemar foram uma doação dadivosa para empresa do filho dele? Vamos investigar. É o que estamos fazendo.

Agora, se investigar for buscar na demagogia o holofote, não é isso o que pensa o povo do Brasil. Ah,

não é! Não é, e Sua Excelência o Presidente não tem o direito de se esconder da censura da opinião pública, que já aparece nas pesquisas, proteger-se, igualando-se a um estadista da qualidade de JK. Acho que, Senador Alberto Silva, quem falou melhor por JK foi a filha dele, Maristela, que disse – li numa coluna, creio que de Anselmo Góes: "Meu pai era paciente, mas era trabalhador". Fulminante, chamo isso de pano rápido.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falo isso porque estou profundamente preocupado com o que o Presidente vem repetindo: faltam provas, faltam provas, faltam provas.

Senador João Capiberibe, estou preocupado com uma coisa contra a qual vou convocar meus companheiros a reagir. A falta de provas é muito produto do corpo mole que os instrumentos de Governo estão fazendo no curso das investigações e elucidações. Por exemplo, há mais de quinze dias – creio que há três semanas –, foi solicitada pelos membros da CPMI dos Correios a informação sobre os títulos públicos negociados entre fundos de pensão e instituições financeiras. Até hoje, não teve resposta nenhuma.

Quem quer, como o Presidente diz, a investigação correta, chegue onde chegar, doe em quer doer, tinha que estar atento aos fatos fundamentais que dizem respeito à responsabilidade do aparelho do Estado para o esclarecimento dos fatos, para que ele tenha autoridade moral para falar que faltam provas. Se ele colabora para que as provas não apareçam, ele não tem autoridade moral nem para falar no nome de provas.

Ouço, com muito prazer, o Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Serei muito rápido, Senador José Agripino. Os discursos do Presidente são cada vez piores. Ele agride os fatos, ele agride o bom senso, ele agride a opinião pública, de tal forma que se tornou uma figura patética. Eu não sei. A essa altura, das duas uma: ou ele está falando apenas para os mais humildes, que ele acha que são desinformados e que acha que pode enganar com essas falas, ou então ele está num processo de alienação altamente preocupante. Ele está se alienando da realidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Concordo inteiramente com V. Exª, Senador Jefferson Péres. Creio que o Presidente está-se julgando um ser paranormal, que está acima do bem e do mal e que as pessoas não têm o direito de desconfiar dele. Ele não percebeu ainda, Senador Jefferson Péres, que o povo quer saber que empréstimo é esse de R$29,6 mil e quem foi que pagou. O povo quer saber. Há quatro versões, e quem tem quatro não tem nenhuma, não pode acreditar em nenhuma. O povo está começando a ficar ligado na dificultação que se impõe todo dia às repostas às indagações fundamentais.

Os fundos de pensão são uma peça preciosa no esclarecimento de fatos, que abrangem não apenas quem recebeu o dinheiro, mas de onde o dinheiro veio, onde a administração pública foi fraudada, onde é que o aparelho do Estado usado pelo Governo do PT fraudou o interesse público, gerando tudo isso que está sendo denunciando. É o que quer a sociedade brasileira.

Ouço, com muito prazer, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, com respeito ao que acaba de mencionar sobre os fundos de pensão, é importante lembrar que os Presidentes dos fundos de pensão Previ, Petrus e Funcep se dispuseram a comparecer à CPI e inclusive estão neste instante prestando depoimento. Obviamente, eu próprio, V. Exª, todos nós, Senadores e Deputados, podemos formular as indagações que julgamos adequadas. V. Exª teceu críticas à lembrança positiva que o Presidente Lula deu de Juscelino Kubitschek, como exemplo a seguir, não apenas de uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Suplicy, vou prorrogar por mais um minuto, depois vou encerrar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Porque o Presidente Juscelino Kubitschek, na imagem de todos os brasileiros, foi uma pessoa, primeiro, inteiramente aberta, com procedimentos democráticos notáveis, um espírito de generosidade a exemplo da anistia que concedeu aos oficiais rebeldes de Aragarças e Jacareacanga, bem como naquele memorável episódio quando ele, atravessando uma manifestação de estudantes da UNE, vaiado durante todo o trajeto, ao chegar ao final pegou o microfone para dizer: "Feliz é o País onde se pode vaiar o Presidente". O que resultou no imediato aplauso dos estudantes. V. Exª sabe, tenho aqui sugerido que possa o Presidente tomar uma atitude mérita de comparecer ao Congresso em diálogo, apesar de não estar previsto na Constituição, ou seja, a convocação do Presidente, mas quem sabe possa o Presidente Lula aqui nos fazer uma visita, em sessão. Poder-se-ia combinar com o Presidente Renan Calheiros e com os Líderes. Quem sabe os Líderes poderiam fazer observações, indagações, e ele, com o espírito semelhante àquele que caracterizou a entrevista coletiva do Ministro Antonio Palocci, por Sua Excelência elogiada, pudesse até ter um diálogo conosco e responder a indagações que certamente contribuiriam muito para o desvendar da verdade que Sua Excelência quer, porque a verdade vai prevalecer.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só gostaria de transmitir a V. Exª que, ao fazer essa sugestão – e, se puder, eu a farei pessoalmente, já que a fiz ao Presidente por carta –, tenho dito que, se porventura Sua Excelência aceitá-la, acredito que, até da parte dos Líderes da Oposição, como V. Exª, haverá uma relação de fraternidade e de respeito, muito civilizada. Então, aproveito a oportunidade para dizer que a sugestão está posta, para o Presidente Lula, quem sabe, aceitá-la. Penso que isso contribuirá para o propósito de esclarecer todo e qualquer assunto que o Congresso Nacional e a Nação desejam saber.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Veja...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador José Agripino, um minuto para V. Exª encerrar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente. Prometo atender o tempo.

Veja que diferença de postura democrática, Senador Suplicy: V. Exª fala, com precisão cirúrgica, o que eu não ousaria falar. Eu não ousaria pedir ao Presidente que viesse ao Senado para conversar conosco, embora estejamos posicionando-nos cavalheirescamente como colaboradores de um processo de interesse nacional, que é o de votar o que o País precisa, mas também o de investigar o que este exige.

O que estamos querendo V. Exª sugeriu, indo mais longe. Eu queria que o Presidente dissesse, desse uma explicação, porque diz respeito a ele, pessoalmente, o empréstimo, o caso do filho. Eu queria que ele, diretamente, desse uma explicação; não queria nem que ele viesse aqui. Até hoje, ele não deu explicação alguma! A Nação deseja saber.

V. Exª propõe que ele venha a esta Casa. V. Exª, que é um homem de boa-fé, cita que os três presidentes de três grandes fundos de pensão estão na CPI neste momento. Para nada, Senador Eduardo Suplicy, permita-me dizer, porque as informações que possibilitariam a formulação de perguntas básicas não vieram. A relação de títulos públicos negociados entre os fundos de pensão e as financeiras, sejam corretoras ou bancos, não vieram. Os membros, portanto, não têm o que perguntar a S. Sªs. É uma audiência inócua, por culpa de quê? Dos instrumentos do Governo. É isso que estou cobrando. E vou convidar os meus companheiros a irmos aos órgãos para cobrar, antes que seja tarde e que a frustração aconteça.

Nós não vamos abrir mão da obrigação de exigir que o Governo preste atenção e colabore com as investigações. V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, tem autoridade moral para dizer o que diz, porque, contrariando a orientação do seu Partido, subscreveu a CPI. Mas V. Exª sabe que, se fosse pelo seu Partido, essa CPI nunca teria acontecido; nunca o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Silvio Pereira, o Sr. Marcos Valério, o Sr. José Dirceu e tantos outros seriam conhecidos como são.

O que é preciso é investigar, para passar o Brasil a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago ao conhecimento do Plenário a filiação do Senador Papaléo Paes ao PSDB, nesta tarde. S. Exª, Senador pelo Amapá, que foi Prefeito de Macapá pelo PSDB, está retornando ao Partido da Social Democracia e fará parte da nossa Bancada. Esse é o registro que gostaria de fazer como Presidente do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, hoje, primeiramente, quero fazer um registro e um apelo. Dois agricultores do Município de Anapu, os irmãos Miguel e Francisco Valentino dos Santos, foram presos pela Polícia Civil, na área do Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Esperança, exatamente onde foi assassinada, covardemente, a irmã Dorothy. Nesse local, as terras estão **sub judice**.

Há denúncia dos lavradores de que os policiais usavam carro pertencente a um fazendeiro que tem serraria, chamado Luiz Ungaratti, citado como um dos prováveis mandantes do assassinato da irmã Dorothy.

A matéria que saiu em **O Globo** diz:

O Ministério Público Federal anunciou que vai cobrar explicações do Governo do Estado. **Ungaratti** chegou a ser citado por Vitalmiro Moura, o Bida, preso pelo crime, como um dos envolvidos no assassinato. A prisão, no domingo, foi motivada pela denúncia de um suposto funcionário de **Ungaratti** de que estaria sofrendo ameaças dos dois agricultores.

Os policiais foram ao PDS num Toyota branco, que seria de **Ungaratti**. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu acusa **Ungaratti** de pagar policiais civis para proteger suas terras. Miguel foi preso por quatro policiais civis em casa e sem mandado judicial, diante da mulher e dos filhos, enquanto Francisco foi

abordado pelo mesmo grupo em um barraco vizinho, onde estava reunido com outros camponeses.

Depois das prisões os policiais ainda percorreram o PDS Esperança avisando as famílias que deveriam desocupar os barracos em duas semanas. Se não o fizessem, teriam suas casas incendiadas.

Os dois trabalhadores passaram a noite algemados e foram soltos ontem, após pagamento de fiança.

A Polícia Federal prende, com mandado judicial, maus empresários que estão desviando recursos, traficantes e até políticos, mas, infelizmente, trabalhadores rurais, trabalhadores do PDS estão sendo presos por ela sem essa ordem judicial.

Já solicitei ao Governador do Estado – e estou solicitando por ofício ao Secretário de Segurança – que verifique essa denúncia que saiu no jornal **O Globo** hoje, 31 de agosto.

Mas vim a esta tribuna, porque aconteceram, na semana passada, aqui mesmo no Senado, críticas sobre o "caráter assistencialista" dos programas sociais implementados pelo Governo Federal, em especial, o Fome Zero e o Bolsa Família. Consideram-se essas ações como meras iniciativas dos marqueteiros do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e insiste-se em que esses programas, tal como foram concebidos, são incapazes de combater a pobreza e promover a inclusão social, exatamente por serem assistencialistas. Esse entendimento foi reafirmado, mesmo se reconhecendo a exigência de contrapartida por parte das famílias beneficiadas.

É evidente que se referir ao Bolsa Família, considerando-se apenas sua parte mais visível, a transferência de renda diretamente às famílias pobres, é apenas uma visão estreita.

Na verdade, para falar sobre o Bolsa Família, se considerarmos o conteúdo do texto da lei aprovada por este Congresso, devemos observar seus três componentes fundamentais: o programa alivia a pobreza de maneira imediata, emergencial – porque quem tem fome tem pressa –, por meio da transferência de renda, o que propicia, no mínimo, o acesso à alimentação; contribui para a redução da pobreza entre as gerações, por meio das condicionalidades nas áreas de saúde e educação e essa é uma das inovações do programa brasileiro mais reconhecidas e saudadas por aqueles que estudam as políticas de redução da pobreza; e, por fim, ele também prevê, por meio dos chamados programas complementares, o desenvolvimento de diferentes ações que tenham foco nas famílias beneficiárias e que possam potencializar, apoiar e desenvolver estas famílias. Estas ações, que vão desde programas de alfabetização à geração de trabalho e renda e microcrédito produtivo, são de responsabilidade partilhada entre os governos, nas suas três esferas, ou seja, federal, estadual e municipal, e a sociedade.

As experiências internacionais mostram que são programas com tal natureza que têm potencial para reduzir pobreza, em especial, a pobreza mais extrema, aquela que atinge as famílias mais vulneráveis e mais difíceis de serem protegidas e atingidas.

O controle das contrapartidas ou, como são chamadas na legislação, das condicionalidades, já mostram o acerto das iniciativas governamentais. Na última divulgação feita pelos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, percebemos que 96% dos municípios brasileiros e cerca de 80% das escolas estão informando freqüência escolar das crianças e jovens das famílias que recebem os benefícios. Esse percentual é quatro vezes superior ao acompanhamento mais expressivo do período de vigência do Bolsa Escola na administração anterior. E não é verdade, como foi dito aqui, que só é controlada a freqüência de forma genérica. Apenas um exemplo, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, define que as crianças e jovens precisam ter 75% de freqüência para aprovação; na condicionalidade do Bolsa Família é preciso ter 85% de freqüência, e o objetivo é justamente manter as crianças na escola, contribuir para o combate ao trabalho infantil, reduzir a evasão escolar e melhorar o desempenho das crianças.

Algumas pesquisas de acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família foram realizadas e uma delas, da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), verificou que os beneficiários do Bolsa Família gastam cerca de 70% do benefício com compra de alimentos, que passaram a incluir legumes e verduras, e mesmo frutas e carnes, que não faziam parte do cardápio, passaram a fazer parte da mesa dessas famílias. Isso mostra que o Programa vem contribuindo para a educação dos hábitos de uma alimentação saudável. Essas mesmas famílias falam que não teriam alimento na mesa se não tivessem acesso ao beneficio. Essa é uma situação de "insegurança alimentar" que está sendo resolvida pelo Programa Bolsa Família.

Os desembolsos com o Bolsa Família chegarão a cerca de R$6,5 bilhões ao final de 2005. A meta para este ano é beneficiar 8,7 milhões de famílias em 2005 e atender todas as famílias pobres até o final do ano de 2006; os números hoje disponíveis apontam para 11,2 milhões até o final do ano que vem.

Em relação ao nosso Estado, o Pará, são 567 mil famílias consideradas como pobres; o Programa Bolsa Família atende quase 300 mil famílias, mais de 295 mil, que vivem em todos os municípios paraenses.

Isto representa o atendimento de 52% da estimativa das famílias pobres do Estado. São R$27,2 milhões por mês. A expectativa do Ministério do Desenvolvimento Social é chegar a 70% das famílias carentes até o final do ano, desde que tenha cadastros de boa qualidade disponíveis. Aqui foram denunciados exatamente os cadastros; mas, esqueceram de dizer que são os municípios, os Prefeitos, a Prefeituras que os fazem.

Esses recursos vão diretamente para o bolso das famílias beneficiadas, o que contribui para fortalecer a economia das pequenas comunidades, na medida em que estimula o comércio local e amplia a oferta de emprego e renda, já que o dinheiro é gasto no próprio município. Esse é outro resultado que as avaliações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social já mostram.

Ao mesmo tempo em que amplia o programa, o Ministério do Desenvolvimento Social está fazendo todos os esforços para que os benefícios efetivamente cheguem às famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios definidos em lei. Todos conhecem o Ministro Patrus Ananias e sabem do seu compromisso.

Faz parte desse esforço a finalização do desenho normativo do Programa. Quem disse que as famílias recebem os benefícios indefinidamente não leva em conta que o Programa faz dois anos agora em outubro. Na maioria dos países que trabalham com política condicionada de renda, e alguns deles inclusive estão aqui na América Latina, as famílias recebem benefícios por três anos antes de um processo de revisão.

No caso brasileiro, a proposta de regulamentação, já prevista quando do lançamento do Programa em 2003, é de revisão a cada dois anos. E essa regulamentação está sendo feita agora nesse segundo semestre. Esperamos que ela seja concluída em 2006.

Sr. Presidente, não vou ter condições, mas tentarei concluir.

Além disso, ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que beneficia cerca de 900 mil idosos e portadores de deficiência com um salário mínimo mensal, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atende cerca de 930 mil jovens, também contribuem para impulsionar a economia local e promover a inclusão social.

Pesquisa realizada pelo IBGE mostra que, apenas por ação do PETI foi possível retirar do mercado de trabalho 2,4 milhões de crianças de 5 a 15 anos e devolvê-las às salas de aula, onde elas têm de estar.

Esse Programa não se limita a estimular as crianças e os jovens a trocarem o trabalho forçado pela sala de aula, mediante o pagamento de bolsa mensal. Patrocina também atividades culturais e esportivas, com o repasse aos municípios de R$10,00 na área urbana e R$20,00 na área rural por beneficiário, ampliando as oportunidades profissionais dos jovens.

Outro ponto positivo é que esses programas de transferência de renda se complementam com a execução de programas como o de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que visam apoiar as famílias que vivem no campo, além do Programa do Leite, que estimula a produção dos pequenos criadores da região do semi-árido nordestino e do norte de Minas Gerais.

Executado em parceria com a CONAB, esse Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar beneficia cinco milhões de pessoas, com investimentos da ordem de R$400 milhões na compra e doação de alimentos. Além de ampliar a oferta de emprego e renda, o programa contribui para o equilíbrio dos preços ao pequeno produtor e para maior estabilidade econômica e social da agricultura familiar.

No caso da aquisição de alimentos, o Ministério do Desenvolvimento Social pretende investir este ano cerca de R$109 milhões no plano de aquisição de alimentos e compra, visando beneficiar mais de 100 mil agricultores. Para o programa do leite estão sendo repassados mais R$99 milhões este ano, visando aumentar o número de produtores beneficiados, que hoje somam 18 mil.

Além dessas importantes iniciativas, diversas outras ações estão sendo implementadas para estimular o desenvolvimento produtivo das famílias carentes, como os bancos de alimentos, as hortas, as cozinhas comunitárias, entre outros programas de profundo alcance econômico e social.

Diante desse leque de ações, viabilizadas pelo Governo, não faz sentido falar-se em assistencialismo dos programas sociais de transferência de renda. Na verdade, trata-se, sim, de uma revolução silenciosa na política de combate à fome, à pobreza e de redução das históricas desigualdades regionais e sociais.

Sr. Presidente, nesse sentido, peço a divulgação total do meu pronunciamento, já que tem alguns trechos que não foi possível ler, em que faço essa defesa de um dos programas que atinge aqueles que têm a maior necessidade, que não é apenas para matar a fome, mas para dar cidadania e oportunidade para milhares de famílias neste País.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ultimamente, alguns mídia e parlamentares têm criticado o "caráter assistencialista" dos

programas sociais implementados pelo Governo Federal, em especial o Fome Zero e o Bolsa Família.

Considerando essas ações como meras iniciativas de marqueteiros do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alguns insistem que esses programas, tal como foram concebidos, são incapazes de combater a pobreza e promover a inclusão social exatamente por serem assistencialistas. Reafirmam os críticos esse entendimento, mesmo reconhecendo a exigência de contrapartidas por parte das famílias beneficiadas.

A maior crítica refere-se ao Bolsa Família, considerando apenas sua parte mais visível, a transferência de renda diretamente às famílias pobres. Na verdade, para falar sobre o Bolsa Família, se consideramos o conteúdo do texto da lei aprovada por este Congresso Nacional, devemos considerar seus três componentes fundamentais: ele é um programa que alivia a pobreza de maneira imediata, emergencial, por meio da transferência de renda, o que propicia, no mínimo, o acesso à alimentação; ele contribui para a redução da pobreza entre as gerações, por meio das condicionalidades nas áreas de saúde e educação, e esta é uma das inovações do programa brasileiro mais reconhecidas e saudadas por aqueles que estudam as políticas de redução da pobreza e, por fim, ele também prevê, por meio dos chamados programas complementares, o desenvolvimento de diferentes ações que tenham foco nas famílias beneficiárias e que possam potencializar, apoiar e desenvolver estas famílias. Estas ações, que vão desde programas de alfabetização a geração de trabalho e renda e microcrédito produtivo, são de responsabilidade partilhada entre os governos, nas suas três esferas, e a sociedade.

As experiências internacionais mostram que são programas com tal natureza que têm potencial para reduzir pobreza, em especial a pobreza mais extrema, aquela que atinge as famílias mais vulneráveis e mais difíceis de serem protegidas e atendidas.

O controle das contrapartidas ou, como são chamadas na legislação, das condicionalidades, já mostram o acerto das iniciativas governamentais. Na última divulgação feita pelos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, percebemos que 96% municípios brasileiros e cerca de 80% das escolas estão informando freqüência escolar das crianças e jovens das famílias que recebem benefícios. Este percentual é quatro vezes superior ao acompanhamento mais expressivo do período de vigência do Bolsa Escola. E não é verdade, como alguns dizem, que só controlamos freqüência de forma genérica. Apenas um exemplo: a LDB define que as crianças e jovens precisam ter 75% de freqüência para aprovação, na condicionalidade do Bolsa Família, é preciso ter 85% de freqüência, e o objetivo é justamente manter as crianças na escola, contribuir para o combate ao trabalho infantil, reduzir evasão escolar e melhorar o desempenho das crianças.

Algumas pesquisas de acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família, uma delas realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), verificou que os beneficiários do Bolsa Família gastam cerca de 70% do benefício com compra de alimentos, que passaram a incluir legumes e verduras, e mesmo frutas e carnes, que não faziam parte do cardápio, passaram a fazer parte da mesa dessas famílias. Isso mostra que o programa vem, contribuindo para a educação dos hábitos de uma alimentação saudável. Estas mesmas famílias falam que não teriam alimento na mesa se não tivessem acesso ao benefício, é uma situação de "insegurança alimentar" resolvida pelo Bolsa Família.

Os desembolsos com o Bolsa Família chegarão a cerca de R$6,5 bilhões ao final do ano de 2005. A meta para este ano é beneficiar 8,7 milhões de famílias em 2005 e atender todas as famílias pobres até o final do ano de 2006, os números hoje disponíveis apontam para 11,2 milhões.

Em relação ao Estado do Pará, das 567 mil famílias consideradas como pobres, o Bolsa Família atende 295.122 famílias que vivem em todos os municípios paraenses. Isto representa o atendimento de 52% da estimativa de famílias pobres do Estado. São R$27,2 milhões por mês. A expectativa do MDS é chegar a 70% das famílias carentes até o final do ano, desde que tenha cadastros de boa qualidade disponíveis.

São recursos que vão diretamente para o bolso das famílias beneficiadas, o que contribui para fortalecer a economia das pequenas comunidades, à medida que estimula o comércio local e amplia a oferta de emprego e renda, já que o dinheiro é gasto no próprio município. Este é outro resultado que as avaliações realizadas pelo MDS já mostram.

Ao mesmo tempo em que amplia o programa, o MDS está fazendo todos os esforços para que os benefícios efetivamente cheguem às famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios definidos em lei. Faz parte desse esforço a finalização do desenho normativo do Programa. Os críticos afirmam que as famílias recebem os benefícios indefinidamente e não levam em conta que o programa faz dois anos agora em outubro. Na maioria dos países que trabalham com políticas de transferência condicionada de renda, e alguns deles estão aqui mesmo na América Latina, as famílias recebem benefícios por três anos antes de um processo de revisão.

No caso brasileiro, a proposta de regulamentação, já prevista quando do lançamento do programa em 2003, é de revisão a cada 2 anos. A regulamentação que está sendo trabalhada pelo MDS para este segundo semestre prevê que este processo de revisão se inicie nos primeiros meses de 2006. Para o ano de 2005 a estratégia é a atualização cadastral em todo o pais, inclusive com apoio financeiro do Governo Federal para os estados e municípios. É com iniciativas como esta que o Governo Federal tem incluído novas famílias no programa, mas também tem tido a coragem de revisar e cancelar benefícios que porventura tenham sido concedidos a famílias que não atendem aos critérios definidos em lei. Não vamos nos esquecer que a base para concessão do benefício é o Cadastro Único, que ele foi iniciado no ano de 2001 e nunca havia passado por um processo de revisão tão expressivo como estes que têm sido implementados pelo MDS.

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), desenvolve ainda uma série de outras políticas públicas voltadas para promoção da inclusão e da mobilidade social, além da segurança alimentar e nutricional, exatamente para tirar as famílias do círculo vicioso da pobreza.

Além disso, ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que beneficia cerca de 900 mil idosos e portadores de deficiência com um salário mínimo mensal, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atende cerca de 930 mil jovens, também contribuem para impulsionar a economia local e promover a inclusão social.

Pesquisa realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, apenas por ação do PETI, foi possível retirar do mercado de trabalho 2,4 milhões de crianças de 5 a 15 anos e devolvê-los às salas de aula.

Esse programa não se limita a estimular as crianças e os jovens a trocarem o trabalho forçado pela sala de aula, mediante o pagamento de bolsa mensal. Patrocina também atividades culturais e esportivas, com o repasse aos municípios de R$10,00 na área urbana e R$20,00 na área rural por beneficiário, ampliando as oportunidades profissionais dos jovens.

Outro ponto positivo é que esses programas de transferência de renda se complementam com a execução de programas como o de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que visam apoiar as famílias que vivem no campo, além do Programa do Leite, que estimula a produção dos pequenos criadores da região do semi-árido nordestino e do Norte de Minas Gerais.

Executado em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), esse o PAA beneficia 5 milhões de pessoas, com investimentos da ordem de R$400 milhões na compra e doação de alimentos. Além de ampliar a oferta de emprego e renda, o programa contribui para o equilíbrio dos preços ao pequeno produtor e para maior estabilidade econômica e social da agricultura familiar.

No caso da Aquisição de Alimentos, o MDS pretende investir este ano cerca de R$ 109 milhões no PAA Compra, visando beneficiar mais de 100 mil agricultores. Para o Programa do Leite estão sendo repassados R$99 milhões este ano, visando aumentar o número de produtores beneficiados, que já somam 18 mil.

Além dessas importantes iniciativas, diversas outras ações estão sendo implementadas para estimular o desenvolvimento produtivo das famílias carentes, como os Bancos de Alimentos, as Hortas e Cozinhas Comunitárias entre outros programas de profundo alcance econômico e social.

Diante desse leque de ações viabilizadas pelo Governo, não faz sentido se falar em assistencialismo dos programas sociais de transferência de renda. Na verdade, trata-se de uma revolução silenciosa na política de combate à fome, à pobreza e de redução das históricas desigualdades regionais e sociais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Exª será atendida conforme o Regimento em relação ao seu discurso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Exª está inscrito.

Por permuta com o Senador Fernando Bezerra, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, o senhor pode nos informar se vamos ter Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vamos ter Ordem do Dia, estamos só aguardando a chegada do Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, a minha pergunta era a mesma, mas ainda quero saber se há previsão para o início da Ordem do Dia. O Presidente havia dito que iríamos começar sempre às quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Transmitirei a ele.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Tenho esperança de que um dia comecemos às quatro horas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, hoje todos os jornais do País noticiaram uma entrevista dada pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o festejado – e com justa razão – Ministro Carlos Velloso, que é tem toda respeitabilidade, tanto no Supremo Tribunal Federal como no Tribunal Superior Eleitoral. O Ministro tem toda credibilidade para afirmar o que afirmou no programa "Roda Viva".

Todas as notícias repercutem a importante declaração do Ministro. No *site* do Tribunal Superior Eleitoral, está dito que a comprovação de prática de caixa dois em campanha política pode provocar a cassação do registro e do estatuto do partido infrator. Essa interpretação da lei foi feita na noite de ontem pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, durante entrevista no programa "Roda Viva" da TV Cultura. "O que se pode entender por devidas contas? Fraude na prestação de contas. A leitura que faço da lei é nesse sentido. A prova do caixa dois pode levar à cassação do registro civil e do estatuto do partido infrator", afirmou o Ministro Carlos Velloso, ressaltando que estava fazendo uma interpretação pessoal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de enorme importância o fato de o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral ter feito essa interpretação, que repercutiu na **Folha de S.Paulo** e nos principais jornais do País. Mesmo sendo uma interpretação pessoal e não uma interpretação do Tribunal Superior Eleitoral, diante da credibilidade do Ministro e de sua posição de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, é altamente significativo esse fato.

Nesta crise há a participação de três elementos da maior importância: o Executivo, o Legislativo e um partido político. Há uma cobrança justa da população no sentido de que os Deputados que se deixaram corromper por recursos percam seus mandatos. No entanto, estamos assistindo a uma "operação abafa", que ontem talvez tenha tido seu ápice na entrevista dada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Severino Cavalcanti, repudiada pelas oposições e pela maioria dos Deputados, que não desejam de forma nenhuma ver um "abafão", uma *pizza* servida à população brasileira. Que rolem cabeças no Parlamento! É justo, é correto.

Por outro lado, Sr. Presidente, o centro corruptor ativo está onde? Está no Executivo e no Partido dos Trabalhadores. No Executivo, numa dissonância cognitiva, o Presidente Lula continua se dissociando da realidade, dizendo que já afastou aqueles em relação aos quais havia indícios de culpa. Na verdade, ele não afastou ninguém: todos saíram por livre e espontânea vontade, pediram afastamento, pediram demissão do cargo. Assim foi com o Ministro Dirceu, assim foi com os dirigentes partidários.

Aconteceu isso no Executivo – muitos pediram demissão diante das evidências de culpabilidade –, mas, por outro lado, Sr. Presidente, ainda não se sabe que tipo de pena pagará o Partido corruptor, o Partido dos Trabalhadores, por subverter todas as práticas políticas, por ter um tesoureiro que captou recursos privados e públicos para repassar a Partidos aliados da base de apoio ao Governo. Será que esse Partido não infringiu nenhuma legislação e não merece uma penalidade? Aí é que vem, em bom momento, a declaração do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Quando assistimos à confissão de culpa do tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio Soares, fomos examinar a Lei Eleitoral. E ela é muito clara, Sr. Presidente, quando diz, no art.28, o seguinte:

> Art. 28. O Tribunal Superior Eleitoral, após trânsito em julgado de decisão, determinará o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual fique provado:
>
> (...)
>
> III – não ter prestado, nos termos desta lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

E aí não se entenda prestar contas formais, mas prestar contas verdadeiras, não prestar contas fraudulentas, Srªs e Srs. Senadores. No art. 30 da mesma legislação, está dito:

> Art. 30. O partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais, deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas.

Aí está o âmago da questão. O PT infringiu frontalmente a legislação, além de ter cometido outros delitos quando subverteu a vontade de determinados partidos por meio de recursos. No ano de 2002, houve o acerto de R$10 milhões entre o PL e o PT para que o PL apoiasse o PT. Segundo o presidente do PL, esses R$10 milhões foram gastos na campanha do Presidente da República. O acerto com o PTB foi de R$20 milhões. Apesar de o PT ter se demonstrado mau pagador – segundo o Deputado Roberto Jefferson, o PT só pagou R$4 milhões –, houve esse acerto.

Assim, Sr. Presidente, há de se perguntar: o Partido dos Trabalhadores passará incólume por essa crise e apenas decidirá internamente pela substituição de dirigentes? Como ele responderá diante da lei? Se existe uma lei, é para ser cumprida. Qualquer cidadão

comum, qualquer empresa, pública ou privada, que não cumprir a lei estará sujeita às severidades, às penas da lei. E ao PT não caberá nada? Ele pode trazer essa prática política indevida para o nosso meio? O PT, que prometia trazer uma nova ação política, uma prática totalmente diferente, trouxe algo deplorado por toda a Nação. É um Partido que se encontra em uma crise terrível. E não é só a crise dele: pior é a crise em que colocou o povo brasileiro e o governo de seu Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que teima, como disse o Líder do meu Partido, em sair peregrinando pelo País querendo incorporar, como em uma sessão espírita, o espírito do estadista Juscelino Kubitschek, querendo trazer para a nossa realidade fatos do passado.

Sua Excelência, que provavelmente estudou Marx, deve entender o que Marx dizia claramente: a história só se repete como farsa no teatro, no cinema ou por meio da mentira. A história não se repete, e está longe o Presidente Lula de se parecer com o Presidente Juscelino Kubitschek, que construiu Brasília, que trouxe a indústria automobilística para o País, que fez 50 anos em cinco, que abriu a Belém – Brasília.

Sr. Presidente, trouxe essa questão quando me indignei, quando soube a posição do PT, denunciada como uma confissão pública pelo Sr. Delúbio Soares, sobre as práticas de caixa dois, a compra de consciências e a compra de outros Partidos. Representei ao Tribunal Superior Eleitoral, para que este pudesse se pronunciar com relação à penalidade que o PT deveria sofrer por suas práticas ilegais.

E fico extremamente recompensado, Sr. Presidente, quando ouço a declaração de um jurista da estatura do Ministro Carlos Velloso, afirmando que a sua interpretação da lei eleitoral é a de que é passível de cassação de registro o partido que estiver cometendo caixa dois. E a rainha das provas é a confissão dos dirigentes do Partido. Não precisa de prova, nem de mais evidências, absolutamente nada, Sr. Presidente. Foi uma confissão. O Partido reconheceu a prática delituosa, por meio dos seus dirigentes, que precisaram ser afastados.

Por isso, eles têm de efetivamente pagar, sob pena de isso se transformar, aí sim, numa prática corriqueira. Já que o PT pode praticar caixa dois e nada o afeta, qualquer um sente-se no direito de fazer a mesma coisa. E o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os juízes eleitorais não poderiam dizer mais nada, porque o mal exemplo do PT ficaria sem punição. Então, afrontar a legislação eleitoral passaria a ser algo que não teria penalidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, encerrando meu pronunciamento, para não abusar da sua boa vontade, queremos deixar o nosso reconhecimento ou, eu diria, gratificação – não quero falar alegria, não é essa a palavra correta – de ver a coragem de um Ministro, como o Ministro Carlos Velloso, de ir a um programa em rede nacional e afirmar que é essa a sua interpretação da lei. Aplaudo e parabenizo o Ministro Carlos Velloso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lida a seguinte:

Brasília, 31 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 7º, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a partir desta data integrarei a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Antecipando agradecimentos a Vossa Excelência, aproveito para desejar-lhe êxitos em sua elevada missão na Presidência do Senado Federal.

Atenciosas saudações, – **João Batista Motta.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 956, DE 2005

Requer voto de aplauso ao Escritor e professor Werner Zotz, pelo lançamento de seu livro Aventura no Rio Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos **Anais do Senado,** Voto de Aplauso ao escritor professor Werner Zotz, pelo lançamento, na Feira do livro de Brasília, de Aventura no Rio Amazonas, com fotos e textos que documentam e narram uma viagem da Ilha

do Marajó e a cidade de Tabatinga – AM, ao lado da tríplice fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Detentor de forte atração pela aventura, Werner Zotz, que é professor, fotógrafo e escritor, registra no seu livro **Aventura no Rio Amazonas** as emoções e a exuberância da floresta Amazônica, após uma viagem que se iniciou na Ilha do Marajó e foi terminar na tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru, na cidade de Tabatinga. Juntamente com sua mulher Betty, o escritor, hoje radicado em Florianópolis, descreve a grandeza da Amazônia, numa viagem de cunho jornalístico entremeada com aventura e sobretudo para registro histórico. Com fotografias que ilustram a obra, o texto de Werner encanta pela simplicidade e pela força da emoção de que se reveste.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005, _ **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 957, DE 2005

Requer voto de aplauso ao cavalheiro Rodrigo Pessoa pela conquista da medalha de Ouro das Olimpíadas de 2004, na Grécia, a ele entregue ontem, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos **Anais do Senado,** Voto de Aplauso ao cavaleiro Rodrigo Pessoa, pelo recebimento, ontem, no Rio de Janeiro, da Medalha de Ouro de Hipismo, beneficiado que foi, e legitimamente, pela desclassificação de outro cavaleiro, punido por doping.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Demorou, mas se fez justiça. Rodrigo Pessoa, cavaleiro brasileiro recebeu ontem, no Rio, a Medalha de Ouro de Hipismo, das Olimpíadas de 2004, na Grécia. Beneficiado, mais de um ano depois, pela desclassificação de outro concorrente, punido por doping. Rodrigo acabou levando uma vantagem extra, a de receber a honraria em sua terra natal, o Rio de Janeiro, onde o Comitê Olímpico Brasileiro recriou a solenidade de premiação de Atenas. E, além dessa vantagem, uma outra, o cenário foi à beira–mar de Copacabana. A homenagem que ora formulo justifica–se pela merecida deferência a Rodrigo Pessoa.

Sala das Sessões, 31, de agosto de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERJMENTO Nº 958, DE 2005

Requer voto de aplauso ao jornalista Márcio Moreira Alves pelo lançamento de seu livro Teotônio, Guerreiro da Paz.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos **Anais do Senado,** Voto de Aplauso ao escritor e jornalista Marco Moreira Alves, ex-Deputado Federal, pelo lançamento do livro Teotônio Guerreiro da Paz. Nessa obra, Márcio reconstitui a vida do Guerreiro da Paz, desde os tempos de vaqueiro e boêmio nas Alagoas até as grandes lutas de um dos mais corajosos políticos da cena brasileira contemporânea. Seu autor, punido com cassação do mandato de Deputado Federal durante o regime militar, descreve a saga de Teotônio com emoção, mas também com objetividade, numa análise que se insere como obra de valor histórico.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do Senador Teotônio Vilela Filho, que sucedeu o pai na vida política e hoje é Senador da República.

Justificação

A passagem de Teotônio Vilela pela vida política brasileira é das mais ricas e significativas na luta pela democracia. Corajoso, ele chegou ao Senado da República como representante de Alagoas e aqui foi figura de destaque, com seus discursos de analista profundo do País. Foi graças a essa participação, que se somou a de outros que, como ele, não se conformavam com a ditadura nem com a opressão, que o Brasil desfruta de forte democracia, dizia inabalável por nos ter custado muito. Teotônio, o Menestrel percorreu o País em sua pregação cívica e, em dado momento, afirmou, como esta no livro de Márcio Moreira Alves: Descobri que existe no Brasil uma Pátria.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005, – **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 959, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 258 e 259 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto

de Lei do Senado nº 305, de 2004, a mim distribuído para relatar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o de nº 76, de 2004, que dispõem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – **Marcelo Crivella.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 960, DE 2005

Nos termos do art. 336, 11, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 76, de 2005, advindo da MSF nº 184 de 2005, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 12,120,000.00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE."

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 184, DE 2005
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 23 / 08 / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES

Atualizada em 15 /08/2005

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srªs e Srs. Senadores, na sessão do Congresso Nacional, realizada hoje, dia 31 do corrente, na votação de vetos, foi adotada a sistemática da cédula única.

A apuração processou-se através do Prodasen, tendo sido acompanhada pelo Senador Paulo Octávio (PFL – DF), e pelos Deputados Rogério Teófilo (PPS – AL), Júlio César (PFL – PI), Vanderlei Assis (PP – SP) e Laura Carneiro (PFL – RJ).

Votaram 439 Srªs e Srs. Deputados e 71 Srªs e Srs. Senadores.

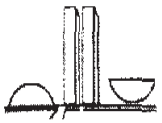
O veto presidencial aposto ao **Projeto de Lei do Senado Federal nº 371, de 2004**, que *altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal,* recebeu 61 votos NÃO e 7 votos SIM no Senado Federal; 370 votos NÃO e 59 votos SIM na Câmara dos Deputados, tendo sido rejeitado; o veto presidencial aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005**, que *altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados* recebeu 407 votos NÃO e 25 votos SIM na Câmara dos Deputados; 61 votos NÃO e 7 votos SIM no Senado Federal, ficando rejeitado.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura da Ata da apuração.

É lida a seguinte:

ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS DE VETOS PRESIDENCIAIS CONSTANTES DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO UTILIZADA NA SESSÃO CONJUNTA REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, na sala de reunião da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema para as Áreas Legislativa e Orçamento - SSDSL, Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, às treze horas e quinze minutos, presentes os Senhores Senador Paulo Octávio (PFL-DF) e os Deputados Rogério Teófilo (PPS-AL), Vanderlei Assis (PP-SP), Júlio César (PFL-PI) e Laura Carneiro (PFL-RJ), membros da Comissão indicados pelos Líderes de seus respectivos Partidos, e designada pela Presidência, para acompanhar a apuração dos votos oferecidos por meio de cédula única aos vetos presidenciais, na sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para às onze horas e realizada às onze horas e quatorze minutos do mesmo dia. A Comissão adotou o seguinte procedimento: abertas as urnas de votação da Câmara dos Deputados, foram contadas quatrocentos e trinta e nove cédulas válidas, coincidindo, assim, com o número de assinaturas da lista de votação; abertas as urnas de votação do Senado Federal, foram encontradas setenta e uma cédulas válidas, coincidindo, também, com o número de assinaturas da lista de votação. Dando prosseguimento aos trabalhos, as cédulas foram etiquetadas e numeradas seqüencialmente, reunidas em lotes de dez e envelopadas. Passou-se, a seguir, à digitação dos votos contidos em cada cédula. Foi utilizado o sistema de dupla digitação, seguido de conferência de cada cédula para eliminar a possibilidade de erros. O item número um teve a apuração iniciada pelo Senado Federal, nos termos do artigo quarenta e três, parágrafo segundo, "in fine", do Regimento Comum. O item número um, referente ao veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado número trezentos e setenta e um do ano de dois mil e quatro, que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal", foi rejeitado, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, e o item número dois, referente ao veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara de número um do ano de dois mil e cinco que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados", foi rejeitado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Obedecido o disposto no art. 43 do Regimento Comum, foi emitido um relatório, anexo, que fica fazendo parte desta Ata, com a totalização dos votos dos Senadores e Deputados. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai por nós assinada. Senador Paulo Octávio _____, Deputado Rogério Teófilo _____, Deputado Júlio Cesar _____, Deputado Wanderley Assis _____, e a Deputada Laura Carneiro _____.

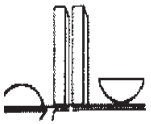


Congresso Nacional

Usuário: VETO
Data: 31/08/2005 16:00:46

Apuração Final dos Vetos

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
CD	001.00	- Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845/2005, na Câmara dos Deputados), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal". (Mensagem nº 38, de 2005-CN)	59	370	2	6	2	433	439	Rejeitado
	002.00	- Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (nº 4.712/2004, na Casa de origem), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados". (Mensagem nº 39, de 2005-CN)	25	407	1	5	1	434	439	Rejeitado



Congresso Nacional

Usuário: VETO
Data: 31/08/2005 16:04:11

Apuração Final dos Vetos

asa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
F	001.00	- Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845/2005, na Câmara dos Deputados), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal". (Mensagem nº 38, de 2005-CN)	7	61	1	1	1	70	71	Rejeitado
	002.00	- Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (nº 4.712/2004, na Casa de origem), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados". (Mensagem nº 39, de 2005-CN)	7	61	1	1	1	70	71	Rejeitado

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República e à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 915, de 2005**, do Senador Alvaro Dias, lido na sessão de 23 do corrente, solicitando a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de investigar os contratos daquele Banco com empresas no exterior.

Consulto os Srs. Líderes partidários se seria conveniente darmos seqüência à votação desse requerimento agora ou se deveríamos votá-lo após uma reunião dos líderes partidários para discuti-lo mais profundamente. Talvez, isso fosse de bom senso e ditado pela responsabilidade que o momento político requer. (Pausa.)

Não havendo objeção, deixaremos para apreciar esse requerimento em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 937, de 2004 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004 (nº 3.846/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs

– 1.538, de 2005, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 448, de 2005), Relator: Senador Delcídio Amaral;

– 1.539, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Delcídio Amaral;

– 1.540, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, com voto contrário, em separado, do Senador Marcelo Crivella; e

– nº 1.541, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Heráclito Fortes.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Sérgio Cabral, eu gostaria de determinar aos Presidentes das Comissões Parlamentares de Inquérito a suspensão das reuniões que estão acontecendo agora, para que não haja depois justificativa nem problemas com relação à nulidade. Determino a suspensão dos trabalhos, por favor.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Cabral. Em seguida, darei a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje decidimos o projeto de lei de criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Creio que a criação de uma Agência Nacional de Aviação Civil é de suma importância para o País. Todos os países civilizados têm a sua agência reguladora, onde as discussões da aviação civil se travam de maneira democrática, com diretores eleitos pelo Parlamento e com maior transparência de todo o processo de decisão.

Usando uma expressão do segmento, há muito de caixa preta nas decisões da aviação civil brasileira no que diz respeito a companhias aéreas, a regras estabelecidas, a preços de bilhete aéreo, a direitos e privilégios para algumas empresas em detrimento de outras; e é quase um lugar-comum que o cidadão brasileiro, o passageiro brasileiro é o mais prejudicado com a falta de transparência.

Então, a iniciativa do Governo de enviar proposta de criação da ANAC é muito bem-vinda. Porém, Sr. Presidente, a aviação civil brasileira tem na cidade do Rio de Janeiro a sua grande tradição. Quando o projeto chegou da Câmara dos Deputados à nossa Casa, o Senado Federal, causou-me espécie o fato de estar assinalada no projeto a criação da agência com sede no Distrito Federal e a previsão da criação de administrações regionais – essa é a expressão do texto. O texto enviado pelo Governo Federal foi consagrado pela Câmara sem nenhuma mudança.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Rio de Janeiro é sede do DAC – Departamento de Aviação Civil; do Departamento de Controle do Espaço Aéreo; do Instituto de Proteção ao Vôo; do Instituto de Cartografia da Aeronáutica; da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica; da Comissão de Estudos e Controle do Espaço Aéreo, órgão que foi encarregado da implantação do Sivam; do Instituto de Aviação Civil; do Centro de Medicina Aeroespacial; do Institut du Transport Aérien; do Sindicato dos Aeronautas Aeroviários; do

Centro de Manutenção da Varig – VEM, de turbinas e aeronaves de grande porte; além de empresas aéreas, aeroclubes, oficinas diversas. Enfim, são mais de 10 mil empregos diretos.

Quando da criação da Agência Nacional de Petróleo – a ANP, tivemos uma solução extremamente positiva: a sede da ANP é Brasília, mas com administrações regionais e um escritório central na cidade do Rio de Janeiro. e é assim que funciona. Por quê? Porque a Petrobras, em sua maior estrutura, se encontra na cidade do Rio de Janeiro e porque 85% do petróleo nacional vêm do Estado do Rio de Janeiro.

Recentemente, aqui no Senado Federal, o Senador Rodolpho Tourinho foi Relator de uma matéria importante que tratava da criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. S. Exª, também com muito bom senso, em seu relatório, confirmou o Rio de Janeiro não como sede da EPE, a sede é Brasília, mas destacou a criação de um escritório central, à semelhança da ANP.

Vale lembrar, na lei de criação da ANP, o seu art. 7º, parágrafo único:

> A ANP terá sede e fórum no Distrito Federal e escritórios centrais na cidade do Rio de Janeiro, podendo instalar unidades administrativas e regionais.

Na criação da EPE, Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004:

> A EPE terá sede e fórum na capital federal e escritório central no Rio de Janeiro, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da Federação.

Por quê? Porque Furnas está no Rio de Janeiro, porque a Nuclebrás está no Rio de Janeiro, porque a Eletrobrás está no Rio de Janeiro. Enfim, faz sentido.

Eu não compreendi por que o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula, não estabeleceu na mensagem original – e muito menos entendi por que a Câmara Federal não modificou isto –, exatamente como na criação da ANP e da EPE, um escritório central na cidade do Rio de Janeiro.

Não houve reivindicações para a Agência de Telecomunicações, para a Agência de Energia Elétrica, para a Agência de Águas, porque não faziam sentido. No caso da ANP e da EPE, fazia sentido, como agora faz sentido na Agência Nacional de Aviação Civil.

Sr. Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, destacamos esse assunto e tivemos a palavra do Senador Aloizio Mercadante – que merece de mim toda a confiança, porque sempre que empenhou a sua palavra S.Exª a cumpriu –, em nome do Governo, que, assim que essa matéria for consagrada e sancionada, o Governo editará uma medida provisória exatamente reparando esta falha, que é a criação de um escritório central. A sede permanece em Brasília, as administrações regionais continuam no texto, e cria-se um escritório central.

Vai-se dizer, por exemplo, que São José dos Campos é o centro de homologação das aeronaves. Continuará sendo. Mas é fundamental que haja um destaque, em nome de toda essa tradição da aviação civil no Rio de Janeiro, da criação de um escritório central na cidade do Rio de Janeiro.

O Senador Mercadante teceu detalhes, chamando a atenção para a questão dos empregos, da preocupação do Governo de não haver um deslocamento imediato para o Distrito Federal, porque o DAC está na cidade do Rio de Janeiro, e isso evidentemente vai-se dar paulatinamente.

Não se trata de uma visão bairrista, mas de uma visão estratégica de país, como no caso da ANP, como no caso da EPE, que se tenha destacado no texto um escritório central no Rio de Janeiro.

Por conta de uma série de razões, sobretudo pela palavra do Senador Mercadante, depois por outras ponderações apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati, mas o que me tranqüilizou foi a ponderação do Senador Mercadante...

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Sérgio Cabral, V. Exª me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Com prazer, Senador Crivella, legítimo representante do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Sérgio Cabral, V. Exª tem todo o direito de, neste momento, ao discutir a matéria, lembrar, alto e bom som, que a Bancada do Rio de Janeiro concordou com a votação desse projeto da ANAC porque houve um acordo, que inclusive constou no relatório do Senador Heráclito Fortes, de que haveria um escritório regional no Rio de Janeiro.

O SR SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Eu chegaria ao Senador Heráclito Fortes em seguida, até porque V. Exª teve um papel fundamental no episódio, quando o Senador Heráclito Fortes, como grande amigo que é do Estado do Rio de Janeiro, teve a lembrança do acordo e V. Exª o ratificou. Portanto, é a pura verdade dos fatos. O Senador Heráclito Fortes destacou o acordo e V. Exª o ratificou.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – e toda a população do Rio de Janeiro que assiste à fala de V. Exª sabe que nós no Rio de Janeiro temos sido preteridos por este Governo. Quero reiterar, sou Vice-Líder do Governo, mas em primeiro lugar sou Senador pelo Rio. Não podemos aceitar o descumprimento. Seria

um pecado mortal de um Presidente que teve mais de 70% dos votos dos eleitores do Rio de Janeiro, o Presidente Lula, que, até hoje, parafraseando o discurso de V. Exª, não foi ao nosso Estado para cortar uma fita de inauguração de uma obra importante. Agora, Senador Sérgio Cabral, recebi um *e-mail* em meu gabinete do Sindicato dos Fiscais de Renda, que estão preocupados, porque a bacia de Santos, que começa em Cabo Frio, nossa terra, tem os seus campos mais importantes em frente ao Rio de Janeiro, e a Petrobrás quer fazer um escritório em São Paulo. Portanto, estou aqui para parabenizar V. Exª, servir de testemunha do esforço que V. Exª tem feito para defender as cores do nosso Estado e reiterar que houve um acordo e que ele precisa ser honrado pelo Governo. Muito obrigado pelo aparte, Senador.

O SR SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Imagine, Senador Crivella, foi com muito prazer.

Vale lembrar, Sr Presidente, que houve até uma argumentação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que os representantes do Rio sempre lamentariam esse deslocamento para Brasília. Não. É natural que haja esse deslocamento, afinal a sede do País, a Capital do País é Brasília. Não é isso. Tanto que eu repito, na criação da Agência Nacional de Águas, da Aneel, da Anatel, não houve nenhum questionamento. Há escritórios regionais por todo o País de maneira equilibrada. Mas, no caso da aviação civil, como no caso do petróleo, no caso de energia, de empresa de pesquisa energética, faz sentido. São as duas únicas leis federais, criadas para de instituições novas, em que houve destaque para a criação de um escritório central no Rio de Janeiro, em função da tradição do Estado em relação a essas matérias. e o mesmo há de se repetir com o cumprimento da palavra do Governo, após a sanção, com uma medida provisória, para que o escritório central seja no Rio de Janeiro.

Não tenho a menor dúvida de que essa decisão é viável. Sede em Brasília, mas escritório central no Rio de Janeiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Sérgio Cabral já expôs, no seu pronunciamento, de forma muito clara, muito lúcida, as razões que eu ia aqui também levantar não exclusivamente em nome dos interesses do Rio de Janeiro, mas em nome dos interesses nacionais, que apontam para o Rio de Janeiro a localização mais propícia para o escritório central dessa nova agência.

Compreendo a pressa do Governo em aprovar essa medida, em recomendar a rejeição de todas as emendas, inclusive a de uma que apresentei, que propunha mais aproveitamento do pessoal e, naturalmente, a emenda do Senador Sérgio Cabral, defendida por todos nós, de mudança da sede para o Rio de Janeiro.

Não é bairrismo, como disse V. Exª; não se trata de um interesse exclusivo do Estado. É que, no Rio de Janeiro, está situada toda a estrutura do DAC; não apenas do DAC, mas um conjunto de instituições que possuem tradição – quadros técnicos, acervo técnico –, e tudo isso está localizado no Rio de Janeiro.

Na medida em que isso é um dado da realidade, continuamos a afirmar que a localização adequada, certa dessa agência seria o Rio de Janeiro.

Muitas vezes, adota-se na legislação uma localização que não é a mais adequada, o que provoca um desequilíbrio e prejudica a gestão da própria ação. Agora, houve esse acordo.

Na Comissão de Infra-Estrutura, cheguei a pedir vistas do projeto, para emitir um voto em separado, favorável à localização no Rio de Janeiro, mas fui informado do acordo que havia sido feito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com os Senadores Sérgio Cabral, Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella, no sentido de que o Rio teria um escritório de importância ímpar. Não que a cidade o merecesse, mas porque a atividade já desenvolvida no Rio de Janeiro está a merecer.

O Senador Sérgio Cabral lembrou muito bem o caso da Agência Nacional do Petróleo. Lembro o caso da Agência Nacional do Cinema, a Ancine, cuja sede é em Brasília, mas o seu escritório principal é no Rio de Janeiro. Por quê? Porque é lá que está a história, a tradição e a atividade cinematográfica brasileira.

Por tudo isso, contrariar as tendências naturais, contrariar a história, a tradição e as raízes, não costuma dar bons resultados, razão pela qual insistimos no fato de que a melhor localização é efetivamente o Rio de Janeiro.

Mas vamos compreender as razões do Governo, vamos aceitar que há urgência para a regulamentação desse projeto – de fato, há. Esse setor está necessitado de uma regulamentação adequada, de uma agência que tenha poderes para regulá-lo.

Trata-se de um setor em que a regulação do Estado é essencial, Sr. Presidente. O setor não pode ser entregue ao mercado, que, espontaneamente, gera tipos de concorrência que se transformam em concor-

rências predatórias, produzindo resultados como os que levaram ao desaparecimento da Panair, que, agora, está ameaçando a nossa mundialmente conhecida empresa do setor aéreo: a Varig, que está passando por situação difícil.

Esse setor precisa de muita cautela para fazer a sua regulamentação, precisa de correto dimensionamento, que não permita o ingresso e a criação de muitas empresas, que, a título de estabelecimento de concorrência, que viria, teoricamente, beneficiar o consumidor, o viajante brasileiro, na verdade, acaba produzindo a derrocada de empresas importantes, em prejuízo do funcionamento do setor como um todo. Por isso, é muito importante a criação da agência.

Aplaudimos e compreendemos a urgência do Governo e a necessidade de rejeitar todas as emendas para que o projeto não tenha de voltar à Câmara, o que demandaria um prazo maior. Mas deixamos registrado aqui o nosso ponto de vista – o do Senador Sérgio Cabral, o do Senador Crivella e o meu –, no sentido de que a adequada localização dessa agência é, de fato, o Rio de Janeiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio e, em seguida, eu a concederei a V. Exª.

Se V. Exª quiser a palavra pela ordem...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que hoje esta Casa teve duas vitórias: a primeira, foi a justiça feita aos servidores do Senado Federal e da Câmara. e V. Exª teve um papel preponderante, fundamental, muito importante nesse assunto. Foi feito justiça a um pleito antigo. Com certeza, a derrubada do veto vai fazer com que 30 mil famílias, a partir de hoje, tenham mais tranqüilidade.

Cumprimento todos os Senadores que prestigiaram os servidores hoje, dando os seus votos para a derrubada do veto, na sessão conjunta realizada na Câmara dos Deputados.

Quero também cumprimentar o Senado, porque a criação dessa agência, que começou na Câmara dos Deputados – e fui membro, na época, da Comissão que tratou da criação dessa agência –, estava adormecida há muito tempo na Câmara. Foi graças à intervenção da Comissão de Assuntos Econômicos, da Subcomissão de Turismo, da qual fazem parte vários Senadores aqui presentes, presidida pelo Senador Ramez Tebet, depois de um amplo diálogo para se analisar a crise da aviação civil no nosso País, que fizemos uma audiência com o Presidente da República para lhe pedir que se voltasse à discussão da criação da Agência Nacional de Aviação Civil, que é tão importante para o nosso País.

Ouvi, com muita atenção, os pronunciamentos dos Senadores Sérgio Cabral, Marcelo Crivella e Roberto Saturnino, grandes Líderes da Bancada do Rio de Janeiro, e ouvi com atenção os demais pronunciamentos feitos nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Relações Exteriores, por onde o projeto tramitou com urgência. e quero enaltecer a consideração da criação que foi proposta pelo eminente Senador Sérgio Cabral de levar para o Rio de Janeiro uma agência central da Anac.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque, que já o pede há algum tempo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Octávio, quero apenas solidarizar-me com o seu pronunciamento e lembrar que, mesmo respeitando, obviamente, os Senadores do Rio de Janeiro, parece até raro para o Brasil inteiro que assiste a esse nosso debate que, com esse tempo todo – quase meio século – de a nova capital do Brasil ser sediada aqui, no Planalto Central, ainda estejamos discutindo a transferência de órgãos para cá. Parece esquisito que ainda não tenham sido transferidos todos os órgãos da Administração Federal para Brasília. Creio que, hoje, estamos dando mais um passo para a consolidação do sonho de todos aqueles que fizeram esta cidade, como Juscelino Kubitschek. Parabenizo V. Exª por estar tomando a defesa da nossa cidade.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado Senador Cristovam Buarque.

A Emenda Constitucional nº 32 dispõe que "compete exclusivamente ao Presidente dispor sobre a organização, estrutura e funcionamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo". Logicamente, a criação dessa agência também é norteada pelo Poder Executivo e deve ter sede em Brasília.

Das nove agências reguladoras, oito têm sede no Distrito Federal. Apenas a Agência Nacional de Saúde a tem no Rio de Janeiro. A ANP, aqui mencionada pelo eminente Senador Sérgio Cabral, e a Ancine, apesar de terem sede no DF, funcionam no Rio, o que, na minha visão e na de muitos, dificulta o seu funcionamento.

Recentemente, tive um encontro com o Embaixador Sebastião do Rego Barros, que foi, durante muito

tempo, presidente da Agência Nacional do Petróleo. Com a experiência que é peculiar a quem dirigiu uma agência tão importante, o Embaixador me disse que o fato de ela estar no Rio de Janeiro em muito dificultou o trabalho desenvolvido nos seus anos de gestão naquela presidência.

O contato com o Executivo, com o Congresso Nacional e com o Judiciário é fundamental para o bom funcionamento de uma agência reguladora, até porque para nós, Parlamentares, é importantíssima a sua constante fiscalização.

A ANP, que tem sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, na realidade, funciona totalmente naquele Estado, assim, com relação à justa preocupação com os servidores, expressada pelos eminentes Senadores da bancada do Rio de Janeiro, quero registrar que o DAC tem 1.805 funcionários, 50% dos quais já estão em outras regionais.

Haverá direção regional da Agência Nacional de Aviação Civil no Rio de Janeiro – e o compromisso que existe é de que nela haja um maior número de funcionários –, mas não podemos, de forma alguma, aceitar a inclusão no projeto da criação de uma agência central no Rio de Janeiro, pois estaríamos desvirtuando o projeto e fomentando a criação de uma agência nos moldes da ANP, que está toda naquele Estado porque a agência central foi para lá.

Por isso, em defesa do bom funcionamento das agências e da consolidação desta cidade, que é a Capital de todos os brasileiros, faço o apelo para que se vote o projeto na forma como foi aprovado nas Comissões e na Câmara dos Deputados: sede em Brasília e agências regionais.

Agradeço a atenção de V. Exªs e cumprimento a Bancada do Rio de Janeiro, que aqui cumpre o seu papel de defender o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou favorável à criação da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, por ela representar um passo importante para se regular um setor já consolidado com mil defeitos nas regiões mais desenvolvidas do País e que floresce com mil defeitos nas regiões periféricas do Brasil.

Vejo a figura da fiscalização, a perspectiva do aperfeiçoamento dos controles, visando à segurança do vôo, e a possibilidade de darmos amparo, por outro lado, a iniciativas que, no Nordeste do Senador José Agripino e no Norte que represento, começam a florescer.

Comecei minha vida pública – e para trás era pior – fazendo vôos nas condições mais precárias que se possam supor. Hoje, há o projeto Sivam funcionando em grande parte, o GPS e equipamentos renovados – V. Exª sabe muito bem disso, Senador Tião Viana. A nossa região é inóspita para o vôo, mas, ainda assim, ele é bem mais seguro hoje que há 25 ou 30 anos. No entanto, é preciso que haja uma política para o setor.

Preconizo empresas regionais de transporte aéreo fortes, capitalizadas, que sofram todo o crivo de uma fiscalização rigorosa, mas que tenham a possibilidade de se defender das intempéries da concorrência predatória, por exemplo. Como estava era a lei do mais forte e ao pequeno não se lhe concedia o direito de crescer. Como ficará? Espero que seja na via da regulamentação da concorrência e do estabelecimento de regras fixas a serem seguidas por todas, dando oportunidade às empresas regionais.

Estou pensando muito no meu Estado, na minha Região. Essas empresas regionais precisam ter duas possibilidades: a de servirem bem aos seus usuários, hoje, e a de poderem crescer daqui para a frente. Delas cobram-se segurança no vôo, equipamentos em perfeito estado de conservação, com revisões religiosamente feitas, e respeito pelas vidas humanas e cargas que transportam.

Entendo que as privatizações necessárias – que, hoje, o meu mais empedernido adversário do PT não diria que foram nocivas ao País – mudaram a face da economia brasileira. Era preciso que se estabelecesse uma resposta para o vácuo. Qual era o vácuo? Deixa de existir a empresa estatal e, nada havendo em seu lugar, reinaria, a partir daí, a lei do cão.

Então, prego e preconizo exatamente esse modelo das agências reguladoras: agência para regular telefonia, petróleo e cada segmento da ecomomia que sofreu esse processo de privatização, que, para mim, é de abertura clara e necessária da economia brasileira. Fica reinando hoje, a partir de agora, a cultura das agências reguladoras, dos marcos regulatórios. Nada mais justo do que a aviação civil ter o seu.

Eu estava assistindo ao debate indireto, mas muito bonito e brilhante, travado entre o indormido representante do Rio de Janeiro, Senador Sérgio Cabral, e o também indormido representante de Brasília, Senador Paulo Octávio; porém, nem entro nesse mérito. Quero dizer, apenas, que entendo o espírito das agências reguladoras e desejo vê-lo rendendo frutos para o usuário. Trata-se do Estado brasileiro defendendo o usuário, estabelecendo direitos e deveres para as empresas, que se sentem mais seguras.

Pois não, Senador Sérgio Cabral.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Agradeço a V. Exª o aparte. V. Exª está absolutamente correto. A criação da Agência Nacional da Aviação Civil é uma demanda do Brasil e V. Exª, como um legítimo representante do Estado do Amazonas, chamou a atenção para os aspectos regionais e para a questão da segurança dos vôos e da transparência nas decisões desse segmento da aviação civil. Corroboro as palavras de V. Exª. Minha única preocupação, Senador Arthur Virgílio, solucionada pelo Senador Aloizio Mercadante, era de que o Governo não cometesse o desatino de referenciar o Rio de Janeiro como escritório central dessa agência, da forma que aconteceu com a Agência Nacional do Petróleo e a Empresa de Pesquisa Energética. Portanto, não tenho uma visão bairrista, mas nacional, Senador Arthur Virgílio. O setor da aviação civil tem no Rio de Janeiro o seu maior acúmulo de conhecimento. Várias instituições estão no Estado e continuarão lá, independentemente da criação da agência e da sede ser em Brasília. Toda a estrutura de pesquisa, de informação e de representação do setor se encontra no Rio de Janeiro, e assim continuará a ser. Por isso, não faz sentido o Governo, ao criar a Agência, não referenciar o Rio de Janeiro com o seu escritório central. É basicamente isso. Quanto ao mérito, concordo com V. Exª: essa Agência já deveria estar funcionando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Sérgio Cabral, tenho acompanhado a atuação sempre vigilante do Senador Roberto Saturnino e a do Senador Marcelo Crivella, e a atuação quase obsessiva de V. Exª, quando se trata de assuntos referentes ao Rio de Janeiro. Trata-se de uma obsessão positiva, já que os Senadores do seu Estado cumprem com os seus deveres, como tantos outros Parlamentares, que procuram fazer o mesmo pelos seus respectivos Estados. V. Exª defende o Rio de Janeiro com o mesmo ardor que o Senador Paulo Octávio defende a Capital naquilo que entende ser os direitos desta cidade, que é muito minha também, onde vivi os melhores anos da minha vida e onde procuro passar aqueles que – procuro me convencer – ainda possam ser parte dos melhores. de certa forma – e já concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra –, é um passo à frente, sim, termos a regulamentação do setor. É a presença do Estado. Diria que o Governo é eleito para cumprir os objetivos de Governo; as empresas estão aí para lutar pelos seus lucros. Cumpre ao Estado brasileiro tomar conta dos usuários e da relação empresa **versus** Governo e empresa **versus** empresa.

Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra, antes de encerrar.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Líder Arthur Virgílio, a aprovação desse Projeto de Lei é um marco relevante na estruturação de uma nova base para a aviação civil no Brasil. Antes de mais nada, a constatação de que precisamos de uma aviação brasileira. Um país de dimensão continental como o Brasil necessita de uma estrutura brasileira de produção de serviços na área da aviação. Portanto, essa é uma decisão fundamental. Depois, a necessidade de regras muito transparentes que regulem, como chama a atenção o nosso Líder, toda essa estruturação. Sem dúvida, trata-se de um passo relevante, que deve prosseguir – e aqui vale a pena usar uma expressão bem ao gosto do Senador Aloizio Mercadante – com uma discussão qualificada, a fim de que possamos encontrar, de maneira consistente, uma solução para um dos muitos problemas brasileiros não resolvidos, como é o caso da aviação civil, que precisa de decisão, de liderança, de comando e de regras, como as que agora o Senado deverá aprovar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A lucidez de V. Exª é a de sempre, Senador Sérgio Guerra. V. Exª se marca nesta Casa pela lucidez que a todos nos convence e a todos nos encanta. É isso mesmo: é uma nova economia e, portanto, tem que ser regulada de maneira diferente. Não há mais a figura dos mamutes estatais. Então, é preciso preencher o vácuo via presença do Estado brasileiro, com seus objetivos permanentes, até para regular governos com seus objetivos temporários.

Nesse sentido, saúdo e agradeço o aparte de apoio de V. Exª, como representante brilhante do Estado de Pernambuco, e o alvorecer de mais uma agência reguladora, qual seja, a Agência Nacional de Aviação Civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para continuar a discussão.

Em seguida, darei a palavra ao Senador José Agripino, último Senador inscrito, para, imediatamente, passarmos à votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a votação desse projeto, todos, no Brasil, sairão ganhando.

O DAC, dono de um passado e de uma história de bravura neste País, encerrará o seu ciclo passando

à Aeronáutica o cumprimento do papel que lhe cabe na defesa da Pátria. A Anac servirá para ajustar aos tempos modernos o setor da aviação civil no Brasil, seguindo o modelo dos países desenvolvidos.

Sr. Presidente, há que se dizer, com o que posso até concordar, que o Projeto poderia ter sido melhor aperfeiçoado. Mas, como não temos tradição em estabelecer leis duradouras, creio que esses aperfeiçoamentos poderão ser feitos ao longo do tempo, acompanhando também a modernização mundial do setor, que vai requerer uma Agência enxuta e, acima de tudo, que acompanhe a modernização tecnológica por que passa a aviação em todo o mundo.

A burocracia que emperra o DAC não pode ser, de maneira nenhuma, atribuída aos que compõem nem o Ministério da Aeronáutica nem especificamente ao DAC; faz parte da própria morosidade do Governo. A burocracia é inerente ao Estado. Daí por que transformá-lo em Agência será a grande solução para a defesa e proteção da aviação civil brasileira, que, hoje, merece cuidados especiais da Nação. Podemos citar, como exemplo, a crise por que passa a Varig, que, originalmente, não contribuiu para que ela acontecesse, mas que deixa milhares e milhares de funcionários na incerteza de um futuro que depende de negociações. e muitas dessas negociações não aconteceram, em parte, por culpa da sua própria estrutura e, por outra, por culpa da burocracia do Governo intervencionista no setor.

Congratulo-me com o Estado do Rio de Janeiro pelo espírito aqui demonstrado pelos seus Senadores em acatar esse acordo firmado, para que, por meio de medidas provisórias, outras definições sejam dadas, sem que haja necessidade de a matéria retornar à Câmara, atrasando a sua votação.

Votamos a Anac exatamente no momento em que se inicia a discussão do Orçamento da União. Corria-se o risco, caso a votação sofresse atraso, de não termos, no ano vindouro, recursos para suprir as necessidades do Ministério da Aeronáutica, tampouco da recém-criada Agência Nacional de Aviação Civil. Quando digo Ministério da Aeronáutica, refiro-me ao setor que ficará naquele Ministério, no quinhão hoje chamado DAC.

Sr. Presidente, com muita alegria, quero dizer que participei do dia-a-dia da aprovação dessa matéria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma, com muita satisfação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª faz uma análise profunda do que representa a criação das agências e, ao mesmo tempo, um histórico dos últimos anos de sua criação. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao iniciar o processo de criação das agências reguladoras, que visam a fiscalização e o controle das atividades mais importantes do Estado, foi acometido de uma rica visão de sucessos. Senador Heráclito Fortes, V. Exª fala da importância da Aeronáutica no controle do DAC. Relembro-me de que a única escola que conheço e que visitei de operadores de tráfego aéreo é a Escola de Sargentos, no Vale do Paraíba. Como ela ficará? Será passada para a administração civil ou continuará a formar operadores de vôo? Trata-se de setor importantíssimo da aviação civil. Temos sofrido muito, ultimamente, por falta de operadores de vôo. Na segunda-feira, fiquei uma hora e dez minutos sobre Brasília, porque não havia meios de o avião pousar. Pela confluência de vários vôos, sem uma escala correta, não temos a certeza de chegar ao nosso destino nos horários previstos. Então, cumprimento V. Exª por esse ponto que apresenta aqui, com toda a gama de conhecimento que lhe é peculiar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª e, realmente, dou-lhe inteira razão. No dia-a-dia, vivemos atropelos quando nos deslocamos para Brasília, principalmente nessa rota São Paulo – Brasília, não só por conta da dificuldade de rota, ou dos chamados *slots*, ou dos chamados vôos de espera, como também pela redução imposta pelas torres de controle com relação à altitude. Muitas vezes, em aviões a jato, somos obrigados a ficar a uma altura de 22 mil a 28 mil pés, em aviões que têm capacidade para voar a 40 mil, a 45 mil pés, onerando por demais os custos da viagem e o seu tempo.

Sr. Presidente, com relação aos controladores de vôo, hoje existe uma empresa, que é oriunda de funcionários da Aeronáutica, chamada Tasa, que monta, em alguns locais do Brasil, essas escolas de formação de pilotos. Evidentemente, a partir da instalação da Anac, poderá haver escolas mais modernas, aproveitando o que existe na estrutura de hoje, melhorando, com isso, a qualidade tecnológica da nossa aviação comercial.

Senador Edison Lobão, ouço V. Exª.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Heráclito Fortes, estamos ingressando com essa matéria na modernidade. Foram criadas neste País inúmeras agências nos últimos anos – Agência das Telecomunicações, Agência do Petróleo e assim por diante. Portanto, é de se admitir, com certa facilidade, que, também no setor aeronáutico, nós, como País, caminhemos para a criação da agência, mas não podemos esquecer os bons e relevantes serviços da Aeronáutica nesse setor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Durante todo o tempo em que foi controlado pela Força Aérea Brasileira, o DAC funcionou maravilhosamente bem. É preciso que se faça esse reconhecimento, para que, amanhã, não se tenha a impressão de que a agência foi criada por um órgão incompetente, incapaz de cumprir bem o seu papel. Não, o DAC cumpriu sempre muito bem o seu papel. Cumprimento, portanto, os oficiais da Aeronáutica, os de hoje e os de ontem, que exerceram tão bem esse serviço essencial para a vida dos brasileiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Edison Lobão, agradeço o aparte de V. Exª. Quero dizer que as minhas primeiras palavras foram exatamente para homenagear os que fazem a Aeronáutica, dizendo que cumpriram brilhantemente o seu papel e o seu ciclo.

Mas, antes de finalizar – ainda tenho de dar apartes a dois companheiros –, eu queria dizer, para que as coisas fiquem bem claras e transparentes, que, na trajetória desse projeto, em nenhum momento, Senador Saturnino – invoco aí, inclusive, o testemunho de V. Exª e o do Senador Sérgio Cabral –, eu me posicionei de forma contrária ou favorável à localização da Anac no Rio de Janeiro ou em Brasília.

Como Relator, na Comissão de Relações Exteriores, tive o cuidado de fazer com que o acordo, que já vinha de outras Comissões, fosse mantido naquela Comissão. E, ao ouvir o posicionamento do Senador Aloizio Mercadante, que era o posicionamento do Governo – falo com isenção por não ser dos quadros do Governo –, mantive a posição naquela Comissão. Daí por que me causou estranheza ler, em um portal, velho adversário meu – o Piauí todo conhece as razões – afirmar que eu teria tido um atrito com o Senador Paulo Octávio e que teria sido por S. Exª desmentido com relação a acordos aqui firmados.

O Senador Paulo Octávio sabe do apreço e da amizade que temos um pelo outro, somos mais ou menos da mesma geração, convivemos em Brasília muito tempo, e jamais isso aconteceu.

Dessa forma, quero deixar bem claro que a minha posição era pelo entendimento, para que a votação fosse feita, tanto é que, quando recebi informações de que o acordo não estava bem esclarecido, do Piauí, onde me encontrava, fiz uma ligação para o Senador Saturnino, dizendo que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Peço-lhe um aparte breve, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ouço V. Exª.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu lhe pedi o aparte para testemunhar e confirmar o que V. Exª está dizendo. Na Comissão de Relações Exteriores, V. Exª foi o Relator, e eu ia pedir vista do projeto exatamente para elaborar um voto em separado, reafirmando a localização no Rio. Mas chegamos ao entendimento com base na informação de que havia aquele acordo e de que o Rio de Janeiro ficaria com a localização de um escritório importante da agência. Esperamos todos que isso seja efetivamente cumprido. O posicionamento, o relatório de V. Exª foi absolutamente correto e brilhante, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Heráclito Fortes, peço-lhe um aparte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Heráclito Fortes, primeiro, é preciso esclarecer que o meu apreço por V. Exª vem de longa data. V. Exª é um dos grandes defensores da modernização do Estado brasileiro. Todas essas agências criadas recentemente passaram pelo seu crivo, e de muitas V. Exª foi o Relator. V. Exª debateu sobre todas elas. Sou testemunha da sua presença no debate quando da instalação dessas agências. Quero dizer que o seu relatório, votado na Comissão de Relações Exteriores por unanimidade, foi muito bem-feito. Por isso, cumprimento V. Exª. Quero dizer que o que surgiu foi um contratempo não por palavras de V. Exª, mas pela própria imprensa. Um jornal declarou que V. Exª teria falado que a agência central teria sido no Rio de Janeiro. e o compromisso que tivemos foi o de que o Rio de Janeiro teria, sim, um escritório regional importante, como acaba de dizer o Senador Roberto Saturnino. Isso, sim! Sempre concordamos que o escritório regional do Rio de Janeiro será importante. A Bancada de Brasília concorda plenamente com isso. Então, quero pedir desculpas a V. Exª pelo contratempo. de maneira alguma, contestamos o seu relatório, muito bem-feito. Apenas queria esclarecer essa dúvida. Jamais poderíamos questionar o seu posicionamento, porque conhecemos a sua conduta. e queremos só prestar um esclarecimento ao Senador Romeu Tuma, que aqui falou sobre o congestionamento aéreo em Brasília. É verdade, aqui há um congestionamento muito grande. O aeroporto de Brasília já é o segundo em termos de movimento do País. Em dezembro, haverá a inauguração da segunda pista, o que, logicamente, resolverá as questões que estamos enfrentando hoje. No mais, Senador Heráclito Fortes,

meus cumprimentos a V. Exª. Parabéns a V. Exª pelo seu relatório e pelo seu pronunciamento!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, antes de encerrar, agradecendo ao Senador Paulo Octávio pelo esclarecimento, gostaria de conceder um aparte ao Senador Tasso Jereissati, que teve papel importantíssimo em toda a tramitação desse projeto, sendo inclusive o seu Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com muito prazer, ouço o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Apenas quero falar da importância desse projeto que estamos aprovando hoje, que representa um salto, o caminho da modernidade na regulamentação e na fiscalização da aviação civil brasileira, que é fundamental para o desenvolvimento do País e, principalmente, para o turismo, que é a área em que nossa Comissão faz esse trabalho. Quero parabenizá-lo, porque sei o trabalho que tanto V. Exª quanto o Senador Delcídio Amaral tiveram na elaboração e na condução desse projeto. Sem dúvida alguma, V. Exªs foram os mais responsáveis pela aprovação desse projeto, que, enfim, significa uma revolução na aviação comercial, sem com isso menosprezar ou diminuir o trabalho fantástico feito pelo DAC, com o Ministério da Aeronáutica, construindo a aviação comercial civil, a Embraer, o ITA, enfim, uma série de instituições que nasceram do sistema montado até agora. Meus parabéns! É essa a interferência que queria fazer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, encerrando, parabenizo a todos que convivem com o setor comercial aéreo no Brasil, desejando que esse seja um novo ciclo a ser instalado na nossa história. Deixo, por último, o meu abraço, o meu carinho àqueles que, durante todo esse tempo, conduziram a aviação no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui já emitiram sua opinião sobre a criação da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, vozes abalizadas que se detiveram na apreciação do projeto, como os Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Cabral, Paulo Octávio, Tasso Jereissati e Heráclito Fortes.

Penso que está faltando uma menção à eficiência com que foi desempenhado, nos últimos 70 anos, o papel que a Anac vai desempenhar. Faço-a absolutamente tranqüilo de estar prestando justiça a uma entidade que merece respeito, chamada Ministério da Aeronáutica, a que esteve subordinado o DAC e o controle da atividade aérea nos últimos 70 anos. que a minha primeira palavra seja de homenagem e de reconhecimento aos serviços prestados pelo Ministério da Aeronáutica no controle da aviação civil, até hoje levado a efeito em nosso País.

É preciso reconhecer, Sr. Presidente, que o mundo evolui; que do teco-teco estamos hoje no Airbus e no Boeing sei lá quanto; que o Brasil, que há um tempo produzia o Paulistinha, hoje produz avião capaz de transportar 100 passageiros.

Se V. Exªs chegarem à Finlândia, verão uma empresa de enorme preeminência chamada Nokia; se forem à Venezuela, assistirão à preeminência de uma empresa chamada Pedeveza. Não quero dizer que a nossa Embraer tenha para o Brasil a mesma preeminência que tem a Nokia para a Finlândia ou a Pedeveza para a Venezuela. Mas a Embraer é hoje a terceira maior empresa construtora de aviões do mundo. Ela acabou de fechar um contrato para a venda à Jet Blue, uma empresa americana, de 100 aeronaves de grande porte – aliás, médio porte, grande para o Brasil –, capazes de transportar 100 passageiros. Cada aeronave será vendida por US$30 milhões; só uma venda, para uma empresa, vai envolver um negócio de US$3 bilhões.

Na hora em que a Embraer, empresa genuinamente brasileira, feita pela inteligência brasileira, produto da inteligência do ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica, saiu do Bandeirante para o Xingu, para o super Jet Class, para o avião de 100 lugares e insere-se no mercado internacional, umas coisas passam a ser exigidas. Chama-se certificação de tipo de aeronave, certificação de aeronavegabilidade.

Sr. Presidente Renan Calheiros, ninguém no mundo quer andar em um avião que não mereça confiança, que não esteja homologado e certificado para transportar 100 passageiros. Se ele é produzido para transportar 100 passageiros, tem de haver um selo de qualidade, uma certificação de segurança. Ninguém consegue comercializar um avião se ele não tem um certificado de aeronavegabilidade, de condições de vôo em qualquer circunstância, dentro de CB ou em céu de brigadeiro. Aí entra a evolução do Paulistinha para a Embraer de hoje – e é onde rendo minha homenagem pelos 70 anos de bons serviços do Ministério da Aeronáutica – e para a nova agência, que tem preeminência da administração civil e a fiscalização e a participação do Poder Legislativo, porque seus dirigentes serão sabatinados pelo Congresso Nacional.

A Agência adquire modernidade. Foi discutida ao longo de muito tempo, debatida com os setores próprios, está amadurecida e é apropriada para o momento que vive o Brasil. O País possui a terceira maior indústria aeronáutica do mundo e adequa-se aos tempos modernos, em que o controle aéreo pode e deve ser feito por mãos civis. A fiscalização do Poder Legislativo e a sociedade civil, que se vai fazer presente na Anac, podem produzir a facilitação ao crescimento da indústria de aviões, gerando mais empregos para brasileiros, e, com isso se concretiza uma coisa chamada modernidade.

Por todos esses argumentos, entendendo que estamos votando um bom projeto, atual, de Brasil grande, rendendo as minhas homenagens aos 70 anos de bons serviços do Ministério da Aeronáutica, vou votar "sim".

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta a V. Exª. Visto que a discussão foi prolongada, bastante proveitosa, que todos já se manifestaram e que o assunto há muito tempo corre na Casa, pergunto a V. Exª se poderia dar por encerrada a discussão para entrarmos em votação. Há a ansiedade das CPIs de recomeçar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Exª, Senador Romeu Tuma.

O debate político, parlamentar, é isto mesmo: esgota-se geralmente pelo confronto de posições. Entendo que a Casa está suficientemente esclarecida, portanto, vamos avançar com relação à votação.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2004

(Nº 3.848/2000, na origem)

(De Iniciativa do Presidente da República)

Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Art. 1º Fica criada a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério da Defesa, com prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. A ANAC terá sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais.

Art. 2º Compete à União, por intermédio da ANAC e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

Art. 3º A ANAC, no exercício de suas competências, deverá observar e implementar orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Aviação Civil – CONAC, especialmente no que se refere a:

I – a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo internacional com outros países ou organizações internacionais de aviação civil;

II – o estabelecimento do modelo de concessão de infra-estrutura aeroportuária, a ser submetido ao Presidente da República;

III – a outorga de serviços aéreos;

IV – a suplementação de recursos para aeroportos de interesse estratégico, econômico ou turístico; e

V – a aplicabilidade do instituto da concessão ou da permissão na exploração comercial de serviços aéreos.

Art. 4º A natureza de autarquia especial conferida à ANAC é caracterizada por independência administrativa, autonomia financeira, ausência de subordinação hierárquica e mandato fixo de seus dirigentes.

Art. 5º A ANAC atuará como autoridade de aviação civil, assegurando-se-lhe, nos termos desta Lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência.

Art. 6º Com o objetivo de harmonizar suas ações institucionais na área da defesa e promoção da concorrência, a ANAC celebrará convênios com os órgãos e entidades do Governo Federal, competentes sobre a matéria.

Parágrafo único. Quando, no exercício de suas atribuições, a ANAC tomar conhecimento de fato que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica, ou que comprometa a defesa e a promoção da concorrência, deverá comunicá-lo aos órgãos e entidades referidos no **caput** deste artigo, para que adotem as providências cabíveis.

Art. 7º. O Poder Executivo instalará a ANAC, mediante a aprovação de seu regulamento e estrutura organizacional, por decreto, no prazo da até 180 (cento o oitenta) dias a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. A edição do regulamento investirá a ANAC no exercício de suas atribuições.

Art. 8º Cabe à ANAC adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária do País, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade, competindo-lhe:

I – implementar, em sua esfera de atuação, a política de aviação civil;

II – representar o País junto aos organismos internacionais de aviação civil, exceto nos assuntos relativos ao sistema de controle do espaço aéreo e ao sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos;

III – elaborar relatórios e emitir pareceres sobre acordos, tratados, convenções e outros atos relativos ao transporte aéreo internacional, celebrados ou a ser celebrados com outros países ou organizações internacionais;

IV – realizar estudos, estabelecer normas, promover a implementação das normas e recomendações internacionais de aviação civil, observados os acordos, tratados e convenções internacionais de que seja parte a República Federativa do Brasil;

V – negociar o estabelecimento de acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional, observadas as diretrizes do Conac;

VI – negociar, realizar intercâmbio e articular-se com autoridades aeronáuticas estrangeiras, para validação recíproca de atividades relativas ao sistema de segurança de vôo, inclusive quando envolvam certificação de produtos aeronáuticos, de empresas prestadoras de serviços e fabricantes de produtos aeronáuticos, para a aviação civil;

VII – regular e fiscalizar a operação de serviços aéreos prestados, no País, por empresas estrangeiras, observados os acordos, tratados e convenções internacionais de que seja parte da República Federativa do Brasil;

VIII – promover, junto aos órgãos competentes, o cumprimento dos atos internacionais sobre aviação civil ratificados pela República Federativa do Brasil;

IX – regular as condições e a designação de empresa aérea brasileira para operar no exterior;

X – regular e fiscalizar os serviços aéreos, os produtos e processos aeronáuticos, a formação e o treinamento de pessoal especializado, os serviços do transporte aéreo, a habilitação de tripulantes, as emissões de poluentes e o ruído aeronáutico, os sistemas de reservas, a movimentação de passageiros e carga e as demais atividades de aviação civil;

XI – expedir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, inclusive o porte ou transporte de armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos, substâncias ou objetos que possam pôr em risco os tripulantes ou passageiros, ou a própria aeronave ou, ainda, que sejam nocivos à saúde;

XII – regular e fiscalizar as medidas a serem adotadas pelas empresas prestadoras de serviços aéreos, e exploradoras de infra-estrutura aeroportuária, para prevenção quanto ao uso por seus tripulantes ou pessoal técnico de manutenção e operação que tenha acesso às aeronaves, de substâncias entorpecentes ou psicotrópicas, que possam determinar dependência física ou psíquica, permanente ou transitória;

XIII – regular e fiscalizar a outorga de serviços aéreos;

XIV – conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos;

XV – promover a apreensão de bens e produtos aeronáuticos de uso civil, que estejam em desacordo com as especificações;

XVI – fiscalizar as aeronaves civis, seus componentes, equipamentos e serviços de manutenção, com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas de segurança de vôo;

XVII – proceder à homologação e emitir certificados, atestados, aprovações e autorizações, relativos às atividades de competência do sistema de segurança de vôo da aviação civil, bem como licença de tripulantes e certificados de habilitação técnica e de capacidade física e mental, observados os padrões e normas por ela estabelecidos;

XVIII – administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro;

XIX – regular as autorizações de horários de pouso e decolagem de aeronaves civis, observadas as condicionantes do sistema de controle do espaço aéreo e da infra-estrutura aeroportuária disponível;

XX – compor, administrativamente, conflitos de interesses entre prestadoras de serviços aéreos e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária;

XXI – regular e fiscalizar a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, com exceção das atividades e procedimentos relacionados com o sistema de controle do espaço aéreo e com o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos;

XXII – aprovar os planos diretores dos aeroportos e os planos aeroviários estaduais;

XXIII – propor ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado da Defesa, a decla-

ração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária;

XXIV – conceder ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte;

XXV – estabelecer o regime tarifário da exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte;

XXVI – homologar, registrar e cadastrar os aeródromos;

XXVII – arrecadar, administrar e suplementar recursos para o funcionamento de aeródromos de interesse federal, estadual ou municipal;

XXVIII – aprovar e fiscalizar a construção, reforma e ampliação de aeródromos e sua abertura ao tráfego;

XXIX – expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade a operação integrada e a interconexão de informações entre aeródromos;

XXX – expedir normas e estabelecer padrões mínimos de segurança de vôo, de desempenho e eficiência, a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços aéreos e de infra–estrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive quanto a equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem;

XXXI – expedir certificados de aeronavegabilidade;

XXXII – regular, fiscalizar e autorizar os serviços aéreos prestados por aeroclubes, escolas e cursos de aviação civil:

XXXIII – expedir, homologar ou reconhecer a certificação de produtos e processos aeronáuticos de uso civil, observados os padrões e normas por ela estabelecidos;

XXXIV – integrar o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER;

XXXV – reprimir infrações à Legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários, e aplicar as sanções cabíveis;

XXXVI – arrecadar, administrar e aplicar suas receitas;

XXXVII – contratar pessoal por prazo determinado, de acordo com a legislação aplicável;

XXXVIII – adquirir, administrar e alienar seus bens;

XXXIX – apresentar ao Ministro de Estado da Defesa proposta de orçamento;

XL – elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades ao Ministério da Defesa e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;

XLI – aprovar o seu regimento interno;

XLII – administrar os empregos públicos, os cargos comissionados e as gratificações de que trata esta lei;

XLIII – decidir, a último grau, sobre as matérias de sua competência;

XLIV – deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação, sobre serviços aéreos e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive casos omissos, quando não houver orientação normativa da Advocacia-Geral da União;

XLV – deliberar, na esfera técnica, quanto à interpretação das normas e recomendações internacionais relativas ao sistema da segurança de vôo da aviação civil, inclusivo os casos omissos;

XLVI – editar e dar publicidade às instruções e aos regulamentos necessários à aplicação desta lei;

XLVII – promover estudos sobre a logística do transporte aéreo e do transporte intermodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, e articulação com os demais órgãos governamentais competentes;

XLVIII – firmar convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades governamentais, nacionais ou estrangeiros tendo em vista a descentralização e fiscalização eficiente do setores da aviação civil e infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária; e

XLIX – contribuir para a preservação do patrimônio histórico e da memória da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, a cooperação com as instituições dedicadas à cultura nacional, orientando e incentivando a participação das empresas do setor.

§ 1º A ANAC poderá credenciar, nos termos estabelecidos em norma específica, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, de notória especialização, da acordo com padrões internacionalmente aceitos para a aviação civil, para expedição de laudos, pareceres ou relatórios que demonstres o cumprimento dos requisitos necessários à emissão da certificados ou atestados relativos às atividades de sua competência.

§ 2º A ANAC observará as prerrogativas específicas da Autoridade Aeronáutica, atribuídas ao Comandante da Aeronáutica, devendo ser previamente consultada sobre a edição de normas e procedimentos de controle do espaço aéreo que tenha repercussão econômica ou operacional na prestação da serviços aéreos e de infra–estrutura aeronáutica e aeroportuária.

§ 3º Quando se tratar de aeródromo compartilhado, de aeródromo de interesse militar ou de aeródromo administrado pelo Comando da Aeronáutica, o exercício das competências previstas nos incisos XXII, XXIII, XXIV, XXVI, XXVIII e XXIX do **caput** deste artigo, dar-se-á em conjunto com o Comando da Aeronáutica.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no inciso X do **caput** deste artigo, a execução dos serviços aéreos de aerolevantamento dependerá de autorização emitida pela Ministério da Defesa.

§ 5º Bem prejuízo do disposto no inciso XI do **caput** deste artigo, a autorização para o transporte de explosivo e material bélico em aeronaves civis que partam ou se destina a aeródromo brasileiro ou com sobrevôo do território nacional á da competência do Comando da Aeronáutica.

§ 6º Para os efeitos previstos nesta lei, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro será explorado diretamente pela União, por intermédio do Comando da Aeronáutica, ou por entidade a quem ele delegar.

§ 7º As expressões infra-estrutura aeronáutica e infra-estrutura aeroportuária, mencionadas nesta lei, referem-se às infra-estruturas civis, não se aplicando o disposto nela às infra-estruturas militares.

§ 8º O exercício das atribuições da ANAC, na esfera internacional, dar-se-á em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores.

CAPÍTULO II
Da Estrutura Organizacional, da ANAC

SEÇÃO I
Da Estrutura Básica

Art. 9º A ANAC terá como órgão de deliberação máxima a Diretoria, contando, também, com uma Procuradoria, uma Corregedoria, um Conselho Consultivo e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas.

Art. 10. A Diretoria atuará em regime de colegiado e será composta por 1 (um) Diretor-Presidante e 4 (quatro) Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

§ 1º A Diretoria reunir–se-á com a maioria de seus membros.

§ 2º A matéria sujeita à deliberação da Diretoria será distribuída ao Diretor responsável pela área para apresentação de relatório

§ 3º As decisões da Diretoria serão fundamentadas.

§ 4º As sessões deliberativas da Diretoria que me destine a resolver pendências entre agentes econômicos, ou entre estes e usuários da aviação civil, serão públicas.

Art. 11. Compete à Diretoria:

1 – propor, por intermédio do Ministro de Estado da Defesa, ao Presidente da República, alterações do regulamento da ANAC;

II – aprovar procedimentos administrativos de licitação;

III – conceder, permitir ou autorizar a prestação de serviços aéreos;

IV – conceder ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária;

V – exercer o poder normativo da Agência;

VI – aprovar minutas de editais de licitação, homologar adjudicações, transferência e extinção de contratos de concessão e permissão, na forma do regimento interno;

VII – aprovar o regimento interno da ANAC;

VIII – apreciar, e grau de recurso, as penalidades impostas pela ANAC; e

IX – aprovar as normas relativas aos procedimentos administrativos internos da Agência.

Parágrafo único. É vedado à Diretoria delegar a qualquer órgão ou autoridade as competências previstas neste artigo.

Art. 12. Os diretores serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo da especialidade dos cargos para os quais serão nomeados pelo Presidente da República, após serem aprovadas pelo Sendo Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 13. O mandato dos diretores será de 5 (cinco) anos.

§ 1º Os mandatos dos 1ºs (primeiros) membros da Diretoria serão, respectivamente, 1 (um) diretor por 3 (três) anos, 2 (dois) diretores por 4 (quatro) anos e 2 (dois) diretores por 5 (cinco) anos, a serem estabelecidos no decreto de nomeação.

§ 2º Em caso de vacância no curso do mandato, este será completado por sucessor investido na forma prevista no art. 12 desta Lei.

Art. 14. Os diretores somente perderão o mandato a virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado, ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

§ 1º Sem prejuízo do que prevêem a lei penal e a lei da improbidade administrativa, será causa da perda do mandato a inobservância por Diretor dos deveres e proibições inerentes ao cargo, inclusive no que se refere ao cumprimento das políticas estabelecidas para a aviação civil pelos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 2º Cabe ao Ministro da Estado da Defesa instaurar o processo administrativo disciplinar, que será conduzido por comissão especial constituída por servidores públicos federais estáveis, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferir julgamento.

Art. 15. O regulamento disciplinará a substituição dos diretores em seus impedimentos.

Art. 16. Cabe ao Diretor-Presidente a representação da ANAC, o comando hierárquico sobre o pessoal

e o serviço, exercendo todas as competências administrativas correspondentes, bem como a presidência das reuniões da Diretoria.

Art. 17. A representação judicial da ANAC, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida pela Procuradoria.

Art. 18. O Ouvidor será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º Cabe ao Ouvidor receber pedidos de informações, esclarecimentos, reclamações e sugestões, respondendo diretamente aos interessados e encaminhando, quando julgar necessário, meus pleitos à Diretoria da ANAC.

§ 2º O Ouvidor deverá produzir, semestralmente ou quando a Diretoria da ANAC julgar oportuno, relatório circunstanciado da suas atividades.

Art. 19. A Corregedoria fiscalizará a legalidade e a efetividade das atividades funcionais dos servidores e das unidades da ANAC, sugerindo as medidas corretivas necessárias, conforme disposto a regulamento.

Art. 20. O Conselho Consultivo da ANAC, órgão da participação institucional da comunidade de aviação civil na Agência, é órgão de assessoramento da diretoria, tendo sua organização, composição e funcionamento estabelecidos em regulamento.

SEÇÃO II

Dos Cargos Efetivos e Comissionados e das Gratificações

Art. 21. Ficam criados, para exercício exclusivo na ANAC, os apreços públicos de nível superior de Regulador, de Analista de Suporte à Regulação, os empregos públicos de nível médio de Técnico em Regulação e de Técnico de Suporte à Regulação, os Cargos Comissionados de Direção – CD, de Gerência Executiva – CGE, de Assessoria – CA e de Assistência – CAS, e os cargos comissionados Técnicos – CCT, constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 22. Fica criadas as Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança e de Representação pelo Exercício de Função, privativas de militar, nos quantitativos e valores previstos no Anexo II desta Lei.

Art. 23. A Diretoria poderá dispor sobre a alteração dos quantitativos e da distribuição dos Cargos Comissionados de Gerência Executiva, de Assessoria e de Assistência, dos Cargos Comissionados Técnicos, das Gratificações do Exercício a Cargo da Confiança e de Representação pelo Exercício de Função, observados os níveis hierárquicos, os valores de retribuição correspondentes e o respectivo custo global, estabelecidos nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 24. Na estrutura dos cargos da ANAC, o provimento por um servidor civil, de Cargo Comissionado da Gerência Executiva, de Assessoria, da Assistência e de Técnico, implicará o bloqueio, para um militar, da concessão de uma correspondente Gratificação de Exercício em Cargo de Confiança e de Gratificação de Representação pelo Exercício de Função, e vice-versa.

Art. 25. Os Cargos Comissionados Técnicos são de ocupação privativa de servidores e empregados do Quadro de Pessoal Efetivo, do Quadro de Pessoal Específico e de requisitados de outros órgãos e entidades da Administração Pública.

Parágrafo único. ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, contorne tabela constante do Anexo I desta Lei.

CAPÍTULO III

Do Processo Decisório

Art. 26. O processo decisório da ANAC obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, saralidade e publicidade, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 27. As iniciativas ou alterações de atos normativos que afetem direitos de agentes econômicos, inclusive de trabalhadores do setor ou de usuário, de serviços aéreos, serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANAC.

Art. 28. Ressalvados os documentos e autos cuja divulgação possa violar a segurança do País, o segredo protegido ou a intimidade de alguém, todos os demais permanecerão abertos à consulta pública.

CAPÍTULO IV

Da Remuneração por Serviços Prestados e pela Outorga de Exploração de Infra-Estrutura Aeroportuária

Art. 29. A ANAC fica autorizada a cobrar taxas pela prestação de serviços ou pelo exercício do poder de polícia, decorrentes de atividades inerentes à sua missão institucional, destinando o produto da arrecadação ao seu custeio e funcionamento.

§ 1º A cobrança prevista no caput deste artigo recairá sobre as empresas concessionárias, permissionárias e autorizatórias de serviços aéreos, demais operadores de serviços aéreos, apresas exploradoras de infra-estrutura aeroportuária, agências da carga aérea, pessoas jurídicas que explorem atividades de fabricação, manutenção, reparo ou revisão de produtos aeronáuticos e outros usuários de aviação civil.

§ 2º As taxas e seus respectivos fatos geradores são aqueles definidos no Anexo III desta Lei.

Art. 30. A exploração de aeródromos civis públicos será a título oneroso, constituindo o produto da arrecadação receita do Fundo Aeroviário.

Parágrafo único. O valor do ônus referido no caput deste artigo será equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do montante da arrecadação das tarifas de embarque, domésticas e internacionais, incluindo seus adicionais, excluídas outras destinações legais.

CAPÍTULO V
Das Receitas

Art. 31. Constitua receitas da ANAC:

I – dotações, créditos adicionais e especiais e repasses que lhe forem consignados no Orçamento Geral da União;

II – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais, empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e organismos internacionais;

III – recursos do Fundo Aeroviário;

IV – recursos provenientes de pagamentos de taxas;

V – recursos provenientes da prestação de serviços da natureza contratual, inclusive pelo fornecimento de publicações, material técnico, dados e informações, ainda que para fins de licitação;

VI – valores, apurados no aluguel ou alienação de bens móveis ou imóveis;

VII – produto das operações de crédito que contratar, no País e no exterior, e rendimentos de operações financeiras que realizar;

VIII – doações, legados e subvenções;

IX – rendas eventuais; e

X – outros recursos que lhe forem destinados.

CAPÍTULO VI
Disposições Finais e Transitórias

Art. 32. São transferidos à AHAC o patrimônio, o acervo técnico, as obrigações e os direitos de organizações do Comando da Aeronáutica, correspondentes às atividades a ela atribuídas por esta Lei.

Art. 33. O Fundo Aeroviário, fundo da natureza contábil e de interesse da defesa nacional, criado pelo Decreto-Lei nº 270, de 20 de fevereiro de l967, alterado pela Lei nº 5.939, de 17 de dezembro de 1973, incluídos seu saldo financeiro e seu patrimônio existentes nesta data, passa a ser ministrado pela Agência Nacional de Aviação Civil.

Parágrafo único. O Diretor-Presidente da ANAC passa a ser o gestor do Fundo Aeroviário.

Art. 34. A alínea a do parágrafo único do art. 2º, o inciso I do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. .....

a) por tarifas aeroportuárias, aprovadas pela Agência Nacional de Aviação Civil, para aplicação em todo o território nacional;

..... " (NR)

"Art. 5º .....

I – do Fundo Aeronáutico, nos casos dos aeroportos diretamente administrados pelo Comando da Aeronáutica; ou

..... " (NR)

"Art. 11. O produto de arrecadação da tarifa a que se refere o art. 8º desta Lei constituirá receita do Fundo Aeronáutico." (NR)

Art. 35. O Poder Executivo regulamentará a distribuição dos recursos referidos no inciso I do art. 1º da Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, entre os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Aviação Civil na proporção dos castos correspondentes às atividades realizadas.

Art. 36. Fica criado o Quadro de Pessoal Específico, integrado por servidores regidos pela Lei nº 9.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º O Quadro de que trata o caput deste artigo tem caráter temporário, ficando extintos os cargos nele alocados, à medida que ocorrerem vacâncias.

§ 2º O ingresso no Quadro de que trata este artigo será feito mediante redistribuição, sendo restrito aos servidores que, em 31 de dezembro de 2001, encontravam-se em exercício nas unidades do Ministério da Defesa, cujas competências foram transferidas para a ANAC.

§ 3º Aos servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia, redistribuídos na forma do § 2º deste artigo, será devida a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia de que trata a Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998, como se em exercício estivesses nos órgãos ou entidades a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.

Art. 37. A ANAC poderá requisitar, com ônus, servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública.

Parágrafo único. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses subseqüentes a sua instalação, a ANAC poderá complementar a remuneração do servidor ou empregado público requisitado até o limite da remuneração do cargo afetivo ou emprego permanente ocupado no órgão ou na entidade de origem, quando a requisição implicar redução dessa remuneração.

Art. 38. O quantitativo de servidores ocupantes dos cargos ou empregos do Quadro de Pessoal Específico, acrescido dos servidores ou empregados requisitados, não poderá exceder o número de empregos efetivos fixados no Anexo I desta Lei.

§ 1º À medida que forem extintos os cargos ou empregos do Quadro de Pessoal Específico, é facultado à ANAC o preenchimento de empregos por pessoal concursado para o Quadro de Pessoal Efetivo.

§ 2º Se o quantitativo de cargos ou empregos do Quadro de Pessoal Específico for inferior ao do Quadro de Pessoal Efetivo, é facultada à ANAC a realização de concurso para preenchimento dos empregos excedentes.

Art. 39. Nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, fica a ANAC autorizada a efetuar a contratação temporária do pessoal imprescindível à implantação de suas atividades, por prazo não excedente a 36 (trinta e seis) meses, a contar de sua instalação.

§ 1º A contratação de pessoal temporário poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise de **curriculum vitae.**

§ 2º As contratações temporárias serão feitas por tempo determinado, observado o prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogadas, desde que sua duração não ultrapasse o termo final da autorização de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 40. Fica a ANAC autorizada a custear as despesas com remoção e estada dos profissionais que, em virtude de nomeação para Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria dos níveis CD I e II, CGE I e II, CA I e II, e para os Cargos Comissionados Técnicos, nos níveis CCT IV a V e correspondentes Gratificações Militares, vierem a ter exercício em cidade diferente de seu domicílio, conforme disposto em norma específica estabelecida pela ANAC, observados os limites de valores estabelecidos para a administração Pública Federal direta.

Art. 41. Ficam criados 50 (cinqüenta) cargos de Procurador Federal na ANAC, observado o disposto na legislação específica.

Art. 42. Instalada a ANAC, fica o Poder Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Aviação Civil – DAC e demais organizações do Comando da Aeronáutica que tenham tido a totalidade de suas atribuições transferidas para a ANAC, devendo remanejar para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão todos os cargos comissionadas e gratificações, alocados aos órgãos extintos e atividades absorvidas pela Agência.

Art. 43. Aprovado seu regulamento, a ANAC passará a ter o controle sobre todas as atividades, contratos de concessão e permissão, e autorizações de serviços aéreos, celebrados por órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União.

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir e utilizar as dotações orçamentárias, aprovadas na Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, em favor dos órgãos do Ministério da Defesa, para a ANAC, relativas às funções por ela absorvidas.

Parágrafo único. As autorizações previstas no **caput** deste artigo deverão manter a mesma classificação orçamentária, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme definida nos arts. 4º e 5º da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesas, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Art. 45. O Comando da Aeronáutica prestará os serviços de que a ANAC necessitar, com ônus limitado, durante 180 (cento e oitenta) dias após sua instalação, devendo ser celebrados convênios para a prestação dos serviços após este prazo.

Art. 46. Os militares da Aeronáutica, da ativa, em exercício no Departamento de Aviação Civil e organizações subordinadas, na data de edição desta Lei, passam a ter exercício na ANAC, sendo considerados como em serviço de natureza militar.

§ 1º Os militares da Aeronáutica a que se refere o **caput** deste artigo deverão retornar àquela Força, no prato máximo da 60 (sessenta) meses, a contar daquela data, à razão mínima de 20% (vinte por cento) a cada 12 (doze) meses.

§ 2º O Comando da Aeronáutica poderá substituir, a seu critério, os militares em exercício na ANAC.

§ 3º Os militares da que trata este artigo somente poderão ser movimentados no interesse da ANAC, a expensas da Agência e com autorização do Comandante da Aeronáutica.

Art. 47. Na aplicação desta Lei, serão observadas as seguintes disposições:

I – Os regulamentos, normas e demais regras em vigor serão gradativamente substituídos por regulamentação a ser editada pela ANAC, sendo que as concessões, permissões e autorizações pertinentes a prestação de serviços aéreos e a exploração de áreas e instalações aeroportuárias continuarão regidas pelos atuais regulamentos, normas e regras, enquanto não for editada nova regulamentação;

II – os contratos de concessão ou convênios de delegação, relativos à administração e exploração de aeródromos, celebrados pela União com órgãos ou entidades da Administração Federal, direta ou indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, devem ser adaptados no prazo de 180 (cento e oiten-

ta) dias contados da data de instalação da ANAC às disposições desta Lei; e

III – as atividades da administração e exploração de aeródromos exercidas pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO passarão a ser reguladas por atos da ANAC.

Art. 48. Os contratos de concessão ou vigor relativos às outorgas de serviços aéreos cujos vencimentos me verifiquem antes da 31 de dezembro de 2010 ficam automaticamente prorrogados até aquela data.

§ 1º Fica assegurada às apresas concessionárias de serviços aéreos domésticos a exploração de quaisquer linhas aéreas, mediante prévio registro na ANAC, observada exclusivamente a capacidade operacional de cada aeroporto e as nonas regulamentares da prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC.

§ 2º Enquanto forem atendidas as exigências regulamentares da prestação de serviço adequado, fica mantidos os eslotes atribuídos às empresas concessionárias da serviços aéreos.

Art. 49. Na prestação de serviços aéreos regularem, prevalecerá o regime de liberdade tarifária.

§ 1º No regime de liberdade tarifária, as concessionárias ou permissionárias poderão determinar suas pró-prima tarifas, devendo comunicá-las à AEAC, a prazo por esta definido.

§ 2º Constatando manto abusivo das tarifas ou práticas prejudiciais à competição, ANAC poderá estabelecer tarifas máximas ou mínimas para as linhas onde verificar irregularidade, meu prejuízo das sanções cabíveis.

§ 3º A INRC estabelecerá os mecanismos para assegurar a fiscalização e a publicidade das tarifas.

Art. 50. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Orçamento da AMIC.

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

A) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EMPREGOS E CARGOS EFETIVOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

EMPREGO	QUANTITATIVO
Regulador	922
Analista de Suporte à Regulação	307
Técnico de Regulação	526
TOTAL	1755

Procurador Federal	50

B) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

UNIDADE	CARGOS Nº	DENOMINAÇÃO CARGO	CD/CGE/CA/ CAS/CCT
DIRETORIA	1	Diretor-Presidente	CD I
	4	Diretor	CD II
	5	Assessor Especial	CA I
	6	Assistente	CAS I
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CGE II
	4	Assistente	CAS II
ASSESSORIA DE RELAÇÕES COM USUÁRIOS	1	Chefe	CGE III
	1	Assessor	CA III
ASSESSORIA PARLAMENTAR	1	Chefe	CGE III
	1	Assessor	CA III
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	Chefe	CGE III
	1	Assessor	CA III
ASSESSORIA TÉCNICA	1	Chefe	CGE II
	1	Assessor Técnico	CA II
	1	Assistente	CAS II
OUVIDORIA	1	Ouvidor	CGE II
	1	ASSISTENTE	CAS II
CORREGEDORIA	1	Corregedor	CGE II
	1	Assessor Técnico	CA II

UNIDADE	CARGOS Nº	DENOMINAÇÃO CARGO	CD/CGE/CA/ CAS/CCT
	1	Assistente	CAS II
PROCURADORIA	1	Procurador	CGE II
	3	Assessor Técnico	CA II
	1	Assistente	CAS II
GERÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES	01	Gerente - Geral	CGE II
	02	Gerente	CGE III
	01	Assistente	CAS II
SUPERINTENDÊNCIA	6	Superintendente	CGE I
	6	Assessor Técnico	CA II
	6	Assistente	CAS I
GERÊNCIA GERAL	18	Gerente Geral	CGE II
	6	Assistente	CAS I
	12	Assistente	CAS II
	26	Gerente	CGE III
GERÊNCIA REGIONAL	8	Gerente	CGE III
	8	Assistente	CAS II
Gerência Técnico-operacional	24	Gerente Técnico	CGE IV
Serviço de Aviação Civil	50	Assistente	CAS II
	75		CCT-V
	61		CCT-IV
	44		CCT-III

c) QUADRO RESUMO DOS CUSTOS DE CARGOS COMISSIONADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

CÓDIGO	VALOR (R$)	QTDE.	VALOR TOTAL
CD I	8.280,00	1	8.280,00
CD II	7.866,00	4	31.464,00
CGE I	7.452,00	6	44.712,00
CGE II	6.624,00	24	158.976,00
CGE III	6.210,00	39	242.190,00
CGE IV	4.140,00	24	99.360,00
CA I	6.624,00	5	33.120,00
CA II	6.210,00	11	68.310,00
CA III	1.863,00	3	5.589,00
CAS I	1.552,50	18	27.945,00
CAS II	1.345,50	79	106.294,50
SUBTOTAL 1		214	826.240,50
CCT-V	1.574,24	75	118.068,00
CCT-IV	1.150,40	61	70.174,40
CCT-III	692,93	44	30.488,92
SUBTOTAL 2		180	218.731,32
TOTAL (1 + 2)		394	1.044.971,82

ANEXO II

A) QUADRO DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - OFICIAIS-GENERAIS E OFICIAIS

CÓDIGO	VALOR (R$)	QTDE.	VALOR TOTAL (R$)
Grupo 0001 (A)	783,50	35	27.422,50
Grupo 0002 (B)	712,08	50	35.604,00
Grupo 0003 (C)	646,88	24	15.525,12
Grupo 0004 (D)	587,88	3	1.763,64
Grupo 0005 (E)	535,10	97	51.904,70
TOTAL		209	132.219,96

B) QUADRO DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - GRADUADOS

CÓDIGO	VALOR (R$)	QTDE.	VALOR TOTAL (R$)
Nível III	409,00	44	17.996,00
Nível IV	466,25	61	28.441,25
Nível V	522,19	75	39.164,25
TOTAL		180	85.601,50

(LEI Nº

ANEXO III

DESCRIÇÃO	VALOR R$
PEDIDO DE NADA CONSTA DE MULTAS	5,00
SOLICITAÇÃO/CONCESSÃO DE SOBREVÔO DE AERONAVES EM FASE DE INTERNAÇÃO, QUE ULTRAPASSEM O PRAZO DE SEIS MESES, NO BRASIL SEM REGULARIZAÇÃO	36,43
SEGUNDA VIA DA GUIA DE MULTAS	0,91
PEDIDO DE NADA CONSTA DE TARIFAS	5,11
RECURSO AO INDEFERIMENTO A PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO JURÍDICO DE EMP. DE SERVIÇOS AÉREOS NÃO-REGULARES E DE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS	70,12
RECURSO A INDEFERIMENTO A PEDIDO DE APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL OU DE ATA AGO/AGE DE EMPR. DE SERVIÇOS AÉREOS NÃO-REGULARES E DE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS	20,95
ALTERAÇÕES DE LINHA(S) AÉREA(S) REGULAR(ES) DOMÉSTICA(S) TRAMITADAS NA COMCLAR - COM EMISSÃO DE HOTRAN (POR HOTRAN)	14,57
PEDIDO DE CÓPIAS DE DOC. CONSTANTE DE PROCESSOS DE FUNCIONAMENTO JURÍDICO DE EMP. NÃO-REGULARES E DE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS E DE AGENCIAMENTO DE CARGA AÉREA, BEM COMO CÓPIAS DE INTEIRO TEOR DOS MESMOS	20,99
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO JURÍDICO DE EMP. TRANSP. AÉREO REGULAR E EMP. DE TRANSPORTE AÉREO NÃO-REGULAR (POR PORTARIA)	318,00
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE TÁXI-AÉREO INDIVIDUAL	35,52
ANÁLISE/APROVAÇÃO DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS; ATA DE ASSEMBLÉIAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS; REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA DE EMPRESAS AÉREAS (POR DOCUMENTO)	50,00
APROVAÇÃO DE TRANSF. DO CONTROLE DO CAPITAL SOCIAL DE S.A. OU DE S.A. POR COTAS DE RESP. LIMITADA	210,00
AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESA DE TAXI AÉREO OPERAR LIGAÇÃO SISTEMÁTICA-PEDIDO TRAMITADO NA COMCLAR (POR LINHA SOLICITADA)	14,55
AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL P/ VÔOS CHARTER DE PASSAGEIROS OU CARGA C/ 4 DIAS DE ANTECEDÊNCIA	429,06
AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL P/ VÔOS CHARTER DE PAS-	716,71

SAGEIROS OU CARGA C/ 3 DIAS DE ANTECEDÊNCIA	
AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL P/ VÔOS CHARTER DE PASSAGEIROS OU CARGA C/ 2 DIAS DE ANTECEDÊNCIA	1.029,73
AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL P/ VÔOS CHARTER DE PASSAGEIROS OU CARGA C/ 1 DIA DE ANTECEDÊNCIA	2.898,75
CANCELAMENTO DE VÔO POR TEMPO DETERMINADO - EMPRESA AÉREA REGULAR BRASILEIRA (POR VÔO)	5,03
ALTERAÇÃO DE ITINERÁRIO E/OU FREQÜÊNCIA E/OU HORÁRIO E/OU EQUIPAMENTO - POR TEMPO DETERMINADO - EMPRESA AÉREA BRASILEIRA (POR VÔO)	5,04
AUTORIZAÇÃO PARA SUSPENSÃO DE HOTRAN - POR TEMPO DETERMINADO (POR HOTRAN)	14,59
EMISSÃO DE HOTRAN (POR HOTRAN)	14,77
AUTORIZAÇÃO PARA VÔO DE FRETAMENTO DE EMPRESA REGULAR COM SEDE NO PAÍS	14,88
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATO DE ARRENDAMENTO/FRETAMENTO DE ANV POR EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO	32,79
APROVAÇÃO DE CONTRATO DE RPN OU DE TERMO ADITIVO P/ EMPRESA NÃO REGULAR DE TRANSPORTE AÉREO	25,50
APROVAÇÃO DE CONTRATO DA REDE POSTAL E SEUS ADITIVOS, DE EMPRESA AÉREA REGULAR COM OU SEM EXPEDIÇÃO DE HOTRAN (POR CONTRATO)	32,80
AUTORIZAÇÃO DE CANCELAMENTO PROGRAMADO DE VÔO EM FERIADOS - EMPRESA AÉREA REGULAR BRASILEIRA (POR VÔO)	5,05
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA OU HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATO DE FRETAMENTO OU ARRENDAMENTO DE AERONAVE POR EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGULAR E EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO NÃO-REGULAR (POR CONTRATO)	32,88
CONFECÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	318,11
CONFECÇÃO DE PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO - EMPRESA AÉREA NÃO-REGULAR	318,02
AUTORIZAÇÃO DE CANCELAMENTO, INCLUSÃO OU ALTERAÇÃO DE ESCALA, ALTERAÇÃO DE HORÁRIO E/OU FREQÜÊNCIA, MUDANÇA DE EQUIPAMENTO E POUSO EXTRA - EMPRESA AÉREA REGULAR BRASILEIRA (POR DOCUMENTO)	25,89
AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO DE VÔO EXTRA OU QUANDO NECESSÁRIO E O FRETAMENTO - EMPRESA AÉREA REGULAR BRASILEIRA (POR VÔO)	5,06
VISITA TÉCNICA NA FASE DE CONCESSÃO OU AUTORIZAÇÃO A EMPRESA AÉREA PARA EXPLORAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO PÚBLICO REGULAR E NÃO-REGULAR - SUBDEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO NOS MOLDES DOS COD.	318,33

270/271/272/273 DO STE.	
AUTORIZAÇÃO P/ FUNCIONAMENTO DE EMPRESA ESTRANGEIRA REGULAR NO BRASIL	70,33
AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO OU ALTERAÇÃO DE HOTRAN INTERNACIONAL (POR HOTRAN)	20,00
AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESA REGULAR REALIZAR VÔO DE PASSAGEIRO OU CARGA EXTRA INTERNACIONAL (POR PEDIDO)	15,00
AUTORIZAÇÃO PARA UMA SÉRIE DE 01 A 10 VÔOS INTERNACIONAIS NÃO-REGULARES OU FRETAMENTO DE EMPRESA REGULAR (POR VÔO)	28,00
AUTORIZAÇÃO P/UMA SÉRIE DE 11 A 20 VÔOS INTERNACIONAIS NÃO-REGULARES OU FRETAMENTO DE EMPRESA REGULAR (POR VÔO)	14,99
AUTORIZAÇÃO P/UMA SÉRIE DE 21 OU MAIS VÔOS INTERNACIONAIS NÃO-REGULARES OU FRETAMENTO DE EMPRESA REGULAR (POR VÔO)	34,00
AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESA REGULAR REALIZAR ALTERAÇÕES DE VÔOS REGULARES INTERNACIONAIS (POR PEDIDO)	10,11
AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESA REGULAR REALIZAR ALTERAÇÕES DE VÔOS NÃO-REGULARES INTERNACIONAIS (POR PEDIDO)	20,11
AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESA REGULAR REALIZAR POUSO TÉCNICO E/OU SOBREVÔO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO (POR PEDIDO)	15,11
AUTORIZAÇÃO PARA UMA SÉRIE DE 01 A 10 VÔOS INTERNACIONAIS NÃO-REGULARES OU FRETAMENTO DE EMPRESA NÃO-REGULAR (POR PEDIDO)	28,11
AUTORIZAÇÃO PARA UMA SÉRIE DE 11 A 20 VÔOS INTERNACIONAIS NÃO-REGULARES OU FRETAMENTO DE EMPRESA NÃO-REGULAR (POR PEDIDO)	31,00
AUTORIZAÇÃO P/UMA SÉRIE DE 21 OU MAIS VÔOS INTERNACIONAIS NÃO-REGULARES OU FRETAMENTO DE EMPRESA NÃO-REGULAR (POR PEDIDO)	34,11
AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL PARA VÔOS CHARTER DE CARGA	293,11
AUTORIZAÇÃO EXCEPCIONAL PARA VÔOS CHARTER DE PASSAGEIROS	293,22
AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESA NÃO-REGULAR, COM REPRESENTACÃO NO BRASIL, REALIZAR POUSO TÉCNICO E/OU SOBREVÔO NO TERRITORIO BRASILEIRO (POR PEDIDO)	28,22
AUTORIZAÇÃO P/ SOBREVÔO E/OU POUSO TÉCNICO DE EMPRESA NÃO REG. SEM REPRESENTANTE NO BRASIL	35,55

AUTORIZAÇÃO PARA EMPRESA NÃO-REGULAR REALIZAR ALTERAÇÕES DE VÔOS (POR PEDIDO)	25,00
AUTORIZAÇÃO P/ EMPRESA ESTRANGEIRA CONTINUAR A OPERAR NO BRASIL	27,32
ALTERAÇÃO NAS TARIFAS AÉREAS DE PASSAGEM E CARGA	35,66
INTRODUÇÃO DE NOVAS TARIFAS DE PASSAGEM E DE CARGA	41,90
PEDIDOS REFERENTES A CONDIÇÕES GERAIS DE TRANSPORTE AÉREO	27,33
AUTORIZAÇÃO DE EMBARQUE E/OU DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS E/OU ACOMPANHANTE DE CARGA EM VÔOS CARGUEIROS DE EMPRESAS REGULARES E/OU NÃO-REGULARES	10,22
AUTORIZAÇÃO P/IMPORTAÇÃO DE AERONAVES, AERONAVES EXPERIMENTAIS, ULTRALEVES, BALÕES, DIRIGÍVEIS, PLANADORES, ASAS - DELTA, MOTORES, TURBINAS, PARTES, PEÇAS E COMPONENTES AERONÁUTICOS, SOB QUALQUER TÍTULO	91,08
AUTORIZAÇÃO P/ EXPORTAÇÃO, REEXPORTAÇÃO, DEVOLUÇÃO DE AERONAVES, AERONAVES EXPERIMENTAL, ULTRALEVES, BALÕES, DIRIGÍVEIS, PLANADORES, ASAS-DELTA, MOTORES, TURBINAS, PARTES, PEÇAS, E COMPONENTES AERONÁUTICOS, SOB QUALQUER TÍTULO	91,11
AUTORIZAÇÃO P/REVISÃO NO EXTERIOR DE AERONAVES, AERONAVES EXPERIMENTAIS, ULTRALEVES, BALÕES, DIRIGÍVEIS, PLANADORES, ASAS-DELTA, MOTORES, TURBINAS, PARTES, PEÇAS E COMPONENTES AERONÁUTICOS	91,22
EMISSÃO DE QUALQUER OUTRO ATO PELA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO CIVIL - COTAC NÃO PREVISTO ANTERIORMENTE	91,33
PEDIDO DE ANÁLISE DE PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO / EXPORTAÇÃO DE AERONAVES E/OU COMPONENTES AERONÁUTICOS	183,07
CHEQUE INICIAL NO SIMULADOR EM VISTAS A OBTENÇÃO DO CHT DE INSTRUÇÃO EM AERONAVE TIPO (BRASIL), PARA EMPRESAS OPERANDO SEGUNDO O RBHA 121	1.015,00
CHEQUE INICIAL NO SIMULADOR EM VISTAS A OBTENÇÃO DO CHT DE INSTRUÇÃO EM AERONAVE TIPO (EXTERIOR), PARA EMPRESA OPERANDO SEGUNDO O RBHA 121	5.207,00
CHEQUE INICIAL EM ROTA COM VISTAS A OBTENÇÃO DO CHT DE AERONAVE TIPO (BRASIL), PARA EMPRESAS OPERANDO SEGUNDO O RBHA 121	1.389,00
RECHEQUE NO SIMULADOR COM VISTAS A RENOVAÇÃO DO CHT DE AERONAVE TIPO (BRASIL), PARA EMPRESAS OPERANDO SEGUNDO O RBHA 121	1.015,00

RECHEQUE NO SIMULADOR COM VISTAS A RENOVAÇÃO DO CHT DE AERONAVE TIPO (EXTERIOR), PARA EMPRESAS OPERANDO SEGUNDO O RBHA 121	5.207,00
RECHEQUE EM ROTA COM VISTAS A RENOVAÇÃO DO CHT IFR EM AERONAVE TIPO (BRASIL) PARA EMPRESAS OPERANDO SEGUNDO O RBHA 121	1.389,00
RECHEQUE EM ROTA COM VISTAS A RENOVAÇÃO DO CHT IFR EM AERONAVE TIPO (EXTERIOR), PARA EMPRESAS OPERANDO SEGUNDO O RBHA 121	5.207,00
AVALIAÇÃO INICIAL OU DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DE SIMULADOR DE VÔO COM VISTAS A APROVAÇÃO PARA TREINAMENTO E EXAMES (BRASIL)	8.897,00
AVALIAÇÃO INICIAL DE SIMULADOR DE VÔO COM VISTAS A APROVAÇÃO PARA TREINAMENTO E EXAMES (EXTERIOR)	10.674,00
AVALIAÇÃO RECORRENTE DE SIMULADOR DE VÔO COM VISTAS A RENOVAÇÃO DA APROVAÇÃO PARA TREINAMENTO E EXAMES (BRASIL)	1.875,00
AVALIAÇÃO RECORRENTE DE SIMULADOR DE VÔO COM VISTAS A RENOVAÇÃO DA APROVAÇÃO PARA TREINAMENTO E EXAMES (EXTERIOR)	5.466,00
ANÁLISE INICIAL DE PROGRAMA DE TREINAMENTO DE TRIPULANTES, SEGUNDO O RBHA 121	1.652,00
ANÁLISE INICIAL DE PROGRAMA DE TREINAMENTO DE TRIPULANTES, SEGUNDO O RBHA 135	991,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE PROGRAMA TREINAMENTO DE TRIPULANTES, SEGUNDO O RBHA 121	991,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE PROGRAMA DE TREINAMENTO TRIPULANTES, SEGUNDO O RBHA 135	661,00
ETAPA 1 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 121	620,00
ETAPA 2 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 121, EXCLUINDO MANUAIS E PROGRAMAS	2.200,00
ETAPA 1 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 135-GI	150,00
ETAPA 2 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 135-GI, EXCLUINDO MANUAIS E PROGRAMAS	300,00
ETAPA 1 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 135-GII	200,00
ETAPA 2 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 135-GII, EXCLUINDO MANUAIS E PROGRAMAS	950,00
ETAPA 1 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE	300,00

TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 135-GIII	
ETAPA 2 DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO REGIDA PELO RBHA 135-GIII, EXCLUINDO MANUAIS E PROGRAMAS	1.900,00
REVISÃO DE ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS PARA EMPRESA REGIDA PELO RBHA 121	100,00
ANÁLISE INICIAL OU EDIÇÃO COMPLETA DE MANUAL GERAL DE MANUTENÇÃO - EMPRESA 121	3.100,00
ANÁLISE INICIAL OU EDIÇÃO COMPLETA DE MANUAL GERAL DE MANUTENÇÃO - EMPRESA 135 G-II	650,00
ANÁLISE INICIAL OU EDIÇÃO COMPLETA DE MANUAL GERAL DE MANUTENÇÃO - EMPRESA 135 G-III	1.450,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL GERAL DE MANUTENÇÃO - EMPRESA 121	550,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL GERAL DE MANUTENÇÃO - EMPRESA 135 G-II	100,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL GERAL DE MANUTENÇÃO - EMPRESA 135 G-III	350,11
AUDITORIA TÉCNICA PERIÓDICA OU P/ VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA - EMPRESA 121	1.920,00
AUDITORIA TÉCNICA PERIÓDICA OU P/ VERIFIC. DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA - EMPRESA 135 G-I	257,00
AUDITORIA TÉCNICA PERIÓDICA OU P/ VERIFIC. DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA - EMPRESA 135 G-II	755,00
AUDITORIA TÉCNICA PERIODICA OU P/ VERIFIC. DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA - EMPRESA 135 G-III	1.450,11
PEDIDO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES (POR MOD) E MOTORES (POR MOD) DE EMPRESAS REGIDAS PELO RBHA 121	3.100,11
PEDIDO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES (POR MOD) E MOTORES (POR MOD) DE EMPRESAS REGIDAS PELO RBHA 135	2.500,00
SOLICITAÇÃO DE APRESENTAÇÃO, ABERTURA OU SEGUNDA VIA DE CIV	100,00
AVALIAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE VÔO	100,00
EMISSÃO DE DECLARAÇÃO/CERTIDÃO DE HORAS DE VÔO	100,00
EMISSÃO DE LICENÇA DE: PPAV, PPH, PBL, PPL, PPT, PPD,CMS, CAT1 E CAT2, PAL	100,00
EMISSÃO DE LICENÇA DE: MV E DOV	100,00
EMISSÃO DE LICENÇA DE: PCAV, PCH, PCPL, PCBL, PCT E PCD	115,00
EMISSÃO DE LICENÇA DE: PLAV E PLAH	115,00
EMISSÃO DE CHT INICIAL DE: IFR, MULT, TIPO, PRBP, PRBF E PLPQ	115,00

REVALIDAÇÃO DE CHT DE: PPAV(MONO), PPH(TIPO), PPL, PBL E CMS(TIPO)	100,00
REVALIDAÇÃO DE CHT DE: MV(TIPO), DOV(TIPO) E INV	100,00
REVALIDAÇÃO DE CHT DE: PPAV(IFR) E PPH(IFR)	100,00
REVALIDAÇÃO DE CHT DE: PCAV, PCH, PCPL, PCBL E PCT	100,00
REVALIDAÇÃO DE CHT DE: PCAV, PCH - AMBOS COM TIPO E/OU IFR	100,00
REVALIDAÇÃO DE CHT DE: PLA E PLAH	115,00
EMISSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE LICENÇA E/OU CERTIFICADO P/ ESTRANGEIRO, VÁLIDA POR 90 DIAS	115,00
REVALIDAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE LICENÇA PARA ESTRANGEIRO POR 90 DIAS	115,00
VALIDAÇÃO DE LICENÇA ESTRANGEIRA, ATRAVÉS DE REALIZAÇÃO DE PROVAS NO BRASIL	115,00
REVALIDAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DE LIC INIC P/PIL QUE NÃO TENHAM COMPLETADO O PROC P/RECEBER A LIC E/OU HABILITAÇÃO DEFINITIVA DE: PPAV, PPH, PPL, PBL, PPT, PPD, MV, DOV, CMS, PCAV, PCH, PCPL, PCBL, PCT, PLA, PLAH, PCD	115,00
EMISSÃO DE SEGUNDA VIA DO CERTIFICADO DE CONHECIMENTO TEÓRICO (CCT), LICENÇA, OU CHT	31,77
DECLARAÇÕES OU CERTIDÕES REFERENTES A HABILITAÇÃO	100,00
EMISSÃO DE CHT INICIAL TIPO: MV, DOV, CMS, E INV, E INVH	100,00
EMISSÃO DE CHT DE HABILITAÇÃO PARA MEC. DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA	100,00
INSC. P/ EX DE CONHECIMENTO TEÓRICO NAS LICENÇAS E/OU HAB.: MEC MNT ERA, PPAV, PPH, CMS E DOV (POR CARTÃO)	50,00
INSC. P/EX DE CONHECIMENTO TEÓRICO NAS LIC. E/OU HAB.: MV, PCAV, PCH, PLAV, PLAH, PAG, INV E IFR (POR CARTÃO)	50,00
REVALIDAÇÃO DO COMPROVANTE DE CONHECIMENTO TEÓRICO	50,00
REALIZAÇÃO DE PROVA PARA LICENÇA DE PLANADOR	50,00
INSCRIÇÃO PARA EXAME 2 ÉPOCA - POR MATÉRIA	50,00
CHEQUE INICIAL SIMULADOR (NO EXTERIOR) OU VALIDAÇÃO DE LICENÇA ESTRANGEIRA ATRAVÉS DE REALIZAÇÃO DE PROVAS NO EXTERIOR	9.782,00
CHEQUE INICIAL EM ROTA - BRASIL	1.937,00
AUTORIZAÇÃO SOBREVÔO DE AERONAVE OPERANDO EM EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO REGULAR E/OU NÃO RE-	34,36

GULAR	
ANÁLISE DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO (RBHA 145.45) (REVISÃO)	1.366,00
ANÁLISE DE FIAM OU DIAM ANTERIORMENTE DEVOLVIDA POR INCORREÇÃO	50,00
ANÁLISE E REGISTRO DE FIAM OU DIAM, ANTERIORMENTE INVALIDADA	70,00
PEDIDO DE ANÁLISE POR MUDANÇA DE RAZÃO SOCIAL	180,00
PEDIDO DE VISTORIA INICIAL E ESPECIAL DE PLANADORES E MOTOPLANADORES	400,00
PEDIDO DE REVISÃO PARCIAL EM PROGRAMAS DE MANUTENÇÃO DE AERONAVE (POR MODELO) E MOTORES (POR MODELO)	400,11
REVALIDAÇÃO DO CHE DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO NO EXTERIOR (FORA DA AMÉRICA DO SUL)	15.000,00
REVALIDAÇÃO DO CHE DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO NO EXTERIOR (NA AMÉRICA DO SUL)	12.500,00
INCLUSÃO DE PADRÃO NO CHE OU NOVOS SERVIÇOS NO ADENDO DE EMPRESA DE MANUTENÇÃO NO EXTERIOR	1.000,00
PEDIDO DE ANÁLISE E ASSESSORAMENTO QUANTO AO CONTROLE DE MANUTENÇÃO DE EMPRESAS	253,38
PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO INICIAL DE EMPRESA E ANÁLISE DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS	2.640,00
PEDIDO DE ANÁLISE DE MUDANÇAS DE INSTALAÇÕES RELATIVAS A EMPRESAS JÁ HOMOLOGADAS	416,00
PEDIDO DE EXTENSÃO DE LIMITES PARA EXECUÇÃO DE TAREFAS DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO	416,24
PEDIDO DE EXTENSÃO DE LIMITES PARA CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE	416,33
PEDIDO DE ANÁLISE/PARECER TÉCNICO RELATIVO ATIVIDADE MANUTENÇÃO EMPRESA HOMOLOGADA/FORMAÇÃO	260,00
PEDIDO DE CADASTRAMENTO DE ENGENHEIRO	72,86
PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DE ENGENHEIRO OU MECÂNICO PARA IAM	72,88
PEDIDOS PARA EMISSÃO CERTIDÕES C/ FINALIDADE DE COMPROVAÇÃO JUNTO A ÓRGÃOS PÚBLICOS	46,18
PEDIDOS DE ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER TEC REL A PROCS. JURÍDICO TENDO EM VISTA FORMAÇÃO DE EMP. TRANSP. AÉREO A EMPRESAS DE MANUTENÇÃO	46,11
VISTORIA INICIAL OU ESPECIAL DE AERONAVE USADA, CAT. DE REGISTRO TPP, E FINS EMISSÃO DE CERTIF. DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	800,00

VISTORIA INICIAL DE AERONAVE NOVA (DE FÁBRICA), CAT. DE REGISTRO TPP, FINS EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEG. DE AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	600,00
VISTORIA INICIAL OU ESPECIAL DE AERONAVE USADA, CAT.DE REGISTRO TPP, FINS EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	1.300,00
VISTORIA INICIAL DE AERONAVE NOVA (DE FABRICA), CAT. DE REGISTRO TPP, FINS EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	1.000,00
VISTORIA INICIAL OU ESPECIAL DE AERONAVE USADA, CAT. DE REGISTRO TPX, PRI E SAE, FINS EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEG. DE AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	1.300,00
VISTORIA INICIAL DE AERONAVE NOVA (DE FÁBRICA), CAT. DE REGISTRO TPX,PRI E SAE, FINS EMISSÃO DE CERT. DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	1.000,00
VISTORIA INICIAL OU ESPECIAL DE AERONAVE USADA, CAT. DE REGISTRO TPX, PRI E SAE, FINS EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEG. DE AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	1.700,00
VISTORIA INICIAL DE AERONAVE NOVA (DE FÁBRICA), CAT. DE REGISTRO TPX, PRI E SAE, FINS EMISSÃO DE CERTIF. DE AERONAVEG. DE AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	1.500,00
ANÁLISE E PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA	416,44
VISTORIA INICIAL OU ESPECIAL DE AERONAVE USADA, CAT. DE REGISTRO TPR E TPN, FINS EMISSÃO DE CERT. DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MENOR QUE 12.000 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 5.000 KG (POR AERONAVE)	2.000,00
VISTORIA INICIAL DE AERONAVE NOVA (DE FÁBRICA),CAT. DE REGISTRO TPR E TPN, FINS EMISSÃO DE CERT. DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MENOR QUE 12.000 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR	1.500,11

5.000 KG (POR AERONAVE)	
VISTORIA INICIAL OU ESPECIAL DE AERONAVE USADA, CAT. DE REGISTRO TPR E TPN, FINS EMISSÃO DE CERT. DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 12.000 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 5.000 KG (POR AERONAVE)	3.000,00
VISITA TÉCNICA RECORRENTE OU PARA VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS DE EMPRESAS DE MANUTENÇÃO RBHA-145	3.200,00
VISTORIA INICIAL DE AERONAVE NOVA (DE FÁBRICA), CAT. DE REGISTRO TPR E TPN, FINS EMISSÃO DE CERTIF. DE AERONAVEGABILIDADE DE AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 12.000 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 5.000 KG (POR AERONAVE)	2.500,11
VISITA TÉCNICA PARA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO POR EMPRESAS AÉREAS NÃO HOMOLOGADAS SEGUNDO O RBHA-145	318,78
VISTORIA INICIAL DE AERONAVES NO EXTERIOR, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DE MATRÍCULA E AERONAVEG. DE AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	13.200,00
VISTORIA INICIAL DE AERONAVES NO EXTERIOR, TENDO EM VISTA A EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DE MATRICULA E AERONAVEG. DE AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG (POR AERONAVE)	15.000,00
HOMOLOGAÇÃO INICIAL NO EXTERIOR DE EMPRESAS DE MANUTENÇÃO	17.000,00
VISTORIA INICIAL OU ESPECIAL EM BALÃO OU DIRIGÍVEL PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE	300,00
AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS FORA DA SEDE DA EMPRESA	144,00
EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA FABRICAÇÃO DE CONJUNTOS - CAFC	223,00
CERTIDÃO DE TEMPO DE SERV. AO MIN. PREV. E ASSIST. SOCIAL, CEDIDA AOS INSTRUTORES DE PILOTAGEM	10,02
VISTORIA COMPLEMENTAR DE AERONAVE NO BRASIL NA CATEGORIA DE REGISTRO TPN E TPR	1.500,22
EMISSÃO DE CARTEIRA DE PILOTO DESPORTIVO	50,00
REVALIDAÇÃO DE CARTEIRA DE PILOTO DESPORTIVO	5,55
PEDIDO DE INCLUSÃO DE PADRÃO NO CHE, NOVOS	1.093,00

SERV.E/OU EQUIP NO ADENDO AO CHE DE EMP. ENQUADRADAS NOS PADRÕES/CLASSES DE HOMOL.: PADRÃO C CLASSE 2 (ARNV JATO, TURBO-HÉLICE, HELICOPT. C/ MOT. REAÇÃO) PADRÃO C CL-3/4; PADRÃO D CL-3	
PEDIDO DE INCLUSÃO ADENDO/CHE C2, D2, E2, E3, F1, F2, F3, E H	318,77
PEDIDO DE INCLUSÃO ADENDO/CHE C1, D1, E1	318,88
PEDIDOS DE INCLUSÃO DE PADRÃO NO CHE, NOVOS SERVIÇOS E/OU EQUIPAMENTOS NO ADENDO AO CHE DE EMPRESAS ENQUADRADOS NOS SEGUINTES PADRÕES/CLASSES DE HOMOL.: AEROCLUBES (QUALQUER INCLUSÃO)	29,60
REVAL. DE CERTIF. DE HOMOL.DE EMPRESA (CHE) NOS SEGUINTES PADRÕES/CLASSES DE HOMOL.: PADRÃO "C" CLASSE 2 (REVISORAS DE ANV A JATOTURBOHÉLICE, HELICÓPTEROS C/ MOTORA REAÇÃO); PADRÃO "C" CLASSE 3/4; PADRÃO D CLASSE 3	1.320,00
REVAL. DE CERTIF. DE HOMOL. DE "EMPRESA" (CHE) QUALIF. SEGUINTES PADRÕES/CLASSES DE HOMOL.: PADRÃO C CLASSE 2 (REVISORA DE ANV E HELICÓPTEROS); PADRÃO D CL. 2; PADRÃO "E" CL. 2/3; PADRÃO F CL. 1,2 E 3; PADRÃO H CL. ÚNICA	1.056,00
REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE "EMPRESA" (CHE) QUALIFICADAS NOS SEGUINTES PADRÕES/CLASSES DE HOMOLOGAÇÃO: PADRÃO "C" CLASSE 1; PADRÃO "D" CLASSE 1; PADRÃO "E", CLASSE 1	792,00
REVALIDAÇÃO DE CHE DE AEROCLUBE (FICA ISENTO DE COBRANÇA DE EMOLUMENTO)	0,00
EMISSÃO DE 2ª (SEGUNDA) VIA DE CHE E/OU ADENDO	72,99
VISTORIA COMPLEMENTAR DE AERONAVE NO BRASIL NA CATEGORIA TPX, TPP E SAE	400,22
RESERVAS DE MARCAS BRASILEIRAS	46,00
INSCRIÇÃO E EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE E DE MATRÍCULA	56,00
EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE	56,11
EMISSÃO DE CERTIFICADO DE MARCA EXPERIMENTAL	56,22
EMISSÃO DE CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE VÔO EXPERIMENTAL	56,33
EMISSÃO DE SEGUNDA VIA DE CERTIFICADOS - (UNIDADE)	56,44
INFORMAÇÃO DE DESREGISTRO E DE NÃO REGISTRO	56,55
CANCELAMENTO DE MATRÍCULA POR EXPORTAÇÃO	56,66
CERTIDÃO DE PROPRIEDADE E ÔNUS REAIS	16,00
TRANSFERÊNCIA PARA PESSOA NATURAL, AVIÃO PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD	56,77

MENOR OU IGUAL A 2.730 KG, DIRIGÍVEL E BALÃO	
TRANSFERÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA, AVIÃO PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG, DIRIGÍVEL E BALÃO	150,00
TRANSFERÊNCIA PARA PESSOA NATURAL, AVIÃO PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	113,54
TRANSFERÊNCIA PARA PESSOA JURÍDICA, AVIÃO PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	300,00
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR	56,99
MUDANÇA DE CATEGORIA	36,00
MUDANÇA DE CONFIGURAÇÃO OU MODELO	36,11
MUDANÇA DE RAZÃO SOCIAL	36,22
INSCRIÇÃO DE DIREITOS REAIS (POR FOLHA)	6,00
CANCELAMENTO DE DIREITOS REAIS (POR FOLHA)	6,11
INSCRIÇÃO DE DIREITOS DE USO (POR FOLHA)	6,22
CANCELAMENTO DE DIREITO DE USO (POR FOLHA)	6,33
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRANSLADO INTERNACIONAL PARA AVIÃO C/ PMD MENOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO C/ PMD MENOR QUE 2.730 KG	250,00
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRANSLADO INTERNACIONAL PARA AVIÃO C/ PMD MAIOR QUE 5.670 KG E HELICÓPTERO C/ PMD MAIOR QUE 2.730 KG	500,00
MULTA POR FALTA DE TRANSFERÊNCIA DE PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS	1.006,00
NOVA MATRÍCULA	86,00
EXPEDIÇÃO DE LICENÇA ESPECIAL PARA ESTRANGEIRO	14,44
MUDANÇA DE AERÓDROMO DE REGISTRO	30,00
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRANSLADO NACIONAL PARA INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO OU REPARO PARA OPERADOR RBHA 91	150,00
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE TRANSLADO NACIONAL PARA INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO OU REPARO PARA OPERADOR RBHA 135 OU 121	300,00
ANÁLISE INICIAL DE LISTA DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS, POR MODELO DE AERONAVES OPERANDO, CONFORME RBHA 121 (MEL)	750,00
ANÁLISE DE REVISÃO DE LISTA DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS, POR MODELO DE AERONAVES OPERANDO, CONFORME RBHA 121 (MEL)	230,00
ANÁLISE INICIAL DE LISTAS DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS, POR MODELOS DE AERONAVES OPERANDO, CONFORME RBHA 135 (MEL)	683,00

ANÁLISE DE REVISÃO DE LISTA DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS, POR MODELO DE AERONAVES OPERANDO, CONFORME RBHA 135 (MEL)	120,00
ANÁLISE INICIAL DE LISTA DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS POR MODELO DE AERONAVE, OPERANDO CONFORME O RBHA 91 (MEL)	227,70
ANÁLISE DE REVISÃO DE LISTA DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS, POR MODELO DE AERONAVES OPERANDO, CONFORME O RBHA 91 (MEL)	61,57
ANÁLISE DE REVISÃO TEMPORÁRIA DE PROGRAMA DE MANUTENÇÃO, LISTA DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS (POR MODELO) OU MANUAL GERAL DE MANUTENÇÃO	200,11
PEDIDO DE EXTENSÃO DE LIMITES PARA CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE PARA EMPRESAS REGIDAS PELO RBHA 135 E RBHA 121	1.200,00
ANÁLISE INICIAL OU EDIÇÃO COMPLETA DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES - EMPRESA 121	3.100,22
ANÁLISE INICIAL OU EDIÇÃO COMPLETA DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES - EMPRESA 135 G-II	650,11
ANÁLISE INICIAL OU EDIÇÃO COMPLETA DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES - EMPRESA 135 G-III	1.450,22
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES - EMPRESA 121	550,11
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES - EMPRESA 135 G-II	257,11
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES - EMPRESA 135 G-III	350,22
SOLICITAÇÃO INICIAL DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÕES DE HELICÓPTEROS COM CARGA EXTERNA	1.450,33
SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÕES DE HELICÓPTEROS COM CARGA EXTERNA	650,22
SOLICITAÇÃO DE MODIFICAÇÕES DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÕES DE HELICÓPTEROS COM CARGA EXTERNA	949,96
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 121, DOMÉSTICA OU BANDEIRA NACIONAL	1.312,00
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - ACOMPANHAMENTO OU HOMOLOGAÇÃO DE EMPRESA 121, EXTERIOR	7.680,00
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 121, SUPLEMENTAR OU REGIONAL	1.312,11
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 135, GI	984,00

AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 135, GII	984,11
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 135, GIII	984,22
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - HOMOLOGAÇÃO INICIAL DE EMPRESA 121, DOMÉSTICA OU BANDEIRA	1.312,22
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - HOMOLOGAÇÃO INICIAL DE EMPRESA 121, SUPLEMENTAR/REGIONAL	1.312,33
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - HOMOLOGAÇÃO INICIAL DE EMPRESA 135, GI	984,33
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - HOMOLOGAÇÃO INICIAL DE EMPRESA 135, GII	984,44
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM BASE - HOMOLOGAÇÃO INICIAL DE EMPRESA 135, GIII	984,55
VÔO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL-HOMOLOGAÇÃO EMPRESA 121	984,66
VÔO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL-HOMOLOGAÇÃO EMPRESA 121, EXTERIOR	7.680,11
VÔO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL-HOMOLOGAÇÃO EMPRESA 135	984,77
VÔO DE AVALIAÇÃO OPERACIONAL-HOMOLOGAÇÃO EMPRESA 135, EXTERIOR	3.840,00
VÔO DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 121, NACIONAL	984,88
VÔO DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 121, EXTERIOR	7.680,22
VÔO DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 135, GI	492,00
VÔO DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 135, GII	492,11
VÔO DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 135, GIII	984,88
VÔO DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES - ACOMPANHAMENTO DE EMPRESA 135, EXTERIOR	3.840,11
ANÁLISE INICIAL (OU REVISÃO MAIOR QUE 50%) DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES, EMPRESA 121	1.912,00
ANÁLISE INICIAL (OU REVISÃO MAIOR QUE 50%) DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES, EMPRESA 135, GII	406,00
ANÁLISE INICIAL (OU REVISÃO MAIOR QUE 50%) DE MANUAL GERAL DE OPERAÇÕES, EMPRESA 135, GIII	1.203,00
ANÁLISE INICIAL (OU REVISÃO MAIOR QUE 50%) DE MANUAL DE COMISSÁRIOS - EMPRESA 121	956,00

ANÁLISE INICIAL (OU REVISÃO MAIOR QUE 50%) DE MANUAL DE COMISSÁRIOS - EMPRESA 135	602,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL DE COMISSÁRIOS - EMPRESA 121	160,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL DE COMISSÁRIOS - EMPRESA 135	128,00
ANÁLISE INICIAL (OU REVISÃO MAIOR QUE 50%) DE MANUAL DE OPERAÇÕES DE AERONAVE - EMPRESA 121	1.912,11
ANÁLISE INICIAL (OU REVISÃO MAIOR QUE 50%) DE MANUAL DE OPERAÇÕES DE AERONAVE - EMPRESA 135	1.203,11
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL DE OPERAÇÕES DE AERONAVE - EMPRESA 121	320,00
ANÁLISE DE REVISÃO PARCIAL DE MANUAL DE OPERAÇÕES DE AERONAVE - EMPRESA 135	257,22
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM ESTAÇÃO DE LINHA - EMP. 121, REG., SUPLEM., DOMÉSTICA OU BAND. NAC.	984,99
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM ESTAÇÃO DE LINHA - EMP. 121, BANDEIRA OU SUPLEMENTAR, EXTERIOR	3.840,22
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM ESTAÇÃO DE LINHA - EMP. 135, NACIONAL	656,00
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES EM ESTAÇÃO DE LINHA - EMP. 135, EXTERIOR	3.840,33
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES PARA ALTERAÇÃO NAS ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS - EMPRESA 121	985,11
AUDITORIA TÉCNICA NA ÁREA DE OPERAÇÕES PARA ALTERAÇÃO NAS ESPECIFICAÇÕES OPERATIVAS - EMPRESA 135	985,22
ACOMPANHAMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE EVACUAÇÃO PARCIAL EMERGÊNCIA - AERONAVES ATÉ 4 SAÍDAS AO NÍVEL DE ASSOALHO	1.640,00
ACOMPANHAMENTO DE DEMONST.EVACUAÇÃO PARCIAL EMERGÊNCIA - AERONAVES COM MAIS 4 SAÍDAS AO NÍVEL DE ASSOALHO	2.952,00
ACOMPANHAMENTO DE DEMONSTRAÇÃO PARCIAL DE AMERRISSAGEM - AERONAVES DE ATÉ 4 SAÍDAS AO NÍVEL DE ASSOALHO	1.312,44
ACOMPANHAMENTO DE DEMONSTRAÇÃO PARCIAL DE AMERRISSAGEM - AERONAVES COM MAIS DE 4 SAÍDAS AO NÍVEL DE ASSOALHO	2.296,00
ANÁLISE DE PROCESSOS NOVOS	100,22
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV -	4.466.989,09

AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 30.000 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 4.500 KG	
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV - AVIÃO COM PMD ENTRE 15.000 E 30.000 KG E HELICÓPTERO COM PMD ENTRE 3.500 E 4.500 KG	3.447.982,57
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV - AVIÃO COM PMD ENTRE 5.700 E 15.000 KG E HELICÓPTERO COM PMD ENTRE 2.730 E 3.500 KG	2.520.001,05
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV - AVIÃO COM PMD MENOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR QUE 2.730 KG, DIRIGÍVEL E BALÃO	891.310,61
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) DE ANV IMPORTADA - AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG - COM ACORDO DE RECONHECIMENTO	62.804,35
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) DE ANV IMPORTADA - AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG - COM ACORDO DE RECONHECIMENTO	31.402,18
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV - AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	448.600,00
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV - AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG, DIRIGÍVEL E BALÃO	89.720,00
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV IMPORTADA - AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG - COM ACORDO DE RECONHECIMENTO	8.972,05
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) ANV IMPORTADA - AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG - COM ACORDO DE RECONHECIMENTO	6.729,04
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) - MOTOR - POTÊNCIA MÁXIMA MAIOR QUE 2.000 LB OU 1.000 HP	2.512,16
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) - MOTOR - POTÊNCIA MÁXIMA MENOR OU IGUAL A 2.000 LB OU 1.000 HP	2.512,16
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) - MOTOR - POTÊNCIA MÁXIMA MAIOR QUE 2.000 LB OU 1.000 HP	2.512,16
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO	2.512,16

(CHT) - MOTOR - POTÊNCIA MÁXIMA MENOR OU IGUAL A 2.000 LB OU 1.000 HP	
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) - HÉLICE PASSO VARIÁVEL	1.884,12
CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) - HÉLICE PASSO FIXO	1.884,12
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) - HÉLICE PASSO VARIÁVEL	1.884,12
ADENDO AO CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO DE TIPO (CHT) - HÉLICE PASSO FIXO	1.884,12
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DE CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO SUPLEMENTAR DE TIPO (CHST) H.02 / H.22 - MODIFICAÇÃO EM AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	4.934,60
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DE CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO SUPLEMENTAR DE TIPO (CHST) H.02 / H.22 - MODIFICAÇÃO EM AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG, DIRIGÍVEL E BALÃO	1.614,96
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DE CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO SUPLEMENTAR DE TIPO (CHST) H.02 / H.22 - MODIFICAÇÃO EM MOTOR	2.063,56
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DE CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO SUPLEMENTAR DE TIPO (CHST) H.02 / H.22 - MODIFICAÇÃO EM HÉLICE	2.063,56
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DO FORMULÁRIO SEGVÔO 001 H.20 - MODIFICAÇÃO EM AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	5.293,48
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DO FORMULÁRIO SEGVÔO 001 H.20 - MODIFICAÇÃO EM AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG, DIRIGÍVEL E BALÃO	1.613,96
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DO FORMULÁRIO SEGVÔO 001 H.20 - MODIFICAÇÃO EM MOTOR	2.063,56
APROVAÇÃO DE DADOS TÉCNICOS RELATIVOS A GRANDES MODIFICAÇÕES ATRAVÉS DE SEGVÔO 001 H.20 - MODI-	2.063.56

FICAÇÃO EM HÉLICE	
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA AERONAVES RECÉM FABRICADAS (CAARF) - AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	602,50
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA AERONAVES RECÉM FABRICADAS (CAARF) - AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG	482,00
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO DE AERONAVES (CAE) - AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	602,50
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO DE AERONAVES (CAE) - AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG	482,00
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO DE MOTORES (CAE) - POTÊNCIA MÁXIMA MAIOR QUE 2000 LB OU 1000 HP	180,75
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO DE MOTORES (CAE) - POTÊNCIA MÁXIMA MENOR QUE 2000 LB OU 1000 HP	180,75
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO DE HÉLICES (CAE) - PASSO VARIÁVEL	120,50
CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO DE HÉLICES (CAE) - PASSO FIXO	120,50
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE VÔO (CAV) - AVIÃO COM PMD MAIOR QUE 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MAIOR QUE 2.730 KG	482,00
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE VÔO (CAV) - AVIÃO COM PMD MENOR OU IGUAL A 5.700 KG E HELICÓPTERO COM PMD MENOR OU IGUAL A 2.730 KG	482,00
HOMOLOGAÇÃO DOS DEMAIS PRODUTOS AERONÁUTICOS - ATESTADO DE PRODUTO AERONÁUTICO APROVADO (APAA)	18.841,20
CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES - ENGENHARIA/FABRICAÇÃO/ENSAIO EM VÔO - INICIAL	89,72
CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES - ENGENHARIA/FABRICAÇÃO/ENSAIO EM VÔO - REVALIDAÇÃO	44,86
ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA QUALIDADE (MANUAL DA QUALIDADE, PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES) - HOMOLOGAÇÃO INICIAL - PEQUENA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	3.140,20
ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA QUALIDADE (MANUAL	6.280,40

DA QUALIDADE, PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES) - HOMOLOGAÇÃO INICIAL - MÉDIA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	
ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA QUALIDADE (MANUAL DA QUALIDADE, PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES) - HOMOLOGAÇÃO INICIAL - GRANDE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	9.420,60
VISITA DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR PRÉ - AUDITORIA	628,04
AVALIAÇÃO INICIAL PARA CERTIFICAÇÃO DE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS - PEQUENA EMPRESA	3.768,24
AVALIAÇÃO INICIAL PARA CERTIFICAÇÃO DE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS - MÉDIA EMPRESA	5.652,36
AVALIAÇÃO INICIAL PARA CERTIFICAÇÃO DE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS - GRANDE EMPRESA	12.560,80
AUDITORIA DE MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE PEQUENA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	3.768,24
AUDITORIA DE MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE MÉDIA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	5.652,36
AUDITORIA DE MANUTENÇÃO PERIÓDICA DE GRANDE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	12.560,80
AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE NÃO-CONFORMIDADES DE PEQUENA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	1.884,12
AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE NÃO-CONFORMIDADES DE MÉDIA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	2.871,04
AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE NÃO-CONFORMIDADES DE GRANDE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	6.280,40
AUDITORIA EM FORNECEDORES DE EMPRESAS CERTIFICADAS - PEQUENA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	3.768,24
AUDITORIA EM FORNECEDORES DE EMPRESAS CERTIFICADAS - MÉDIA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	5.652,36
AUDITORIA EM FORNECEDORES DE EMPRESAS CERTIFICADAS - GRANDE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	12.560,80
REVALIDAÇÃO DO SISTEMA DA QUALIDADE DE PEQUENA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	3.768,24
REVALIDAÇÃO DO SIST. DA QUALIDADE DE MEDIA EM-	5.652,36

PRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	
REVALIDAÇÃO DO SIST. DA QUALID. DE GRANDE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	12.560,80
EMISSÃO DE SEGUNDA VIA DO CERTIF. DE HOMOLOG. EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS OU ADENDO AO CERTIFICADO - CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE	44,86
REVALIDAÇÃO COMPLETA DO MANUAL DA QUALIDADE - PEQUENA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	1.884,12
REVALIDAÇÃO COMPLETA DO MANUAL DA QUALIDADE - MÉDIA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	2.512,16
REVALIDAÇÃO COMPLETA DO MANUAL DA QUALIDADE - GRANDE EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS	3.140,20
REVISÃO PARCIAL DO MANUAL DA QUALIDADE - ANÁLISE INICIAL, ALTERAÇÕES DURANTE OU PÓS-CERTIFICADO	1.256,08
AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE AERÓDROMO OU DE HELIPONTO PRIVADO	250,11
MODIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE AERÓDROMO OU DE HELIPONTO PRIVADO	250,22
RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE AERÓDROMO OU HELIPONTO PRIVADO	300,11
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE AGÊNCIA DE CARGA AÉREA	28,23
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE FILIAL DE AGÊNCIA DE CARGA AÉREA	9,44
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE EMPRESA DE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO	28,23
ANÁLISE DO MANUAL DE CARGA PERIGOSA	500,11
ANÁLISE DO PLANO DE SEGURANÇA DA CARGA	500,22
VISTORIA EM TERMINAL DE CARGA AÉREA	1.360,00
INSPEÇÃO EM AGÊNCIA DE CARGA AÉREA	1.080,00
INSPEÇÃO REFERENTE À CARGA AÉREA EM EMPRESA AÉREA	2.436,00
INSPEÇÃO EM AEROPORTO DE 1ª CATEGORIA	33.522,00
INSPEÇÃO EM AEROPORTO DE 2ª CATEGORIA	22.425,00
INSPEÇÃO EM AEROPORTO DE 3ª CATEGORIA	14.340,00
INSPEÇÃO EM AEROPORTO DE 4ª CATEGORIA	9.924,00
INSPEÇÃO EM AEROPORTO NÃO CATEGORIZADO	1.000,00
VISTORIA EM EMPRESAS AÉREAS DE TRANSPORTE AÉREO REGULAR - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL	9.348,00

VISTORIA EM EMPRESAS AÉREAS DE TRANSPORTE AÉREO NÃO - REGULAR E DE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS - SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL	4.674,00
HOMOLOGAÇÃO DE AEROPORTO DE 1ª CATEGORIA	53.867,00
HOMOLOGAÇÃO DE AEROPORTO DE 2ª CATEGORIA	36.202,00
HOMOLOGAÇÃO DE AEROPORTO DE 3ª CATEGORIA	23.776,00
HOMOLOGAÇÃO DE AEROPORTO DE 4ª CATEGORIA	16.951,00
HOMOLOGAÇÃO DE AEROPORTO NÃO CATEGORIZADO	3.600,00
REGISTRO DE AERÓDROMO DE USO PRIVADO	1.000,00
REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAL DE SEGURANÇA DE VÔO/PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	100,00
ANÁLISE DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	6.536,00

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação do item 5.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros.

REQUERIMENTO Nº 961, DE 2005

Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para que os itens 5 a 10 sejam apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação do **Item 5**:

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2005

(Inversão de pauta nos termos do Requerimento nº 961, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea **j** ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie*.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Esse requerimento passou por alguma Comissão da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto não tramitou por Comissão alguma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, é inteiramente errado votar-se um projeto dessa ordem, embora o Líder Mercadante pense até como eu, no caso, sem que vá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem absoluta razão. Vou despachar, agora mesmo, tanto o projeto quanto o requerimento para uma apreciação preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Contudo, precisamos rejeitar o requerimento para que isso aconteça.

Colocarei o requerimento em votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação, eu gostaria de ponderar, primeiro, que temos um acordo pelo qual os projetos devem passar, pelo menos, por uma Comissão; segundo, sobre esse assunto existem vários

projetos tramitando na Casa e não há por que optar por um projeto; e, terceiro, não há sentido uma votação açodada em uma matéria como essa.

O que o projeto propõe é que o Parlamentar que renuncie, independe de qual seja a natureza e o motivo da renúncia, não possa disputar a eleição. e muitas vezes, inclusive, a dimensão é para exercer um outro cargo público. Há parlamentares, por exemplo, que se afastaram do mandato de Deputado para assumir a Presidência do Banco Central ou uma Embaixada no exterior. Há várias experiências na história do País.

Sem prejulgarmos o mérito, é indispensável que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja ouvida sobre a matéria, que todos os projetos sejam apreciados e que se faça um bom texto. e votaremos com a maior urgência possível, desde que haja uma análise preliminar em que os Senadores possam discutir e amadurecer a idéia.

Por isso, penso que essa urgência não contribui, não precisa ser votada açodadamente e é importante que se faça um debate mais cuidadoso, inclusive porque há vários projetos tramitando sobre a mesma matéria e que foram apensados a essa iniciativa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, até peço desculpas porque eu estava conversando com o Deputado ao meu lado e perdi a hora em que V. Exª anunciou o Item 3, Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria. Ele foi adiado?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ainda vamos chegar lá.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mas podemos votar hoje, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos, vamos, sim.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Havendo quórum e havendo decisão do Plenário com relação à continuidade da votação, votaremos, sim. Pelo menos, esse é o desejo da Mesa, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

O requerimento vai ao Arquivo e o projeto retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 6:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2005 (nº 1.024/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sófia, em 10 de abril de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.523, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Flexa Ribeiro.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2005

(Nº 1.024, de 2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sofia, 10 de abril de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sofia, 10 de abril de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possa resultar em revisão do referido Acordo, bem como, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)Item 7 :

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2005 (nº 1.322/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 1.524, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Roberto Saturnino.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 367, DE 2005

(Nº 1.322/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, e 15 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 8:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2005 (nº 1.376/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.527, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2005

(Nº 1.376/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprovo o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parágrafo único. Fica Sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Memorando, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*)A íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 9:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2005 (nº 1.422/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.525, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2005

(Nº 1.422/2004, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) a íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no **DSF,** de 17-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2005 (nº 632/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.526, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2005

(Nº 632/2003, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada, em Barbados, em 3 de junho de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada, em Barbados, em 3 de junho de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicada no **DSF** de 27-7-2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Chamo a atenção da Casa. Os Itens 2, 3 e 4 exigem **quorum** qualificado para votação. São duas Propostas de Emenda à Constituição: a de nº 29, que tem como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que trata do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; e a de nº 12, do Senador Osmar Dias, que há pouco solicitou a votação, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. e o Item 4 é o Projeto de Lei do Senado nº 162 – Complementar, do nobre Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve exatamente sua apreciação transferida para hoje.

A discussão da proposta encerrou-se no dia 16 de novembro de 2004.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos sabemos que o Fundef foi uma das maiores evoluções que tivemos na educação brasileira, tendo em vista que permitiu, basicamente, que o dinheiro dos governos estaduais ou municipais fosse dividido de forma tal que receberia mais dinheiro quem tivesse mais aluno. Isto é, o dinheiro ocupava o aluno. Então, daí em diante, o aluno não ficou sendo mandado de uma escola estadual para uma municipal e vice-versa, porque esse dinheiro ficou dividido de acordo como o número de alunos e, portanto, todas as duas redes tiverem interesse em ter esse aluno.

O Fundef foi criado por um prazo de dez anos e deve se encerrar em 2006.

O Senador Francisco Escórcio apresentou esse projeto já há algum tempo. Fui designado relator e dei parecer pela aprovação, com modificação somente nos critérios específicos de definição do custo por aluno, que hoje é muito baixo, cerca de R$600,00. Na realidade, o Executivo é que calcula. Há uma fórmula específica já existente, até baseada num projeto do eminente Senador Paulo Souto, da Bahia.

Aprovamos, então, esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É muito importante a sua aprovação, apesar de sabermos que, há pouco mais de um mês, o Governo enviou finalmente para o Congresso Nacional o projeto do chamado Fundeb, que inclui, além do ensino fundamental, todo o ensino médio e a pré-escola. Esse projeto está sendo discutido na Câmara, mas considero importante ressaltar que, se aprovarmos este projeto aqui hoje, ele poderá ser anexado ao projeto do Fundeb, podendo, então, ser discutido conjuntamente. Já há algum tempo que discutimos isso. O projeto é simples, prorroga o Fundef e transfere para o Tribunal de Contas o cálculo do valor efetivo do custo por cada aluno. O meu parecer, portanto, Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a colaboração de V. Exª, que, mais uma vez, conduz com muita competência um assunto que precisa realmente ser assim conduzido para chegarmos a bom termo, Senador José Jorge.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 962, DE 2003

Nos termos do art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro preferência de votação para a Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que "inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)".

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – Senador **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto o Senador José Jorge se concorda com a lógica desse requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que propõe a alteração da votação, ou seja, em vez do substitutivo da CCJ, votaríamos primeiramente a proposta.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sou contrário, Sr. Presidente, porque o substitutivo da CCJ traz uma evolução em relação ao projeto original. O projeto original só adiava, enquanto o substitutivo da CCJ transfere o cálculo do Executivo, que é feito por uma fórmula que, inclusive, está sendo discutida na Justiça – em muitos Estados, entre eles Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Bahia, estão discutindo essa fórmula.

Portanto, discordo: temos de votar o substitutivo da CCJ, de minha autoria, que foi aprovado de forma quase unânime e que, além disso, tem preferência regimental. Sou contrário ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB– AL) – O requerimento objetiva justamente retirar essa preferência, quebrar essa preferência. Concordo com a lógica defendida por V. Exª, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de ponderar se não poderíamos chegar a um entendimento, já que há um novo projeto tramitando na Câmara dos Deputados que diz respeito ao Fundeb, projeto que, inclusive, amplia para a pré-escola a cobertura desse projeto – a relatoria da emenda constitucional foi do Senador José Jorge. O projeto está sendo discutido na Câmara, e também se cogita agora a faixa de zero a três anos em função de demanda social nesse sentido. Enfim, há um debate importante em torno desse projeto de reconstituição do Fundeb. Por isso, acho que deveríamos aguardar a votação na Câmara para apensarmos a discussão que temos aqui ao projeto de iniciativa do Executivo, que está em processo de avaliação e decisão na Câmara dos Deputados.

Gostaria de saber da Mesa se há alguma possibilidade de adiar a votação para aguardarmos uma definição quanto ao projeto que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faria um apelo ao Senador Mercadante em função do seguinte: o Fundef se encerra em 2006 – ele foi criado 1986 e se encerra em 2006 – e já estamos no segundo semestre de 2005. O projeto do Fundeb ao qual se referiu o Senador Aloizio Mercadante foi encaminhado para a Câmara há apenas um mês, e sabemos que, na Câmara, normalmente uma emenda constitucional demora muito a ser votada, e estão em questão emendas constitucionais muito polêmicas.

Por isso, acho que não custa nada enviarmos esse projeto para a Câmara para que seja anexado ao projeto do Fundeb. Se o projeto do Fundeb for aprovado em tempo hábil, vem para o Senado e o aprovamos. Se não for, aprova-se o adiamento até o projeto do Fundeb ser aprovado. Não podemos é correr o risco de o Fundef acabar sem criar o Fundeb, porque aí vamos criar o caos. Do ponto de vista financeiro, a educação brasileira hoje se apóia principalmente nesse sistema. Então, ou aprovamos o adiamento do Fundef, ou aprovamos o Fundeb, mas temos que aprovar alguma coisa que possa garantir a estabilidade do sistema.

Chamo a atenção do Senador Mercadante para o fato de que as preocupações levantadas serão todas revisadas na Câmara, e o Senado dará uma demonstração, mais uma vez, de que está levando em conta o grande mérito que o Fundef teve. Ele não pode acabar sem ser substituído pelo Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

Em seguida ouvirei o Senador Rodolpho Tourinho também.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, a meu ver é importantíssima a colocação feita aqui pelo Senador José Jorge. Estamos correndo o risco de transformar numa grande confusão aquilo que foi uma das maiores realizações do Governo Fernando Henrique e, talvez, dentre as realizações, aquela que alcançou o melhor resultado social. Não vamos esquecer que, por meio desse sistema, a educação brasileira, principalmente a educação na faixa dos 7 aos 14 anos, deu um salto quantitativo fantástico: hoje o Brasil tem entre 97% e 98% das crianças de 7 a 14 anos dentro da sala de aula, o que já permite projetar o fim do analfabetismo em nosso País. e isso se deve a esse sistema que foi montado, que é o Fundef.

Ao longo dos anos, esse sistema produziu algumas imperfeições e distorções, o que trouxe prejuízos principalmente para os Estados. Esse projeto termina no final do ano, e nada nos leva a crer que o Fundeb vá ser aprovado na Câmara e aqui sem nenhum tipo de emenda até o fim do ano. Se não for aprovada a correção proposta no substitutivo do Senador José Jorge, vamos ter o desmoronamento total do sistema da educação re-

lativo ao ensino básico no País. Isso é perigosíssimo, já que outros setores do Governo já estão desmoronando. Aliás, faço aqui um apelo ao Senador Aloizio Mercadante para que preste atenção e não permita que também esse setor venha a desmoronar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Engrosso o apelo do Senador Tasso Jereissati para que possamos avançar na pauta de votação.

Essa proposta de emenda à Constituição ainda vai tramitar na Câmara dos Deputados, onde já tramita uma PEC que cria o Fundeb, o que, na prática, anula a necessidade de aprovarmos – e a Câmara também – essa alteração na Constituição Federal.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também não tenho a menor dúvida da necessidade dessa aprovação, sobretudo considerando que já estamos em setembro. Não teríamos como encarar a não-aprovação desse projeto até o final do ano, já que ele vence em 2006.

Agora, eu só quero lembrar que, além dessa prorrogação que está sendo proposta, incorpora-se também um projeto de lei do então Senador Paulo Souto, que diz respeito à atualização do valor. Quem deve fazer esse cálculo? A proposta dele, naquele projeto, era que isso ficasse a cargo do Tribunal de Contas da União, já que a fórmula atualmente usada tem ocasionado uma série de problemas para alguns Estados, sobretudo para a Bahia.

Entendemos que essa questão do Fundeb é fundamental para o ensino no Estado, para todo o Estado, mas queremos sempre fazer essa ressalva em relação a esse cálculo, porque essa foi uma parcela que o Governo Federal não cumpriu. Inclusive – me lembra aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães – nós, na Bahia, recorremos à Justiça para que essa atualização fosse feita, ou seja, para que esse sistema, tão importante, de colocar as crianças na escola, conservasse também aquele espírito original de compensação aos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Em seguida, ao Senador Ramez Tebet e, depois, a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me – e acabei de dizer isso ao Líder do Governo, Senador Mercadante – que o mais justo, o mais apropriado, o mais adequado neste momento é nós irmos pela opinião aqui expendida pelo Senador José Jorge, até pelo efeito prático de desembaraçarmos a pauta do Senado e pelo efeito efetivo mesmo de, mandando para a Câmara, salvaguardarmos o Fundef de algum equívoco que possa ser praticado por qualquer açodamento de nossa parte.

Disse-me o Líder Mercadante que não havia da parte dele nada a opor e que seria possível se chegar a esse acordo. Tenho a impressão de que, sob todos os ângulos, se formos ao mérito, vale a pena ser assim e, se formos ao pragmatismo de não mantermos a pauta do Senado obstaculizada, também seria esse o procedimento correto, Sr. Presidente.

Essa é a opinião da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Prorrogo por mais 20 minutos a duração da nossa sessão para que possamos concluir a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje mesmo tive a honra de estar presente em seu gabinete, onde estavam representantes de educadores de todo o Brasil, e fiquei feliz porque o Estado de Mato Grosso do Sul se fez presente com uma grande representação.

Esses educadores pretendem cada vez mais investimentos na educação. Pretendem, com justa razão, que crianças de zero a três anos também tenham assistência do Poder Público. É um projeto que está caminhando.

O Fundef foi uma grande conquista para a educação. Adiar a votação, no meu entendimento, é atribuirmos para nós uma responsabilidade muito grande, porque o projeto tem prazo. Dirão alguns: mas o prazo vai até o ano que vem. Digo eu – e comigo, com certeza, aqueles que têm experiência legislativa: poderemos tocar a toque de caixa e votarmos de qualquer jeito um Fundef.

Sr. Presidente, devemos preservar o projeto, votar de acordo com o pensamento do Relator, cujo relatório foi aprovado na Comissão, e remeter a matéria à Câmara dos Deputados, onde poderão resolver quaisquer questões que se apresentem. Mas o Senado ficará com a sua responsabilidade salvaguardada.

Quero lembrar que essa matéria é tão importante – e estamos conferindo atribuições – que devemos fazer força para que o Orçamento venha a ser cumprido pelo Poder Executivo, como muitos têm defendido. Por exemplo, o ensino fundamental passará para cinco anos. Isso significa que precisamos de injeção de recursos. É natural. Mas e os recursos? Estão a cargo dos Municípios.

Sou a favor do ensino fundamental, que é importante, mas temos de resguardar recursos para atender às demandas de projetos importantes como os que estamos votando aqui.

Portanto, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para manifestar o meu ponto de vista e para cumprimentar os educadores e as educadoras que estiveram no gabinete de V. Exª, que, com o seu espírito altamente democrático, reconhece, como o Brasil inteiro, algo que nunca é efetivado: prioridade para a educação. Espero que um dia isso se torne realidade no Brasil.

Vamos votar a matéria, é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ramez Tebet, agradeço muito a intervenção de V. Exª. Hoje, recebemos a Frente de Defesa da Criança e do Adolescente, discutindo uma outra coisa, a necessidade de incluirmos no Fundeb as creches e a educação de 0 a 3 anos de idade, direitos que não são lamentavelmente assegurados.

Essa parece ser uma exigência da sociedade com a qual vamos concordar e vamos defendê-la. A Senadora Serys Slhessarenko, a Senadora Fátima Cleide, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, enfim, todas as Senadoras participaram desse esforço conjunto com a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, comunico à Casa que avançamos bastante em nossa pauta de votação. Não há nada, absolutamente nada na Mesa do Senado aguardando votação. Temos votado tudo. Para se ter uma idéia, depois do dia 06, quando efetivamente começou a crise, já votamos mais de 400 matérias. Isso significa dizer que o Senado está tocando o seu dia-a-dia com absoluta normalidade. Nós não temos dois brasis: um Brasil na crise e outro fora dela. Temos de compatibilizar, fazer coexistir a investigação com o funcionamento normal do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Por conta disso e para concretizar o objetivo da reunião que realizamos ontem com os Presidentes e Relatores das Comissões Parlamentares de Inquérito, para que possam dedicar mais tempo na análise dos documentos e tenhamos a agilização da investigação, na próxima semana, que é a Semana da Pátria, não haverá Ordem do Dia, não teremos sessões deliberativas. Isso é um prêmio para o Senado que, apesar da crise política, que é funda, tem deliberado mesmo. Mas a tribuna democraticamente continuará funcionando. Conversei sobre esse assunto com os Líderes informalmente. Mais do que uma decisão desta Presidência, é uma decisão dos Líderes Partidários.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo especialmente pelo seu desempenho à frente dos trabalhos desta Casa, dizer da sua determinação, da sua coerência, enfim, V. Exª engrandece o nosso trabalho no Senado.

Em relação à PEC nº 29, quero me juntar aos Senadores que já expressaram suas opiniões a respeito da prudência de votar essa matéria, uma vez que sabemos que o procedimento dos processos legislativos são lentos, e podemos correr o risco de perder uma grande conquista da sociedade brasileira, a criação do Fundef. O maior projeto do ex-Presidente Fernando Henrique é considerado por todos aqueles que querem que este País invista em educação.

Portanto, sou favorável a que votemos hoje e sigamos a proposta apresentada pelo Senador José Jorge, Relator da matéria. Espero que, ao anexar essa matéria ao Fundeb, tenhamos sensibilidade para estender também esse benefício, que já é um benefício da educação básica fundamental, para as creches, um grande anseio principalmente das mulheres que trabalham.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, os meus cumprimentos pela sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado mesmo, Senadora Lúcia Vânia.

Votação do requerimento de preferência para apreciação da Proposta antes da Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo).

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Vamos votar, em primeiro lugar, o Substitutivo do Senador José Jorge, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Votação do substitutivo.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma emenda constitucional e, portanto, precisamos de **quorum** qualificado de 49 Senadores. Então, faço um apelo a V. Exª para que peça a todos aqueles que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa para que venham votar, para que possamos

obter o quórum e aprovar essa emenda, de preferência por unanimidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa, que, por favor, venham ao plenário, pois teremos votação nominal. Trata-se de matéria importante que precisa de quórum qualificado.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para encaminhar a votação. Em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

Vou abrir o painel para que possamos agilizar a votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero compartilhar da preocupação aqui estabelecida pelo Senador José Jorge e também pelo Senador Francisco Escórcio, autor da proposta de prorrogação do Fundef.

É claro que gostaríamos de estar diante de um Governo que tivesse a seriedade e a delicadeza de tratar a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade não com os recursos das migalhas que caem do banquete farto do poder dos banqueiros no País.

A alteração feita no projeto pelo Senador José Jorge é extremamente importante, porque aumenta o custo **per capita** do aluno com educação. Gostaríamos mesmo de discutir o Fundeb, que é o fundo que trata da educação básica, de forma geral.

O que aconteceu com a manifestação de hoje, onde estavam as Senadoras Patrícia Gomes e Lúcia Vânia, aqui lembrada pelo Senador Ramez Tebet?

O que acontece nessa polêmica do Fundeb, na tentativa de inclusão de creche, é que, como o Legislativo não pode constitucionalmente legislar naquilo que significa aumento do custo, o que já está instalado dentro dos setores da educação básica é uma verdadeira disputa pelos percentuais de acesso ao Fundo da Educação Básica, o que é infâmia. O Senador Cristovam Buarque, várias vezes, já fez um demonstrativo do que isso significa.

O Fundeb, que está sendo apresentado e cantado em verso e prosa diante do Brasil, significa o aumento de um bilhão apenas, que, dividido entre mais de cinco mil Municípios brasileiros, se torna insignificante do ponto de vista do acesso à educação pública gratuita democrática e de qualidade.

Ao introduzirmos a necessidade da educação infantil de zero a três anos – se o Governo não tivesse conspirado contra o projeto de emenda à Constituição que esta Casa aprovou praticamente por unanimidade, conspirando contra na Câmara, impedindo a votação –, o fato de estar caracterizada a obrigatoriedade do acesso à educação infantil de zero a seis anos, obrigatoriamente já seria incluído o acesso à creche no Fundeb. Isso não foi feito.

O que está acontecendo hoje? Todos nós estamos lutando para que se faça valer o direito à creche, para que a educação infantil de zero a três anos seja assegurada no Fundeb. O que vai acontecer, Senador Alberto Silva? Agora vai se dar a briga dos percentuais. Como lá estão o ensino fundamental, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, o profissionalizante, a pré-escola de quatro a seis anos, quando introduzimos aquilo que temos a obrigação de introduzir, porque é um direito das crianças de zero a três anos, justamente a faixa etária mais preciosa da infância, agora haverá a velha briga para disputar o percentual. Já estava instalado isso.

A educação fundamental, os trabalhadores do setor público, as organizações envolvidas na educação fundamental não querem perder o percentual. O ensino médio também não quer perdê-lo. A educação de jovens e adultos também não o quer. O ensino profissionalizante também não o quer. A pré-escola também não o quer. Então, quando introduzimos mais um setor, isso significa que deve diminuir o repasse de recursos para outros setores que também são essenciais na educação básica.

Quero apoiar a iniciativa com entusiasmo e espero que, quando a matéria chegar à Câmara, possamos fazer um debate sério sobre o Fundeb. Não está sendo feito um debate sério sobre a educação básica. O que está sendo disponibilizado, um bilhão, quando for dividido por mais de cinco mil Municípios brasileiros, será migalha para os Municípios. E, ao introduzirmos aquilo que é direito das crianças, ao introduzirmos o direito à creche, isso significará menos recursos para a pré-escola, para a educação fundamental, para o ensino médio, para o ensino profissionalizante, para a educação de jovens e adultos.

Então, fica realmente muito difícil fazer esse debate de forma séria, conseqüente, diante desses dados que aí estão disponibilizados.

Espero que haja sensibilidade do Governo e de sua respectiva base no sentido de que o próprio Governo possa alterar o que está sendo disponibilizado para a educação básica no nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, para encaminhar a votação da matéria.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Heráclito Fortes, para também encaminhar a votação.

Se V. Exª, Senador Arthur Virgílio, desejar, também concederei a palavra a V. Exª.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que, entre os companheiros aqui do Senado, posso falar de cadeira, porque, no meu Governo, introduzi o ensino pré-escolar, Senadora Heloísa Helena, e fiz uma fábrica de alimento, porque não havia merenda escolar. A merenda escolar brasileira é distribuída a crianças com sete anos de idade ou mais. Cheguei a falar aqui, no plenário desta Casa, que o Ministério da Educação tinha decidido que brasileiro só devia começar a comer aos sete anos, porque, para crianças de zero a seis anos, não havia escola nem merenda.

Fiz a escola e a merenda. O projeto chamou-se Casa-Escola. Só na Capital, favorecemos mais de 50 mil crianças, com uma novidade, que espero seja seguida agora: não construí prédios, as aulas aconteciam nas casas. Esta foi uma revolução no Estado do Piauí inteiro: a escola na casa. As mães de família cuidavam dos filhos da vizinha, e o número de alunos por professora era de apenas seis crianças. Com essa relação de seis crianças por professora, eles aprendem tudo, até uma língua se quiser, entre dois e seis anos, desde que sejam alimentados.

Espero que, como disse a Senadora Heloísa Helena – e estamos votando hoje o relatório do Senador José Jorge –, na Câmara, possamos discutir o ensino pré-escolar, aproveitando uma experiência como essa, para que as crianças do Brasil comecem a se alimentar. Desde o momento em que saem do seio da mãe, elas têm de comer, senão seus neurônios ficam diminuídos e, aos seis anos, não se recuperam mais.

Esta é a matéria mais importante que podemos discutir nesta Casa: a educação de crianças de dois a seis anos de idade, seguindo como já é.

É o que devemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem votação do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Lúcia Vânia, quero parabenizá-la pela proposta de incluir nesse programa as crianças de creche. Quero até dar um depoimento interessante. Estava conversando com o atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, o ex-Deputado Luciano Nunes, e ele me falava exatamente sobre essa necessidade, quando V. Exª abordou o mesmo assunto.

Ao parabenizá-la, quero associar-me às suas palavras e dizer que realmente é um grande ganho, porque a criança, muitas vezes, nesses primeiros anos de vida, já perde toda sua estrutura física, todo o seu condicionamento, por falta de alimentos adequados e suficientes nos primeiros anos, nos primeiros dias de vida.

Agradeço ao Presidente Luciano Nunes por ter me dado essa sugestão. É um ex-Deputado Estadual e um homem de muita sensibilidade em matéria dessa natureza, pela vivência que tem e que teve ao longo da sua vida dedicada ao Piauí.

Sr. Presidente, quero dizer que esse projeto de autoria do Senador José Jorge é oportuno. Torço e irei trabalhar para que, na Câmara, sejam feitas as correções necessárias, para que seja atendida a sugestão da Senadora Lúcia Vânia, à qual me incorporo, e para que também sejam feitos aperfeiçoamentos, a fim de que, assim, possamos beneficiar as crianças brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Heráclito Fortes.

Faço um apelo aos Srs. Senadores que compareçam ao plenário, para que possamos começar a votação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Exª logo após o Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra V. Exª, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, à medida provisória foi apresentada uma emenda do Senador José Jorge, Relator da matéria, prorrogando por dez anos a vigência do Fundef. Na hipótese de não haver modificação, o Fundef acabaria daqui a dois anos e, se aprovado o substitutivo do Relator, vigoraria até o final de 2016, o que me parece o desejável.

Além da prorrogação, o Senador José Jorge, aperfeiçoando essa emenda constitucional, pretende tirar das mãos do Presidente da República – isto deve ser dito com clareza – o poder de fixar o valor mínimo que os Estados e a União precisam bancar por cada aluno matriculado no Ensino Fundamental. A idéia é entregar a incumbência ao TCU, que, hoje, já é responsável por cálculos como os valores de cada Município e Estado nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Portanto, o critério seria o mesmo, com a interveniência do TCU.

O Relator, de maneira muito lúcida, afirma, utilizando dados das Consultorias Legislativas e de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado, que a União não vem repassando totalmente a sua parte no Fundef. No ano de 2001, a União destinou ao programa R$2 bilhões, quando deveria ter repassado R$3,6

bilhões. Houve, portanto, uma defasagem entre os R$3,6 bilhões do dever e os R$2 bilhões que, infelizmente, foram os que logrou destinar ao programa o Governo que aí está. de 1998 a 2001, a diferença acumulada já somava R$12,4 bilhões, ou seja, está em situação de pré-falência esse grande projeto idealizado, gestado e implantado durante o período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Conforme o Senador pernambucano, Líder da Minoria nesta Casa, essa diferença existe porque o Governo Federal não cumpre a Lei nº 9.424/96, que estabelece os critérios para a fixação do valor único nacional por aluno beneficiado pelo Fundef.

De qualquer forma, tanto o autor original do projeto quanto o Relator entendem que o Fundef tem propiciado avanços significativos no Ensino Fundamental, elevando os salários dos professores, que, em alguns casos, recebiam – pasme o Senado! – menos que um salário mínimo. O aumento do salário dos professores até o ano 2000, na Região Nordeste, havia chegado a 70%.

O Fundef, repito, foi criado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e obriga os Estados e os Municípios a gastarem, a despenderem, a investirem, melhor dizendo, com o Ensino Fundamental, no mínimo, 60% de toda a verba que eles têm de destinar à educação, ou seja, 25%, no mínimo, da arrecadação de cada um desses entes federados. Quando essa verba for insuficiente para que se gaste o mínimo por aluno fixado pelo Presidente da República, a União, aí sim, intervirá e repassará a diferença a Estados e Municípios. O valor que cada prefeitura deve receber é baseado no número de alunos matriculados, o que vem propiciando a cada ano um aumento no número de estudantes.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que o Relator, o Senador José Jorge, agiu com a maior percuciência, com a maior clarividência – e essa é a sua marca –, atuando em matéria que conhece, que domina plenamente. Isso levou o PSDB a fechar questão com a votação a favor do relatório do Senador José Jorge.

Portanto, o nosso voto é "sim". Já está amplamente configurado o "sim" no plenário, até o momento registrado nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, que é o Relator da matéria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Senadores que ainda não votaram para que venham ao plenário. Na realidade, alguns Senadores estavam aqui agora mesmo. Eu estava conversando, neste instante, com o Senador José Sarney. S. Exª já votou?

Sr. Presidente, há apenas 51 votos, o que é muito pouco para uma emenda constitucional, que necessita de 49. Portanto, faço um apelo aos outros Senadores, inclusive aos diversos Senadores que estavam até há pouco no plenário e que, por alguma razão, se retiraram.

Solicito, primeiro, que V. Exª aguarde de cinco a dez minutos; segundo, que S. Exªs venham ao plenário, porque essa é uma emenda constitucional que, na realidade, é tranqüila. Essa emenda prorroga o Fundef, que vai acabar agora, em 2006.

Foi o Fundef que deu organização ao sistema do Ensino Fundamental brasileiro. Saiu-se tão bem que o Governo atual enviou uma emenda constitucional a esta Casa propondo o Fundeb, que estende o Fundef – que é apenas para o Ensino Fundamental – para o Ensino Médio e para a Pré-Escola. e há uma discussão na sociedade para a inclusão das creches, o que abrangeria toda a educação infantil.

Na realidade, ele representou uma evolução na educação brasileira e não pode acabar. Portanto, necessitamos que todos os Senadores que ainda não votaram venham ao plenário, para que possamos completar essa votação e, assim, encaminharmos essa emenda constitucional finalmente para a Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o item 4 passasse para a próxima sessão deliberativa. Trata-se de um projeto de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a colaboração de V. Exª. Não havendo objeção do Plenário nesse sentido, defiro o pedido de V. Exª e transfiro a votação da matéria para amanhã.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pergunto ao Senador Osmar Dias se seria recomendável avançarmos na pauta. Não vejo absolutamente nenhum risco nisso. Penso que poderíamos, hoje, concluir esse processo de votação. A matéria não é polêmica.

Senador Osmar Dias, avançamos na pauta ou deixamos para amanhã? Sinceramente, não vejo risco.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, observei que vários Senadores votaram e se retiraram, porque estão participando dos trabalhos das Comissões. Há 53 votos no painel, o que significa que temos uma

margem de segurança muito estreita: apenas quatro votos. Como autor da PEC, eu gostaria que a votação fosse transferida para uma outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro, com satisfação, o pedido de V. Exª.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, neste instante, fazer justiça ao Senador Francisco Escórcio, por ter tido a iniciativa – que depois recebeu o substitutivo do Senador José Jorge, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – de apresentar essa emenda à Constituição sobre um acréscimo que se pretende seja feito ao art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias, no sentido de se duplicar o prazo de vigência, de vinculação dos recursos orçamentários, com o objetivo de assegurar a universalização de atendimento do Ensino Fundamental e a remuneração condigna do magistério.

Sr. Presidente, posso dar um depoimento a respeito dos benefícios trazidos pelo Fundef. Se houve, na verdade, prejuízos aos governos estaduais e às prefeituras municipais de ordem financeira na equação do Fundef, os benefícios, do ponto de vista de valorização do magistério e da universalização do Ensino Fundamental, recomendam que se faça essa prorrogação enquanto não há a substituição do Fundef pelo Fundeb.

Daí por que, Sr. Presidente, congratulo-me com o Senador peemedebista Francisco Escórcio pela iniciativa, também registrando o esforço do Senador José Jorge e de outros que colaboraram para a apresentação dessa emenda que prorroga o Fundef.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, de forma até redundante, de fazer um apelo aos Senadores do PFL que ainda não votaram essa matéria para que venham ao plenário para fazê-lo. Trata-se de matéria da maior importância, porque prorroga por dez anos talvez o maior programa, na História recente, criado no campo da educação: o Fundef.

Quase todos os companheiros do PFL já votaram e quero dirigir uma palavra ao Senador Aloizio Mercadante: figuras que estão sempre presentes no plenário, como os Senadores Sibá Machado e Fátima Cleide, não estão aqui.

Eu gostaria que fosse feito um apelo para que os que estão em Brasília venham completar e garantir o **quorum** de uma matéria que é do interesse do Governo e do País.

O voto do PFL é, entusiasticamente, "sim" e faço o apelo ao Senador Aloizio Mercadante para que convoque os seus companheiros, a fim de que venham votar a prorrogação do Fundef.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, primeiramente, registrar que a iniciativa do Senador Francisco Escórcio, de prorrogação do Fundef, parece-me absolutamente indispensável para o País.

Durante muitos anos, o critério que o Governo anterior utilizou era o de que Executivo federal tinha o poder de fazer o cálculo e estabelecer o valor do repasse. Dessa forma, nunca avançou na metodologia de cálculo dos valores a serem repassados aos professores, como instrumento de valorização do ensino básico. Vários dos que pertenceram ao Governo anterior não tiveram essa idéia, essa iniciativa.

De qualquer forma, o fato de estabelecermos o Tribunal de Contas da União, um órgão assessor do Legislativo, como o instrumento de análise de cálculo, parece-me um passo importante. O Tribunal de Contas da União tem uma boa formação técnica, que poderá trazer indicadores e criar procedimentos.

Portanto, da nossa parte, não há nenhum movimento para não prestigiar essa iniciativa. ao contrário, estamos participando e votando.

Tenho certeza de que nenhum Senador votará contrariamente a uma iniciativa como essa e, apesar de o **quorum** estar baixo, por razões que desconheço, seguramente a PEC será aprovada, com nosso apoio e com a recomendação do voto "sim".

Tenho a melhor e mais cordial relação com o Senador José Jorge e é difícil divergirmos quando S. Exª relata uma matéria. O seu lado de matemático prevalece, com racionalidade e bom senso. Eu já não diria o mesmo dos seus pronunciamentos, das suas intervenções, mas, como relator, seguramente S. Exª é um dos mais prestigiados desta Casa, pela capacidade de tratar com seriedade e com espírito público as matérias.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Quero destacar, no entanto, que o Governo, na Câmara dos Deputados, terá liberdade, como eu disse, de buscar dar prioridade ao seu projeto, que já foi apre-

sentado àquela Casa e tem critérios de ampliação do repasse e da cobertura do Fundef.

Por tudo isso, quero parabenizar o Senado.

A advertência que foi feita, hoje, a respeito da necessidade de aprovarmos o projeto em função do período exíguo de tempo que temos pela frente, é meritória e contribui para o debate que a Câmara dos Deputados fará.

Dessa forma, como estamos com 56 votos, seguramente a PEC será aprovada.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Aloizio Mercadante. S. Exª disse que gosta quando relato e gosta menos quando faço meus pronunciamento.

Na realidade, como Líder da Minoria, da Oposição, devo olhar o que está errado no Governo; como relator, devo relatar. Assim, preciso olhar os dois lados. Essa é a diferença. Não estou seguindo o conselho do Presidente Lula de que é melhor dizer bobagem do que fazer bobagem. Apenas são pontos de vista diferentes: de um relator e de um Senador da Oposição.

Agradeço as palavras em relação à minha pessoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO), À PEC Nº 29, DE 2002 (1º TURNO)

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	31/8/2005 18:49:55
Data Sessão:	31/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	31/8/2005 19:14:48

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
PMDB	GO	ÍRIS DE ARAÚJO	SIM
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSOB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
-	MT	LUIZ SOARES	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 57
Votos NÃO : 00 **Total : 57**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 31/8/2005 19:14:51

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 57 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

Fica prejudicada a proposta e está, portanto, aprovada a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para o segundo turno, obedecido o interstício regimental.

EMENDA Nº 1-CCJ

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29 (SUBSTITUTIVA), DE 2002

Altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórios, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 60 do ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60. Até o final de exercício de 2016, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere a **caput** do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 3º A União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, a ser divulgado pelo Tribunal de Contas da União e que corresponderá à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matricula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matriculas, ressalvado o disposto no § 8º.

§ 8º No primeiro, segundo e terceiro anos da vigência desta Emenda, o valor mínimo anual por aluno será respectivamente, de 70%, 80% e 90% do valor calculado pelo Tribunal de Contas da União, segundo a regra prevista no § 3º (NR)"

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor em 1º de janeiro do ano subseqüente ao de sua promulgação.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – No momento em que o Senado decide sobre essa importante matéria, parabenizo o Senador Francisco Escórcio, que, sem dúvida, apesar da amizade que todos lhe dedicamos, foi um dos mais produtivos Senadores que já passaram por esta Casa.

São os seguintes os itens adiados:

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento** de urgência, de **nº 960, de 2005**, lido no Expediente, para o **Projeto de Resolução nº 76 de 2005**, que não será votado hoje mas será priorizado na Ordem do Dia das próximas sessões deliberativas.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 963, DE 2005

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja apresentado voto de congratulações à cidade de Assis – SP, pelo aniversário de 100 anos de sua fundação, ocorrido no último 1º de julho, ao tempo em que solicito sejam comunicados:

a) o Prefeito Ézio Spera;

b) o Vice-Prefeito João Rosa;

c) o Presidente da Câmara de Vereadores Célio Diniz.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – **Romeu Tuma.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Assis é uma cidade importante e completou seu centenário em julho último. Uma comissão especial, que aqui se encontra, trouxe-nos um convite para a sessão solene que será realizada amanhã, às 9 horas, na Câmara Municipal, em homenagem aos 100 anos de fundação da cidade.

Assim, cumprimento o seu Prefeito, Vice-Prefeito e Presidente da Câmara, pedindo aos representantes presentes que levem meu abraço à cidade de Assis. Sem dúvida, o Presidente encaminhará por escrito essa homenagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

A Presidência encaminhará voto de congratulações, no momento em que agradece a honrosa presença da representação de Assis.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2005

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 269/2005 – Complementar com o Projeto de Lei do Senado nº 266/2005 –Complementar.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2005. – **Jeferson Péres.**

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2005.

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 274/2005 – Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 266/2005 – Complementar.

Sala das sessões, 31 de agosto de 2005. – **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, **c**, 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Arthur Virgílio e Mozarildo Cavalcanti enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs.

Senadores, eu gostaria de registrar a passagem da Semana do Excepcional, ocorrida no período compreendido entre os dias 21 e 28 de agosto corrente. É mister destacar o meritório e qualificado trabalho realizado pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs, entidades que, tradicionalmente, são as condutoras das comemorações em torno desta semana.

A estimativa é de que cerca de dois mil municípios brasileiros dispõem de APAEs em funcionamento prestando atendimento a um universo de mais de 200 mil pessoas diretamente. Vale ressaltar que as mencionadas Associações são pioneiras na oferta de serviços às pessoas com deficiência mental e outras associadas em diversas áreas: saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, preparação para o trabalho, orientação à família, prevenção e principalmente defesa de direitos, cumprindo funções de natureza pública. O cálculo é de que existem hoje no Brasil 24 milhões de portadores de deficiência, sendo o nosso País considerado um dos países da América Latina que mais avançou na conquista de direitos para essas pessoas.

Reconheço e valorizo a magnífica obra desenvolvida pelas APAEs nas mais recônditas localidades do território nacional. Foi com satisfação que, no mês de julho passado, conseguimos a liberação de R$100 mil para reforma e cobertura de quadra poliesportiva da APAE de Ibiporã, no Paraná, instituição presidida pela D. Neuza Soares de Sá, uma apaeana que dignifica a Associação pelo trabalho desenvolvido frente ao Centro Educacional João XXIII.

No mês de agosto corrente, igualmente, houve a liberação de mais uma das nossas emendas apresentadas ao Orçamento Geral da União, do ano passado. Foram R$100 mil para ampliação e modernização da APAE de Londrina, presidida pelo incansável José Carlos dos Reis.

No contexto do Orçamento Geral da União/2005, indicamos R$50 mil para aquisição de transporte escolar para a APAE de Joaquim Távora, no Paraná, presidida pelo João Rodrigues de Almeida, e ainda R$80 mil para aquisição de materiais de custeio para a APAE de Piraí do Sul (PR), presidida por Marzi Milleo Scorsim. Faço questão de salientar que esses aportes financeiros são ínfimos diante das necessidades das APAEs – me permita Senhor Presidente utilizar a imagem de grãos de areia de uma praia, a Praia de Guaratuba, para homenagear o litoral paranaense.

Tenho instruído a minha assessoria de gabinete no sentido de prestar todo o apoio possível para viabilizar e atender com celeridade as APAEs na elaboração de projetos extra-orçamentários junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para capacitação de professores, material didático, equipamentos e transporte escolar.

Por fim, Srªs e Srs. Senadores, é de extrema relevância destacar desta tribuna a importância da escola de educação especial como instrumento de inclusão social para pessoas com deficiência mental. Aliás, este foi o tema elencado pela Federação Nacional das APAEs como moldura da semana comemorativa.

Concluo, lembrando ainda que o direito ao transporte escolar das pessoas com deficiência mental na etapa do ensino fundamental constitui um direito inexorável.

Aproveito para cumprimentar o ilustre Senador Eduardo Azeredo, na condição de relator no início das atividades da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, por capitanear a realização do seminário "Acessibilidade em Debate: Passaporte para a Cidadania", programado para o período de 17 a 28 de outubro próximo, em Brasília.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o texto intitulado "Crise não inspira Chico Buarque", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 24 de agosto do corrente.

O artigo descreve a insatisfação do músico e escritor Chico Buarque de Holanda com a crise pela qual o Brasil está passando. O músico e escritor disse que "voltou a compor letras de música, mas não pretende criar um samba para o mensalão".

Sr. Presidente, requeiro que o texto acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise não inspira Chico Buarque

"Voltei a compor letras , mas não pretendo criar um samba para o mensalão", diz

Ubiratan Brasil
Enviado especial
PASSO FUNDO

A crise política ainda não é fonte de inspiração para o músico e escritor Chico Buarque de Holanda. "Voltei a compor letras de música, mas não pretendo criar um samba para o mensalão", brincou ele, que ontem à tarde chegou a Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, para receber o prêmio Zaffari & Bourbon de literatura, no valor de R$100 mil, por seu romance *Budapeste*. O prêmio foi entregue durante a 11.ª Jornada Nacional de Literatura. "O Brasil está com a alma ferida com o que está acontecendo, mas é bom que isso esteja ocorrendo." Chico disse que acompanha diariamente o noticiário das diversas CPIs e, por conta da série de revelações, ainda não conseguiu formular uma opinião sobre a crise. "Concordo com a Marilena Chauí que disse preferir o silêncio por não ter ainda o que dizer." Para ele, é importante que tudo seja revelado, pois muita coisa suja que estava escondida agora aflora. "Claro que estou triste com a realidade: gosto do Lula, votei nele e sua eleição foi o momento mais importante para a afirmação da democracia", comentou. "Só espero que tudo isso tenha algum proveito e não provoque apenas a alegria raivosa de quem não votou nele."

Chico contou que já compôs a letra de cinco músicas antes do surgimento dos escândalos e pretende continuar no processo de criação sem se envolver com a realidade. "Se fosse algo para divulgação imediata, talvez eu criasse alguma coisa. Não planejo isso, mas também não posso estar certo de que a situação não vá interferir na minha criação." Com o dedo mindinho da mão esquerda imobilizado devido a uma operação por conta de uma contusão no futebol, disse que, por ora, não pode tocar violão.

O retorno à música confirma a alternância que Chico Buarque mantém com a literatura. O revezamento surgiu depois que ele percebeu ter atingido a maturidade que julga necessária para a escrita. "Só escrevi *Estorvo* quando me senti preparado, caso contrário, seria desastroso." Chico observou que boa parte de sua obra musical foi composta na juventude, ao contrário da literatura, na qual só se arriscou mais tarde. "A literatura exige mais reflexão e menos arroubos", afirmou, lembrando os dois anos obsessivos pelos quais passou ao escrever *Budapeste*. "Aprendi que jogar fora escritas mal resolvidas também é escrever; na verdade, eliminar material ruim é sinal de boa escrita", brincou. ●

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para tratar da atual crise política e de suas conseqüências para o governo do Presidente Lula e para o Partido dos Trabalhadores. As inúmeras denúncias que vão se seguindo vêm aprofundando, cada vez mais, essa crise.

As revistas **Veja** e **Exame** dessa última semana continuam mostrando que a o momento é grave. O percentual de pessoas que confia no presidente Lula, pela primeira vez desde o início do governo, é menor do que o percentual de pessoas que não confia no presidente. Pela primeira vez, também, uma pesquisa mostra que o Presidente Lula não conseguiria vencer seu oponente nem no primeiro turno.

Assim, Sr. Presidente, é em função da atual crise que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quase parando

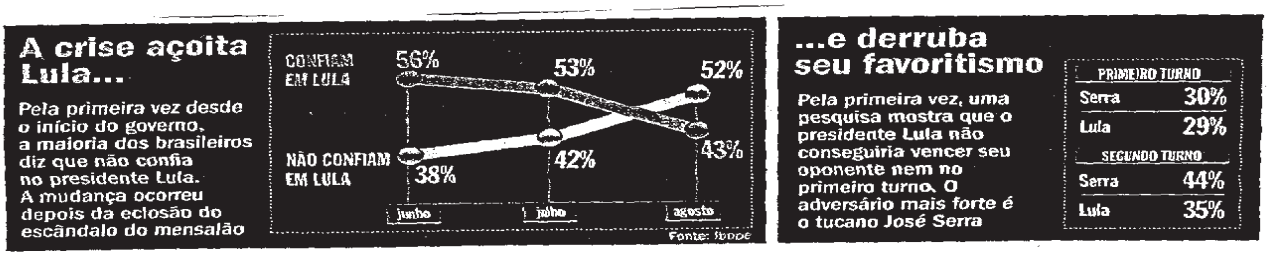
Na semana em que se compara a JK, Lula despenca 10 pontos na confiança popular

Em seus discursos diários, o presidente Lula tem feito questão de afirmar que, apesar do maremoto da crise, o governo funciona, o país segue em frente e as instituições mantêm-se sólidas. É natural que o presidente procure transmitir uma sensação de normalidade à sociedade, mas é incorreto dizer que o governo está em ritmo normal. Depois que a crise entrou em fase crônica, e especialmente depois que o ministro Antonio Palocci foi sugado para o centro dela, o Palácio do Planalto rendeu-se à paralisia administrativa e só reúne energias para tentar combater os desdobramentos das denúncias. Nas reuniões matinais de Lula com cinco ministros, introduzidas na reforma ministerial de julho, nunca se debateu um ato ou programa de governo. Fala-se só de formas para superar a crise. Dos 1 819 projetos no Orçamento, 1 219 não receberam um tostão neste ano. Ou seja: mais de dois terços dos programas federais não saíram do papel. Para contribuir com a letargia, o governo recebeu outra notícia paralisante: pela primeira vez, uma pesquisa mostra que a maioria dos brasileiros, 52%, não confia em Lula.

Os reflexos eleitorais do novo panorama são evidentes: se a eleição fosse hoje, Lula chegaria em segundo lugar já no primeiro turno, coisa que nenhuma pesquisa apontara até agora. Seu adversário mais forte é o tucano José Serra, prefeito de São Paulo. A pesquisa é ruim para o governo pelos números que exibe e pelo futuro que projeta. Com o governo atolado na crise, Lula tem feito tudo para, se não aumentar, ao menos preservar seu cacife eleitoral. Na semana passada, o presidente chegou ao extremo de estrelar uma cerimônia chinfrim de entrega de ambulâncias ao lado do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, um inimigo clássico do PT e um símbolo de traquinagens públicas tão emblemático quanto Paulo Maluf. Pelos dados da pesquisa, o esforço intenso de Lula para manter sua popularidade não tem produzido os resultados esperados.

No contexto de um governo que não anda e uma popularidade que cai, o presidente disse, em discurso no Planalto, que não pretende se suicidar como Getúlio Vargas nem renunciar como Jânio Quadros ou João Goulart — que, em verdade, foi deposto pelo golpe militar de 1964 — e comparou-se com o presidente Juscelino Kubitschek. "Crise, neste país, levou o Juscelino a ser mais achincalhado do que qualquer outro presidente da história deste país", improvisou Lula. Ombrear-se, ainda que de maneira forçada, àquele que é considerado o Pelé dos presidentes faz sentido do ponto de vista propagandístico. O problema é que, ao invocar JK, Lula faz paralelo entre situações incomparáveis. No tempo de JK, o Brasil não tinha instituições tão sólidas, o Ministério Público não fustigava os políticos e a imprensa andava a reboque de interesses eleitoreiros, dando voz a diatribes infundadas apenas para açoitar rivais políticos. Agora é diferente — e o mensalão já produziu recibos bancários, confissões de alguns protagonistas, fitas de vídeo... ■

João Gabriel de Lima



O CERCO DOS LOBISTAS A PALOCCI

O ministro renovou sua imagem em Brasília, mas não agiu com rigor para evitar que os velhos amigos usassem seu nome. Se algum deles aparecer, é o fim da linha

José Genoíno, Delúbio Soares e José Dirceu já tiveram seus momentos no centro da crise política que desmoralizou o PT e revelou o mais ousado desvio de dinheiro público da história do país. Na semana passada foi a vez de o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ser colocado no foco da crise. Vários fatores contribuíram para isso. VEJA *mostrou, com base em investigações feitas por promotores paulistas, que Rogério Buratti, seu ex-secretário de Governo na prefeitura de Ribeirão Preto, agenciava encontros de empresários com Palocci já ministro. À CPI dos Bingos, Buratti confirmou o que havia dito à polícia paulista: a empresa de limpeza urbana Leão&Leão repassava um mensalão de 50 000 reais à prefeitura de Ribeirão Preto na administração de Palocci. Com reportagem dos jornalistas Fábio Portela e Carina Nucci, de São Paulo, Policarpo Junior, de Brasília, e Lucila Soares, do Rio de Janeiro, o editor-executivo de* VEJA ***Marcio Aith*** *fez o relato que se segue, mostrando a situação de extrema delicadeza em que se encontra o ministro Palocci.*

MINISTRO CERCADO PELO LOBBY

Gravações liberadas pelo Ministério Público mostram que havia enorme agitação de aproveitadores em torno de Antonio Palocci, ministro da Fazenda. Atuais e ex-assessores viviam se falando sobre como colocar banqueiros e empresários em contato com o ministro com vistas a viabilizar negócios

DE OLHO NA PREVI (4/8/2004)

W - E aí é bom já planejar o futuro né? pro mês aí é..., se for o caso a PREVI!
R - É vamos fazer um balanço desse aí. Vai lá amanhã.
W - Tá e aí eu vou direto pra Ribertão, então nós sentamos lá em Ribeirão Preto
R - Isso.
W - Tem jeito de jantar hoje com "ele" ou não, lá?
R - Ah! Pode.
W - Ou não tem necessidade. Hem?
R - Acho que não tem necessidade não!
W - É melhor depois...,
R - É melhor depois. É melhor fazer a reunião e depois conversa.
W - Tá certo. Tá bom
R - Porque senão o jantar vai ficar meio que só esperando a reunião de amanhã né?
W - Tá bom. [illegible] do 15 (quinze) dias [illegible]

A SUSPEITA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nessa data, Vladimir Poleto (W), ex-funcionário de Palocci em Ribeirão Preto e consultor do Banco Prosper, comenta com Rogério Buratti (R) o interesse do banco em receber aplicações do maior fundo de pensão do país – a Previ. Para tanto, Poleto usava sua proximidade com o ministro

O QUE DIZ PALOCCI
Desconhece o assunto referente a essa conversa ocorrida entre terceiros

ENCONTRO DE NEGÓCIOS (27/7/2004)

O QUE DIZEM OS GRAMPOS

[illegible] e restaurante) e,
W- Lá deu certo, viu? O jantar foi legal lá, viu?
M- É?
W- É, consegui me infiltrar lá, sentei na primeira fila, depois entrei na área reservada lá, dei um abraço nele, falamos uns cinco minutinhos, foi bom, viu?
M- É? Pô legal.
W- Foi bom viu?, consegui falar com o Ademir também. Foi legal, domingo nós nos falamos.

V - Você encontrou com o doutor Wilney?, , doutor Wilney
M - Ahm?..., Ele está com uma idéia maluca lá, um negócio de trabalho que não queria falar por telefone, aí ele chegou na minha mesa, veio falar que tinha encontrado com o Palocci, que tinha conversado com o Palocci, tinha marcado umas coisas para amanhã, "ele está", escorregou, massageado.
V - Mas vem cá? ele te encontrou sem querer?
M - Sem querer.
V - Mas a caminho da casa dele?
M - É, do lado...,

VEJA revelou a Palocci os grampos e as suspeitas do MP em relação a ele. O ministro respondeu a cada uma das suspeitas. Além disso, fez o seguinte comentário:

"Foram oito meses de grampos e não se produziu uma prova sequer contra mim. Se surgir alguma evidência relatada por terceiros de que dessas tentativas de aproximação comigo resultou alguma ação do ministério ou do Banco Central a favor de quem quer que seja, eu saio do ministério no mesmo dia."

O MINISTRO E O BANCO (3/7/2004)

O QUE DIZEM OS GRAMPOS

... ser a agenda, né?
W - É, mas a agenda, o seu J tá aqui né? como é isso? A agenda quem, eles
R - Eu falei para o J ontem, que seria bom marcar, então vai ver que ele vai pro Rio ou alguma coisa assim e tá querendo juntar, né?
W - Ah, então é, mas é o chefe que quer falar direto com o Edson cai, cê acha...
R - Por telefone?
W - É, porque o Ademirson falou que era um recado, eu falei ô Ademirson você vai falar com o Presidente do banco e eu não posso saber o assunto? Ele falou, mas eu também não sei. Entendeu eu não sei se é o chefe ou se é o Rui, "junto", que por isso eu tô te ligando,...
R - É, eu não sei...
W - Ai, eu...
R - Eu almocei com o J e está tudo do jeito que nós conversamos!.
W - Então, então pode ser que chefe vai fazer a agenda, então é uma boa cama

A SUSPEITA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Vladimir Poleto (W) novamente atua em nome do Banco Prosper. Conta a Rogério Buratti (R) que o assessor do ministro, Ademirson da Silva, a pedido de Palocci, precisava do telefone de Edson Menezes, presidente do banco. A conversa e outros fatos revelam o estreito elo entre Poleto e Palocci

O QUE DIZ PALOCCI

Diz que viu Poleto três ou quatro vezes na vida e que jamais teve conversa, reunião ou tratou de qualquer assunto com ele

O EMPRESÁRIO E O SERPRO (20/7/2004)

O QUE DIZEM OS GRAMPOS

... Hã!
M - É um papel extenso, "inaudível", e tenho pensado muito nisso né?, então to compondo aí, estava conversando com o Carlos Eduardo, da gente de, produzisse em algum lugar sabe?
R - Hã! Hum, hum!Tá!
M - Eu agendei lá o, eu liguei ou mesmo lá na, com o cara lá tá
R - Hã, hã!
M - Na, na SERPO.
R - Ta bom! E deu certo?
M - Certo não, Tá agendado para agosto.
R - Ta bom!
M - Préci...

A SUSPEITA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O diálogo entre Rogério Buratti (R) e um interlocutor não identificado (M) traz à tona a figura de Carlos Eduardo Valente. Empresário muito amigo de Edson Menezes, do Prosper, Valente aproximou Palocci do banqueiro e tinha ótimas relações no Serpro, o órgão do governo que controla os dados sobre os gastos e a arrecadação federal e cujo nome, segundo o MP, foi transcrito incorretamente como Serpo

O QUE DIZ PALOCCI

Não sabe do que se trata.
Aconselha encaminhar perguntas ao Serpro

A SUSPEITA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A primeira conversa entre Wilney Barquete (W) e Marcelo Franzine (M), ex-diretores da Leão&Leão, comprova que Wilney se reuniu com o ministro Palocci em Ribeirão Preto. Em entrevista coletiva, Palocci sugeriu que esse encontro não ocorrera. Na segunda conversa, Marcelo (M) e uma secretária da Leão&Leão (V) sugerem que o encontro entre Wilney e o ministro não foi uma simples confraternização

O QUE DIZ PALOCCI

Não fez nenhuma reunião em Ribeirão Preto, Brasília ou qualquer cidade com Wilney Barquete desde sua posse como ministro da Fazenda

ELE OMITIU, MAS APARECEU

Na entrevista coletiva que concedeu no domingo passado, Palocci omitiu os contratos com a Leão&Leão que firmou quando era prefeito de Ribeirão Preto. Foi desmascarado pelo prefeito do Rio, Cesar Maia. Foram pelo menos oito. Apenas um com licitação: o de 41,6 milhões de reais para a coleta de lixo, válido até 2007

DAERP - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO

TERMO DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para execução de sistema integrado de limpeza pública, compreendendo a coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos existentes nas ruas e logradouros públicos abrangendo todo o município de Ribeirão Preto, operação, manutenção do aterro sanitário, implantação, operação e manutenção de unidade de tratamento de resíduos sólidos de serviços de saúde e operação e manutenção de usina de reciclagem que entre si fazem o DAERP-DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO e LEÃO & LEÃO LTDA.

... de um lado o D...

5.2. As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R$ 41.650.052,20 (quarenta e um milhões, seiscentos e cinqüenta mil, cinqüenta e dois reais e vinte centavos) resultante da proposta da contratada, integrante do presente contrato.

... e forma.

Ribeirão Preto 15, fevereiro de 2.002

24 DAERP
Proc.: 01-2005-007140-0
Enc.:

ISABEL FÁTIMA BORDINI
Superintendente
DAERP

CARLOS ALBERTO FERREIRA LEÃO
Vice - Presidente
Leão & Leão

"Ao saltar da prefeitura de Ribeirão Preto para o Ministério da Fazenda, em 2003, numa ascensão meteórica, Antonio Palocci tinha duas questões imediatas a resolver. A primeira, colocar a economia nos trilhos e provar que o PT podia governar o país. A segunda, impedir que personagens controversos, sabedores de histórias delicadas de suas gestões como prefeito, dinamitassem sua imagem. Palocci cuidou da primeira tarefa com desenvoltura, brilho e competência. Transformou-se na surpresa positiva de um partido que hoje desmorona a céu aberto. Nesse processo, tornou-se um homem público reverenciado no Brasil e no exterior como guardião da ortodoxia financeira e da sensatez. Palocci, no entanto, nunca conseguiu resolver a contento a segunda questão. Buratti é a prova viva e falante disso. A reportagem que VEJA traz nesta edição apresenta outras evidências de que personagens do passado continuam orbitando o ministro, valendo-se da decantada elegância de gestos de Palocci mas também do conhecimento de fatos que potencialmente poderiam danificar sua imagem e carreira. VEJA falou com diversos desses personagens e teve acesso a horas e horas de gravações em que eles aparecem se vangloriando de acessos privilegiados a assessores diretos de Palocci — e de encontros fortuitos e casuais com o próprio ministro.

O salto da obscuridade para o centro do poder federal e para a ribalta das finanças mundiais não livrou o ministro das sombras do passado municipal. Ele saiu de Ribeirão Preto, mas Ribeirão Preto não saiu totalmente dele. Alguns amigos do passado ganharam cargos. Outros ficaram vagando pela capital oferecendo serviços e buscando oportunidades de negócio. Sempre, é claro, com o governo entrando como pagador. Alguns amigos lembraram ao círculo íntimo de Palocci as lealdades dos tempos da prefeitura. Outros conseguiram encontrar fragilidades nesse círculo e até furaram o bloqueio. Palocci teve duas reações. A primeira foi evitar dar uma vassourada nesses personagens de modo a tirá-los de sua volta. Isso não é do seu estilo. Preferiu fingir que o assédio deles se dava apenas pelo hábito da convivência antiga. A segunda reação foi, aparentemente, cuidar para que todos os pleitos desses personagens que só poderiam prosperar com sua ajuda não fossem adiante. Palocci disse a VEJA que renuncia imediatamente se se provar que a ajuda dele ou de qualquer órgão ligado a seu ministério — incluindo o Banco Central — foi instrumental para o progresso de algum empreendimento dos personagens que insistiam em orbitar a sua volta. Foi essa a estratégia possível a Palocci. Pode não ter sido a melhor. Os amigos e conhecidos do ministro montaram na capital, durante algum tempo, um sistema paroquial e informal de influência política incompatível com o novo mundo que se abrira para o ministro. Mesmo que não se prove que eles prosperaram pela ação direta e positiva de Palocci, sempre pesará sobre ele o constrangimento pela desenvoltura da turma de Ribeirão Preto.

Até a semana passada, sabia-se que os antigos assessores de Palocci intermediavam encontros do já ministro com a Leão&Leão, a principal empresa da máfia que fraudava licitações de coleta de lixo em municípios paulistas e mineiros. O que se descobre agora é que outras empresas se aproximaram de Palocci usando, para isso, seus antigos colaboradores. Um deles é o grupo Peixoto de Castro, controlador do Banco Prosper, instituição financeira de porte médio cujo principal executivo, Edson Menezes — também conhecido como "gigante" —, preside a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em uma interceptação telefônica, VEJA mostrou, em sua edição anterior, que Menezes se encontrara com o ministro no Rio usando, como canal, Buratti e Vladimir Poleto, ex-funcionário da Secretaria de Finanças de Ribeirão Preto.

Em sua entrevista coletiva há uma semana (falaremos um pouco mais sobre ela logo adiante), o ministro admitiu ter se encontrado com Menezes apenas em Brasília, numa reunião agendada, segundo ele, pelas vias oficiais. Disse também ter recebido Menezes apenas na condição de presidente da bolsa.

Talvez por esquecimento, Palocci omitiu o segundo encontro, no Rio, relatado por VEJA. Mas isso importa menos. O que Palocci deixou de explicar é que Menezes fora o responsável pela solução de um de seus maiores dilemas pessoais: em 2004, o executivo do Prosper colocou na sua folha de pagamento dois homens que eram verdadeiros arquivos da gestão de Palocci em Ribeirão Preto: Ralf Barquete, falecido no ano passado, e o seu braço-direito, o já citado Poleto.

> Nos tempos em que Palocci era prefeito, ocupavam, respectivamente, a Secretaria da Fazenda e a chefia da Contadoria da prefeitura de Ribeirão Preto.

Cargo$ importantes. Depois de um périplo por Brasília que deixou Palocci de cabelo em pé, ambos foram contratados como "consultores" do Banco Prosper e mandados para o Rio com uma missão bem simples: abrir portas no governo. Conseguiram? Não existem provas inequívocas disso. Tentaram envolver o ministro? Disso não há dúvida.

Além das visitas, telefonemas, audiências e contratos, descobriu-se que a relação entre Palocci e Buratti era mais profunda do que ambos admitiram até agora e chegava aos momentos de descanso e lazer. Em Brasília, até fevereiro do ano passado, os dois se encontravam numa bela casa do Lago Sul, a região mais nobre da capital federal. Nessa casa, Palocci e Buratti, junto com outros amigos de Ribeirão Preto, faziam reuniões sociais, churrascos, jogavam tênis e passavam horas de lazer — em geral, nas noites de quarta-feira e sábado. A casa tem dois andares, 700 metros quadrados, quatro suítes, salão de jogos, piscina, churrasqueira e — essa era a exigência principal — quadra de tênis de piso sintético. O ministro Palocci joga tênis. A quadra era tão crucial que a primeira opção de aluguel foi por outra casa, também no Lago Sul, mas que não tinha a quadra de tênis, e seu proprietário, o diplomata Jorge Geraldo Kadri, não aceitou que os inquilinos a construíssem. Então, a escolha acabou recaindo sobre a casa de dois andares que já tinha a tal quadra de tênis. Hoje, essa casa, já desocupada pelos amigos de Ribeirão, abriga a Embaixada do Zimbábue.

Na semana passada, já circulavam em Brasília comentários de que a turma de Ribeirão Preto, o ministro incluído, mantivera uma casa para recreação em Brasília. Por isso, durante seu depoimento à CPI, Buratti chegou a ser perguntado se alugara um imóvel no Lago Sul. Buratti respondeu que não. Falou a verdade. A casa foi alugada por Vladimir Poleto. O aluguel foi feito em junho de 2003, ao preço de 10 000 reais mensais. O dono do imóvel, o advogado Luiz Antônio Guer-

ra, conta que Poleto se apresentou como empresário que estava se mudando de Ribeirão para Brasília e não traria a família. Poleto visitou a casa, gostou e quis fechar o negócio. Como não tinha avalista, porque dizia não conhecer ninguém na cidade, propôs pagar adiantado os seis primeiros meses do aluguel. "Achei a proposta bem razoável", lembra o proprietário. Na hora de assinar o contrato, Poleto não apareceu com um cheque ou ordem de pagamento. O adiantamento foi pago em dinheiro vivo: 60 000 reais, acondicionados numa valise, em maços de notas de 50 e 100 reais, com cinta de banco, cujo nome o advogado não lembra. Poleto pagou, pegou as chaves e disse que, em princípio, residiria na casa durante um ano.

A mansão nunca foi usada para moradia. O aluguel foi assinado por Poleto, mas o imóvel era usado por toda a turma de Ribeirão. Ali, eles se reuniam com empresários, organizavam festas e promoviam eventos para os amigos do poder. VEJA entrevistou uma personagem que conheceu a rotina da casa, mas pediu para manter sua identidade em sigilo. A fonte diz que a lista dos freqüentadores mais assíduos era composta do ministro Palocci e seu pessoal: Ademirson Ariovaldo da Silva, seu secretário particular, Juscelino Dourado, seu chefe-de-gabinete, o falecido Ralf Barquete, além, obviamente, de Buratti e Poleto. Quando visitava a mansão, o ministro costumava entrar pelos fundos, onde existe apenas uma pista discreta de acesso. Por ali, há um portão de ferro, acionado por controle remoto e vigiado por câmeras de segurança. Essa entrada dá acesso direto à área de lazer, onde estão a quadra de tênis e a churrasqueira. Muros de 3 metros de altura garantem a privacidade interna. A casa só foi desmontada no início de 2004, quando estourou o escândalo do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, flagrado extorquindo o empresário de jogos Carlos Cachoeira. Poleto, então, ligou para o dono da casa e informou que teria de se mudar com urgência para o Rio de Janeiro, sede do Banco Prosper.

Na semana passada, VEJA perguntou ao ministro Antonio Palocci se ele já tinha freqüentado a mansão alugada por Poleto ou jogado tênis lá. Por meio do jornalista Marcelo Netto, seu assessor de imprensa, o ministro mandou dizer que não responderia à indagação de VEJA.

> Os auxiliares do ministro — o secretário particular Ademirson da Silva e o chefe de gabinete Juscelino Dourado — não retornaram as ligações de VEJA. Vladimir Poleto não foi localizado. Sobre ele, uma curiosidade final. Em sua última declaração apresentada à Receita Federal; Poleto informa que sua renda anual foi de 20 000 reais. Conclui-se que, para conseguir os 60 000 reais com que pagou adiantado seis meses de aluguel da mansão, Poleto ficou três anos trabalhando sem gastar um único tostão.

O ministro Palocci sustenta em sua defesa que receber pessoas não prova atos ilícitos. Além disso, afirma que seus ex-assessores foram grampeados por oito meses pelo Ministério Público de São Paulo sem que seu nome fosse envolvido em malfeitorias. Palocci tem razão quando fala das tentativas de negócios que prosperaram à sua volta. Até o momento, os grampos só mostraram muita agitação de seus ex-assessores. Mas há pelo menos três pontos que já podem ser divisados com nitidez:

1. Ex-assessores de Palocci vendiam o acesso ao ministro.
2. O ministro chegou a receber pessoas indicadas por seus ex-assessores.
3. Ele nunca deu um basta definitivo nas tentativas de negócio de seus colaboradores.

São situações de tirar a tranqüilidade de um ministro da Fazenda — cargo que, como disse um dos ocupantes, o economista Mário Henrique Simonsen, morto em 1996, não comporta um titular sob ataque ("Não existe ministro da Fazenda forte ou fraco. Existe ministro da Fazenda. Ponto.") ■

veja ON-LINE A cronologia da crise em www.veja.com.br

ATAQUE À FORTALEZA DE LULA

O ministro Antonio Palocci representa o lado bom do governo Lula. Por isso, as denúncias contra ele aprofundam — e muito — a crise

Gustavo Paul e José Roberto Caetano

A GESTÃO PALOCCI

A melhora dos indicadores econômicos nos últimos dois anos mostra por que ele é o ministro preferido do mercado financeiro

INDICADORES	2002	2005
RISCO-PAÍS*	1 446	409
EXPORTAÇÕES (em bilhões de dólares)	60	117*
CRESCIMENTO DO PIB	1,8%	3%*

(*) 31/12/02 (2) 22/5/05 (3) Previsão

Nos últimos dias, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva viveu emoções extremas — em apenas 48 horas, a equipe de Lula alternou momentos de puro pânico e de profundo alívio. O episódio deflagrado na sexta-feira, 19 de agosto, com as denúncias de corrupção envolvendo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tornou mais concreto um cenário que muita gente vinha se recusando a considerar possível — a troca de comando na economia. A simples hipótese de que Palocci pudesse se ver obrigado a deixar o governo foi suficiente para instaurar um princípio de crise no mercado financeiro, situação inédita nos últimos três

anos. A pronta resposta do ministro, com a convocação de uma entrevista coletiva para rebater todas as acusações que lhe foram feitas, trouxe de volta a calma aos mercados — pelo menos até o dia 23, data de fechamento desta edição de EXAME. "Por enquanto as coisas estão novamente mais tranqüilas, embora seja nítido um aumento da volatilidade nos mercados", diz Celso Toledo Neto, analista econômico da MCM Consultores.

O peso descomunal de Palocci no governo Lula explica o nervosismo dos últimos dias. Ele aparece como o guardião do único trunfo que o governo do PT tem para mostrar à sociedade, após mais de dois anos de governo — a estabilidade da economia. Não é pouca coisa. As denúncias feitas pelo ex-assessor Rogério Buratti foram as mais graves desde o início da crise política, há três meses — pelo simples fato de atingir o homem que se tornou o principal pilar de sustentação do governo. Palocci vem desempenhando na gestão Lula funções bem mais amplas que a de ministro da Fazenda. Especialmente depois da queda de José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil, ele assumiu o papel de um dos mais influentes conselheiros do presidente, uma rara voz de bom senso no tratamento das freqüentes crises políticas que estremecem o governo. Sua saída, portanto, representaria mais do que uma simples troca no timão da economia. "O Palocci é o bastião da estabilidade também por sua força", afirma Toledo. "Caso seja substituído, dificilmente seu sucessor terá o mesmo trânsito."

Fontes: J.P.Morgan, MDIC e IBGE

O próprio desempenho do ministro perante os jornalistas evidenciou a fantástica distância que separa o titular da economia de todos os demais protagonistas da crise — incluído o próprio Lula. Em três meses de imbróglio, nenhuma autoridade federal ou dirigente do PT agiu de forma tão ágil e transparente. Enquanto a maioria preferiu se esquivar de perguntas embaraçosas, Palocci fez o que faria um ministro de Primeiro Mundo — diante de dúvidas lançadas contra ele, prestou esclarecimentos à sociedade. Poucas horas depois da entrevista, o Palácio do Planalto comemorou o desempenho do ministro como a vitória em um jogo de futebol e um alento à carcomida estrutura de governo. "A resposta do Palocci mostrou, primeiro, a segurança de uma pessoa inocente e, segundo, a segurança de um homem que sabe que não vai permitir, em hipótese alguma, que a economia brasileira sofra qualquer abalo", disse o presidente em seu programa quinzenal de rádio. A ironia é que o sucesso de Palocci termina por diminuir a importância do próprio Lula — pela inevitável comparação com sua tibieza diante da crise. Vencedor do primeiro round de uma luta que promete outros lances, Palocci consolidou-se como o único estadista de um governo cada vez mais fraco. Durante a entrevista, fez questão de salientar avanços econômicos obtidos em gestões passadas — relembrando a todos que o mundo não começou com a vitória de Lula. Também se disse "substituível" no comando da Fazenda, buscando reforçar a importância não das pessoas, mas das instituições. Guardadas todas as proporções, desempenhou um papel semelhante ao de Alan Greenspan à frente do banco central americano. "Ele soube fazer a distinção entre governo e país, algo raro na política brasileira", afirma o analista político Antonio Marcos Umbelino Lobo. "Além de acalmar os ânimos, isso cria pontes com a oposição."

A habilidade de Palocci como político, aliás, é uma faceta menos conhecida, mas cada vez mais importante. Desde julho, ele praticamente trocou o amplo gabinete no 5º andar do Ministério da Fazenda pela vizinhança do gabinete presidencial. A agenda oficial do ministro, distribuída por sua assessoria, mostra que nas últimas semanas ele tem se dedicado a "reuniões no Palácio do Planalto". A gestão da economia é o que menos tem preocupado o ministro — até porque os números mais recentes têm sido muito bons. A atuação política consome a maior parte de seu tempo. "Palocci sempre teve um papel importante no governo, mas agora aumentou seu espaço político e sua proximidade com o Lula", diz um interlocutor do presidente da República. Não foram poucas as crises em que atuou como bombeiro. Hábil negociador, Palocci é considerado o melhor interlocutor do governo com a oposição, e vem se esforçando para conquistar aliados. "Nós, da oposição, temos uma relação de confiança com ele", diz o senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE).

Outro ponto a favor do ministro diz respeito ao time que montou na Fazenda. Ao contrário do que fizeram muitos de seus pares na Esplanada dos Ministérios, Palocci não desmontou a equipe que herdou de Pedro Malan. Manteve nomes importantes, como o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, e o da Receita Federal, Jorge Rachid, e trouxe outros reforços de peso, como o economista Marcos Lisboa. "Ele formou uma equipe com um padrão muito bom, escolhendo pessoas por meio de critérios técnicos, e não políticos", diz Roberto Troster, economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Os resultados dessa opção são evidentes — a economia é, de longe, a melhor área do governo, uma espécie de oásis num deserto de incompetência. Alguns números bastam para ilustrar os acertos em sua gestão. O risco-país, medida de confiança na economia brasileira, caiu de 1 446 pontos no final de 2002 para os atuais 409. Isso se traduz em mais de 10 pontos percentuais a menos de juros a ser pagos por ano numa captação externa. As exportações quase dobraram no período — subiram do patamar de 60 bilhões de dólares para 117 bilhões. O PIB cresceu menos de 2% em 2002 e ficou estagnado em 2003. No ano passado, a expansão foi de quase 5%. Para este ano, estima-se um crescimento de cerca de 3%. "Havia tempos não se via um cenário econômico tão positivo, que combina bons números tanto no front interno quanto no externo", diz Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

O fato de contar com bons quadros traz outro benefício ao ministro, especialmente em momentos de crise — a possibilidade de ter à mão um bom nome para substituí-lo. Uma eventual saída de Palocci certamente traria problemas sérios ao governo, mas pelo menos já se antecipa a opção pelo secretário executivo Murilo Portugal nesse caso. Trata-se de um técnico de competência reconhecida, além de ser um ardoroso defensor da política econômica atual. Seu nome funcionaria como antídoto aos temores de uma guinada populista em fins de mandato — guinada que tem sido negada pelo próprio presidente em diversas ocasiões. Por via das dúvidas, a equipe econômica já começa a trabalhar com a hipótese de reforçar os pilares da política econômica. Embora a meta de superávit fiscal seja de 4,25% do PIB, o resultado do primeiro semestre foi de 6,4%, recorde histórico. É provável que o governo continue a perseguir, ainda que informalmente, um número acima do previsto.

Médico sanitarista de 44 anos, Palocci era apenas uma liderança regional do PT — foi duas vezes prefeito de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo — até janeiro de 2002, quando Celso Daniel, prefeito de Santo André e coordenador da campanha presidencial de Lula, foi assassinado. Palocci foi escalado para substituí-lo como coordenador da campanha — e com a vitória do PT foi convidado por Lula para comandar a Fazenda. De lá para cá, tornou-se quase uma unanimidade nacional — o quase fica por conta da ferrenha oposição que enfrenta em seu próprio partido, que o considera um traidor pela opção que

fez em termos de política econômica. É, inquestionavelmente, o principal nome da equipe de Lula — e, por isso mesmo, acaba funcionando como último anteparo ao próprio presidente. Se perder Palocci, o período final do governo Lula se tornará ainda mais imprevisível. "E, a esta altura, tudo o que se quer é um mínimo de previsibilidade", diz Toledo. ■

Com reportagem de Roberta Paduan

No Portal EXAME, veja cobertura sobre o envolvimento de Palocci na crise política

O QUE APRENDER COM OS ERROS DE LULA

Especialistas apontam os cinco pecados capitais do presidente na gestão da crise política

Malu Gaspar

Se fosse o principal executivo de uma empresa em crise, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria em sérios apuros — possivelmente sob risco de demissão, dado o histórico de erros cometidos desde a eclosão do escândalo do mensalão. Qualquer negócio ou país está sujeito a passar por dificuldades. A diferença entre um bom e um mau líder está em como reage a esses abalos. A história empresarial está repleta de exemplos de presidentes que aproveitaram as crises não apenas para salvar a credibilidade de sua organização como, em alguns casos, para ganhar mercado e melhorar sua imagem diante da opinião pública. "Na hora de enfrentar os problemas, credibilidade é tudo, tanto na política como na administração", diz Ramiro Prudêncio, diretor da consultoria Burson-Marsteller no Brasil. "Há muito o que aprender com os erros de Lula."

Nas últimas semanas, EXAME foi buscar a opinião dos mais importantes especialistas em gestão de crise do país. Eles identificam cinco erros centrais do presidente Lula na condução da crise — todos facilmente evitáveis. Para esses especialistas, a entrevista coletiva concedida pelo ministro Antonio Palocci logo depois das denúncias de seu ex-secretário, Rogério Buratti, serviu como contraponto à ação de Lula até agora — de certa forma, Palocci fez exatamente o que Lula deveria ter feito. "Ele mostrou que não adianta fazer vista grossa, porque a crise não desaparece", diz Prudêncio. Para quem pretende aprender com os equívocos do presidente, no entanto, é preciso atentar para a mais poderosa das lições. "Uma boa gestão de crise só funciona quando não se tem nada a dever", diz Eduardo Prestes, da Fundação Getulio Vargas. "Caso contrário, tudo o que se conseguirá é diminuir prejuízos."

ERRO 1
Não solucionar um problema que pode virar uma crise

O primeiro erro de Lula foi não atentar para uma série de evidências de problemas que se acumulavam em seu governo. A primeira delas foi o vídeo que mostrou o ex-assessor parlamentar Waldomiro Diniz pedindo propina a um dono de casas lotéricas para pagar despesas de campanhas do PT — além, é claro, de reivindicar uma porcentagem para o próprio bolso. A segunda evidência veio da boca do deputado Roberto Jefferson, que afirma ter avisado o presidente sobre a existência do mensalão em duas ocasiões. Naquela época, a opinião pública nada sabia sobre a existência de um esquema de corrupção envolvendo quadros do PT e o publicitário Marcos Valério. Com uma ação rápida, a crise poderia ser minimizada.

"A maior parte das crises é previsível e tem origem em problemas latentes", diz Prudêncio. "Talvez o fato de o caso Waldomiro ter terminado sem abalo tenha favorecido a percepção de que estava tudo resolvido." A história empresarial recente é plena de episódios semelhantes. Em 1994, por exemplo, a Intel, maior fabricante mundial de chips, pagou caro por ignorar sinais evidentes de uma crise em formação. A empresa descobriu uma falha num chip do microprocessador Pentium que só se manifestava uma vez a cada 27 000 anos-luz de uso contínuo. O então presidente, Andy Grove, optou por usar a tática do avestruz: simplesmente fingiu que o problema não existia e continuou a vender seus chips. A falha, porém, foi descoberta por uma comunidade na internet e divulgada pela mídia. A Intel teve de recolher centenas de milhares de peças, registrando prejuízo de 475 milhões de dólares.

ERRO 2
Demorar a admitir a existência de uma crise já instalada

"A primeira reação de um líder é negar problemas em sua organização", diz Prestes, da Fundação Getulio Vargas. "Afinal, se ele chegou ao topo cheio de méritos, por que agora estaria errado?" Admitir a crise e reagir imediatamente nem sempre é fácil, mas trata-se de uma espécie de mandamento para quem é afetado por denúncias. "Ao demorar para reagir, Lula quebrou uma regra importante — quando você é visto como um problema, tem que se apresentar rapidamente como parte da solução", diz Prestes. A crise política foi desencadeada em meados de maio, quando eclodiram as primeiras denúncias de corrupção nos Correios. Ao ser abordado, o presidente Lula reagiu com ironia: "Olha para a minha cara para ver se estou preocupado". A primeira entrevista sobre o tema só foi dada dois meses depois, em julho, a uma jornalista freelancer de uma TV francesa — numa tentativa clara de fugir

de perguntas incômodas. Novamente, a saída foi tentar negar — ou pelo menos minimizar — os problemas. "O que o PT fez é o que é feito no Brasil sistematicamente. Não é por causa do erro de um dirigente ou outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção", disse Lula.

Erro semelhante ao de Lula foi cometido pela Nike, maior fabricante de artigos esportivos do mundo, em 1995. Na época, a empresa foi acusada de negociar com fornecedores asiáticos que utilizavam mão-de-obra infantil em suas fábricas. A cotação das ações da Nike despencou. A empresa, no entanto, passou um ano tentando mostrar que não tinha responsabilidade sobre o caso. Só quando decidiu constituir uma comissão independente para revisar todos os contratos e estabelecer parâmetros para seus fornecedores a Nike começou a sair da crise.

Já a reação da Petrobras à crise provocada pelo afundamento da plataforma P-36 é apontada como exemplar. Assim que foi avisado sobre o acidente, o então presidente da empresa, Henri Reichstul, transferiu-se para Macaé para conhecer as circunstâncias do acidente, reforçou a equipe de jornalistas para prestar contas ao público e pediu desculpas pelo ocorrido pessoalmente aos parentes das vítimas.

ERRO 3

Encobrir informações sobre a crise

Nos últimos quatro meses, esconder informações do público mostrou-se um péssimo negócio. Vários dos personagens que tentaram encobrir fatos acabaram desmentidos, muitas vezes em poucas horas. Foi o que ocorreu com o ex-presidente do PT José Genoíno ao negar conhecer o empréstimo feito ao partido pelo banco BMG com aval de Marcos Valério. Diante da divulgação do documento, assinado por ele, teve de voltar atrás. Já o ex-ministro José Dirceu afirmou só ter se encontrado com Valério em eventos sociais — mas sua agenda na Casa Civil mostrava o contrário. Por enquanto, é difícil saber exatamente quanto Lula sabia de todo o escândalo — a estratégia do governo tem sido tentar isolá-lo de tudo. Mas são crescentes as suspeitas de que nem tudo tem sido levado a público. Um exemplo: o ex-líder do PL Valdemar da Costa Neto confessou ter negociado, em 2002, apoio do partido à candidatura petista em troca de 10 milhões de reais numa reunião no apartamento do deputado Paulo Rocha, do PT. Valdemar, que renunciou ao mandato, disse que Lula estava no apartamento e sabia dos termos da negociação. O anfitrião Paulo Rocha confirmou a presença do presidente no encontro. Até agora Lula não explicou se sabia ou não da negociação.

O caso que levou à falência da gigante americana Enron tornou-se um exemplo clássico de ocultação de escândalos no mundo empresarial. Os executivos da companhia imaginaram que fraudes nos balanços poderiam esconder os problemas financeiros e animar investidores. Quando a verdadeira situação tornou-se pública, já era tarde demais para qualquer plano de recuperação. Outro caso foi o da gigante dos seguros MetLife, acusada em 1993 de ludibriar clientes ao vender seguros de vida disfarçados de planos de previdência. A empresa negou saber da prática de seus corretores, mas as investigações mostraram que os executivos não apenas tinham conhecimento como eles próprios ensinavam aos corretores a melhor maneira de enganar os clientes. Em 1999, a MetLife concordou em pagar mais de 2 bilhões de dólares em multas e indenizações.

ERRO 4

Comunicar-se de maneira equivocada

"Diante de uma crise, um político ou um alto executivo precisa saber se comunicar de acordo com a seriedade do momento", diz o professor Gaudêncio Torquato, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Desde a eclosão do escândalo em Brasília, a comunicação de Lula tem sido errática. Depois de dizer, no início de junho, que o governo "cortaria na carne" e não acobertaria ninguém, o presidente decidiu partir para o desafio. "Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito", disse. O tom desagradou boa parte da opinião pública, que esperava mais humildade diante de tamanha crise. A frase seria repetida outras vezes, até o discurso do dia 12 de agosto, quando Lula, de cabeça baixa e apoiando-se num discurso escrito, pediu desculpas à nação e disse ter sido traído. O pedido de perdão, porém, soou pouco convincente à maioria pela falta de ênfase e de informações objetivas.

Para Prudêncio, da Burson-Marsteller, é preciso tomar cuidados especiais quando é o presidente quem fala — caso contrário, a opção pode se mostrar desastrosa. Foi o que viveu a Exxon, empresa americana do setor de petróleo. Meses após o derramamento de 42 milhões de litros de óleo no mar do Alasca, em 1989, o presidente do conselho de administração, Lawrence Rawls, decidiu finalmente ir à TV prestar contas à sociedade. Levou um dossiê de 400 páginas sobre a tragédia. Quando a apresentadora perguntou o que havia no relatório, ele respondeu: "Acho que você não entende bem o papel de um presidente. Eu não leio esses informes, tenho quem faça isso por mim". A atitude de pouco-caso diante do ocorrido manchou ainda mais a imagem da empresa — e o acidente custou à Exxon 8 bilhões de dólares só em multas e indenizações.

ERRO 5

Não ter um plano para enfrentar a crise

Ter um plano de contingência previamente preparado foi essencial para que a empresa de aviação Northwest Airlines pudesse enfrentar uma greve de seus mecânicos nos Estados Unidos. A greve começou em 20 de agosto, mas até agora a empresa tem conseguido evitar atrasos e cancelamentos de vôos graças à contratação de força de trabalho terceirizada. Os clientes têm sido informados de tudo e sempre tranqüilizados de que não incorrerão em prejuízo. A lição da Northwest é simples — para lidar com uma crise, é preciso montar uma operação especial, que dure o tempo necessário para que as coisas voltem ao normal.

Nada semelhante foi pensado pelo governo Lula. Desde o início da crise, o que se viu foi o contrário: Lula perdeu boa parte de sua equipe de colaboradores mais próximos. O secretário de Comunicação, Luiz Gushiken, alvejado pelas denúncias, perdeu o cargo. O ministro José Dirceu também teve de sair. Um de seus auxiliares mais fiéis, o ministro Aldo Rebelo, foi outro a abandonar o governo. Segundo os especialistas, Lula deveria ter montado um comitê gestor da crise. Algo semelhante ao que fez o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso durante o apagão. Na crise de energia, o governo anterior deslocou o ministro Pedro Parente para que cuidasse exclusivamente do problema. Os especialistas são unânimes em afirmar que essa decisão minimizou o transtorno causado à população. Por enquanto, Lula segue com a mesma estrutura operacional do período pré-crise. Troca idéias com alguns auxiliares, como Palocci e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, mas não tem nada semelhante a um órgão de gestão da crise. O resultado da má operação tem sido o desencontro de informações entre as figuras mais importantes do Executivo — por exemplo, no anúncio de Lula de que a crise poderia afetar a economia, feito poucos dias antes de Palocci afirmar exatamente o oposto —, passando a impressão de um time pego de surpresa pelas denúncias. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta tribuna para dar continuidade aos registros que venho fazendo sobre a crise política que se abateu sobre o governo do Partido dos Trabalhadores e as suas conseqüências até o momento.

A revista **Época** do último dia 29 de agosto do corrente publicou uma série de matérias mostrando, por exemplo, que os fundos de pensão das estatais perderam, sistematicamente, apostas no mercado financeiro, por meio de operações que teriam sido forjadas.

Assim, pela oportunidade do assunto, requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam dadas como lidas e consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

(CVM) e pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), eles participaram de uma cascata de operações financeiras forjadas, todas guardando grande semelhança entre si no mercado futuro de índices. A lista dos envolvidos parece desfile da CPI dos Correios. Um dos nomes que mais aparecem é o de José Carlos Batista, de 49 anos, um operador de mercado sem emprego fixo, alvo de inquéritos na CVM. Dissimulado, ele anda num Gol verde e mora em Santo André, num apartamento de classe média que fica em nome de um amigo para evitar o arresto de seus bens. Nesta semana, Batista tem depoimento marcado em duas CPIs, na dos Correios e na do Mensalão.

Batista é o misterioso sócio da Garanhuns, uma empresa de fachada cuja sede fica num terreno baldio da Grande São Paulo. Ela recebeu R$ 10 milhões das empresas de Marcos Valério no Banco Rural e repassou o dinheiro ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto. A Garanhuns foi criada em 1999 por Lúcio Bolonha Funaro, um especulador profissional muito conhecido em São Paulo. Aos 32 anos, Funaro tem patrimônio declarado de R$ 12 milhões, circula em carros de luxo e aluga helicóptero nos fins de semana para visitar fazendas de amigos. Uma de suas especialidades é ganhar dinheiro dos fundos de pensão.

Outro nome forte na farra dos fundos é o da Bônus-Banval, que já se envolveu em vários escândalos. No ano passado, foi expulsa da BM&F depois de operar além de sua capacidade financeira. Recentemente, descobriu-se que a Bônus-Banval é um dos agentes do mensalão. Na corretora foram parar R$ 3,5 milhões de Marcos Valério, cujo destino era serem distribuídos entre políticos. "Conheci o pessoal *(os donos da Bônus)* por intermédio de Delúbio Soares e do deputado José Janene *(líder do PP na Câmara)*", disse Marcos Valério a ÉPOCA. "Ficamos amigos, até emprestei dinheiro a eles num momento de dificuldades. Depois, eles devolveram." Enilton Quadrado, um dos sócios da corretora, disse em depoimento à Polícia Federal que Marcos Valério ofereceu ajuda para fazer negócios como "aplicações de excelente qualidade com diversos fundos de pensão". Valério nega.

As operações chamaram a atenção da BM&F e da CVM no ano passado, que começaram as investigações antes de o escândalo de corrupção estourar. A Secretaria de Previdência Complementar também investiga os fundos. E, mais recentemente, o Coaf, repartição pública que investiga a lavagem de dinheiro, recebeu informações com a movimentação extraordinária de dinheiro entre fundos de pensão e empresas de paraísos fiscais. A CVM confirma a existência de processos que envolvem fundos de pensão, mas informa que não pode dar detalhes, pois as investigações são sigilosas. Os fundos de pensão negam saber de qualquer investigação e dizem que não cometeram irregularidades. Batista e Funaro também negam envolvimento em operações ilícitas.

Os fundos de pensão são entidades criadas para cuidar da poupança de trabalhadores que não querem depender do INSS na aposentadoria. O funcionário contribui com um pedaço do salário todo mês e, na maioria das vezes, a empresa também deposita alguma coisa. Os diretores dos fundos são escolhidos com a missão de administrar o dinheiro com máxima eficiência, de maneira que não faltem recursos na hora de pagar as pensões. A suspeita é de que, nos casos levantados pela CVM e pela Secretaria de Previdência Complementar, os responsáveis pelos fundos se bandearam para o lado dos especuladores. Isso já aconteceu muitas vezes em troca de suborno e suspeita-se que também ocorra por ingerência política. A desconfiança corrente nas CPIs é que o dinheiro perdido pelos fundos seja rateado entre especuladores e políticos.

O esquema correu solto desde 2003 dentro da BM&F, onde se fazem aplicações financeiras em tendências do mercado de dólar, juros e ações. Pelo que se apurou até agora, os fundos de pensão faziam apostas num produto financeiro conhecido como índice Bovespa. Neste mercado, há duas opções. Um lado dos investidores acredita na alta da bolsa e compra contratos futuros de índice. Quem aposta na baixa, por outro lado, vende contratos. Na data final da operação, por exemplo, se a bolsa subiu, ganhou quem comprou. Foi nesse mercado em que operações foram simuladas – ou seja, a BM&F e a CVM suspeitam que os fundos optaram de propósito pelo lado perdedor. Ao final, o prejuízo ficava sempre com as fundações e o lucro com os especuladores do mensalão e empresas em paraísos fiscais (offshore). A tática tinha dois objetivos: arrancar dinheiro dos fundos de pensão e levar os recursos para fora do país. A simulação da aposta no mercado financeiro servia para justificar a saída do dinheiro dos fundos. No mercado financeiro esse tipo de golpe é muito popular, até pela dificuldade que é incriminar os responsáveis. Como as operações na BM&F são muito complicadas e todo dia há gente ganhando e perdendo milhões, quando alguém é apanhado em delito financeiro costuma se defender dizendo que errou na hora de aplicar e que isso faz parte do jogo.

Há uma grande tradição brasileira de interferência política nos fundos de pensão das estatais. No governo Lula, o poder de escolha foi dividido. O secretário Luiz Gushiken, do Núcleo de Assuntos Estratégicos, seria o man-

DICIONÁRIO

Corretoras

Empresas que fazem negócios no mercado financeiro, através da compra e venda de ações, títulos públicos e privados e produtos mais sofisticados, como contratos em moedas estrangeiras

Doleiros

Atuam fora da lei. Seu papel é enviar dinheiro clandestino (fruto de caixa dois de empresas, campanhas eleitorais, narcotráfico etc.) ao exterior ou trazê-lo de volta, com aparência de limpo

Offshore

Empresas abertas em paraísos fiscais. O nome do dono não aparece. Muitos utilizam as offshore para fugir da carga tributária brasileira, uma das maiores do mundo. A maioria as usa para esconder dinheiro sujo

Bolsas de valores

É onde investidores compram e vendem ações, títulos públicos, privados e moedas. Na Bolsa de Mercadorias & Futuros são feitas operações com produtos financeiros mais sofisticados, como contratos futuros

CVM

A Comissão de Valores Mobiliários é o órgão responsável por regular os negócios no mercado financeiro. Seu papel é evitar que ocorram abusos e operações combinadas com objetivos ilícitos

da-chuva da Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), da Funcef (Caixa Econômica Federal) e da Petros (Petrobrás). O Real Grandeza, a Refer e o Nucleos, três dos que caíram na rede da turma do mensalão, sofreriam influência ▶ de Marcelo Sereno, ex-assessor de José Dirceu na Casa Civil e ex-secretário de Comunicação do PT. Sereno admite ter indicado gente apenas no Nucleos.

O esquema descoberto pela BM&F e pela CVM atingiu também entidades privadas como a Sistel, dos empregados de companhias telefônicas. Segundo ÉPOCA apurou, o desfalque na Sistel aparece no processo nº 08/04, que tramita em sigilo na CVM. A Sistel depois da privatização do setor telefônico foi dividida em quatro entidades, a primeira para os funcionários inativos, ainda vinculados ao antigo sistema Telebrás, uma para os empregados da Telefônica, outra para o pessoal da Brasil Telecom e a quarta para os trabalhadores da Telemar. Foi esta última que perdeu R$ 20 milhões de forma suspeita, em apostas no índice Bovespa. A diretoria da Telemar, depois de ser informada pela CVM das irregularidades, conduziu uma sindicância interna e demitiu um executivo, considerado responsável pelas operações.

Os contratos foram intermediados pelas corretoras Bônus-Banval, Laeta e São Paulo. Essas instituições financeiras representavam os clientes de sempre: Funaro, Batista e duas empresas em paraísos fiscais. Uma delas é a Erste Banking, controlada pelo próprio Funaro. Outras companhias offshore aparecem sistematicamente nas investigações que envolvem os fundos de pensão, incluindo a Esfort Trading. "Ao contrário do que dizem, não tenho nada a ver com a Esfort Trading", afirma Funaro. Os personagens, porém, mais uma vez se repetem: a Esfort é uma das donas da Garanhuns, que recebeu dinheiro de Marcos Valério no esquema do mensalão.

Essa penca de rolos foi descoberta no ano passado e as informações disponíveis poderão ajudar os parlamentares nas CPIs em andamento. Os fundos de pensão de empresas estatais já estavam na mira, mas até a semana passada permaneciam protegidos. Na quarta-feira, depois de muita confusão, a CPI dos Correios aprovou a quebra do sigilo bancário de operações que 11 fundações fizeram nos últimos cinco anos nos bancos Rural e BMG, financiadores de Marcos Valério e do PT. Parlamentares governistas jogaram pesado para impedir a medida, mas acabaram perdendo para a oposição.

Alegava-se que era preciso ter cuidado especial com os fundos porque eles têm patrimônio de R$ 166 bilhões, muitos sócios dentro e fora do país e qualquer mal-entendido poderia acabar assustando o mundo dos negócios. Essa era a desculpa pública. Por baixo do pano, acredita-se que o verdadeiro medo era outro. No mercado, há suspeitas de que gestores dos fundos de pensão tenham parcerias secretas com especuladores e até com muita gente de boa reputação. Se os sigilos fossem escancarados, muito coisa feia poderia aparecer. Como a quebra foi bem limitada, o temor foi contornado.

Essa discussão aconteceu na CPI dos Correios. A do Mensalão ouviu na semana passada presidentes dos três maiores fundos de pensão do país, Sérgio Rosa (Previ), Wágner Pinheiro (Petros) e Guilherme Lacerda (Funcef). Houve confusão. A sessão começou aberta, mas foi interrompida no meio e tornou-se secreta, por decisão do presidente Amir Lando (PMDB-RO). Os parlamentares não gostaram e decidiram ouvir de novo, na próxima quarta-feira, os presidentes dos fundos. ■

COM ISABEL CLEMENTE

A TURMA DO MENSALÃO

Bônus-Banval

Corretora que recebeu R$ 3,5 milhões das contas de **Marcos Valério**. Acusada de fraudar negócios com fundos de pensão

Laeta

Corretora paulista investigada pela **CVM** por operações suspeitas com fundos de pensão

Fundos de pensão de empresas estatais

São entidades formadas para cuidar do dinheiro que funcionários públicos poupam todo mês, pensando na aposentadoria. Movimentam mais de **R$ 200 bilhões** por ano

Garanhuns

Empresa de fachada que recebeu **R$ 10 milhões** do esquema de **Marcos Valério-Delúbio Soares** e repassou para o presidente do PL, **Valdemar Costa Neto**. Enviou R$ 5,7 milhões a contas no exterior

José Carlos Batista

Operador do mercado financeiro investigado pela **CVM**, pela **CPI** e pelo Ministério Público. Aparece como beneficiário de operações suspeitas com fundos de pensão, mas suspeita-se que ele seja testa-de-ferro

Lúcio Bolonha Funaro

Operador do mercado financeiro e doleiro. Abriu a **Garanhuns** em 1999 e a vendeu a Batista em 2001. Operou nas corretoras **Laeta** e **Bônus-Banval**, entre outras. Também aparece como beneficiário de operações suspeitas com fundos de pensão

Blindagem trincada

A pronta reação de Palocci às denúncias de Buratti acalmou o mercado, mas poucos acreditam que não possa haver provas contra o ministro

Não houve catástrofe internacional ou mudança séria nos indicadores da economia brasileira – exceto os limitados ataques dos especuladores de sempre no mercado financeiro. Mesmo assim, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, vive dias tensos e instáveis como poucos. Apesar de ter rebatido, durante a semana passada, as acusações de que havia um mensalão em Ribeirão Preto, São Paulo, durante seu tempo como prefeito da cidade, Palocci ainda não saiu da linha de tiro das CPIs que investigam o governo Lula. Segue o suspense.

No domingo anterior, dia 21, Palocci encarou – de forma inédita no governo Lula – as suspeitas levantadas contra ele pelo advogado Rogério Buratti. Desmentiu que o PT recebia uma mesada de R$ 50 mil da empreiteira Leão & Leão durante seu segundo mandato como prefeito, entre 2001 e 2002. Negou ainda qualquer intimidade com Buratti. Com isso, parecia um vencedor na segunda-feira, depois de uma jornada de calmaria nas bolsas de valores e nas mesas dos cambistas de dólar. Só que as denúncias não pararam de aparecer.

Buratti não apresentou provas ao depor ao Ministério Público de São Paulo e à CPI dos Bingos. Nas duas vezes, invocou como testemunha Ralf Barquete, um ex-assessor de Palocci que morreu de câncer em 2004. Mas adiantou que não é difícil conseguir as evidências da mesada, pois atuou dos dois lados do balcão – como secretário de Governo de Palocci e depois como vice-presidente da Leão & Leão. Os pagamentos, segundo ele, eram lançados no balanço da empresa com recibos de prestação de serviço ou notas frias, mas identificáveis. A empreiteira é suspeita de fraudar licitações e pagar propinas a prefeitos do interior de São Paulo e Minas Gerais.

O ministro está sendo acusado por um assessor que tem maus antecedentes: foi flagrado pedindo propina à empreiteira carioca Almeida & Filhos. Palocci o demitiu da prefeitura e Buratti seguiu a vida abrindo uma consultoria antes de ser contratado pela Leão & Leão. Amigo de Palocci, com quem nunca deixou de manter contato e a quem trata com deferência, Buratti também tem ligações com fiéis colaboradores do ministro. Um deles é Ademirson da Silva, assessor particular desde os tempos em que Palocci era vereador. Outro companheiro chegado é Donizeti Rosa, ex-secretário do ministério e atual diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Mas amigão mesmo é Juscelino Dourado, chefe de gabinete de Palocci, de quem o advogado foi padrinho de casamento. Na semana passada, provocado pela revelação de telefonemas de Buratti para o Ministério da Fazenda e para o celular de um assessor de Palocci em 2003, Dourado admitiu ter recebido Buratti nove vezes no ministério desde o início do governo Lula.

Num dos pontos potencialmente mais explosivos de seu depoimento, o próprio Buratti deu pistas do que pode ter sido tratado nessas ocasiões. O advogado disse ter levado a Dourado a proposta feita pela multinacional Gtech de pagar uma propina que poderia variar de R$ 6 milhões a R$ 16 milhões em troca da renovação de um contrato com a Caixa Econômica Federal. O dinheiro, segundo Buratti, seria pago ao PT para o financiamento de campanhas. A oferta teria sido recusada por Palocci, o que os petistas comemoraram como prova de inocência. A CPI dos Bingos, porém, já descobriu um nova frente de investigação *(leia o quadro ao lado)*.

Se Dourado realmente levou em frente a proposta indecorosa, ocorreu uma curiosa mudança de comportamento com o ministro. Ao contrário do que fizera em 1994, quando demitiu Buratti, Palocci manteve Dourado no cargo. Tampouco denunciou Buratti ou Ralf Barquete, que teria sido o interlocutor da Gtech, que seguiu prestando serviços à Caixa e acabou envolvida no escândalo Waldomiro Diniz.

Palocci tem a seu favor a vontade de muita gente que não quer vê-lo afastado do comando da economia. Não é apenas para o governo que ele representa o "pau da barraca", mas também para o meio empresarial e para amplos setores da oposição, sem nada a ganhar com um clima de instabilidade financeira. O ministro conhece bem a situação e, por isso, não teve temor de discutir em público sua permanência no cargo. É vacina para o que der e vier: Palocci garante que, com ele ou sem ele, o rumo da política econômica do governo Lula não mudará. ■

A CONFRARIA DE PALOCCI

Quem são os amigos que sempre gravitaram em torno do ministro da Fazenda

Juscelino Dourado
É chefe de gabinete de Palocci. Foi secretário da Casa Civil, superintendente da Codeyp (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto) e diretor da Ceterp (Companhia Telefônica de Ribeirão Preto) nas duas gestões Palocci como prefeito de Ribeirão Preto

Ademirson da Silva
É assessor especial de Palocci. Tornou-se seu secretário particular quando o ministro era vereador

Donizeti Rosa
É diretor do Serpro, o Serviço Federal de Processamento de Dados. Foi secretário de Governo nas duas gestões de Palocci como prefeito de Ribeirão Preto

Rogério Buratti
Foi secretário de Governo da primeira gestão Palocci (1993-1996). Foi demitido depois de flagrado tentando favorecer a empreiteira carioca Almeida & Filhos numa licitação. Em 1999, Buratti tornou-se vice-presidente da Leão & Leão, empreiteira de Ribeirão Preto que assinou oito contratos de prestação de serviços com a prefeitura na última gestão de Palocci

Nelson Rocha
É presidente da BBDTVM, a corretora de títulos do BB. Foi secretário de Planejamento e Gestão Ambiental na primeira gestão de Palocci (1993-1996)

Ralf Barquete
Foi assessor da presidência da Caixa até morrer, em junho de 2004. Foi secretário de Finanças na segunda gestão de Palocci (2001-2002)

De isento a perdulário

Advogado que ganhou R$ 5 milhões da Gtech pode ter pago propina

A CPI dos Bingos está longe do fim, mas os parlamentares já sabem onde mirar para saber se a Gtech pagou propina para renovar o contrato com a Caixa, em 2003. O alvo é o advogado mineiro Walter Santos Neto, dono da MM Consultoria, que recebeu mais de R$ 5 milhões por serviços prestados à multinacional entre outubro de 2002 e junho de 2003. Deputados e senadores estranham que uma empresa que tem à disposição algumas das melhores bancas de advogados do país tenha recorrido a um advogado desconhecido para impetrar uma medida cautelar na Justiça. Estranham mais ainda o fato de o pagamento ter sido feito depois de Santos Neto abandonar o caso antes da decisão do juiz – aliás, desfavorável à Gtech.

A empresa diz que contratou o advogado por ele ser "especialista em cortes supremos". A CPI, Santos Neto disse ter sido contratado pelo ex-advogado da empresa Enrico Giannelli. A quebra de sigilo telefônico de Giannelli mostrou que ele fez várias ligações para Waldomiro Diniz e diretores da Caixa.

"Nós desconfiamos que Santos Neto foi contratado para receber os honorários e repassá-los como propina", diz o senador Garibaldi Alves, relator da CPI. Tudo repasse feito pela Gtech para as contas movimentadas pelo advogado logo foi sacado e dá para afirmar sumiu. Santos Neto disse que torrou a fortuna com viagens, vinhos e empréstimos a amigos. Se a justificativa for verdadeira, trata-se de um perdulário. O advogado não registra até hoje nenhum bem em seu nome e até 2002 declarava-se isento à Receita Federal. ■

A volta do Lula lá

No pior momento de sua popularidade, Lula diz que pode ser candidato à reeleição em 2006 para salvar o PT

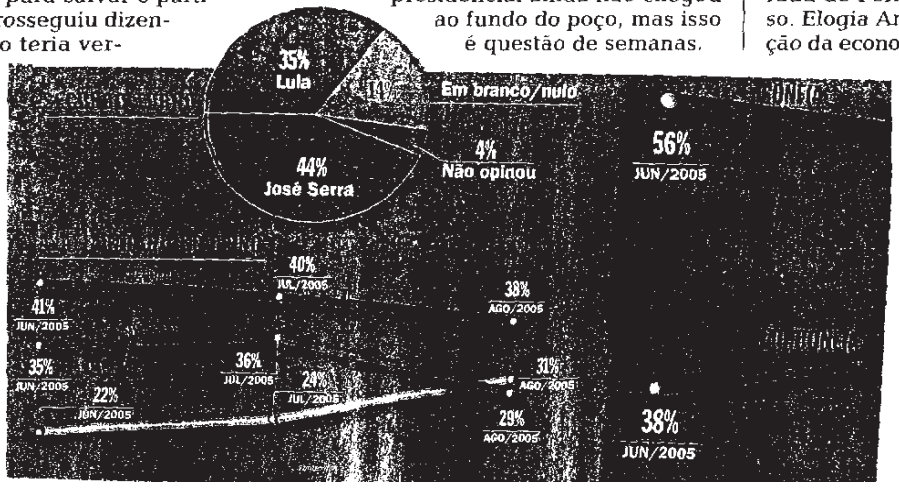
THOMAS TRAUMANN

A conversa ocorreu na semana passada no vôo presidencial entre Goiânia e Brasília. Falando com um petista histórico sobre as eleições de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu o que diz publicamente: só será candidato se achar que pode ter um segundo mandato melhor que o primeiro e, durante a campanha, ter comando total sobre a aliança partidária. Daí Lula incluiu uma terceira hipótese: se o PT continuar em frangalhos, ele poderá ser candidato para salvar o partido. Lula prosseguiu dizendo que não teria vergonha de perder mais uma eleição se ela significasse a recuperação do PT.

É um paradoxo. Até o início da crise política, os institutos davam a reeleição de Lula como fato e já faziam cenários para 2010. Na terça-feira, veio a amostra mais cruel de como a crise dilapidou o patrimônio eleitoral do presidente. Segundo a pesquisa do Ibope *(leia abaixo)*, 52% dos brasileiros não confiam no presidente. Em um eventual segundo turno, ele perde para o tucano José Serra por 9 pontos porcentuais. O índice que o candidato Lula ostenta hoje é o mesmo das derrotas de 1994 e 1998. E dentro do Planalto dá-se como fato que a popularidade presidencial ainda não chegou ao fundo do poço, mas isso é questão de semanas.

Em um cenário desses, seria impossível imaginar a candidatura de Lula. Mas enfrentar uma eventual derrota de peito aberto seria o preço a pagar para retomar o controle do partido e reduzir o poder de fogo do ex-ministro e companheiro de lutas José Dirceu. Pelo menos é o que o presidente explicou, na semana passada, a dois ministros petistas – os dois contrários à reeleição do presidente. "Já perdi antes", disse Lula. "Não dá para deixar o PT na lama."

O ânimo do presidente nestes dias de crise é ciclotímico. Fala com mágoa de antigos companheiros, como Dirceu e Delúbio Soares. Refere-se com certo desprezo à felicidade escancarada de Fernando Henrique Cardoso. Elogia Antônio Palocci e a condução da economia e, como todo político



(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

acuado, reclama muito da imprensa. "O senhor não assistiu à metade da missa", disse-lhe o ministro Ciro Gomes. "O ex-presidente Juscelino Kubitschek passou anos sendo acusado de ladrão pelos jornais. Agüentou e hoje é um símbolo do país."

Lula gostou da comparação e a usou no discurso da quinta-feira. Ele lembrou que Getúlio Vargas se suicidou; Jânio Quadros renunciou por "inimigos ocultos" e João Goulart foi deposto pelos militares. Disse que JK foi "achincalhado". "Meu comportamento será o que teve o ex-presidente Juscelino Kubitschek: paciência, paciência e paciência", disse, tirando da lista dos presidentes atingidos por crises o adversário Fernando Collor. De novo, deixou claro que não está seguro sobre sua recandidatura.

Sendo candidato ou não, a decisão do presidente é interferir diretamente na crise do PT, o partido que cresceu como vestal do moralismo e hoje tem uma dúzia de deputados metidos na crise do mensalão.

Lula foi o primeiro presidente do PT, mas nunca teve prazer pelo controle da máquina partidária. Por isso, se deu tão bem com Dirceu quando este foi presidente do partido (1996-2002) e todo-poderoso chefe da Casa Civil em 2003. Foi só em 2004 que Lula começou a se incomodar com o excesso de poder do companheiro.

Na avaliação que o presidente fez a um grupo restrito de ministros (Antônio Palocci, Dilma Rousseff, Jaques Wagner e Ciro Gomes), Dirceu pretendia ter o controle pleno do partido para ser candidato a presidente em 2010. É uma versão similar ao que contou ao jornal *O Estado de S. Paulo* o ex-dirigente Ozeas Duarte: "O caixa dois do PT era o caixa um do Dirceu".

Essa avaliação explica a guerra de declarações da semana passada entre o atual presidente do partido e candidato à reeleição, Tarso Genro, e Dirceu. Num ultimato desastrado, Tarso disse que só continuaria candidato se Dirceu deixasse a chapa do Campo Majoritário até a quarta-feira 24. "Não serei uma rainha da Inglaterra, com o Dirceu continuando a mandar no partido", disparou Tarso. O Campo Majoritário é o grupo que Lula e Dirceu criaram em 1995 e que domina o PT. É a chapa favorita para as eleições internas marcadas para o dia 18.

"Ele acha que sou um rato? Estou sofrendo um processo de cassação do meu mandato na Câmara. Sair da chapa seria dar argumento para meus adversários", disse Dirceu a ÉPOCA. "No fundo, o que o Tarso quer é me expulsar do PT."

É provável que o ex-ministro tenha razão. Indicado por Lula para ser o candidato do Campo Majoritário, Tarso tem feito o possível para bater de frente com Dirceu. Desgastou-se a tal ponto que na sexta-feira eram grandes as chances de renunciar à candidatura. Em seu lugar, poderia ser candidato o secretário-geral, Ricardo Berzoini, ou dois assessores da Presidência da República, Luiz Dulci e Marco Aurélio Garcia. Só Berzoini tem ambição pelo cargo.

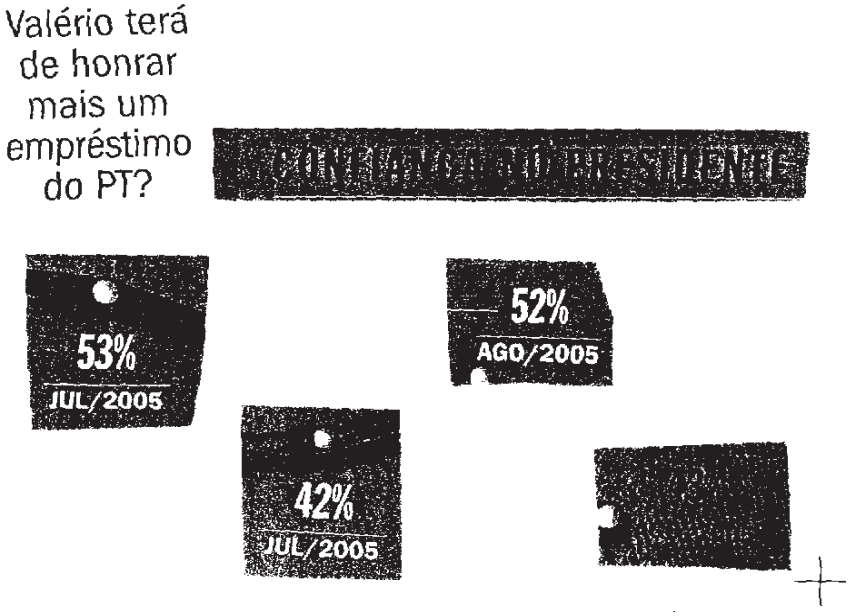
Se Tarso realmente abandonar a disputa, Dirceu aceitaria uma proposta em que ele continuaria na chapa, mas com o compromisso de não assumir nenhum cargo no Diretório Nacional do partido até o fim das investigações.

A situação financeira do PT, que já era ruim, ficou um pouco mais grave na semana passada, depois que o banco BMG resolveu entrar na Justiça para receber do partido uma dívida de R$ 3,37 milhões. O endurecimento do banco poderá criar novo constrangimento público, porque entre os avalistas desse empréstimo está o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Os outros dois devedores solidários são Delúbio Soares e José Genoíno, cujo patrimônio, somado, fica muito aquém do valor da dívida. "Vou tentar evitar isso na Justiça. Não seria justo bancar tudo sozinho, mas pode acontecer", disse Valério a ÉPOCA.

Há algumas semanas, o PT atrasou o pagamento de seus funcionários por dez dias. Deixou também de cumprir com obrigações trabalhistas, como INSS e FGTS, situação que, segundo a assessoria de imprensa, já foi normalizada. A Fundação Perseu Abramo, entidade de pesquisa ligada ao partido, está recebendo recursos com atraso.

Outra conseqüência da pindaíba petista é o congelamento de projetos que eram caros à antiga direção. Um exemplo é o caso dos 5 mil computadores e impressoras adquiridos pelo leasing de R$ 20 milhões com o BB. O objetivo era distribuir esses equipamentos por todo o país e conectá-los com uma grande rede petista que envolveria todos os diretórios municipais da sigla. A rede nunca entrou em funcionamento. O projeto foi tão prejudicado que até hoje, mais de um ano depois de seu início, ainda há uma pilha com dezenas de equipamentos encaixotados na sede do PT à espera da distribuição. Sinal de que a ambição de crescer falou mais alto do que as necessidades do partido. ■

COM RICARDO MENDONÇA



(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

O ninho da corrupção

Militante histórico, César Benjamin revela os descaminhos do PT, culpa Lula e diz que a esquerda não acabou

ELIANE BRUM

César Benjamin nasceu no mesmo dia que Karl Marx. Mas só descobriu o fato na cadeia, ao tornar-se um dos mais jovens presos políticos do país. Naquele 5 de maio de 1976, viu os companheiros de prisão enfeitando a galeria para uma festa e emocionou-se. Mas nada daquilo era para comemorar seu aniversário, e sim do filósofo alemão. Filho caçula de um coronel do Exército que se opôs ao golpe militar, Cesinha, como ele é conhecido, entrou para a clandestinidade – e para a luta armada – aos 14 anos. Foi preso no interior da Bahia, onde alfabetizava camponeses, aos 17. Depois de torturado, passou mais de três dos melhores anos da juventude numa solitária semi-subterrânea, outros dois anos na companhia dos demais prisioneiros e saiu dos porões da ditadura direto para um avião que o levou a dois anos de exílio na Suécia, por pressão da Anistia Internacional. Aos 23 anos, era esse o seu currículo.

Voltou ao Brasil em 1978, atraído pela distensão do regime e pela novidade de um líder operário que levantava o ABC paulista. Hoje, Cesinha tornou-se uma espécie de oráculo de uma crise em que boa parte dos intelectuais de esquerda segue mergulhada em catatônico silêncio. Seu artigo – O Mito do Paraíso Perdido – publicado na *Folha de S.Paulo* no início de agosto causou furor pela crueza com que exibiu o ovo da serpente da crise. Mas Cesinha trouxe ainda uma novidade nestes tempos em que a agonia do PT soa como as trombetas do Apocalipse: ele anuncia que a esquerda não acabou.

Depois de romper com o PT há 10 anos, acusando-o de corrupção, Cesinha foi um dos artífices de uma organização batizada de Consulta Popular. Com milhares de militantes pelo Brasil afora, a CP apostava no fracasso do "ciclo Lula" e prepara, desde 1997, uma alternativa política. Para seus quadros, é agora que o povo poderá chegar ao poder. Melhor profeta do passado que do futuro, Cesinha delineia um caminho ainda vago. De concreto, ele preparou um programa para o PMDB a pedido de seu amigo Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES no governo Lula. E tem recebido efusivos elogios do pré-candidato à Presidência em 2006 Anthony Garotinho. Esta é a parte que arrepia seus mais novos fãs.

O irônico é que Cesinha vem dizendo o que diz há uma década. Mas só era ouvido em espaços alternativos. A crise instalou este genuíno homem de esquerda no centro do debate nacional. Até pouco tempo atrás, ele seria considerado um brontossauro para quem se acostumou ao figurino domesticado do PT. Uma parte da direita o aplaude por sua crítica demolidora ao PT, e a esquerda o aclama porque Cesinha anuncia que ela não acabou.

Autodidata brilhante, ele só concluiu o ginásio. Construiu seu conhecimento numa coleção pessoal de 3 mil livros e milhares de outros em bibliotecas alheias. Tornou-se um pensador consistente e um oponente intelectual que poucos se dispõem a enfrentar. Na prisão, adolescente, traduzia obras de filósofos como Althusser para passar o tempo. Adulto, tem sua própria editora, a Contraponto, no Rio de Janeiro. Dedica-se agora a traduzir os 300 ensaios sobre pensadores do *Dictionary of Scientific Biographies*. Pai solteiro, vive com os dois filhos mais velhos. Costuma dormir no final da tarde, depois vira a noite trabalhando. Lê até os passarinhos cantarem. Ele deu a seguinte entrevista a ÉPOCA.

ÉPOCA – *Você foi fundador do PT e dirigente nacional até 1995, quando rompeu por discordar do financiamento da campanha de 1994. Como foi?*

César Benjamin – Soube que houve financiamentos de bancos e empreiteiras que nunca haviam sido discutidos pela direção. Havia uma claríssima evidência de prática sistemática de caixa dois. Levei a questão ao encontro nacional do partido, no Espírito Santo, onde havia quase 800 delegados. Fiz um pronunciamento da tribuna. Disse que estávamos diante do ovo da serpente. Vi o Zé Dirceu levantar e ficar de frente para o plenário. Em seguida houve uma troca de gestos entre ele e delegados do ABC paulista. Este grupo se levantou e partiu para cima de mim para interromper o pronunciamento.

ÉPOCA – *Na porrada? Quem eram?*

Benjamin – Eram umas 20, 30 pessoas. Vieram para me dar porrada. Lula estava lá, não participou mas não impediu. Meus amigos levantaram, foi uma confusão. A convenção foi interrompida. Lembro que se juntou a esse grupo o *(Antônio)* Pitanga, do Rio, marido da Benedita *(da Silva)*, mas era um grupo de Santo André. Olha Santo André aí.

ÉPOCA – *Emblemático, não é?*

Benjamin – É. Até onde eu sei, esse tipo de prática começou no início dos anos 90, quando o Delúbio Soares era o representante da CUT no FAT. Começou ali um zunzum sobre desvio de recursos. Eu me desfiliei no momento em que essas figuras lombrosianas como Delúbio e Silvinho *(Pereira)* entraram na direção nacional. Um grupo sem nenhuma luz própria. Nenhum deles diz "a" com "b". Foram trazidos pelo Lula e pelo Zé Dirceu e para mim ficou claro que havia um aval de ambos para que essa prática se difundisse dentro do PT.

ÉPOCA – *Como funciona a dobradinha Lula–Zé Dirceu?*

Benjamin – Qualquer um que conhece os dois sabe que o Delúbio não fez nada que não tenha sido autorizado pelo Zé Dirceu. E o Zé Dirceu não autorizou nada de que Lula não tivesse conhecimento. Qualquer um que tenha convivido com eles sabe qual é a cadeia de comando. O que aconteceu no governo foi a aplicação de práticas que existem há 15 anos no PT e na CUT – sempre dentro do círculo íntimo do Lu-

la. Imagine o deslumbramento do Delúbio ao ser colocado em uma delegação brasileira, sentado na mesa com o presidente e com os ministros e negociando com um governo estrangeiro. Tudo registrado em fotos na imprensa, como aconteceu. É o paraíso do tesoureiro. O que o presidente está dizendo com isso? Esse é o meu homem.

ÉPOCA – *Você fala que o PT se pretendia o partido original. O Lula seria o homem original? Foi esse o fascínio?*

Benjamin – O povo começou a aparecer na História do Brasil no século XX. O país foi organizado para ser uma empresa exportadora de mercadorias. Para ter mão-de-obra, não povo. No entanto, o Brasil contemporâneo é urbanizado, a população cresceu, tem acesso à informação. Tudo isso faz com que o povo brasileiro ganhe um novo estatuto e force sua entrada na História. Passamos a ter uma enorme necessidade de aparecimento de uma liderança que representasse isso. E no fim dos anos 70, com a ditadura fraca, aparece o Lula, qüe tem todo physique du rôle dessa tarefa. Migrante nordestino, pobre, operário metalúrgico, sindicalista em São Paulo. Apareceu o messias. Ocorre que o Lula é um erro. Tem todas as características do líder, mas não é esse líder. Na Idade Média também houve muitos Cristos falsos.

ÉPOCA – *Quando o Lula dá sinais de que não é esse líder?*

Benjamin – Em 1989, o Lula não ganhou a eleição porque não quis ganhar contra as elites. Tinha ultrapassado o (*Fernando*) Collor com uma curva ascendente, e o Collor estava com uma curva descendente. Quando o Lula entrou no último debate e se entregou, ele estava dizendo: nestas condições eu não quero. Ele percebeu que seria uma posse presidencial numa situação de crise. Não agüentou isso. Não teve estatura para ganhar uma eleição contra a elite.

ÉPOCA – *Mas seu abatimento não se devia ao caso Luriam?*

Benjamin – Não. Ele fez uma opção. E a partir dali começou a construir as pontes com a elite. Mas esse processo demora alguns anos. Ele tem de dar sucessivas demonstrações de confiabilidade e, principalmente, tem de mudar o PT, que precisa ficar menos militante. A partir daí se introduz no partido o circuito do dinheiro. As campanhas se tornam cada vez mais caras e, se faltam militantes, compram-se. Onde existe muito dinheiro? Entre os ricos. Foi um processo de adaptação do PT ao figurino que o Lula precisava para chegar ao poder apoiado pelas elites. Hoje o PT não tem condição de se auto-reformar porque a rede de cumplicidade tornou-se grande demais.

ÉPOCA – *Por que fizeram isso?*

Benjamin – Porque é mais fácil. Você passa dez anos fazendo política na pobreza, se reunindo com a militância, que te cobra, tem idéias. Na hora em que precisa rodar um panfleto, faz uma rifa. Cansei de rifar pernil para arrumar dinheiro. Aí, de repente, você chega aos anos 90 e descobre que já é uma figura tão importante na política brasileira que janta com cinco empresários e sai com R$ 300 mil. Não é muito mais fácil? Por que eu vou rifar pernil, aturar militante, fazer reunião? Aumenta o peso das bancadas, das administrações, milhares de quadros se profissionalizam e o PT rompe sua ligação com a sociedade. Isso foi vivido como ascensão social para muitos. Passaram a ter um nível de vida que não tinham e viveram isso alegremente.

ÉPOCA – *Você acha que esse processo gerou o cadáver do Celso Daniel?*

Benjamin – Não acho, tenho certeza. Este foi o físico. Há os cadáveres morais circulando por aí.

ÉPOCA – *Qual é a herança que o Lula deixa, em sua opinião?*

Benjamin – O Lula foi um líder que sinalizou valores negativos. Como se orgulhar de não estudar, ter uma vida folgada, com muita mordomia. Com isso há um processo de seleção negativa. As melhores pessoas vão se afastando ou vão ficando na obscuridade, e as piores pessoas vão subindo. Nestes dez anos foi formada uma geração de militantes cuja característica é o individualismo, o pragmatismo, a idéia da carreira. É uma situação inédita na esquerda brasileira, que cometeu muitos erros ao longo da sua história. Mas nunca teve uma liderança corrompida. Prestes, João Amazonas, Brizola podem ter cometido equívocos, mas deixaram uma herança moral.

ÉPOCA – *E agora é o fim?*

Benjamin – A operação política mais perigosa em curso era a polarização entre o PT e o PSDB. A democracia brasileira seria resumida ao confronto entre a Pepsi-Cola e a Coca-Cola, dois projetos essencialmente iguais. Se você controla só o governo e não controla a oposição ao governo, a sua hegemonia está sempre sob risco. Mas você consolida sua hegemonia quando controla simultaneamente a oposição e o governo. A crise do governo Lula abre uma oportunidade para que possamos reconstruir um projeto alternativo, cujo contorno ainda não está claro. Para mim, a crise é uma possibilidade de superação.

ÉPOCA – *Ao contrário da maioria, você diz que o governo é mais conservador na política que na economia. Por quê?*

Benjamin – O governo Lula cumpre uma função que nenhum governo de direita poderia cumprir, que é a de paralisar os movimentos populares. Criticar só a política econômica é uma maneira implícita de absolver o governo. Como se a política econômica fosse um acidente, que está ali mas não deveria estar. Não. A política econômica está ali porque deveria estar ali. É um governo conservador. E isso se expressa mais na relação com o povo. A aliança que o Lula quer fazer com o povo é pré-política: "Fiquem comigo porque eu já fui pobre um dia". Despolitiza o povo. Faz ele caminhar para trás, e não para a frente.

ÉPOCA – *Você diz que o governo Lula recicla a aliança dos mais ricos com os mais pobres. O que significa?*

Benjamin – O sistema de poder no Brasil está organizado de maneira que as forças supranacionais, que representam os credores, ocupam o Banco Central e o Ministério da Fazenda. As demandas subnacionais, algumas legítimas, como a dos Estados, outras de lobbies, se expressam no Legislativo. Para os pobres se faz alguma política social que não os tira da pobreza. O Lula encontrou esse sistema de poder já pronto e, em vez de alterá-lo, radicalizou-o. Seu presidente do Banco Central é mais vincu-

lado ao sistema financeiro internacional que os anteriores, as negociações no Congresso foram mais fisiológicas que as anteriores e a política social é o Bolsa-Família. Neste arranjo ninguém cuida da nação. As grandes questões nacionais não são sequer percebidas e são elas que vão definir o que o Brasil será no século XXI. A tragédia é que os mais ricos conseguem reciclar esta aliança com os mais pobres a cada quatro anos.

ÉPOCA – *Como o Lula, que tanto falou em refundação, vai para a História?*

Benjamin – No grupo de brasileiros que tem como patrono Silvério dos Reis *(traidor que delatou a Inconfidência Mineira no século XVIII).*

ÉPOCA – *E o que acontecerá com o PT?*

Benjamin – O PT vai ter muita dificuldade para se reciclar porque está sem discurso. Não pode mais fazer o discurso contra a política econômica neoliberal porque foi governo e adotou essa política. Não pode mais fazer o discurso da ética da política por motivos óbvios. Então o PT se tornou um partido que não tem o que dizer à sociedade brasileira.

ÉPOCA – *Você fez um projeto para o PMDB e é elogiado pelo Garotinho. Por acaso é por aí que você vê uma saída?*

Benjamin – Eu sou muito amigo do Carlos Lessa. Ele recebeu da direção do PMDB a incumbência de apresentar um programa ao partido. Me chamou para ajudar. Fizemos juntos um programa antineoliberal. Mas o PMDB, como se sabe, é um partido com dificuldades internas. Não compartilho da histeria anti-Garotinho, mas minha relação é com o Lessa. Não sou filiado. Se o P-SOL me chamar para ajudar no programa, ajudo com prazer. O importante é formar uma forte frente antineoliberal para 2006.

ÉPOCA – *Em quem votou em 2002?*

Benjamin – Meu filho Téo, então com 14 anos, insistiu muito que eu votasse no Lula. Eu disse que não votaria. Ele entrou comigo na cabine e votou no Lula no meu lugar. Não quis desfazer o sonho dele. Agora está arrependido do voto.

ÉPOCA – *Você tinha a mesma idade quando ficou clandestino. Como foi?*

Benjamin – Eu participava do movimento estudantil. Em setembro de 1969, a polícia foi a minha casa. Eu havia saído de bermudas e sandálias, sem um tostão, para dar aula de matemática a um primo. Minha avó me avisou por telefone para não retornar. Como ela era cega, a polícia afrouxou a vigilância sobre ela. Me liguei à resistência, no antigo MR8. Só voltei para casa dez anos depois.

ÉPOCA – *Como você agüentou a solitária? Pensou em suicídio?*

Benjamin – Minha cela era semi-subterrânea. A porta era de ferro maciço. Depois de um tempo, minha família conseguiu me enviar um tabuleiro de xadrez. Joguei milhares de partidas contra mim mesmo. Depois entrou um livro de ioga, do Professor Hermógenes, e me dediquei a ele. Mais tarde tive autorização para receber um livro por semana. O primeiro foi *Grande Sertão: Veredas*, do Guimarães Rosa. Chorei da primeira à última página. Só pensei em suicídio na fase de interrogatório. Numa noite o soldado que me vigiava dormiu e, apesar de algemado, consegui subir num muro interno. A chance era me jogar de ponta-cabeça. Fiquei em pé por algum tempo, mas decidi que o ônus da minha morte teria de ser da repressão, e não meu. Consegui descer. Me senti fortalecido.

ÉPOCA – *É verdade que o Sylvio Frota (ministro do Exército de Geisel, exonerado em 1977 por tentativa de golpe à direita) garantiu sua vida?*

Benjamin – Depois de uns três meses de prisão, em 1971, colocaram-me numa sala, na Polícia do Exército, no Rio. Entrou um oficial mais velho, chamado de Vossa Excelência pelos demais. Ficou sozinho comigo, muito branco, fumando uma piteira. Conversou calmamente comigo, dizendo que nunca nenhum outro preso o havia visto. Depois disse: "Vim te trazer uma boa notícia. Não vamos te matar. Foi uma decisão difícil". Em seguida, deu três razões: "Você é muito jovem, e nós não somos os monstros que vocês imaginam. Além disso, você é filho de um colega nosso, e seu pai sempre foi um bom oficial. Mas o mais importante é que você não nos odeia. Nós te observamos muito, e nunca vimos ódio em teu olhar". Muito tempo depois, reconheci pelos jornais que era o general Sylvio Frota.

ÉPOCA – *A construção do seu discurso é marxista. Você fala em ciclos da História, como se o futuro fosse previsível. A vida não é incerteza?*

Benjamin – Tenho uma formação vasta e eclética. Não me sinto amarrado por nenhuma teoria. Tentei aprender a pensar, que é algo bem mais difícil do que se imagina. Não acho que o futuro seja previsível. É uma criação humana – e nós somos seres vocacionados para a liberdade. ■

@ Leia a íntegra da entrevista em www.epoca.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta tribuna para continuar fazendo o registro dos desmembramentos da atual crise política que se instalou no governo do presidente Lula e no Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo em que novas denúncias vão surgindo, alguns esclarecimentos começam a ser apresentados como, por exemplo, o caminho que poderia levar a contas do Partido dos Trabalhadores no exterior.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DUELO MORTAL

FLORÊNCIA COSTA

O poeta tem razão: a alma do Brasil está ferida. Histórico admirador do PT do presidente Lula, Chico Buarque diz hoje que está triste e que ainda gosta de Lula: "A alma do brasileiro está ferida com os acontecimentos que eram mantidos no plano subterrâneo e agora estão aflorando." E brinca, com uma ponta de melancolia:

> "Voltei a compor, mas não pretendo criar um samba para o mensalão." É difícil mesmo ter inspiração diante de uma crise como essa, mais uma "página infeliz da nossa história", como dizia o lamento de Chico em outros tempos difíceis no samba *Vai passar*. Não dá nem para arriscar e dizer quando a crise vai passar porque parece não ter fim. O presidente Lula avisa que não vai seguir os antecessores: nem dar um tiro no coração como Getúlio Vargas, nem renunciar como Jânio Quadros, nem ser deposto como João Goulart. Lula prometeu mirar-se no exemplo daquele presidente que mais admira: "Meu comportamento será como o de Juscelino Kubitschek: paciência, paciência, paciência." Haja paciência, porque mesmo com seu governo andando como pato manco, seu PT é um "pote até aqui de mágoa". Já transbordou e nos últimos dias o partido que ajudou a criar e do qual não pretende sair se digladia, numa briga que preocupa, e muito, o Planalto. No centro do ringue estão os petistas chamados de moderados. Imaginem se não fossem.

Bomba – Há um mês e meio, Tarso Genro trocou o Ministério da Educação pela tarefa hercúlea de tentar tirar o enfameado PT do charco da corrupção. Quando telefonou para a deputada federal Luciana Genro (PSOL) e contou a novidade, a reação foi de filha preocupada: "Ih, pai, que bomba que tu pegou!"

Desde 9 de julho, quando substituiu José Genoino no leme do PT, Tarso só colecionou derrotas. Não conseguiu unir nem os moderados, nem conquistar a esquerda. Travou um duelo mortal com a imponente figura do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que se recusa a largar o osso petista, apesar de estar concentrado na sua defesa na Câmara. Luta para não perder o mandato de deputado no processo de cassação por quebra de decoro parlamentar, devido às denúncias do mensalão. Dirceu foi o arquiteto da atual máquina partidária - que presidiu durante oito anos, exercendo forte influência na gestão de José Genoino. Mesmo com Tarso no leme petista, Dirceu continuou poderoso. Mas o ex-prefeito de Porto Alegre também não teve jogo de cintura para compor a unidade no divididíssimo PT. Como na canção *Corrente*, o gaúcho de São Borja resolveu fazer um samba bem pra frente, "dizendo realmente o que eu acho". Soltou a língua em debates públicos e constrangeu seus companheiros do Campo Majoritário e os tais moderados: atacou a política econômica, disse que o ministro Antônio Palocci (Fazenda) não seria seu candidato a presidente da República, caso Lula desistisse da reeleição. E, para estupefação geral, ainda admitiu que não teria hoje argumentos para convencer o eleitor a votar no PT em 2006. Lula chamou Tarso no Planalto na quarta-feira 24 para pedir moderação na língua e na briga com Dirceu. "Ele irritou o presidente Lula", diz um palaciano.

Tiro na cabeça – Tarso tem dito que vive uma das piores fases de sua vida pública, e vem desabafando que está a um passo de largar tudo: "Posso viver um ano sabático", comentou na segunda-feira 22, após o programa *Roda Viva*, da TV Cultura. Condicionou sua candidatura à presidência do PT na eleição interna de 18 de setembro à saída de cena de Dirceu. Seria um sinal para a sociedade de que o PT estaria rompendo completamente com os métodos e ações da antiga direção, responsável por toda a crise: a retirada do nome de Dirceu da chapa do Campo Majoritário, a ala que domina mais de 60% do Diretório Nacional, instância máxima do partido, composta por 83 pessoas. "Não vou renunciar à chapa. Se fizesse isso, o melhor seria dar um tiro na cabeça", desafiou Dirceu, incorporando o velho guerrilheiro. Tarso avisou que renunciaria à candidatura: "Então não tem conversa. Não serei uma rainha da Inglaterra. Olha o que aconteceu com o Genoino. O partido precisa de uma ruptura." Dirceu mandou a Tarso o recado de que a maioria do Campo Majoritário estava com ele. Tarso reagiu: "Quando ele fala pelo Campo Majoritário, isto mostra que a posição que eu defendo, de ruptura com o núcleo dirigente anterior, é correta. Agora, o Campo Majoritário vai ter de dizer à sociedade quem fala por ele."

O governador do Acre, Jorge Viana, uma das poucas vozes da razão que sobram no PT hoje, desabafou: "Esses dirigentes têm de parar de atrapalhar. Está na hora de a gente se juntar, não de nos dividirmos. Para ajudar o País temos de consertar o partido." O bate-boca entre Dirceu e Tarso reverberava no Planalto: "É preciso acalmar as duas prima-donas, que estão cantando alto demais." Na

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

quinta-feira 25, Tarso já dava sinais de que estava a um milímetro de desistir da contenda. O secretário-geral, Ricardo Berzoini, ganhou terreno nas articulações internas para substituí-lo. Ex-sindicalista, ex-ministro da Previdência e depois do Trabalho, Berzoini já era o nome preferido de Dirceu quando o PT se reuniu para escolher o sucessor de Genoino. Isso porque outros dois palacianos não quiseram encarar o pepino: o ministro Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência) e o assessor especial da Presidência Marco Aurélio Garcia.

Qualquer um que pegar o abacaxi na mão terá que mostrar à sociedade que o PT pretende punir os culpados e, principalmente, romper com o passado. Tarso tentou, mas não conseguiu, aprovar nem uma mísera proposta que servisse como sinal para a irritada opinião pública. Foi voto vencido na proposta de suspender de suas funções partidárias o ex-tesoureiro Delúbio Soares, que admitiu ter usado dinheiro do caixa 2 do valerioduto. Sempre tão rígido com deslizes éticos, desta vez o PT foi bem maleável: não tomou nenhuma iniciativa. Esperou que o próprio Delúbio se dispusesse a ir à Comissão de Ética que poderá levá-lo à expulsão. Tarso também engoliu outra derrota: a cúpula não aceitou sua proposta de negar a legenda do PT aos parlamentares que renunciassem a seus mandatos devido às denúncias do mensalão. E para completar: não conseguiu levar os sete deputados federais envolvidos nas denúncias à Comissão de Ética do partido.

A lambança petista faz pensar, lembrando o poeta: "O que será, que será, que andam combinando no breu das tocas?" Pesquisa Ibope divulgada na quarta-feira 24 mostra que a opinião pública vê no PT o maior responsável pela crise (29%), mais ainda do que a Câmara dos Deputados (28%), do que Lula (22%) e até dos partidos aliados (o PL, de Valdemar da Costa Neto, o PP, de José Janene, e o PTB, de Roberto Jefferson), que estão em quarto lugar na lista dos culpados, com 19%. Lula percebeu que o desmanche do seu partido o desmancha também: "Sou petista e tenho orgulho de ser petista. A justiça começa em casa. Se companheiros nossos cometeram erros, eles terão que ser punidos, tanto quanto se fossem inimigos."

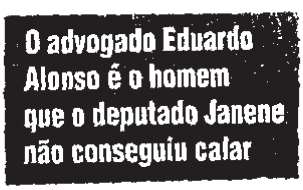
Gota d'água – Toda essa confusão poderia interessar apenas ao público petista, se não tivesse sérias conseqüências para o País. Lula teme que o sangramento de seu partido contribua para enfraquecer mais ainda o seu governo. E o PT se engalfinha justamente em um momento delicadíssimo em que Antônio Palocci, o homem forte do Planalto, está no olho do furacão. A esquerda tem três candidatos com potencial de retomar a rédea do PT e com isso fazer do partido uma metralhadora contra a política econômica: o ex-prefeito de Porto Alegre Raul Pont, o terceiro vice-presidente do partido, Valter Pomar, e o ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio. Ligado aos movimentos rurais e à Igreja Católica, Plínio vem ganhando apoios de amigos do peito de Lula, que já abandonaram o governo: o escritor Frei Betto e o empresário Oded Grajew. Como na música *Apesar de você*, na qual o poeta lamentava que a "minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão", Frei Betto fez um desabafo: "Nem sob os anos da ditadura a direita conseguiu desmoralizar a esquerda como esse núcleo petista fez em tão pouco tempo. Esses dirigentes desmoralizaram o partido e respingaram lama por toda a esquerda brasileira." Os petistas e o presidente Lula têm mais um motivo para se preocupar. Não podem nem mais contar com o apoio da Velhinha de Taubaté, a última pessoa do Brasil que acreditava em qualquer governo. Luis Fernando Verissimo, que a tornou famosa em suas crônicas, anunciou sua morte. A velhinha pediu para que deixassem em paz seu coração. Foi a gota d'água. ■

Cassações podem demorar 150 dias

Cassar parlamentares envolvidos no escândalo do mensalão, ao contrário do que pensa a opinião pública, pode demorar muito: até 150 dias no caso dos deputados e ainda mais tempo no Senado. Tudo por causa das regras adotadas nas duas casas legislativas. O deputado Ricardo Izar (PTB-SP), presidente do Conselho de Ética da Câmara, está preocupado. Chega esta semana no Conselho uma lista com até 18 deputados passíveis de cassação, feita pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). "Somos apenas 15 deputados no conselho. Será difícil, mas vou levar a missão até o fim", torce Izar. Nas três CPIs (Correios, Mensalão e Bingos), o destaque do dia foi o novo depoimento de Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, na CPI dos Bingos. Ele reafirmou que Palocci recebia propina mensal de R$ 50 mil de uma empreiteira quando era prefeito de Ribeirão Preto, mas disse que sua única fonte era outro assessor do ministro, Ralf Barquete, "infelizmente já falecido".

EDUARDO HOLLANDA

TESTEMUNHA EXPLOSIVA



O advogado Eduardo Alonso é o homem que o deputado Janene não conseguiu calar

Ex-sócio de José Janene diz que o líder do PP inventou o mensalão em Londrina e agora quer contar tudo o que sabe ao Ministério Público

LUIZ CLÁUDIO CUNHA

O homem-bomba do Partido Progressista, o deputado José Janene (PR), 50 anos, apontado por Roberto Jefferson como operador do mensalão, vai ser detonado por dentro. Um ex-sócio de sua estreita confiança, o advogado Eduardo Alonso de Oliveira, 45 anos, indiciado, junto com Janene, no escândalo que levou à cassação do ex-prefeito de Londrina Antônio Belinatti, quer contar tudo o que sabe ao Ministério Público e ao Congresso. Coordenador das campanhas de Janene a deputado federal e diretor da empresa de ônibus que o líder do PP possui em Ji-Paraná (RO), Alonso deve destroçar o último pilar de segurança que sustenta o parlamentar.

Embora Janene se considere imune às CPIs que proliferam em *Brasília*, as revelações que *Alonso faz ajudam a explicar como o deputado saiu do limbo do PP malufista para a glória iluminada do PT lulista*. Alonso conta que Janene montou uma versão municipal do mensalão. E aguça a gula da CPI, ao relatar a incrível *história de uma frustrada viagem de três dias a Miami, com um bebê de três meses*, para sacar US$ 1 milhão da conta de Janene. Alonso antecipou a ISTOÉ trechos do muito que sabe:

JANENE

"O Zé ficou de mandar e não mandou"

A cara, o jeito e o cheiro do mensalão de Londrina, inspirado e operado por Janene, segundo Alonso, lembram muito o bicho que assombra Brasília e o *Congresso*. Até uma versão *local* de Marcos Valério ilustra a prévia londrinense:

ISTOÉ – *Roberto Jefferson diz que José Janene era o operador do mensalão. É verdade?*

Eduardo Alonso – Posso garantir que, no PP, quem opera, quem libera, quem manda e quem vale ali dentro é o Janene.

ISTOÉ – *Se o mensalão existe e chegou ao PP, passou pela mão de Janene?*

Alonso – Janene sempre teve este hábito de bancar político.

ISTOÉ – *Havia mensalão em Londrina?*

Alonso – Havia uma conversa muito forte. Logo que o Antônio Belinatti assumiu a prefeitura em 1997, *fez um* acordo com os vereadores para ter o domínio da bancada. Ele teria um número X de cargos para cada vereador. Como o Ministério Público foi para cima e exigiu demissão de todo mundo, o Janene assumiu o compromisso de controlar a bancada de vereadores. E Janene criou o mecanismo de compensação financeira.

ISTOÉ – *Como era?*

Alonso – Um ou outro vereador ligava, xingando, brabo: "O Zé (Janene) ficou de mandar e não mandou."

ISTOÉ – *De quanto era a mesada?*

Alonso – Era o equivalente a mais um salário de vereador. Ganhavam *R$ 5 mil de proventos e outros R$ 5 mil por fora.*

ISTOÉ – *Janene era o quê?*

Alonso – Ele era deputado federal e presidente do PP do Paraná. Eu era presidente municipal. A gente tinha intimidade maior com um ou outro vereador e alguns pediam: "Fala com teu pai, aí, tô precisando." O número era o suficiente para dar a maioria ao prefeito. Não sei se eram dez ou 11 dos 21 vereadores. Não precisava disso. Afinal, existiam os vereadores que eram ligadíssimos ao Belinatti, sem mensalão.

ISTOÉ – *Como ele era pago?*

Alonso – Era pago em envelopes da própria Câmara Municipal. Pelo que eles falavam, era grana viva.

ISTOÉ – *E de onde vinha a grana?*

Alonso – Só o Belinatti e o Janene podem responder isso. Talvez nem o Belinatti saiba de onde vinha. Isso mostra também o poder do Janene sobre o Belinatti. Não era a Câmara do prefeito, era a Câmara do Janene.

ISTOÉ – *E o Belinatti conseguiu governar?*

Alonso – Só não foi ao final do mandato porque, diante da intervenção violenta do Ministério Público, num caso de corrupção que virou escândalo nacional, ele acabou sendo cassado.

ISTOÉ – *Londrina acabou antecipando o esquema de Brasília?*

Alonso – Tudo o que acontece hoje em Brasília tem semelhanças com o que aconteceu em Londrina. Veja esta questão do publicitário Marcos Valério, que fez empréstimo para o PT nacional. O prefeito de Londrina estava devendo dinheiro de campanha em bancos e também chamou um publicitário, Waurides Brevilheri Jr, que assumiu este encargo no Banestado para poder justificar o caixa. Waurides recusou e denunciou ao MP, dois anos depois. O secretário municipal da Fazenda e o diretor da Sercomtel (companhia telefônica da cidade) eram os contratantes da operação. Waurides diz que foi chamado à prefeitura e o gerente do Banestado já estava lá, com todos os contratos prontos, tudo em nome da empresa dele, tudo certinho, com empréstimo em favor de sua agência, Metrópole, e em nome dos dois secretários. Eles rasgariam os títulos em nome dos secretários e substituiriam pelos títulos da agência.

ISTOÉ – *A idéia era fazer caixa?*

Alonso – O plano era usar o dinheiro na campanha. Igualzinho ao que fizeram em Brasília. Quando a gente vê na tevê, a gente lembra tudo, parece um remake.

ISTOÉ – *A versão corrente é de que seria uma bancada de 11 dos 21 vereadores ganhando um mensalão de R$ 5 mil. E o mentor seria Janene.*

Alonso – Eu sei por ouvir dizer. E por ouvir dizer quem recebia.

Garanto que no PP quem opera, quem libera, quem manda é o Janene (...) Ele sempre teve o hábito de bancar político

Eduardo Alonso, sobre José Janene (foto)

ISTOÉ - Por que começou o processo de mesada para vereador?

Alonso - Acho que a necessidade foi a mãe da invenção. Em vários casos, os funcionários não trabalhavam, só davam o nome e o dinheirinho para os vereadores. Era preciso filiar, colocar o funcionário, pagar o funcionário e mandar para o vereador. Só que, em vez de fazer a arrecadação via funcionário, num certo momento, não sei qual, o Janene passou a arrecadar. Era público e notório que quem controlava a Câmara de Londrina era o Janene.

VIAGEM

"Não pode, não aceito, não quero"

Nem o sofisticado esquema de segurança dos Estados Unidos resistiu ao charme de Janene. Ele arrancou, num passe de mágica, visto para Miami para cinco pessoas - uma delas um bebê - que não passaram perto do consulado. O saque de US$ 6 milhões acabou frustrado.

ISTOÉ *- E a viagem para os Estados Unidos?*

Alonso - Em 1998, trabalhei na campanha que reelegeu Janene deputado federal. Ele ficou tão feliz que me deu de presente a caminhonete Ford Explorer que usou na campanha. Ele foi o segundo mais votado no Paraná, só atrás do Rafael Greca (PFL). E ofereceu uma viagem a Miami à minha esposa, à esposa dele (Stael Fernanda) e a outra amiga (Favanah Gusso). Um presente só para as mulheres. Minha mulher não queria ir, tinha tido bebê em novembro e não queria viajar em janeiro. "Não, eu pago a passagem para a babá também", insistiu o Janene. E todo mundo viajou em primeira classe para Miami: as três mulheres, a babá e o bebê. Tiramos os passaportes e, três, quatro dias depois, o Janene nos devolveu com os vistos - até para o bebê de três meses e a babá, uma moça de uns 20 anos, sem patrimônio, algo que sempre desperta as suspeitas da alfândega americana. Os vistos foram concedidos sem que minha mulher, a babá e o bebê tivessem posto os pés num consulado americano. Não sei como o Janene conseguiu isso.

ISTOÉ - *E daí?*

Alonso - Viajaram e no dia seguinte minha mulher ligou de lá, muito nervosa: "Quero voltar, quero voltar." Eu estava no interior do Paraná e falei ao celular com ela. "Eu vou embora, preciso ir embora, não agüento mais", ela dizia. A passagem era para uma estadia mínima de 14 dias. Um dia depois do desembarque em Miami, Stael Fernanda disse que não tinham dinheiro, que o Janene tinha feito uma remessa no nome de minha mulher, para ser recebida numa casa de câmbio. "Não tem problema", disse ela. "Quanto é que vou sacar?" A mulher do Janene respondeu: "US$ 1 milhão." Minha mulher levou um susto: "Não, não pode, não aceito, não quero, não quero." Um verdadeiro presente de grego. Viagenzinha cara, hein? Favanah, que dividia o quarto de hotel com a Fernanda, confidenciou para a minha mulher: "Elaine, te trouxeram pra cá por malandragem, só pra trazer o dinheiro no teu nome."

ISTOÉ - *Haveria outras remessas?*

Alonso - Favanah explicou: "Olha, Elaine, fizeram uma armação. Vão mandar US$ 1 milhão hoje e está acertado que vão mandar mais US$ 5 milhões amanhã." Elaine ficou apavorada e embarcou de volta no dia seguinte. Não saiu do hotel nos três dias que ficou em Miami. Não sei onde se hospedaram. O hotel foi pago com o cartão de crédito da Stael Fernanda. Se quebrar o sigilo do cartão, vai aparecer o nome.

ISTOÉ - *E como reagiu a mulher de Janene, diante da recusa de Elaine?*

Alonso - A Fernanda ficou agressiva com ela. "Pô, você ganha tudo isso, a gente te dá a passagem e você não pode fazer um favorzinho de sacar US$ 1 milhão para nós?" O clima ficou pesado.

ISTOÉ - *A mulher de Janene voltou junto?*

Alonso - Voltou. Ela podia ter ficado lá, passeando. Se voltou, é porque a missão não deu certo. Não era uma viagem de passeio. ■

A LAVANDERIA DO PT

AMAURY RIBEIRO JR.

Os integrantes da CPI dos Correios parecem convencidos de que o doleiro Toninho da Barcelona pode fornecer dicas sobre as contas do PT no Exterior. Mas documentos obtidos por ISTOÉ mostram que as pistas que poderão levar à rota do dinheiro do mensalão vão em outra direção. O dinheiro que pagou as dívidas de campanha com o publicitário Duda Mendonça no Exterior tem um pé fincado em escritórios de empresários, doleiros e banqueiros de Belo Horizonte. Ou seja, pode não ter havido empréstimo algum entre Valério e o PT. Afinal, se o empréstimo existisse mesmo, não haveria nenhum motivo para fazer pagamentos em dólar lá fora. A única explicação plausível, avaliam integrantes da CPI dos Correios, é a de que, na verdade, o dinheiro usado para pagar Duda já estava no Exterior. A GD International Corp, uma das empresas que depositaram dinheiro em favor do marqueteiro, pertence ao empresário e diretor do Clube dos Dirigentes Lojistas de Minas Gerais, Glauco Diniz Duarte, e a seu ex-funcionário Alexandre Vianna Aguilar.

Laços – A empresa nasceu em 1999 no balneário de Pompano Beach, na Flórida, e parece ter vocação para movimentar dinheiro de políticos e empresários no Exterior. Ligado a empresas de factoring, Glauco despacha num escritório no bairro da Savassi e tem fortes laços com a política. É genro do ex-prefeito de BH Maurício Campos, um cacique histórico do PL. É também sócio em uma empresa têxtil do empresário

ANDRÉ DUSEK

Caminho do dinheiro que pagou Duda pode levar a contas do partido no Exterior

Nagib Callil El Abras, que em 2002 coordenou a campanha do ex-governador Newton Cardoso.

Nos últimos cinco anos, a dupla Glauco-Nagib se aproximou do publicitário Marcos Valério, que passou a utilizar a GD para movimentar dinheiro no Exterior. Entre 2002 e 2003, a GD, cujo braço mineiro se chama GD Participações e Empreendimentos, movimentou nada menos que US$ 15,6 milhões no MTB Bank, uma das maiores lavanderias do planeta. Os documentos demonstram que a maior parte das transações teve o objetivo de trazer recursos para dentro do País, e não enviá-los, o que corrobora a tese que considera os empréstimos ao PT uma fraude. Três outras empresas offshore que pagaram Duda no Exterior também têm elo com Belo Horizonte. Aberta no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas, no Caribe, a Radial é operada por um conhecido doleiro de BH, Camillo Assunção, preso pela Polícia Federal em 2004 junto com outros 60 doleiros, na Operação Farol da Colina.

Em 2003, a Radial internou por meio de contas de doleiros no MTB cerca de US$ 1,5 milhão. O Trade Link Bank, que aparece movimentando US$ 700 milhões no MTB, é o braço caribenho do também mineiro Banco Rural, ligadíssimo a Marcos Valério. Controlada pelo mesmo banco, a Rural Europa, com sede na província portuguesa da Ilha Madeira, tem igualmente vocação para lavanderia. Fez cinco operações por meio de doleiros no MTB em 2003. ■

PISTAS

Investigações de doleiros, empresários e banqueiros de Belo Horizonte podem expor a rota do mensalão e mostrar que empréstimos não existiram

PRESENTE BILIONÁRIO

CPMI terá que investigar contrato de fundos de pensão que se obrigam a comprar ações do Citibank com sobrepreço de 240%

LINO RODRIGUES
E MÁRIO SIMAS FILHO

A CPMI dos Correios aprovou, na última semana, a quebra do sigilo bancário de dez fundos de pensão que administram nada mais nada menos que R$ 140 bilhões em investimentos. Na lista dos que serão investigados estão os três maiores fundos previdenciários do País: a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, a Petros, da Petrobras, e a Funcef, da Caixa Econômica Federal. Nos próximos dias, quando deputados e senadores jogarem luz na caixa-preta que resguarda os bilionários investimentos, irão deparar com um assombroso documento. Trata-se de um contrato assinado no dia 9 de março deste ano colocando, de um lado, a Previ, a Petros e a Funcef e, de outro, o maior grupo financeiro do mundo, o Citigroup. No documento, as fundações obrigam-se a comprar as ações do Citi na Brasil Telecom, uma das maiores empresas de telefonia do País, pagando um sobrepreço de 240% sobre o valor dos papéis. O contrato já é de conhecimento público – foi contestado na Justiça e no Tribunal de Contas da União –, mas as razões que levaram os fundos de pensão, que administram dinheiro público, a assiná-lo permanecem misteriosas. Caberá à CPMI desvendar as causas de tamanho escândalo.

Em julho de 1998, os fundos de pensão pagaram R$ 32 por cada lote de mil ações da Brasil Telecom. Em 9 de março deste ano, quando o contrato com o Citi foi assinado, cada lote de mil ações valia R$ 23,50, de acordo com os registros da Bolsa de Valores de São Paulo. O compromisso assinado, no entanto, obriga os fundos de pensão a pagar ao Citibank R$ 90 por lote de mil ações. Se o negócio fosse finalizado hoje, os fundos de pensão seriam obrigados a pagar R$ 1,045 bilhão por papéis que valem R$ 340 milhões. Mas, segundo reza o contrato, a compra deverá ser feita a partir de 2007, com os valores das ações corrigidos pelo IGP-DI, acrescidos de 5%. Na prática, foi como se

CONTRATO DE OPÇÃO DE VENDA DE AÇÕES DE OPPORTUNITY ZAIN S.A.

Pelo presente instrumento, celebrado entre as partes:

Cláusula 3.02. Regulamentação Aplicável. (a) O cumprimento das obrigações dos Fundos de Pensão sob este Contrato poderá ser exigido independentemente de qualquer regulamentação ou legislação que estabeleça limites, condições ou restrições às participações acionárias e à negociação de ações pelos Fundos de Pensão, incluindo quaisquer regulamentos editados pela Secretaria de Previdência Complementar ou qualquer órgão sucessor (a "SPC"), a Agência Nacional de Telecomunicações (a "ANATEL"), a Comissão de Valores Mobiliários ou o Banco Central do Brasil (a "Regulamentação Aplicável").

(b) Os Fundos de Pensão realizarão, nos termos deste Contrato, as aquisições das Ações Objeto do Exercício da Opção de Venda não obstante tal aquisição possa importar em desenquadramento ou qualquer outra irregularidade ou violação da Regulamentação Aplicável, ficando a cargo de cada Fundo de Pensão e sob sua exclusiva responsabilidade, tomar quaisquer medidas necessárias para permitir o tempestivo cumprimento de suas obrigações sob as Opções de Venda, incluindo, sem limitações, (a) a designação um terceiro comprador em conformidade com a Cláusula 2.01.(g) acima, (b) a alienação de tais Ações Objeto do Exercício da Opção de Venda após sua aquisição, ou (c) a obtenção

TC 012.886/2005-2
Natureza: Representação

Nesse diapasão, ante a existência de notícias nos autos de potencial prejuízo nos cofres dos multicitados fundos de pensão, uma vez que o acordo "put" previsto entre esses fundos e o Citigroup encontra-se majorado em aproximadamente 240% sobre o valor real das ações da Brasil Telecom, com a consequente absorção do resultado deficitário desses fundos na [illegible]

À 2ª SECEX.

Gabinete, 15 de agosto de 2005.

BENJAMIN ZYMLER
Relator

"Preço de Venda Ações Zain" significa o preço por Ação Zain obtido mediante (a) a soma de

(i) o Valor Atualizado de R$ 1.045.941.692,43 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos), desde 28 de fevereiro de 2005 até a Data de Efetivação da Opção de Venda Ações Zain,

"Valor Atualizado" significa o resultado da atualização de um valor dado em determinada data até a data final indicada, mediante o acréscimo da variação do IGP-DI ou, em caso de descontinuação da divulgação do IGP-DI, por outro índice similar que vier a substituí-lo e a aplicação de uma taxa de 5% ao ano, calculada conforme memória de cálculo disposta no Anexo I.

o Citibank, presidido no Brasil pelo uruguaio Gustavo Marín, recebesse um bilionário presente dos fundos de pensão, cujas decisões vêm sendo capitaneadas por Sérgio Rosa, da Previ.

Além da matemática altamente desfavorável ao dinheiro público, outro ítem assustador é flagrante no contrato. No capítulo três, cláusula 3.02, está escrito que os fundos de pensão se obrigam a assumir o bilionário compromisso financeiro mesmo que o contrato venha a ser considerado ilegal por organismos como a Agência Nacional de Telecomunicações, a Comissão de Valores Mobiliários, a Secretaria de Previdência Complementar e o Banco Central. Ou seja, trata-se de uma operação em que o lucro do Citi é 100% garantido e todos os riscos ficam com os fundos. Foi por isso que o ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, suspendeu o contrato, através de uma medida cautelar. "Há potencial prejuízo aos cofres dos fundos, o que poderá ser arcado pelas patrocinadoras estatais das fundações", disse o ministro, em decisão proferida na segunda-feira 15. O relatório, sob o número 1392/7, está no Senado desde 27 de julho e certamente irá orientar os membros da CPMI a desvendar os segredos do contrato. Dias antes de o TCU se manifestar, o juiz Hildo Nicolau Perón, da 2ª Vara Federal de Florianópolis (SC) concedeu, em 25 de julho, liminar suspendendo os efeitos do contrato, por também entender que ele é lesivo aos fundos de pensão.

Guerra – Apesar da barreira imposta pelo TCU e pela Justiça Federal, os fundos de pensão brigam pela manutenção do contrato, que, na verdade, se trata de mais um lance da sangrenta batalha pelo comando da Brasil Telecom, empresa que tem R$ 3 bilhões em caixa.

Desde 2003, o controle da Brasil Telecom vinha sendo disputado pelo grupo Opportunity e pela multinacional Telecom Italia. Em maio deste ano, o Opportunity decidiu vender suas ações para os italianos. Uma operação que poderia pôr fim à disputa, mas que esbarrou no contrato assinado em 9 de março. Ao estipular um piso altíssimo para as ações do Citibank, o banco assegurou um preço de venda irreal às suas ações. Isso, para a Telecom Italia, foi a gota d'água no relacionamento com os fundos. "Esse contrato é imoral e escandaloso", disse Paolo dal Pino, presidente da multinacional italiana. "Se for mantido, a Brasil Telecom, na prática, acabará sendo reestatizada por intermédio dos fundos de pensão, os únicos que pagarão tamanho absurdo pelas ações do Citi." Esse, aliás, foi um dos argumentos que levaram o juiz de Florianópolis a conceder liminar suspendendo os efeitos do contrato. "A Brasil Telecom correria o risco de vir a ser controlada pelos fundos de pensão, o que será obstado pela fumaça do bom direito", redigiu o juiz Hildo Perón. Caso os fundos de pensão consigam fazer valer o contrato, passarão a ter 65% do capital de controle da operadora.

Contrapartida – O presente dos fundos de pensão ao Citibank também contraria regras usuais de mercado. Contratos desse tipo, em que uma parte se compromete a comprar as ações de outra no futuro, são conhecidos como *put* e funcionam como uma espécie de seguro. Em tais transações, quem vende tem que pagar um prêmio ao futuro comprador, justamente por ter a garantia de preço estipulada. Neste caso, Previ, Petros e Funcef assumiram todos os ônus da transação, mas não receberam nenhum centavo pela vantagem concedida ao Citibank. E, se receberam, esse prêmio não está definido em nenhuma cláusula contratual. No mercado, estima-se que esse prêmio pela put, numa operação de R$ 1.045 bilhão, valeria mais de R$ 150 milhões. Em todo o imbróglio, nenhum investidor ficou com uma posição tão confortável quanto o Citibank. Aconteça o que acontecer, o banco hoje tem a garantia de venda de suas ações a um preço supervalorizado e que ainda será corrigido por IGP-DI mais 5% até 2007. Está nas mãos da CPMI desvendar todos os meandros do contrato para assegurar que ele não passa de papel pintado. ■

Jogo de empurra

Procurado por ISTOÉ, o executivo Paulo Caldeira, vice-presidente do Citigroup em Nova York e responsável pelo acerto com os fundos de pensão, disse que não falaria sobre o assunto. Indicou o consultor Agostinho Gaspar, em São Paulo. Gaspar, por sua vez, disse que o advogado do banco, Sérgio Spinelli, e Alberto Guth, presidente da Angra Partners e gestor do Fundo de Investimentos Institucionais, no qual os fundos são cotistas, seriam os porta-vozes. O curioso é que a Angra foi criada em 2003, quando os fundos de pensão destituíram o Opportunity da gestão de seus investimentos. A Angra é uma companhia que tem entre seus principais executivos Pedro Paulo Campos, ex-Citibank. O advogado Spinelli não respondeu aos telefonemas para falar sobre o contrato entre o seu empregador e os fundos de pensão. Acabou sobrando para Alberto Guth, que defendeu o contrato como a melhor forma de colocar os fundos de pensão à frente de seus investimentos e com uma perspectiva de saída. Ele avalia o contrato de put como uma prática normal. "O negócio engloba um conjunto de acordos que garantem aos fundos uma série de vantagens, como o direito de assumir as empresas juntamente com o Citi e trabalhar para que esses ativos tenham liquidez", afirma.

A Angra Partners foi criada em 2003, quando os fundos destituíram o Opportunity

Currículo de escândalos

O Citigroup tem colecionado escândalos ao redor do mundo. Confira os mais importantes:

NOVEMBRO DE 1999: remessa ilegal de US$ 300 milhões pertencentes a traficantes mexicanos para paraísos fiscais. A operação ajudou *Raul Salinas*, o irmão do *presidente do México, Carlos Salinas*, a transferir os recursos para fora do território mexicano.

SETEMBRO DE 2000: a Federal Trade Comission, a CVM americana, processou o Citigroup por induzir consumidores a refinanciar *empréstimos* para o banco com taxas de juros extorsivas. No final, foi obrigado a ressarcir US$ 215 milhões aos clientes lesados.

JANEIRO DE 2004: o banco é acusado de colaborar na falência fraudulenta da Parmalat. A Justiça italiana descobriu que o Citi ajudou Calisto Tanza, fundador da companhia, a desviar dinheiro. Em fevereiro *deste ano, a Parmalat* foi autorizada pela Corte americana a prosseguir *com o processo* no qual pede indenização de US$ 10 bilhões ao banco.

MAIO DE 2004: o Citigroup é multado em US$ *70 milhões*, a maior penalidade já imposta pelo FED, espécie de banco central americano. *Entre as irregularidades cometidas* pelo banco, a exigência para que alguns clientes assinassem em conjunto financiamentos desnecessários a juros altíssimos.

AGOSTO DE 2004: investidores processaram o banco, alegando *terem sido enganados* por um esquema fraudulento de venda de papéis da empresa de energia *Enron, que faliu* depois de se transformar em um dos maiores escândalos financeiros do mundo empresarial. A ação supera os US$ 2 bilhões.

SETEMBRO DE 2004: autoridades japonesas fecharam quatro escritórios do Citi no país por múltipla violação das leis e *regulamentos do mercado financeiro*.

SETEMBRO DE 2004: o ditador chileno *Augusto Pinochet se utilizou de* 63 contas que tinha no Citigroup para esconder e lavar *dinheiro. Ele transferiu* recursos de offshores para contas pessoais nos EUA e no Chile.

MARÇO DE 2005: o FED proibiu o Citi *de fazer ou participar* de fusões e aquisições enquanto não fossem solucionadas as pendências judiciais *que enfrenta em vários países*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: está tomando corpo na sociedade brasileira movimento para a conversão da dívida externa em recursos para a educação.

A proposta tem apoio deste senador, do Ministério da Educação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e também da UNESCO, e pelas informações que temos recebido vem sendo defendida em vários fóruns internacionais.

Vários países já conseguiram a conversão de um percentual de suas dívidas em investimentos para a preservação do meio ambiente e combate à pobreza, além é claro da própria educação.

Há poucos dias realizou-se na cidade de São Paulo um seminário internacional sobre educação e dívida externa onde foi apresentado documento assinado pela organização não-governamental Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

Esta entidade foi fundada em 1998 pelo frei Davi dos Santos e mantêm uma rede de quase 100 cursos pré-vestibulares comunitários.

Ela nasceu da experiência dos pobres, negros e indígenas marginalizados e excluídos do direito à educação. Tem sistematicamente lutado por uma educação pública e de qualidade para todos os brasileiros, de modo especial para grupos étnicos minorizados.

O texto da Educafro intitulado "Carta aberta – Conversão da Dívida Externa em Educação – Uma exigência da sociedade", faz algumas reflexões e apresenta algumas propostas.

> (...) É urgente repensarmos a distribuição dos bens culturais e materiais do país garantindo oportunidades aos brasileiros que sucumbem a uma estrutura social racista que condena o povo negro e indígena à pobreza.

Passados 117 anos da dita "abolição da escravatura", o negro está em desvantagem perante os brancos em todos espaços sociais.

> (...) A história nos ensina que o fato que levou o Brasil a iniciar sua dívida externa foi a compra de canhões da Inglaterra para destruir

> o Quilombo dos Palmares matando milhares de negros e indígenas.
>
> (...) A América Latina e a África, através da opressão efetuada pelos países ricos, sofrem ao longo dos séculos com o crescimento de suas dívidas externas que causam situações de extrema miséria onde os principais atingidos novamente são os negros e indígenas.

Sr. Presidente, a sociedade está amadurecendo seu reconhecimento quanto a outra forma de dívida, aquela oriunda dos 388 anos de escravidão dos negros no Brasil.

O Ministério Público Federal de São Paulo está discutindo a reparação à população negra por meio de consulta pública, visando propor ação jurídica cabível.

Que a dívida externa seja usada para indenizar os descendentes de escravos ainda compondo todos os índices de exclusão de todas as estatísticas brasileiras.

Entre as várias sugestões da Educafro está a que propõe que "uma parcela do investimento em educação que será decorrente do perdão da dívida externa possa ser canalizado para compor o Fundo Financiador de Políticas Públicas proposto pelo Estatuto da Igualdade Racial", projeto de nossa autoria que está tramitando no Congresso Nacional.

O objetivo do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, capítulo quarto, artigos 26, 27, 28 e 29, do estatuto, tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros, nas áreas de educação, emprego, saúde, mídia, bolsa estudo, cultura, tradição, dentre outras.

Louvamos a iniciativa da conversão da dívida externa em recurso para a educação e da mesma forma apoiamos a sugestão da Educafro de que o Fundo de Promoção da Igualdade Racial receba percentuais de investimentos.

Por outro lado, Sr. Presidente, no último final de semana estive reunido com o movimento negro brasileiro tratando do Estatuto da Igualdade Racial e da Marcha Zumbi Mais Dez. e o movimento decidiu que a marcha, e eu respeito essa decisão, será nos dias 16 e 22 de novembro aqui em Brasília.

Esta atividade da comunidade negra que vai reunir milhares de ativistas tem como objetivo chamar a atenção do País para o problema do racismo e pedir que o Congresso Nacional aprove o Estatuto da Igualdade Racial.

Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de parabenizar o Ministério Público de Brasília que entrou com ação contra alguns bancos que não estão contratando pessoas por serem negras em típico ato de discriminação. Atitudes como esta só vem a engrandecer o Ministério Público.

Sr. Presidente, para finalizar deixo aqui registrado que no último sábado o filme "Cafundó" de Paulo Beti e Clóvis Bueno recebeu quatro Kikitos no festival de Cinema de Gramado, sendo um deles o de melhor ator para Lázaro Ramos, um ator negro.

Este filme aborda a questão do racismo. Durante a entrega dos prêmios o produtor do filme, R. Genaro fez um discurso incisivo, e que lá pelas tantas diz:

> "Enfrentamos o marketing racista do por que se vai dar dinheiro para alguém fazer um filme sobre um preto velho? Este é um filme em prol de uma democracia racial no Brasil. Ainda tenho a esperança de vivenciar um Brasil como o país da integração racial".

Era o que eu tinha a dizer.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, seria risível se não fosse triste. Não é risível, é triste. e lembra o efeito Katrina, que amedronta New Orleans e que pode ser comparado, na política brasileira, ao Furação PT, esse vendaval de bom tamanho, que chegou em 2003 e que só vem causando estragos ao Brasil.

Muitos desses prejuízos são irreversíveis e só quem não os vê são os seus próprios causadores, os petistas, a começar, é bom que se diga, pelo Presidente Lula.

Em seu mundo de sonhos que nunca coincidem com a realidade, o Presidente segue indiferente à crise que ele e seus companheiros criaram. Segue como pretenso candidato à reeleição e, segundo diz, *para salvar o PT.* Pensei que seria para salvar o Brasil.

A hora é de análise, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já lá vão 100 dias de um triste tempo de Governo em que Lula deixou de agir com rapidez; não afastou suspeitos e segue passando a mão na cabeça dos protagonistas da maior pilhagem a que jamais o Brasil foi submetido.

As análises estão aí. No domingo, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com sua autoridade, sentenciou:

Agora é tarde! (Tarde para a recuperação de um Governo que se julgou acima do bem e do mal, dono do poder absoluto.

O ex-Presidente fala dos sonhos: Hoje, estamos todos, mesmo os que não tinham ilusão, desiludidos com o grau de desmoralização de tudo.

Lula, o mais atingido pela desmoralização, continua sonhando. e sonhando alto, como se tudo em seu derredor estivesse às mil maravilhas. Não está, Presidente. Não está!

Juntamente com a hora das análises, para a Nação, para os pensadores, a hora, para Lula, é a hora de acordar. Acorda, Presidente! Esqueça esse frenesi de insistir em devaneios e quimeras oníricos.

O tempo dos sonhos já passou. Sonho, Presidente Lula, é uma seqüência muito fugaz de pensamentos, de idéias vagas, quase agradáveis, mais ou menos incoerentes.

O que houve foi que o Presidente se deixou avançar demasiadamente no que suponha ser apenas as chamadas delícias do poder.

Essa é a visão dos pouco sintonizados com a realidade que – faltou dizerem a Lula – não pode um Presidente ignorar.

O erro do Presidente Lula foi o de fugir à realidade, entregando-se à fantasia, enquanto seus chamados companheiros agiam, supondo que ficariam imunes a punições. Como se o Brasil não fosse uma República e sim um pretenso porém falso acolitato. A própria República Petista.

Diante de quadro de tamanha perplexidade e contristação, os analistas, sociológicos, cientistas políticos preocupam-se e já promovem seminários, congressos e reuniões. O objetivo, diz o título de editorial de ontem de **O Estado de S. Paulo**, é o de compreender a crise.

Uma preocupação justa, de legar às gerações de amanhã e, especialmente, para o historiador do futuro dados que possam explicar o grande retrocesso por que passou o Brasil no já chamado Quatriênio Perdido em que se está constituindo o Governo Petista do Presidente Lula.

Numa democracia, não importa quem teve ou está tendo a iniciativa de promover essas análises. Na semana passada, foi a vez do seminário O silêncio dos intelectuais, promovido pelo Ministério da Cultura.

Nesse encontro, a filósofa Marilena Chauí sustentou que do PT caiu uma armadilha tucana, com isso querendo dizer que o PT se viu obrigado a enveredar por uma reforma política, sendo, no entanto, obrigado a alianças, que deram no que deram.

O editorialista corrige a filósofa, observando que, a prevalecer essa versão, os dirigentes do PT se enroscaram com propinas, caixa dois e mensalões. ou seja, nada mais eram que pobres coitados, vítimas de um truque dos adversários, das más companhias e da perversidade do sistema político.

A conclusão difere da análise feita por quem realmente entendeu o que se passou com o PT porque foi petista até ontem, o ex-Deputado Federal Milton Temer, hoje do P-SOL.

A mesma qualidade é encontrada na entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique, publicada domingo no **Estadão**.

Mais do que uma análise correta, as palavras de Fernando Henrique encerram sensatez.

Não há dúvida de que ele não poderia fugir do diagnóstico hoje predominante entre o povo brasileiro, o que a crise já atingiu o coração do Governo Lula e não será facilmente superada.

Nem por isso o ex-Presidente quer a degola de Lula nem do seu mandato. Nada disso. Mas nem por isso, também, Lula tem culpa. Por não ser néscio nem ingênuo, o Presidente tinha que saber que havia mais coisas entre o seu e a terra do que seus amigos dizem que ele sabia.

Com uma frase, FHC disse o que pensa do Governo Lula:

Acho que para o Brasil seria muito ruim se Lula não terminar o mandato. Mas faço uma ressalva: se acontecer alguma coisa, paciência.

Meu partido e eu temos dito o mesmo. Não queremos o afastamento do Presidente, contudo é necessário que se apure os escândalos do Governo Lula, que agora, pela denúncia do Senador Alvaro Dias, está envolvido com notas frias nos gastos com cartões corporativos.

As análises estão vindo. e que venham. O que menos se pode é descartar o pensamento de quem sabe e tem o que dizer.

Por isso, estranho a declaração do líder petista na Câmara, o Deputado Chináglia. Ele leu a entrevista de Fernando Henrique e declarou ao mesmo jornal:

"Todos têm o direito de fazer a sua análise, mas no caso do Fernando Henrique, mais do que analisar, ele quer comemorar a situação difícil do PT."

Como é que se traduz esse arroubo inconseqüente, nada democrático, do ilustre Líder petista?

Quem sabe, ciúme! Fica sendo isso.

Só quero saber como ficará o Líder quando, no Carnaval, vir as críticas ao PT. Será que a irreverência esperada nos sambódromos vai significar também uma outra comemoração da situação petista?

Garanto que o PSDB não vai sair em nenhuma escola de samba nem vai pagar milhões para colocar no sambódromo a pretensa transposição do Rio São Francisco.

O natural é o que vai vir espontaneamente, como as fantasias de mensalão e, principalmente, de cuecão, como antecipa o jornal **Folha de S.Paulo:**

MENSALÃO NA SAPUCAÍ

Escola de samba inclui símbolos da crise política no próximo desfile

"Cuecão" será fantasia de Carnaval

A crise política que há três meses abala o país pode até não acabar em pizza nas CPIs, mas já deu samba. A escola São Clemente, do Grupo A do Carnaval, vai levar para o Sambódromo do Rio de Janeiro, no ano que vem, "cuecões" e malas de dinheiro como fantasias e alegorias em seu desfile

Termino, Sr. Presidente, anexando a este pronunciamento o noticiário do final de semana, que dá bem uma idéia da gravidade da crise. que só não é grave para o Presidente Lula. Ele segue fagueiro, fazendo de conta que vai tudo bem no País. Não vai.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Segunda-feira, 29 de agosto de 2005

PARA COMPREENDER A CRISE

Na abertura do seminário "O Silêncio dos Intelectuais", patrocinado pelo Ministério da Cultura, a filósofa Marilena Chauí, historicamente ligada ao PT, afirmou que não se pronunciou sobre a crise – o escândalo de corrupção no qual chafurda o Partido dos Trabalhadores (PT) – porque ainda não conseguiu compreendê-la. Deve ser, de fato, muito complicado para um filósofo engajado fazer a exegese da mutação de um partido que nasceu ungido pela ética, para transformar o País, numa pandilha de dirigentes e agregados que violaram com desenvoltura as leis eleitorais e penais. Mesmo assim, arriscou algumas tentativas de análise, comprovando que, quando julgou compreender a crise, o fez de maneira arrevesada.

Segundo a filósofa Marilena Chauí, o PT caiu numa "armadilha tucana". ou seja, como o governo Fernando Henrique não teve a "coragem" – essa a expressão usada – de fazer a reforma política, o Partido dos Trabalhadores foi obrigado a fazer alianças e tudo acabou do jeito que aí está. e a corrupção, afirmou, não pode ser reduzida a uma questão de caráter pessoal, pois decorre do modo como o sistema político brasileiro está estruturado.

A prevalecer essa versão, os dirigentes do PT que se enroscaram com propinas, caixa dois e mensalões nada mais eram que pobres coitados, vítimas de um truque dos adversários, das más companhias e da perversidade do sistema político. Muito diferente é a análise da crise feita por quem realmente entendeu o que se passou com o PT porque foi petista até ontem e não tem motivos para atirar culpas e responsabilidades sobre terceiros.

O ex-deputado Milton Temer, que se desligou do PT para fundar o PSOL, em entrevista publicada quarta-feira pelo Estado, conta com minúcias o processo de desvirtuamento do PT. Lula, após a derrota eleitoral de 1989, teria montado uma estrutura paralela à direção nacional do PT. Com isso, conseguiu levar para a direção partidária "a burocracia da CUT", inclusive o ex-tesoureiro Delúbio Soares. Para Temer, quem fez a guinada no PT foi a burocracia sindical e o processo de contaminação do partido culminou com o caso de Roberto Teixeira, acusado pelo militante Paulo de Tarso Venceslau de usar as suas relações pessoais e partidárias para fechar vantajosos contratos com prefeituras petistas. Investigado o caso por uma comissão composta por Hélio Bicudo, Paul Singer e José Eduardo Cardozo, ao contrário do que se esperava – e por influência direta de Lula -, não foi Roberto Teixeira o expulso do partido, mas sim o denunciante Paulo de Tarso.

E Milton Temer faz um juízo definitivo sobre Lula: "Objetivamente, o Lula é o dono do modelo." e sobre Lula não saber do que ocorria nos porões do PT, a resposta foi cabal: "Quem falar essa frase, levando a

sério, ou chamo de marciano ou mal-intencionado. Lula nunca abriu mão de conduzir tudo."

O presidente interino do PT não desce aos detalhes da transformação do partido, indo direto aos resultados. Para Tarso Genro, houve "total irresponsabilidade na gestão (do PT), com total autonomia de determinados gestores que comprometeram a totalidade do partido". E, como o PT criou para si o mito de que era "a configuração da virtude sem nenhum vício", não criou mecanismos de controle e seleção das pessoas que ocupariam cargos de direção.

Mas a crítica mais demolidora foi feita ao projeto do partido. "O PT mostrou uma certa soberba e um certo equívoco sobre o que é poder. e houve uma simbiose profundamente equivocada entre o partido e o governo. Isso foi se transformando em uma relação entre partido e Estado, em algo profundamente equivocado." Em termos simples, o que Tarso Genro reconheceu foi que o PT, no lugar de um projeto de governo, fez um projeto de poder. A direção decaída não se satisfazia com a conquista do governo; queria que o PT absorvesse o Estado – o que só ocorre quando se instala um regime totalitário, nos moldes do comunismo na antiga União Soviética ou do nazismo, na Alemanha de Hitler.

A mistura do monopólio da virtude com a desmedida ambição de poder resultou numa espécie de "ética revolucionária". O partido que jamais admitiu o menor deslize de seus adversários fechou os olhos para o monumental esquema de corrupção que seus dirigentes, com a ajuda de operadores externos, montaram porque acreditavam que tudo lhes era permitido para salvar o País. Até mesmo emporcalhar as suas instituições.

São Paulo – Parlamentares, empresários e representantes de instituições e entidades participam, nesta segunda-feira, na capital paulista, de um almoço-debate, com o tema "Ética e Reforma Política", promovido pelo Lide – Grupo de Líderes Empresariais. No evento, também está prevista a realização de um manifesto contra a corrupção no País. O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), que tinha presença confirmada no debate, cancelou sua participação, em virtude de uma cirurgia de catarata, realizada na quinta-feira, segundo informações confirmadas pelo Gabinete da Presidência da Câmara, em Brasília.

Apesar da ausência de Severino, estão previstas as participações dos deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Zulaiê Cobra Ribeiro (PSDB-SP), que são integrantes das CPIs Mistas dos Correios e do Mensalão, respectivamente, no Congresso Nacional.

Também têm presença confirmada pela assessoria de imprensa do evento o presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Guilherme Afif Domingos e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), Luiz Flávio Borges D´Urso, além de executivos da Nestlé, Philips e da HP, entre outras empresas.

O debate-almoço tem início agendado para às 12 horas, no hotel Grand Hyatt, localizado na zonal sul da capital paulista.

Segunda-feira, 29 de Agosto de 2005

PLANALTO USA CARGOS EM FUNDOS E ESTATAIS PARA PREMIAR COMPANHEIROS

*Levantamento feito pelo **Estado** mostra indicações políticas para os conselhos fiscais e de administração de várias empresas*

Sérgio Gobetti

A estrutura de poder montada pelo PT, sob comando do ex-ministro José Dirceu, contou com o suporte financeiro das empresas estatais e dos cargos de indicação dos fundos de pensão para bonificar com uma "remuneração extra" os fiéis escudeiros do grupo político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Levantamento feito pelo Estado nas listas de conselhos fiscais e de administração de diversas empresas mostra que, nos últimos dois anos e meio, o Palácio do Planalto e seus aliados nos fundos de pensão usaram sistematicamente nomeações de caráter político para funções eminentemente técnicas.

Entre os principais assessores de Dirceu na Casa Civil, por exemplo, pelo menos quatro ocuparam ou ocupam assentos nesses conselhos: Miriam Belchior, subchefe de Articulação e Monitoramento, está no Conselho de Administração da Eletrobrás; Luiz Alberto dos Santos, da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, ocupa igual posto na Eletronorte; Swedenberger Barbosa, ex-número dois da Casa Civil, ainda aparece no conselho da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF); e Sandra Cabral, ex-assessora especial de Dirceu, renunciou à vaga nos Correios, mas continuava até a semana passada no Conselho Fiscal do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Além desses, Cezar Alvarez, assessor da Presidência, é membro do Conselho de

Administração do Banco do Nordeste, e Alon Feuerwerker, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares, do Conselho Fiscal do Banco do Brasil.

Ao todo, o governo pode dispor livremente de cerca de 500 cargos nas estatais, e os fundos de pensão, de outras centenas de assentos nos conselhos das empresas privatizadas das quais são acionistas. Só o fundo dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, têm 373 vagas em grandes empresas, do ramo de telefonia ao de mineração, que pagam aos seus conselheiros até R$ 20 mil mensais.

POUCO TRABALHO

A vantagem desse tipo de cargo é que ele não exige muito trabalho, apesar da responsabilidade. Em geral, os conselhos fiscais e de administração se reúnem apenas uma vez por mês, senão a cada trimestre. A remuneração mensal varia de 10% a 20% do que ganham os diretores da empresa. Nas estatais, isso significa um bônus mensal de, no mínimo, R$ 2 mil, e no máximo R$ 10,8 mil, como no caso de Itaipu Binacional, onde a cúpula da Central Única dos Trabalhadores (CUT) conseguiu emplacar um conselheiro, o secretário de Relações Internacionais, João Vaccari Neto, numa vaga criada especialmente para os "trabalhadores".

O presidente da CUT, João Felício, obteve vaga no Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde ganha R$4 mil por mês. Ele foi indicado para o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que financia os projetos do banco.

A utilização dos conselhos das estatais para complementar o salário de altos funcionários do governo é prática corriqueira. Os próprios ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e do Trabalho, Luiz Marinho, ganham por sua participação nos conselhos das maiores empresas.

Não é incomum ver pessoas de primeiro e segundo escalões da equipe econômica lotadas nesses cargos como forma de turbinar seus salários. Mas o governou atual levou ao extremo essa prática, utilizando-a para complementar a remuneração de vários assessores políticos e de imprensa dos ministros.

GENTE DE FORA

Até dirigentes petistas de fora do governo foram agraciados com indicações. É o caso de Marlene da Rocha, da Executiva Nacional do PT, que ocupou, até semanas atrás, um assento no Conselho Fiscal da Eletrosul. Entre todos os casos, porém, o que mais chama a atenção é o de Raimundo Ferreira da Silva Júnior.

Vice-presidente do PT no Distrito Federal, ele foi indicado pelo Ministério da Fazenda para ocupar suas vagas nos conselhos fiscais do BB Leasing e do BB Investimento. Renunciou aos cargos no início de julho, após a constatação de que aparecia na lista dos supostos office-boys usados pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para sacar o dinheiro do mensalão no Banco Rural.

Segunda-feira, 29 de Agosto de 2005

FARRA DE GRATIFICAÇÕES CRIA SALÁRIOS DE ATÉ R$40 MIL

Conselho da Previ ignora norma que limita pagamentos e nomeia muitos sindicalistas para os 373 cargos disponíveis

Sérgio Gobetti

As altas gratificações pagas pelas empresas privatizadas para os conselheiros indicados pelo fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) viraram uma farra. Apesar da determinação dada pelo banco e pela própria Previ para que seus representantes abram mão ou doem sua remuneração, que chega a R$ 20 mil por mês em alguns casos, poucos estão obedecendo à norma. A confusão acabou sendo escancarada por um dos mais importantes dirigentes petistas do BB, Henrique Pizzolato, durante depoimento à CPI do Mensalão.

Ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil e ex-presidente do Conselho Deliberativo da Previ, Pizzolato revelou que ganhava cerca de R$ 40 mil mensais, sendo R$18 mil da Embraer, empresa na qual ocupa uma vaga do Conselho de Administração. ao mencionar os valores, para justificar que tinha renda suficiente para comprar um apartamento no Rio, o petista disse que era motivo de gozação entre outros conhecidos que ganhavam muito mais.

A declaração provocou revolta entre os funcionários do Banco do Brasil e levou a direção da instituição a cobrar do petista que explicasse o episódio. Pelas normas internas, que visam a arrefecer a disputa por cargos, nenhum funcionário do BB que participe de conselhos fiscais ou de administração de outras empresas pode embolsar mais de R$ 2 mil mensais de complemento salarial. O que exceder deve ser doado.

"Os diretores da Previ também recebem essa orientação, mas nesse caso a devolução do dinheiro não é obrigatória", informa a assessoria de imprensa do fundo de pensão do BB. "Como isso é feito de forma orientadora, não se tem um controle de quem a cumpre."

SINDICALISTAS

Entre as 373 vagas de conselheiro à disposição do fundo de pensão, que participou do processo de privatização do setor de telefonia e mineração depois de uma longa polêmica no movimento dos bancários, pelo menos 37 são ocupadas por atuais e ex-sindicalistas, a maioria deles ligada ao grupo político do ex-ministro José Dirceu e de Delúbio Soares. Alguns desses sindicalistas chegam a acumular até quatro assentos em diferentes conselhos de administração de empresas privadas.

"Não é verdade que todos os conselheiros que saíram do movimento não tenham qualificação, mas é verdade que alguns só estão lá por suas ligações políticas", afirma o ex-diretor da Previ Fernando Amaral, que foi afastado do cargo por divergir do grupo de Delúbio e Dirceu.

As vagas da Previ mais disputadas são as da Companhia Vale do Rio Doce, que rendem gratificações de R$ 20 mil mensais. Os quatro assentos no Conselho de Administração são ocupados pelo presidente da Previ, Sérgio Rosa, pelo diretor de Seguridade, Erik Persson, pelo gerente Jorge Luiz Pacheco e por um aposentado, Arlindo Magno de Oliveira, ex-dirigente do fundo. Os diretores da Previ recebem mais R$15 mil de salário fixo.

A lista de agraciados pelas indicações inclui ainda outros importantes dirigentes sindicais ligados ao Banco do Brasil, como o atual presidente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT, Deli Soares Pereira, que representa a Previ nos conselhos da CPFL, do ramo de energia. No passado, muitos desses sindicalistas eram contrários às privatizações. Hoje se lambuzam nos lucros das empresas que deixaram de ser públicas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma das mais importantes deliberações adotadas pelo I Congresso Internacional de Direito Amazônico, realizado na Capital do meu Estado de Roraima, Boa Vista, no ano passado, foi a transformação daquele conclave em Fórum Permanente de Direito Amazônico, refletindo a compreensão da necessidade de se dar continuidade às discussões dos relevantes temas então suscitados.

Nesse espírito, a Academia Brasileira de Letras Agrárias (ABLA) e o Instituto de Direito Tributário do Pará lançaram a convocação para a realização do II Congresso Internacional de Direito Amazônico, reunido, desta feita, em Belém do Pará. No encontro, foi aprovado documento intitulado Carta de Belém de Direito Amazônico, cujas resoluções, por sua pertinência e vulto, entendo devam ser trazidas ao conhecimento desta Casa.

A primeira dessas resoluções foi, exatamente, a ratificação do inteiro teor da Carta de Direito Amazônico aprovada por ocasião do conclave anterior, realizado, como já mencionei, em Boa Vista. Ficou decidido, também, promover-se a criação, no âmbito da organização internacional do Tratado de Cooperação Amazônica, de uma instância de defesa ou Defensoria da Amazônia, órgão que terá por missão garantir a participação dos povos amazônicos no processo de seu desenvolvimento harmônico e eqüitativo e a proteção de seus direitos coletivos, bem como o cumprimento das normas do Direito Amazônico.

A fim de viabilizar a criação da citada defensoria, os participantes do Congresso decidiram que a Academia Brasileira de Letras Agrárias deverá encaminhar a iniciativa à Secretaria do Conselho de Cooperação Amazônica, para que esta leve a questão aos Ministros de Relações Exteriores dos Estados partes do Tratado de Cooperação Amazônica. No âmbito desses Ministérios, serão estudadas as emendas ou reformas necessárias ao texto do Tratado para a efetiva criação e instalação da Defensoria da Amazônia.

Os congressistas expressaram sua disposição de trabalhar de forma efetiva com o Conselho de Cooperação Amazônica e de proporcionar acordos acadêmicos e científicos entre as universidades dos países amazônicos. Irão, ainda, contatar organismos internacionais vinculados à Amazônia que possam assegurar benefícios para a região e para o seu povo. Defendem que seja densificada a normatização específica de tutela do caboclo amazônico, sujeito de direito típico da região, e de sua cultura, bem como a de proteção às comunidades indígenas e quilombolas.

A resolução de número 7 da Carta de Belém é no sentido de dinamizar a implementação dos Comitês Hidrográficos da Bacia Amazônica. O documento pugna, outrossim, pela descentralização da administração da Agência Nacional de Águas, com a criação de um órgão regional de gestão e fiscalização dos recursos hídricos na Amazônia.

Para a concretização do paradigma de preservação e conservação do ambiente aliadas ao crescimento econômico e social, a Carta de Belém defende que sejam observados os princípios do desenvolvimento sustentável. Para efeito da adequada inserção da Amazônia no contexto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o documento reconhece expressamente a supranacionalidade da região.

Com grande acerto, os participantes do II Congresso Internacional de Direito Amazônico estabeleceram como uma das prioridades imediatas da sua entidade o combate à biopirataria. Com esse intuito, insistem que os recursos existentes para esse fim reservados à Amazônia sejam destinados especificamente para a região, e reivindicam maiores investimentos na capacitação profissional de recursos humanos em biotecnologia. Ainda com fulcro na mesma preocupação, clamam pelo controle e a fiscalização pelos órgãos governamentais dos projetos que envolvam pesquisa, investimento e registro de patentes, especialmente na Amazônia.

A Carta de Belém postula, também, seja mais bem definida a correta aplicação das legislações específicas destinadas à Amazônia, contemplando-se, inclusive, a exploração mineral e madeireira. No que se refere a novas autorizações para exploração de recursos naturais, o documento advoga que se imponham exigências de garantias correspondentes e de execução de projetos sociais. Brada, ainda, pela revisão das alíquotas tributárias incidentes sobre atividades extrativas, de modo que se possa assegurar ao Estado e à sociedade considerável retorno dos dividendos auferidos pelas empresas com a exploração do solo e do subsolo.

Em relação à problemática da faixa de fronteira, a Carta de Belém insta seja regulamentado o artigo 20, § 2º, da Constituição Federal, relativamente à sua extensão.

Por último, os participantes do II Congresso Internacional de Direito Amazônico cobram do Governo da União o respeito aos princípios federativos, devendo esse nível de governo abster-se de invadir a esfera de competência das Unidades Federativas no que concerne ao seu poder de implementar políticas que atendam aos interesses do desenvolvimento dos povos regionais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como se percebe claramente da exposição que acabo de fazer, a Carta de Belém de Direito Amazônico aborda com rigor e propriedade os principais temas de interesse da Amazônia e do amazônida, a exemplo das questões dos recursos hídricos, do desenvolvimento sustentável, da biopirataria, das atividades extrativas mineral e madeireira, da faixa de fronteira.

Por isso, desejo congratular-me com a Academia Brasileira de Letras Agrárias e com o Instituto de Direito Tributário do Pará pela iniciativa de realizarem o II Congresso Internacional de Direito Amazônico. Aos participantes do conclave, apresento meus cumprimentos pela percuciência do documento que, na ocasião, elaboraram e aprovaram.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 948, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.519, de 2005, Relatora: **ad hoc** Senadora Ana Júlia Carepa), que *autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos, de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.*

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 949, de 2005 – art. 336,II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.520, de 2005, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia*

à operadora de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao NIB.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

5

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do* **caput** *do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 18 minutos..)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura -2005

Resenha Mensal das matérias apreciadas referente ao mês de agosto de 2005 (Período de 1º a 31/08/2005)

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADA NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E ENVIADA À SANÇÃO:

Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 247, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.*

Sessão: 03.08.2005

2 - APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À PROMULGAÇÃO:

Total..... . 1

Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Sessão: 10.08.2005

3 – APROVADAS COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total 2

Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005 (apresentado pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 248, de 2005), que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Sessão: 10.08.2005

Emendas ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que *institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.*

Sessão: 23.08.2005

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República .	4
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	3
Total.....	**7**

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2005 (nº 4.300/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências.*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2004 (nº 4.265/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 13 de dezembro como o "Dia Nacional do Forró".*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.*

Sessão: 16.08.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco" a rodovia BR-392, desde o município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 16.08.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na Casa de origem), *que institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza.*

Sessão: *16.08.2005*

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2005 (nº 4.957/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e dá outras providências.*

Sessão: 24.08.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 3.846/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências.*

Sessão: 31.08.2005

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	6
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	5
Total**.....**	***11***

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2005.*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 17.08.2005

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.* (Dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxicos).

Sessão: 17.08.2005

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/1999, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.* (Determina o depósito de cópia de toda pesquisa realizada em estação ecológica).

Sessão: 17.08.2005

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786/97, na Casa de origem), que *altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, para obrigar a inscrição em Braile do nome e da data de validade na rotulagem de medicamentos.*

Sessão: 24.08.2005

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001 (nº 2.646/2000, na Casa de origem), que *acrescenta § 6º ao art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a interposição de recursos por iniciativa dos infratores que especifica.*

Sessão: 24.08.2005

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.*

Sessão: 24.08.2005

Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Dia Nacional da Voz.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.08.2005

Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas, que *denomina "Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco" o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 25.08.2005

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Sessão: 30.08.2005

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa do Senado Federal	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados	30
Total.....	**33**

Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2005 (nº 1.370/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santo André a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo André, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2005 (nº 1.407/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádiodifusão Comunitária Pedroregense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Régis, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2005 (nº 1.408/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária José Gouveia da Silva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaraji, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2005 (nº 1.412/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Areia, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2005 (nº 1.529/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Educativa de Nova Olinda – Acreno a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 2005 (nº 1.487/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Águas Belas - PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Belas, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2005 (nº 1.493/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Pirangiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirangi, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2005 (nº 1.495/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2005 (nº 132/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Diário de Petrópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2005 (nº 1.083/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal do Brasil Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2005 (nº 1.436/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Educacional de Frei Miguelino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frei Miguelino, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2005 (nº 1.497/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2005 (nº 1.500/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiúva, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 264, de 2005 (nº 1.514/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manari, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2005 (nº 1.526/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pontal, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2005 (nº 1.541/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2005 (nº 1.543/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buíque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2005 (nº 1.482/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Janiópolis, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2005 (nº 1.496/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Movimento Jovem de Assistência Social de São Miguel Arcanjo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2005 (nº 1.417/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Querência do Norte – ACCQN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Querência do Norte, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2005 (nº 1.447/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 09.08.2005

Projeto de Resolução nº 71, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (AGROFUTURO), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Resolução nº 72, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até EUR 8.691.961,98 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e oito centavos), de principal.*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Resolução nº 73, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2005 (nº 973/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2005 (nº 1.394/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2005 (nº 1.559/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, celebrado em Santa Cruz da Sierra, em 8 de julho de 2004.*

Sessão: 10.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (nº 1.094/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais - CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, em 17 de novembro de 1997.*

Sessão: 30.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2005 (nº 1.024/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sófia, em 10 de abril de 2003.*

Sessão: 31.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2005 (nº 1.322/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Sessão: 31.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2005 (nº 1.376/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e Aqüicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Sessão: 31.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2005 (nº 1.422/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.*

Sessão: 31.08.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2005 (nº 632/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada, em Barbados, em 3 de junho de 2002.*

Sessão: 31.08.2005

V - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total 28

Mensagem nº 4, de 2003 (nº 1.208/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ricardo Luiz Viana de Carvalho,* Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o de Embaixador do Brasil junto a Santa Lúcia.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 135, de 2004 (nº 463/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Gilda Maria Ramos Guimarães*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 139, de 2004 (nº 476/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Cesário Melantonio Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Azerbaijão.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 150, de 2004 *(nº 539/2004, na origem),* pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marcos Caramuru de Paiva*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permamente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

Sessão: *17.08.2005*

Mensagem nº 151, de 2004 (nº 540/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Lúcio Pires de Amorim*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 191, de 2004 (nº 793/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Lúcio Pires de Amorim*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 192, de 2004 (nº 794/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Lúcio Pires de Amorim*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 175, de 2004 (nº 671/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Antonio José Rezende de Castro*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 91, de 2005 (nº 62/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do *Antonio José Rezende de Castro*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 176, de 2004 (nº 672/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Renato Luiz Rodrigues Marques*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 112, de 2005 (nº 150/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Renato Luiz Rodrigues Marques*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Quirguiz.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 179, de 2004 (nº 681/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Augusto Lindgren Alves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bósnia-Herzegóvina.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 198, de 2004 (nº 808/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista de Sri Lanka.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 5, de 2005 (nº 6/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 163, de 2005 (nº 370/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 92, de 2005 (nº 76/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Leda Lucia Martins Camargo*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suazilândia.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 95, de 2005 (nº 97/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Leda Lucia Martins Camargo*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Madagascar

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 93, de 2005 (nº 95/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Viegas Filho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 111, de 2005 (nº 149/2005 , na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Fausto Martha Godoy*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Tadjiquistão.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 133, de 2005 (nº 235/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Júlio César Gomes dos Santos*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 147, de 2005 (nº 318/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ivan Oliveira Cannabrava*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 148, de 2005 (nº 319/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ivan Oliveira Cannabrava,* Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Belize.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 149, de 2005 (nº 328/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Kátia Godinho Gilaberte*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Gâmbia.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 157, de 2005 (nº 340/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Jeronimo Moscardo de Souza*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 165, de 2005 (nº 378/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Mauro Mendes de Azeredo*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto República Helênica.

Sessão: 17.08.2005

Mensagem nº 161, de 2005 (nº 356/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal, a indicação do Senhor *Luciano Ozorio Rosa*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Malta, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Sessão: 30.08.2005

Mensagem nº 169, de 2005 (nº 381/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a indicação do Senhor *Luiz Sérgio Gama Figueira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o *agrément* do governo desse país.

Sessão: 30.08.2005

Mensagem nº 183, de 2005 (nº 474/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal o nome do Senhor *Isnard Penha Brasil Júnior*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã e na República do Iêmen, desde que obtidos os *agréments* dos governos desses países.

Sessão: 30.08.2005

VI – PARECER REFERENTE A MENSAGEM DE ESCOLHA DE AUTORIDADE:

Total	**1**

Parecer nº 1.511, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 206, de 2005 (nº 514/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Márcio Paulo Buzanelli* para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - Abin.

Sessão: 24.08.2005

VII - REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE:

De iniciativa do Senado Federal	3
Total	**3**

Requerimento nº 756, de 2005, dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, *requerendo voto de solidariedade ao povo inglês, ante o atentado terrorista, que vitimou centenas de pessoas.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 757, de 2005, do Senador José Jorge, *solicitando, voto de solidariedade ao povo inglês, vítima, na manhã do dia 7 de julho de 2005, de ataques terroristas, em Londres.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 758, de 2005, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e veemente repúdio contra os bárbaros atentados cometidos contra a população civil de Londres, capital do Reino Unido da Grã-Bretanha.*

Sessão: 16.08.2005

VIII – REQUERIMENTO DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Total	**1**

Requerimento nº 923, de 2005, de autoria do Senador César Borges, *solicitando, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, auditoria na Controladoria-Geral da União, no período de maio de 2002 até agosto de 2005.*

Sessão: 25.08.2005

IX - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total..... 14

Requerimento nº 598, de 2005, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 709, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17, de 2004, e 176, de 2000, que já se encontra apensado aos de nºs 263 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 711, de 2005, do Senador Sibá Machado, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 831, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

Sessão: 17.08.2005

Requerimento nº 844, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

Sessão: 17.08.2005

Requerimento nº 864, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: 17.08.2005

Requerimento nº 1.407, de 2004, do Senador César Borges, *requerendo, nos termos regimentais, que seja solicitada ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a existência de recursos de entidades da administração pública depositados no Banco Santos S.A.*

Sessão: 17.08.2005

Requerimento nº 876, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428 e 605, de 1999, que já se encontram apensados, por tratarem de temas correlatos.*

Sessão: 25.08.2005

Requerimento nº 880, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: *25.08.2005*

Requerimento nº 890, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.*

Sessão: 25.08.2005

Requerimento nº 901, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

Sessão: 25.08.2005

Requerimento nº 905, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 285 e 346, de 2004, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 25.08.2005

Requerimento nº 906, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2005.*

Sessão: 25.08.2005

Requerimento nº 912, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 25.08.2005

X – MATÉRIAS PREJUDICADAS:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Senado Federal	3
Total	**4**

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2000 (nº 405/95, na Casa de origem), que *estabelece precedência aos usuários que especifica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta.*

Sessão: 16.08.2005

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2003, do Senador Hélio Costa, *que autoriza a criação da TV Brasil Internacional.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 186, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre os valores dispendidos pelo Banco Popular do Brasil com diárias, passagens aéreas e cartões corporativos, nos anos de 2003 a 2005.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 187, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, que *requer sejam solicitadas, ao Ministro de Estado da Fazenda, informações sobre as atividades do Banco Popular do Brasil, a fim de instruir a Medida Provisória nº 226, de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.*

Sessão: 16.08.2005

XI - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES:

De iniciativa do Senado Federal	2
Total	**2**

Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9613, de 03 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.*

(Retirado pelo Requerimento nº 579, de 2005)

Sessão: 16.08.2005

Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre a aplicação de penas restritivas de direito e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.*

(Retirado pelo Requerimento nº 878, de 2005)

Sessão: 25.08.2005

XII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	46
**Total..... **	**46**

Requerimento nº 806, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, *solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Dr. Egydio Machado Salles, no dia 27 de julho de 2005, em São Paulo, vítima de insuficiência múltipla dos órgãos.*

Sessão: 02.08.2005

Requerimento nº 810, de 2005, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Rodolpho Tourinho e César Borges, *solicitando voto de congratulações pelo transcurso do centenário do nascimento do ilustre brasileiro e ex-Senador da República Juracy Magalhães.*

Sessão: 03.08.2005

Requerimento nº 811, de 2005, de autoria do Senador Luiz Otávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado paraense Egydio Machado Salles, ocorrido no dia 27 de julho de 2005, na cidade de São Paulo.*

Sessão: 03.08.2005

Requerimento nº 814, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Coari, Estado do Amazonas, pelo transcurso de seu 73º aniversário de existência.*

Sessão: 03.08.2005

Requerimento nº 819, de 2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena e outros Srs. Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprígio Vilela, ocorrido no dia 7 de agosto de 2005, em São Paulo – SP.*

Sessão: 08.08.2005

Requerimento nº 822, de 2005, de autoria do Senador Artur Virgílio, *solicitando voto de aplauso, in memoriam, ao ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, pelo lançamento de seu livro "O Congresso em Meio Século".*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 824, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Monsenhor Ivo Calliari, ocorrido no dia 2 de agosto de 2005.*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 825, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Medeiros.*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 826, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de solidariedade ao jornalista Ancelmo Góis, ocorrido no dia 2 de agosto de 2005.*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 828, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna e outros Srs. Líderes, *solicitando voto de regozijo ao Governo da Federação da Rússia, pelo sucesso da operação de resgate dos tripulantes do minissubmarino russo AS-28.*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 833, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Aprigio Brandão Vilela, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho.*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 834, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon e da Senadora Heloísa Helena, *solicitando voto de homenagem à médica e psiquiatra Dra. Nise da Silveira, por ocasião do centenário de seu nascimento.*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 835, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do advogado e ex-Deputado estadual do Rio Grande do Sul, Dr. Hélvio Jobim.*

Sessão: 09.08.2005

Requerimento nº 856, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando congratulações ao professor e economista Luiz Gonzaga Belluzzo, pelo recebimento do prêmio Juca Pato 'Intelectual do Ano', promovido pela União Brasileira de Escritores (UBE).*

Sessão: 10.08.2005

Requerimento nº 857, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao economista Luiz Gonzaga Belluzzo, vencedor do Prêmio Intelectual do Ano de 2004, com o Troféu Juca Pato, promovido pelo jornal Folha de S.Paulo.*

Sessão: 11.08.2005

Requerimento nº 862, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando o envio de voto de congratulações à Ordem dos Advogados do Brasil, pelo transcurso, em 11 de agosto, do Dia do Advogado.*

Sessão: 11.08.2005

Requerimento nº 865, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de aplauso ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Antonio Busato, pelo transcurso do Dia do Advogado, que se comemora em 11 de agosto em todo o País.*

Sessão: 11.08.2005

Requerimento nº 866, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de aplauso ao economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo pelo recebimento do Prêmio Intelectual do Ano – Troféu Juca Pato.*

Sessão: 12.08.2005

Requerimento nº 867, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador Miguel Arraes, ocorrido no dia 13 de agosto de 2005, em Recife-PE.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 868, de 2005, de autoria do Senador José Jorge e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador Miguel Arraes, ocorrido em Recife-PE, dia 13 de agosto de 2005.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 869, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador Miguel Arraes, ocorrido em Recife-PE.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 870, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador Miguel Arraes, ocorrido no dia 13 de agosto de 2005, em Recife-PE.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 871, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Miguel Arraes.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 872, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do presidente nacional do PSB, Deputado e ex-Governador Miguel Arraes.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 874, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Francisco Milani, ocorrido no Rio de Janeiro.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 875, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do cientista arqueólogo norte-americano James Petersen.*

Sessão: 15.08.2005

Requerimento nº 881, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Bento José Bugarin, ocorrido em 11 de agosto de 2005.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 886, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao engenheiro brasileiro Ramon de Paula, que chefia a cadeia de comando da sonda Mars Reconnaissance Orbiter, que decolou ontem da Flórida rumo ao Planeta Vermelho.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 887, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, Pedro Geraldo Falabella, agraciado com o título de Economista do Ano pelo Conselho Regional de Economia do Amazonas.*

Sessão: 16.08.2005

Requerimento nº 900, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum pelo lançamento de seu novo livro, intitulado Cinzas do Norte.*

Sessão: 17.08.2005

Requerimento nº 902, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ator Cláudio Corrêa e Castro, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 16 de agosto de 2005.*

Sessão: 18.08.2005

Requerimento nº 904, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do radialista José Carlos Aguiar, da Rádio Bandeirantes – AM de Tubarão, Santa Catarina.*

Sessão: 18.08.2005

Requerimento nº 909, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do pediatra Eduardo Luiz Mouzinho Mariz, ex-integrante do Quadro Médico do Senado Federal, ocorrido no dia 17 de agosto de 2005, nesta Capital.*

Sessão: 18.08.2005

Requerimento nº 910, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do segundo aniversário de morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, vítima do atentado contra o prédio da representação da ONU no Iraque.*

Sessão: 19.08.2005

Requerimento nº 911, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Dr. Lizandro Garcia Gomes, pela posse como Juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.*

Sessão: 23.08.2005

Requerimento nº 919, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, *solicitando que sejam prestadas as devidas homenagens pelo falecimento do Desembargador Raymundo de Souza Carvalho, ocorrido no dia 23 de agosto de 2005.*

Sessão: 24.08.2005

Requerimento nº 920, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jone Perdigão Nogueira, ocorrido na madrugada de 23 de agosto de 2005.*

Sessão: 24.08.2005

Requerimento nº 922, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando voto de homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente e ex-Senador Getúlio Dornelles Vargas por ocasião dos 51 anos de sua morte.*

Sessão: 24.08.2005

Requerimento nº 934, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Fundação Desembargador Paulo Feitoza, selecionada na categoria "Produto", pela Financiadora de Estudos e Projetos FINEP, para concorrer ao Prêmio Finep de Inovação Tecnológica de 2005.*

Sessão: 24.08.2005

Requerimento nº 935, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de aplauso ao Soldado Brasileiro, pelo transcurso, nesta data, do Dia do Soldado.*

Sessão: 25.08.2005

Requerimento nº 939, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, *solicitando voto de aplauso ao município de Chapecó-SC, pelo transcurso de seus 88 anos de fundação.*

Sessão: 25.08.2005

Requerimento nº 944, de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, *solicitando registro em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Pastor Evangélico Zózomo Malta, ocorrido no dia 23 de agosto de 2005, em Teresina, Estado do Piauí.*

Sessão: 30.08.2005

Requerimento nº 955, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, *solicitando registro em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da ex-Senadora Laélia Alcântara.*

Sessão: 31.08.2005

Requerimento nº 956, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao escritor professor Werner Zotz, pelo lançamento do livro Aventura no Rio Amazonas.*

Sessão: 31.08.2005

Requerimento nº 957, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao cavaleiro Rodrigo Pessoa, pela conquista da Medalha de Ouro das Olimpíadas de 2004, na Grécia, a ele entregue no dia 30 de agosto de 2005, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 31.08.2005

Requerimento nº 958, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornalista Márcio Moreira Alves, pelo lançamento de seu livro Teotônio, Guerreiro da Paz.*

Sessão: 31.08.2005

XVII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total	**5**

Ato nº 28, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 14 de agosto de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, que *institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências*

(publicado no Diário Oficial da União de 04.08.2005, seção I)

Ato nº 29, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de agosto de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, que *institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 05.08.2005, seção I)

Ato nº 30, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 22 de agosto de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 253, de 22 de junho de 2005, que *prorroga o prazo previsto no art. 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

(publicado no Diário Oficial da União de 12.08.2005, seção I)

Ato nº 31, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de agosto de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 254, de 29 de julho de 2005, que *revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS".*

(publicado no Diário Oficial da União de 18.08.2005, seção I)

Ato nº 32, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de setembro de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005, que *prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 23.08.2005, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de agosto de 2005)	
Deliberativas Ordinárias	14
Não Deliberativas	8
Deliberativas Extraordinárias	3
Especial	2
Total	**27**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de agosto de 2005)

MATÉRIAS APROVADAS 102

I – Medidas Provisórias aprovadas 4

1 – aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados e enviada à sanção 1

2 – aprovada na íntegra e enviada à promulgação 1

3 – aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados..... 2

II – Proposições aprovadas e enviadas à sanção 7

III - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 11
1 – Por decisão do Plenário.....8
1.1 - Proposições do Senado 3
1.2 – Proposições da Câmara 5
2 – Por decisão terminativa..... 3
2.1 - Proposições do Senado 3

IV - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 33
1 - Concessões de telecomunicações 22
2 - Operações de crédito 3
3 – Acordos Internacionais 8

V – Escolha de Chefes de Missões Diplomáticas..... 28

VI – Escolha de autoridades 1

VII – Voto de aplauso, censura ou semelhante 3

VIII – Requerimentos de auditoria do Tribunal de Contas da União..... 1

IX – Requerimentos diversos..... 14

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 6

X – Matérias prejudicadas..... 4

XI – Matérias retiradas pelos autores..... 2

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 108

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 5

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO DE 2005

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 3ª LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 31 de agosto de 2005)

Deliberativas Ordinárias 70
Não Deliberativas 55
Deliberativas Extraordinárias 15
Especial 8

Total 148

* Reuniões 5

MATÉRIAS APROVADAS 1.305

I – Medidas Provisórias aprovadas 19

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 9

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 5

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados ... 5

4 – Aprovada na forma de Medida Provisória e devolvida à Câmara dos Deputados 1

5 – Inadmitidas 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 35

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 68
1 - Em decisão terminativa 45
1.1 Projetos de Lei do Senado Federal 45
2 - Por decisão de Plenário 23
2.1 - Do Senado Federal 14
2.2 – Da Câmara dos Deputados 9

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 944
1 - Concessões de telecomunicações 864
2 - Acordos Internacionais 20
3 - Operações de crédito 9
4 – Propostas de Emenda à Constituição 3
5 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais 44
6 – Outros 4

V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática 53

VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade 44

VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante 11

VIII – Requerimentos de Informações Sigilosas..... 1

IX – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária 4

X – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União..... 6

XI – Requerimentos Diversos 120

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 26

XII - Matérias prejudicadas 11

XIII - Matérias rejeitadas..... 4

XIV - Matérias retiradas pelos autores 10

XV – Medida Provisória inadmitida..... 1

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 1.331

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 27

ATO DO PRESIDENTE DECLARANDO A REJEIÇÃO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE MEDIDA PROVISÓRIA 1

REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS 2

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/1708/2005	02/08/2005	Encaminha proposta de Minuta do Acordo de Cooperação Técnica, elaborada tendo por base o Acordo entre o Banco Central BANCEN e outros órgãos públicos. Solicita o credenciamento para acessar o Sistema de Informações Banco Central SISBANCEN	Henrique de Campos Meirelles Presidente Banco Central Brasil

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL	Rodolpho Tourinho
PFL	Antonio Carlos Magalhães
PFL	César Borges

RIO DE JANEIRO

BLOCO - PT	Roberto Saturnino
PL	Marcelo Crivella
PMDB	Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB	Ribamar Fiquene
PFL	Edison Lobão
PMDB	Mauro Fecury

PARÁ

PMDB	Luiz Otávio
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa
PSDB	Flexa Ribeiro

PERNAMBUCO

PFL	José Jorge
PFL	Marco Maciel
PSDB	Sérgio Guerra

SÃO PAULO

BLOCO - PT	Eduardo Suplicy
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante
PFL	Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL	Aelton Freitas
PSDB	Eduardo Azeredo
PMDB	Wellington Salgado Oliveira

GOIÁS

PMDB	Maguito Vilela
PFL	Demóstenes Torres
PSDB	Lúcia Vânia

MATO GROSSO

Sem Partido	Luiz Soarez
PFL	Gilberto Goellner
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB	Pedro Simon
BLOCO - PT	Paulo Paim
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB	Reginaldo Duarte
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes
PSDB	Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB	Ney Suassuna
PFL	Efraim Morais
PMDB	José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PMDB	João Batista Motta
PMDB	Gerson Camata
PL	Magno Malta

PIAUÍ

PMDB	Alberto Silva
PFL	Heráclito Fortes
PMDB	Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
PMDB	Garibaldi Alves Filho
PFL	José Agripino

SANTA CATARINA

PFL	Jorge Bornhausen
BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PSDB	Leonel Pavan

ALAGOAS

P - SOL	Heloísa Helena
PMDB	Renan Calheiros
PSDB	Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL	Maria do Carmo Alves
PSDB	Almeida Lima
BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB	Gilberto Mestrinho
PSDB	Arthur Virgílio
PDT	Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB	Alvaro Dias
BLOCO - PT	Flávio Arns
PDT	Osmar Dias

ACRE

BLOCO - PT	Tião Viana
P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
BLOCO - PT	Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PDT	Juvêncio da Fonseca
BLOCO - PT	Delcídio Amaral
PMDB	Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PP	Valmir Amaral
BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PFL	Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PSB	Nezinho Alencar
PMDB	Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB	José Sarney
BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB	Amir Lando
BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	Valdir Raupp

RORAIMA

PTB	Mozarildo Cavalcanti
PDT	Augusto Botelho
PMDB	Romero Jucá

10-8-2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS (9 titulares e 9 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3.José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005
** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	**SUPLENTES**

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA "OPERAÇÃO POROROCA"
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senador
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 **3ª Eleição Geral**: 27.06.2001
2ª Eleição Geral: 30.06.1999 **4ª Eleição Geral**: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA [13]
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES [2]

PMDB					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
(Vago) [10]			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata [11]	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL [5]					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges [4]	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves[12]	SE	1306
PT [1]					
Heloísa Helena[14]	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) [8]			3. Eduardo Suplicy [3]	SP	3213
PSDB [5]					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) [16]		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca [7]	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB [1]					
(Vago) [6]			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB [1]**, PL** [1-15] **e PPS**					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) [9]		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

[1] Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

[2] Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

[3] Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

[4] Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

[5] Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

[6] Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

[7] Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

[8] Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

[9] Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

[10] Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

[11] Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

[12] Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

[13] Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca,** que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

[14] Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

[15] Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

[16] O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Pág.

AELTON FREITAS

Relata a aprovação da Lei de Biossegurança, que apela ao Governo Federal para que agilize a sua regulamentação. 110

ALBERTO SILVA

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). 375

ALMEIDA LIMA

Presta esclarecimentos acerca da ausência de S.Exa. nos trabalhos da Casa, em razão de tratamento de saúde. 184

Ressalta a satisfação de S.Exa. diante do trabalho realizado pelo PMDB, destacando sua luta pessoal e a de seu Partido contra a corrupção no país. 184

Considera a comparação estabelecida pelo Presidente Lula entre sua pessoa e o Presidente Juscelino Kubitschek, uma agressão à história de ex-Presidente. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. 302

Destaca a falta de credibilidade nas instituições públicas por parte da população brasileira. .. 308

ALOIZIO MERCADANTE

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 198

Pág.

Requerimento Nº 951, de 2005, que requer nos termos do artigo 312; inciso II, do Regimento Interno, destaque, para votação em separado, da expressão: "ou estadual" constante do artigo 89 na relação dada pelo artigo 1º PEC nº 87, de 2003... 204

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia. 208

Alerta para a crise de expectativas pessimistas que reinam no país, confrontando essas expectativas com os números do crescimento econômico brasileiro. 310

Requerimento Nº 961, de 2005, que requer, nos termos do artigo 311; inciso I, do Regimento Interno, preferência para que os itens 5 a 10 sejam apreciados antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia. 366

Encaminha à votação o Requerimento Nº 947, de 2005, que solicita nos termos do artigo 366; inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, que acrescenta a alínea **J** ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, de ocupante de cargo público que a ele renuncie. ... 366

Questiona quanto à possibilidade de adiamento da votação do projeto do Fundef no Senado Federal. 371

Parabeniza a iniciativa dos Senadores Francisco Escórcio e José Jorge, em relação à Emenda Constitucional de ampliação do Fundef, destacando, a necessidade de aprovação da proposta de ampliação do Fundef. 377

ALVARO DIAS

Critica o pronunciamento do Presidente Lula, no qual o Presidente se compara com ex-Presidentes da República. 6

Pág.

Ressalta a necessidade de investigação da corrupção no País..... 6

Destaca equívocos cometidos pelo Presidente Lula, ao comparar-se com os ex-Presidentes Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart e Juscelino Kubitschek. 31

Requerimento Nº 940, de 2005, que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia..... 54

Comenta o artigo do jornalista Luiz Weis, intitulado "Transição no PT é mais do mesmo", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 de agosto de 2005..... 58

Requerimento Nº 942, de 2005, que requer nos termos do artigo 50; § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, **a**, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada à Ministra de Estado da Casa Civil solicitação de informações. 92

Apresenta, à Ministra da Casa Civil, requerimento, solicitando prestações de contas referentes às despesas efetuadas por meio dos Cartões Corporativos da Presidência da República..... 98

Lamenta postura do Presidente Lula diante das provas de corrupção em seu Governo..... 98

Transcrição do artigo intitulado "Adivinhe quem vem para o jantar?", de autoria da articulista Eliane Catanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 12 de agosto de 2005..... 124

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. 188

Insiste na contratação de auditorias independentes, com o propósito de fornecer laudo técnico a ser utilizado pela CPI..... 188

Registra a passagem da Semana do Excepcional, ocorrida no período compreendido entre os dias 21 e 28 de agosto de 2005, destacando o trabalho da APAE no Brasil..... 380

AMIR LANDO

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 205

ANA JÚLIA CAREPA

Requerimento Nº 943, de 2005, que requer nos termos do número 12, alínea **c**, inciso II do art. 255, combinado com o disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se manifeste sobre o Projeto de Lei do Senado de nº 86, de 2004, além de das comissões constantes do despacho inicial. 93

Requerimento Nº 945, de 2005, que requer nos termos do artigo 258 e do artigo 260; inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 487/2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 108/2005, por versarem sobre a mesma matéria, com precedência do último sobre o primeiro; dada sua maior amplitude. 138

Requerimento Nº 948, de 2005, que requer nos termos do artigo 336, II, combinado com o artigo 338, IV, do RISF, urgência para o PRS nº 74, de 2005, advindo da MSF nº 102, de 2005, que "propõe ao Senado Federal, que seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de crédito brasileiro junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US$331.686,015,65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004"..... 194

Denuncia abusos cometidos por autoridades do Município de Anapu, onde foi assassinada a missionária irmã Dorothy Stang..... 316

Rebate críticas que afirmam ter os programas de transferência de renda do Governo Federal, principalmente o Fome Zero e o Bolsa-Família, caráter meramente assistencialista. 316

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Apela ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para que não permita uma "operação abafa", que tem como intenção evitar a cassação dos Deputados denunciados por corrupção nas Comissões Parlamentares de Inquérito. .. 165

Solicita um desmentido público por parte da Radiobrás, quando de sua declaração em relação à ausência do Senador Garibaldi Alves Filho, que estava presente no Plenário. 209

Saúda o Governador da Bahia, Paulo Souto, que juntamente com seu vice, se encontra no Plenário do Senado Federal. 301

Reage, em nome dos amigos do Presidente Juscelino Kubitschek, contra o uso indevido do nome do ex-Presidente, pelo Presidente Lula, em discurso proferido recentemente. 301

Pág.

ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Sugere ao Governo Federal que adote medidas de salvaguardas em prol da indústria têxtil nacional, que estaria obtendo prejuízos com a entrada de tecidos chineses no mercado interno..... 152

ARTHUR VIRGÍLIO

Transcrição do artigo "Lula's Trial by Fire", de autoria de Mac Margolis, publicado na revista *Newsweek*, edição de 8 de agosto de 2005..... 125

Requerimento Nº 947, de 2005, que requer nos termos do artigo 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em regime de urgência do Projeto de lei do Senado nº 266, de 2005 – complementar, que acrescenta a alínea **J** ao inciso I do artigo 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, de ocupante de cargo público que a ele renuncie..... 191

Parecer Nº 1.548, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existente no mundo (CPAQ). 230

Comenta discurso do Presidente Lula ao se referir à figura do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ressaltando seus equívocos em relação ao processo histórico brasileiro. 303

Requerimento Nº 956, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao escritor e professor Werner Zotz, pelo lançamento de seu livro "Aventura no Rio Amazonas". 322

Requerimento Nº 957, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao cavaleiro Rodrigo Pessoa pela conquista da medalha de Ouro das Olimpíadas de 2004, na Grécia, a ele entregue em 30 de agosto de 2005, no Rio de Janeiro..... 323

Requerimento Nº 958, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao jornalista Mário Moreira Alves pelo lançamento de seu livro "Teotônio, Guerreiro da Paz". 323

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 331

Pág.

Apóia pronunciamento do Senador José Jorge em relação à aprovação do Fundef. 372

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). 375

Comenta a gravidade da crise, gerada pelo Partido dos Trabalhadores, na política brasileira... 409

AUGUSTO BOTELHO

Homenagem à Igreja Assembléia de Deus. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. 145

Parecer Nº 1.555, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 483 de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que dispõe sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências..... 261

Parecer Nº 1.558, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia". 272

CÉSAR BORGES

Justifica o requerimento que apresentou, solicitando a realização pelo TCU, de auditoria na Controladoria-Geral da União..... 161

Projeto de Lei do Senado Nº 302, de 2005, que altera o artigo 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências..... 192

Projeto de Lei do Senado Nº 303, de 2005, que altera o artigo 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, e o artigo 1º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família..... 277

Comenta repercussão, na **Folha de S. Paulo** e em diversos jornais do País, da entrevista concedida pelo Ministro do TSE, Carlos Veloso, ao programa "Roda Viva", a respeito da prática de "caixa dois" em campanha política..... 321

DELCÍDIO AMARAL

Parecer Nº 1.538, de 2005, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Proje-

Pág.

to de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. 34

Parecer Nº 1.539, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 38

DEMÓSTENES TORRES

Critica o posicionamento do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, no tocante à punição dos implicados nas CPMIS. 169

Ressalta o brilhantismo e a competência do Senador Almeida Lima, destacando a importância de seus projetos para o desenvolvimento do Brasil. Aparte ao Senador Almeida Lima..... 185

EDISON LOBÃO

Parecer Nº 1.543, de 2005, da Comissão Diretora, que apresenta redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808, de 2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, consolidando as Emendas de nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovadas pelo Plenário. 139

Aponta para a situação de descalabro em relação à política de saúde, que afeta inúmeros municípios do Estado do Maranhão. 171

EDUARDO AZEREDO

Registra o trabalho persistente e combativo do Senador Almeida Lima frente ao PSDB, lamentando sua saída do Partido. Aparte ao Senador Almeida..... 186

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 206

Parecer Nº 1.551, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências. 244

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Denuncia má gestão no Governador do Tocantins, que por meio do "Governo Itinerante" tem deixado inúmeros municípios sem atendimento médico. 168

Questiona a prática de nepotismo no Estado do Tocantins..... 168

Parabeniza os Senadores Aloizio Mercadante e Maria do Carmo pelo requerimento de urgência para a Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças..... 197

Presta esclarecimentos acerca do pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko, no dia 30 de agosto de 2005, a respeito da manipulação de fatos pela revista **Veja**. 291

Esclarece questões referentes ao pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko. 297

EDUARDO SUPLICY

Requerimento Nº 941, de 2005, que requer nos termos dos artigos 159 e 160; do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de agosto de 2005, seja dedicado à comemoração dos 26 anos da Lei da Anistia – Lei nº 6.683/79, que serão completados no dia 28/08/2005..... 66

Celebra o 26º Aniversário da Lei da Anistia, promulgada no dia 28 de agosto de 1979. 67

Parecer Nº 1.542, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (1.094/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997..... 86

Reflete a respeito da decisão do Senhor Tarso Genro de desistir da candidatura à presidência do Partido dos Trabalhadores, propondo que o Deputado José Dirceu faça o mesmo. 114

Ressalta a legitimidade do requerimento impetrado pelo Senador César Borges, da Oposição, salientando as iniciativas do Ministro Waldir Pires que resultaram em prisões de prefeitos que des-

Pág.

viaram recursos no Estado de Alagoas. Aparte ao Senador César Borges. 163

Ressalta a importância de não se permitir uma "operação abafa", salientando que todo Parlamentar que comete atos contrários aos direitos e deveres dos Parlamentares deve ser punido com a perda do mandato. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães..... 165

Destaca ações do Ministério dos Esportes ao incentivar o programa de inclusão social, beneficiando crianças e também detentos. 173

Destaca o pronunciamento do Senador César Borges concernente ao pedido de auditoria pelo TCU, na Controladoria-Geral da União..... 173

Registra os trabalhos realizados pelo Ministério do Esporte a partir de informações colhidas junto ao Ministro Agnelo Queiroz..... 173

Solicita ao Congresso Nacional a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição, destacando sua seriedade e importância. Aparte ao Senador Almeida Lima. 185

Apela para o Líder do Governo que encaminhe com urgência Parecer para apreciação. 222

Destaca o discurso do Presidente Lula em que discorre a respeito da figura de Juscelino Kubitschek, ressaltando os feitos e a postura democrática do ex-Presidente do Brasil. Aparte ao Senador José Agripino..... 315

EFRAIM MORAIS

Parabeniza o Senado Federal pela instalação da CPI dos Bingos, garantindo que a mesma não acabará em pizza. Aparte ao Senador Ramez Tebet. 105

Destaca o empenho do Senado Federal em votar projetos importantes para a sociedade, o que não foi prejudicado pelo trabalho com as investigações das CPIS. Aparte à Senadora Heloísa Helena. 107

Presta considerações acerca do veto presidencial em relação à matéria que trata da reposição salarial concedida aos servidores do Poder Legislativo, que salienta a urgência em derrubar o veto presidencial..... 111

Convoca os funcionários públicos a pressionarem os Parlamentares a pedir a derruba do veto presidencial quanto ao reajuste salarial de 15%... 111

FÁTIMA CLEIDE

Requerimento Nº 950, de 2005, que requer nos termos do artigo 311; inciso I, do Regimento Interno, preferência para o Item 4, PEC nº87 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia. 202

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 203

FERNANDO BEZERRA

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS, destacando as decisões do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. 189

Requerimento Nº 960, de 2005, que requer, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, IV, do RISF, urgência para o PRS nº 76, de 2005, advindo da MSF nº 184 de 2005, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 12.120.000,00 (doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio a Agenda de Crescimento Econômico Eqüitativo e Sustentável – PACE."..... 324

FLÁVIO ARNS

Parecer Nº 1.552, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências..... 247

FLEXA RIBEIRO

Transcrição do artigo da jornalista Miriam Leitão intitulado "Protesto a favor", que destaca a falta de representatividade da UNE, publicado na sua coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo**, edição de 16 de agosto de 2005. 62

Transcrição do artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 24 de agosto de 2005, sob o título "Silêncio fúnebre". 120

Pág.

Parecer Nº 1.554, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 1, de 2003, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório de Auditoria realizada nos órgão diretamente envolvidos com a administração do Fundo de Participação PIS/PASEP (Conselho Diretor do Fundo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal – Caixa e Banco de Brasília - BRB) (TC –013.384/2002-0). 253

Destaca a proposta do plantio de palmáceas, como reposição florestal em áreas 100% desmatadas na Amazônia. 311

Elogia o trabalho da empresa Agropalma que desenvolve projeto de biodiesel..... 311

Transcrição das matérias intituladas “Duelo mortal”, “Testemunha explosiva”, “A lavanderia do PT” e “Presente bilionário”, publicadas na revista *IstoÉ,* edição de 31 de agosto de 2005. 400

GARIBALDI ALVES FILHO

Analisa o relatório da ONU acerca das desigualdades no mundo, salientando que a globalização ainda não foi capaz de distribuir riqueza e conhecimento aos diversos povos da Terra..... 116

Presta esclarecimentos ao Presidente da Casa em relação à suposta ausência de S.Exa. no Plenário..... 209

Parabeniza a iniciativa dos Senadores José Jorge e Francisco Escórcio em relação à Emenda Constitucional de ampliação do Fundef, bem como a necessidade de sua aprovação no Senado Federal..... 377

GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 205

HELOÍSA HELENA

Reitera posição do Senador Paulo Paim ao defender mais recursos para a educação pré-escolar. Aparte ao Senador Paulo Paim..... 97

Salienta a preocupação de S.Exa. com o resultado das investigações das CPIS, na possibilidade de que tudo resulte em uma grande “operação abafa”..... 106

Pág.

Reafirma a necessidade de os funcionários públicos pressionarem os Parlamentares a aprovarem medida de reajuste salarial, e conseqüentemente derrubarem veto presidencial. Aparte ao Senador Efraim Morais. 113

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 199

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). 374

HERÁCLITO FORTES

Parecer Nº 1.541, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências. 47

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia, destacando nomes de importantes personalidades brasileiras, vítimas de tortura..... 72

Ressalta a pressão do Governo para que não se convoque supostos envolvidos em corrupção a depor nas CPIS, como forma de emperrar os trabalhos das Comissões..... 108

Transcrição da matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, com o título “PPP demora para sair do papel”..... 108

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 332

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 29, de 2002, que inclui o § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). 375

IDELI SALVATTI

Requerimento Nº 962, de 2005, que requer, nos termos do artigo 311 do Regimento Interno do Senado Federal, preferência de votação para a

Pág.

Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que "inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)"..... 370

ÍRIS DE ARAÚJO

Apela para a superação da crise política e pela busca de soluções para os problemas da Nação, como a precariedade dos sistemas de educação e de saúde, bem como da malha rodoviária federal. 157

JEFFERSON PÉRES

Ressalta a falta de veracidade nos recentes discursos do Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino. 315

Requerimento Nº 964, de 2005, que requer, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno, que tenha a tramitação conjunta dos seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 269/2005 – Complementar com o Projeto de Lei do Senado nº 266/2005 – Complementar. 380

JOÃO BATISTA MOTTA

Requerimento Nº 944, de 2005, que requer registro em Ata de voto de pesar pelo falecimento do pastor evangélico Zózomo Malta, ocorrido no dia 23 de agosto de 2005. 138

JOÃO CAPIBERIBE

Homenageia os 26 anos da Lei da Anistia, destacando a trajetória política do país. 71

Manifesta, em nome do PSB, apoio à iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS..... 191

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 200

JORGE BORNHAUSEN

Protesta quanto ao tratamento dado pelo Governo do Presidente Lula ao Estado de Santa Catarina. 172

Pág.

Registra as comemorações da Semana Nacional dos Excepcionais, pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES)..... 172

Protesta contra a intenção do Governo Federal de transferir o criminoso Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira Mar, para uma cela da Polícia Federal em Florianópolis, conforme noticiou o jornal Diário Catarinense..... 172

JOSÉ AGRIPINO

Discorre a respeito das denúncias de corrupção no Governo Federal e os gastos suspeitos efetuados nos cartões corporativos da Presidência da República..... 100

Apóia a iniciativa do Presidente Renan Calheiros de racionalização dos trabalhos das CPMIS. 183

Registra seu desalento em relação à manifestação do Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, em nome do Congresso Nacional, no tocante ao caso do Mensalão..... 183

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 200

Demonstra estranheza em relação à convocação por parte do líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, da Oposição para garantir a governabilidade do País, viabilizando a aprovação de projetos do Executivo..... 314

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 335

Convoca os Senadores presentes para votarem a proposta de ampliação do Fundef. 377

JOSÉ JORGE

Discorre a respeito da aprovação do requerimento de informações, pelo Senado Federal, concernente aos gastos com cartões de crédito corporativo pelo Governo Federal, em especial pela Presidência da República. 115

Relata desistência do Presidente Interino do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro, quanto à eleição para a presidência do PT..... 115

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 198

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89

Pág.

do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 206

Requerimento Nº 952, de 2005, que requer nos termos do artigo 311; inciso I, do Regimento Interno, preferência para o Item 6 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia. 212

Parecer Nº 1.549, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de Origem), que altera o artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto). 239

Alerta para a tentativa da base do Governo de abafar a responsabilidade de parlamentares governistas envolvidos nas denúncias do chamado "mensalão", fato que resultaria na impunidade da agremiação petista. 298

Demonstra desacordo em relação ao Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, que propõe a alteração da votação em curso no Plenário do Senado. 371

Salienta a necessidade de aprovação do Fundeb, bem como a importância de adiamento do Fundef, visto que a aprovação de um desses projetos representa a garantia da estabilidade do sistema. 371

Convoca os Senadores presentes a votarem a proposta de ampliação do Fundef, tendo em vista sua grande importância para o Ensino Fundamental no País..... 376

LEOMAR QUINTANILHA

Destaca propostas de redução do tempo de campanha e conseqüente diminuição dos gastos de campanha, em tramitação no Congresso Nacional. 93

LEONEL PAVAN

Transcrição do artigo intitulado "A todo vapor", de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de agosto de 2005..... 59

Transcrição do artigo "Conspiração", de autoria da articulista Eliane Catanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de agosto de 2005..... 122

Pág.

Lamenta a perda por parte do PSDB do Senador Almeida Lima, Parlamentar atuante e grande homem público. Aparte ao Senador Almeida Lima. 185

Repudia a traição do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que decidiu extinguir as Delegacias Regionais do Trabalho dos municípios de Santa Catarina..... 189

Parecer Nº 1.556, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai no Município de Quaraí no Estado do Rio Grande do Sul..... 265

Registra a presença do Prefeito de Xaxim, Lírio Dagort, de Vereadores de Pinhalzinho e de Marema, bem como a do Prefeito de Pinhalzinho e de Vereadores de Xaxim, juntamente com a presença do Deputado Federal Gervásio Silva. 311

Transcrição das matérias intituladas "Lavanderia mensalão", "O ninho da corrupção", "Blindagem trincada" e "A volta do Lula lá", publicadas na revista *Época,* edição de 29 de agosto de 2005.... 391

LÚCIA VÂNIA

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 200

Expressa opinião favorável à votação da PEC nº 29, que amplia a vigência do Fundef..... 373

MAGNO MALTA

Parabeniza os Senadores Aloizio Mercadante e Maria do Carmo Alves pela Emenda Constituição, destacando seu contentamento em ser pai adotivo. 198

MÃO SANTA

Destaca a necessidade de punição dos envolvidos na corrupção que assola o país. Aparte ao Senador José Jorge..... 299

MARCELO CRIVELLA

Reclama da demora do Governo Federal em liberar verbas orçamentárias vinculadas às emen-

Pág.

das que apresentou em favor do Ministério das Cidades..... 166

Destaca os altos índices de violência no país e a marginalização da sociedade..... 166

Requerimento Nº 959, de 2005, que requer, nos termos do artigo 258 e 259, do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2004, a mim distribuído para relatar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o de nº 76, de 2004, que dispõem sobre a mesma matéria..... 323

MARCO MACIEL

Reafirma análise do Senador Garibaldi Alves Filho, asseverando que a globalização contribuiu tanto para o aumento da pobreza quanto para a desigualdade no mundo. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho..... 116

Destaca lançamento, na Câmara dos Deputados, do livro de autoria do Doutor Paulo Affonso Martins de Oliveira, intitulado "O Congresso em meio século"..... 118

Destaca abertura, no dia 29 de agosto de 2005, em São Paulo, do capítulo brasileiro do Clube de Roma, organização não governamental fundada em 1968..... 288

MOZARILDO CAVALCANTI

Apóia a proposta do Senador Ribamar Fiquene quanto à divisão do Estado. Aparte ao Senador Ribamar Fiquene..... 5

Reitera a crítica do Senador Alvaro Dias em relação à atual conjuntura política no País e às CPIS. Aparte ao Senador Alvaro Dias..... 7

Destaque para a Subcomissão Permanente da Amazônia para discutir projetos em prol do desenvolvimento da região Amazônica..... 9

Homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas..... 32

Demonstra preocupação em relação ao PLS n° 62, de 2005, em tramitação no Senado Federal, que trata da gestão das florestas públicas..... 95

Reafirma comentário do Senador Paulo Paim a respeito do envelhecimento da população brasileira, ressaltando o aumento da expectativa de vida do cidadão. Aparte ao Senador Paulo Paim..... 141

Homenagem à Igreja Assembléia de Deus no Estado de Roraima..... 144

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 202

Parecer Nº 1.547, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existente no mundo (CPAQ)..... 230

Ressalta a importância da deliberação tomada pelo I Congresso Internacional de Direito Amazônico quando de sua transformação em Fórum Permanente de Direito Amazônico..... 414

NEY SUASSUNA

Protesta contra o aumento das tarifas de energia elétrica no Nordeste..... 102

Destaca o papel do PMDB no desenvolvimento das investigações das CPIS. Aparte ao Senador Ramez Tebet..... 105

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS..... 190

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 204

NEZINHO ALENCAR

Registra a importância que foi a criação do Estado do Tocantins, destacando a vocação de S.Exa. para o desenvolvimento econômico e social da antiga região do Goiás..... 300

Profere discurso de despedida de seus pares, em razão do término da licença do titular, o Senador João Ribeiro..... 300

OSMAR DIAS

Encaminhamento de Proposta de Emenda Constitucional que obriga a transferência para os municípios de 10% do produto de arrecadação provenientes das contribuições sobre Movimentação Financeira (CPMF), de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e de Financiamento da Seguridade Social (COFINS)..... 156

Pág.

Apóia, em nome do PDT, a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalizar os trabalhos das CPMIS. . 190

Parecer Nº 1.553, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 143, de 2001 (nº 4.123/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 190/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC nº 009.580/99-9)..... 251

Registra a presença do Prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald, no Plenário do Senado Federal, destacando sua proposta de educação integral naquela região. 305

PATRÍCIA SABOYA GOMES

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 199

PAULO OCTÁVIO

Apela para a derrubada do veto presidencial ao reajuste dos 15% aos servidores do Legislativo e do Tribunal de Contas da União - TCU. 2

Protesta contra a declaração equivocada do Senador Heráclito Fortes, publicada no **Jornal do Senado**, segundo a qual existiria um acordo para a fixação da sede da ANAC, Agência Nacional de Aviação Civil, no Rio de Janeiro. 8

Questiona se o Governo estaria fazendo um esforço para retirar veto de votação. 221

Procede à leitura de nota da família do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, manifestando preocupação com supostos equívocos cometidos pelo Presidente Lula ao mencionar o ex-Presidente..... 307

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 330

PAULO PAIM

Elogios ao discurso do Presidente Lula, proferido em 25 de agosto de 2005. 29

Considerações acerca dos empréstimos consignados em folha para aposentados e pensionistas. 29

Pág.

Encaminha pedido de audiência com o Presidente da República. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. 69

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia no Brasil..... 73

Projeto de Lei do Senado Nº 300, de 2005, que acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 5 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa selic). 76

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2005, que altera o inciso I de art. 109, e inciso VI e § 2º do art. 114 da Constituição Federal, atribuindo à justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho. 78

Defende recursos para a educação pré-escolar. 96

Demonstra preocupação com as tempestades que assolam o Estado de Rio Grande do Sul..... 140

Solicita à Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul e à União, medidas urgentes para minimizar o sofrimento da população gaúcha atingida pelas tempestades..... 140

Destaca o envelhecimento da população do país, ressaltando pesquisa realizada pela especialista em estatística Maria Lourdes Teixeira Jardim a respeito do envelhecimento da população do Rio Grande do Sul..... 140

Apóia proposta de conversão de um percentual da dívida externa brasileira para o Fundo de Promoção da Igualdade Racial..... 408

PEDRO SIMON

Projeto de Lei do Senado Nº 307, de 2005, que altera a redação do artigo 115 do Código Penal..... 286

Aponta para a necessidade das CPIS apurarem a origem dos recursos do mensalão. 312

RAMEZ TEBET

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia no Brasil, destacando grandes líderes que lutaram pela democratização do país..... 74

Aponta o aumento de tarifas públicas no Mato Grosso do Sul, com destaque para a excessiva burocratização no país. Aparte ao Senador Ney Suassuna. 103

Pág.

Considerações a respeito da crise política e denúncias de corrupção no Governo Federal. 103

Reafirma que a necessidade de se apuração das denúncias e punição dos culpados pela corrupção é tão importante quanto melhorar a infra-estrutura urbana, a educação e a saúde no País. Aparte à Senadora Íris de Araújo. 158

Aponta para a crise social vivida pelo país, ressaltando a violência crescente no Estado do Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. .. 167

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. 187

Demonstra insatisfação quanto à idéia de adiamento da votação do Fundef. 372

REGINALDO DUARTE

Transcrição do artigo intitulado "Do Romanée-Conti ao vinagre", de autoria do jornalista Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 15 de agosto de 2005. 63

Transcrição do artigo intitulado "Plagiando Vicente Celestino", publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 19 de agosto de 2005. 122

Solicita que figurem nos Anais do Senado Federal, matérias publicadas nas revistas: **Veja** e **Exame**, a respeito da crise política no País. 383

RIBAMAR FIQUENE

Destaca a importância de uma divisão territorial, para o desenvolvimento econômico e social do país. 4

ROBERTO SATURNINO

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 329

RODOLPHO TOURINHO

Ressalta a necessidade da aprovação do projeto do Fundef, tendo em vista a importância desse projeto para a educação do País. 372

ROMERO JUCÁ

Apela para a regularização fundiária, com transferência de terras devolutas ao Estado, como forma de legalização de terras e solução da questão indígena no Estado de Roraima. 160

Registra os 90 anos da Igreja Assembléia de Deus em Roraima, dirigida pelo Pastor Izamar Ramalho, que realiza importante trabalho social no Estado..... 160

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 204

Requerimento Nº 953, de 2005, que requer nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2002, com o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2005, por regularem a mesma matéria. 213

Requerimento Nº 954, de 2005, que requer nos termos do artigo 258, de Regimento interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 394, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2005, por regularem a mesma matéria..... 213

Homenageia a Polícia Rodoviária Federal, destacando seu trabalho e importância na vida nacional. 214

ROMEU TUMA

Requerimento Nº 946, de 2005, que requer nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações referentes às atividades da Receita Federal do Brasil. 138

Destaca a importância do exercício do direito de defesa, que é permanente, solicitando dos Presidentes das Comissões a remessa constante de relatório, acerca do andamento dos trabalhos de investigação, ao Presidente do Senado..... 191

Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2005, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a fraude em concurso público ou em qualquer exame de interesse público..... 192

Requerimento Nº 963, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apresentado Voto de Congratulações à cidade de Assis – SP, pelo aniversário de 100 anos de sua fundação, ocorrido em 1º de julho de 2005..... 380

Pág.

Encaminha requerimento que requer Voto de Congratulações à cidade de Assis – SP, pelo aniversário de 100 anos de sua fundação, ocorrido em 1º de julho de 2005..... 380

SÉRGIO CABRAL

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 31, de 2000, que beneficia com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. 200

Discute Projeto de Lei da Câmara Nº 62, de 2004, de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 327

SÉRGIO GUERRA

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS. 187

SÉRGIO ZAMBIASI

Registra o sucesso da feira Expointer 2005, realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, apresentando as últimas novidades dos setores agropecuário e agroindustrial. 164

SERYS SLHESSARENKO

Critica a Revista Veja devido às matérias que vem publicando durante a crise política do país, questionando se a Revista possui moral suficiente para debater os temas: ética e moral. 153

Parecer Nº 1.544, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores, que comunica a indicação do nome do Senhor Luciano Ozório Rosa, que obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes. 223

Parecer Nº 1.545, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores, que comunica a indicação do nome do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes. 224

Parecer Nº 1.546, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores, que comunica que o Senhor Isnard Penha Brasil Júnior, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, obteve na Comissão de Relações Exteriores 16 votos favoráveis e nenhum voto contra. 225

Projeto de Lei do Senado Nº 304, de 2005, que altera o § 2º do artigo 36 da Lei de Execução Penal, para determinar a remuneração do trabalho do preso pelas empresas conveniadas. 278

Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2005, que altera o artigo 5º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, fixando alíquota mínima para o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) nas hipóteses que menciona..... 279

Projeto de Lei do Senado Nº 306, de 2005, que determina o uso da linguagem inclusiva para cargos na Administração Pública brasileira..... 282

Projeto de Lei do Senado Nº 308, de 2005, que altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem “software aberto”. 286

Presta esclarecimentos quanto ao pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos quando de sua defesa em favor da Revista **Veja**. 296

SIBÁ MACHADO

Comemora os 26 anos da Lei da Anistia no Brasil..... 75

Apóia a iniciativa do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, de racionalização dos trabalhos das CPMIS, destacando sua preocupação em relação às investigações das CPIS. 190

Parecer Nº 1.557, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, de iniciativa do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade da Serra, situado entre o km 249 e o km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo. 268

Demonstra interesse em conhecer o projeto, do Prefeito Paulo Mac Donald, que pretende adotar a educação integral em Foz do Iguaçu. Aparte ao Senador Osmar Dias. 306

Encaminha requerimento que requer Voto de Pesar pelo falecimento da ex-Senadora Laélia de Alcântara. 306

Requerimento Nº 955, de 2005, que requer nos termos do artigo 218, VII, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo

Pág.

falecimento da ex-Senadora Laélia Alcântara, primeira mulher negra a assumir uma vaga no Senador Federal e reconhecida no Estado do Acre por seus relevantes serviços prestados à saúde pública..... 307

TASSO JEREISSATI

Parecer Nº 1.540, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, (nº 3.846/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras providências..... 42

Destaca os erros históricos cometidos pelo Presidente Lula ao se comparar com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães..... 302

Reafirma colocação do Senador José Jorge em relação à necessidade de se aprovar o projeto de adiamento do Fundef..... 371

TEOTÔNIO VILELA FILHO

Estabelece relação entre o superávit da economia e a diminuição de recursos para os programas sociais e para os investimentos públicos..... 1

Protesta contra a paralisação de obras federais e interrupção de programas sociais, no Estado de Alagoas, por parte do Governo Federal. 1

Transcrição da matéria intitulada "Governo investe cada vez menos", publicada no **Jornal do Brasil,** edição de 15 de agosto de 2005. 60

Transcrição do texto intitulado "Crise não inspira Chico Buarque", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, dia 24 de agosto de 2005..... 381

TIÃO VIANA

Requerimento Nº 965, de 2005, que requer, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno, que tenha a tramitação conjunta dos seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 274/2005 – Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 266/2005 – Complementar. 380

VALDIR RAUPP

Requerimento Nº 949, de 2005, que requer nos termos do artigo 336, II, combinado com o artigo 338, IV, do RISF, urgência para o PRS nº 75, de 2005, advindo da MSF nº 172, de 2005, que "propõe ao Senado Federal, que seja autorizada a contratação operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investiment Bank – NIB (Banco Nórdico de Investimento), no valor total equivalente a até US$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do "Programa Multissetorial NIB II". 195

Encaminha à votação Proposta de Emenda Constitucional Nº 87, de 2003, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, que dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia..... 203

Parecer Nº 1.550, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de Origem), que altera o artigo 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto). 241

VALMIR AMARAL

Considerações a respeito do modelo brasileiro de política habitacional..... 119

Homenagem ao Dia dos Bancários, que ocorre sempre em 28 de agosto de cada ano..... 213